



**REVISTA DE
CIÊNCIAS
SOCIAIS**

**50 Anos das Ciências
Sociais na UFC**

Volume 50 – número 1 – 2019

Universidade Federal do Ceará—UFC
Departamento de Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Revista de Ciências Sociais

50 Anos das Ciências Sociais na UFC

ISSN, v. eletrônica 2318-4620.
Fortaleza, v. 50, n. 1, mar./jun., 2019, p. 1–546.

Ficha Catalográfica

Revista de Ciências Sociais — periódico do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará — UFC

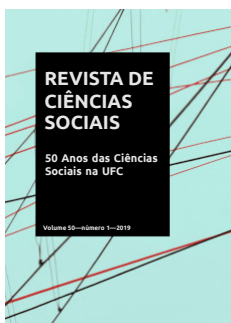
n. 1 (1970) - Fortaleza, UFC, 2018

Quadrimestral

ISSN, v. eletrônica 2318-4620

1. Memória; 2. Ciências Sociais no Brasil; 3. Pesquisa Científica; 4. Pesquisa e Desenvolvimento.

I — Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades



Revista de Ciências Sociais

Volume 50, número 1, 2019

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

Conselho Editorial

André Luiz Coelho Farias de Souza, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Brasil
Bela Feldman-Bianco, Universidade de Campinas, Brasil
Boaventura de Sousa Santos, CES, Universidade de Coimbra, Portugal
Céli Regina Jardim Pinto, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
César Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Fernanda Antonia da Fonseca Sobral, Universidade de Brasília
Fernando Mayorga, Centro de Estudios Superiores Universitarios (CESU)/Universidad Mayor de San Simón (UMSS), Bolívia
Fidel Irving Pérez Flores, IREL/UnB, Brasil
Florencia Agunín Antía, Instituto de Ciencia Política/Facultad de Ciencias Sociales/Universidad de la República, Uruguai
François Laplantine, Universidade de Lyon 2, França
Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Jawdat Abu-El-Haj, Universidade Federal do Ceará, Brasil
José Machado Pais, ICS, Universidade de Lisboa,, Portugal
Lucio Oliver Costilla, Universidad Nacional Autónoma de México, México
Luiz Felipe Baeta Neves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Maria Helena Villas Boas Concone, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil
Maria Virgínia Quiroga, Universidad Nacional de Río Cuarto (UNRC)/Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina
Moacir Palmeira, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Ruben George Oliven, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Ralph Della Cava, ILAS, Columbia University, Estados Unidos da América do Norte
Ronald H. Chilcote, Universidade da Califórnia, Estados Unidos da América do Norte
Véronique Nahoum-Grappe, Centre National de la Recherche Scientifique, França
Yanina Welp, University of Zurich/Zentrum für Demokratie Aarau (ZDA), Suíça
Yuri Kasahara, Norwegian Institute for Urban and Regional Research/Oslo Metropolitan University, Noruega

Comissão Editorial

Clayton Mendonça Cunha Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Irapuan Peixoto Lima Filho, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Irllys Alencar Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Luís Silva Barros, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Editor de Diagramação

Jakson Alves de Aquino, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Assistentes de Edição

Airton Rodrigues Barroso Júnior, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Ana Alice Lima de Sousa, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Danrley Pascoal dos Santos, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Francisco Sócrates Costa de Abreu, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Organização do dossiê

César Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil
Irllys Barreira, Universidade Federal do Ceará, Brasil

Revisão

Irapuan Peixoto Lima Filho
Francisco Sócrates Costa de Abreu
Airton Rodrigues

Contato

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais
Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)
60.020-181
Fortaleza, Ceará/BRASIL

Telefone: +55 (85) 3366.7416
Correio eletrônico: rcs@ufc.br
Sítio: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso>

Sumário

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,
v. 50, n. 1, 2019

13 Nota Editorial

// DOSSIÊ: 50 Anos das Ciências Sociais na UFC

17 A pesquisa como dádiva: inspirações cearenses

José Machado Pais

49 O Ceará e o Nordeste globalizado: uma trajetória acadêmica e afetiva

Jacob Carlos Lima

75 Corações e mentes: memórias de 1968

Maria Francisca Pinheiro Coelho

101 Depoimento: 50 anos de Ciências Sociais na UFC

Hélio Barros

159 O curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (1968-1972): lutas sociais, pensamento crítico e reconhecimento acadêmico

Regina Bruno

179 Interdisciplinaridade e pesquisa: marcas de uma trajetória institucional

César Barreira, Irllys Alencar F. Barreira

205 Da audácia originária à consolidação normatizada da CAPES

André Haguette

- 219 De amadores e diletantes eruditos a pesquisadores de ofício nos 50 anos de estudos das Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará
Paulo Elpídio de Menezes Neto
- 235 Praticar a etnografia no Ceará "descobrimo o Brasil" nos anos noventa: ensaio de memória reflexiva
Agnès Clerc-Renaud
- 253 Antropologia no Ceará: algumas notas sobre o porvir e o vigor de ter sido
Alexandre Fleming Câmara Vale, Teresinha Helena de Alencar Cunha, Vera Rodrigues

// ESPECIAL: O Amapá como desafio sociológico

- 277 Histórias vividas e narradas: os amapaenses no *Jornal Amapá*
Manoel Azevedo de Souza, César Barreira
- 313 Parteiras tradicionais da Amazônia amapaense: capacitação, incorporação de saber e resistência cultural
Iraci de Carvalho Barroso, Antonio Cristian Saraiva Paiva

// ARTIGOS

- 365 Repertórios de confronto em movimentos sociais urbanos: os casos da "Resistência Vila Vicentina" e do "Quem Dera Ser um Peixe", em Fortaleza-CE
Linda M. P. Gondim, Aline M. M. Rocha
- 409 Reforma Urbana Pereira Passos: resistências de uma população excluída
Mayara Grazielle Consentino Ferreira da Silva

- 449 O impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados
Maurício Michel Rebello, Gustavo Giora, Cláudio Júnior Damim
- 475 Antagonismo e propaganda eleitoral: os discursos de PSDB e PT na eleição de 2002
Felipe Corral de Freitas

// RESENHAS

- 527 Durkheim hoje
Denizar Amorim Azevedo
- 537 Recensão crítica do livro *Domestic Violence: Interdisciplinary Perspectives on Protection, Prevention and Intervention*
Pedro Saraiva

Contents

Revista de Ciências Sociais, Fortaleza,
v. 50, n. 1, 2019

13 Editorial Note

// DOSSIER: 50 Years of Social Sciences at UFC

17 The Research as a Gift: inspirations from Ceara,
Brazil

José Machado Pais

49 Ceara and the globalized Brazilian Northeast: an
academic and affective trajectory

Jacob Carlos Lima

75 Hearts and Minds: Memories of 1968

Maria Francisca Pinheiro Coelho

101 Testimony: 50 Years of Federal University of Ceara
(UFC)

Hélio Barros

159 Ceara's Federal University Social Sciences Course
(1968:1972): social struggle, critical thought and
academic recognition

Regina Bruno

179 Brands and experiences in the history of the
Postgraduate Program in Sociology

César Barreira, Irllys Alencar F. Barreira

205 From the original boldness to the normative
consolidation of CAPES

André Haguette

- 219 From amateurs and erudite dilettantes to professional researchers in the 50 years of the Social Sciences studies at the Federal University of Ceará
Paulo Elpídio de Menezes Neto
- 235 Practicing ethnography by "discovering Brazil" in the 1990s: reflective memory essay
Agnès Clerc-Renaud
- 253 Anthropology in Ceará: some notes about the future and the stamina of having been
Alexandre Fleming Câmara Vale, Teresinha Helena de Alencar Cunha, Vera Rodrigues

// SPECIAL: Amapá as a sociological challenge

- 277 Lived and narrated histories: the Amapaense people in the newspaper *Jornal Amapá*
Manoel Azevedo de Souza, César Barreira
- 313 Traditional midwives of the Amapaense Amazon: qualification, incorporation of scientific knowledge and cultural resistance
Iraci de Carvalho Barroso, Antonio Cristian Saraiva Paiva

// ARTICLES

- 365 Contentious repertoires in urban social movements: the cases of "Resistência Vila Vicentina" and "Quem Dera Ser um Peixe", in Fortaleza-CE
Linda M. P. Gondim, Aline M. M. Rocha
- 409 The Pereira Passos Urban Reform: resistance of excluded people
Mayara Grazielle Consentino Ferreira da Silva

- 449 The impeachment of Dilma Rousseff in the House of Representatives
Maurício Michel Rebello, Gustavo Giora, Cláudio Júnior Damim
- 475 Antagonism and electoral propaganda (HGPE): the PSDB and PT discourse in the 2002 election
Felipe Corral de Freitas

// BOOK REVIEWS

- 527 Durkheim today
Denizar Amorim Azevedo
- 537 Critical review of the book *Domestic Violence: Interdisciplinary Perspectives on Protection, Prevention and Intervention*
Pedro Saraiva

Nota Editorial

A *Revista de Ciências Sociais* chega a seu **50º Volume**, o que é uma marca a celebrar. E, por oportuna coincidência, este volume traz o *Dossiê Temático: 50 Anos de Ciências Sociais na UFC*, proposto por César Barreira e Irllys Barreira a partir seminário temático de mesmo nome, ocorrido em setembro de 2018, comemorando as cinco décadas da fundação do Curso de Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará.

Trata-se, portanto, de um *Dossiê* ligeiramente diferente: um momento de reflexão sobre trajetórias acadêmicas, desenvolvimentos institucionais e, também, de natureza epistemológica, o que agrega grande valor à discussão acadêmica das Ciências Sociais contemporâneas. Assim, por um lado, os textos possuem características memorialísticas e celebrativas; e por outro, pensam “velhos” e “novos” caminhos teóricos, e mais importante: o fazer ciência em si, os desafios de produzir conhecimento científico em um país como o Brasil e, ainda mais, em uma região periférica”.

Assim, os textos trazem interessante reflexão memorial sobre como uma jovem Universidade Federal do Ceará (instalada em 1955) cria o **Instituto de Antropologia**, em 1958, que dará origem ao **Departamento de Ciências Sociais**, em 1966, e por fim, ao **Curso de**

Ciências Sociais, em 1968, e intercalam tal desenvolvimento institucional ao complexo contexto histórico pelo qual o Brasil vivia naqueles tempos. Não dá para ignorar a benção e maldição de um curso fundado em pleno “ano que não acabou”, ao mesmo tempo em que estudantes se mobilizavam contra a repressão no mundo inteiro (e como recorda um dos artigos, a eclosão das manifestações estudantis brasileiras antecede o maio francês) e a Ditadura Militar “endurece” com a edição do Ato Institucional N.º 5 (AI-5).

Não apenas isso, os textos do *Dossiê* refletem sobre os percursos – por vezes espinhosos – de criar currículos que fizessem jus à ascensão das Ciências Sociais no Brasil da época e, para não ficar apenas no passado, trazem para o hoje considerações críticas e necessárias a como se desenvolve o pensamento científico nas Ciências Sociais: Como lidam com as perspectivas de internacionalização? Como respondem aos estímulos de Ciência, Tecnologia e Inovação? Como contribuem para a lógica de produção orientada pela CAPES?

Além do *Dossiê Temático*, este número traz suas demais seções, com artigos avulsos e resenhas, além de publicarmos a última edição do *Especial: O Amapá como Desafio Sociológico*, fruto da parceria entre o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará com a Universidade Federal do Amapá, por meio de um DINTER.

Por fim, não custa mencionar, chegar ao *Vol. 50* faz a RCS iniciar as comemorações de seus próprios 50 anos, que serão celebrados em 2020, à época do lançamento do *Vol. 51*.

Fortaleza, fevereiro de 2019.

Comissão Editorial

// **Dossiê**
50 Anos das Ciências Sociais na UFC

A pesquisa como dádiva: inspirações cearenses

José Machado Pais

Universidade de Lisboa, Portugal

machado.pais@ics.ulisboa.pt

1. Nos braços de Iracema

A primeira vez que aterrei em Fortaleza foi em setembro de 2001, para participar no X Congresso Brasileiro de Sociologia, organizado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Lembro-me de ter ficado alojado no Praiano Hotel, na avenida Beira Mar, aonde cheguei a meio de uma tarde soalheira. Tomei um duche rápido e logo deixei o hotel para um passeio no calçadão. Olhei o mar, suspirei fundo e, guiado pelo instinto, virei à esquerda sem destino certo. Calcorreadas umas três centenas de metros, começo a ouvir uns acordes de chorinho. O escutar é uma forma de perscrutar a realidade. Sigo atrás de quem me chama. Um cavaquinho, uma flauta, uma guitarra e um pandeiro. Foi assim que se deu o meu primeiro encontro com a Praia de Iracema. O delicioso chorinho viria a encontrá-lo nas cercanias da Ponte Metálica, na esplanada de um charmoso barzinho, o Cais Bar.

Em novembro de 2004 retornaria a Fortaleza, para participar num colóquio organizado pela UFC, em colaboração com a Université Lumière-Lyon 2, sobre *Oralidade, Textualidade e Transformação do Imaginário Social*. No final de uma tarde liberta de compromissos rumei ao Cais Bar para me reencontrar com o pôr-do-sol do chorinho. Perdi-me no meio de destroços e construções abandonadas. Em vez do Cais Bar só encontrei o Pirata Bar. Vim depois a saber que o bar do chorinho, lendário ponto de encontro da boémia alencarina, havia encerrado. Porém, só viria a tomar conhecimento do processo de transformações ocorridas na Praia de Iracema quando tive oportunidade de integrar o júri da tese de doutorado de Roselane Bezerra – *O Bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boémia”* – defendida na UFC, em abril de 2008 e publicada no ano seguinte (BEZERRA, 2009). A discussão de boas teses é uma fonte de aprendizagem para quem as lê. Aprendi muito sobre o bairro de Iracema com a leitura da tese de Roselane: a forma como os habitantes consignavam significados aos lugares que eram palco do transcurso das suas vidas; as apropriações simbólico-expressivas desses lugares, sinalizadas pela renomeação do bairro, de *Praia do Peixe* para *Praia de Iracema*; as estratégias de gestão de conflitos quando proprietários de discotecas que acolhiam prostitutas organizavam forró para idosos, depois de uma reunião com os moradores que termina com um pai-nosso; os protestos dos residentes contra as casas de *show*, embora reivindicassem descontos para nelas entrar... Em trânsito me senti quando comecei a cruzar descobertas naturalísticas do que ia observando com aquelas outras do que ia lendo. Em trânsito me achei num bairro olhado como espaço de trânsitos e junções, como outrora acontecia com as conquistas amorosas das *Coca-Colas*, meninas embeijadas pelo refrigerante norte-americano, mais recentemente viradas para as pizzas italianas.

Sem o chorinho do Cais Bar, profundamente tocado por um sentimento de perda, refugiei-me na obra de José de Alencar, revisitando *Iracema* e outros livros do ilustre escritor cearense, em Fortaleza nascido. Ao reler *O Guarani*, ganho Alencar como aliado de uma ideia que há tempos persigo sobre a possível influência dos ciganos na disseminação do fado pelo Brasil (PAIS, 2012). A hipótese, pioneiramente sustentada por Pinto (1931), de o fado descender do lundum é francamente provável. Porém, tanto Rugendas, Andrew Grant, Gilberto Freyre ou Mário Andrade convergem em uma evidência: sem perder as suas raízes africanas, o *lundum* brasileiro distanciou-se do *lundum* africano pela convivência dos batuques com as violas. Em que braços terão chegado as violas ao Brasil? De portugueses, certamente, mas não só. De ciganos também, a avaliar pela narração de José de Alencar quando, no romance *O Guarani*, nos abre a porta de jacarandá de um casarão colonial, edificado em finais do século XVI. O proprietário do casarão era um fidalgo português, D. António de Mariz, um dos fundadores da cidade do Rio de Janeiro. Quando Alencar nos guia aos aposentos do casarão, descobrimos que, numa alcova, sobre uma cómoda, jaz “uma dessas guitarras espanholas que os ciganos introduziram no Brasil quando expulsos de Portugal” (ALENCAR, 1994 [1857], p. 34). Numa nota de rodapé informa-nos ainda que os capitães daquele tempo tinham o costume de “manterem uma banda de aventureiros às suas ordens” (ALENCAR, 1994, p. 34). Esses aventureiros acomodavam-se em círculo, em cabanas à volta da casa colonial. Eram “pobres, desejosos de fazer fortuna rápida, e [...viviam] em parcerias de dez e vinte, para mais facilmente praticarem o contrabando de ouro e pedras preciosas, que iam vender na costa” (ALENCAR, 1994, p. 34). Alencar não afirma que entre esses aventureiros encontrássemos ciganos, apenas nos diz que eram “homens ousados,

destemidos, reunindo ao mesmo tempo aos recursos do homem civilizado a astúcia e agilidade do índio” (ALENCAR, 1994, p. 35). Porém, em uma das mais pormenorizadas descrições da dança do fado oitocentista por terras brasileiras, pela mão de um outro romancista (Almeida, 1990 [1854]), não será por acaso que por lá vemos ciganos e com eles violas, estalos de dedos, sapateado, viravoltas e batimentos de palmas.

Nos braços de Iracema, fiquei enamorado de outros mitos e lendas cearenses, como a lenda da cidade encantada de Jericoacoara, a lenda dos Dragões do Ipu, a lenda da Cabra Cabriola, a lenda da Mula sem Cabeça e muitas mais retratadas na literatura de cordel nordestina. As “guitarras espanholas” que os ciganos introduziram no Brasil, ideia sustentada por José de Alencar, levaram-me a revisitar as concepções míticas do fado, entre as quais surgem as “dez mil guitarras” (RIBEIRO, 1936) encontradas nos despojos da batalha africana de Alcácer-Quibir, corria o ano de 1578, de onde desapareceu El-rei Dom Sebastião, com a promessa de um dia voltar em uma manhã de nevoeiro. No Ceará reencontrei-me com o mito de Dom Sebastião. Diz-se que terá fugido para o Brasil, por onde ainda hoje vagueia nos Lençóis Maranhenses (CASCUDO, 1999 [1954], 168) e nos areais de Cumbe, no Ceará. Vejam-se, a propósito, os relatos de Francisco Freire Alemão de Cisneiros, coligidos a partir da expedição que realizou ao Nordeste do Brasil, a meados do século XIX, com o apoio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (ALEMÃO, 1964 [1859-1861], 25-27 e 273-278). Porém, enquanto que em Portugal se recordam os gemidos das “dez mil guitarras” da batalha de Alcácer-Quibir, em Cumbe recordam-se os sons misteriosos dos tambores de guerra de Dom Sebastião. Na sua expedição, o botânico Freire Alemão quis ver e ouvir esses tambores que rufavam como “uma caixa de guerra”.

O que não viu não deixou de ouvir e o que ouviu “assemelhava-se ao som do tambor dos pretos no seu candombe” (ALEMÃO, 1964, p. 277).

Os batuques sempre estiveram presentes em folguedos africanos. Depois, nos tempos coloniais, acabariam por ser reprimidos ou banidos. A sua sobrevivência poderá ter contado com o apoio das imaginadas tropas de Dom Sebastião. Quando recentemente me desloquei a Quissamã, a norte do Estado do Rio de Janeiro, para ver e ouvir um fado dançado vindo do tempo dos escravos, também fiquei intrigado com a ausência de batuques. O fado que vi era apenas dançado com sapateado. Outrora, disseram-me alguns fadistas mais velhos, também se usavam tamancos para intensificar a sonoridade do sapateado. Em conversa com Ismael Pordéus, em um dos nossos encontros de Lisboa em companhia de um bacalhau com batatas ao murro, o antropólogo da UFC avançou com uma suspeita. Os tamancos poderiam ter substituído as sonoridades dos batuques. Embarquei na ideia do meu querido amigo cearense e em mais um copo de vinho. Vim depois a comprovar que, como no caso de outras danças fandangadas de má fama, tão perseguidas no Brasil imperial, o fado só poderia sobreviver caso se libertasse dos batuques (PAIS, 2018). Este cenário de trânsitos culturais é apenas um acorde introdutório ao meu “fado acadêmico tropical”, expressão que pilhei da apresentação de Irllys Alencar F. Barreira (2010) a um número temático da *Revista de Ciências Sociais* da UFC (Vol. 41, n.º 2) sobre pesquisas cruzadas entre Brasil e Portugal.

2. Tecendo ideias, aprendizagens e amizades

Num balanço de experiências de ensino e pesquisa com alunos e professores do curso de Ciências Sociais da UFC, eu poderia enfatizar o que de mim supostamente mais terei dado, ao participar em projetos de pesquisa, missões de trabalho e seminários de investigação; ao realizar palestras e reuniões com estudantes; ao integrar bancas examinadoras de teses; ao acolher doutorandos e pós-doutorados da UFC no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa (ULisboa), numa vantajosa cooperação para a internacionalização de ambas as instituições. Não desvalorizarei esses contributos. No entanto se, como dizia Jorge Luís Borges, a memória é o nome que damos às grutas do esquecimento obstinado, não posso deixar fugir o que intransigentemente não poderei esquecer. A ideia da pesquisa como dádiva. A riqueza dos saberes compartilhados. Em minha relação com colegas, alunos e participantes de encontros etnográficos, o que mais valorizo é a experiência da pesquisa como dádiva. Por isso mesmo, sigo uma conduta que outros que muito admiro já seguem: ir ensinando o que sei, aprendendo o que não sei, promovendo um saber compartilhado, "um relacionamento de duas mãos, de troca, e não, como é norma, um relacionamento de mão única (MARTINS, 1997, p. 20). Nesse saber compartilhado, no balanço entre o que dei e ganhei, serei bem mais preciso e objetivo ao descrever o que dessa cooperação granjeei ao longo de quase duas décadas. Dei-me no que dei mas o que verdadeiramente dei só pode ser avaliado por quem se deu no que me deu.

No ICS-ULisboa tive o grato prazer de acolher vários professores da UFC, na condição de visitantes, com os quais os labores da pesquisa se entrelaçaram com relações de amizade: César Barreira

(com o projeto *Banditismo social: O Zé do Telhado*); Ismael Pordéus Júnior (*As religiões Afro-Americanas em Portugal*); Irlys Barreira (*Cidades e património numa perspectiva comparada*); Maria Auxiliadora Lemenhe (*Sindicatos e empresários*); Jawdat Abu-El-Haj (*Os dilemas do capitalismo periférico na era da globalização*); Júlia Miranda (*Religião e espaço público*); Sulamita Vieira (*Música popular portuguesa*); Celecina Sales (*Juventude e género: as trilhas dos jovens no campo político cultural*); Maria Sylvania Porto Alegre (*O arte-são colonial: percursos luso-brasileiros*) e Glória Diógenes (*Ciber-afectos em redes: intervenções juvenis na cidade*).

O elo entre criação intelectual e amical esteve também presente no acompanhamento de doutorandos da UFC que contaram com a minha orientação no período de acolhimento institucional no Instituto de Ciências Sociais: Isaurora Martins (com a tese *Os filhos da arte. Trajetórias de jovens de uma Ong que trabalha com arte-educação*); Sávio Cordeiro (*Vivência de velhos, práticas de sociabilidade em grupos de convivência*); Maria Paula Jacinto Cordeiro (*Entre chegadas e partidas: dinâmicas das romarias em Juazeiro do Norte*); Camila Holanda Marinho (*Afetos de rua: narrativas amorosas e trajetórias afetivas de jovens que vivem nas ruas*); Igor Monteiro Silva (*O mundo não é tão grande: uma etnografia entre viajantes independentes de longa duração*). O acompanhamento destas teses deu-me ensejo de enriquecer o conhecimento sobre a realidade cearense, acrescido pela leitura e avaliação de outras teses em cujas bancas de doutorado participei: de Roselane Bezerra (com a já citada tese *O Bairro Praia de Iracema entre o “adeus” e a “boémia”*); Irapuan Peixoto Lima Filho; (*“Em tudo o que eu faço, eu procuro ser muito rock and roll”*: *Rock, estilo de vida e rebeldia em Fortaleza*); e Simone de Oliveira de Castro (*Memórias da cantoria: palavra, performance e público*).

Aos poucos fui sentindo uma crescente identificação com a cultura popular cearense. Solicitações de orientação de tese que tivessem por objeto de estudo o Ceará, mesmo vindas de outros Estados brasileiros, criavam-me dificuldades de recusa. Quando Maria Spósito, da USP, me contactou para receber no ICS a doutoranda Flávia Alves de Sousa e logo que soube que o seu projeto de tese (*Juventude e sociabilidade: a experiência dos jovens em uma localidade litorânea*) se centrava em Flexeiras – uma das mais encantadoras praias cearenses que conheci – não pude recusar. O mesmo aconteceu com Alexandre Vieira (*Trajetórias formativas profissionais em música: um estudo de caso com estudantes do Curso Técnico em Instrumento Musical do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – Campus Fortaleza*), orientado por Jussara Souza, do Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; ou ainda Ana Amélia Neri Oliveira, com uma tese sobre quilombolas cearenses (*Práticas Corporais, Cotidiano e Comunidades Quilombolas*), orientada por Dulce Filgueiras, da Universidade de Brasília.

A cooperação entre o Departamento de Ciências Sociais da UFC e o ICS-ULisboa tem contemplado riquíssimas experiências de pesquisa. Não posso deixar de referir o projeto *Globalização, identidades culturais e conflitos sociais*, apoiado entre 2005 e 2007 pelo Programa CAPES-ICCTI/GRICIS/FCT (Cooperação Brasil-Portugal), coordenado por Irllys Barreira e, em Portugal, por mim próprio, com uma ampla equipa de pesquisadores de ambas as instituições. Em 2010, a *Revista de Ciências Sociais* da UFC publicou um número temático (*Brasil/ Portugal: Pesquisas Cruzadas*, Vol. 41, nº 2) dando conta de alguns resultados de pesquisa desse projeto. Como bem salientou Irllys Barreira (2010, p. 05) em sugestiva nota de apresentação da revista, o consórcio possibilitou “resultados expressos em publicações,

participação em bancas examinadoras de teses, missões de trabalho e de pós-doutorado”. A materialização desta cooperação haveria de ter continuidade com a realização, em 2013, do Simpósio “Ciências Sociais Cruzadas”, no ICS-ULisboa, cujas comunicações foram reunidas no volume *Ciências Sociais Cruzadas entre Portugal e o Brasil*, livro publicado pela Imprensa de Ciências Sociais (SILVA *et al*, 2005) – editora que já havia dado acolhimento à publicação de livros de Ismael Pordéus (2009) e Irllys Barreira (2013). *A Análise Social*, revista do ICS-ULisboa, associar-se-ia ao mote das *Ciências Sociais Cruzadas* que, aliás, acabaria por dar nome a um dossiê da revista (nº 222, 2017).

Na UFC participei em vários seminários e congressos, com palestras e comunicações sobre jovens, cultura e vida cotidiana, violência e conflitos, imaginários e representações sociais, metodologias e teorias do cotidiano. As missões de trabalho incluíam reuniões com os estudantes. Recordo um desses encontros, promovido pela Professora Irllys Barreira. Foi em Abril de 2008, numa manhã *bonita pra chover* – e choveu mesmo! Incentivara-me a reunir com alunos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Aceitei o repto com agrado. E mais agradado fiquei quando os ouvi falar com entusiasmo dos seus projetos de pesquisa: das problematizações sociológicas que fundamentavam os objetos de estudo, dos dilemas enfrentados, dos avanços conseguidos, das metodologias usadas, dos questionamentos teóricos e conceptuais que os acompanhavam no decurso das suas pesquisas. Num intervalo para café, no aroma de cuja informalidade seguimos até ao fim da reunião, convidaram-me a escrever o prólogo de um livro que acolheria os trabalhos em discussão.

A leitura do manuscrito foi gratificante ao dar-me ensejo de tomar conhecimento de diferentes cenários de vida de jovens cearenses. As

suas vozes ecoavam nas páginas do livro expressões de uma realidade somente ao alcance de uma sensibilidade analítica que, na realidade, os autores do livro partilhavam. Essas expressões davam conta de *inserções culturais* (“Nós gostamos do que é sub”); *estratégias de sobrevivência* (“Comecei a trabalhar aos oito anos de idade vendendo merenda e picolé”; “Engraxeí sapato, peguei carrego”); *aprendizagens de vida* (“Esta vida me ensinou e continua ensinando”; “Eu sempre tomei meu erro como lição de vida”); *impasses* (“Um cachorro que nem eu vai fazer o quê?”); *desilusões* (“Vi muita cena difícil”); *expectativas* (“As pessoas olham para a gente como um homem e não como um menino velho”); *sentimentos de perda* (“Fiquei olhando pra ele dentro do caixão, esperando que ele piscasse o olho”); *bloqueamentos emotivos* (“A pior coisa que acho é que não consegui chorar”); *utopias irrealizáveis* (“Os sonhos são impossíveis quando o sofrimento de luta pela vida torna-se realidade”)... Relatos de vida que ajudam à compreensão sociológica de trajetórias de vida, estruturas de oportunidades (ausentes, sonhadas ou esbanjadas), futuros prováveis e improváveis, sentimentos de afeto e desafeto. O livro, era o resultado valioso de uma estratégia colaboracionista, envolvendo estudantes da pós-graduação da UFC (BARREIRA e BARREIRA, 2009). Por caminhos diferentes, eles tinham conseguido mostrar que os rumos de vida dos jovens pesquisados não eram determinados, rigidamente, por suas pertenças sociais, mas estas projetavam-se inevitavelmente nesses rumos, ainda que de forma mais ou menos esquivada, como num jogo de gato e rato.

Para além do muito que aprendi no acompanhamento das dissertações da Pós-Graduação de Ciências Sociais da UFC, outro regozijo foi seguir o percurso de sucesso de muitos desses orientandos, agora reconhecidos professores e pesquisadores, com obra publicada. Que

alegria saber que algumas das suas teses acabaram por ser publicadas. Recordo, por exemplo, o livro de Paula Cordeiro (2011a), *Entre Chegadas e Partidas: Dinâmicas das Romarias em Juazeiro do Norte*. Num trilho de caminhadas, foi aliciante ver como as jornadas dos romeiros se entrecruzam com os percursos da pesquisa. Não sei como surgiu o objeto de pesquisa, se este foi ao encontro de Paula ou se esta o encontrou por acaso. O certo é que a cidade que a viu nascer e crescer deixou de ser apenas um lugar vivido, passou também a ser um campo concebido. À sua maneira, ela foi uma peregrina, uma viajante de descobertas, uma artesã na arte de potenciar tensões e polarizações, em bem trabalhadas tecelagens analíticas. Tensões entre continuidade e mudança; devoção e diversão; peregrinação e romaria; sagrado e profano; oração e consumo; recolhimento e sociabilidade; devoção e festa; tensões entre *nós*, os moradores, e *eles* os forasteiros; tensões entre distintos tipos de romeiros, turistas e residentes; tensões entre sentidos pejorativos e valorativos da imagem do romeiro; tensões entre o culto oficial e a religiosidade popular; tensões entre o olhar de fora e o olhar de dentro, entre o estranho e o familiar, entre componentes indissociáveis de uma realidade compósita de lugares, eventos, pessoas; tensões entre várias formas de apropriação do Padre Cícero, umas religiosas, outras políticas (NETO, 2009); tensões entre o que Hertz (1970 [1909]) definiu como um *sacré droit* e um *sacré gauche*, um polo de unificação religiosa, outro de segregação; tensões entre as apropriações analíticas das romarias que a tomam como um fenómeno massivo e aquelas outras que procuram recuperar a centralidade do romeiro. Paula Cordeiro usou com mestria essa arte de gerar tensões entre a realidade que se dá a observação e os modos como, sociológica e antropologicamente, ela pode ser captada. Tensões que também se problematizaram em intenções de interpretação suscitadas

pela interrogação. Por exemplo, há romarias sem romeiros? A interrogação é um pretexto para a indagação, um ponto de partida que anuncia uma hipótese de investigação cujo ponto de chegada pode ser a sua negação. Não, não há romarias sem romeiros. E é assim que Paula Cordeiro recupera o romeiro enquanto figura central da romaria, em contracorrente das análises centradas nos processos de turistificação que acabam por desconsiderar os verdadeiros protagonistas das romarias – os romeiros, eles mesmos: de carne e osso, com distintas crenças e devoções, uns chegando a Juazeiro com a cruz da fé, outros com a garrafa de cachaça.

Quando, como bolseira da Capes, Paula Cordeiro chegou a Lisboa com três pequenos filhos pela mão, não deixei de me interrogar, apreensivo: como é que ela vai ter tempo no meio de tantas responsabilidades familiares? Será mesmo capaz de terminar a tese em prazos aceitáveis? Como o conseguiu não sei. Provavelmente soube transformar os contratempos em estímulos emocionais. Ou então contou com a proteção do Padre Cícero ou o companheirismo de São Sávio. Domingos Sávio Cordeiro, companheiro de Paula Cordeiro, é outro querido amigo cuja trajetória acadêmica tenho acompanhado. Recordo como uma grata dádiva a visita à Universidade Regional do Cariri, a palestra dada, a reunião com alunos de Ciências Sociais, a ida ao santuário do Padre Cícero, a visita às oficinas de muitos artesãos de Juazeiro do Norte, incluindo tipografias de literatura de cordel. Visitas memoráveis, sem esquecer a que realizámos à casa de Patativa do Assaré, um ícone da poesia popular cearense. Sávio Cordeiro também escreveu um livro sobre o Padre Cícero e o mito que à volta dele surgiu. O mito, como nos ensinou G. Durand ao analisar as estruturas antropológicas do imaginário, não é uma realidade facilmente traduzível ou decifrável. Ao ser pousada de imaginários sociais dominados

por crenças que habitam o desejo de entender o mundo ou justificá-lo, não podemos correr o risco de enterrar a razão do mito no mito da razão. Há que saber ouvir os narradores dos mitos, como Sávio tão bem os soube ouvir em seu livro *Os Narradores de Padre Cícero* (Cordeiro, 2011b). Só desse modo é possível descobrir que a realidade do mito se expressa em ritos e narrativas, sinalizações semânticas e símbolos que dão guarida aos seus próprios sentidos. O simbolismo estabiliza a virtualidade do imaginário através da linguagem e da narração. Por isso, o imaginário dos crentes não é uma mera imagem refletida de uma qualquer realidade. É uma criação incessante de imagens que criam e recriam a sua própria realidade.

Depois da visita pedestre ao santuário do Padre Cícero, o livro de Sávio permitiu-me viajar à terra chã das narrativas dos crentes, dos seus sentimentos, das suas trajetórias de vida. Não é fácil passar para o papel a expressão dos sentimentos que enchem de sentido a vida dos crentes. Aliás, quando alguém escreve sobre sentimentos fica sempre aquém do que pretende dizer. Não por acaso, Jean-Paul Sartre (em *Les Carnets de la Drôle de Guerre*) defendia que logo que um escritor decide escrever sobre o que sente, tudo o que sente já só o sente pela metade, ocupado que está em definir e pensar o que sente. Por isso Sartre confessava não ser autêntico, já que não passava de um mero transmissor de sentimentos. Estava a ser autêntico quando afirmava não o ser. Sávio ultrapassou esse dilema quando em seu livro decidiu dar guarida aos sentimentos dos crentes em viva voz, concedendo-lhes a possibilidade de falarem livremente do que sentiam, sem deixar escapar corruptelas, termos regionais e expressões locais à sombra de cujos significados me fui socializando. Num breve prefácio ao livro, deixava a Sávio o meu prognóstico: *Móia* de gente vai ler seu livro e dele *tomar gosto*. E dirigindo-me aos potenciais leitores: *num* precisa

mais de meu falar, meus *conseio* pode deixar que eu vou *eguar*, tomar um café ou *aluar*.

Voltando a Paula Cordeiro, sei que é descendente de romeiros e que antes de enveredar pela vida acadêmica se dedicava ao artesanato. De certo modo cumpriu o destino traçado por Padre Cícero que nos versos sábios de Zé Mutuca nos mostra como a cidade de Juazeiro se foi construindo: “O tempo que padim ciço/ Viveu aqui em Juazeiro/ Dizia sempre aos romeiros/ Aprendam qualquer ofício/ [...] Façam boneca de pano/ Alguns sejam sapateiro/ Na arte de espingardeiro/ Um faz feixo outro faz cano/ Ensine também ao mano/ Pra que ninguém se cative/ Homem trabalha de ourive/ Mulher borda e costura/ Quem souber faça escutura/ Trabalhando é que se vive”. Não sei se Paula Cordeiro ainda se dá às artes de fazer bonecas de pano, mas tenho a certeza que não deixou de ser artesã. Ela abraçou as artes de um outro ofício: o da pesquisa sociológica. Por tudo isso e muito mais, aqui fica a minha singela homenagem a uma digna representante de todas essas valiosas mulheres cearenses que, apesar de suas responsabilidades familiares, abraçaram, com sucesso, o desafio da produção artesanal. A sua orientadora, é sabido, foi a Professora Irllys Barreira, notável cultora da prática artesanal de pesquisa, socióloga com uma enorme criatividade e sensibilidade analítica. Não foi certamente por acaso que, na qualidade de presidenta da Sociedade Brasileira de Sociologia, quando lançou a *Revista Brasileira de Sociologia* escolheu para os seus dois primeiros volumes a temática da sociologia como artesanato intelectual.

3. Repentes e cantorias

No ano em que pela primeira vez aterrei em Fortaleza (2001), recebia uma aliciante proposta do Chapitô, instituição cultural sediada em Lisboa, liderada por uma mulher-palhaço, Teresa Ricou. O desafio era o de realizar no ICS-ULisboa, um colóquio sobre sonoridades afro-luso-brasileiras. Por falta de tempo e de verbas, hesitei em assumir tamanha responsabilidade, mas lá acabei por aceitar o repto, com posteriores assomos de arrependimento. Já em Fortaleza, tomando uma água de coco e ensimesmado pelo desânimo de um possível *desaire* do colóquio, fui abordado por Françaú¹, um repentista cearense que terá herdado o nome de um sacerdote francês, não sei se por dele ter recebido o batismo ou dele ser descendente. Começámos a falar e logo Françaú profetizou: “Tu leva para Lisboa/ o verso do Françaú/ Porque Jesus continua/ Sempre a ti a *abençoá*”. Por proteção de Jesus ou devoção do Françaú, o certo é que quando retornei a Lisboa todos os entraves à organização do Congresso se haviam dissipado, tendo o mesmo terminado com uma inesquecível *jam session* no Chapitô, com a participação de violas caipiras, djambés, instrumentos de sopro e a inconfundível voz da fadista Marisa (PAIS *et al.*, 2004).

Sei que a morte nos levou Françaú, ao ser recentemente colhido por uma motocicleta quando se dirigia à praia do Cumbuco, com a sua sacola de cordéis. Em meu diário de campo guardo ainda alguns versos do Françaú: “Eu vou pedir a Jesus/ O autor da criação/ Para proteger o Português/ Aqui no nosso torrão/ Tou vendo que ele tem/ Na vida uma missão/ Eu já vi que tu carrega/ O amor no coração”. Com tamanha responsabilidade não posso desiludir Françaú... Dário Cotrim, colunista de *O Norte de Minas*, dizia que há duas maneiras de

1. Do francês, François. Vivendo perto de Cumbuco, França Gonçalves Cruz assina alguns cordéis com o nome Françaú.

conhecer o Nordeste brasileiro: fazendo turismo ou lendo literatura de cordel dos poetas da região. Com os repentistas do Nordeste brasileiro não aprendi apenas a conhecer melhor o Brasil. Aprendi a olhar o mundo de uma maneira diferente, aprendi a olhá-lo com os olhos de quem o vive. Olhar a realidade através do olhar dos outros permite-nos alargar os horizontes de interpretação. Porquê? Porque deixamos de questionar o que apenas pressupomos.

Françua foi para mim um sábio professor de uma disciplina que poderíamos exaltar dando-lhe um nome presunçoso. Por exemplo, Epistemologia da Criatividade. Com toda a sua simpatia e simplicidade, ele explicou-me como o improvisado, o instantâneo, o detalhe e o consciente são notas compósitas de uma criatividade melódica, o repente: “O repente é instantâneo/ É o que se faz avexado²/ No meio do povo estranho/ Veja o meu detalhado/ Uso o meu consciente/ Saiba que o repente/ Ele é improvisado”. As experiências cotidianas, tão vivamente relatadas na literatura de cordel, constituem uma fonte de aprendizagem do mundo da vida. Enquanto cientistas sociais, temos de saber enfrentar esse desafio, o de explorarmos as minudências da vida social, as potencialidades interpretativas de aspetos aparentemente anódinos da vida cotidiana que nos podem dar pistas sobre dinâmicas e processos sociais. Como sustentou Edward Gibbon (1906) em *The Decline and Fall of the Roman Empire*, obra publicada no terceiro quartel do século XVIII, o patético quase sempre está no pormenor das circunstâncias miúdas, nos detalhes a que França se referia.

2. No meu bloco de notas anotei *avessado*, termo que me seduziu por o ver associado a uma boa estratégia metodológica, olhar o avesso das realidades para melhor as compreendermos. Tenho usado com proveito esta estratégia quando miro e remiro achados exóticos (comportamentais) para lhes achar os avessos endócticos (sociais). No entanto, penso que França se referia a *avexado*, termo corrente no nordeste brasileiro. Neste outro sentido, o termo significa: rápido, apressado, inquieto, instantâneo, significados que remetem para a criatividade repentista.

Tenho uma dívida de gratidão para com os repentistas cearenses, pelas aprendizagens que me proporcionaram através dos seus cantares, provérbios e ditos chistosos. No Ceará descobri que o desprezo em relação à literatura oral e de cordel não é de mera ordem literária (SARAIVA, 1980)³. É uma desatenção à criatividade da cultura popular. Pena que a tradição das cantorias e histórias do romanceiro português se tenha perdido no torrão luso. Felizmente que a encontrei no Nordeste brasileiro. A literatura de cordel tem sido uma preciosa fonte documental de minhas pesquisas.⁴ Tomando de empréstimo a terminologia das memórias da xilogravura que me chegaram pela mão amiga de Gilmar de Carvalho (2010, p. 9), diria que as ideias gravadas nos textos que vou escrevendo resultam também de “tipos móveis” que, num jogo de “cata-cata”, vou tentando articular. Ideias embrulhadas em palavras. Palavras enfileiradas em frases. Frases flutuadas por ideias. Eis-me habitado por essa inspiradora lira nordestina, casa de palavras cantadas, de palavras recitadas, de palavras que acenam às imagens para melhor poderem ser imaginadas.

Em minha produção académica existem significativas inspirações cearenses, fruto da admiração que tenho pelas manifestações criativas de cultura popular do Nordeste brasileiro, também nas artes de musicar e improvisar (PAIS, 2009). Sempre que no ICS-ULisboa recebo

3. Arnaldo Saraiva, *Literatura Marginalizada*. Novos Ensaios. Lisboa, Editorial Presença, 1980.

4. Veja-se, por exemplo, as achegas cordelistas em meu livro *Enredos Sexuais, tradição e mudança: as mães, os zecas e as sedutoras de além-mar* (PAIS, 2016). Nas referências bibliográficas encontramos contributos de José Ribamar Alves (*Quebra de Silêncio*); Abraão Batista (*Ana Paula, a jovem que se rifou para ir morar em São Paulo; A Portuguesa que Cozinhou os Peitos da Escrava Negra e os Deu para o Marido Comer*); José Francisco Borges (*A Chegada da Prostituta no Céu*); João Bandeira de Caldas (*Nos Caminhos do Sertão*); José Furtado Carvalho de (*O Monstro do Lago Ness e o Burro do Português*); Franklin Machado (*O Japonês que Ficou Roxo pela Mulata*); António Alves da Silva (*A Moda do Silicone na Mulher Brasileira*) e Davi Teixeira Silva (*A Bunda Vendedora*).

pesquisadores visitantes com dotes artísticos, não perco a oportunidade de agilizar a difusão e fruição da cultura brasileira. Recordo um extraordinário concerto dado por Ivan Vilela, um dos mais consagrados violeiros de música caipira do Brasil; ou o seminário musicado de Pedro Abib – o *Pedrão* – com os seus cativantes sambas de botequim; ou o concerto *Café com Pão*, de Marilda Santanna, dando-nos a saborear melodias com as quais se cruzou no seu percurso de pesquisa, como o *fado sidonim* da revista *Bola de Sabão*, ou um lundum baiano cantado por Pepa Ruiz na revista *Tim Tim por Tim Tim*; ou os encantadores monólogos cantantes de Numa Ciro, trazendo-nos uma realidade bem viva do Nordeste brasileiro, reavivada em reminiscências de um passado compartilhado, onde se entrecruzam influências africanas, indígenas, jesuíticas e arábico-ibéricas, matriz em que se filiavam, em Portugal, os jograis e madrigais, as músicas ambulantes de cegos e os fados de rua.

Em junho de 2014 convidei um cordelista nordestino, Franklin Maxado, a animar no ICS um seminário sobre o Repente, dando-lhe também ensejo para falar do seu livro “*O que é cordel na Literatura Popular*” (MAXADO, 2012). Como estávamos em vésperas do mundial de futebol que se realizou no Brasil, Maxado apresentou-nos o seu folheto “*Portugal nas mãos de Deus, nos pés de Cristiano e pares e nos braços do Zé Povinho*”. Antes tinha-me pedido para prefaciar o folheto, ao que correspondi com uma sextilha de pé-quebrado: “Nosso Franklin Maxado/ De coração nordestino/ É cordelista afamado/ Chuta palpites com tino/ O samba vai virar fado/ Fadado pelo destino”. Nada correu bem para a canarinha e os verde-rubros, mas a sessão do ICS, consagrada ao repente nordestino, acabaria por fechar com uma animada oficina de aprendizagem de forró, tendo por monitores os bolsheiros brasileiros visitantes. Igor Monteiro, então douto-

rando “sanduíche” do ICS, presentemente professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), selecionou os forrós, dando-me ainda uma preciosa mão na preparação da caipirinha, chamada também à animação do convívio.

Infelizmente, nem mesmo com a oficina de forró consegui acertar com o compasso da dança. Não esqueço os risos que provoquei quando, em uma *gafieira* do Rio de Janeiro, ensaiei os meus primeiros passos de forró. Na verdade, como pé-de-elefante que sou, limitei-me a reproduzir os passos elementares que esquematicamente me haviam ensinado: dois para a esquerda, dois para a direita. Mas toda a minha boa vontade não impediu que me cobrassem a forma *quadrada* como dançava. Só muito depois descobri que o forró entrecruza movimentos fixos (dois para a esquerda, dois para a direita) com movimentos variáveis que não se circunscrevem ao chamado *arrasta-pé*. Foi quando me incitaram: *solta os quadris!* Apercebi-me então que a alma do forró não está apenas nos pés, mas no jeito de mover o corpo, ou melhor, na harmonia dos corpos dançantes, nos seus movimentos melódicos e rítmicos que tipificam diferentes géneros: “*bate-cocha*”, “*rala-bucho*”, “*pela-ovo*” ...

No entanto, a primeira vez que assisti à dança de forró não foi no Rio, nem sequer no *Pirata* de Fortaleza, mas em São Paulo, mais precisamente no restaurante Andrade, especializado em gastronomia nordestina. Foi a convite de um grupo de professores da PUC-SP e do editor José Cortez, um nordestino de gema, assíduo frequentador do forró do Andrade. Foi aí que comecei a apreciar a harmonia dos passos de dança. Vim depois a descobrir que a paixão de José Cortez pelo forró e pela literatura de cordel – que a sua própria editora divulga com apreço – é apenas um exemplo da ressonância que a cultura nordestina tem nas regiões de destino dos seus imigrantes. No

terceiro quartel do século XIX, muitos deles chegavam a São Paulo, acompanhados de suas violas, em busca de melhores condições de vida (WEFFORT, 1988). Era vê-los nos bares e botequins que ladeavam a estação rodoviária lançando os seus repentes em troca de alguns cruzeiros ou comida. No entanto, a viola de origens rurais era frequentemente olhada com preconceito, vista como um instrumento de gente da roça. Tomados ora como *sacerdotes* ora como *vagabundos* (BRANDÃO, 1981), os violeiros eram frequentemente perseguidos pela polícia, embora fossem protegidos pelos proprietários dos botequins. Quando as rusgas policiais se aproximavam, escondiam-se as violas enquanto os violeiros se agarravam às vassouras para varrer o chão como se fossem serventes (NOVAIS, 1988, p. 62).

4. Atando tramas: trânsitos e dádivas

Ana Amélia Neri, presentemente a desenvolver uma tese de doutorado sobre quilombolas cearenses, ofertou-me recentemente uma família de nêgas de pano da Comunidade Quilombola de Alto Alegre, na região metropolitana de Fortaleza. As nêgas de pano e um negão que as acompanha passaram a morar em minha casa, são minha família de adoção. Admiro as mãos das artesãs que dão vida àquelas nêgas de pano reciclado, todas elas muito mais belas do que as sofisticadas *barbies*, inexpressivas em sua artificialidade. A forma como trapos velhos dão vida a novos seres decorre de uma lógica criativa que se encontra em grande parte da produção artesanal. As composições e harmonias nas cores e pedaços de tecido reciclado incorporam elaborações estéticas que seguem uma metodologia de *collage* semelhante às tramas da criatividade na produção artesanal da sociologia (PAIS, 2014).

Não espanta o entusiasmo com que recebi o convite de Irllys Barreira para dar um contributo ao número temático da *Revista Brasileira de Sociologia* sobre “Modos de pensar: a Sociologia como artesanato intelectual.” Logo me ocorreu estabelecer um paralelo entre a prática artesanal de pesquisa sociológica e os *segredos de almofada* das rendeiras de bilros (PAIS, 2013). Em ambos os casos, as experiências da vida cotidiana suscitam tramas de criatividade. Entre as rendeiras os padrões trabalhados expressam realidades da natureza observada (*renda pé de coelho, bico da baratinha, renda de coentro, rabo de pavão, entremeios de jiboia, renda céu estrelado*) e de sentimentos de vida (*renda do amor despedaçado, do coração desconstruído, renda da esposa ou lembre-se de mim*). As rendas não são apenas entrançamentos de fios de algodão ou de linho, são também junções de fios de vida tecidos na urdidura da experiência. Também na prática artesanal de pesquisa se reivindica uma sensibilidade sociológica que valorize as experiências mundanas da vida cotidiana. No Nordeste brasileiro, enchidas com estopa ou palha de bananeira, as almofadas têm os chamados *ouvidos*, onde quase tudo se arrecada: bilros excedentes, linhas, tesoura etc. Na Sociologia como produção artesanal, os *ouvidos* das nossas almofadas de trabalho são baús onde se guardam todas as informações pertinentes para a decifração do que se pretende interpretar: registros de rumores, fofocas, entrevistas, observações, para além de documentos pessoais, fotografias etc.

Uma das boas experiências que retenho da colaboração com colegas e estudantes das Ciências Sociais da UFC é a prática de dar ouvidos ao que os ouvidos de outros vão guardando em suas almofadas de pesquisa. Estou a falar de experiências gratificantes pelo espírito de interajuda que materializam. Por um exemplo, uma vez tinha em curso uma pesquisa sobre o significado simbólico dos apelidos que

circulam entre jovens portugueses do ensino secundário. A dado momento pensei que poderia ser interessante replicar o estudo no Brasil, de modo a poder contrastar resultados, na base de possíveis diferenças culturais. Falei do assunto a Isaurora Martins, professora da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), que com muito gosto recebi no ICS-ULisboa quando preparava o seu doutorado e, posteriormente, já como doutorada. Logo me sugeriu o nome de Pedrita Viana, então finalista do curso de Ciências Sociais da UFC. Pedrita fez um excelente trabalho na inventariação dos apelidos que recolheu em escolas de Fortaleza e periferia. A ela lhe devo preciosos ensinamentos sobre a gíria cearense que eu não conseguia descodificar em alguns dos apelidos recenseados. Aliás, os apelidos físicos ou anatómicos que circulavam entre os jovens brasileiros arrastavam um traço de distintividade em relação aos dos jovens portugueses. Eram apelidos inspirados por realidades ambientais, principalmente da fauna e da flora, que eu nem sempre reconhecia. Uns eram bem aceites pelos jovens que os portavam: Cabelo de Cuia (por a cabeça parecer uma cabaça de chimarrão); Mulher Quiabo (por ser magra demais); Chagas (por ter contraído a doença de Chagas); Mané Mago (por ser muito magro); Cara de Morcego (por ter orelhas grandes); Boneco de Olinda (por ser muito alto). Outros provocam rejeição ou desconforto: Sapo-Boi (largo que nem boi e baixo que nem um sapo); Esqueleto do Amazonas (muito magra); Cuscuzeira (gorda com pernas finas); Panelada de Babalu (por ser gorda) (PAIS, 2018).

Um outro vibrante exemplo de pesquisa colaborativa surgiu com a passagem de Glória Diógenes pelo ICS-ULisboa. Para além de ter lançado a Rede de Pesquisa Luso-brasileira em Artes e Intervenções Urbanas, criou um blog (*Antropologizando: Arte Urbana e Graffiti em Lisboa*) onde, como a própria sustenta, o terreno de pesquisa “mo-

biliza em torno de si e para mais além, reflexões, encontros, experimentações e valiosos pontos de intercessão”. Recupero, aqui, uma mensagem de incentivo que lhe deixei:

Olá, Glória. Acho que está seguindo um trilha original. A sua ideia de construir conhecimento a partir de “diálogos em rede” é um desafio apaixonante. Em boa verdade, quando usamos diários de campo, o que vem a público são passagens selecionadas que (criteriosamente!) fazemos saltar do bloco de notas para algum texto a publicar. O que se publica é o que se seleciona e o que se seleciona é o que se pensa ser mais relevante (quase nunca se explicitando os critérios de seleção...). Enfim, perde-se esse riquíssimo acervo de informação constituído por encontros inusitados, pensamentos soltos e rebeldes, dúvidas e perplexidades, interrogações das quais se desprendem múltiplas hipóteses de investigação que ora nos acompanham na caminhada de pesquisa ora vão ficando pelo caminho. Neste sentido, a sua ideia do *blog* (*Antropologizzando*), constituindo uma inovadora proposta metodológica, tem também implicações pedagógicas. Sua metodologia mostra que a pesquisa é feita de encontros e desencontros, avanços e recuos; que um passo atrás pode significar dois em frente; que o impasse é frequentemente uma liminaridade originada por fugas ao que se pressupõe e que, na realidade, acabam por entreabrir portas a uma passagem (para novos conhecimentos) feita de descobertas (novos saberes).

Que sorte ter encontrado essa figura tão original que é o *Tinta Crua* [graffiter]! Mas em boa verdade, em contextos de pesquisa a sorte não acontece por acaso, mesmo quando tropeçamos casualmente com ela. Os achados *serendipity*, como Merton gostava de os designar, acontecem quando o achador revela uma apetência de busca, uma capacidade para se surpreender com o que vai encontrando de forma inesperada. A forma como *Tinta Crua* se refere à sua arte – “as minhas figuras” – é reveladora de como o artista se projeta na sua obra, principalmente ao reconhecer que ideias e sentimentos seus aparecem camuflados em seus desenhos como “desabafos” dos “fantasmas” que o “assombram”. Bem me apetecia levar o *Tinta Crua* a Salvador, para o Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia. O tema do mesmo, como sabe, é “A Sociologia como forma de Artesanato Intelectual”. Tenho relido Wright Mills e Richard Sennett

sobre o sentido do trabalho artesanal e também tenho acompanhado, recentemente, o trabalho de alguns artesãos. O que tenho descoberto é que o trabalho de um artesão é um diálogo constante com as suas experiências e trajetória de vida. Aliás, a vida é um gerúndio, muito mais que um particípio: um *faciendum* muito mais que um *factum*, uma existência profundamente ancorada a experiências sensíveis ou assimiladas. É isso mesmo que encontro em *Tinta Crua*. Desde logo ao rejeitar a produção em série, reivindicando procedimentos de trabalho que são próprios da produção artesanal. Espero que esta sua aventura nos regale muitas descobertas! Não tenho dúvidas que é o que vai acontecer. Um abraço.⁵

A imaginação sociológica é frequentemente suscitada por um conhecimento informal e partilhado, onde a dimensão sociabilística não está ausente. Lembro as incursões etnográficas que realizei por Trás-os-Montes, norte de Portugal, em companhia de Ismael Pordéus e Roselane Bezerra. Por lá andava a pesquisar o movimento das mães de Bragança que se haviam organizado para expulsar da cidade as trabalhadoras de sexo brasileiras, acusadas de encantarem os seus maridos com macumbas, feitiços e um misterioso chá de amarração (PAIS, 2010). Quando os convidei para me acompanharem no trabalho de campo, aceitaram com agrado. Viagem atribulada, pois tivemos de abandonar estradas cortadas ao trânsito por um intenso nevão. Por várias vezes corremos o risco de atolar o carro numa imensidão e neve cuja espessura não nos deixava enxergar as bermas da estrada. Sempre recordarei a companhia amiga e o enorme apoio me deram no trabalho de campo que, para além de Bragança, se estendeu a Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Podence e Vinhais, onde confraternizámos com caretos e outros diabos à solta. Roselane, chegou a colaborar na realização de algumas entrevistas a trabalhadoras de sexo. Ismael

5. Post datado de 8 de abril de 2013, inserido no blog de Glória Diógenes “Antropologizzando”. Disponível em: <http://antropologizzando.blogspot.com>. Acesso em 17 agosto 2018.

Pordéus, de máquina fotográfica a tiracolo, não deixava escapar fragmentos da realidade cujos registos a sua sensibilidade antropológica exigia.

Um dia, quando tinha acabado de entrevistar o proprietário de uma das mais afamadas casas de striptease de Bragança, fiquei eufórico com uma descoberta. O meu entrevistado, um entendido da noite que no entanto se encontrava em prisão domiciliária, acabara de me revelar o nome do misterioso chá de amarração. Queria de imediato partilhar o achado com os meus companheiros de viagem e logo acelerei o passo para o ponto de encontro combinado. Quando lhes revelei o nome do chá arregalaram os olhos e, levando ambos a mão à boca, sustiveram uma gargalhada. Roselane, assomada de pânico, advertiu-me: “Oi, Machado! Você não vai falar disso, não! Viu?! Por favor, Machado!”. Ismael, buscando argumentos mais convincentes de dissuasão, advertiu-me que numa universidade brasileira, um estudante que fizera uso do termo numa tese de mestrado tinha sido convidado a eliminá-lo, sob pena de ele próprio poder vir a ser reprovado por ofensa à dignidade dos membros do júri. Liberta do termo incómodo, a tese saiu incólume do embaraço, supostamente aprovada com distinção e louvor. Apesar de em *Casa-Grande & Senzala* Gilberto Freyre (1995 [1933], p. 251) sustentar que “a maior delícia do brasileiro é conversar safadeza”, tudo tem os seus limites. Acontece que a palavra que lavra mistério, de uso tão problemático no Brasil, é em Portugal uma palavra desusada e inócua, tendo o mesmo significado com que Machado de Assis a usou em *Dom Casmurro*, o de uma simples caixa. Fiquei, no entanto, com um dilema ético em relação ao desvelamento do nome do chá, o que me obrigou a uma profunda reflexão sobre a circulação dos palavrões (PAIS; 2015). Não fossem as gargalhadas sustidas de Roselane e Ismael Pordéus e nunca me passariam

pela cabeça tão oportunas derivações. Ainda pelo norte de Portugal, não esqueço as expedições sociológicas realizadas em companhia de Irllys e César Barreira, oportunidade para, em ambiente descontraído, fazermos fluir ideias sobre os projetos em andamento, entre os quais o do banditismo social que em Portugal teve *O Zé do Telhado* como alvo de pesquisa, um bom malandro, “herói popular” cuja trajetória de vida foi meticulosamente seguida por César Barreira (2010), *pari passu*, de Penafiel a Malange (Angola). Um estudo de caso que poderia ser tomado como um caso de estudo nas artes de bem pesquisar.

Os processos criativos germinam com mais facilidade em espaços abertos e colaborativos, onde se trocam experiências, conhecimentos, dúvidas e modos de as enfrentar. O desenvolvimento de estratégias cooperantes, onde se joga a criatividade numa base comunicativa de ideias e saberes, tem implicações. Se somos o que fazemos para mudar o que somos, quando o fazer é uma produção compartilhada a mudança resultante é de natureza sociocêntrica. Esta dádiva coletiva é o que mais reconhecidamente guardo das experiências de ensino e pesquisa que tenho tido com professores e doutorandos da Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFC, sem esquecer as ricas aprendizagens com artesãos, poetas e repentistas cearenses, fonte de inspiração de muitas das minhas pesquisas. Quando recentemente fui convidado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia do Ministério da Educação e Ciência de Portugal a integrar o grupo de peritos da Agenda de Investigação e Inovação (I&I) na área da *Cultura e Património Cultural* não pude deixar de pensar nas ricas experiências de intercâmbio científico e cultural que tenho tido no Brasil, desde logo com a UFC. Baseado nessas experiências, e embora reconhecendo a pertinência das pesquisas em torno das identidades e memórias culturais, propus o tópico dos trânsitos culturais como um dos que deve-

riam ser privilegiados em futuras agendas de pesquisa, proposta que acabou por reunir consenso. Penso que futuramente se assistirá a uma crescente problematização teórica dos trânsitos culturais, com um possível reagendamento das pesquisas em direção a estruturas étnicas e conexões transnacionais; processos de produção, mobilização e circulação da cultura; património alimentar e trajetos geográfico-sociais; ou migrações, transnacionalismo e cosmopolitismo.

Por outro lado, do ponto de vista teórico e metodológico, as armadilhas metodológicas do presentismo, reconhecidas pelos próprios defensores dos *live methods*, lançam o desafio de nos livrarmos do aprisionamento ao tempo curto, daquele tempo que tende a reificar e a essencializar a cultura, imobilizando-a no aqui e agora. Nessa medida há que desenvolver e consolidar paradigmas de conhecimento que permitam analisar a cultura nas engrenagens do tempo histórico. Neste domínio, há questões inda não suficientemente pesquisadas. Por exemplo, de que forma os trânsitos culturais reconstróem as identidades quando supostas unidades identitárias são permeáveis e sobrelevadas pela diferença e disjunção? Como se reinventam as memórias culturais em processos de transculturação? Que outras configurações assumirão os trânsitos culturais e como é que nelas se jogarão memórias e identidades mutáveis, fragmentadas, eletivas e plurais, como é próprio da contemporaneidade? Não se podendo subvalorizar o jogo memorial e identitário, os trânsitos culturais não devem ser desconsiderados em futuras agendas de pesquisa. A esta conclusão cheguei depois das ricas experiências de intercâmbio científico que tenho tido com professores e estudantes de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará, experiências de pesquisa que as tomo como uma dádiva.

Referências

ALEMÃO, Freire. Manuscritos. In: *Os manuscritos do Botânico Freire Alemão*. Rio de Janeiro: Anais da Biblioteca Nacional, vol. 81, Divisão de Publicações e Divulgação, 1964. Disponível em: memoria.bn.br. Acesso em 16 agosto 2018.

ALENCAR, José de. *O Guarani*. Coimbra: Almedina, 1994 [1857].

ALMEIDA, Manuel António de. *Memórias de um Sargento de Milícias*. São Paulo: Ática, 1990 [1854].

BARREIRA, César. Banditismo e práticas culturais: a construção de uma justiça popular, *Revista de Ciências Sociais*, Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, volume 41, número 2, 2010, p. 73-82, 2010. Disponível em: [Disponível em: www.periodicos.ufc.br](http://www.periodicos.ufc.br). Acesso em 17 agosto 2018.

BARREIRA Irllys. *A Cidade Como Narrativa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

BARREIRA, Irllys Alencar F. Trocas culturais e intercâmbios de pesquisa: um fado acadêmico tropical, *Revista de Ciências Sociais*, Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, volume 41, número 2, 2010, p. 5-8. Disponível em: www.periodicos.ufc.br. Acesso em 16 agosto 2018.

BARREIRA, Irllys e César Barreira (Org.). *A Juventude e suas Expressões Culturais*. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

BEZERRA, Roselane, *O Bairro da Praia de Iracema entre o “Adeus” e a “Boemia”: usos e abusos num espaço urbano*. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Sacerdotes de Viola*. Petrópolis: Vozes, 1981.

CARVALHO, Gilmar de. *Memórias da Xilogravura*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

CASCUDO, Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. São Paulo: Ediçõesouro, 1999 [1954].

CORDEIRO, Paula. *Entre Chegadas e Partidas: Dinâmicas das Romarias*

em *Juazeiro do Norte*. Fortaleza: IMEPH, 2011a.

CORDEIRO, Domingos Sávio. *Narradores do Padre Cícero: muito mais a contar*. Fortaleza: Expressão, 2011b.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1995 [1933].

GIBBON, Edward. *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire*. In BURY, J.B. (Ed.), com uma Introdução de LECKY, W. E. H. (Nova Iorque: Fred de Fau and Co., 1906), em 12 volumes. Disponível em: oll.libertyfund.org. Acesso em 16 agosto 2018.

HERTZ, Robert. La prééminence de la main droite. In *Sociologie religieuse et folklore*. Paris: PUF, 1970 [1909].

MARTINS, José de Souza. *Fronteira: A Degradação do Outro nos Confinos do Humano*. São Paulo: Editora HUCITEC, 1997.

MAXADO, Franklin. *O que é cordel na Literatura Popular*. Rio Grande do Norte: Queima Bucha, 2012.

NETO, Lira. *Padre Cícero. Poder, Fé e Guerra no Sertão*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PAIS, José Machado. Fados do fado: enredos, cronotopos e trânsitos culturais, *Etnográfica*, vol. 22 (1) | 2018, 219-235. Disponível em: journals.openedition.org. Acesso em 16 agosto 2018.

PAIS, José Machado. A Simbologia dos Apelidos na Vida Cotidiana Escolar, *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 43, n. 3, p. 909-928, jul./set. 2018. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 16 agosto 2018.

PAIS, José Machado. Das nomeações às representações: os palavrões numa interpretação inspirada por H. Lefebvre, *Etnográfica*, vol. 19 (2), 2015, p. 267-289. Disponível em: etnografica.revues.org. Acesso em 16 agosto 2018.

PAIS, José Machado. *Enredos Sexuais, tradição e mudança: as mães, os ze-cas e as sedutoras de além-mar*. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2016.

PAIS, José Machado. As tramas da criatividade na produção artesanal da sociologia. In BLASS, Leila Maria da Silva (organizadora), *Imaterial e Construção dos Saberes*. São Paulo: EDUC, 2014, p. 45-66.

PAIS, José Machado. O cotidiano e a prática artesanal de pesquisa, *Revista Brasileira de Sociologia*, Sociedade Brasileira de Sociologia, v. 1, n. 1, Janeiro-Julho de 2013, p. 107-128. Disponível em: www.sbsociologia.com.br. Acesso em 16 agosto 2018.

PAIS, José Machado. O Fado dançado do Brasil: trânsitos culturais, *Pensar a Prática*, Goiânia, v. 15, n1 Janeiro/Março de 2012, p. 6- 21. Disponível em: www.revistas.ufg.br. Acesso em 16 agosto 2018.

PAIS, José Machado. Desejadas e amaldicionadas: o extermínio das ‘meninas’. In BARREIRA, César, SÁ, Leonardo e AQUINO, Jânia Perla de (Orgs.), *Violência e Dilemas Civilizatórios: as Práticas de Punição e Extermínio*. Campinas: Pontes Editores, 2011, pp-13-30.

PAIS, José Machado. *Mães de Bragança e feitiços: enredos luso-brasileiros em torno da sexualidade*”, *Revista de Ciências Sociais*, Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, volume 41, número 2, 2010, p. 9-23. Disponível em: www.periodicos.ufc.br. Acesso em 16 agosto 2018.

PAIS, José Machado. Artes de musicar e de improvisar na cultura popular, *Cadernos de Pesquisa*, volume 39, nº 138, Setembro/Dezembro de 2009, p. 747-773. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em 16 agosto 2018.

PAIS, José Machado, BRITO, Joaquim Pais e CARVALHO, Mário Vieira de, (Coord.). *Sonoridades Luso-Afro-Brasileiras*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

PINTO, Manoel de Sousa. O Lundum Avô do Fado, *Ilustração*, Novembro de 1931.

PORDÉUS JR., Ismael. *Portugal em Transe Transnacionalização das religiões afro-brasileiras: conversão e performances*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

RIBEIRO, Mário de Sampayo. *As “Guitarras de Alcácer” e a “Guitarra Portuguesa”*. *Achegas para a História da Música em Portugal*, volume 4. Lisboa: Bertrand, 1936.

SARAIVA, Arnaldo. *Literatura Marginalizada. Novos Ensaios*. Lisboa, Editorial Presença, 1980.

SILVA, Isabel Corrêa da et al (coord.). *Ciências Sociais Cruzadas entre Portugal e o Brasil*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2015.

WEFFORT, Francisco Correa. *Nordestinos em São Paulo*. São Paulo: Cortez, 1988.

Resumo:

Experiências de ensino e pesquisa, no domínio das ciências sociais, são convocadas para um balanço de intercâmbio interuniversitário luso-brasileiro, no transcurso de cerca de duas décadas. A pesquisa como dádiva, baseada em estratégias colaborativas de reciprocidade, surge como corolário desse intercâmbio. O autor do artigo aponta como exemplos de dádiva as aprendizagens resultantes de teses que acompanhou, de projetos que realizou e da criatividade que encontrou entre artesãos, cordelistas e repentistas cearenses, fonte de inspiração de algumas de suas pesquisas de pendore artesanal. Na conclusão entreabrem-se horizontes para uma mais vasta problematização sociológica dos trânsitos culturais.

Palavras-chave: trânsitos culturais; cultura popular; criatividade; artesanato intelectual; redes de pesquisa.

Abstract:

Experiences of teaching and research in the social sciences are called for a balance of Portuguese-Brazilian interuniversity exchange, in the course of about two decades. Research as a gift, based on collaborative reciprocity strategies, emerges as a corollary of this exchange. The author of the article points out as examples of donations the learning resulting from the thesis he followed, the projects he carried out and the creativity that he found among craftsmen, cordelistas and repentistas from Ceará, source of inspiration for some of his researches. In the conclusion, there are horizons for a wider sociological problematization of cultural transits.

Keywords: cultural transits; popular culture; creativity; intellectual craftsmanship; research network.

Recebido para publicação em 08/01/2019.

Aceito em 19/02/2019.

O Ceará e o Nordeste globalizado: uma trajetória acadêmica e afetiva

Jacob Carlos Lima

Universidade Federal de São Carlos, Brasil
calimajb@gmail.com

Neste texto busco fazer recuperação de uma trajetória acadêmica e afetiva, que envolveu minha vinculação institucional inicial com a Universidade Federal da Paraíba, a partir da qual estabeleci uma parceria com os colegas das ciências sociais da Universidade Federal do Ceará. Como em toda recuperação biográfica, o acaso tem um papel muito grande, sendo que a posteriori tentamos dar sentido de continuidade. Alocações e deslocamentos no espaço social, como diz Bourdieu (2004), uma construção de momentos sucessivos estruturados a partir de relações objetivas com os diversos atores do campo. Isto num contexto de formação de uma cultura acadêmica, de uma nacionalização da pesquisa em Sociologia e Ciências Sociais no Brasil nestas últimas décadas. Recupero alguns momentos dessa trajetória onde o pessoal e o acadêmico se enlaçam.

Minha carreira tem sido marcada por estudos sobre o trabalho no Brasil, os processos de reestruturação econômica, de flexibilização das relações de trabalho no contexto da globalização. Esse objeto foi

se delineando a partir de descobertas sucessivas, de questões fatuais que permitiram construir meu objeto de pesquisa. O Ceará, entrou nessa história, como espaço representativo da modernidade neoliberal implementada no país a partir, principalmente dos anos de 1990, tendo se constituído, um campo de estudos privilegiado para acompanhar as transformações do capitalismo e as reconfigurações sócio-espaciais do período.

Para recuperar essa trajetória, a memória não foi suficiente. Foi necessário retornar a relatórios de pesquisa, publicações e anotações diversas, como forma de reconstruir o caminho da parceria que estabeleci e que ainda se mantém com a sociologia cearense e os colegas da UFC. Nesse caminho, alguns documentos foram perdidos e, em alguns momentos, o factual ficou prejudicado. Como todo processo de reconstrução do passado, possui graus distintos de arbitrariedades e lacunas, mas que no conjunto, acredito, permite formar um painel de como essa parceria foi construída.

Meu primeiro contato com o Ceará foi dois anos antes da criação da pós-graduação em Sociologia na UFC. Em 1976, com mais quatro colegas, embarquei num ônibus na estação rodoviária de São Paulo, rumo a umas férias no norte e nordeste do país. Coursava então meu primeiro ano na Escola de Sociologia e Política, e aproveitei o recesso do mês de julho para passear em outras latitudes. O norte e o nordeste me fascinavam. As mudanças culturais dos pós 1968 ainda ecoavam e o cenário cultural do país se renovava com novos baianos, cearenses, paraibanos e pernambucanos marcando a paisagem e adentrando a década seguinte. A ditadura militar apresentava rachaduras e ao lado da repressão política, assistia-se uma certa liberação dos costumes e das atividades culturais. Já tinha ouvido o “Pessoal do Ceará” e me encantado com “Meu corpo minha embalagem todo gasto na viagem” e

o Pavão Misterioso do Ednardo, além das músicas de Belchior, principalmente através da interpretação de Elis Regina. Mas conheci primeiro a praia e o porto do Mucuripe, antes de atentar para a música do Belchior e Fagner. O roteiro da viagem São Paulo-Brasília-Belém-Fortaleza-Salvador-São Paulo, previa estadia em casa de amigos e de amigos de amigos. A passagem por Fortaleza foi rápida, menos que cinco dias, e me lembro de ficar hospedado na praia de Iracema, uma ida ao Teatro José de Alencar e não muito mais que isso. O mesmo aconteceu nas outras cidades. A maior parte do tempo estivemos na estrada dentro do ônibus... numa espécie de caravana Roliday estudantil, uma etnografia possível de estradas, cidades e tipos humanos. E ouvi o “Manera Fru-fru” do Fagner integralmente apenas dois anos depois, em Recife, com cinco anos de atraso.

Só retornei a Fortaleza na década seguinte, mais precisamente em 1986 quando da realização do seminário “Relações de trabalho e relações de poder”, organizado pelo então mestrado em sociologia do desenvolvimento (MSD).

Mas as relações com o MSD, começaram antes. Em 1982 entrei como professor auxiliar no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba e acompanhei algumas reuniões de coordenadores filiados a pós-graduação no Nordeste que culminou com a organização, em 1985, do Seminário “Movimentos Sociais: para além da dicotomia rural urbano” apoiado pelo CNPq e FINEP. Além do seminário, pretendia-se com o evento a criação de um núcleo de pesquisadores da região, o que vingou até o início dos anos 1990.

O seminário, em grande medida, refletiu as mudanças temáticas na pesquisa em ciências sociais no Brasil dos anos 1980, a abertura e o fim da ditadura militar com o surgimento de novos atores no cenário social do país: os movimentos sociais urbanos, representados por lu-

tas específicas contra a fome, por moradia, por serviços urbanos, pelo novo sindicalismo, a retomada dos movimentos pela reforma agrária, enfim, toda uma ebulição social que marcou a década. A expansão da pós-graduação começava a dar seus frutos e, regionalmente, buscava-se uma organização para juntar forças e se inserir nos debates nacionais, abrindo novos espaços para a discussão, juntando pesquisadores, docentes e discentes.

Particpei como relator de uma mesa sobre Estado e movimentos sociais. Como o título do encontro sugeria, os movimentos sociais urbanos e rurais em seus distintos formatos, marcaram as discussões com mesas redondas e *papers* de pesquisa em andamento nos programas regionais. Me lembro apenas que anotei o que todo mundo apresentou e entreguei para alguém. Nunca mais vi o tal do relato, embora tenha dado um bom trabalho.

No seminário participaram professores-pesquisadores, então em início de carreira, e vinculados as universidades regionais, que se tornaram referências nacionais na área das Ciências Sociais: Elimar Nascimento, Regina Novaes, Irllys Barreira, César Barreira, Gisélia Potengy, Ana Quiroga Fausto Neto, Brasília Carlos Ferreira, Tamara Egler, Lourdes Bandeira, Christian Azais, Nádyá Araujo Castro, Paola Cappelin, Mário Giuliani, José Arlindo Soares, Angela Maria Tude de Souza, entre outros. Todos apresentando trabalhos ou participando da comissão organizadora. E os convidados “nacionais”: Luis Antonio Machado da Silva, Ana Clara Torres Ribeiro e Francisco de Oliveira.

Este seminário deu início ao que, nos anos 1990, tornou-se o CISO, os encontros Norte-Nordeste de Ciências Sociais que foram regulares, geralmente bianuais, até 2012, quando da sua última edição em Teresina na UFPI. No começo tinha uma temática que orientava as

discussões, posteriormente passou a ser apenas Encontro de Ciências Sociais.

Em maio de 1986 foi realizada em João Pessoa uma reunião para discutir a temática “Relações de Trabalho, Relações de Poder”, fazer um inventário da produção regional sobre a temática e criar um intercâmbio de pesquisadores para desenvolver o debate em suas distintas vertentes teórico metodológicas. Dessa reunião saiu um primeiro documento elaborado pelas professoras da UFPB, Deis Siqueira, Gisélia Potengy, Paola Cappelin e Maria Antonia Alonso de Andrade que se tornou base para as reuniões seguintes, que juntaram cerca de 19 pesquisadores e foram realizadas em diversas capitais nordestinas (SIQUEIRA, POTENGY, CAPPELIN, 1997).

Um de seus desdobramentos foi o segundo seminário, realizado em Fortaleza em 1986, “Relações de trabalho, relações de poder” deu origem a um novo projeto como continuidade ao anterior e visando manter a pesquisa como forma de integração entre os pesquisadores da região. Retornei a Fortaleza, agora apresentando paper no 2º encontro, sobre a pesquisa que desenvolvia sobre a industrialização do Nordeste em perspectiva histórica. Mas também dessa vez a passagem foi rápida. Isso mudou quando retornei do meu doutorado em 1992 e assumi a coordenação do Mestrado em Ciências Sociais, em seguida Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPB. As articulações entre os coordenadores regionais estavam mais fortes, com encontros anuais para discutir os interesses comuns que culminou com a representação do Norte-Nordeste nas diretorias da ANPOCS e de uma reunião de coordenadores nos Encontro da ANPOCS o que possibilitou maior organicidade e integração regional, apesar da crise permanente em que vivia a universidade e o país nessa década.

Além de Irllys e César Barreira, passei a conhecer outros colegas

da UFC que circulavam, seja nos encontros regionais, seja nos nacionais como a ANPOCS: Sylvia Porto Alegre, Linda Gondim, Glória Diógenes entre outros. Ainda em 1992 participei como convidado externo, da banca examinadora do mestrado de Frederico Castro Neves então professor da UFPB e que no ano seguinte passou a integrar o Departamento de História da UFC. O outro membro, da casa, era o Prof. Manoel Domingos Neto. Recordo que me preocupei em fazer diversas questões para mostrar serviço como recém doutor. O Manoel Domingos fez apenas uma. O Mestrando respondeu a minha em 15 minutos e por quase uma hora respondeu a única questão do colega, muito mais consistente do que todas as minhas. Fiquei traumatizado, mas aprendi que quantidade e qualidade não são necessariamente equivalentes.

Depois disso participei de mais cinco bancas no PPGS-UFC, duas de mestrado e três de doutorado. Em uma delas fui num voo que saia de João Pessoa no início da tarde para Fortaleza, com escala em Fernando de Noronha. Era um avião pequeno com uns 20 lugares e eu era o único passageiro até a escala no arquipélago. O cenário era deslumbrante e foi a forma que conheci Noronha, sobrevoando e, sem seguida descendo no aeroporto para aguardar os novos passageiros que lotaram a aeronave. Tudo bem até Fortaleza quando o aeroporto estava sem energia elétrica e tivemos que esperar voando.. Da outra vez foi, digamos, mais aventureiro. Saindo de João Pessoa, tive que trocar de avião no Recife para o voo para Fortaleza, num Brasília da Embraer. No meio da viagem, enquanto serviam o lanche, estourou o para-brisa e o avião teve que perder altitude rapidamente para ficar seguro. Lembro que segurava um sanduiche e só consegui dar a primeira mordida quando o avião retornou à velocidade de cruzeiro numa altitude bem mais baixa. Assim chegamos a Fortaleza, e fui

direto para a banca, quando então minhas pernas pararam de tremer.

Em 1995, me chamou a atenção uma reportagem de jornal, seguida por outra numa revista semanal, sobre a revolução que estaria acontecendo no Nordeste como resultado das políticas de modernização econômica iniciadas no governo Collor e aprofundada no governo Fernando Henrique Cardoso: o fim do protecionismo estatal à indústria nacional, a abertura dos mercados aos produtos importados, e o desmonte do que seriam as políticas de desenvolvimento capitaneadas pelo Estado. Novos fenômenos estavam acontecendo: guerra fiscal entre estados na atração de investimentos industriais, reestruturação de setores produtivos em termos tecnológicos e organizacionais, fechamento de fábricas e/ou sua desnacionalização, privatização de empresas estatais.

Nessa reestruturação, avançavam os processos de terceirização industrial e de formação de redes empresariais. Um caso exemplar era apontado na reportagem: a instalação no Ceará de um projeto de uma empresa coreana que montava máquinas de costura e se propunha a produzir confecções para exportação num esquema de terceirização em cooperativas de trabalho espalhadas em municípios próximos a sede. O projeto era ambicioso e pressupunha uma rede entre o governo do estado que oferecia a infraestrutura para a instalação das unidades industriais — terrenos e incentivos fiscais — em Acarape; a construção de uma escola de formação de “confeccionistas”, — costureiros (as) e mecânicos, com o apoio do SENAI e com “bolsas” salários no período de treinamento por conta do governo estadual; e organização de pequenas cooperativas em diversos municípios da região do Maciço do Baturité, organizadas com a assessoria da OCB — Organização das Cooperativas Brasileiras . Instaladas em 1991-1992, chegou a utilizar mais de 300 trabalhadores.

As mesmas reportagens destacavam que outras empresas nacionais, a partir dessa experiência, tinham organizado cooperativas em outros estados do Nordeste neste formato e em pequenas cidades interioranas da região. O Ceará se tornou uma vitrine dos novos tempos da modernização globalizada, recebendo visita de técnicos e políticos de outros estados da região buscando conhecer a experiência. Naquele momento, com o desmonte das políticas nacionais de desenvolvimento, os estados da região enfrentavam um momento de grande estagnação econômica. O Ceará destoava desse quadro, situação atribuída a um novo bloco de poder no estado: os chamados novos empresários.

Com essas informações, organizei junto com Maria Carmela Buonflígio, coordenadora do Grupo Tecnologia e Trabalho (GTT), do qual eu participava na UFPB, uma visita à fábrica da Hering em Paulista na Grande Recife, da qual, segundo a reportagem, também estaria utilizando cooperativas na terceirização de sua produção. A visita não foi muito exitosa, não conseguimos entrar na fábrica, ou entrevistar qualquer gerente, mas conhecemos a cooperativa de consumo da empresa, de onde informalmente, obtivemos informações acerca das cooperativas organizadas no interior do estado. De posse dessa informação, em 1996, fizemos uma visita aos municípios citados e conhecemos algumas cooperativas. O GTT, em seguida encaminhou um projeto de pesquisa para o CNPq e a FINEP chamado de “O impacto da reestruturação produtiva no mundo do trabalho”, com um subprojeto “Flexibilização, precarização e terceirização do trabalho”, voltado ao estudo da organização dessas cooperativas de trabalho. Este projeto foi complementado com outro submetido por mim ao CNPq, voltado especificamente ao trabalho em cooperativas, chamado de “O efeito maquila: cooperativas de produção do vestuário no Nordeste”,

aprovado em 1997.



Foto 1: Cooperativa fechada — Acarape (CE)

Fonte: Pesquisa direta

A hipótese da “maquila”, devia-se a similitude aparente da proposta da empresa coreana de finalizar peças de confecção no país, voltada para a exportação. Essa situação foi alterada com o Plano Real em 1994 e a valorização do dólar norte-americano que inviabilizou a “plataforma” de exportação, pelo alto custo decorrente da paridade real-dólar. A empresa redirecionou sua produção para o mercado interno, mas não deu certo. Em 1997, a proposta com as cooperativas estava em crise, com entregas irregulares de peças às cooperativas, com o fechamento de unidades e dispensa de trabalhadores que começaram a entrar na justiça visando indenizações.

A pesquisa exigiu visitas constantes aos municípios de quatro estados que mantinham esse modelo: Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará. Nesse período conheci a tese de doutorado recém

defendida (1996) de Maria Vilma Coelho Moreira Faria “Globalization and the incorporation of women’s labor: the case of garment cooperative in Northeast Brazil”, um estudo pioneiro sobre essas cooperativas no momento de seu funcionamento pleno. Em contato com a autora, conseguimos que publicasse um artigo sobre a tese na revista “Política e Trabalho” do PPGS-UFPB.

No Ceará, eu e a equipe da UFPB visitamos em Acarape a sede da empresa e a escola de formação de faccionistas, já desativada, assim como alguns prédios fechados de cooperativas. Conseguimos entrar também numa unidade industrial da fábrica em Acarape, na qual algumas cooperativas desativadas nos pequenos municípios, funcionavam dentro do prédio. Segundo declarações da empresa, o projeto tinha sido superdimensionado e a partir de seu enxugamento, os trabalhadores das cooperativas restantes, foram alocados dentro da unidade industrial. Mas por pouco tempo, uma vez que cresciam as denúncias de trabalho assalariado disfarçado utilizado por essa e outras empresas que utilizavam desse subterfúgio para obter mão de obra mais barata.

Foi a partir de 1997 que a pesquisa deslançou a com o início da parceria com a Prof^a Maria Neyara Araújo de Oliveira, que retornava de seu doutorado em São Paulo. Organizamos conjuntamente um GT no Encontro Norte-Nordeste de Ciências Sociais realizado em Fortaleza naquele ano e nossa empatia foi total. A partir daí, fui convidado a ir como Professor Visitante junto ao PPGS-UFC, o que foi viabilizado no segundo semestre de 1998. Dada as greves permanentes do período, o semestre terminou em fevereiro de 1999.

Como visitante, ministrei em conjunto com a Prof^a Neyara, a disciplina Sociologia do trabalho, fizemos visitas a fábricas na região metropolitana de Fortaleza e “pesquisas observantes” no Maciço do Baturité e Canindé. Na região do Maciço e em Acarape, passamos por



Foto 2: Fábrica Acarape (CE)

Fonte: Pesquisa direta.

pequenas cidades da região nas quais entrevistamos ex-cooperados do projeto da fábrica coreana, que nos transmitiram suas experiências e suas expectativas após o fechamento das cooperativas.

Fomos com um micro-ônibus da UFC, com alunos e professores que se interessaram em participar. Em Canindé, fomos conhecer mais do programa do governo estadual de atrair a cadeia do vestuário para o estado através de incentivos fiscais e organização de cooperativas: as cooperativas de calçados vinculadas a empresas do sul-sudeste do país, organizadas em redes de terceirização. As grandes cadeias internacionais de lojas encomendavam para uma empresa no Caribe a produção de tipos variados de calçados que, por sua vez, contratavam empresas brasileiras do sul-sudeste do país, que fabricavam os calçados e que passaram a deslocar para o Ceará unidades de produção em forma de cooperativas para as quais terceirizavam a montagem e aca-



Foto 3: Centro de Formação de Confeccionista Acarape(CE)

Fonte: Pesquisa direta.

bamento dos produtos. Uma campanha do Sindicato dos Sapateiros do Ceará levou o Ministério Público do Trabalho a acionar essas empresas que, em sua maioria fecharam as cooperativas transformando-as em unidades fabris regulares.

Outro elemento de destaque nesse programa foi a interiorização industrial, seja com as cooperativas de confecção do Maciço, seja com as cooperativas de calçados distribuídas em todo o interior do estado. Além de fábricas regulares instaladas na grande Fortaleza, Sobral e Crato. Um resultado desse processo foi que o Ceará, na década de 1990 passou ao quinto exportador de calçados do país, uma vez que até então só produzia calçados artesanais e em pequena escala. A resignificação do território na modernização globalizada, a inclusão de áreas e regiões periféricas à expansão mercantil e que num contexto das transformações tecnológicas representadas pelos transportes e co-



Foto 4: Reunião com ex-cooperados.
Prédio desativado de cooperativa Maciço do Baturité (CE)
Fonte: Pesquisa direta

municações informatizadas, elimina as distâncias geográficas como problema. As buscas por menores custos integram essas regiões à dinâmica global. Nesse quadro, o Nordeste e o Ceará em particular, tornou-se exemplar desse processo.

Assim a modernização cearense passou a ser estudada, através do “novo empresariado” que agora assumia o poder político no estado, dinamizando-o comparativamente aos demais estados da região com papel agressivo na guerra fiscal e nas políticas públicas (GONDIM, 1998; LEMENHE, 1996). Funcionários graduados do estado, procuravam as empresas no sul-sudeste mostrando as vantagens da instalação no estado, tendo grande êxito nessa empreitada. O governo estadual e suas políticas modernizantes foram objeto de pesquisa e enaltecidas em sua positividade na expansão neoliberal do estado naquele período com diversos indicadores positivos econômicos e mesmo so-



Foto 5: Cooperativa de calçados — Canindé (CE)

Fonte: pesquisa direta

ciais (TENDLER, 1998)¹.

Esta estadia como professor visitante resultou num paper com Neyara Araújo “Trabalho associado, capital e reação sindical: as cooperativas de trabalho industrial”, apresentado na ANPOCS (ARAÚJO E LIMA, 1998) e posteriormente publicado no livro organizado por Iram Jácome Rodrigues como “Para além do novo sindicalismo: a crise do assalariamento e as experiências com trabalho associado” (Lima e Araújo, 1998). E ainda no artigo “O trabalho sem utopias: novas configurações produtivas e os trabalhadores” na Revista de Ciências Sociais da UFC em 2003. Como bolsista de pesquisa, o atual professor da Universidade Estadual do Vale do Acaraú, Joannes Silva Fortes. Os resultados finais da pesquisa, foram publicados no livro “As artimanhas da flexibilização: o trabalho em cooperativas de produção em

1. O governo do estado ganhou um prêmio da ONU com uma política de redução da mortalidade infantil a partir de Agentes Comunitários de Saúde, programa que esteve na origem do Programa Saúde da Família (Tendler, 1998, Lima, 2002, 2001).

2002, além de artigos e capítulos de livros (LIMA, 2002).

Ressalto ainda as trocas acadêmicas e afetivas com os colegas do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-graduação, e em suas atividades como seminários e bancas. Assisti a defesa da tese de doutorado da Prof^a Sulamita Vieira sobre Luiz Gonzaga, ganhei um livro sobre a representação do trabalho na macumba do Prof^o Ismael Pordeus Junior, discutindo a utilização do termo trabalho nas oferendas e em seguida publicado como livro (PORDEUS Jr, 1993), além da sociabilidade extra acadêmica com Cesar e Irllys Barreira, Sulamita Vieira, Linda Gondim, Maria Auxiliadora Lemenhe e Julia Miranda em algumas quintas de caranguejo, ou reuniões em casa. Aliás, devo a Sulamita Vieira e Eurípedes Funes a descoberta de itinerários gastronômicos da cidade, desde restaurantes por quilo nos almoços fora da universidade a outros já em processo de gourmetização, como o “Faustino” e seu famoso sorvete de manjerição. Sem falar da fita cassete de música andaluz que ganhei do José Lemenhe.

Através da Prof^a Linda Gondim, consegui um contato com a Prof^a Judith Tandler do Massachusetts Institut of Technology que tinha pesquisa no Ceará (O bom governo nos trópicos), que me aceitou como pós-doc junto ao Department of Urban Studies. E para lá fui, no ano 2000 com um projeto sobre o “Nordeste globalizado”. Experiência estimulante junto a academia norte-americana e seu acesso ao mundo, e mais ainda com a prof. Tandler, extremamente calorosa em sua recepção. Quando consegui o contato e enviei um email não esperava uma resposta rápida. No dia seguinte já tinha respondido e me avisando que estaria em Natal proximamente e que poderíamos nos encontrar para conversar. Foi o que aconteceu e comecei a me preparar para Boston. Em Boston, me hospedou em sua casa até eu arrumar um lugar para ficar. Durante todo o período, além dos seminários

que organizava, me convidava regularmente para jantares com seus alunos e/ou para discutir a pesquisa, além de caminhadas e cinemas eventuais. Retornando ao Brasil, ainda participei de um seminário organizado por ela da FGV do Rio de Janeiro, apresentando a pesquisa sobre as cooperativas no Nordeste.



Foto 6: Apresentação FGV — 2002

Fonte: Pesquisa direta

Um dos resultados desse estágio foi um artigo de discussão sobre o conceito de capital social e sua aplicabilidade nos estudos de políticas públicas. O tema tinha chamado minha atenção a partir de conversas informais com o Prof. Jawdat Abu-El-Haj, que vinha pesquisando sobre o assunto (ABU-EL-HAJ, 1999; 2000). Na minha revisão sobre o conceito illustrei com a discussão de TENDLER (1998) referente aos Agentes de Saúde, e a positividade da mobilização das relações comunitárias, com minha pesquisa sobre cooperativas, destacando que nessas últimas, não houve nenhuma preocupação em absorver o capital relacional existente, e sim apenas a utilização de uma mão de obra farta e barata (LIMA, 2002).

No retorno, como coordenador do PPGS-UFPB, convidei a Prof^a Linda Gondim para apresentação de um seminário sobre metodologia a partir de um artigo que tinha publicado recentemente e que tinha chamado minha atenção pela forma clara e agradável como que tratava um tema tradicionalmente espinhoso. Empolgado com a apresentação, combinamos em escrever um texto junto de metodologia, talvez um livro. Ficamos na primeira parte, que foi uma revisão ampliada do artigo já publicado, mas agora em formato de um livro, já que tinha ficado mais longo do que esperado para um artigo. Na perspectiva de uma sociologia reflexiva, discutimos como elaborar um projeto de pesquisa numa linguagem coloquial, evidenciando que a pesquisa é uma construção racional e não uma angustiante busca mística por um conhecimento inalcançável, e que as dificuldades fazem parte do processo, tal como discutido por Bourdieu (1989). Publicamos em duas edições: uma primeira, em 2002, num formato quase artesanal, pela Editora Manufatura de João Pessoa e, em 2006, pela Editora da UFSCar. Tentamos conversar para dar continuidade ao projeto, mas devido a agendas carregadas, não foi possível.

Ainda em 2002, tive a defesa de um aluno de mestrado, Eduardo Gomes Machado, sobre a reestruturação Banco do Brasil da década anterior, tendo como empiria os trabalhadores em Fortaleza. Posteriormente fez seu doutorado da UFC com Linda Gondim e tornou-se professor da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), em Redenção.

Em João Pessoa, dei continuidade aos projetos de pesquisa tendo como referência o nordeste globalizado, as redes empresariais e de terceirização. Agora a preocupação foi analisar não apenas a vinda de empresas e cooperativas para o nordeste, mas também a saída do sul-Sudeste e a relação entre elas. Com esse objetivo passei a analisar a

indústria de calçados no Ceará e sua ponta gaúcha, as fábricas do Vale do Rio dos Sinos, para verificar esse processo nos dois espaços produtivos. A principal diferença estava na organização de cooperativas com participação de sindicatos no Rio Grande do Sul, assim como um programa do governo estadual desenvolvido pela ANTEAG de formação em Economia Solidária. Assim conheci diversas experiências de unidades produtivas em formas de cooperativas em municípios da região. No Ceará, a comparação foi com a única unidade que tinha se mantido como Cooperativa na cidade de Quixeramobim, empregando mais de 1000 cooperados e exportando toda a sua produção. Mais uma vez, as pesquisas contaram com Neyara Araújo e sua equipe, no apoio e nas visitas observantes e nas observações pesquisantes. Na SBS de Fortaleza, em 2001, mais uma vez, eu e Neyara, organizamos o GT trabalho, dando continuidade à nossa parceria.



Foto 7: Cooperativa em Quixeramobim (CE)

Fonte: Pesquisa direta

Em 2004, me transferi para a UFSCar, mas a parceira com a UFC continuou. Um orientando meu da UFPB, o Vancarder Brito Sousa, que estudava a Favela do Porto da Draga em Fortaleza, e que con-

tou com acompanhamento de Linda Gondim que participou posteriormente da defesa da tese em 2006. Também dei “pitaco” na tese de Teresa Cristina Furtado Matos, ex-aluna na UFPB, defendida na Sociologia da UFC em 2006. Ismael Pordeus Jr, o orientador, acho que nunca soube disso.

Minha ex-orientanda de mestrado e professora da URCA — Universidade Regional do Cariri, foi fazer seu doutorado na UFC sob a orientação de Neyara Araújo, estudando a industrialização do Crato na perspectiva da sociologia econômica, na constituição dos novos espaços produtivos tendo a indústria de calçados como referência (2006). Acompanhei a pesquisa da tese como um co-orientador informal e dei continuidade ao projeto comparativo RS-CE, com recorte no setor calçadista e incorporando Franca e Jaú no estado de São Paulo buscando entender as mobilidades do capital e do trabalho. No Ceará, a expansão do projeto abarcou unidades industriais em diversos municípios e resultou em dois artigos conjuntos com Iara Araujo e Izabel Cristina Borsoi, então professora do Departamento de Psicologia da UFC e que depois se transferiu para a UFES. O primeiro deles “Os novos territórios da produção e do trabalho: a indústria de calçados no Ceará”, trabalhou com uma amostra das unidades industriais do estado e o perfil dos trabalhadores, na lógica da formação de um proletariado fábri num *greenfield*, ou seja, numa região sem nenhuma tradição de trabalho industrial e organizado. Foi publicado no Caderno CRH (LIMA, BORSOI, ARAÚJO, 2011). O segundo, “Operárias no cariri cearense: fábrica, família e violência doméstica”, resultou um estudo de caso, no âmbito do projeto, realizado numa fábrica na cidade do Crato. A partir da contratação de mulheres trabalhadoras para a fábrica, que funcionava inclusive no período noturno, houve um crescimento da violência doméstica, decorrente da inserção

da mulher no espaço urbano e a autonomia econômica conquistada por essas trabalhadoras. Com maridos em empregos informais e intermitentes, mudou a estrutura de poder dentro da casa, com a mulher não aceitando mais a subordinação violenta a que estavam acostumadas, passando a denunciar junto a recente Delegacia da mulher (ARAÚJO, LIMA, BORSOI, 2011).

Em 2007, iniciei um novo projeto agora coordenado pela prof. Marcia de Paula Leite e com a Prof. Angela Maria Carneiro de Araújo da UNICAMP, financiado pela Fapesp, sobre Economia Solidária. Era um *survey* sobre experiências com cooperativas a partir do Mapa de Empreendimentos Solidários da SENAES, no estado de São Paulo, com estudos qualitativos em outros estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Ceará. Outro contexto político e econômico, com novas políticas sociais implementadas e a Economia solidária tornada agora política pública. Embora concentrado em São Paulo, teve um “braço” no Ceará com a ida a campo para analisar algumas experiências desenvolvidas no estado, objetivando verificar se os chamados empreendimentos solidários se diferenciavam muito das experiências de cooperativas de terceirização anteriores. Agora a pesquisa voltou-se prioritariamente a pequenos empreendimentos que, embora participantes formalmente da economia solidária e parte do levantamento do SIES, pouco tinham dessas características de reciprocidade. No geral, eram associações organizadas por políticas assistencialistas de governos e prefeituras, voltadas a venda de produtos artesanais locais, mas que rapidamente passaram a vender produtos industrializados. Uma exceção foi uma associação e cooperativa de produção e beneficiamento de caju na região metropolitana de Fortaleza. Nesse período também, tentamos visitar novamente à Cooperativa industrial em Quixeramobim, mas não obtivemos autorização da empresa.

A equipe de pesquisa terminou o trabalho de campo num almoço no charmoso Sítio Aratans em Caucaia, no projeto experimental de economia solidária coordenado pela prof. Neyara Araújo, isso já em 2011.

Outros caminhos acadêmicos foram se delineando, mas a parceria com o Ceará e o PPGS sempre estiveram presentes. Em 2002-2004 integrei o comitê da Capes, tendo a colega Irllys Barreira como companheira, o que se repetiu no biênio 2008-2010. Em 2010-2013 assumi a coordenação da área de Sociologia da Capes tendo César Barreira como coordenador do mestrado profissional. Nesse período visitas esporádicas a Fortaleza, na UFC e na UECE, agora numa Fortaleza modificada nos ventos da boaventura econômica e política dos anos dos governos populares. Novos restaurantes gourmetizados, cocos-bambus e outros num novo patamar. Novos campus, novos prédios, enfim um andar para a frente que parecia não ter retorno. Novos colegas e ex-alunos, distribuídos pelo estado, não apenas na UFC, mas na UECE, na Unilab, URCA e UVA.

Em 2016, a convite do então coordenador do curso de Sociologia da Unilab, Eduardo Gomes Machado, proferi uma palestra para os alunos da licenciatura. Me empolguei com a estrutura do curso que pressupõe dois anos de bacharelado com disciplinas básicas para todos os alunos da unidade de Redenção, e mais três de licenciatura em Sociologia (além de outras opções de curso), e a diversidade representada pela grande quantidade de alunos africanos, além de outros oriundos de diversas cidades do Ceará e de outros estados. Mesmo com uma estrutura ainda precária, prédios estavam sendo construídos e mudando substancialmente a cara da cidade. Claro que isso em grande medida foi abortada pelo golpe jurídico parlamentar desse mesmo ano, que imagino afetou largamente o curso. Mas a cidade de Redenção estava

na rota das cooperativas de terceirização que estudei na década de 1990. Passando por Acarape na ida e volta de Fortaleza, lá estavam os prédios da empresa coreana Yamacon que coordenou o projeto das cooperativas e que prometia 1600 empregos na região. Pouco restou. Valeria outra pesquisa para saber o destino dos ex-cooperados e como o quadro econômico de crescimento da última década afetou a região.

Em 2016, numa banca de professor titular que participei conjuntamente com Irllys Barreira na Universidade Federal da Bahia, conversamos sobre a possibilidade de recuperarmos nossa experiência na pós-graduação e em órgãos de avaliação como a Capes, para discutir a constituição e consolidação de uma cultura acadêmica no país, a nacionalização do ensino e pesquisa em Sociologia. Integramos grande parte desse processo, como estudantes e professores pesquisadores desde a década de 1970, e atuamos concretamente na formação dessa cultura, a partir de nossos campos de pesquisa e vinculação institucional. Inicialmente tivemos como proposta, a recuperação desse processo no Nordeste onde participamos das tentativas de organização e fortalecimento da pós-graduação e sua vinculação com associações nacionais como a ANPOCS; da organização de eventos regionais, das revistas acadêmicas das quais estivemos de uma forma ou outra envolvidos. Posteriormente se agregou a essa proposta, Soraya Vargas Cortez da UFRGS que trabalhou conjuntamente em vários momentos na Capes, seja como membro do comitê de avaliação, seja como vice coordenadora de área no período 2010-2013. Nossa proposta foi então ampliada e escrevemos um texto sobre a formação da sociologia “fora do eixo”, recuperando sua constituição-consolidação no nordeste e sul do país (BARREIRA, CORTES, LIMA, 2018). Essa amplitude, contudo, deixou de lado uma parte sobre nordeste, cursos de graduação e mesmo um maior detalhamento dessa cultura acadêmica na região,

que iremos desenvolver posteriormente.

Encontros permanentes em seminários nacionais e internacionais. Participação em bancas e congressos pelo país, e agora uma nova geração de professores/pesquisadores que despontam e que irão, se permitirem, transformar nossa universidade. As condições já estão dadas. Temos no país uma alta qualidade na formação e na pesquisa de sociologia e ciências sociais, com grupos consolidados e pesquisadores reconhecidos internacionalmente. Os 50 anos do curso de ciências sociais da UFC ilustra esse processo que está longe de terminar, assim como os vínculos construídos.

Finalizando esse artigo memorialístico, minha carreira como professor pesquisador, está imbricado à parceria com a Sociologia da UFC, nas trocas permanentes, nos estudos sobre o Nordeste e as amizades construídas nesse trajeto. Um caminho fortemente geracional que se confunde com a própria constituição da Sociologia no Brasil em suas especificidades temporais e espaciais.

Referências

ABU-EL-HAJ, Jawdat. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 47, p. 65-79, 1999.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. *A mobilização do capital social no Brasil: o caso da reforma sanitária no Ceará*. São Paulo: Annablume, 2000. 234p.

ARAÚJO, Iara Maria de; LIMA, Jacob Carlos; BORSOI, Isabel Cristina Ferreira. Operárias no Cariri cearense: fábrica, família e violência doméstica. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, p. 705-732, 2011.

ARAÚJO, Iara Maria de. Os novos espaços produtivos: relações sociais e vida econômica no Cariri Cearense. Tese (Sociologia). Fortaleza: UFC, 2006.

BARREIRA, Irllys; CORTES, Soraya Vargas; LIMA, Jacob Carlos. A Soci-

ologia fora do eixo. *Revista Brasileira de Sociologia*, 2018.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, p. 74-82, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. *Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: os 'governos das mudanças' no Ceará*. Ijuí (RS): UNIJUÍ, 1998. 80p.

GONDIM, Linda Maria de Pontes; LIMA, Jacob Carlos. *A pesquisa como artesanato intelectual. Considerações sobre método e bom senso*. 2. ed. São Carlos: EdUFSCar, 2006. v. 1. 88p.

LEMENHE, Maria Auxiliadora de Abreu Lima. *Família Tradição e Poder: o (caso) dos coronéis*. 1ª. ed. São Paulo: AnnaBlume, 1996. v. 250p

LIMA, Jacob Carlos; BORSOI, Isabel Cristina Ferreira; ARAUJO, Iara Maria de. Os novos territórios da produção e do trabalho: a indústria de calçados no Ceará. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, p. 367-384, 2011.

LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, Maria Neyara Araújo de. O trabalho sem utopias: novas configurações produtivas e os trabalhadores. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 34, n. 01, p. 19-30, 2003.

LIMA, Jacob Carlos; OLIVEIRA, Maria Neyara Araújo de. Para além do novo sindicalismo: a crise do assalariamento e as experiências com trabalho associado. In: Iram Jácome Rodrigues. (Org.). *O novo sindicalismo: vinte anos depois*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999, p. 229-248.

LIMA, Jacob Carlos. *As artimanhas da flexibilização: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção*. 1. ed. São Paulo: Terceiramargem Editora, 2002. v. 1. 160p.

LIMA, Jacob Carlos. Interiorização industrial e fabricas cooperativas: a experiência nordestina dos anos 90. In: Nadya Araujo Guimaraes; Scott Martin. (Org.). *Competitividade e desenvolvimento*. São Paulo: Editora SENAC, 2001, p. 236-249.

LIMA, Jacob Carlos. Trabajo asalariado, trabajo asociado, trabajo precarizado: experiencias de tercerización y flexibilización de las relaciones de trabajo en noreste brasileño. In: Ximena Diaz B.; Eugenia Hola A. (Org.). *Trabajo, flexibilidad y género: tensiones de un proceso*. Santiago de Chile: CEM — Centro de Estudios de la Mujer, 2001, v. 1, p. 1-313.

LIMA, Jacob Carlos. A subcontratação em cooperativas de trabalho no Nordeste: descentralização produtiva e flexibilização das relações de trabalho. In: Alice Paiva Abreu. (Org.). *Produção flexível e novas institucionalidades na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000, p. 255-269.

LIMA, Jacob Carlos. A teoria do capital social na análise de políticas públicas. *Política & Trabalho*, n. 17, p. 46-63, 2001.

MACHADO, Eduardo Gomes. Campeões, Curingas e Robôs: Os funcionários e a reestruturação no Banco do Brasil, Dissertação (Sociologia). João Pessoa, UFPB, 2002.

MATOS, Tereza Cristina Furtado. Rádios comunitárias: sintonia dissonante e ‘auto-imagem’. Tese (Sociologia). Fortaleza: UFC, 2006.

MOREIRA, Maria Vilma Coelho. *Globalization and the incorporation of women’s labor: the case of garment cooperatives in Northeast Brazil*. Knoxville: University of Tennessee (Tese de Doutorado), 1996.

MOREIRA, Maria Vilma Coelho. (1997). Cooperativismo e desenvolvimento: o caso das Cooperativas de Confecções do Maciço de Baturité, Ceará. *Política e Trabalho*, n. 13, p. 55-76, 1997.

PORDEUS JÚNIOR, Ismael de Andrade. *A magia do trabalho: macumba cearense e festas de possessão*. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1993, 124p.

SIQUEIRA, Deys Eluci; POTENGY, Gisélia Franco; CAPPELIN, Paola (Orgs). *Relações de trabalho, relações de poder*. Brasília: Editora UnB, 1997.

SOUSA, Vancarder Brito. A cidade e a favela: o “Poço da Draga” e a requalificação urbana em Fortaleza. Tese (Sociologia). João Pessoa: UFPB, 2006.

TENDLER, Judith. *Good Government in the Tropics*. Baltimore, Md.: Johns Hopkins University Press, 1998. (Em português: *Bom governo nos trópicos: uma visão crítica*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002).

Resumo:

O texto recupera uma trajetória acadêmica e afetiva construída nos últimos 35 anos com a Sociologia e as Ciências Sociais da UFC. O acaso se junta a uma carreira de professor e pesquisador no qual parcerias foram construídas numa busca de conhecer as nuances do desenvolvimento capitalista no Brasil em suas manifestações temporais, espaciais e os atores envolvidos nesse processo. Para tanto, recorri, além da memória, a relatórios de pesquisa, artigos e anotações que permitem alinhar um conjunto de atividades que dão sentido a esse caminho.

Palavras-chave: trajetória acadêmica; Nordeste; trabalho flexível; reespecialização da produção; Ceará.

Abstract:

The article recovers an academic and affective trajectory built in the last 35 years with Sociology and Social Sciences of the Federal University of Ceara (UFC, in portuguese). The chance joins a career as a professor and researcher, in which partnerships were built in a quest to know the nuances of capitalist development in Brazil in its temporal and spatial manifestations, as well as the actors involved in this process. To do so, I have used, in addition to the memory, research reports, articles and notes that allow us to combine a set of activities that give meaning to this path.

Keywords: academic trajectories; Northeast of Brazil; flexible work; re-spatialization of production; Ceara, Brazil.

Recebido para publicação em 08/01/2019.

Aceito em 19/02/2019.

Corações e mentes: memórias de 1968

Maria Francisca Pinheiro Coelho

Universidade de Brasília, Brasil

coelho francisca@gmail.com

Ao colega Petrócio Maia

In memoriam

“No quintal por trás de casa tem um pé de sonhos”.

(Pé de Sonhos — Petrócio Maia e Brandão)

Os estudantes que entraram naquela primeira turma¹ do Curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, em 1968, talvez não tivessem a menor ideia do que iam vivenciar naquele ano. Vinham de diferentes colégios, alguns de freiras, como o Colégio Santa Doroteia, outros laicos, como o Farias Brito e o Agapito dos Santos, uns públicos, a Escola Normal, só de mulheres, e o Liceu, de homens. Os que estudavam no mesmo colégio já vieram mais ou menos enturmados. Outros tinham feito o mesmo cursinho pré-vestibular na

1. A autora integrou a primeira turma do Curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, em 1968. É professora Titular do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

Escola Normal Justiniano de Serpa, no bairro 13 de maio, e conversavam sobre as opções existentes. Se queriam ir para a área de humanas, o vestibular para as Ciências Sociais, em seu primeiro ano e com excelentes professores, apresentou-se como uma boa oportunidade.

No entanto, antes mesmo de 1968, já existiam claros sintomas de que as mobilizações de juventude que caracterizavam a década de 1960 tinham suas marcas claras no Brasil. Em vários campos da sociedade, nas artes plásticas, no teatro, na música, com a chegada dos grandes festivais nacionais, transmitidos com grande audiência pelo rádio e televisão, havia um clima de mobilização social. Intermináveis discussões ocorriam sobre quais as músicas mais bonitas ou que expressavam aquele tempo, se *A Banda*, de Chico Buarque, ou *Alegria, Alegria*, de Caetano Veloso. Gilberto Gil, do movimento Tropicalia, era forte concorrente nos festivais. Em 1968, o próprio Gil fez uma histórica apresentação na Faculdade de Direito, a convite do Diretório Acadêmico, um dos principais centros de formação de liderança do movimento estudantil.

O cenário internacional das lutas pelos direitos civis dos negros nos Estados Unidos, das manifestações contra a guerra do Vietnam, do movimento de mulheres emoldurava os corações e mentes daquele tempo. Logo nos primeiros contatos, o cotidiano dos pouco mais de 20 estudantes de Ciências Sociais, em Fortaleza, passou a não se restringir às tarefas do curso, pois a universidade estava envolvida com uma séria de reivindicações específicas, como o problema dos excedentes, acampados nos jardins da Reitoria, uma grande mansão burguesa cor de rosa, na avenida da universidade; a luta por mais vagas nas universidades públicas; as convocações para as assembleias; os comícios no Restaurante Universitário (chamado de CEU); as reuniões dos cursos para decidirem as propostas que seriam levadas para

as assembleias gerais, entre outras inúmeras atividades. O Curso de Ciências Sociais ficava no prédio da Faculdade de Filosofia, ao lado da Reitoria e em frente ao Restaurante Universitário, ou seja, bem no coração das manifestações.²

Depois de um tempo, o curso foi transferido para a rua Barão do Rio Branco no centro de Fortaleza, perto da praça do Ferreira e da praça José de Alencar, justamente os pontos de direção das passeatas, onde ocorriam os grandes comícios. Os estudantes de Ciências Sociais já nem precisavam ir para as concentrações na Faculdade de Direito. iam direto para a praça definida em cada manifestação. A definição da praça dependia de uma série de fatores, como a permissão da política militar, o contato com a população, a facilidade de dispersão, caso houvesse repressão e muitos outros. Muitas vezes, só se sabia perto da hora o roteiro das passeatas.

Além das manifestações e do conteúdo das aulas, tudo em torno do curso contribuía para que os alunos participassem ativamente dos movimentos. O problema da relação entre conhecimento e prática não se colocava como uma questão sociológica, pois os alunos eram ao mesmo tempo sujeitos do conhecimento e pessoas de ação. As questões eram discutidas por todos, em inúmeras e infindáveis reuniões, e as soluções sempre deviam beneficiar a todos. Como proposta inicial do curso, alguns alunos receberiam bolsas de estudo para se dedicar integralmente à faculdade. No entanto, no clima de que tudo era coletivo, a decisão da turma foi de que todos deveriam ter bolsa, mesmo

2. O movimento por mais vagas nas universidades públicas visava solucionar a questão dos excedentes, estudantes aprovados no vestibular por nota, mas que não entravam por falta de vagas. Depois de 1968, houve uma mudança do sistema de vestibular classificatório para o eliminatório, condicionando à aprovação ao limite de vagas. A partir da década de 1970, a característica da expansão do ensino superior brasileiro foi pelo setor privado, com o crescimento de faculdades e instituições particulares.

com valor reduzido, e foi isso que aconteceu. Com a bolsa de estudos ficou bem fácil participar em tempo integral da vida universitária, que incluía estudar e participar das atividades do movimento estudantil.

Por serem bolsistas, as aulas eram no período da manhã e da tarde. Logo pela manhã, eles trocavam informações entre si sobre as atividades do movimento estudantil naquele dia, que foram se intensificando, na medida que o ano ia passando. Em geral, depois do almoço tinham reunião para discutir os problemas específicos do curso e os do movimento estudantil. No fim da tarde, alguns iam para o CEU, jantar e se informar do que ocorreria no dia seguinte.

Toda manhã, antes das aulas, o cenário era mais ou menos o mesmo. O prédio da Barão do Rio Branco era quadrado e todas as salas tinham uma comunicação por meio de um pátio. Como a turma era pequena, no primeiro ano ou nos primeiros anos, as aulas eram para todos os alunos, e a sala principal dava mais ou menos para frente da porta de entrada do prédio, onde se podia acompanhar todos que chegavam. Os primeiros alunos já ficavam em um banco próximo da sala de aula e ali conversavam sobre as novidades do dia e se atualizavam. Chegava um, chegava outro e a conversa ia se ampliando. Às vezes, se transformava em discussões intermináveis.

Cenas se repetiam. Uma delas era que no dia que saía *O Pasquim*, a Margarida Furtado já entrava na Faculdade com o jornal na mão, tinha lido tudo e chegava rindo das matérias do tabloide, dos artigos extremamente críticos e vibrando com as charges e os desenhos do Henfil. Outra, era a chegada sempre apressado, mas ao mesmo tempo atento, do Petrúcio Maia. Andava sempre com a cabeça um pouco baixa e suas opiniões pareciam passar por um longo processo de construção e desconstrução de seu pensamento.

Petrúcio queria saber de tudo, ouvia todos e, em geral, se afastava

um pouco do grupo para pensar e depois voltar com sua opinião. Era um dos que entrava em discussões infundáveis. Muito participativo, mas ao mesmo tempo retraído. As imagens dele de caminhar no corredor da faculdade de uma ponta a outra e depois voltar para externar sua posição são memoráveis. Seu gesto de enrolar com os dedos os fios dos cabelos, característica de alguns da época, parecia se intensificar com o ritmo de seu pensamento.

Enfim, antes do professor começar a aula, ainda tinha o momento dos avisos: - “Professor, eu posso fazer uma comunicação”? A Cili era uma aluna que sempre tinha uns informes para dar. E a Tereza Helena frequentemente pedia para fazer uma complementação. À tardinha, os estudantes voltavam a se reunir em torno do mesmo banco para comentar o que tinha se passado durante o dia, as novidades do movimento estudantil, as decisões das assembleias, os encaminhamentos necessários. Claro que alguns eram mais preocupados com as questões do curso, as leituras e sua carreira profissional, mas todos de uma maneira geral eram bastante integrados no espírito daquele tempo. Pelo clima que vivia a universidade brasileira naquele ano, era como se embarcassem em uma viagem que os levaria para um país livre da ditadura militar. No entanto, para isso precisava-se agir, pois o futuro era hoje! Como jovens esperançosos, acreditavam piamente na sua capacidade de mudança.

Durante o ano de 1968, as manifestações estudantis, principalmente nas universidades, tiveram uma tendência ascendente. Pelas palavras de ordem, pode-se observar as mudanças que iam ocorrendo, principalmente sua transformação em um movimento universitário de classe média de caráter nacional e político. Pode-se dividir em três tempos suas reivindicações: as específicas, as políticas nacionais e as políticas gerais. Ao longo do ano, elas foram se justapondo, mas na

medida que a repressão aumentava, o movimento assumia um caráter político.

A mais emblemática das mobilizações no início do ano, pelo menos em Fortaleza, foi a luta por mais vagas e mais verbas nas universidades, simbolizada no problema dos excedentes, mas que no seu conteúdo já revelava a necessidade de expansão das universidades públicas. Mas havia também o problema das entidades estudantis que tinham passado por uma série de restrições depois do golpe militar de 1964 em sua legislação e não possuíam autonomia. No entanto, na prática as entidades passaram a funcionar de acordo com a força do movimento e se tornaram representativas daquele momento, apesar de toda burocracia existente. A União Nacional dos Estudantes (UNE) extinta passou a funcionar na prática, à revelia da lei.

A morte do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968, morto com um tiro no peito por uma bala da Polícia Militar, no Calabouço, restaurante universitário, no Rio de Janeiro, foi o estopim do movimento estudantil nacional, no sentido de que esse passou a assumir também um caráter político. A reação foi a passeata dos 100 mil na Candelária, em protesto contra a morte do estudante, seguidas de passeatas em todas as capitais e grandes cidades brasileiras. Esse momento foi registrado, com muita precisão, por Vladimir Palmeira, líder carioca no período, como expressão da força e representação do movimento estudantil nacional, ao lembrar que foi anterior ao maio francês.

A partir do março brasileiro de 1968, que antecedeu ao maio francês com suas palavras de ordem “é proibido proibir” e o “pessoal é político”, o movimento estudantil assumiu claramente o perfil nacional de uma luta contra o regime militar, com a incorporação da palavra de ordem Abaixo a Ditadura! Outras palavras de ordem também

políticas, mas de caráter mais geral, relacionadas ao contexto da intervenção americana no Brasil, passaram a assumir um papel importante nesse momento, como a luta contra o imperialismo e contra os acordos MEC/USAID. Esses acordos vão influenciar na reforma universitária de 1968 e na opção do governo pela expansão do ensino superior pela via das instituições particulares.

Com o assassinato de Edson Luís, o movimento entrou em uma fase de expansão e fortalecimento nacional. Os Diretórios Acadêmicos e os Diretórios Centrais dos Estudantes que não já seguiam o previsto na lei assumiram ainda mais autonomia. A UNE atuava na clandestinidade, mas mesmo assim preparava seu Congresso Nacional, que seria realizado em Ibiúna, São Paulo, em outubro de 1968. Clandestino, pois proibido pelas governantes, mesmo assim contou com delegados de todos os estados, em torno de 800 participantes. Todos foram presos em um sítio de Ibiúna e levados para o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), na cidade de São Paulo. Depois de seis dias foram mandados de volta para os seus estados em ônibus estaduais. Os líderes nacionais do movimento ficaram presos.

Depois do Congresso de Ibiúna, a repressão ao movimento estudantil se intensificou. As passeatas já não eram permitidas e foram substituídas por comícios relâmpagos. Porém, o movimento continuava consistente, até quando foi atingido fortemente pelo Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 13 de dezembro de 1968. O AI-5 foi um golpe dentro do golpe que tinha instaurado no Brasil a ditadura militar e o Estado de exceção. Com o fim do Habeas Corpus e com o Estado acima da lei, a prática da repressão passou a ser a violação dos direitos humanos, a perseguição, prisão, tortura, assassinato e extermínio, com desaparecimento de corpos.

Estão dentro desse marco repressivo, os estudantes que aderiram à

resistência armada, a maioria universitários na faixa de 23 a 25 anos, como os que foram para a Guerrilha do Araguaia, entre os anos de 1970 a 1973, que fazem parte dos chamados anos de chumbo. Os poderes arbitrários do Ato Institucional n. 5, foram sintetizados nas palavras do terceiro presidente da ditadura militar, o general Emílio Garrastazu Médici, que governou nos chamados anos de chumbo: “Eu tenho o AI-5 nas mãos e, com ele, posso tudo. Se eu não posso, ninguém mais pode” (COELHO, 2007). Tornou-se também conhecido na literatura sobre esse período, documentos que comprovam depoimentos do presidente Ernesto Geisel, o quarto general a assumir a presidência, exigindo como condição para iniciar a “transição lenta, gradual e segura” o fim da resistência armada no Araguaia. A ordem era que não deveria restar nenhum guerrilheiro vivo.

Como parte ativa do movimento estudantil nacional, o movimento em Fortaleza passou por todas essas fases. Aqueles estudantes da primeira turma do curso de Ciências Sociais viveram todos esses momentos e foram também embalados pelos ideais de liberdade da época. O impacto daquele ano foi tão expressivo na mentalidade de alguns que eles trocaram sem perceber muito a crença em Deus pela crença no marxismo, sem se darem conta que as duas escolhas são representações ideológicas.

Os sociólogos definem como um campo de estudo os movimentos sociais, dentre os quais os movimentos de juventude, no qual o movimento estudantil se insere. Karl Mannheim (1893-1947) deu uma contribuição relevante para esses estudos com uma reflexão sobre o conceito de geração, ao elaborar relação entre o tempo biológico e o tempo social: “Não é difícil ver como a mera contemporaneidade cronológica não pode por si só produzir uma posição comum de geração” (1951, p. 145). O conceito de geração inclui uma forma teórica de se

pensar a relação entre o indivíduo e seu tempo histórico, sem, contudo, implicar em nenhuma ideia de determinismo, na medida em que uma geração pode comportar várias unidades geracionais e mesmo alguns comportamentos podem ser contemporâneos do não contemporâneo, como modos e modas antigas que se reatualizam.

A problemática das gerações se concentra particularmente nos estudos sobre juventude. Mannheim também dedicou estudos sobre o comportamento da juventude na Alemanha no período do nazismo. Mais de 60% das tropas nazistas eram compostas por jovens entre 24 e 26 anos, o que o levou a assertiva de que a juventude não é progressista por natureza e que o seu comportamento é influenciado por circunstâncias sociais. O seu resíduo para a mudança, em virtude ainda de sua frágil inserção na estrutura social, pode muito bem ser utilizado por movimentos conservadores e autoritários, fato que seria mais difícil em sociedades de democracias consolidadas e com forte tradição de liberdades.

No caso do movimento estudantil brasileiro, o resíduo propício à mudança daquela geração foi mobilizado por movimentos libertários. Para Zuenir Ventura, o ano de 1968 não terminou e as ideias daquela geração projetam uma utopia de liberdade: “Poucas — certamente nenhuma depois dela — lutaram tão radicalmente por seu projeto, ou por sua utopia. Ela experimentou os limites de todos os horizontes: políticos, sexuais, comportamentais, existenciais, ‘sonhando em aproximá-los sempre’ ” (1988, p. 14).

No entanto, os rebeldes de 1968, ao defenderem a liberdade, muitas vezes não tinham a consciência que também ao erguerem as bandeiras de países como a União Soviética, China e Cuba estavam defendendo países de regimes autoritários. Muitos deles também não entenderam direito a Primavera de Praga e se indagavam por que lu-

tar por reformas democrático-burguesas em países socialistas, como se o problema das liberdades se circunscrevesse a ideologias.

Em seu livro *A era dos extremos: o breve século XX*, Eric Hobsbawm caracteriza a década de 1960 como das mobilizações de juventude e 1968 como o ano das manifestações estudantis *par excellence*. Estar na universidade em 68 era um convite a sair de seu mundo existencial e participar do espírito de uma geração.

O ano que não terminou foi movido pelo vento das mudanças e de movimentos libertários. Com todas as críticas que se possa fazer as escolhas táticas e estratégicas daqueles jovens, muitas delas já reconhecidas pelos próprios protagonistas, as homenagens a geração de 1968 devem-se aos ideais públicos daquela geração. O que ficou desse ano não foram seus equívocos ideológicos, mas seus ideais coletivos e não egoístas.

1. O conceito de geração

Em *O problema das gerações*, ensaio de 1928, Karl Mannheim vai construir o conceito sociológico de gerações, a partir do diálogo com duas tradições de estudos sobre a problemática das gerações: a corrente francesa racional-positivista e a abordagem romântico-histórica alemã. O autor não descarta os elementos conceituais das duas escolas com as quais discute, mas ressalta a relevância de se considerar o tempo histórico, na medida em que as gerações sofrem influências das tendências ou correntes sociais e que, portanto, têm sempre uma ligação com o tempo, mesmo quando negam o tempo social vigente.

Para Mannheim, as duas escolas (a biológica e a subjetiva) definem elementos necessários, mas não suficientes para definição do conceito sociológico de geração, que além desses fenômenos inclui

as noções de tempo interior, que significa ser com o outro. Se os fatores biológicos e subjetivos estão na base do conceito, seus pressupostos sociológicos estão na interação social e na resposta coletiva a tendências ou correntes sociais.

Na França prevalecia um tipo de pensamento positivista, derivado diretamente da tradição do iluminismo. Este tipo de pensamento dominou não só as ciências naturais como também as ciências culturais. Por conseguinte, se pode compreender a incorporação da concepção unilinear de progresso nessa tradição. Na concepção romântico-histórica “o problema das gerações é considerado como o problema da existência de um tempo interior que não pode ser medido, mas apenas experimentado em termos puramente qualitativos” (MANNHEIM, 1951, p. 122).

Mannheim salienta a contribuição de Wilhelm Dilthey (1883-1911) para a compreensão da especificidade do objeto de estudo das ciências sociais e históricas alemães com a noção de tempo interior, quando enfatiza que o contemporâneo não se resume ao cronológico, mas a influências, a algo que não pode ser quantificável. Uma outra contribuição de Dilthey seria a de que não somente é importante a sucessão de uma geração após outra, mas também que a sua coexistência tem um significado diferente do mero significado cronológico. O tempo de intervalo que separa as gerações é tempo subjetivamente experimentado e a contemporaneidade passa a ser uma condição subjetiva.

Todas as pessoas convivem com pessoas da mesma e de diferentes idades, numa variedade de possibilidades de experiência que as confronta a todas. No entanto, para cada uma o mesmo tempo é um tempo diferente, isto é, representa um diferente período do seu eu, que só pode ser partilhado com pessoas da mesma idade. Mannheim tam-

bém salientou a contribuição de outros autores alemães para a construção do conceito sociológico de geração. Para o autor, valiosa e verdadeiro golpe de gênio, é a ideia de Pinder da ‘não-contemporaneidade do contemporâneo’ e também o seu conceito de enteléquias (estilos de geração de uma época).

Na construção do conceito sociológico de geração, Mannheim considera que a unidade de geração é constituída essencialmente por uma semelhança de posição de vários indivíduos dentro de um todo social. No entanto, uma geração pode ter também várias unidades de geração. Deve-se compreender a geração como um tipo particular de posição social. Há uma diferença entre uma posição social de classe (relacionada à situação econômica) e a posição social de geração (relacionada ao comportamento):

O fenômeno social ‘geração’ nada mais representa do que uma espécie particular de identidade de posição, que compreende ‘grupos de idade’ mergulhados num processo histórico social. Enquanto que a natureza da posição de classe se pode explicar em termos de condições econômicas e sociais, a posição de uma geração é determinada pelo modo como certos modelos de experiência e pensamento tendem a ser trazidos à existência pelos dados naturais de uma geração para outra (MANNHEIM, 1951, p. 137).

A localização e a contemporaneidade são importantes quando há integração social baseada em experiências:

Só quando os contemporâneos se encontram em posição de definitivamente participarem como um grupo integrado em certas experiências comuns é que podemos corretamente falar de comunhão de localização de uma geração. A mera contemporaneidade só se torna sociologicamente significativa quando compreende também a participação nas mesmas circunstâncias sociais e históricas (MANNHEIM, 1951, p. 145).

Além dos fenômenos tempo, contemporaneidade e localização, é

necessário que exista um certo nexos concreto que se constitui na “participação em um destino comum”. A localização como tal apenas contém as potencialidades que podem ser materializadas, suprimidas, ou incorporadas noutras forças sociais e manifestadas de diferentes formas. A mera coexistência no tempo não é suficiente para caracterizar a geração. É necessário um destino comum: “Este nexos adicional pode ser descrito como uma participação num *destino comum* desta unidade histórica social” (MANNHEIM, 1951, p. 152).

A geração somente se tornaria uma realidade quando se cria um laço concreto entre os membros de uma geração pelo fato de estarem todos expostos aos sintomas sociais e intelectuais de um processo de dinâmica de desestabilização. Pode-se ter uma geração, unida por um destino comum, que se subdivide em unidades de geração. Uma mesma geração pode conter diferentes unidades de geração e mesmo com posições opostas: conservadores e revolucionários.

Fazem parte da mesma geração real os jovens que experimentam os mesmos problemas históricos concretos: “Constituem unidades de geração separadas aqueles grupos que dentro da mesma geração real trabalham o material da sua experiência comum de modos específicos diferentes” (MANNHEIM, 1951, p. 154). Procurando fazer um paralelo com as manifestações juvenis que ocorreram no Brasil a partir de junho de 2013, motivadas inicialmente pelo Movimento Passe Livre pelo congelamento das passagens de ônibus, observa-se no desdobramento desse processo o surgimento de duas unidades de geração, assim chamadas: os *coxinhas*, que se constitui da juventude conservadora, e os *mortadelas*, a juventude do campo da esquerda.

Uma geração se constitui quando contemporâneos semelhantes localizados participam de um processo comum. Desse modo, dentro de qualquer geração podem existir várias unidades de geração diferencia-

das e mesmo antagônicas. Em conjunto, elas constituem uma geração ‘atual’ precisamente porque se orientam umas para as outras, mesmo se só no sentido de luta uma contra a outra. Em suma, os fatores sociais, culturais e históricos são mais importantes que os biológicos e geográficos, que são estratos básicos (WELLER, 2010).

Nos estudos de geração, a noção de tempo é importante, mas não apenas o tempo cronológico, mas o histórico. Comunhão de localização de uma geração é quando mesmo distantes há um grupo integrado em certas experiências comuns. Seria este o caso descrito da geração de 1968. Os fatores dinâmicos (sociais, culturais, históricos) operam com base em fatores constantes, mas em cada ocasião os fatores dinâmicos tomam diferentes potencialidades quanto aos fatores constantes:

Se falamos do espírito de uma época, por exemplo, devemos compreender também, como em outros fatores, que este *Zeitgeist*, a mentalidade de um período, não penetra toda a sociedade num determinado momento. A mentalidade que geralmente se atribui a uma época tem o seu assento próprio num grupo social (homogêneo ou heterogêneo) que adquire importância social num determinado momento e que pode colocar assim o seu toque intelectual em todos os outros grupos sem os destruir ou absorver. (MANNHEIM, 1951, p. 166).

As unidades de geração não são meras construções, já que têm as suas próprias enteléquias (seus fins). No entanto, essas enteléquias não podem ser compreendidas em si mesmas; devem ser consideradas dentro da estrutura mais larga das enteléquias de tendências. A maior parte das pessoas pertence a uma determinada tendência de seu tempo: “A posição da geração existe sempre como uma potencialidade que procura realização, mas o meio de tal realização não é o *Zeitgeist* unitário, mas antes uma ou outra das tendências concretas prevaletentes

num determinado tempo” (MANNHEIM, 1951, p. 172). O fenômeno das gerações é assim um dos fatores básicos que contribuem para a gênese da dinâmica do desenvolvimento histórico.

A tese fundamental Mannheim é que a idade, os fatores biológicos por si só não envolvem uma orientação intelectual ou prática definida. Os fatores biológicos apenas indicam certas tendências formais, cujas manifestações, em última análise, têm relações com o contexto social e cultural prevalecente.

O ensaio *O problema das gerações* é do mesmo ano da sua obra *Ideologia e Utopia*, que fundamenta sua teoria do conhecimento. Para Mannheim tanto a ideologia como a utopia são representações sociais, no sentido de construtos referenciados na realidade, mas enquanto as ideologias são modelos que se colocam como alternativos aos existentes, as utopias são construções sociais mais livres, que embora tenham referência na realidade não assumem um modelo definido. As ideias estão relacionadas a um tempo social, no qual as classes são grupos específicos que têm suas próprias ideologias. Nesse sentido, relacionadas, mas não presas ao mundo real, as ideias estão sujeitas a um processo de construção e reconstrução permanente.

No estudo *A juventude na sociedade moderna* (1972), Marialice Foracchi se inspira nos conceitos de Mannheim de ideologia e utopia para uma análise da juventude da década de 1960. Para a autora, os movimentos políticos de juventude, que têm no movimento estudantil sua face mais politizada, são movimentos baseados em ideologias políticas porque propõem um modelo substitutivo ao vigente, enquanto que os movimentos relacionados à contracultura, como o movimento hippie, por exemplo, são mais utópicos porque não se orientam por ideologias.

Indagaria Foracchi, quais seriam então dentre esses dois movimen-

tos o mais revolucionário? Deixa antever que são os movimentos menos rígidos, porque os modelos são sempre uma alternativa aos existentes. Os movimentos questionares da ordem social, mas que não têm propostas definidas são movidos por utopias e por isso contêm manifestações mais livres. Seriam mais revolucionários em seu questionamento do real e suas representações. Suas práticas seriam baseadas em escolhas livres, menos suscetíveis a tendências autoritárias e possuem mais questões do que respostas.

Essas são questões que se colocam atualmente no Brasil em que os movimentos políticos de juventude, como o movimento estudantil, não têm o impacto dos de outras épocas, como na década de 1960. No entanto, não se pode ter um diagnóstico preventivo dos movimentos de juventude, principalmente de sua face política, pois esses sempre surpreendem e podem antever grandes mudanças.

2. Violência, poder e legitimidade

Outras questões teórico-conceituais pertinentes ao debate sobre as mobilizações sociais envolvem os problemas do poder, violência e legitimidade. Nesse debate são relevantes as contribuições de Max Weber (1864-1920) e de Hannah Arendt (1906-1975), tanto pelas diferenças entre as duas concepções, como pelo diálogo que se pode estabelecer entre eles. Arendt escreveu o ensaio *Sobre a violência* (*On violence*), em 1969, nos Estados Unidos, justamente no contexto social aqui abordado dos movimentos de juventude, no qual se insere o movimento estudantil de 1968. Em uma tradição que se pode remeter a Mannheim, a autora resenhou seu livro *Ideologia e Utopia*, Arendt também vai se remeter às correntes de pensamento e às gerações.

A reflexão de Arendt sobre a prática da violência como uma cons-

tante nas ações durante o século XX são também coincidentes com a análise de Hobsbawm que caracterizou este século como a era dos extremos. A autora parte de duas características feitas do século XX: uma que tinha sido anunciada por Lenin como uma época de guerras e revoluções e a outra, imprevista, mas que se constituiu um fator importante, o incremento dos meios da violência.

As questões dela são as seguintes: como explicar a violência destrutiva do poder tão presente no século XX? Como explicar a apologia e a glorificação da violência? O ponto de partida do seu pensamento será a caracterização de uma linguagem comum nas análises políticas do século XX de identificação do conceito de poder ao de violência. Seria como se a definição de Weber de que cabe ao Estado o monopólio do uso legítimo da violência física tivesse sido naturalizado como a única tradição do conceito de poder. Não se leva nem em consideração, que a própria construção do conceito de poder em Weber tem como referência não a violência em si, mas o Estado moderno de *direito*, que visa garantir um território, a ordem e uma nação.

O eixo da reflexão arendtiana é o de que existe um consenso entre os teóricos da política, tanto da esquerda quanto da direita, no sentido de que a violência é tão-somente a mais flagrante manifestação do poder. A glorificação da violência, indo muito além do pensamento de Marx, para quem a violência era a parteira da revolução. Chama a atenção para a identificação da violência com o poder, mesmo contra experiências que mostravam que nem sempre a vitória estava do lado do mais forte, como no caso da guerra do Vietnam e da crise provocada pelo movimento estudantil na França. Para a autora,

O poder corresponde à capacidade humana não somente de agir, mas agir de comum acordo. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e existe somente enquanto o grupo se

conserva unido. Quando dizemos que alguém está “no poder” queremos dizer que está autorizado por um certo número de pessoas a atuar em nome delas (ARENDDT, 1999, p. 123).

Para Hannah Arendt, e essa sua tese, a maior parte da atual glorificação da violência é causada por uma profunda frustração da faculdade de agir no mundo moderno. Ela recupera duas tradições históricas do conceito de poder advindas da antiguidade ocidental: a primeira tendência a de identificar poder e violência; e a segunda, a do poder como sendo distinto e mesmo o oposto da violência.

As origens da primeira tradição estariam na cultura judaico-cristã, com a concepção imperativa da lei. Essa tradição teria repercutido no Estado moderno com as noções de dominação. As origens da segunda tradição viriam da concepção da cidade-Estado ateniense e romana quando a essência do conceito de poder e de lei não se assentava na relação mando-obediência. Essa concepção estaria expressa na sociedade moderna na expressão de James Madison, o quarto presidente dos Estados Unidos, considerado o Pai da Constituição, de que todos os governos se assentam na opinião.

Para Arendt, o poder estar na essência de todo governo, mas a violência não. A violência seria por natureza instrumental por ser um meio e como todos os meios necessita de justificação, pelos fins que persegue. O poder corresponde a uma ação de comum acordo, sendo inerente à toda comunidade política e, portanto, não tem necessidade de justificação, mas de legitimidade:

Onde as ordens não são mais obedecidas, os meios da violência são inúteis; e a questão desta obediência não é resolvida pela relação ordem-violência, mas pela opinião, e naturalmente pelo número de pessoas que a compartilham. Tudo depende do poder atrás da violência. O repentino e dramático colapso do poder que anuncia as revoluções revela num lampejo que a obediência civil — às leis, ins-

tituições dirigentes — nada mais é que uma manifestação exterior do apoio e consentimento (ARENDDT, 1999, p. 126-137)

A violência, por ser instrumental, sempre necessita de justificação. Arendt distingue as ações de violência que não precisam de justificação, como as situações de legítima defesa e as situações revolucionárias. Esses seriam momentos de luta em que o poder se confunde com a violência:

A violência pode ser justificável, mas nunca será legítima. Sua justificação vai perdendo em plausibilidade conforme seu fim pretendido some no futuro. Ninguém questiona a violência como legítima defesa, pois o perigo não somente está claro, mas também presente, e o fim que justifica o meio é imediato (ARENDDT, 1999, p. 129).

Em uma comparação entre as concepções de poder em Max Weber e Hannah Arendt há uma evidente distinção que é a concepção de Weber de poder como dominação e de Arendt como construção de acordos. Weber define o poder como dominação legítima e essa a sua referencia para construção dos tipos ideais de dominação, como construções teóricas. Nesse sentido, a sua definição do Estado racional moderno é o campo de referência para pensar os dois outros tipos de dominação, o tradicional e o carismático. Enquanto que Weber constrói o conceito de poder com base no Estado, Arendt vai construir esse conceito com base na capacidade humana de construir acordos.

Weber tem uma concepção assimétrica do poder, na qual o centro da política é o Estado, enquanto Arendt uma compreensão simétrica do poder, na qual o centro da política é a ação compartilhada. Claramente, a política para Weber é o exercício da dominação legítima, porque reconhecida pelo outro, e em Hannah Arendt a capacidade humana de construção de acordos.

Em Arendt, o sentido da política é a liberdade e, nesses termos,

se afasta da concepção weberiana. Para ela, “Para a pergunta sobre o sentido da política existe uma resposta tão simples e tão concludente em si que se poderia achar outras respostas dispensáveis por completo. Tal resposta seria: o sentido da política é a liberdade” (1988, p. 38).

No entanto, apesar das divergências em relação ao conceito de poder — para Max Weber a arte da dominação e para Hannah Arendt a arte de construção de acordos — os dois pensadores da política têm em comum alguns aspectos ao definir a esfera da política e o ponto de afinidades entre eles provém do pensamento de Maquiavel. Destaca-se aqui, pelo menos, três aspectos das afinidades do pensamento entre Hannah Arendt e Max Weber: o primeiro seria a separação entre a esfera da política e a esfera privada, que em Maquiavel é claramente atribuída à separação entre política e religião. O segundo seria o entendimento da vocação política como um dom pessoal, daí a palavra paixão ou mesmo vocação, que se pode definir pelo interesse pelas questões do mundo, mais do que pelos interesses privados. E o terceiro aspecto seria o reconhecimento da legitimidade como algo que vem do outro, ou seja, de fora, como um gesto de reconhecimento pelo que o outro faz.

No caso da vocação política, o conceito é de Max Weber, tanto ele quanto Hannah Arendt, quando se referem à política como uma esfera específica da sociedade, citam como exemplo a famosa frase atribuída à Maquiavel: “Eu amo meu país Florença, mais do que a salvação de minha alma”. Isso não queria dizer que Maquiavel não fosse um homem religioso, mas que não levava a questão da religião para a esfera política. Esse tema é importante porque resguarda a compreensão da autonomia das esferas da sociedade tanto no plano conceitual quanto no campo da ação, sem negar, evidentemente, o inter-relacionamento entre elas. Enquanto as questões do mundo estariam relacionadas à

esfera da política, as crenças se vinculariam às questões privadas ou da ‘alma’.

3. O legado da geração de 1968

Os estudantes de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, viveram o ano de 1968 em diferentes unidades de geração, na política, por meio do movimento estudantil, na cultura, no teatro, na música. Nessa última, Petrúcio Maia imprimiu seu retrato da época, com traços de singeleza e sonhos.

O legado da geração da geração de 1968 está presente no reconhecimento das mudanças realizadas na sociedade como resultado daquelas lutas. No Brasil, claramente, a retomada do processo de redemocratização na década de 1980, e mesmo antes com o movimento nacional pela anistia, constituído predominantemente por mulheres de presos políticos, mães, irmãs, parentes, foi em grande parte uma recuperação dos ideais e práticas daquele período.

O valor histórico da geração de 68 que assumiu o espírito de uma época está registrado nas homenagens realizadas no mundo pelos seus 50 anos. A representação social e o simbolismo dessa geração não foram ainda substituídos por nenhuma outra depois dela. Aqueles que hoje a criticam muitas vezes não conseguem se reportar ao tempo ou veem tudo com os olhos de hoje, sem a capacidade de distanciamento. Em nenhuma hipótese se pode dizer que aqueles foram apenas acontecimentos datados, sem validade no presente.

Os ideais daquela geração estão vivos na marca do tempo e na memória histórica, pela legitimidade de suas lutas e, sobretudo, pela coragem daqueles jovens dispostos a dar vida por seus ideais de liberdade. E muitos deram a própria vida. Outros, a vida lhes foi tirada

covardemente, com requinte de sadismo e crueldade.

O abaixo à ditadura daquele período criou raízes no amor pela liberdade. O Estado de direito em que o país vive deve muito a aquele tempo, apesar de existirem ainda filhos da ditadura. Porque um país livre não deveria permitir a nenhum cidadão homenagear publicamente, e inclusive com representação parlamentar, em sessão no Congresso Nacional, um torturador da ditadura militar. Em um Estado de direito democrático isso não poderia ser possível, sem que não houvesse graves sanções. Não se deve subestimar as possibilidades de surgimento de novas lutas e reivindicações legítimas como aquelas do ano de 1968. Os sonhos como uma das dimensões mais profundas do eu são também representações de um diálogo intersubjetivo com o mundo.

Referências

ARENDT, Hannah. Da violência. In: _____. *Crises da república*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

_____. *O que é política?* Úrsula Ludz (Org.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Brasil, 1998.

COELHO, Maria Francisca Pinheiro. *José Genoino: escolhas políticas*. São Paulo: Editora Centauro, 2007.

FORACCHI, Marialice Mencarini. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1972.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX : 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MANNHEIM, Karl. El problema de las generaciones. *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*. n. 62, Abril-junio. 1993.

_____. *Ideologia e Utopia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986.

_____. O problema das gerações. In: *Sociologia do conhecimento*. V. II. Portugal/Porto: RÉS, 1951.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

WEBER, Max. A política como vocação. In: *Ciência e política: duas vocações*. 15 ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

WELLER, Wivian. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. *Sociedade e Estado*. Vol. 25, n. 2, maio/ago., 2010.

Resumo:

Este ensaio foi escrito com base nas memórias da autora, como aluna da primeira turma do curso de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Ceará, de 1968. Ainda caloura, foi escolhida como uma entre os 30 delegados da UFC que participaram do Congresso de Ibiúna, em São Paulo, em outubro daquele ano. A linha condutora do texto é o conceito de geração, no sentido empregado por Karl Mannheim, para quem este conceito inclui as noções de tempo interior. Se os fatores biológicos e subjetivos estão na base deste conceito, seus pressupostos sociológicos estão na interação social e na resposta coletiva a tendências ou correntes sociais de um tempo. Embora o pertencimento não seja um critério para se julgar uma narrativa, pois exige-se dela não apenas conhecimento como capacidade de distanciamento, é muito difícil julgar épocas exemplares como o ano de 1968, pelos sonhos de liberdade envolvidos.

Palavras-chave: memórias; ano de 1968; Petrúcio Maia; cultura política; conceito de geração.

Abstract:

This essay was written based on the author's memoirs, as a student of the first class of the Course at the Ciências Sociais, at the Universidade Federal do Ceará, in 1968. She was chosen as one of the 30 UFC delegates who participated in the Ibiúna Congress, in São Paulo, in October of that year. The guiding line of the text is the concept of generation, in the sense employed by Karl Mannheim, for whom this concept includes the notions of inner time. If biological and subjective factors underlie this concept, its sociological assumptions resides in social interaction and collective response to social trends or currents of a time. Although belonging is not a criterion for judging a narrative, because it requires not only knowledge as a capacity for distancing, it is very difficult to judge exemplary epochs such as the year 1968, for the dreams of freedom involved.

Keywords: memories; year of 1968; Petrócio Maia (music and composer); politics culture; generation's concept.

Recebido para publicação em 13/02/2019.

Aceito em 19/02/2019.

Depoimento: 50 anos de Ciências Sociais na UFC

Hélio Barros

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Brasil

heliobarros@email.com

I – O convite e o depoimento

Cinquenta anos da criação do curso de Ciências Sociais da UFC. Convidam-me a participar com texto e mesa redonda. Resumem tudo em duas palavras: memória e depoimento descritos em um texto que conte a experiência pessoal, seguido de uma conversa informal. Este é o texto. A fala virá depois.

O convite despertou lembranças de pessoas, situações e, principalmente, do ambiente social de cada período. Recordei aulas e pesquisas, nome de autores e livros, colegas e cursos no Exterior, amigos nacionais e internacionais, a montagem do currículo, a importância da USP, a lembrança de Florestan Fernandes aconselhando-me a fazer política profissional; “a *praxis* é essencial”, recomendava na boa linguagem da época e reforçava com o argumento de que na USP induzira todos os seus assistentes a ter vida partidária. Rememorei o

que eu disse anos atrás à minha mulher: “Fernando Henrique será presidente e deve agradecer todos os dias ao Florestan”.

Depor é pôr no chão. Isso me leva a pensar que saímos literalmente do chão para ajudar a construir as Ciências Sociais da UFC. O detalhe é sempre mais bem analisado se incluído no conjunto da obra, cujo regente maior tem nome firmado na história cearense: Antônio Martins Filho. Significa que tratarei as Ciências Sociais no conjunto da formação da própria UFC, integrando o passado ao presente.

Os leitores serão pessoas iniciadas no assunto. Desnecessário contar o que já foi contado. Uma nova versão sobre fatos conhecidos pode reparar pequenos erros e acrescentar detalhes que de nada servirão ao futuro das Ciências Sociais da UFC. Proponho-me a uma narrativa na primeira pessoa, contextualizada na realidade social de cada período.

Na primeira pessoa porque a minha experiência é comum à de muitos outros professores e ocorreu em um ambiente social que ilustra muito do que foi a vida no Ceará para as primeiras gerações das Ciências Sociais da UFC. Com o detalhe relevante de que a formação dos professores ocorreu quase de forma concomitante com a dos próprios alunos.

Três registros confirmam esta informação: enquanto a primeira turma fazia a graduação, os professores iniciavam seus Mestrados e Doutorados; a diferença de idade entre alunos e professores era relativamente pequena; por fim, entre os alunos das primeiras turmas que orientaram suas carreiras para o magistério, muitos conviveram por longo período como colegas de seus professores. Portanto, o ambiente social em que vivi e a minha própria experiência educacional servem de exemplo para informar sobre o processo de formação das Ciências Sociais na UFC.

Solenizar a data não basta a mim nem aos outros fundadores do

curso. Retenho a expectativa de que o evento sobre os primeiros 50 anos seja capaz de produzir ideias e definir as expectativas de futuro, sabendo que na origem, partimos de uma proposta repetidora de modelos externos, sem nenhuma experiência local anterior.

As Ciências Sociais que formulamos há 50 anos estavam de acordo com um projeto internacional de sociedade existente há mais de duzentos anos, baseado na industrialização, no emprego e nas tecnologias tradicionais. Desde então o Ceará ganhou experiência. E mudou. Mudou porque o Brasil mudou e o mundo mudou. A globalização se impôs com um novo tipo de economia, produção e serviços absolutamente diferente do passado. E este é o ponto central de meu depoimento: questionar o presente e o futuro da produção científica das Ciências Sociais da UFC.

Na história da Federação brasileira, o Estado do Ceará se notabilizou pelos longos períodos de pobreza e fome, o campeão nacional de migração interna nos séculos XIX e XX. Ganhou musculatura nos anos 50. A UFC, o BNB e a SUDENE abriram-lhe as portas ao novo mundo do conhecimento e do desenvolvimento. O resultado obtido no período (corresponde aos 50 anos que comemoramos) foi expressivo, comparado ao patamar inicial de onde partiu; mas insatisfatório, se avaliado em relação às expectativas das elites intelectuais, econômicas e políticas do Estado. As mesmas que temos em relação ao Brasil.

Este último comentário sobre o resultado obtido no período é irrelevante se entendermos que o mais importante é avaliar a capacidade atual de gerar conhecimento e promover o desenvolvimento. Em síntese, o resultado que mais conta é o que mede a presente capacidade competitiva do Estado para se tornar um importante “player” no ambiente nacional e internacional. Por este motivo, antecipo e justifico

a exortação que farei ao longo do texto para uma nova agenda de pesquisa em Ciências Sociais.

É o que pretendo discutir.

II – Antes de ontem, o desadormecer em Fortaleza

A década, 1950.

Despertei para as Ciências Sociais fazendo o curso científico, os três últimos anos do que hoje se denomina Ensino Médio. Em dois momentos: primeiro no Colégio Cearense e, em seguida, precisamente em uma escola militar, a Escola Preparatória de Cadetes, onde atualmente funciona o Colégio Militar de Fortaleza.

O ano, 1955.

No Colégio Cearense, 1º. Científico que correspondia à 1ª série do Segundo Grau, um Irmão Marista espanhol dos mais sabidos que admirava os ingleses e ensinava que foram eles os primeiros a usar números para organizar a economia da sociedade, comenta o rápido aumento da população; explicita a sigla IBGE, menciona a importância da demografia e da estatística, fundamental à vida em sociedade. Fortaleza tem 240 mil habitantes (a população atual de Juazeiro do Norte). Previsão do IBGE: 514.818 em 1960 e 872.702 em 1970. Sugeri: – “prestem atenção à demografia, ao crescimento rápido, ao risco de superpopulação; se não houver controle, a humanidade poderá sofrer terrível fome”. Falou sobre a importância da tecnologia, da indústria, da produção. Remediou o medo. Como grande novidade, Malthus entrou para a galeria de meus fantasmas.

O espanhol aumentou a curiosidade dos alunos quando discorreu sobre as universidades da Europa, as novas carreiras com designações

obscuras para o ainda distante e isolado Ceará dos anos 1950. Assim mesmo a palavra universidade e as novas carreiras invadiram nossos sonhos de adolescência sem que ninguém na sala atinasse exatamente como eram e como funcionavam. Desde então, os temas Educação Superior e universidades estiveram presentes nas conversas dos colegas.

O que um jovem de 15 aos 18 anos podia aprender nas conversas familiares na Fortaleza dos anos 1950? À noite, em qualquer residência de Fortaleza, o divertimento era receber uma visita, um hóspede, a boa conversa. Getúlio e sua morte, o petróleo, Paulo Afonso¹ e a expectativa da industrialização foram assuntos que preponderaram no início da década. Havia jornais diários, outros com edição matutina e vespertina, nem por isso o povo lia. Lembro as infundáveis discussões sobre o voto dos analfabetos, os supostos eleitores de Getúlio. E um amigo de meu pai, descrevendo a fragilidade da economia cearense, dizia que Fortaleza era o único lugar do Brasil que vendia cigarro a granel. E debochava da falsa riqueza dos cearenses que construíam lindas casas na Aldeota, verdadeiros “mausoléus”, porque morriam empobrecidos dentro delas.

Ao visitante de fora se comentava a inauguração da Usina do SERVILUZ, movida a óleo diesel, complementar à velha usina da “Ceará Tramways, Light and Power”, a popular Light, que usava lenha vegetal para a produção de energia. A mesma lenha que se comprava na porta de casa para cozinhar, trazida em lombo de jumento. Um amigo de meu pai que trabalhara na Light denunciava que nos últimos anos a empresa comprava lenha fina, “no passado a lenha era madeira grossa de grande serventia, o Ceará vai virar deserto”. Meu pai, igualmente

1. Nota do Editor: trata-se da usina hidroelétrica que trouxe este tipo de energia ao Ceará.

crítico, pontuava o perigo do desmatamento que contribuía para a diminuição das chuvas: as secas da década de 1950 foram, para minha geração, a referência essencial da calamidade nordestina. Comentava-se o risco de passar em frente à Hospedaria Getúlio Vargas que abrigava os flagelados. Gente faminta, desesperada. Dava medo.

O mundo fora era muito longe. Natal era distante. Recife também. A Bahia, uma longa viagem. O Rio de Janeiro, um dia de avião com o risco frequente de dormir no meio do caminho. Quem ia ao Rio de Janeiro, na volta teria toda a família e muitos amigos no aeroporto para ouvir de primeira mão as notícias do poder e as últimas piadas da Capital Federal. Estados Unidos e Europa? Poucos conheciam; uma viagem de turismo ao exterior era item relevante em *curriculum vitae* de gente rica. Comentava-se que o principal tradutor oficial da língua inglesa na cidade sabia traduzir, mas não falava inglês. O francês era a língua que denotava uma pessoa de cultura.

Os dias se seguiam, as conversas quase as mesmas. As notícias eram poucas. Um tema poderia ser a saúde e os antibióticos. Alguém admirava a novidade e dizia que poucos anos antes sofrera terrível crise de apendicite e quase morreu por falta do milagroso remédio. Escapou pela sulfa que veio de São Paulo; o médico deixara sua barriga aberta para diariamente regar a cavidade abdominal com punhados de sulfa. Com a própria mão.

No caso, o paciente era meu pai, capitão do exército e ex-Secretário de Segurança Pública do Ceará no Governo Vargas²; e o médico era José de Pontes Neto, dito comunista. Na crise, Pontes foi consul-

2. Nota do Editor: seu pai era o General José Góes de Campos Barros; Tenente, em 1937, teve envolvimento com o episódio do Caldeirão no Ceará; e desempenhou várias funções públicas, sendo Secretário de Segurança Pública e Presidente do IPEC (Instituto de Previdência do Estado do Ceará), além de Professor da Escola de Cadetes de Fortaleza.

tado se operaria alguém que o prendeu. Confirma que sim; examina, tem que ser logo, o caso é grave. Reunião de família, o temor que o comunista matasse o militar. Não matou, ficaram grandes amigos.

O que falavam o militar e o médico comunista?

Não lembro tudo, mas as conversas eram divertidas. Minha curiosidade era enorme para saber qual a diferença entre um militar e um médico comunista. A cada nova conversa que eu ouvia menos entendia a diferença, porque os dois debochavam um do outro e sempre terminavam em uma enorme confraternização de iguais. Desisti de procurar a resposta no dia em que meu pai acusou o comunista de falsidade ideológica. Pontes lhe confessara que estava aguardando a ruína econômica de uma viúva em Quixeramobim para comprar barato suas terras e ampliar sua fazenda. Vencido, Pontes concluiu que suas ideias eram ideias sinceras e verdadeiras, mas seu modo de vida seguia as regras da realidade brasileira. Eu achava divertido, não entendia muito, mas sei que após ser acusado de “romântico”, Pontes saiu às pressas para atender um paciente. Alguém o localizara pelo telefone fixo de nossa casa, um número de quatro dígitos.

Visitantes eram muitos; alguns me atraíam pela boa conversa. E a boa conversa era a política, o futuro do Brasil e o comunismo. De memória resta-me uma clara conclusão: meu pai odiava o comunismo internacional, mas era extremamente tolerante com os comunistas amigos. Militares, médicos, intelectuais, comerciantes, muitos desses amigos eram tidos como defensores de ideias comunistas, mas eu não conseguia enxergar diferença entre eles e meu pai.

Um parêntesis para falar de livros. Um dia meu pai e Pontes Neto discutiam acirradamente. Falavam coisas que eu não entendia, mas o tema era a política. Por algum motivo meu pai citou a frase de um livro, mas não conseguiu repeti-la de memória. Levantou-se, foi à

biblioteca e trouxe o pequeno livro. Título: *O Príncipe*. No dia seguinte fui à biblioteca e tirei o livro para ler. Essa foi a minha primeira incursão na Ciência Política, absolutamente frustrada porque quando entendia as palavras, não decifrava nem juntava as frases. Senti-me burro; salvou-me um colega de colégio; – “você não é burro, há livros fáceis e livros difíceis, você não estudou tudo”. Continuei lendo Monteiro Lobato e Edgar Rice Burroughs, livros de meu irmão mais velho, para minimizar o complexo de burrice.

A pequena biblioteca de meu pai (à época me impressionava) esteve sempre à disposição dos filhos; predominavam os clássicos franceses e os dicionários de português, francês e inglês; Euclides da Cunha e os clássicos de Gilberto Freyre, a coleção do Centenário de Eça de Queiroz e biografias variadas: conheci Abelardo e Heloisa, admirei a coragem de Spinoza e com Erasmus de Roterdã aprendi a palavra cosmopolita. Livros mais antigos sobre o positivismo; os grandes poetas brasileiros; os livros que mensalmente chegavam da Biblioteca do Exército. A última surpresa, já na universidade, um livro de Engels que me deslumbrou nos anos 1960: *Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. Comentei com meu pai, apenas alertou: “Já li, impressiona, nunca deixe se levar por uma única opinião”.

Dois festejados livros me encantaram, por motivos diferentes: *Brasil: País do Futuro* e *Casa Grande e Senzala*. Stefan Zweig aumentou meu entusiasmo por JK e pelo país. Gilberto Freyre uma novidade fascinante para quem se iniciara na vida sexual brasileira. Li uma terceira edição de *Casa Grande e Senzala*, que ainda guardo com grande carinho, repleto de anotações escritas aos 16 anos. Anos depois, Gilberto Freyre me propôs negócio. Trocava meu livro por uma coleção de livros dele que eu ainda não tivesse. Não aceitei. Tudo isso porque queria minhas anotações. Contei meu comentário sobre a

palavra “socialização” que eu entendera como sendo o “comunismo” indígena. E relatei as indagações que escrevi à margem, vinculando o comunismo dos índios à religião dos jesuítas e comparando o comunismo ingênuo ao comunismo dos países civilizados. Roberto da Matta acompanhou-me nessa visita a Gilberto. Também se interessou por minhas notas. Um dia poderei resgatá-las nas memórias.

Bandeirantes e Pioneiros, li quando já estava na universidade. Meu pai adquiria esses livros em suas viagens ao Rio de Janeiro: a chegada de um livro novo atraía a atenção dos amigos porque as livrarias de Fortaleza nunca compravam mais de dois a três exemplares do mesmo livro, com receio de ficar na prateleira. A joia da biblioteca era *Le Grand Larousse*, enciclopédia em 10 volumes, motivo de orgulho de meu pai e dos admiradores da cultura francesa. Foi importada já nos anos 1960 quando foi editada pela primeira vez.

Na Escola de Cadetes um colega oriundo do Rio de Janeiro falou-me da Revolução Espanhola e de Ortega y Gasset. A cada conversa uma novidade e aos poucos me interessei pela questão do conhecimento e da ciência. Meu professor de espanhol se surpreendeu quando um dia mencionei Ortega y Gasset e verifiquei que ele era um conhecedor de sua obra. Vez ou outra, nos intervalos das aulas, eu conseguia voltar ao assunto, quase sempre por iniciativa dele. Costumava desviar a aula para os temas atuais sobre educação e política. Eu não supunha que esse professor viria a ser meu chefe em futuro próximo. Valnir Chagas.

Retorno ao que se conversava ao longo da década de 1950.

O ano já é 1956.

A emoção de qualquer jovem era descobrir o Brasil exposto aos nossos olhos pela ousadia de JK. O Governo de Juscelino Kubistchek trouxe o desenvolvimento do Brasil para a mídia. E tinha pressa, anun-

ciou quase tudo ao mesmo tempo: a construção de Brasília; a indústria automobilística; novas estradas, talvez melhores que a Rio-São Paulo, a única grande estrada asfaltada do país; as universidades; o açude Orós; a SUDENE. Nesse ano ingressei na Escola Preparatória de Cadetes, a escola militar onde realizei o curso científico. As principais características dessa Escola: instituição de abrangência nacional que estimulava pensar o país; regime de internato, com alunos vindos de quase todos os Estados do país; o planejamento do ensino centralizado no Rio de Janeiro privilegiava as disciplinas matemáticas; forte orientação nacionalista e estímulo à leitura.

Na segunda metade dos anos 50 as conversas eram mais animadas. O fator JK entra em ação, com muitas novidades e desconfiança de não dar certo pela pressa adotada. Em um momento, o BNB de Getúlio e a SUDENE de JK pareciam viáveis; logo a seguir, em outro não. Bons assuntos vinham da BBC de Londres, a melhor emissora de rádio para acompanhar a política internacional ou o prognóstico de chuva no Nordeste do Brasil (BBC, a única fonte segura de informação meteorológica). A emissora local fala sobre a violência urbana, as mortes no Jaguaribe, os roubos e os flagelados da seca. A conclusão sempre a mesma: os flagelados devem migrar para o sul. Duas palavras frequentes na vida cearense: flagelados e migrantes.

Um médico notável, João Ramos, iniciou experiências para fazer chover. Meu pai levou a sério o trabalho, elogiou a iniciativa depois que estudou o assunto da física das nuvens e concluiu que era possível estimular a precipitação. Mas duvidou da generalização do processo. Eu não entendia, mas gostava de vê-lo discutir com Mauro Botelho, agrônomo entusiasta da novidade.

Se ainda faltava luz, a preocupação não era mais a lenha nem as matas; passou a ser o preço ou a escassez do óleo diesel e o processo

de corrosão que avançava rápido na nova usina refrigerada com água do mar. Nova ameaça de apagão e de um colapso de energia elétrica.

Dia 18 de maio de 1955.

Em Fortaleza um número muito pequeno de pessoas tomou conhecimento de fato de enorme repercussão para o Ceará: o Presidente da República Café Filho nomeou Antônio Martins Filho reitor da nova Universidade do Ceará, criada no ano anterior. No início da década de 1950, existiam em Fortaleza os cursos superiores das Faculdades de Medicina, Farmácia e Odontologia, Direito e da Escola de Agronomia.

Repetidas vezes, de viva voz, ouvi o Doutor Martins narrar o voo de quase dia inteiro para tomar posse na Capital Federal: a viagem apressada e o discurso alinhavado no trajeto para o Rio de Janeiro. Naquele dia, sem ter a menor ideia do que se passava na Capital Federal, o Ceará fundava uma universidade moderna que propunha integrar ensino, pesquisa e extensão. O reitor ousou e propôs usar a universidade para a solução dos problemas sociais e econômicos da sociedade cearense e do Nordeste.

Eu nunca lembraria esse fato se não fosse um mexerico que fixou minha atenção: “o Presidente da República é da UDN, não atendeu ao pedido do PSD cearense de nomear outro nome, um professor da faculdade de Medicina que era do partido”. Uns elogiavam a pertinácia de Martins Filho, outros lamentavam a perda do emprego tão cobiçado pelo companheiro de partido. Certamente nenhum dos presentes sabia exatamente o que era uma universidade, até porque nenhum deles havia estudado em universidade. Tenho certeza de que um número raro de pessoas discutiu na ocasião o fato de o Ceará haver recebido uma universidade; a maioria discutiu o lado picaresco da nomeação de um reitor em detrimento de outro.

1958. Ano de muitas lembranças.

A seca e meu encontro com a universidade. Ponto culminante de um ciclo, a grande seca que atinge meio milhão de pessoas em frentes de serviços que serviram para denunciar os escândalos da denominada “indústria da seca”. Nesse ano concluí o curso científico na Escola Preparatória de Cadetes e conheci a universidade.

Escolhido orador da turma fiz um discurso condenando a intervenção militar na política. Fui preso. Cometi o erro de falar mal da Aeronáutica ao citar as aventuras pouco lisonjeiras de Aragarças e Jacareacanga. No ambiente militar, falar mal de uma das Forças é pecado mortal. Palavra cassada, 30 dias de detenção. Alguns colegas gostaram, outros torceram o nariz e comentaram minha simpatia pelo comunismo. Certifiquei-me do que já desconfiava: no Brasil, para ser taxado de comunista bastava assumir uma posição crítica ao poder. Irritava-me a imprecisão de conceitos, motivo que despertou ainda mais o meu interesse pelo estudo da sociedade.

Demorei pouco na prisão; o tradicional indulto natalino do Presidente da República devolveu-me a liberdade. Havia provado uma pontinha insignificante do muito que representa perder a liberdade. Essa boa lembrança me traz de volta o desmesurado sentimento de liberdade que experimentei naquela manhã ao cruzar o portão da Escola.

Descendo a Avenida Santos Dumont em direção à Praça do Ferreira logo nos primeiros passos a estonteante alegria cedeu lugar ao medo. Súbito, temi que alguma coisa estivesse errada: que o indulto fosse cancelado ou uma contraordem emitida.

Já li sobre os pensamentos travessos que atormentam o juízo dos soltos da prisão, uma espécie de síndrome que se apossa dos libertos ao encontro com a alforria. Confesso que senti essa desagradável

tormenta. E minha prisão fora um episódio menor de uma simples detenção.

Encontrei conforto em caminhar rápido empurrado pelo agradável sopro forte do vento leste; na verdade eu não queria ver ninguém; quanto mais veloz, mais evitaria o risco de interrupção por conhecidos e conversas; precisava alcançar o ônibus para chegar logo em casa.

Nem tudo é como se quer!

Ao atingir a Igreja do Pequeno Grande uma mão segura meu braço, retorço-me para desvencilhar, impossível, era o professor Milton Dias. Surpreendeu-me o caloroso abraço concomitante aos elogios ditos com o entusiasmo sobre minha coragem. O discurso — eu nada sabia — tivera repercussão e os civis gostaram muito da minha atitude crítica à participação militar na política. Até então Milton era amigo de meu pai; os elogios e o abraço efusivo fizeram-me avaliar a dimensão de ser adulto e confirmaram a nova amizade; agora Milton também era meu amigo.

Da conversa guardei o seu júbilo de trabalhar na nova Universidade Federal do Ceará; sugeriu que eu aparecesse por lá, encontraria outros amigos. Continuei meu caminho e dos pensamentos de então não guardo registro; o sol quente e a vontade de alcançar logo minha casa apagaram-me outras anotações dessa memória.

A única certeza que tenho é que, do encontro com Milton, o destino me levou às portas da Universidade. Meses depois, após fazer o vestibular e ingressar na UFC, novo encontro. Milton falou a Paulo, que falou a Valnir, que falou a Martins. Um telefonema e Paulo Elpídio me comunica que Valnir Chagas queria me ver. Diretor do recém-criado Departamento de Educação e Cultura, órgão responsável pela elaboração das bases conceituais do que deveria ser a nova universidade, Valnir precisava de alguém que o secretariasse. Convidou-me.

Nesse texto o detalhe pessoal interessa quando explica a profissional. Refiro-me à amizade com Paulo Elpídio, uma amizade herdada e confirmada na Escola de Cadetes e na Faculdade de Direito. Nos anos 1930, meu pai ficou amigo de dois outros “Paulo Elpídio”, o pai e o avô; de quebra, Djacir Menezes, o tio, se tornou amigo intelectual de meu pai: curtiam longas conversas sobre filosofia e literatura. O que eu mais gostava dessas conversas era o factual: meu pai, militar e policial, analisando sua participação nos episódios do Caldeirão, a prisão de Raquel de Queiroz, a crítica ao integralismo de Helder Câmara e muitos outros prós e contras relacionados ao Governo Vargas. Nos anos 30, Djacir Menezes era de esquerda, nos anos 50 já não era. Isso tudo causava uma enorme confusão em minha cabeça.

Fecho esse registro com uma síntese. Até o início da década de 1960 o esforço de Doutor Martins fora intenso na agregação das várias escolas isoladas e na instalação da reitoria e da burocracia. Por sorte eu chegava à UFC no exato momento em que um grupo de professores, com os professores vindos de fora, ajudava Doutor Martins a formular o futuro de instituição.

III – Ontem, duas instituições revolucionam o Ceará

A partir dos anos de 1950 o Estado experimentou uma primeira expectativa de mudança. A instalação da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Banco do Nordeste (BNB) abriram-lhe as portas ao conhecimento e ao desenvolvimento, com a sensação percebida de querer inserir-se no mundo e a sensação convencida de que poderia de fato. Apego-me a esse detalhe que, na prática, significou o fim do isolamento econômico e cultural do Estado.

De 1959 a 1962 vivi um dos períodos mais férteis de minha vida profissional. À noite, estudante na Faculdade de Direito. De dia funcionário “recibado” da UFC, secretário do Professor Valnir Chagas no Departamento de Educação e Cultura, uma instituição autônoma ligada diretamente ao Reitor. Um estudante com a vantagem de conviver intensamente com os melhores professores de todas as áreas da universidade, portanto, um observador participante das discussões que ocorriam no recém-criado Departamento de Educação e Cultura.

À exceção de alguns professores locais e dos professores da USP que vinham de fora para colaborar com os líderes da nova UFC, a maioria das pessoas sabia tanto de universidade quanto eu: quase nada. Foi uma época em que livros raros sobre universidades circulavam de mão em mão, ou eram escondidos para que ninguém os lesse. Acompanhei as disputas e ciúmes entre os professores e aos poucos consegui discernir e identificar quem realmente estava contribuindo com ideias e conhecimento para consolidar o projeto universitário cearense.

Conhecer Von Humboldt e o Cardeal Newman era requisito mínimo obrigatório para ser admitido nas discussões. Se o interlocutor demonstrava desconhecê-los ou tinha dúvida sobre qual dos Humboldt ele falava, Wilhelm ou Alexander, logo seria motivo de comentário. Haver lido qualquer desses em inglês era prova definitiva de erudição.

O grupo que trabalhava no Departamento de Educação e Cultura era pequeno. Nós, os que ainda eram estudantes (Paulo Elpídio e eu), líamos muito sobre Educação Superior e terminamos bem informados sobre os temas referentes à organização universitária. Isso permitiu um grande entrosamento entre nós e os chefes que nos tratavam como colegas. No Departamento transitavam os professores com vocação acadêmica bem definida e que desejavam colaborar com o Seminário

Anual dos Professores, de onde tudo emanou.

Cedo percebi a vantagem de haver cursado a Escola Preparatória de Cadetes: parte dos professores mais frequentes no Departamento de Educação e Cultura que conduzia o planejamento futuro da UFC foram meus professores: Ari de Sá Cavalcante (Aritmética/Economia), Denizard Macedo (História/Geografia), Luiz Brasil (Descritiva), Francisco Cavalcante (Matemática), Godofredo de Castro (Física), concluindo com Valnir Chagas que liderava o processo e que fora meu professor de Espanhol. Aos poucos fui reconhecendo o talento de outros professores e desses procurei me aproximar, principalmente aqueles que se direcionavam para a construção da área científica da Universidade. Mateus Ventura foi sem dúvida a figura acadêmica exponencial.

Já nessa época se falava em trazer professores de fora e enviar bolsistas ao Sul (ninguém falava Sudeste) e ao Exterior; havia sinais evidentes de maior dinamismo em algumas áreas como Economia, Matemática, Química, Biologia, Agronomia, Engenharia, Medicina, Ciências do Mar (ainda em formação).

A visita do inquieto Darcy Ribeiro (Universidade do Distrito Federal) e de professores da USP (o primeiro foi Florestan Fernandes, a quem me afeiçoei) foram marcantes e serviram como verificação de que nossas premissas apontavam para o rumo certo. A Universidade que Darcy propugnava para o Brasil parecia muito com as universidades americanas, esse foi o comentário que ouvi de Valnir e de um professor da Medicina que conhecia bem os Estados Unidos. Ouvi desconfiado, mas depois percebi a justeza do comentário quando conheci os escritos de Anísio Teixeira e do próprio Darcy. Os fundamentos estavam na universidade científica, em suas diferentes versões.

O convite a Darcy Ribeiro foi comemorado pela difusa liderança

de esquerda que ele inspirava. Às vésperas de sua chegada ouvi um divertido diálogo que pude entender melhor anos depois. Alguém falou: “Darcy é comunista”. Outro, mais cético corrigiu: “não creio, do jeito que falam logo mais no Brasil há mais comunista que habitante”. Um terceiro que morou no Rio de Janeiro e convivera com amigos de Darcy completou com uma piada: “o comunismo dele se limita à socialização dos meios de ‘reprodução’, o que ele gosta mesmo é de mulher”. A Darcy ajustava-se bem a atual denominação de “womani-zer”. Apenas uma piada de época.

Naqueles anos anteriores a 1964, em plena Guerra Fria, havia enorme excitação sobre a questão ideológica. Evitando comparar aos dias atuais, o fato de época é que qualquer conversa sobre pessoas e política terminava em rotulagem. Tachar de comunista era fácil, bastava ter lido Gilberto Freyre ou concordar com as teses de Monteiro Lobato.

Comecei a aprender na prática que no Brasil havia outra espécie de comunismo, conceitualmente impreciso, mas de grande utilidade para se rotular o incômodo adversário. Quem fosse desenvolvimentista dizia-se, por obrigação, de esquerda. Entre os professores não lembro nenhum que não gostasse de ser dito de esquerda, apesar de muito poucos admitirem qualquer ligação com o comunismo. Comunista era anátema; esquerdista era atributo. Distinguia.

Importante referir o Governo Jânio Quadros, seguido das turbulências decorrentes da posse de Jango e do Parlamentarismo: um ambiente inspirador do estereótipo de esquerda que todos nós assumimos com entusiasmo. O que isso significava certamente não correspondia ao tosco diagnóstico dos extremistas de ambos os lados. À exceção dos raros membros do PCB, a maioria dos esquerdistas da época estava tão à esquerda quanto estavam todos os progressistas que desejavam o desenvolvimento brasileiro. O sectarismo dos que eu chama-

ria hoje de entreguistas russos, pela paixão manifesta aos ditames de Moscou, limitava-se a muito poucos ligados formalmente ao Partido Comunista. Os demais formavam vasta gama dos que eram carimbados de inocentes úteis, simpatizantes ou progressistas.

O Departamento de Educação e Cultura animava as discussões sobre o futuro da UFC e lançava os Seminários Anuais de Professores, os mesmos que consagraram o dístico “Do e para o Universal pelo Regional”. Os trabalhos que detalhavam as premissas, os grandes objetivos e as ações a serem cumpridas ano a ano, despertaram o interesse de alguns Estados e universidades de todo o país. Ao receber muitos elogios de Darcy Ribeiro, o emblemático visitante que, com Anísio Teixeira, planejava a nova Universidade do Distrito Federal de Brasília, certamente a notícia do que se fazia no Ceará ganhou evidência nacional.

O projeto cearense teve o apoio da USP que ajudava a definir a instalação imediata de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). A USP trazia com ela a experiência de quase 30 anos realizada com o apoio de notáveis professores visitantes. Para nós, agradecidos e admirados, era um longo tempo. Hoje percebo que a USP também estava começando.

Fase de ebulição de ideias, de descobertas, de troca de informação. Havia sempre alguém nos visitando para discutir ideia nova: algum dado que obtivera de um amigo que estivera no exterior, um livro novo, um artigo de revista.

Uma novidade virou tema de conversa entre os interessados: lançado o Dicionário de Sociologia, Editora Globo, Rio Grande do Sul. A novidade se esgotou rápido. Certamente venderam os três ou quatro exemplares que chegaram às livrarias da cidade. Algum tempo depois, eu estava na USP, na sala de Florestan e chegou o vendedor

da Editora. Na hora recebeu uma lista de reclamações sobre erros nos verbetes. Ficou nervoso com os comentários e saiu apressado dizendo que ia imediatamente falar com a matriz para as devidas correções. Testemunhei naquele dia o peso da opinião emitida por Florestan.

Pessoas curiosas em conhecer nossos documentos se revezavam vindos do Norte e do Centro-Oeste, cada um chegava contando a sua aventura universitária; e eu, entre surpreso e orgulhoso, aprendia que o Brasil estava nascendo para a vida universitária e que nós, no Ceará, estávamos bem posicionados.

Em 1959 ingressei no curso noturno de Direito da UFC. Como dito anteriormente, durante o dia trabalhava no Departamento de Educação e Cultura na montagem do Seminário Anual de Professores. À noite, a cadeira Introdução à Ciência do Direito levava-me ao encontro da Filosofia e a chance de conhecer os autores que desde o Iluminismo lançaram as bases para a existência de um homem e uma sociedade diferentes do que a humanidade experimentara até então. Durante o dia meu aprendizado se dava mais profundo e mais diversificado nas conversas que diariamente tínhamos no Departamento de Educação e Cultura com os professores mais experientes do Ceará e que, em geral haviam estudado fora, em São Paulo, Bahia, Recife ou no exterior.

Tive sorte com os amigos: Luiz Gonzaga, Narcélio Sobreira, Paulo Elpídio, Lustosa da Costa. Longas conversas noturnas sobre o atraso histórico e o conceito de desenvolvimento, associado ao terceiro mundismo. Finalmente o Brasil chegara ao estágio que outros povos atingiram anteriormente: indústria, emprego, educação superior, pesquisa, algumas palavras novas que a maioria das pessoas no Ceará (e no Brasil) usava e conhecia. Era o estágio máximo da civilização que o Brasil podia finalmente pretender.

As teorias terceiro-mundistas em voga condicionavam os rumos a seguir e com elas a consciência de que o Brasil deveria ser uma potência intermediária que poderia liderar os países em desenvolvimento. Nós acreditávamos no potencial do Brasil, apoiados no otimismo herdado do período JK e na convicção de que as universidades seriam o grande instrumento de mudança do país. Entre os professores e dirigentes que lideravam a UFC, predominava a ideia de uma universidade desenvolvimentista, voltada para a solução dos grandes problemas regionais e nacionais. Isso numa fase de acirrado antiamericanismo e de críticas à experiência do pretense governo científico na União Soviética.

O Brasil seria a terceira via; ouvi esse prognóstico de pessoas ilustres que nos convenciam disso. Apesar do antiamericanismo, a atração pelos Estados Unidos era muito superior à curiosidade que tínhamos pela União Soviética. A Guerra e o pós-guerra foram momentos de grande simpatia pelo conforto, pela capacidade técnica e científica dos norte-americanos. O aceno a Cuba desafiando o poderio *yankee* foi o gesto simpático ao terceiro-mundismo.

Nesse ambiente de dúvidas e estímulos é que, em 1962, Luiz de Gonzaga Mendes Chaves e eu partimos para a Alemanha, com bolsa do DAAD³. Um voo cego porque não tínhamos a mais remota ideia de como seria o curso. Luiz foi primeiro. Meses depois fomos eu e o Alexandre Saboia (Engenharia Elétrica) para encontrá-lo em Bonn. As primeiras conversas deixavam claro que nossa preocupação era conhecer os clássicos. Ao mesmo tempo, ele em Bonn e eu em Munique, percebemos que não existia à nossa espera uma Sociologia Alemã empacotada para os propósitos que tínhamos de fazer da UFC um instru-

3. Deutscher Akademischer Austauschdienst (em português, Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico).

mento do desenvolvimento do Brasil. Decidimos um encontro logo que surgissem alguns dias de folga, queríamos tratar do nosso futuro profissional.

Minha chegada a Munique, após um bem sucedido curso de língua alemã, foi agradável e de boa acolhida. De imediato fui ao Departamento de Sociologia falar com o professor Emerich K. Francis. O homem era informal, simpático. Recebia os alunos estrangeiros que chegavam com especial atenção. Reproduzo nossa primeira conversa.

— “Então você é do Brasil?! Bem vindo”. A seguir me contou que o destino não quis levá-lo ao Brasil. Amigo de família de Hans Stern, dono da famosa loja H. STERN, combinou uma fuga para o Brasil. Estava em Liverpool aguardando o barco quando houve a Declaração de Guerra. No nervosismo da hora tomou o último navio para o Canadá. Atravessou a fronteira para os Estados Unidos (na época era bem mais fácil entrar) e terminou na Universidade de Notre Dame, onde fez carreira.

A segunda pergunta: — “O que você espera de nós?” Fiquei embasbacado. Ele percebeu meu constrangimento e falou: — “Os alemães ainda não têm boa Sociologia. Somos mais filósofos que sociólogos, reflexivos e distantes da realidade. Mudaremos um dia, retornei para Munique com esse propósito. Li nos seus papéis que você quer fazer um curso de Sociologia do Desenvolvimento. Confirma”? Sim, confirmei ainda abatido pelo impacto da pergunta. Ele continuou: — “Quem tem Gilberto Freyre não precisa vir estudar na Alemanha. Você leu Gilberto”? Com outro sim, respondi que lera *Casa Grande & Senzala e Sobrados e Mocambos*. — “Ótimo, quem sabe fazemos um seminário juntos!?”.

Depois de falar um pouco mais sobre a Sociologia de Gilberto, ele me perguntou se eu não pensava em estudar nos Estados Unidos. Eu

já estava mais descontraído, respondi que no futuro, mas teria que aproveitar a experiência na Alemanha. Ele sorriu, disse-me que ajudaria e logo determinou que um jovem professor (Dr. Heiner Treiner) montasse um programa de leitura comigo, complementar às aulas.

Escolhemos o primeiro livro, um livro que vi traduzido no Brasil alguns anos depois. O autor era um suíço-alemão que estava no Chile dirigindo a FLACSO, Peter Heintz. Na mesma época, alguns colegas que hoje são nomes importantes nas Ciências Sociais do Brasil eram seus alunos: Simon Schwartzman, Antônio Octávio Cintra e Fabio Wanderley Reis. O livro, recém-lançado na Alemanha, era considerado um clássico da Introdução à Sociologia.

Antes de se despedir ainda aconselhou-me a não enveredar pela Sociologia de Frankfurt, a não ser que meu interesse fosse jurídico e filosófico. Saí feliz, um pouco confuso, mas aliviado pela candura do tratamento. Na saída comprei o último exemplar da Koelner Zeitshrift, a famosa revista de Sociologia fundada por Leopold Von Wiese e continuada por René Koenig, à época o maior nome da Sociologia Alemã.

Tive bons professores, o melhor e o mais famoso de todos Eric Voegelin, professor em Munique, Harvard e Stanford, reconhecido por haver modernizado a Ciência Política, aproximando-a da Sociologia Comportamental. Mas sua paixão era criticar Marx, para ele, um deliberado mistificador que distorceu Hegel com o intuito de justificar a violência na política.

Suas aulas magnas atraíam centenas de ouvintes e um grupo marxista fazia questão de chegar cedo, sentar à frente nas primeiras cadeiras para fustigar o irascível professor. As discussões eram de nível elevado, mas sempre descambavam para acusações de natureza ideológica. O tema da moda era Fidel Castro, que estava no auge de

sua revolução em Cuba, com o recente episódio dos mísseis. Alguns de meus colegas desconfiavam dos alunos rebeldes que podiam manter relações com a Alemanha do Leste. Nunca confirmei, apesar da intensa atividade de espionagem que se comprovou verdadeira em ambos os lados.

Um amigo e colega no dormitório universitário onde me hospedei suicidou-se; logo correu o boato que ele era espião do Leste e fora descoberto; preferiu o autossacrifício ao temor de uma eventual prisão. O boato persistiu e parece que tinha fundamento. Nesse episódio, um detalhe humano comoveu a todos nós do dormitório e que narro somente para fixar o ambiente de época, na Alemanha que se recuperava da Guerra. Sua família era apenas uma irmã mais nova que fugira com ele na mala de um carro, pois todos os outros familiares estavam mortos. No discreto enterro, a irmã parecia uma estátua de pedra e foi a única a falar. Correu os olhos sobre nós, os quatro ou cinco colegas do dormitório, e disse três curtas frases: – “Obrigada por estarem comigo despedindo meu irmão. Adeus, meu querido irmão. A partir de agora, para mim, o mundo sou apenas eu”.

Luiz e eu decidimos retornar ao Brasil. Avaliamos que seria melhor concluir a graduação e partir para a pós-graduação em outro local. Nessa época Paulo Elpídio, já formado, seguiu para a França.

Meu retorno ao Brasil se deu no dia 1º de março de 1964. Fui à Praça do Ferreira cortar o cabelo e presenciei um quadro de baderna assustador. Indivíduos gritavam palavras de ordem a favor do comunismo, sem nenhuma organização aparente. Não havia sinal de manifestação organizada; grupelhos dispersos pareciam se alimentar das próprias conversas, reagindo ao que vinha de dentro ou de qualquer sinal vindo de fora que os excitasse. Vaias intermitentes no melhor estilo do apupo cearense contagiavam o ambiente e eu ria sem saber

exatamente o motivo. Nem tudo era riso: não me livreí do susto de uma bomba “rasga lata” que explodiu muito próximo. Depois da primeira, testemunhei a explosão de outras bombas, quase sempre comemoradas com palavras chulas pronunciadas ao vento.

Entreí na barbearia com a sensação de chegar a um refúgio. Cada um que entrava era recebido com uma piada, como se atravessar a praça fosse uma aventura de risco. Não havia sinal de violência nem de repressão da polícia; o barulho era tão somente grande, caótico e inócuo.

Na barbearia as conversas individualizadas eram socializadas e comentadas. Um cliente mais idoso, a cada nova explosão, protestava: – “isso não vai dar certo”. Uns concordavam, outros riam; não creio que nenhum dos presentes, aparentemente pessoas comuns, soubesse o que estava para vir nos dias próximos. Para quem estava chegando da silenciosa Alemanha, o que presenciei naquele sábado foi assustador.

Na saída do barbeiro encontro Tarcísio Leitão (colega de faculdade e conhecido ativista de esquerda). Grande abraço. Entregame um jornalzinho, menciona o valor que devo pagar e diz: – “Compre e guarde; você pode precisar; esse é o seu passaporte para livrá-lo de problemas após a nossa revolução”. Com a mesma simpatia de sempre continuou seu caminho. Permaneci mais alguns minutos olhando o movimento da Praça, tentando entender o que significava o estranho movimento cívico. Estranho porque mais parecia o ensaio desorganizado de uma festa pré-carnavalesca.

No local combinado, entro no carro que foi buscar-me. Meu pai estava tenso e repetiu para mim o que ouvi no barbeiro: – “isso não vai dar certo”. Comentei que alguém dissera o mesmo na barbearia. Ele estava furioso com as atitudes de João Goulart, acusando-o de le-

viano e fraco, a serviço do peleguismo. Não alongou a conversa, para a família, eu era “meio comunista”, acho que ele temia me perguntar o que eu pensava de tudo aquilo. Preferi desviar o assunto com a frase “no Brasil nem revolução é levado a sério” e contei o episódio do encontro com o Tarcísio. Ele riu, não deu atenção ao jornalzinho, balançou a cabeça e disse: – “esse Tarcísio não tem jeito, é da natureza; o pai, um carola, e ele comunista. Até acho que é mais baderneiro que comunista; na velhice será um burguês cheio de dinheiro”.

O resultado é conhecido: a revolução que aconteceu não era a do Tarcísio.

Não prossegurei com esse depoimento, o objetivo aqui é outro: minha formação e a formação das Ciências Sociais a partir de 1964. No período que estive ausente evoluiu o trabalho do Seminário Anual dos Professores e foi instituída a nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) que integrou o projeto da UFC.

Com a FFCL foi instituído um conjunto de novos cursos nas áreas das Ciências Básicas e das Ciências Sociais; estas ficaram no papel porque não existia corpo docente e nem a cidade dispunha de recursos humanos preparados para atender à demanda proposta. As Ciências Básicas se adiantaram na incorporação dos antigos institutos; as Ciências Sociais se localizaram no Departamento de Educação, deixando o Instituto de Antropologia isolado.

No segundo mês após meu retorno da Alemanha, recebi ordem para me apresentar ao Doutor Thomás Pompeu Brasil, diretor do Instituto de Antropologia. Outra grata experiência no início de minha vida profissional; o Doutor Thomás Pompeu era um engenheiro com características aproximadas do que hoje chamamos de “renaissance man”. Conhecia a realidade rural cearense, tinha preocupações avançadas sobre o futuro de nossa sociedade e vasta cultura que abrangia

da Engenharia à Literatura, passando pela Antropologia Clássica.

A primeira conversa foi esclarecedora e definitiva: o Instituto estudaria o Ceará, começando pela descrição fisiográfica e cultural dos ambientes rurais e urbanos até que se pudesse desenhar um mapa completo da realidade do Estado. A partir do diagnóstico (palavra que ouvi), os outros órgãos cuidariam da ação desenvolvimentista. Entre curioso e cético duvidei do funcionamento futuro dos projetos, da forma arrumada com que me descreveu. Calei-me e preferi não pensar no assunto. Admitia que um homem com tanta experiência sabia o que fazer.

As enormes e delicadas mãos daquele homem de mais de oitenta anos de idade abriram uma pasta com as pesquisas em andamento ou já concluídas sobre os tipos de cercas que os trabalhadores rurais criaram ao longo dos séculos da formação rural brasileira; fantástico legado de inteligência e arquitetura pela efetividade e baixo custo de cada um dos tipos pesquisados. O homem tinha uma memória prodigiosa, era capaz de ligar e interpretar as hipóteses que ele formulara sobre a presença de povos antigos nos sertões cearenses. Estudara alguns sítios com inscrições rupestres, conhecia profundamente a distribuição das tribos indígenas no território cearense, as migrações provavelmente responsáveis por muitas dessas inscrições e, por fim, me surpreendeu ao interpretar alguns desenhos como símbolos vikings.

Apresentou-me à equipe; era jovem e com interesses variados. Não mencionarei todos por não interessar ao objetivo do texto. Francisco Alencar, José de Alencar, João Pompeu e Teresinha Alencar formavam o grupo que comandava a Antropologia Cultural. Francisco e José fizeram cursos rápidos de alguns meses no Museu Nacional e com isso se tornaram referência na cidade. Antropólogo ainda era uma denominação pouco usual; havia pessoas que se diziam sociólo-

gos, mas antropólogos era incomum.

Inteligente e vivaz, Francisco tinha amizades com pessoas da Paleontologia do Museu Nacional e conhecia alguns cientistas que incurSIONARAM pelo Ceará. Por intermédio dele tive notícia da passagem de um antropólogo carioca que trabalhava no Instituto Nacional de Reforma Agrária e que pesquisara a Serra da Ibiapaba. Luiz Fernando Raposo Fontenelle era seu nome.

Do Instituto lembro minha participação em um estudo multidisciplinar promovido pelo PUDINE (Programa Universitário de Desenvolvimento Industrial do Nordeste). João Parente, engenheiro que dirigia o Projeto, procurou o Instituto e informou a decisão de repetir em Sobral (região Norte do Estado) a experiência conduzida no Cariri (região Sul do Estado) pela Universidade da Califórnia. No Cariri, o Projeto recebeu o nome de Morris Asimow, professor dessa universidade americana e seu idealizador. Em síntese, o Instituto realizaria um levantamento social precursor para identificar o potencial de mão de obra existente em Sobral e estudar a possível receptividade ou rejeição a um projeto de desenvolvimento industrial na região.

A experiência do Cariri com a implantação de uma fábrica de cimento resultara em graves reações contrárias ao projeto e temia-se que a notícia pudesse repercutir negativamente em Sobral. Por isso, a missão do Instituto seria colher dados, informações e, concomitante, divulgar o novo formato do projeto. Sob a liderança de João Parente, a decisão foi de antecipar a divulgação da ideia em ambientes empresariais e políticos da cidade para observar possíveis objeções.

Francisco Alencar fez os contatos iniciais com as autoridades e participou do treinamento das equipes locais. O Prefeito Cesário Barreto era meu amigo, fiquei encarregado de procurá-lo. Depois da equipe instalada, Alencar se ausentou totalmente do projeto. Eu formulei e

apliquei os questionários, escrevi o Relatório Final e, a pedido de João Parente, continuei acompanhando as equipes de intervenção responsáveis pela preparação dos projetos empresariais. Somente deixei o Projeto na fase final, quando os projetos industriais estavam em fase de execução. Os resultados do projeto foram bastante satisfatórios, meu Relatório foi muito procurado, recebi visita de pessoas de outros estados para conhecer a metodologia. Nada que me impressione aos olhos de hoje. Para a época, acho que foi uma novidade que deu certo.

Apesar do aparente sucesso, saí frustrado do Projeto Sobral. Reconheci a enorme fragilidade acadêmica e técnica do instituto (na qual me incluo) e concluí que meu esforço deveria ser dirigido para a formação de um grupo mais amplo de Ciências Sociais.

A essa altura o Curso de Ciências Sociais estava criado no papel, ainda atrelado ao Departamento de Educação. O diretor da FFCL, Padre João Batista Luz, e o chefe do Departamento de Educação, Valnir Chagas, achavam (com alguma razão) que ainda não havia um grupo capaz de assumir a tarefa de conduzi-lo. Por enquanto, ficaria preservado sob a guarda de Valnir.

Eu sabia disso desde o primeiro semestre de 1964, quando recebi a honrosa visita dos dois citados professores. Valnir era amigo, mas o Padre Luz eu não conhecia. Padre Luz foi quem explicou: – “precisamos que você dê aula para 120 alunos, duas turmas de Introdução à Sociologia. O professor indicado foi preso pela Revolução, esperamos um velho professor que virá do Rio de Janeiro para ajudar, enquanto isso, somente você pode assumir, não há outro na cidade”. Senti o costumeiro frio na espinha que todos os iniciantes afirmam sentir e expliquei que seria impossível, eu ainda não concluía a graduação.

Não adiantou. Padre Luz foi incisivo, preferia um estudante que soubesse a matéria a alguém que tivesse a titulação. Explicou que re-

muneraria meu trabalho ao final do semestre porque precisava estudar um “jeito de como pagar”. Assumi as aulas por mais de dois meses enquanto o professor chegava do Rio de Janeiro. Quatro horas seguidas, três vezes por semana; no total 126 alunos, 120 mulheres e seis homens dos cursos de Educação, Geografia e outros que nem lembro mais. Até então eu ainda não sabia, mas aprendi que em universidade também existia jeitinho. Nunca recebi um tostão pelo trabalho; não me aborreci, valeu a experiência.

Com a minha frustração, decidi procurar Paulo Elpídio, à época professor de economia na FFCL. Sabíamos que no Ceará éramos ainda mal formados, que faltava uma liderança intelectual robusta capaz de estimular, ampliar contatos e ajudar na definição de um rumo acadêmico para nossas pretensões. Discutimos a ideia de juntar o Instituto com o novo curso que estava sob a tutela do Valnir, motivo suficiente para importar alguém com currículo melhor que o nosso.

Não precisei me esforçar, Paulo também estava convencido. Na hora discutimos ideias, mas faltavam nomes. Foi quando mencionei o nome lembrado por Francisco Alencar: Luiz Fernando Raposo Fontenelle. Expliquei que não o conhecia, mas Alencar dissera tratar-se de pessoa muito preparada, falava inglês, estudara nos Estados Unidos. Paulo conversou com Doutor Martins, ideia aprovada; Alencar topou fazer contato; Fontenelle aceitou vir ao Ceará para uma primeira conversa; o resto já se sabe: ele veio e assumiu a direção do Instituto no lugar de Doutor Pompeu, doente e cansado.

No Instituto de Antropologia discutimos a ideia de trazer o novo Curso de Ciências Sociais e colocá-lo sob a mesma direção. Fui encarregado de conversar com Valnir. Após uma longa conversa em sua casa, ele decide entregar o Departamento de Ciências Sociais ao Fontenelle. O restante também já se sabe.

A partir de então, muita coisa aconteceu de forma rápida e inesperada. Um dia recebemos a visita de Roberto Cardoso de Oliveira, catando alunos para o novo Mestrado de Antropologia Social do Museu Nacional. Eu, subchefe do Departamento, o recebo. Combinamos quem poderia participar da seleção; iriam logo alguns professores. Muitas conversas e uma amizade para sempre.

Desde então, não faltaram visitas de brasileiros e estrangeiros. Novas amizades e novos projetos. Paralelo à montagem do curso para fazê-lo funcionar estruturamos um ambicioso projeto de pesquisar o Ceará. A ideia era dar continuidade ao trabalho definido por Thomás Pompeu Brasil, uma forma de homenageá-lo e de vincular o novo curso aos assuntos do Ceará. Almofala e Canoa Quebrada foram projetos concebidos para formar pesquisadores e reunir trabalhos para estimular a pós-graduação dos próprios professores.

A partir de 1968, concomitante ao início do Curso de Ciências Sociais, começa a revoada de professores para fazer pós-graduação. Um intervalo de vários anos com muitos de nós estudando fora: fui para os Estados Unidos (Wisconsin); Luiz, João Pompeu e Terezinha Alencar seguiram para o Museu Nacional, no Rio de Janeiro.

Retorno dos Estados Unidos em 1972. Encontro o ambiente mudado com alunos em quantidade. Diferente da USP, que contou com os professores estrangeiros, a UFC não tinha ainda um corpo docente forte. Com um detalhe adicional significativo: começamos a receber uma enorme pressão externa solicitando apoio e consultoria. O entorno era mais frágil que nós.

O Projeto Piauí, do Governo Federal foi uma importante demanda que abriu as portas para novas amizades. Participei da equipe e envolvi-me com um trabalho gigantesco de muitos meses. Realizei longa viagem na companhia de Roberto da Matta, Fábio Wanderley Reis,

Roque Laraia, Clóvis Cavalcanti. A InterAmerican Foundation abriu espaço para outros trabalhos.

Novamente Paulo e eu, ativos em confabulações. Decidimos criar um programa permanente, com um longo curso de especialização de 600 horas (PRAPSON), base sobre a qual poderíamos evoluir para um mestrado. Deu certo, o curso de especialização e a seguir o Mestrado. Fontenelle, afastado do Ceará, veio do Rio de Janeiro para discutir o assunto e colaborou. Nesse momento Paulo já era Diretor da Faculdade de Ciências Sociais.

(Uma curta digressão: o nome PRAPSON — Programa de Aperfeiçoamento de Pesquisadores Sociais do Nordeste — era objeto de piada dos alunos. Parecia nome de laboratório farmacêutico. Desde o início foi apelidado de Laboratório Prapson).

Sou convidado para ir ao Rio de Janeiro, reunião no Museu Nacional. O CNPq e o Ministério do Planejamento queriam conhecer a pesquisa e a pós-graduação do país. Instalado o novo Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a ideia era formular um Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PBDCT) para o país. Para isso precisavam de dados que inexistiam. Convocam pessoas de todo o Brasil para escrevê-lo. Dois a três dias de intenso trabalho. O grupo representava a Antropologia, a Sociologia e a Ciência Política, umas trinta pessoas ao todo. Logo no primeiro dia conheci o coordenador nacional do trabalho, o professor de Matemática Lindolpho de Carvalho Dias. Desde esse dia nasceu uma amizade que perdura até hoje.

O PBDCT foi o marco que orientou todos os planos seguintes, principalmente o Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e o Projeto Nordeste de Pós-Graduação. Afirmar que o planejamento governamental e os planos nacionais foram ineficazes é uma falsa generaliza-

ção. Esses dois planos (1976-1979) foram cumpridos, superaram suas metas e realizaram o objetivo de ensinar e difundir os fundamentos da pós-graduação que se desejavam disseminar no país.

Para dar uma ideia do tamanho da comunidade científica brasileira (1975), lembro que à tarde do segundo dia de reunião no Museu Nacional, o grupo chegou à conclusão de que precisava listar os nomes dos doutores (PhD) em Ciências Sociais existentes no Brasil. Suspensa a reunião, foi solicitado aos presentes que elaborassem uma lista dos doutores a partir do conhecimento pessoal de cada um. Em menos de uma hora concluímos a lista, por nome. Um pouco mais de uma centena de pessoas em todo o país; mais da metade atuando em São Paulo.

Por essa época tivemos a ideia de realizar em Fortaleza uma reunião com todos os Mestrados existentes no país. Os cursos que estavam funcionando e algum grupo promissor que estivesse próximo de funcionar. Queríamos conhecer pessoas e criar amizades (ainda não existia o conceito de *networking*). Pensamos convidar os dirigentes de agências. Paulo e eu buscamos financiamento no Estado; queríamos a promessa de pagamento da hospedagem.

De Brasília veio resposta do INEP: participaria e pagaria as passagens. Outras instituições não responderam. Tudo caminhava bem, decidimos acreditar nas promessas. Convites expedidos para Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo (Capital), Campinas, Bahia, Pernambuco. Não lembro todos os participantes: Neuma Aguiar, Luiz Pereira, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Manoel Tosta Berlinck, Roberto Cardoso de Oliveira, Roque Laraia, Roberto da Matta, Heraldo Souto Maior, A. Machado Neto e outros. O representante da UFRGS, não lembro o nome.

A reunião foi um sucesso para todos, menos para mim. Enfrentei

a minha primeira internação hospitalar por conta de uma pneumonia dupla adquirida: tensão e gripe, uma combinação letal. Regis Jucá, médico e amigo de geração, deu rápido o diagnóstico: tensão mata. Acreditei, deixei tudo na mão de Paulo e me internei.

Todos chegaram e se hospedaram. As reservas feitas em meu nome e eu não tinha um tostão para pagar o hotel, teria que trabalhar muitos meses para cobrir a despesa. Não morri e após um mês exato, sem que nenhum dos participantes tivesse sabido, consegui que o Governo do Estado pagasse a conta.

Terminada a reunião recebi a visita no Hospital de uma comissão liderada por Roberto Cardoso e Neuma Aguiar; trouxeram a boa notícia de uma proposta de criar uma associação nacional dos cursos; Neuma era a mais entusiasmada, acertou uma próxima reunião no Rio de Janeiro, na Cândido Mendes para avançar com a ideia.

No Rio de Janeiro, meses depois houve a reunião e outros atores se envolveram com muito interesse e determinação. Do Ceará fomos uma pequena delegação (Paulo, Diatahy⁴ e eu). A ideia avançou, mas não foi conclusiva.

Algum tempo depois percebi que o assunto migrara de Neuma Aguiar para o saudoso amigo Olavo Brasil. A essa altura, os cearenses apenas acompanhavam o movimento, porque o domínio dos cariocas e paulistas era incontestável. Finalmente, em 1977, a ANPOCS foi instituída, impondo-se a forte liderança de São Paulo, mas ficando a secretaria executiva nas mãos de Olavo, apoiado por Violeta Monteiro, uma dupla de grande capacidade de trabalho.

A ANPOCS nasceu com sorte. Explico: Roberto Cardoso havia se transferido do Rio (Museu Nacional) para Brasília; pouco depois fui

4. Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes é um dos professores pioneiros do Curso de Ciências Sociais.

para a CAPES. Em Brasília um estreito convívio nos aproximou ainda mais, no entorno de amigos comuns como Roque Laraia e Hércio Saraiva. Quando a ANPOCS deslanchou, diversas vezes ouvi Roberto reclamar que a associação nunca registrara o esforço inicial do Ceará. Eu brincava dizendo que fomos vítimas do “imperialismo paulista”.

Na verdade nunca pensei nisso por uma simples razão: não patrocinamos a reunião para propor a ANPOCS, queríamos tão somente firmar nossa presença no cenário brasileiro e atrair amigos para nossa causa. A ideia veio à tona pela iniciativa de Neuma e dos demais participantes. E, ao final, o esforço que materializou a ANPOCS, e que eu gostaria que fosse lembrada, foi o trabalho final e decisivo conduzido por Olavo Brasil, do IUPERJ.

A sorte da ANPOCS anteriormente referida se relaciona à minha mudança para Brasília. Em 1977 eu já era diretor-adjunto da CAPES quando Olavo e Violeta Monteiro me procuraram pedindo apoio financeiro para a reunião. Na mesma época, recebi a visita do Francisco Weffort (Presidente da ANPOCS) com o mesmo objetivo. Claro, não foi preciso nenhum esforço deles, pois o meu apoio era total, sem falar que o diretor-geral, Darcy Closs, era favorável à criação de associações semelhantes.

Enquanto estive na CAPES, a ANPOCS recebeu suporte financeiro para suas reuniões. E não demorou a contar com outra fonte expressiva, no caso a FINEP. Mário Machado, que era da diretoria da ANPOCS, assumiu uma diretoria da FINEP e anualmente nós combinávamos os auxílios. Uma crítica recorrente que eu fazia, e que a diretoria da ANPOCS não acatou de imediato, foi de ancorar a reunião em um único local, como faziam os matemáticos há anos com bastante sucesso. Demorou. Finalmente as reuniões se fixaram em Caxambu.

Mencionei a mudança para Brasília, mas não informei como cheguei lá e em que condições. Em 1975, as novas autoridades do MEC (Governo Geisel) procuravam atrair professores para ajudar na organização do Ministério e suas agências. A CAPES mudara do Rio para Brasília com 13 burocratas da administração. Darcy trouxera alguns poucos amigos da UFRGS, mas precisava de assessores de nível superior, com pós-graduação.

Este registro comporta uma observação pessoal e outra profissional.

Quando o Reitor Walter Cantídio recebeu o pedido de disponibilizar professores para ajudar no MEC, sugeriu dois nomes: Paulo Elpídio e o meu. Paulo foi o primeiro a ir, ajudou na montagem do PICD e retornou. Em seguida fui e aceitei coordenar a elaboração de um Projeto Nordeste de pós-graduação. Mas Cantídio era muito pragmático, entendeu que era importante colocar professores da UFC em Brasília.

Poderia omitir esse detalhe pessoal do depoimento se não fosse para registrar as dificuldades que passei sob a acusação de privilegiar a UFC em todas as funções que exerci. Em determinado momento, ao permanecer mais tempo em Brasília, percebi que teria de sacrificar minha carreira acadêmica incompleta. Optei por tentar uma carreira de gestor educacional e de C&T com chance de beneficiar mais pessoas. Valeu a pena.

A observação profissional é mais interessante. Ao chegar a Brasília, com a missão de escrever e coordenar um projeto de desenvolvimento da pós-graduação do Nordeste, convivi com o grave problema da falta de dados. A burocracia brasileira à época gostava menos de números do que talvez goste hoje; tive que construir dados “na perna”, visitando cada universidade e cada curso existente, na tentativa de compor uma base numérica confiável. Adicional aos números,

a preocupação com a ideia de privilegiar um segmento regional sem perder o foco e o apoio nacional. Saí do roteiro regional e cumpri um roteiro nacional, escolhendo pessoas e cursos com prestígio nacional para ajudar-me.

Aprendi muito com os melhores cursos do país que entenderam e apoiaram o propósito do projeto de elevar o nível acadêmico regional para equilibrar o desenvolvimento científico e a pesquisa nacional. Alguns não entenderam a preocupação regional; durante anos repetiram a mesma ladainha de opositores ao projeto; não lembro mais o nome de nenhum desses aflitos opositores; desapareceram sem deixar rastro.

O Projeto Nordeste de Pós-Graduação teve o privilégio de ampliar o orçamento da CAPES. Consegui negociar um aditivo ao orçamento que se repetiu por quatro anos, fato que surpreendeu os dirigentes do MEC: uma negociação pessoal com os colegas do PIMES⁵ e com a coordenação do IPEA⁶, assunto que tratei pessoalmente com Roberto Cavalcanti de Albuquerque. Contou com a aprovação do Ministro Reis Velloso, do Planejamento. Por conta disso, o projeto deu tão certo que sobrou dinheiro para investir nas pró-reitorias de pesquisa e pós-graduação que começavam a existir em todo o país. O suficiente para a CAPES realizar um feito até então inédito: dar um computador de mesa a cada uma das pró-reitorias, sem o que o projeto de Avaliação da Pós-graduação jamais teria saído da intenção. A pós-graduação brasileira deve isso ao Projeto Nordeste.

O conhecimento travado com os outros cursos do país não se limitou às Ciências Sociais. E tanto me ajudou a conhecer a realidade educacional brasileira, como serviu para alertar sobre a nascente pre-

5. Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPE.

6. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

ocupação brasileira e internacional com a multi e a interdisciplinaridade. Dei-me conta do quanto alguns pesquisadores de outras áreas conheciam os problemas de nossas áreas e vice versa. A integração se dava no coração da pesquisa, na expertise metodológica, no domínio dos números, das técnicas e da lógica que fundamentam a formação de dados e a busca do conhecimento novo.

O volume de pessoas fazendo Mestrado e Doutorado (no país e no exterior) permitiu, em curto tempo, uma alentada expansão da pós-graduação. Tempo suficiente para expandir a quantidade, mas exíguo para gerar qualidade e competitividade. Devo resumir o período descrito neste capítulo como sendo um salto espetacular na quantidade, com reduzido resultado na qualidade. Apesar de haveremos alcançado índices espetaculares para quem antes não dispunha de quase nada, ainda mantemos fragilidades que incomodam a consciência da comunidade científica do país.

As Ciências Sociais se enquadram no mesmo modelo de expansão abrupta, com um detalhe: é um conjunto de ciências bastante paróquial porque, diferente das ciências físicas e da natureza, o forte de sua produção é escrita em português e interessa primordialmente ao público brasileiro. Este registro é relevante quando se quer avaliar a temática e a qualidade de nossa produção científica

Uma observação final, uma mera curiosidade sobre os primeiros anos de nossas universidades. No caso da UFC, o primeiro reitor formado em universidade foi o Paulo Elpídio, em 1979. Antes dele, todos os demais foram formados em escolas isoladas, sem o ambiente propício para saber como conduzir uma universidade e sem nenhuma experiência internacional anterior ao exercício do cargo.

IV – Hoje, o que construímos e o que somos

Para um curso universitário com alguns dos atores iniciais ainda vivos, o passado de 50 anos é indicador de juventude institucional. Uma juventude cuja evolução deve servir ao amadurecimento do grupo: corrigir omissões e atualizar-se diante da nova realidade do século XXI. Ou seja, corrigir e atualizar-se pensando no futuro.

Criado o Departamento e diversificadas as múltiplas áreas das Ciências Sociais, com o passar dos anos os pesquisadores da UFC identificaram seus interesses de estudo. A variação temática ampliou-se indefinidamente, mas a amplitude em si não constituiu problema, porque a essência da proposta se manteve íntegra.

Refiro-me à valorização da metodologia científica que baliza os trabalhos de investigação em todas as Ciências Sociais. As novas gerações seguiram o princípio adotado pelos fundadores, o de que nas Ciências Sociais a metodologia é que define sua cientificidade.

Ao longo do período de 50 anos somaram-se dezenas ou centenas de teses, artigos, estudos encomendados, pesquisas espontâneas, individuais ou coletivas, de iniciativa própria ou em cooperação nos mais diversos temas, portanto, posso afirmar que as Ciências Sociais da UFC são bastante produtivas.

Isso me leva a uma certeza e a uma dúvida.

A certeza de que, no curso, as novas lideranças que nos sucederam mantiveram a preocupação com o refinamento metodológico em todas as subáreas das Ciências Sociais da UFC, comprovada por um fato real: no conjunto das Ciências Sociais brasileiras os cursos de graduação e a pós-graduação da UFC sempre foram bem avaliados. Imagino que, para isso, os avaliadores externos usaram os melhores parâmetros das avaliações existentes e consideraram a produção cien-

tífica no mínimo apropriada, comparativamente à média da produção brasileira.

A dúvida se refere à temática pesquisada, com a apreciação de um fato real e de uma suposição. O fato real, comum nas comunidades científicas de países periféricos, é a dependência da produção científica fortemente inspirada na temática nacional e internacional oriunda dos centros mais avançados onde a maioria dos pesquisadores estudou (um vício regional que seria de toda a Ciência Social latino-americana). A suposição decorre de uma observação preliminar sobre a escassa integração das Ciências Sociais com outras áreas acadêmicas da UFC mais relacionadas ao tema do desenvolvimento. Sem criticar as atuais linhas de pesquisa dos meus colegas (não conheço todas), permito-me indagar qual o motivo de haver pouca pesquisa multidisciplinar em cooperação dentro da UFC. Se não me provarem o contrário, insistirei na proposta de que o momento atual é favorável à discussão sobre a escassez de pesquisa em assuntos relacionados ao desenvolvimento do Ceará. Voltarei ao tema.

Retorno ao passado para contar um pouco mais da história.

Os fundadores do curso de Ciências Sociais da UFC concentraram seus esforços na qualidade metodológica da pesquisa porque essa era a boa novidade de época, o lastro de segurança que garantiria ao curso uma posição competitiva e sempre atual. Com o reconhecimento de que as Ciências Sociais queriam ser ciência. A mesma atitude adotada pelos principais grupos que ainda hoje lideram a pesquisa em ciências sociais no Brasil, a partir de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Santa Catarina.

Por isso, na fase inicial que institucionalizou e expandiu as universidades em todo o território nacional (1970 em diante), o nosso espelho era a nova intelectualidade com formação sistemática em pesquisa.

Mais bem formada e com doutoramento formal nos melhores centros internacionais, essa nova geração ocupava o espaço dos grandes ensaístas do passado. Aqueles ensaístas que a partir das faculdades de direito e do próprio estamento burocrático estudaram as instituições, a organização social e política do Império e da República e a nossa administração pública.

Os novos PhD's significavam a modernidade. Quase todos oriundos de universidades e ligados aos novos cursos de Sociologia, Antropologia, Economia, Ciência Política. No imaginário nacional, o orgulho de que finalmente o Brasil alcançava o topo da pirâmide educacional e que os novos PhD's construiriam a base sobre a qual o país tornar-se-ia "independente em pesquisa científica". Ouvi essa mesma frase repetidas vezes nas conversas preparatórias do Seminário Anual dos Professores da UFC.

Nos anos 70, me encantava garimpar os trabalhos desses novos pesquisadores que realizavam *surveys* com base amostral de qualidade. Os nomes dessas pessoas ressoavam como novidade de prestígio. Lembro meu interesse pelos trabalhos de Glaucio Ary Dillon Soares sobre eleição presidencial e partidos políticos. Diferentes dos textos do passado, em geral densos em reflexões e considerações históricas, os novos textos eram recheados de números bem dispostos e convincentes. A numerologia científica impressionava pela precisão.

O tratamento metodológico e estatístico sofisticado era o diferencial dos novos estudos, a chancela de um tratamento científico nos estudos da sociedade brasileira. A cada dia aprendíamos um novo nome na Antropologia, na Sociologia, na Política e na Economia do Brasil. Na UFC, a notícia do retorno do primeiro PhD em Matemática foi motivo de orgulho. Ubyrajara Alves.

A preocupação explícita com a pesquisa e a competitividade não

desconsiderou o ensino; desde o início da fundação do Departamento e do curso tivemos em mente que para formar um grupo sólido e competitivo seria necessário formar bons alunos. Reproduzo uma frase que lembro dizer nos anos 70 e sobre a qual sempre tive a mais clara consciência: “formaremos alunos melhores que nós”. Reconhecíamos nossas fragilidades, mas sabíamos o caminho a trilhar.

No ensino justificava priorizar a pesquisa por diferentes motivos: capacitar cientificamente os estudantes pela metodologia; facilitar a pós-graduação dos próprios professores que se formavam e servir ao desenvolvimento da sociedade cearense.

Desenvolvimento talvez haja sido a palavra mais festejada nos primeiros anos da UFC. As lideranças acadêmicas da UFC confiavam no poder criativo da ciência, da tecnologia e da educação para consagrar condições novas e diferentes de sustentabilidade para a crescente população cearense em um território com enorme variabilidade climática e deficiente em recursos naturais.

E desenvolvimento não era uma palavra vazia. Numa época em que o futuro era igual ao passado, bastava reproduzir o que os outros faziam. A economia exigia mudança e considerando a similaridade dos modelos vigentes de desenvolvimento no mundo ocidental, ninguém duvidava sobre o que fazer.

Martins Filho consagrou o lema “Do e para o Universal pelo Regional” com a clara intenção de criar uma atitude reflexiva que ajudasse a compreender e intervir no ambiente social, econômico e físico local. O lema nos induziu a inserir nos planos originais do Departamento a preocupação com o conhecimento universal atrelado ao conhecimento da realidade do Ceará e da Região. Posso afirmar que nosso grupo original das Ciências Sociais seguiu a orientação à risca. Basta recordar os primeiros projetos socioeconômicos voltados para a industrializa-

ção, para a agricultura, para os serviços. A qualidade era amadorística, mas o rumo era correto.

A tarja de universidade científica deu ânimo à UFC para usar os novos conhecimentos em prol da prosperidade da região. Uma região pobre que almejava reproduzir modelos de geração de riqueza consagrados há mais de dois séculos na Europa e nos Estados Unidos. Desde os primeiros anos, várias áreas científicas e tecnológicas da UFC dedicaram atenção a problemas típicos do semiárido cearense: trabalhos relacionados ao tempo e clima, aos estudos de física de nuvens, ao uso de chuva artificial, à industrialização urbana e, no interior do estado, à agricultura irrigada e de sequeiro, à salinização, à química de produtos naturais e tantos outros temas relacionados ao conhecimento da natureza local e as soluções preconizadas para o desenvolvimento local.

Até mesmo os temas mais envelhecidos e fora de moda nas economias desenvolvidas, continuavam importantes para o nosso desenvolvimento. E talvez ainda sejam relevantes, mas o mundo mudou porque a ciência evoluiu. No final do século XX algumas tecnologias recentes impuseram uma nova realidade às economias mundiais. Ou seja, as velhas tecnologias perderam a exclusividade que desfrutavam até o final dos anos 1980: o Brasil mudou e o Ceará também mudou.

Ou seja, se em tempos passados as novidades internacionais pouco afetavam a pacata sociedade cearense, isolada e distante, hoje os tempos são outros. Acabou o isolamento, as novidades externas repercutem em Fortaleza com o mesmo impacto que chegam aos centros desenvolvidos. A diferença entre nós e eles está na escala, na atitude, na dimensão e na importância. Dessa forma, a noção de prosperidade que nos induziu a criar um Mestrado de “Sociologia do Desenvolvimento”, no início dos anos 70, não é a mesma em 2019.

Em síntese, o início do século XXI, com suas desconcertantes novidades na política, na ideologia, na tecnologia e na vida em sociedade, exige considerações diferentes daquelas que nos conduziram no passado. A diferença de ontem para hoje é que as novas áreas científicas e tecnológicas menos dependentes do ambiente natural se expandiram com a enorme promessa de gerar riqueza e produzir emprego. Não necessito dizer muito, basta citar o papel da biotecnologia e da tecnologia da informação que deixou de ser novidade para as pessoas minimamente lidas.

Na UFC (em outras instituições do Ceará também) existem pessoas e grupos que venceram o complexo de universidade de segunda linha e cultivam a certeza de que, fortalecendo o trabalho atual em ciência básica e tecnologia, em breve poderemos conquistar níveis avançados de conhecimento científico/tecnológico competitivo. (A convivência de quase 50 anos com a pós-graduação e a ciência brasileiras me permite afirmar que, na UFC, algumas áreas se tornaram competitivas a nível nacional, uma percepção revelada nos últimos dez anos).

Não alcançamos o topo. Mas já saímos da base e estamos a meio caminho. Ultrapassamos o marco zero, mas persiste uma enorme dificuldade de apreensão dessa realidade. Uma realidade pouco percebida, pouco estudada e pouco reconhecida pelas autoridades governamentais e pelas lideranças econômicas que comandam o Estado. Essas lideranças desconhecem o que temos e não identificam o potencial científico e tecnológico existente. Por isso mesmo investem pouco, investem mal e, pior, com pernicioso irregularidade.

A falta de compreensão não é fenômeno local. É nacional. Conheci as mesmas dificuldades em Brasília e no Governo do Ceará. Há uma incompreensão ainda mais grave e que precisa ser resolvida

antes de qualquer outra. Refiro-me aos pares da própria universidade que desconhecem a capacidade científica e tecnológica dos diferentes departamentos, cursos, projetos e institutos. No caso específico deste texto de memória, defendo que as Ciências Sociais se interessem em perceber e estudar o fenômeno científico geral e invistam na pesquisa da modernidade que ocorre na porta ao lado, no ambiente da própria universidade e da sociedade cearense.

V – O amanhã, em cinco itens e uma conclusão

Item 1 – Cientista social: instrumento do desenvolvimento ou o elegante guardião do futuro? Por que não as duas coisas?

Nos anos 70, Jean Ziegler falando para um auditório de professores e alunos, afirmou que a grande função do sociólogo é ser “o guardião do amanhã”. A frase do ilustre sociólogo suíço encantou os estudantes. Em plena Ditadura Militar qualquer estímulo ao ativismo político era motivo de regozijo. A expressão adicionava charme a novas profissões desconhecidas da sociedade cearense (sociólogos, antropólogos, cientistas políticos).

Naquele momento o irrequieto Ziegler exercia a função de guardião em seu país, pois se notabilizara pela campanha contra os bancos suíços, condenando o dinheiro “sujo”. Ziegler demonstrou profundo conhecimento da política fiscal, financeira e econômica suíça, relacionada com os bancos. Conhecimentos que podiam ter sido usados para outro tipo de estudo e projeto que não fosse somente o de verificar a moralidade e a ética do sistema bancário suíço. Eleito deputado, escreveu *A Suíça que lava mais branco*, livro traduzido no Brasil com algum sucesso.

Além dos sociólogos, outros profissionais reclamam a função de “guardiões do futuro”: historiadores e filósofos, por exemplo. Para mim essa função é de qualquer profissional com critério, conhecimento e capaz de pensar bem a sua sociedade. Portanto, adiciono dois comentários à fala de Ziegler. Primeiro, que guardiões além de pesquisar os assuntos que criticam ou defendem, precisam conhecer os fenômenos e as tecnologias sociais referidas; segundo, sociólogos podem ser excelentes analistas e construtores do presente sem que pousem de heróis de todas as causas.

Há alguns anos (1978) tive em mãos um relatório de consultoria conduzida por eminente economista do IPEA e por um não menos famoso sociólogo da USP, ambos professores-pesquisadores respeitados em suas comunidades e com larga produção científica. Examinando o texto chamou minha atenção uma curiosa inversão das especialidades: o sociólogo escreveu a parte econômica e o economista o texto sociológico. O relevante é que os dois textos eram excelentes e extremamente úteis para o desenvolvimento da instituição que os contratou. Bem formado, um sociólogo é um excelente técnico para servir a projetos de desenvolvimento.

Guardiões asseguram suas críticas a partir de conhecimentos sólidos obtidos por meio de estudos e pesquisas. Sempre foi assim e continuará sendo. Em Karl Marx encontro um exemplo clássico para elogiá-lo ou para condená-lo. Marx usou as pesquisas, digo os estudos de Engels, para construir e defender suas ideias. Para os críticos (*Sir Karl Poppe*, *Eric Voegelin* e tantos outros) eram dados superados de um período que, ao serem usados, já estavam fora de época e não mais refletiam a realidade do operariado inglês. Se a informação for verdadeira (não entrarei na polêmica), alguns filósofos estão corretos ao afirmarem seu erro. Nesse caso, ele foi um péssimo guardião por-

que o fundamento condenatório do capitalismo industrial inglês partiu de uma falsa realidade. Ao contrário, se os dados de Engels estavam corretos e a realidade descrita era verdadeira, ele terá sido um bom guardião. Do exemplo colho uma lição: sem pesquisa o guardião inexistente; sem pesquisa de qualidade o guardião é irrelevante.

Encerrei o capítulo anterior defendendo que “as Ciências Sociais se interessem em perceber e estudar o fenômeno científico geral e invistam na pesquisa da modernidade que ocorre na porta ao lado, no ambiente da própria universidade e da sociedade cearense”. Ou seja, nenhuma má vontade com a postura guardiã, mas enorme preocupação com o distanciamento do nosso curso das questões relacionadas ao desenvolvimento econômico e social do Estado do Ceará.

Com isso, firmo minha preocupação com o distanciamento da agenda de pesquisa das Ciências Sociais da UFC dos temas relacionados ao desenvolvimento cearense e brasileiro. Temos pouca atividade de pesquisa que comprove a preocupação das Ciências Sociais com os temas do desenvolvimento e da mudança. Nada contra os guardiões, mas tudo a favor dos analistas comprometidos com o desenvolvimento e com a mudança.

Item 2 – Sociedade do conhecimento no Ceará: fantasia ou realidade possível?

No século XXI os cientistas sociais do mundo inteiro reconhecem as mudanças que evoluíram bruscamente do velho modelo da economia industrial para o novo modelo da chamada sociedade do conhecimento, caracterizada pelo acúmulo de capital, ciência e tecnologia no processo produtivo.

O detalhe relevante que ajuda a perceber a diferença entre os dois tipos de sociedade é observável na inovação: antes a inovação era epi-

sódica e vinha sempre de fora; atualmente, a inovação quase sempre vem de dentro do próprio processo produtivo e não para de acontecer. Com um pormenor essencial para o qual as lideranças dos países em desenvolvimento precisam dedicar a máxima atenção: as economias que conseguiram aproximar o setor de C&T (acadêmico e não-acadêmico) do setor produtivo são os países líderes; os demais são apenas os demais.

Nenhuma sociedade estará fora dessa nova prática de produção. Inclusive a do Ceará. E não adianta invocar o diferencial do nível de desenvolvimento como justificativa ao imobilismo. Hoje somos parte de um mercado global que aproxima os mais ricos dos mais pobres e padroniza rotinas e hábitos. E o imobilismo é a pior decisão, elimina a chance de futuro, mata a capacidade de competir. A atitude proativa não é garantia de sucesso pleno, mas é a única chance de mudar. Será destrutivo para as Ciências Sociais da UFC não participar desse processo.

Minha experiência pessoal com a C&T&I⁷ do Ceará encoraja-me a propor aos colegas da UFC uma presença mais efetiva no esforço do desenvolvimento local. O Ceará é pobre, sim. Subdesenvolvido, sim. Apesar disso, detém os ingredientes necessários à mudança de seu padrão produtivo: um jovem empresariado competente e em expansão, centros de ciência básica e aplicada diversificados, área tecnológica crescente e que responde a estímulos. Para completar, dispõe de uma estrutura de fomento que funciona. Poderia funcionar melhor se houvesse continuidade nas políticas públicas, assim mesmo afianço que o conjunto dessas condições é um dos seis mais equilibrados do país. Olhem para dentro da universidade!

7. Ciência, Tecnologia e Inovação.

Item 3 – A nova economia, com diversificação e a modernidade da pesquisa.

Nessa comemoração dos 50 anos do Curso de Ciências Sociais da UFC, instigo meus colegas a que reflitam sobre o envolvimento das Ciências Sociais com os grandes temas da sociedade, geradores de dados e informações que se acumulam à nossa frente. Refiro-me à *BIG Data* e às TIC's⁸, à Biotecnologia, à Inteligência Artificial (IA) e às demais tecnologias que servem ao desenvolvimento de uma sociedade inserida no semiárido brasileiro. A particularização do regional dentro do universal.

Para que isso ocorra, devem ficar atentos às parcerias científicas e aos estudos multidisciplinares dentro da própria UFC. O distanciamento entre as áreas é preocupante e precisa ser corrigido para que se realize a proposta do desenvolvimento em direção a uma sociedade do conhecimento.

Ao escrever este texto fiquei curioso por saber se outros cientistas sociais brasileiros estavam preocupados com a temática tecnológica. Tive a grata surpresa de identificar os trabalhos de José Vicente Tavares dos Santos e Maíra Baumgarten que escreveram artigos sobre a modernidade dos assuntos de TI. Desses autores identificados gostei do que li, mas não sei o quanto avançaram na prática real da pesquisa além do registro e da recomendação.

A *Big Data* descreve um volume gigantesco de dados estruturados e não estruturados produzidos a cada segundo. As mídias sociais geram informações majoritariamente públicas e contínuas, apoiadas pelo celular e TV; sem referir às novidades que resultam dos chamados “wearable devices” conectados a muitos equipamentos móveis ou imóveis. Isso a gente lê diariamente nos jornais; parece que ao adqui-

8. Tecnologias da Informação e Comunicação.

rir a conotação de óbvio, perde o interesse.

Em 2001, o citado Tavares dos Santos escreveu um livro denominado *Sociologia Informacional*. Desconfio que nele haja resposta para uma questão essencial: a necessidade de se construírem modelos sociológicos que direcionem nossa investigação para as áreas das TICs. Qual o caminho para isso? Respondo com a minha opinião: internacionalização e pesquisa multidisciplinar.

O esforço de internacionalização das melhores universidades do mundo é o melhor testemunho dessa preocupação. Os asiáticos aprenderam essa e outras lições com invejável aplicação. Japoneses e coreanos (talvez os chineses, desconheço o que fazem nessa área) integram equipes multidisciplinares com o claro objetivo e o desejo de pesquisar o mundo. Hoje a oferta de dados está disponível, não interessa a dimensão da instituição, nem sua origem regional ou local.

Em todos os países, a oferta de dados e a multidisciplinaridade sufocam o paroquial e expandem os limites do regional e do local. Qual a importância disso? Equaliza as oportunidades, aumenta a chance de todos.

Universidades americanas de tamanhos e tradições variáveis, de Leste a Oeste, competem em pé de igualdade em assuntos do mais elevado valor estratégico para governos, indústrias e serviços. Portanto, o argumento de que “uma universidade periférica” ou “com poucos recursos” não pode ser competitiva tinha justificativa no passado; hoje apenas determina o grau de imobilismo de suas lideranças e de seu corpo de cientistas.

Os cientistas sociais americanos, ingleses, japoneses, australianos, neozelandeses e coreanos surpreendem continuamente com métodos e técnicas inovadoras, ainda pouco conhecidas dos grupos acadêmicos brasileiros. Exemplo clássico são os estudos multidisciplinares

de prospecção tecnológica para projetos privados e governamentais.

Esse registro exige algum cuidado com o conceitual; mesmo em um texto descontraído como este não é recomendável falar de previsão sem um mínimo esforço para separar o joio do trigo.

Estudos de prospecção vinculam-se ao amplo negócio de compra e venda da previsão que emprega milhões de pessoas no mundo. O maior contingente desse negócio concentra-se no grande ambiente da atividade econômica. A previsão de tempo, por exemplo, é um negócio de mais de 5 bilhões de dólares. Somente nos Estados Unidos, emprega mais de 6 mil meteorologistas que são profissionais formados e geralmente com pós-graduação; no Brasil cresceu a atividade e disseminou-se em todos os estados. Um emprego que antes era somente público passou a ter o atrativo de pequenas empresas de previsão de tempo para atender ao mercado agrícola, do turismo e outros. O Brasil forma mais de 30 meteorologistas por ano e tem no mercado um número superior a 414 profissionais em atividades operacionais e em pesquisa, segundo informação da Sociedade Brasileira de Meteorologia (2002).

Em trabalho que escrevi em 2002 (que explica a antiguidade dos dados) anotei 57 tipos de instituições e grupos listados no negócio da previsão, distribuídos em diferentes categorias. Nos Estados Unidos, sob a categoria tecnologia e ligada à inovação tecnológica, a previsão envolve milhões de empregos relacionados à prosperidade e à defesa nacional.

O vínculo à inovação se justifica porque esta é reconhecida como um jogo de altas apostas e risco na competição internacional; como tal é objeto permanente de estudo porque qualquer antecipação sobre seu futuro poderá constituir o domínio da indústria de alta tecnologia de um país sobre outro, de forma permanente ou durante algum tempo.

O Japão varreu do mapa muitas indústrias norte-americanas, quando dominou, por exemplo, a indústria eletrônica de consumo.

Os modernos estudos prospectivos se distanciam da ideia de simples previsão, quando se apresentam como “processos coletivos” que se repetem e seguem sofisticados rituais metodológicos. A atitude, o objetivo e o método fazem a diferença porque mesmo admitindo o risco de erro, o erro também é de natureza diversa, porque neste caso o processo incorpora a mudança de opinião no próprio método e exige acompanhamento, contra-cheragem e revisão permanente. A opinião coletiva, a autorizada mudança de opinião e o caráter de permanência do processo dão maior credibilidade ao resultado, até que se produza o novo resultado que o atualiza ou corrige.

A ideia de processo associa-se a um conjunto cada vez mais sofisticado de técnicas que servem para avaliar, identificar, eliminar, distinguir e selecionar, permitindo que os trabalhos se realizem e se completem em sucessivas etapas. Esta orientação plural não se restringe ao processo, mas também ao grupo de participantes que, em alguns casos, assume a dimensão de milhares de participantes e opiniões, e, finalmente, o pressuposto inicial de toda prospectiva de que não se pode admitir a existência de apenas um futuro, mas de muitos eventuais futuros. Os estudos prospectivos devem explorar esses eventuais futuros na convicção de que as decisões de hoje adotadas em função de um trabalho de “foresight” poderão ajudar a determinar ou moldar o futuro.

A prospecção ganhou maior evidência porque a questão do financiamento está sendo tratada com rigor; posições extremas começam a ser discutidas, por exemplo, de que o setor público não deve mais custear a ciência básica, deixando-a ao setor empresarial.

Sem avaliar o absurdo da proposta, que eliminaria uma rotina arrai-

gada na tradição ocidental desde que Francis Bacon, no século XVII, exortou os governos a financiar a geração do conhecimento, o fato objetivo é que o setor empresarial já financia pesquisa básica. Extinguir o financiamento do Estado é uma proposta excessiva e pouco refletida, até mesmo porque a geração de conhecimento não serve apenas à inovação tecnológica, mas antes de tudo à educação. Por outro lado, aqui falo do Brasil, a tarefa não é fácil, mas não impossível de estimular o setor privado a participar da frutuosa aventura do conhecimento.

Quantos cientistas sociais brasileiros estão envolvidos no ensino e na pesquisa com a temática da prospecção? Reconheço que são muito poucos. Por isso indago: por que somente os cientistas do Rio de Janeiro e São Paulo se interessam pelo assunto? Entre os poucos que sempre trabalharam com esse assunto, não lembro quantos são sociólogos.

Item 4 – Pesquisar o novo, selecionar velhos temas atuais, descartar o inútil.

Reagir à informação disponível ou afirmar que ainda estão distantes de nós é desprezar ou negar a realidade que nos cerca. Menciono três implicações para estimular a discussão.

Primeira, os dados oferecidos pelas novas tecnologias são capazes de revelar novas realidades ainda não percebidas pela rapidez com que tudo acontece em nosso meio. A atitude de não participar dessa aventura do conhecimento e da inovação é perder, no mínimo, a oportunidade de ser competitivo.

Segunda, os profissionais que participam dessa aventura contemporânea do conhecimento aprofundam com naturalidade sua inserção no ambiente competitivo da globalização.

Terceira, no caso específico das ciências sociais brasileiras que

concentraram seus principais nichos de pesquisa nos temas de natureza pública e governamental, abrem-se enormes campos de pesquisa no ambiente privado da produção, com garantia de financiamento e chance de servir também aos interesses governamentais de planejamento e políticas públicas.

Há, por fim, um motivo adicional para se procurar a novidade. Temas e metodologias envelhecem (meu trauma pessoal). Quando Jean Duvignaud chegou ao Ceará, apresentei os resultados de Canoa Quebrada. Um resumo-executivo de quase quarenta páginas em inglês, com tradução de Amélia e Tim Finan. Duvignaud ficou interessado, pediu detalhes, quis conhecer Canoa Quebrada. De imediato sugeriu que eu enviasse o texto à famosa *Frederick A. Praeger Publishing* de New York. Pediu que escrevesse direto ao editor, seu conhecido. Tudo foi feito conforme a instrução. A resposta veio rápida: “desde o ano passado nossa editora suspendeu a publicação de estudos de comunidade por falta de interesse acadêmico e comercial por esse tipo de estudo”.

O Ceará estava pesquisando o “velho”. Mais que velho, o superado. O que os pares e o mercado internacional consideravam inútil.

Item 5 – Três obstáculos inevitáveis em discussão.

Há obstáculos que dificultam, mas não impedem a adoção de uma nova agenda de pesquisa que sirva ao desenvolvimento.

A pesquisa multidisciplinar depende do envolvimento de professores-pesquisadores de diferentes departamentos, trabalhando sobre temas reconhecidos como importantes para a sociedade cearense. Os cientistas sociais não são os únicos refratários à aproximação; outros cursos também pecam por se distanciarem dos temas compartilhados, algumas vezes temendo não conseguir uma linguagem comum que os

aproxime. A pesquisa multidisciplinar continua escassa por falta de interesse e dificuldade de comunicação.

A questão do tamanho e da localização da universidade deve ser considerada como o segundo obstáculo. Há temas fáceis e de realização barata que qualquer instituição pode eleger para se afirmar como um “player” regional, nacional ou internacional, formando recursos humanos habilitados e dominando as metodologias requeridas. Qualquer periferia pode hoje, por esforço próprio, se transformar em umbigo do mundo de certos temas, desde que reúna cérebros, com gestão e outras condições que a capacitem a ser competitiva e líder nos assuntos selecionados. A escolha é livre entre os temas de elevada sofisticação e caros; igual aos de baixa exigência técnica e baixo custo. Exemplo: antigamente as análises comportamentais eram tidas como de difícil realização pelo excesso de subjetividade. Hoje existem tecnologias de rastreamento cada vez mais sofisticadas, com técnicas de pesquisa testadas em ambientes controlados e com um grande número de funcionalidades. Outra opção mais sofisticada pode direcionar o esforço para a questão da produção, segurança, controle e análise de dados, admitindo o grande valor dos dados na vida moderna e formação dos chamados líderes de tecnologia digital (os chamados CDOs). Convém pensar sobre o assunto.

Por fim, a atração que alguns temas tradicionais exercem sobre uma determinada comunidade científica e que se explica pela disponibilidade de fundos. Esta é uma realidade universal que perde fôlego, mas pode perdurar. Em nenhum momento minhas observações pretendem inibir o interesse das ciências sociais do Ceará por temas clássicos que estejam na mira desse ou daquele pesquisador. Desde que não sejam os estudos de comunidade que as editoras não querem publicar (o trauma é pessoal).

Uma conclusão e algumas expectativas

Este depoimento é uma breve história de vida que divido com todos os colegas que contribuíram para uma frutuosa experiência educacional. De memória, corro o risco de alguma omissão, mas não posso deixar de referir-me aos pioneiros da primeira hora: Luiz Fernando Raposo Fontenelle, Paulo Elpídio de Menezes Neto, Luiz de Gonzaga Mendes Chaves, Diatahy Bezerra de Menezes, João Pompeu de Souza Brasil, Mosslair Cordeiro Leite e Hélène Velay Leite acrescidos dos nomes já citados que participavam do Instituto de Antropologia. Na sequência vieram outros tantos nomes que deixo de citar porque já foram mencionados em trabalhos anteriores mais completos que essa simples memória.

Devo a construção dessa história à UFC que me proporcionou a oportunidade de participar da agradável aventura do conhecimento representada por seu nascimento e evolução ao longo de 50 anos.

O texto fala do passado. Para motivar o mais jovem a pesquisar o futuro. O alvo imediato são os pesquisadores das ciências sociais da UFC a quem faço três recomendações: ampliar a pesquisa multidisciplinar, participar do processo de internacionalização e centrar o foco nas novas tecnologias e no desenvolvimento socioeconômico do Estado. Não esqueçam, criem uma nova agenda de pesquisa visando o desenvolvimento do Ceará.

A fonte da pesquisa está na regra e na exceção. Na regra: um estado deficiente em recursos naturais, com variabilidade climática acima da média mundial, que depende do gerenciamento dos parques recursos existentes e que foi, até o final do século XX, o maior símbolo migratório do Brasil. Na exceção: a posição geográfica é favorável e a capacidade competitiva do Estado surpreende. A posição geográfica transformou o estado em porta de entrada para as grandes conexões óticas internacionais que chegam ao Brasil e alargou a forte cultura do empreendimento comercial. A competitividade encontra-se no varejo da educação e da C&T. Em educação, ciência básica e aplicações do conhecimento somos bem melhores do que se pensa. Pesquisem e acreditem.

A infraestrutura de pesquisa científica e tecnológica instalada da UFC está entre as melhores do país. Somos competitivos. Deficientes nos indicadores gerais da educação, com bons indicadores no varejo da educação científica e tecnológica. Mais bem fomentada, a área do conhecimento avançará em saltos.

Nada do que descrevi e analisei terá valor, nem surtirá efeito, se não contar com a decisão coletiva de dirigentes e pesquisadores da UFC. Cumpram o próprio lema de atuar no regional, partindo do e chegando ao universal. Para isso é necessário que a UFC mire o umbigo e averigue-se a si mesma. Os próprios pesquisadores da UFC desconhecem, insisto, o que está ocorrendo na porta ao lado.

No geral, as elites políticas, econômicas e intelectuais do Ceará conhecem mal o potencial científico e tecnológico instalado no Estado. Talvez o Projeto 2050, que em boa hora o Governo do Estado e a UFC estão concluindo, abra os olhos das autoridades e amplie os horizontes dos nossos pesquisadores.

Bom futuro!

Brasília, 17 de agosto de 2018.

(Revisão, 15 fevereiro 2019)

Resumo:

Este depoimento trata da formação de um professor de ciências sociais no ambiente social da cidade de Fortaleza dos anos 50 e 60. Descreve o nascimento da Universidade Federal do Ceará (UFC) e as realizações que permitiram a instalação de um curso de ciências sociais há cinquenta anos. Comenta o esforço para consolidar a pesquisa e questiona o presente e o futuro da produção científica da comunidade de ciências sociais da UFC.

Palavras-chave: depoimento; universidade; linhas de pesquisa; nova economia; competitividade.

Abstract:

The present oral history is an account of a professor's academic trajectory in the social sciences during the 50s and 60s. Contextualized in the social environment of Fortaleza, it describes the birth of the Federal University of Ceará (UFC) and the efforts made 50 years ago to establish the social sciences program. Finally, it describes the efforts made to consolidate social science research and questions both the UFC social science community's current research and its future research trends.

Keywords: testimony; university; research lines; new economy; competitiveness.

Recebido para publicação em 08/01/2019.

Aceito em 28/02/2019.

O curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (1968-1972): lutas sociais, pensamento crítico e reconhecimento acadêmico

Regina Bruno

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

regina_bruno@yahoo.com.br

A criação do curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará (UFC), em 1968, insere-se em um momento de expansão das Ciências Sociais no Brasil, no qual se buscava, principalmente, compreender as peculiaridades da sociedade brasileira e obter reconhecimento institucional e científico dessa área. Retrata também um tempo pautado por lutas sociais e pelo fomento do pensamento crítico, como afirmou acertadamente César Barreira durante as comemorações dos cinquenta anos do curso.

Tive o privilégio de fazer parte, como aluna, da primeira turma de Ciências Sociais da UFC e gostaria de tecer algumas considerações sobre a minha experiência, mesmo correndo os inevitáveis riscos de idealizar o passado e de apresentar memória seletiva. Para começar, resgato de minha experiência a ideia de uma universidade concebida como lugar de se fazer amigos e amigas, como afirmou Paulo Freire.

“Não se trata de prédios, salas de aula, programas, horários e conceitos. Escola é, sobretudo, gente”, diz ele.

Ou seja, escola é encontro, é vida em grupo na qual os valores, as experiências e a concepção de mundo de cada um(a) estão presentes. De fato, nossa formação como cientistas sociais, nosso primeiro contato com paradigmas, escolas de pensamento e autores se deram em paralelo a amizades que adentraram tempo afora.

O segundo ponto é que hoje percebo que o curso de Ciências Sociais da UFC foi tributário da reflexão dos clássicos fundadores — Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber — mesmo quando tais pensadores não integravam a estrutura curricular. Como bem lembrou Ana Maria Roland, quando a indaguei sobre nossas leituras, Marx não necessariamente era tema de uma disciplina, mas estava presente nos debates em sala de aula e nos grupos de estudo extracurriculares informalmente formados por nós estudantes.

O curso ressaltava um pensamento que, apesar das diferenças de interpretações, tinha em comum a defesa de um referencial social inseparável do próprio indivíduo, que a criticava a transcendência e tinha “fé” na razão, na necessidade de intervenção na realidade e se preocupava com a construção de um método próprio.

De Durkheim, relembro nossa imensa dificuldade em pronunciar corretamente seu nome e de entender o conceito de fato social como “coisa”. Sobre Weber, recordo-me do debate sobre dominação tradicional, tão próxima à nossa realidade histórica.

Além disso, juntamente com a reflexão sobre os fundamentos do pensamento filosófico, havia uma preocupação com epistemologia e a metodologia da ciência — considerada, talvez, a menina dos olhos de nossos mestres e mestras. Não por acaso, o debate sobre qual o método das Ciências Sociais ocupou um lugar especial nos seminários

preparatórios de seleção e ingresso no curso.

Ainda como traço de nossa formação, era grande o empenho pela reflexão crítica. Ser estudante de Ciências Sociais significava lutar com afinco na construção de um pensamento crítico. Sempre que possível, éramos incentivados a nos afastar do pensamento *a priori*, a buscar a diversidade de interpretações e de perspectivas e a valorizar a dimensão histórica dos processos sociais, embora muitas vezes, devido à imensa desigualdade de nosso país, fosse difícil separarmos a reflexão crítica, que buscava ir à raiz dos problemas, como se costumava dizer, do discurso de denúncia.

A identificação entre Ciências Sociais e pensamento crítico é recorrente e fez parte do nascimento e da expansão das Ciências Sociais. Em seu artigo “Uma ciência que perturba”, Pierre Bourdieu afirma que “a Sociologia perturba porque revela coisas ocultas e às vezes reprimidas, como a correlação entre o sucesso escolar, que se costuma identificar com a ‘inteligência’, e a origem social, ou melhor, o capital cultural herdado da família”. E arremata: “se exigimos tanto a cientificidade da Sociologia é porque ela perturba e uma das formas de se livrar do que perturba é dizer que não são científicas, isto é, são suscitadas por interesse e paixão, portanto relativizáveis” (BOURDIEU, 1983, p. 17).

O questionamento da cientificidade das Ciências Sociais se expressava de várias formas. Vez por outra ouvíamos os seguintes argumentos: “sem as ilhas Trobiand (Nova Guiné), a Antropologia não existiria”; “sem a editora Zahar, a Sociologia não existiria”.

Nossa formação universitária não se restringia à sala de aula e à pesquisa de campo, disputava espaço com as leituras em grupos de estudos informais extracurriculares, adentrava nas passeatas contra a Ditadura Militar e nas manifestações de rua por um ensino de melhor

qualidade e se fazia presente nas atividades culturais.

Desencavando da memória alguns fatos, recordo-me do primeiro dia de aula. Após as apresentações de praxe da estrutura curricular e dos objetivos do curso, alguém me entregou uma cartolina onde estava escrito, em letras garrafais, “Fora Rockefeller. Contra o Acordo MEC/USAID” e disse: “Vamos pra rua! Vamos para a concentração”.

Para mim, um exemplo de aprendizado que amiúde retornava à sala de aula, na formulação de questões e de indagações.

Também em sala de aula cantamos com Petrucio Maia, frase por frase, “Alegria, Alegria”, de Caetano Veloso, conhecida como “caminhando contra o vento”. Petrucio era o nosso colega-poeta e motivo de orgulho, porque fora aprovado na Engenharia do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, o ITA, mas optou por Ciências Sociais na UFC.

Se a memória não me falha, também debatemos em sala, com um de nossos mestres, o significado do imenso monólito que aparece no filme “2001: uma odisseia no espaço”, de Stanley Kubrick, em todos os momentos de mudanças da sociedade. Representaria civilização ou barbárie? Obviamente não recorriamos a tais palavras, contudo, era essa nossa indagação diante da estreita relação entre o monólito e as mudanças tecnológicas, entre o tacape jogado para o espaço e a moderna nave.

Às características gerais da conjuntura se somavam especificidades regionais, históricas e pessoais. Era particularmente forte o empenho pelo (re)conhecimento do curso, bem como a necessidade de explicitar a especificidade do objeto de estudo das Ciências Sociais. Nos primeiros anos, frequentemente, éramos instadas(os) a explicar a diferença entre Serviço Social e Ciências Sociais. Naquela época, eu não tinha claro, mas foi em meio a esse debate que comecei a entender as diferenças de significados entre social e sociológico.

Hoje percebo que o curso de Ciências Sociais da UFC exercia, na prática, a interdisciplinaridade, quando o padrão dominante era disciplinar. Talvez o que conformava nossos mestres e mestras como identidade e como grupo acadêmico era o encontro e a busca de diálogo entre campos complementares de reflexão em particular, a relação entre “indivíduo” e “sociedade” — conformadora da reflexão sociológica; entre “natureza” e “cultura” — eixo estruturante da Antropologia; e entre “Estado” e “poder” — objeto da Ciência Política. Estas três perspectivas encontravam-se ancoradas no pensamento filosófico, na preocupação com a reflexão epistemológica, com a Psicologia e com a perspectiva histórica.

Entretanto, como parte da reflexão sobre indivíduo e sociedade, inevitavelmente incorporávamos a dualidade da relação entre as duas instâncias. Posteriormente, relendo os clássicos, fui percebendo outras dimensões desse debate. Por exemplo, que o *Homo Sociologicus* se alternava entre primazia do indivíduo e primazia do social. Segundo Elisa Reis, na perspectiva de Durkheim, “a sociedade tem precedência lógica sobre o indivíduo” (REIS, 1989, p. 5). O ator sociológico seria alguém cuja consciência é informada, conformada e gerada pela sociedade, enquanto o suposto fundamental de Weber “é sempre o indivíduo dotado de volição que escolhe entre alternativas de ação circunscritas por condições histórico-estruturais particulares” (REIS, 1989, p. 10). Também segundo a autora, “o ‘homem durkheimiano’ e o ‘homem weberiano’ poderiam ser vistos como irmãos gêmeos nascidos do difícil casamento entre a paixão e a com-paixão, cujas identidades se afirmam por oposições recíprocas” (REIS, 1989, p. 10).

O empenho em superar a dicotomia entre indivíduo e sociedade caminhou *pari passu* com a expansão das Ciências Sociais (talvez não com a mesma centralidade da geração dos clássicos fundadores). E

isto se deu seja por meio do conceito de *habitus* (Bourdieu, 1989), seja pela reflexão sobre “identidade-nós” e “identidade-eu” (Elias, 1994). E quase sempre teve como pressuposto a relação existente entre necessidades individuais e exigências históricas.

Havia um grande incentivo à leitura. O estudante de Ciências Sociais quase sempre era representado com um livro na mão. Pertencemos a uma geração da leitura e fichamento do livro todo, o que não significa necessariamente uma maior compreensão dos pressupostos enunciados pelos autores, mas que nos permitia perceber o desenvolvimento lógico de suas ideias e pressupostos — um aprendizado que até hoje me orienta. E, se bem me lembro, sempre que possível éramos incentivados e procurávamos ler o autor por ele mesmo. Faltou-nos, contudo, aprofundar mais o contexto histórico no qual os autores estavam inseridos e melhor explorar as correntes de pensamento.

Nossas leituras eram bastante diversificadas: líamos bibliografia indicada nas ementas das disciplinas, as sugestões de professores e de colegas, os livros da leitura militante e as preciosas indicações do Joaquim, nosso livreiro e amigo querido.

À medida que a ditadura endurecia, temor e paixão pela leitura se complementavam. Escondíamos livros considerados perigosos para, no dia seguinte, o desencavarmos por não considerá-los tão perigosos assim ou por puro questionamento. Havia um troca-troca sem fim de livros, havia também uma disputa, saudável, sobre quem lia mais ou quem conseguia fazer o melhor fichamento temático, e o que me parece fundamental, líamos de tudo. Muitas vezes uma leitura dispersa, mas que nos abria horizontes e contribuía para nossa formação. Eduardo Diathay, mestre e professor, sempre nos incentivou. Recordo-me dele sentado no sofá de couro escuro da sala da direção, com um livro que havia acabado de comprar entreaberto na mão, argumentando co-

nosco sobre o quão é importante para formação também conhecermos os autores com cujo pensamento não nos identificámos.

Confundindo tempos, talvez, um dia fui presenteada com “A Organização Social dos Tupinambás”, de Florestan Fernandes. A partir de então, Florestan começou a fazer parte de minha vida de estudante e sua contribuição foi imensa. O modo como elaborou o conceito de organização social ensinou-me a conjugar teoria e empiria como dimensões complementares da reflexão e do pensamento científico. Diz ele:

“Quanto ao conceito de organização social adotado de fato na interpretação da sociedade Tupinambá, lembro ao leitor de que precisa ser suficientemente amplo e compreensivo, a ponto de permitir uma exploração tão extensa quanto profunda dos dados históricos disponíveis. (...) Encaro a organização social como o conjunto das atividades, de ações e de relações sociais dos seres humanos em condições determinadas”. Ou seja, “ações e relações sociais de caráter adaptativo ou integrativo, ordenadas em uma configuração social de vida” (FERNANDES, 1949, p. 19-20).

Ou seja, um conceito em diálogo com os dados históricos, visceralmente relacionado às situações de vida da população estudada e às possibilidades do pesquisador. Organização social entendida como atividade, ação e relação. Como “uma configuração social de vida”.

Em nossos debates e mesmo no dia a dia da vida universitária, algumas expressões alimentaram nossa identidade. Relembro particularmente de duas: “questão de valores” e “em nível de”. A primeira, indicando, talvez, um tempo de convicções; e a segunda, sinalizando a existência de perspectivas diferenciadas. Jean Paul Sartre caracterizava os anos 1960 como o tempo no qual a juventude havia decidido por em prática suas convicções. A crença de que era possível mudar o mundo!

Vivíamos um momento de grandes mobilizações estudantis e da juventude. As faixas e cartazes das manifestações de 1968 ressaltavam a importância de reivindicações ligadas às condições de ensino — um dos traços do movimento estudantil da época — como a luta por verbas, a defesa de uma universidade pública e gratuita, a questão dos excedentes, melhores condições de trabalho, formação profissional de qualidade, democracia interna das universidades e maior participação dos estudantes nas instâncias de decisão.

Dentre as lutas consideradas específicas, faixas, cartazes e palavras de ordem reivindicavam a modernização dos equipamentos de ensino e pesquisa, mais bibliotecas, restaurantes, laboratórios e salas de estudo, auxílio aos estudantes pobres, critérios de avaliação mais eficazes etc. (REIS FILHO e MORAES, 1998). De uma perspectiva mais abrangente, as passeatas se posicionavam contra o arrocho salarial, pela liberdade sindical, o povo no poder, não ao imperialismo e abaixo a Ditadura Militar. Tais manifestações, mobilizações e reivindicações, hoje objeto de estudo, não podiam ser ignoradas. Para Florestan Fernandes, foi o Movimento pelas Reformas de Base que preparou o patamar intelectual e político das manifestações de massa que se ergueram para derrubar a ditadura (D'INCAO, 1987, p. 114-115)

Vivíamos igualmente um período cultural muito rico e expressivo, voltado para a tentativa de romper com valores considerados arcaicos, tradicionais e, autoritários. “É proibido proibir”, eis o mote da juventude de 1968. Acompanhávamos de longe os Festivais da Canção e em sala de aula nos posicionávamos entre “A Banda”, de Chico Buarque, e “Disparada”, de Geraldo Vandré. Assistimos “Roda Viva” e “Galileu, Galilei” quando da passagem em Fortaleza do Grupo Teatro Oficina, de José Celso Martinez.

“Galileu, Galilei” marcou-me particularmente por mostrar as interdições e tensões existentes entre Ciência e Poder dominante: mesmo aquela estrela mais distante ameaça os poderes instituídos, dizia Galileu (1564-1642), físico, matemático, astrônomo e filósofo florentino, quando obrigado a negar sua teoria diante do Tribunal do Santo Ofício.

Com o Ato Institucional 5 (AI-5) intensificou-se a repressão e com ela as prisões, a tortura, e a violência física e simbólica. A repressão da Ditadura atingiu-nos todos, familiares, amigos(as), universidade e sociedade. Atingiu particularmente o movimento estudantil e suas lideranças. Atingiu também, de um modo particularmente violento, os trabalhadores rurais organizados nas Ligas Camponesas¹. A repressão impôs limites à reflexão, procurou burocratizar o ensino universitário, estabeleceu interdições, incentivou o medo, cultivou a intimidação, o controle, a vigilância, a desconfiança no outro e instituiu a delação — um dos mais eficazes instrumentos de poder.

Juntamente com a perseguição e a prisão de professores e alunos, fazia parte da repressão da Ditadura a instalação do curso de Ciências Sociais na Avenida Rio Branco, Centro da cidade, propositadamente isolado e distante do campus universitário, a presença da Polícia Federal controlando tudo, desde as ementas das disciplinas, passando pelo registro das atividades de alguns professores e de alunos(as) até a intrusão nas relações afetivas. Além disso, havia uma lista com os nomes dos prováveis, interrogatórios e prisões. Também havia a obrigatoriedade de cursar a disciplina Estudo dos Problemas Brasileiros

1. Posteriormente durante uma pesquisa que realizei nos arquivos da Biblioteca Nacional sobre “O Governo Castelo Branco e o Estatuto da Terra” (Dotação AN-POCS) fui orientada por Leonilde Medeiros, colega do CPDA a buscar nas páginas policiais da grande imprensa, os registros de “morte” de trabalhadores rurais e de camponeses.

(EPB), mais conhecida como “meu Brasil, eu te amo”, em alusão à música utilizada pela ditadura no começo dos anos 1970. Ainda, fazia parte da repressão considerar indistintamente estudantes e professores do curso de Ciências Sociais “perigosos” e “subversivos”. Conceitos e noções como “comunidade”, “sociedade”, “estratificação social”, “estrutura social”, “organização social”, “relações de trabalho”, “cultura”, “instituições políticas”, “poder” e “mudança social” eram igualmente considerados perigosos e subversivos.

Ou seja, consciente ou inconscientemente, naquela conjuntura, a opção de cada um (a) de nós de cursar ou ensinar Ciências Sociais e não desistir diante de tanta pressão, transformou-se em ato de resistência. Uma resistência teimosa, cotidiana, muitas vezes imperceptível (SCOTT, 2002) que vinha a se somar uma resistência maior de inúmeras pessoas, movimentos e grupos sociais.

Se para alguns colegas das Ciências Sociais, o divisor de águas foi a participação no movimento estudantil, para mim, seguramente, o divisor foi a pesquisa de campo. Ela me possibilitou olhar de outra perspectiva os ensinamentos de sala de aula e minha trajetória de vida. Em meio à preparação do campo e no contato com as pessoas entrevistadas, percebi a complexidade da desigualdade social e da natureza das relações de poder.

Certo dia, durante uma entrevista para a pesquisa sobre “Os efeitos da seca na comercialização dos produtos agropecuários” (SUDENE/SUDECO/UFC), um trabalhador rural das Frentes de Trabalho² criadas

2. Os barracos das Frentes de Trabalho, organizados em fileiras, eram estratificados de acordo com menor ou maior condição de trabalho. Na primeira fileira, margeando a estrada e de fácil acesso ao caminhão pipa, ficavam os jovens trabalhadores solteiros e os apontadores, ou seja, os que conseguiam escrever. Na segunda fileira, os casais sem filhos. Na terceira fileira os casais com filhos, as mulheres solteiras e os idosos e, finalmente, na última fileira, os doentes e os incapacitados para o trabalho.

pelos órgãos públicos nos momentos de estiagem e de seca olha para mim e diz: “Menina, se eu amarrar você o dia todo naquele mourão debaixo do sol mesmo assim você não vai suar igual a gente”. A partir daquele momento o rural transformou-se para mim em objeto de estudo e posteriormente de apoio à formação dos movimentos sociais de luta pela terra e por direitos.

Doutra feita, estava eu entrevistando um varredor de rua da prefeitura de Aquiraz (CE) para uma pesquisa da *HidroService*, quando passa meu pai dirigindo sua camionete Chevrolet azul rumo à praia do Iguape, justo no momento em que eu perguntava ao varredor “o senhor poderia nos dizer qual a diferença entre o rico e o pobre?”

Ele prontamente respondeu: “olha, dona, rico é aquele homem naquela camionete cheia de comida e de gente; pobre sou eu, com minha vassoura”. Fechei meu caderno de campo, desliguei o gravador, peguei o ônibus para Fortaleza e fui-me embora. A partir de então, comecei a entender um dos principais pressupostos das Ciências Sociais: você é pessoa na relação que estabelece consigo mesma, com o outro e com a natureza.

A pesquisa de campo, de uma riqueza ímpar, em grande medida possibilitou-nos novas indagações. “Ir a campo vira a gente de ponta-cabeça”, declarou um dia nossa mestra ao retornar de uma pesquisa em Canoa Quebrada (CE). A pesquisa de campo permitiu, por exemplo, que desconfiássemos da tendência já vigente de despersonalização dos processos sociais que interpelava o mercado e o Estado como se fossem sujeitos com vontade própria. Ancorados(as) na experiência de campo, buscávamos resgatar os atores sociais — pescadores, parceiros, meeiros, moradores, trabalhadores rurais, camponeses, grandes proprietários de terra, latifundiários e retirantes da seca, dentre outros — procurando entender a natureza das relações sociais exis-

tentes e suas implicações econômicas, sociais, políticas.

Percebemos também que por maior que seja o rigor analítico e científico, a atividade de pesquisa também erra, possui impasses e contradições, a maioria advinda da dificuldade do(a) pesquisador(a) colocar-se no lugar do outro, respeitar cultura e racionalidade. E os entrevistados percebem e, quando podem, reagem. Há uma resistência muitas vezes não percebida pelo pesquisador.

Aprendíamos muito uns com os outros, colegas, professores(as), funcionários(as) e amigos(as). Era grande a minha admiração pela garra de colegas que, em meio a dificuldades pessoais de toda sorte e diante de uma conjuntura tão adversa, conseguiam transformar suas experiências de vida em objeto de reflexão, de construção do pensamento crítico e de militância política. Se não me falha a memória, a força da religião no município de Crateús, município no sertão cearense e o sequestro da santa³ ou o mandonismo e conservadorismo dos latifundiários da região de Jaguaribe (CE) foram discutidos em sala de aula.

Também havia discordâncias, tensões, conflitos, ciúmes, vaidades, impasses, medos, divergências políticas e ideológicas e malquereres, obviamente. Contudo, na minha memória, em nenhum momento tais tensões levaram à quebra das sociabilidades e ao esgarçamento das relações existentes entre nós.

Novas praias, novos cerrados

Concluída a graduação em 1972 e com o incentivo do corpo docente, teve início a busca por “novas praias e novos cerrados”, com o

3. Em 1953 os fiéis de Crateús impediram que a imagem de Nossa Senhora de Fátima, que viera de Portugal para circular nas dioceses brasileiras, deixasse a cidade até que todos a venerassem de perto. g1.globo.com

objetivo de cursar o mestrado ou uma especialização e dar continuidade à nossa formação, como bem lembrou o amigo César Barreira, sempre agregador e particularmente empenhado em entender “trilhas e atalhos do poder”.

Sozinhos(as) ou em pequenos grupos optamos por seguir em frente, mas tendo sempre em aberto a perspectiva do retorno. Muitos de nós, por diversos motivos, sobretudo políticos, não conseguiram sair nessa primeira leva, mas assim que foi possível também “pegaram a estrada”. Quem permaneceu, lutou, em meio a uma conjuntura particularmente difícil, sufocante e repressora, pelo fortalecimento acadêmico e institucional do curso e pela legitimidade científica das Ciências Sociais.

Levávamos na bagagem de retirantes nordestinos os primeiros fundamentos de nossa formação como cientistas sociais, as experiências das pesquisas de campo e os ganhos pela oportunidade de ter vivido um momento político e cultural tão rico, apesar da repressão e da Ditadura, além da vontade de aprender e conhecer novos horizontes.

Revisitando nossas dissertações de Mestrado, percebo quão instigantes e diversificados eram os temas e as problemáticas de estudo que levávamos na bagagem. Arriscando não conseguir resgatar toda essa diversidade, destaco três principais campos de reflexão:

- Estudos sobre a dinâmica das relações de trabalho no campo, violência e conflitos sociais, relações de poder, política agrícola e questão agrária, cujos objetos empíricos estavam voltados para a compreensão da região Nordeste, mas em busca de uma explicação e fundamentação mais abrangentes;

- Estudos sobre cultura, arte, literatura brasileira, comunicação e identidade, cotidiano;

- Estudos sobre movimento operário e sindical, nacionalismo, re-

apresentação política e democracia.

Além disso, havia a preocupação de pensar a América Latina ou refletir outras problemáticas, como o jogo do bicho.

Fomos bem recebidos, acolhidos e reconhecidos por centros universitários no Brasil e no exterior, docentes e colegas e tivemos como orientadores pessoas como Bárbara Freitag, Jean Duvignaud, Manuel Correia de Andrade, Mauricio Vinhas de Queiroz, Maria Isaura Pereira de Queiroz, recentemente falecida, Roberto Cardoso de Oliveira, Rosilene Alvim, Vilma Figueiredo, dentre outros, embora em alguns momentos tenhamos experimentado a força do preconceito contra o Nordeste e os nordestinos e aprendido a lidar com o preconceito linguístico, que transforma diferenças em desigualdades. O riso dissimulado diante do sotaque e a tentativa de imitação do modo “cantado” de falar ou a sugestão para pronunciarmos “corretamente” são relações de poder em vez de relações de poder ou a “constatação” de que você, nordestino, tem um raciocínio “confuso”. Ou seja, a região, o sotaque, uma racionalidade diferenciada na contracorrente das regras da distinção do *homo academicus*.

Atualmente, o preconceito se faz presente contra os estudantes da rede pública do estado do Ceará, que se tornaram referência internacional em Matemática. “Cabeça-chata bom em matemática? Impossível”, ouvi de alguém, como se o sotaque e a cabeça-chata nos impedissem de pensar e aprender.

Levávamos também na bagagem nossas convicções e utopias.

Considerações Finais

Hoje se descortina um novo momento de reflexão e de expansão das Ciências Sociais no Brasil. Novos horizontes e perspectivas teó-

ricas despontam. Há uma multiplicidade de novos temas que mobilizam o debate nas Ciências Sociais, alguns redimensionando as próprias fronteiras e os campos do conhecimento, como a política de cotas e o decolonialismo.

A política de cotas para negros e indígenas demanda uma reflexão metodológica e epistemológica sobre as relações “indivíduo” e “sociedade”; “natureza” e “cultura”; “política” e “poder”. Essas pessoas, nosso objeto de estudo, estão cada vez mais presentes em sala de aula, querem falar de si, de suas experiências e de seus saberes. Então como pensar o pressuposto do distanciamento para com o objeto de estudo?

O decolonialismo, por sua vez, abre a possibilidade de instituição de novas formas de construção do conhecimento, descoladas da referência eurocidental, o que nos leva a mais uma vez refletir questões como objetividade *versus* subjetividade da ciência. Não significa desconsiderar os clássicos, mas abrir portas para um momento de revisão e de reparação. Quem são os que ficaram de fora?

Há também a preocupação em revisitar as tradições epistemológicas que influenciaram a constituição das Ciências Sociais, repensar as possibilidades teóricas relativas a formas de ação coletiva, entender o fenômeno da judicialização e da transnacionalização dos movimentos sociais, dentre outros. Por sua vez, nunca se interpelou tanto a Ciência para legitimar ou deslegitimar tomadas de posição, leituras e interpretações sobre processos sociais. O tema da transgenia é um bom exemplo e traz para o debate questões como a relação entre ciência e progresso técnico, a neutralidade científica, a importância da ética, o problema do controle social e político e o direito ao conhecimento sobre possíveis riscos.

Ainda permanece a tensão entre o olhar disciplinar e a abordagem multidisciplinar. As novas possibilidades vêm se somar aos velhos

impasses históricos, muitos deles sequer ressignificados ou reinventados, porque trazem consigo seus mortos, evocam os espíritos do passado, suas palavras de ordem, seus costumes, como dizia Marx no “18 Brumário de Luiz Bonaparte”, e interpelam velhas utopias, suas adversárias. “Uma sociedade moderna na superfície e rústica nas suas profundezas”, disse Florestan Fernandes durante seminário realizado pela UNESP em sua homenagem. (D’INCAO, 1987, p. 314)

Alguns estudiosos estão particularmente preocupados com o perfil jornalístico das dissertações, teses e trabalhos acadêmicos na área das Ciências Sociais (REIS, *et. al*, 1997). A mim, preocupa-me ver o pensamento científico e a universidade aprisionados a uma burocracia sem rosto. Professores, alunos e servidores imersos na feitura de relatórios, *curriculum Lattes*, SIGAAs, Sigepes, Cipacs, Plataforma Supupira. Ao discorrer sobre os anos 1960, Paulo Elpídio Menezes, nosso professor e ex-reitor da UFC, chama a atenção para o papel do aparelho burocrático como instrumento de controle das universidades. Diz ele:

A burocracia é escrava das práticas consagradas, cumpre ordens, segue as normas, cria-as e as aperfeiçoa, no intuito de tornar mais rígidos os controles cuja execução lhe cabe cumprir. E justificar, assim, a sua missão e fortalecer a sua autoridade. (...) A burocracia tem o condão de amoldar-se com lealdade a qualquer mudança na condução das coisas do Estado (MENEZES NETO, 2018, p. 36).

E as Ciências Sociais continuaram perturbando ao longo das últimas décadas. Na Universidade de Brasília (UnB), durante os anos 1970, vários professores da área foram convocados pelo então reitor, capitão-de-mar-e-guerra, a comparecer em seu gabinete a fim de justificar as razões da presença, em suas ementas curriculares, de autores considerados perigosos. “Por que Marx?”, indagava. Por que exatamente a leitura do capítulo sobre a luta pela redução da jornada de

trabalho? Nos anos 1980, em alguns centros universitários, com a transição, renovava-se a desconfiança sobre pesquisas e disciplinas que buscavam entender aspectos dos conflitos por terra e a multiplicação dos movimentos sociais no campo.

Atualmente, antropólogos e elaboradores de laudos antropológicos etnográficos são intimados a depor.

Enfim, nossa formação como cientistas sociais é indissociável do viver em sociedade.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero Ed. 1983

_____. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Difel, Lisboa: Difusão Editorial do Livro, 1989

BRUNO, Regina. A atualidade de Florestan Fernandes. O entrelaçamento entre o arcaico e o moderno como traço constitutivo da sociedade brasileira. In: Elisa Guaraná de Castro (org.) et. al. *Vozes de Nossa América. Cultura, política e pensamento crítico — América Latina e Caribe*. Seropédica (RJ): Ed. da UFRRJ, 2010 p. 205-214.

ELIAS, Norbert. *Introdução à Sociologia*. Lisboa: Edições 70. 2008

_____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994.

D'INCAO, Maria Ângela (org.). *O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: UNESP, 1987.

FERNANDES, Florestan. *Organização Social dos Tupinambá*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial S.A (Coleção Trópico, 1) 1949.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo. A resistência camponesa no estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência: 2018.

MENEZES NETO, Paulo Elpídio de. *Exercícios indisciplinados sobre pro-*

pósitos imprudentes e temerárias intenções. A Universidade Federal do Ceará em tempos de riscos anunciados e prováveis incertezas. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2018.

PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil: nascimento e expansão. *Ciência & Trópico. Revista Científica da Diretoria de Pesquisas Sociais*. Dipes/Fundaj Fundação Joaquim Nabuco. Recife v. 20, n. 2, p. 387-

REIS, Elisa Pereira. "Reflexões sobre o *Homo Sociologicus*". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 4 São Paulo p 23-33, 1989.

REIS, Elisa Pereira, REIS, Fabio Wanderley e VELHO, Gilberto. As Ciências Sociais nos últimos 20 anos: três perspectivas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 12, ano 35 São Paulo, fev. 1997.

REIS FILHO, Daniel Aarão e MORAES, Pedro de. 68: A paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SCOTT, James. Formas cotidianas da resistência camponesa. *Raízes*, Campina Grande, v. 21, n 01, jan./jun. 2002, p. 10-31.

Resumo:

O artigo tem como objetivo refletir sobre a minha experiência como aluna da primeira turma do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (1968-1972) que hoje completa cinquenta anos. Procuro ressaltar alguns traços, gerais e específicos, que marcaram a nossa geração, caracterizado como um tempo pautado por lutas sociais e pelo fomento do pensamento crítico, pelo empenho no reconhecimento institucional e a tentativa de entender as especificidades da sociedade brasileira. Dessa perspectiva, mesmo correndo os inevitáveis riscos de idealizar o passado, chamo a atenção para os seguintes aspectos: a ideia de uma universidade concebida como lugar de se fazer amigos(as), o peso da reflexão dos clássicos fundadores das Ciências Sociais- Marx, Weber e Durkheim mesmo quando tais pensadores não integravam a estrutura curricular. Uma formação universitária que não se restringia à sala de aula e à pesquisa de campo, disputava espaço com as leituras em grupos de estudos informais extracurriculares, adentrava nas passeatas contra a ditadura militar e nas manifestações de rua por um ensino de melhor qualidade e se fazia presente nas atividades culturais. Chamo também a atenção para o incentivo à leitura e à pesquisa de campo, possibilitando-nos novas indagações, a busca por “novas praias e novos cerrados”, com o objetivo de cursar o mestrado ou uma especialização e dar continuidade à nossa formação, Enfim, uma formação indissociável do viver em sociedade em meio a uma conjuntura na qual cursar ou ensinar Ciências Sociais era considerado um ato perigoso e subversivo.

Palavras-chave: ciências sociais; ditadura militar; pensamento crítico; movimento estudantil.

Abstract:

The article aims to reflect on my experience as a student of the first class of the Federal University of Ceará's Course of Social Sciences (1968-1972), that today is fifty years old. I would like to highlight some general and specific traits that marked our generation, characterized by social struggles and the promotion of critical thinking, the commitment to institutional recognition and the attempt to understand the specificities of Brazilian society. From this perspective, despite the inevitable risks of idealizing the past, I call attention to the following: the idea of a university conceived as a place of friendship, the weight of the reflection of the classic founders of the Social Sciences (Marx, Weber and Durkheim), even when such thinkers were not part of the curricular structure. It was a university education that was not restricted to the classroom and to the field research. It disputed space with readings in groups of informal studies and extracurricular activities, participated in demonstrations against the military dictatorship and in support of higher education and was present in cultural activities. I also draw attention to the encouragement of reading and field research, enabling us to new inquiries, the search for "new beaches and new enclosures", with the objective of studying the master's degree or a specialization and give continuity to our training. In short, an inseparable formation of living in society in the midst of an environment in which attending or teaching Social Sciences was considered a dangerous and subversive act.

Keywords: social sciences; military dictatorship; critical thinking; student movement.

Recebido para publicação em 13/02/2019.

Aceito em 22/02/2019.

Interdisciplinaridade e pesquisa: marcas de uma trajetória institucional

César Barreira

Universidade Federal do Ceará, Brasil
cbarreira08@gmail.com

Irllys Alencar F. Barreira

Universidade Federal do Ceará, Brasil
irllys.firmo@gmail.com

Escolhemos escrever sobre o Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, menos sob o enfoque de uma memória linear, constituída no decurso dos seus 42 anos de existência e mais pelo que poderia ser nomeado de “marcas e experiências de uma trajetória”. São realces de um percurso notabilizado em duas características que supomos traduzirem o caminho acadêmico do Programa, originado desde o Curso de Ciências Sociais: a interdisciplinaridade das áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política e a prática iniciática de pesquisa que lhes concedeu liga e convívio.

Destacamos, como ponto de partida, o contato cotidiano entre profissionais de áreas distintas do conhecimento (Sociologia, Antropologia e Ciência Política) que contribuiu para se estabelecer uma rede de saberes, hoje denominada de interdisciplinaridade. Na realidade, essa

perspectiva foi mais vivida como prática do que como regra formal de comunicação entre domínios separados do conhecimento. Apenas posteriormente, as disciplinas atualmente classificadas por áreas tomaram o lugar daquilo que era vivenciado como “saberes das Ciências Sociais”, emprestando nome fidedigno ao curso de graduação, que se desdobrou em Mestrado e Doutorado. Poderíamos pensar na trajetória do Programa de Pós-Graduação caminhando nos rumos da interdisciplinaridade como algo que marca sua origem, apontando, no decurso de sua história, ocasiões de maior ou menor visibilidade desta característica.

Que capital intelectual e científico portamos na condição de produtores e transmissores do conhecimento e que tipo de alunos formamos? Não é possível falar sobre a história da Pós-Graduação sem essa trajetória de formação ampla do conhecimento: o acumulado que se transmitiu e encontrou escoadouro na formação diversificada de professores, desde a graduação, que bebiam nos saberes da Filosofia, Epistemologia, História, Sociologia e Antropologia.

A transmissão do conhecimento na área de Ciências Sociais remonta à criação do Instituto de Antropologia, em 1958. Dez anos depois, o Departamento de Ciências Sociais foi institucionalizado sob liderança de um grupo de professores com formação no Museu Nacional, na Alemanha, em França e nos Estados Unidos. O professor Hélio Guedes de Campos Barros que estudara Sociologia na Alemanha e fizera mestrado em Ciência Política na Wisconsin University contribuiu para os primeiros passos da Pós-Graduação, não apenas participando das atividades docentes locais – como atuando nacionalmente com o processo de criação da ANPOCS, exercendo também cargos de direção na CAPES e CNPq. Particularmente promissoras foram as redes de relações estabelecidas entre esses professores, incluindo-se o

primeiro coordenador do Mestrado, Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes e Jean Duvignaud, docente da Universidade de Tours, França, ao final dos anos 1960 (VIEIRA, 2016). Ao mesmo tempo, lideranças políticas estaduais aliavam-se ao esforço de criação de um polo de formação pós-graduada e de pesquisas no estado, conectado ao esforço de promoção do desenvolvimento, fomentado pelo Programa de Desenvolvimento Industrial do Nordeste (PUDINE).

A prática de pesquisa teve seu ponto forte desde a vinda do antropólogo Antonio Raposo Fontenele, em 1966, agregando professores em torno de investigações realizadas em comunidades praianas. Posteriormente, Luiz de Gonzaga Mendes Chaves coordenou o Centro Rural Universitário de Ação Comunitária – CRUTAC, em 1972, reunindo alunos que se tornaram professores do Curso de Ciências Sociais. A equipe do CRUTAC realizou treinamento de pesquisa em municípios cearenses, ensaiando a metodologia de observação de comunidades em seus aspectos sociais, culturais e políticos. Há, portanto, uma memória construída de pesquisa e diálogo entre áreas do conhecimento que constituiu uma espécie de capital simbólico da graduação em Ciências Sociais com repercussões na formação dos cursos de Pós-Graduação.

As “marcas e experiências” apresentadas neste artigo privilegiam um momento mais recente de articulação entre pesquisa e interdisciplinaridade, presente na ocasião em que o Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) já se encontrava consolidado e com possibilidade de participar do Pronex¹. Tomar a Antropologia como referência

1. O Programa de Apoio aos Núcleos de Excelência (Pronex) objetiva apoiar atividades de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, mediante a seleção de propostas para auxílio financeiro a projetos. O projeto Pronex denominado “Uma antropologia da política: rituais, representação e violência”, iniciado em 1997, teve a vigência de 24 meses, incluindo na coordenação o Museu Nacional, a UNB e a UFC. O Núcleo de Antropologia da Política é criado nesse momento mantendo sede

para pensar a política constituiu um pressuposto que uniu uma rede de professores da Sociologia e Antropologia voltados para a pesquisa etnográfica em situações e contextos diversificados.

A convivência entre professores viabilizada principalmente pela rede de pesquisa do Núcleo de Antropologia da Política (NuAP) servirá de referência para discutir a interdisciplinaridade e a investigação como um dos exemplos recentes das características significativas do Programa. Consideramos, no entanto, que o Programa de Pós-Graduação é bem mais diversificado em sua trajetória, podendo ser escrito e reescrito de várias formas na vastidão de sua história e peculiaridade. Portanto, cabe a ressalva de que este escrito narra um fragmento de “marcas” que dão concretude tanto à interdisciplinaridade como à pesquisa fundamentada na abordagem denominada “Antropologia da Política” que absorveu vários professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia.

O tema da interdisciplinaridade é complexo, pois supõe uma articulação de supostos epistemológicos que traduziriam diferenças de abordagem, tendo em vista garantir especificidades e convivência entre áreas distintas. Não é esse, entretanto, o elemento que guiou a condição de comunicação entre áreas do conhecimento na Pós-Graduação. A interdisciplinaridade nasceu mesmo de uma convivência pessoal que foi se articulando, através da pesquisa e do ensino, na intenção maior de construir saber com o capital intelectual disponível em um Programa capaz de agregar o conjunto variado de trajetórias de professores e instituições.

Por conta da experiência dos professores de graduação, provenientes de áreas como Direito, Filosofia, Letras, Geografia, o curso de graduação tornou-se, desde o início interdisciplinar, encaminhando-

no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional.

se para uma formação na área de Ciências Sociais que incorporou filósofos, antropólogos, cientistas políticos e sociólogos. Essa condição de convivência entre campos distintos do conhecimento marcou posteriormente o Programa de Pós-Graduação, por meio da presença das áreas de Ciência Política, Sociologia e Antropologia. Com a criação da Pós-Graduação as diferentes formações e especializações aglutinaram-se em linhas de pesquisa.

Vale inicialmente ressaltar que o Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará (UFC), é constituído atualmente pelos cursos de Mestrado e Doutorado que possuem como área de concentração a Sociologia. As disciplinas de domínio conexo tais como Antropologia, Ciência Política, Filosofia e História expressam não só formalmente o diálogo entre domínios do conhecimento, considerando-se inclusive o modo como os programas de curso são constituídos em suas bibliografias amplas, permitindo um modo flexível de transmissão do saber.

Recapitulemos um pouco a trajetória. O Mestrado foi implantado em 1976, com área de concentração em Sociologia do Desenvolvimento. Posteriormente, após discussões internas e seguindo as recomendações da CAPES sobre o perfil das linhas de pesquisa e conjugação das áreas temáticas trabalhadas pelos docentes e discentes do curso, a área de concentração passou a ser Sociologia. Com a criação do Doutorado, em 1994, articulou-se ao Mestrado, constituindo-se como Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.

A escolha do nome Sociologia para representar o coletivo do programa, bem como a área de concentração, foi precedida de uma ampla discussão que culminou com a ideia de que sociologia era o setor com maior número de professores com título de doutorado, fato que ajudaria no processo de reconhecimento do curso pela Capes. Mas no coti-

diano a interdisciplinaridade se fazia na formação dos alunos, sendo as disciplinas teóricas ministradas por dois professores de áreas distintas, principalmente Sociologia e Antropologia. Nas disciplinas de metodologia ocorria o mesmo processo que se configurava na busca de mesclar abordagens qualitativas e quantitativas.

Marcas da Pesquisa

Os estudos sobre as bases do poder local, conflitos políticos, movimentos sociais e as relações entre o político e o religioso tiveram peso significativo nas pesquisas desenvolvidas por vários professores, expressando marcas que instituíram os pilares estruturais do Programa de Pós-Graduação. Professores voltados para entender as dinâmicas locais de poder (Rejane Vasconcelos, Josênio Parente, Elza Braga, Irllys Alencar F. Barreira, Jawdat Abu-El-Haj, Maria Auxiliadora Lemenhe, César Barreira) traduziam uma preocupação em pensar na Sociologia e Antropologia como saberes capazes de responder aos desafios construídos em sua temporalidade. O momento de redemocratização assinalou as controvérsias do poder local e a organização daqueles que se dispunham a representar o lado contestador da vida social: os movimentos sociais em suas várias formas de expressividade.

A presença significativa do NuAP, a partir de 1997, em pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, conjuntamente com pesquisadores do Museu Nacional (UFRJ) e do Programa de Antropologia (UnB), contribuiu para solidificar e instituir uma rede de pesquisa de caráter nacional. E aqui entendemos, por presença, não apenas o inventário de textos, publicados ou não em forma de livros, artigos, teses e dissertações que foram produzidos durante o período de vigência do Pronex². Destaca-

2. O Programa de Apoio a Núcleo de Excelência (Pronex) Antropologia da po-

ríamos, sobretudo, uma forma de pensar e efetivar recortes analíticos que caracterizou investigações específicas, baseadas em uma Antropologia da Política, subsidiando, mais fortemente, as linhas de pesquisa do PPGS denominadas *Cultura e Política* e *Poder Violência e Conflitos sociais*.

É certo que a tradição de estudos sobre a política e a violência já integrava o acervo intelectual da Pós-Graduação da UFC, anterior mesmo à própria existência do NuAP. A vinda de Moacir Palmeira, na condição de professor visitante, em 1995, solidificou a convergência e redefinição de interesses de pesquisa, cultivados principalmente por ocasião da disciplina curricular, denominada *Cultura e Política*, por ele ministrada.

Durante esse momento, difundiram-se preocupações teóricas referidas à compreensão da política não somente a partir de espaços institucionais e convencionais de aparecimento, mas presente em circunstâncias que conferem sentido a práticas relacionais cotidianas – A política praticada de diversas maneiras sem o estatuto da racionalidade que lhe é formalmente atribuída. Moacir Palmeira lembrava que, bem antes da delimitação formal de uma Antropologia Política, a questão do poder já se encontrava no centro da atenção antropológica a partir do modelo evolucionista que claramente restringia o objeto da Antropologia às chamadas sociedades sem Estado. Com base em contextos latino-americanos, africanos ou asiáticos, o referido curso discutiu modos diversificados de fazer política, não necessariamente vinculados ao Estado, ou formalizado em instituições que

lítica – rituais, representações e violência, subsidiou, no período de 1997-2005 um conjunto de pesquisas cujos registros estão presentes na coleção de livros, articuladas ao NUAP/Museu Nacional, sob coordenação de Moacir Palmeira (PPGAS-UFRJ), Mariza Peirano (UNB), José Sérgio Leite Lopes (PPGS-UFRJ) e César Barreira (UFC). Ressalta-se que oito desses livros são de autoria de professores da UFC e UECE.

foram também repertoriados na situação brasileira. Esse foi um momento de verificar o aprendizado antropológico, considerando que o contato com a política das “outras” sociedades seria também capaz de lançar um olhar elucidativo sobre a política brasileira. As formas antropológicas de construir objetos de análise e as ferramentas conceituais da área para fazer uma antropologia da política na modernidade tornaram-se relevante durante a vigência do curso de *Cultura e Política*, suscitando posteriores desdobramentos. Os exemplos cearenses eram particularmente ricos e apresentavam as formas peculiares de exercício do poder local, ilustrando reflexões teóricas fundamentadas na Antropologia da Política.

Os questionamentos sobre a política em sua expressividade cotidiana e as relações acadêmicas partilhadas no convívio entre pesquisadores da UFC e PPGAS fizeram emergir novos temas de pesquisa que tinham em comum pensar as manifestações da política em situações etnográficas. Moacir Palmeira referia-se às várias possibilidades de pesquisa: apostas eleitorais, comitê de candidatos, localidades agenciadoras de adesão, comícios e outros temas que eram inicialmente vistos na UFC como secundários face ao que tradicionalmente chamávamos de “conjuntura política”. A questão seria ver como acontecimentos cotidianos atualizavam o que se nomeia comumente de “política”, mostrando peculiaridades não enquadráveis nas costumeiras categorias, esquerda, direita, Estado, poder, centro, periferia. Ensaíamos e posteriormente consolidamos eventos etnográficos retomando pesquisas em andamento referentes a conflitos sociais e percepções sobre a política. Uma revisita em bairros pesquisados anteriormente por professores do Programa mostrava também vocações etnográficas que nem tinham esse nome, mas agora passavam a ter sentido no âmbito de uma percepção valorativa de uso das categorias nativas.

A instituição de uma rede de pesquisa, envolvendo pesquisadores de outros programas foi sendo efetivada gradativamente, através da organização de troca de experiências que posteriormente convergiram para o Pronex/NuAP. A primeira reunião, inspirada nas possibilidades de pensar aspectos das práticas políticas locais, resultou na proposta de realização de um seminário, que teve financiamento do CNPq, com objetivo de estabelecer um plano comum de investigação. Estávamos no “tempo da política”, categoria nativa trabalhada analiticamente por Beatriz Herédia (UFRJ) e Moacir Palmeira e a oportunidade de pensar suas atualizações e aplicabilidade, em várias situações, constituía um ponto de partida instigante que iluminou muitos trabalhos.

A reunião entre professores que vinham abordando questões sobre “o tempo da política” revelou a necessidade de trabalhar a definição de um campo empírico que teria como ponto de partida diversos olhares sobre as eleições municipais de 1996. Para tanto foi discutida a ideia de um seminário a ser feito com base na exposição de interesses individuais de pesquisa, envolvendo pesquisadores do Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, cujo teor seria pensar um foco descritivo das eleições em diferentes situações. Ou seja, as possibilidades de descrição da campanha eleitoral sob diferentes aspectos.

A ênfase nas relações e o não uso de categorias conceituais prévias, pontuava um modo de olhar etnográfico, atribuindo ao pesquisador a condição de observar densidades construídas no seu caminhar durante a pesquisa. Seguir os candidatos e seus rituais de campanha constituiu uma porta de entrada que deu abertura para várias questões. Foi por conta dessa perspectiva que outras temáticas emergiram, sinalizando aspectos importantes da campanha eleitoral de candidatos: a presença de agenciadores de votos, rituais de consagração da política como comícios, cabos eleitorais e outras formas de agenciamento e divisões

da política. Seria possível dizer que as cenas de bastidores geralmente omitidas nas pesquisas assumiram importância, pois seria nelas que parte significativa das práticas de poder era exercida. Assim, a Antropologia da Política pensava as ações relacionais em sentido amplo, incorporando temáticas e situações frequentemente ocultas, tanto no âmbito da visibilidade institucional como no espaço da pesquisa.

Do ponto de vista metodológico, os seminários de pesquisa foram aprimorando modos de narrar várias situações de campanha política, deixando emergir diversos recortes. A mudança de foco analítico e empírico, alocando a política para um modo nativo de percebê-la, ao mesmo tempo em que observando ângulos inusitados, apontava um entrelaçamento de situações. A política de fato estava em todo lugar, no que unia, fragmentava ou dividia. No ritmo dessa maneira de processar as investigações a ida aos bairros, a frequência a comícios e reuniões pontuavam os escritos registrados nos cadernos de campo. Nós professores e alunos bolsistas do PIBIC e Pós-Graduação articulávamos esses registros que se transformaram em temas individuais de pesquisa, materializando-se em livros, artigos, monografias, dissertações e teses.

Os seminários organizados serviram, portanto, para delimitar estratégias de investigação comuns e discutir os textos que cada pesquisador proporia como ponto de partida para pensar as eleições de 1996, em diferentes situações e contextos citadinos.

A construção de objetivos congregados foi melhor articulada no segundo seminário, realizado no Rio de Janeiro, contando com a participação de professores e alunos bolsistas do CNPq que pesquisavam o tema das eleições. Fazer convergir ideias que vinham se desenvolvendo a partir de diferentes pontos em projetos isolados representou a tentativa de potencializar antigos e acionar novos recortes analíticos.

As campanhas eleitorais como expressões de dinâmicas culturais e contextos sócio-políticos serviram de mote para as reflexões gerais da pesquisa. O momento eleitoral representou, na nossa percepção, uma situação especial de visibilidade de arranjos sociais e estratégias não restritas especificamente à política, mas referidas ao modo como a sociedade era vista por diferentes atores em um momento especial de alternância do poder. A busca de outras formas de pensar o processo eleitoral, para além das questões unicamente significadas por resultados de campanha, repercutia nas discussões da rede de pesquisadores e ajudava na afinação de instrumentos analíticos. A observação sistemática de comícios realizada pelos professores Maria Auxiliadora Lemenhe, Júlia Miranda, César Barreira e Irllys Barreira estabelecia convergência com pesquisas de Moacir Palmeira e Beatriz Heredia, dando origem a vários trabalhos, incluindo livros e artigos dotados de recortes variados.

Além de professores do Programa, estudantes que eram orientados pelos pesquisadores cearenses desenvolveram dissertações e teses, em torno dessa problemática, integrando o grupo de reflexão constituído em torno das eleições municipais de 1996. Danyelle Nilin Gonçalves estudou os jovens na política, comparando contextos diversos (México e Ceará) e Clódson dos Santos Silva observou conflitos políticos em diversos momentos na cidade de Acaraú, no interior do Ceará (GONÇALVES, 2012; SILVA, 2012). As dissertações beneficiaram-se de informações sobre o “tempo da política” tendo como referência o uso de etnografias. A tese de Geísa Mattos intitulada *A favor da comunidade* (MATTOS, 2012), que teve a orientação de Moacir Palmeira pode também ser considerada fruto desse momento de reflexão, abordando o modo com as eleições foram vividas em um bairro popular de Fortaleza.

Com base nesse conjunto de pesquisas e seminários foi publicado um livro composto de artigos feitos a partir do material coletado. O livro *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil* (BARREIRA, PALMEIRA, 1998) representou um dos registros dessa experiência de pensar a política em diversas situações etnográficas.

Outro recorte temático importante influenciou as pesquisas sobre violência, conflito e poder, considerando-se que, em vários momentos, essas questões estiveram articuladas ao campo da política. As relações entre clientelismo e dominação era tema inicial de pesquisa de César Barreira que se encaminhou posteriormente para as estratégias de poder envolvendo a eliminação física de adversários políticos. As práticas de pistolagem eram também utilizadas em situações eleitorais.

O encontro de experiências de pesquisa realizadas no Museu Nacional e na UFC tem uma sintonia temática. É importante mencionar que as relações de poder foram, desde o início do PPGAS do Museu Nacional, um dos focos de investigação privilegiado por seus pesquisadores. No caso do grupo de pesquisas, que se formou em torno do professor Moacir Palmeira, um projeto de pesquisa extenso foi realizado sobre os múltiplos aspectos das relações de domínio e submissão na *plantation* canavieira nordestina, incorporando posteriormente outras áreas. No início dos anos 1980, as pesquisas da Pós-Graduação no Rio de Janeiro estiveram voltadas para fenômenos como o sindicalismo e movimentos sociais no campo. Em meados dos anos 1980, a entrada dos sindicatos de trabalhadores rurais, nas disputas eleitorais, levou o professor Moacir Palmeira a tentar entender o aparente descompasso entre política sindical e prática institucional de sindicalistas através de um projeto de pesquisa intitulado “concepções de política

e ação sindical”. Esse lastro de pesquisa foi retomado em sua estadia no Ceará, seja por meio de discussões em sala de aula, seja através de aportes teóricos que embasavam as reflexões sobre o “tempo da política”.

Uma das formas de acionamento dos operadores de entrada no campo político emergiu das candidaturas que tentavam articular formação profissional e desempenho político. A pesquisa de César Barreira tomou como referência a cidade de Maracanaú, situada na Região Metropolitana de Fortaleza, discutindo as temáticas da segurança e violência recuperadas por candidatos originários dos órgãos de segurança pública. Apresentando-se como guardiãs da ordem, tais candidaturas mostravam estratégias discursivas peculiares. O Município de Maracanaú, colocado na imprensa como o mais violento do estado, tornou-se local oportuno para candidatos à Prefeitura e Câmara de Vereadores difundirem suas propostas programáticas, fundadas sobretudo em medidas de segurança. O tema da segurança não se apresentava, entretanto, como referência exclusiva. A própria indagação que serviu de título ao artigo publicado no livro *Candidatos e Candidaturas* anteriormente mencionado (BARREIRA, PALMEIRA, 1998), *Lugar de policial é na política?* expunha a necessidade dos candidatos de se apresentarem, além de policiais, como participantes de trabalhos comunitários. No contexto dessa reflexão Leonardo Damasceno de Sá (2002) desenvolveu pesquisa e dissertação sobre o tema da segurança à partir da formação dos oficiais, um estudo etnográfico na Academia Edgar Facó.

Uma Forma Etnografica de Fazer Pesquisa

Gostaríamos de ressaltar, além da riqueza temática de investigações repertoriadas por meio da categoria “política”, a emergência de uma forma de investigação referente ao modo etnográfico de pesqui-

sar. A valorização da ida ao campo sem uma questão previamente definida, entendido como um espaço aberto a escolhas e delimitações parece-nos um primeiro ponto importante a destacar. A rede de pesquisa da qual fizeram parte os professores da Universidade Federal do Ceará (Julia Miranda, Auxiliadora Lemenhe, César Barreira, Irllys Barreira, Leonardo de Sá, Domingos Abreu) e da Universidade Estadual do Ceará (Geovani Jacó, Rosemary Almeida) fortaleceu-se com a presença de professores do Rio de Janeiro, Brasília e Rio Grande do Sul. O Pronex consolidou velhas redes de pesquisa e ativou outras conexões que foram sendo difundidas, espacial e geracionalmente, ao longo do tempo.

A disciplina denominada *Tópicos Avançados em Metodologia* ofertada no PPGS da UFC beneficiou-se do aprimoramento do recurso etnográfico, construindo um espaço para relatos de pesquisa, com valorização de achados e modos de ampliação do campo pesquisado. Por mais de uma vez, a disciplina de metodologia foi ofertada pelos professores César Barreira e Moacir Palmeira em um sistema de reflexão colada ao campo de pesquisa. Logo em seguida, César Barreira e Beatriz Herédia, ministraram esta disciplina dentro da mesma sistemática.

É importante destacar a vinda da professora Beatriz Herédia, em 2000, que ministrou também a disciplina de *Cultura Política* em parceria com Irllys Alencar F. Barreira, partilhando com os alunos sua farta experiência de pesquisa que também influenciou trabalhos do programa. Sua atuação nos cursos de metodologia foi também exemplar, considerando o trabalho de campo como requisito fundamental para a compreensão e análise das linguagens nativas. É válido destacar suas reflexões sobre os temas da morada e do trabalho em localidades marcadas por relações comunitárias de convivência. O lastro

acadêmico de pesquisas sobre facções políticas, feitas pela pesquisadora em parceria com Moacir Palmeira, ou suas formulações sobre as “disputas entre iguais” serviram de inspirações a várias pesquisas de alunos e professores do programa.

Em 2004, em uma tentativa de reunir os trabalhos desenvolvidos no NuAP, foi publicado um livro intitulado *Política no Brasil: visões de antropólogos*, organizado pelos professores Moacir Palmeira e César Barreira. Na introdução deste livro é destacado que os

textos deste volume – que ilustram um esforço mais amplo de pensar a política, a partir de um viés antropológico – tentam refletir, a partir de “acessos” diferentes, sobre temas socialmente definidos como políticos (eleições, candidaturas, carreiras políticas etc.), sobre temas de rotulagem política recente (meio ambiente), e outros que começam a ter reivindicado um status político (adoção internacional de crianças); mas também assuntos considerados como não políticos, mas politizáveis (por exemplo, as “as mulheres assassinas”) e, inversamente, sobre alguns que tendem a ser excluídos, por “impuros”, das discussões acadêmicas da “política moderna” (como brigas de família, os “escândalos” políticos ou familiares, as fraudes eleitorais, as questões de honra) embora permaneçam vivos nos recortes da política operados por não especialistas. (PALMEIRA, BARREIRA, 2004).

Após o encerramento do Pronex, um desdobramento da pesquisa inicial ocorreu durante abertura do edital FUNCAP/CNPq que contou com a presença de parte significativa de participantes do projeto anterior. O projeto denominado “Expressões culturais da política: conflitos, crenças e relações interpessoais”, elaborado em 2006, teve participação de Jorge Villela, Ana Cláudia Marques e Beatriz Herédia. O novo projeto deu seguimento às abordagens etnográficas com ênfase nas formas de conflito interpessoais e violência. Dessa experiência emergiram publicações interessantes que, embora não tenham integrado a coleção do NuAP, contaram com a presença de vários dos

pesquisadores tanto nos artigos como na bibliografia (BARREIRA, 2008; HERÉDIA, 2008; MARQUES, 2008; VILELA, 2008).

Criação de Laboratórios

As experiências de pesquisa foram se efetivando segundo diferentes possibilidades de construção de um trabalho de campo. A ênfase sobre os temas da política, cultura e violência foi mantida através de pesquisa apoiada pelos alunos-bolsistas do PIBIC que desenvolviam temas correlatos. Nesse sentido, foi possível agregar dados coletados em jornais que foram também se tornando acervos importantes para alimentação empírica dos laboratórios. As pesquisas ampliaram-se enfatizando outras temáticas referentes a conflitos familiares, jovens na política, candidaturas baseadas em agenciamentos religiosos etc.

Essa rica experiência deu origem à consolidação do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) e Laboratório de Estudos em Política e Cultura (LEPEC)³, vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, que se beneficiaram de dados coletados nas pesquisas, por pesquisadores e estudantes articulados ao projeto PIBIC.

É importante registrar que outras perspectivas de pesquisa, não previstas no projeto inicial do Pronex desenvolveram-se como se fossem ramificações da rede original de investigação. A título de exemplo pode ser citada a análise e registro de “representações sobre a cidade” feita por Irllys Alencar F. Barreira, delineada inicialmente através de pesquisa sobre o modo como certas candidaturas municipais projetavam em suas campanhas imagens da cidade.

A retomada parcial da rede de pesquisa ocorreu tendo por eixo condutor a análise de experiências de gestão municipal que buscavam afirmar-se através do discurso da participação. A pesquisa, subsidiada

3. A designação atual da sigla LEPEC significa Laboratório de Estudos de Política, Educação e Cidade.

pela Fundação Ford, intitulada “Gestão municipal e formas de participação popular” reuniu mais uma vez pesquisadores do Ceará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, mantendo um teor comparativo não restrito ao período eleitoral. A equipe do Ceará observou a construção de políticas efetivadas “em nome da participação”, tanto em municípios cearenses como nas cidades do Rio de Janeiro e Porto Alegre.

A experiência do Pronex permitiu a consolidação de investigações convergentes entre alunos da graduação, mestrado e doutorado que estiveram presentes em cursos, monografias, dissertações e teses.

É importante mencionar que a convivência entre pesquisadores de diferentes instituições ultrapassaram a perspectiva formal, sedimentando um importante eixo de reflexão, articulando perspectivas teóricas que se renovaram no espaço concreto das pesquisas e dos cursos. Como exemplo é importante também mencionar as disciplinas *Violência e Conflitos Sociais* que foi ministrada várias vezes no Programa e *Cultura e Política* tendo como eixo básico de sua bibliografia os livros editados pelo NuAP (BEZERRA, 1999; BEZERRA, 2003; COMEFORD, 1999; MARQUES, 2002; TEIXEIRA, 1998).

As discussões possibilitaram uma análise comparativa entre as pesquisas registradas nos livros, verificando as diferentes formas de articular a cultura e a política, no contexto de pesquisas etnográficas. Registra-se, ainda, a influência do Núcleo de Antropologia da Política na construção de uma abordagem etnográfica presente no recorte temático e metodológico das dissertações e teses, sob orientação de pesquisadores que integraram o projeto. Nesta perspectiva podemos citar o projeto de pesquisa (2012-2014) intitulado “Etnografias na cidade – redes, conflitos e lugares”, financiado pela FUNCAP, o qual reuniu professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e da Universidade Estadual do Ceará, voltados para perceber o espaço

urbano em sua multiplicidade (BARREIRA, BARREIRA, 2012).

Os percursos do Programa de Pós-graduação em Sociologia são diversificados e foi no âmbito de práticas advindas de diferentes campos de experiência que se construiu um processo reconhecido de consolidação dotado hoje de novos desafios. A seguir ensaiamos brevemente algumas das características atuais do Programa, retomando alguns pontos iniciais.

O Estado das Artes do Programa

A abertura do curso de Doutorado em Sociologia, em 1994 foi fruto de um processo longo de discussão na qual os principais argumentos referiam-se à existência de uma forte demanda local e regional de qualificação de professores. Supúnhamos que a ampliação e aprofundamento do curso em um outro patamar fortaleceria o Mestrado e abriria novas fontes de financiamento que repercutiriam sobre o fortalecimento do Programa. O tempo demonstrou que o argumento tinha consistência e, de fato, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia teve um processo crescente e evolutivo rumo a uma consolidação.

O Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC, que constituiu o primeiro Doutorado do Nordeste, passou a ter importante papel na abertura e fortalecimento dos cursos de pós-graduação do Norte e Nordeste, nas áreas de Ciências Humanas. Inicialmente o Programa ampliou e fortaleceu a titulação de alguns colegas de Departamento, que logo em seguida foram se incorporando ao corpo docente da Pós-Graduação. As primeiras turmas tiveram um forte peso de egressos do Mestrado que, com a titulação de doutor, passaram a fazer parte do quadro docente das universidades estaduais cearenses. Foram titulados também professores que ministram nos estados do Piauí, Paraíba, Alagoas, Rio Grande do Norte, Amazonas, Pará, Maranhão, Amapá e Rondônia. Do ponto de vista institucional, destaca-se também a forte

presença do Programa nos Encontros Anuais de Sociologia e Antropologia além de participação efetiva de representação nas diretorias da Anpocs, da SBS e ABA.

No que se refere às estratégias de internacionalização do PPGS, podemos apontar a atuação de professores em redes internacionais de pesquisa e ensino. O programa se notabilizou no projeto Capes/Cofecub sob coordenação do professor César Barreira e do professor de Antropologia Ismael Pordeus Júnior e em acordos com Portugal, através do programa CAPES/Grices, sob coordenação de Irllys Alencar F. Barreira. Estes acordos fortaleceram bastante as áreas temáticas de pesquisa, viabilizando a realização de doutorados e pós-doutorados na França e em Portugal. A França teve uma presença marcante no nosso programa através da vigência de co-tutela e qualificação de professores e estudantes. Pesquisas conjuntas deram sustentação aos acordos e foram editadas em livros⁴.

Constata-se atualmente que o PPGS consolidou-se, organizando-se em cinco linhas de pesquisa que, em conjunto, comportam inúmeras dimensões da pluralidade e complexidade vigentes na vida social. São elas: 1) Cidades, Movimentos Sociais e Práticas Políticas; 2) Cultura, Política e Conflitos Sociais; 3) Diversidades Culturais, Estudos de Gênero e Processos de Identidade; 4) Pensamento Social, Imaginário e Religião; 5) Processos de Trabalho, Estado e Transformações Capitalistas.

As linhas de pesquisa possuem conotação abrangente, estando cons-

4. Particularmente destaca-se o livro *Imaginaris Sociais em Movimento: oralidade e escrita em contextos multiculturais*, organizado por Júlia Mirtanda, Ismael Pordeus e François Laplantine, editado pela Pontes, em 2006; e a *Revista de Ciências Sociais* da UFC, com o *Dossiê Brasil/Portugal, Caminhos Cruzados*, (v. 41, n. 2, 2010), cuja organização foi de Irllys Alencar F. Barreira, contendo artigos de sua autoria e de outros professores do Programa: Auxiliadora Abreu Lemenhe, César Barreira, Jawdat Abu-El-Haj, Julia Miranda, Ismael Pordeus.

tituída pela agregação de projetos individuais e coletivos de pesquisadores. Os objetivos do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC podem ser identificados em face da integração dos professores à dinâmica dos laboratórios e núcleos de pesquisa no que diz respeito à formação de recursos humanos para a produção acadêmica; ao incentivo a publicações; à organicidade das linhas de pesquisa, mediante o trabalho desenvolvido nos diversos laboratórios que as compõem. Mantemos, portanto, uma tradição, que marca, profundamente, o nosso programa, de reflexões diversificadas sobre poder local, relações de trabalho, estudo das religiões, estudos de gênero, problemática indígena, organizações de bairros e comunidades, estudos culturais e pesquisas sobre conflitos sociais e violência.

Estas temáticas que são articuladas nas linhas de pesquisa e nos laboratórios contemplam ou configuram o caráter interdisciplinar do curso mantido ao longo do tempo. Os laboratórios e núcleos do PPGS vêm se constituindo como unidades que dão vida acadêmica às linhas de pesquisa. São eles que, efetivamente, imprimem organicidade às pesquisas do programa, desdobrando-se ao mesmo tempo em atividades de ensino, formação de pesquisadores e atuação em redes.

As diferentes temáticas presentes nas linhas de pesquisa, ao longo do tempo, sofrem mudanças, repercutindo nas abordagens teóricas e metodológicas. A presença de autores diversificados das áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, bem como uma ampla e variada prática de pesquisa demarcam o que denominamos de interdisciplinaridade. O convívio interdisciplinar foi também cimentado na presença forte da Filosofia no Programa, incorporando a participação de professores/filósofos, a exemplo de Manfredo Araújo de Oliveira que colaborou fortemente nas disciplinas teóricas de formação.

A produção da pesquisa científica realizada no interior do Pro-

grama de Pós-Graduação em Sociologia/UFC significou, ao longo do tempo, um legado muito importante para o desenvolvimento da Sociologia em, pelo menos, duas perspectivas: no que se refere à formação de quadros para a docência na área junto às principais instituições de Ensino Superior, tanto no estado do Ceará como em outras regiões do país; inclui-se, também, a atuação institucional diversificada de professores e egressos em diversos espaços da vida extra-universitária, sob a forma de extensão ou assessoria a órgãos de planejamento.

O Programa de Pós-graduação em Sociologia com suas marcas e especificidades é bem mais amplo do que os registros aqui enunciados. Este escrito pode contribuir para uma história posterior sobre as especificidades do campo da Sociologia no Brasil, tanto acentuando as marcas aqui referidas, como identificando outras capazes de incorporar aspectos relevantes omitidos, visando a ampliação da memória, sempre lacunar e parcial.

Referências

BARREIRA, Irllys. *Imagens ritualizadas: apresentação de mulheres em cenários eleitorais*. Campinas-SP: Pontes, 2008.

BARREIRA, César; BARREIRA, Irllys. *Etnografias na cidade: redes, conflitos e lugares*, Campinas-SP: Pontes, 2012.

BARREIRA, Irllys; PALMEIRA, Moacir. *Candidatos e candidaturas: enredos de campanha eleitoral no Brasil*, Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BEZERRA, Antonádia. *O tempo de Brasília: etnografando lugares-eventos na política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. Coleção Antropologia da Política, v. 21.

BEZERRA, Marcos Octávio. *Em nome das bases: política, favor e dependência social*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. Coleção Antropologia da Política, v. 3.

COMEFORD, John Cunha. *Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999. Coleção Antropologia da Política, v. 5.

GONÇALVES, Danyelle Nilin. *Jovens na política: animação e agenciamento do voto em campanha eleitoriais*, Campinas-SP: Pontes, 2012.

HERÉDIA, Beatriz (org.). *Continuidades e rupturas na política cearense*. Campinas-SP: Pontes, 2008.

MARQUES, Ana Cláudia. *Intrigas e Questões: vinganças de família e tramas sociais no sertão de Pernambuco*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. Coleção Antropologia da Política, v. 17.

_____. (org.). *Conflitos, política e relações pessoais*. Campinas-SP: Pontes, 2008.

MATTOS, Geísa. *A favor da Comunidade: Modos de viver a política no bairro*. Campinas-SP: Pontes, 2012.

MIRANDA, Júlia; PORDEUS Jr., Ismael; LAPLANTINE, François. (orgs.). *Imagários Sociais em Movimento: oralidade e escrita em contextos multiculturais*. Campinas-SP: Pontes, 2006.

PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César. Introdução. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (Org.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004, p. 9-22.

RCS. Revista de Ciências Sociais da UFC. *Dossiê Brasil/ Portugal: Caminhos Cruzados* (org.: Irllys Alencar F. Barreira), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará/ Banco do Nordeste, v. 41, n. 2, Jul/dez. 2010.

SÁ, Leonardo Damasceno de. *Os filhos do Estado: autoimagem e disciplina na formação dos oficiais da Polícia Militar do Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2002. Coleção Antropologia da Política, v. 15.

SILVA, Clódson Santos. *Do lado de cá e do lado de lá: tempos e espaços dos conflitos da política*, Campinas-SP: Pontes, 2012.

TEIXEIRA, Carla Costa. *A Honra da política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998. Coleção Antropologia da Política, v. 1.

VIEIRA, Maria Sulamita de Almeida. *Caminho das Ciências Sociais na UFC*. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2016.

VILELA, Jorge Mattar. *Política e eleições no sertão de Pernambuco*. Campinas-SP: Pontes, 2008.

Resumo:

O artigo expõe parte da história acadêmica do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, priorizando o que é denominado por “marcas e experiências de uma trajetória”. Analisa o percurso do Programa através de duas características: a interdisciplinaridade das áreas de Sociologia, Antropologia e Ciência Política e a prática iniciática de pesquisa que lhes concedeu liga e convívio. Considera que apenas posteriormente, as disciplinas atualmente classificadas por áreas tomaram o lugar daquilo que era vivenciado como “saberes das Ciências Sociais”, emprestando nome fidedigno ao curso de graduação, que se desdobrou em mestrado e doutorado. Toma como referência principal a experiência interdisciplinar do Núcleo de Antropologia da Política, NuaP, (1997-2005) que articulou pesquisas de cunho nacional, envolvendo vários professores do Programa e inaugurando formas inovadoras de pensar e construir recortes analíticos.

Palavras-chave: pós-graduação em sociologia; trajetória; pesquisa; interdisciplinaridade; Ceará.

Abstract:

The article discloses part of the academic history of the Post-graduate Program in Sociology of the Federal University of Ceará, prioritizing what is called “marks and experiences of a trajectory”. It evaluates the course of the Program through two features: the interdisciplinarity as seen in the areas of Sociology, Anthropology and Political Science and the initiatory practice of research that has given them alloy and conviviality. It considers that only later, the disciplines currently classified by areas took the place of what was experienced as “knowledge of social sciences”, adding a reliable name to the undergraduate course, which was extended into master’s and doctoral degrees. The Program takes as its main reference the interdisciplinary experience of the Political Anthropology Center, NuaP, (1997-2005) that fitted into a systematic whole researches of national character, involving several teachers of the Program and inaugurating innovative ways of thinking and constructing analytical corpora.

Keywords: post-graduation in sociology; trajectory; search; interdisciplinarity; Ceará.

Recebido para publicação em 13/02/2019.

Aceito em 23/02/2019.

Da audácia originária à consolidação normatizada da CAPES

André Haguette

Universidade Federal do Ceará, Brasil

haguetteandre@gmail.com

Causa-me grande satisfação olhar para trás e constatar que o hoje Departamento de Ciências Sociais teve, ao longo de seus movimentados cinquenta anos, o desenvolvimento esperado de uma instituição universitária, chegando firme e forte à oferta de uma graduação e de um programa de pós-graduação consolidados e reconhecidos com ensino e pesquisa de qualidade. Em rápidas pinceladas, gostaria de retratar o percurso desse departamento no que me parece de mais sintomático e valioso relembrar criticamente. Assim, destaco quatro etapas de sua carreira institucional: os audaciosos primórdios; o deslanche da pesquisa e o dogmatismo teórico; a fragmentação e o doutorado; a consolidação normatizada da CAPES.

Os audaciosos primórdios

A exemplo da própria Universidade, que nasce alheia à pequena política local, com o firme propósito de alcançar o Universal pelo

Regional, promovendo o desenvolvimento do Ceará com convênios nacionais e internacionais, a equipe do recém-criado Departamento de Ciências Sociais, fruto do desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pensa grande e rápido, ecoando as palavras do poeta “tudo vale a pena se a alma não é pequena”. Concomitantemente à criação do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais (primeira turma em 1968), dá-se sequência a projetos de pesquisa herdados do Instituto de Antropologia, vinculando, dessa forma, desde as origens, ensino e pesquisa com estudos em duas Áreas Pesqueiras Litorâneas, Almofala e Canoa Quebrada, e em uma favela de Fortaleza (Lagamar). A esses três projetos se acrescentaria um quarto sobre o Comportamento Político no Ceará, com financiamento do Social Science Research Council, dos Estados Unidos. No seu nascimento, o Departamento montava um curso e pesquisava (I) o pescador artesanal cearense e seu meio social, (II) a migração do sertanejo e sua adaptação à cidade e (III) a vida política cearense!

Como se tudo isso não bastasse para uma pequena equipe de pioneiros, o Departamento solicita à UNESCO e obtém um convênio de cooperação e assistência técnica que traria nomes importantes da Sociologia e da Antropologia francesas e americanas, tendo como resultado um grandioso projeto de estabelecimento de um Instituto de Pesquisas Sociais para o Desenvolvimento do Nordeste e do Norte do Brasil, ligado à UFC e com sede em Fortaleza. Como desdobramento e consequências dos estímulos das missões da UNESCO cria-se, já em 1971, o Programa de Aperfeiçoamento de Pesquisadores Sociais do Nordeste – PRAPSON, com os objetivos de coordenar e desenvolver as atividades de pós-graduação do Departamento, que se tinha tornado Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia, visando, a médio prazo, à organização e instalação de um curso regular de Mestrado, o

que veio a ocorrer poucos anos depois, em 1976, quando é instituído o Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento.

Em 1975, celebrava-se um Acordo de Cooperação Interuniversitária entre o Brasil e a França, acordo esse que teve relevantes consequências para o Departamento, que passou a receber Missões de professores franceses que permitiram elevar o nível dos trabalhos acadêmicos, bem como possibilitou Missões de professores do Departamento em universidades francesas, inclusive para estudos de mestrado e doutorado. Além do Acordo de Cooperação UFC/TOURS, desenvolveu-se um intenso roteiro de contatos pessoais e institucionais entre professores e pesquisadores ligados a universidades brasileiras, americanas, francesas e alemãs, iniciativa que será repetida posteriormente, por exemplo, com um acordo com a Universidade de Lyon.

Vale mencionar que, tendo em vista a abertura futura de um programa de Mestrado e de Doutorado em Ciências Sociais, o Departamento planejou a saída de seus professores para, no Brasil ou no exterior, completar sua formação acadêmica obtendo os títulos de mestres e de doutores.

O que ainda hoje levanta minha surpresa e admiração é a vitalidade, o movimento intrépido, a amplitude de visão e a intensidade da primeira década desse Departamento muito bem-nascido no meio à adversidade que foi o Regime Militar. Nesse tocante, vale ainda mencionar duas iniciativas marcantes e decisivas. Em primeiro lugar, dois encontros promovidos pelo Departamento de representantes dos centros nacionais de pós-graduação em Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia e Ciência Política para troca de experiências e projetos, encontros que devem ser considerados precursores da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais).

Em segundo lugar, a criação, já em 1970, de uma *Revista de Ciências Sociais*. Até hoje, fico pasmo, boquiaberto, refletindo na audácia dos colegas em dar início a uma revista em um ambiente tão desfavorável em todos os aspectos, até mesmo pela juventude e pela pouca formação acadêmica dos professores, além das precárias condições de trabalho, que obrigavam o corpo docente a ter diversos empregos! Essa revista, ainda hoje em circulação, veio a se constituir a revista brasileira mais longeva no campo das Ciências Humanas, graças ao árduo e competente trabalho de abnegados colegas.

Que magia, que entusiasmo e que solidariedade nos reuniam e nos animavam para desenvolver as Ciências Sociais, a UFC e o Ceará, em meio à resistência aos Governos Militares. Éramos amadores, candidatos à profissionalização que viria logo em seguida. A primeira década dotou o Departamento de doutores, de projetos de pesquisa, de uma revista, de convênios internacionais, de visitas constantes de professores de universidades nacionais e internacionais, inventou a ANPOCS, focou o desenvolvimento do Nordeste, combateu a Ditadura, deu início à pós-graduação, isto é, pensou e agiu grande. Os anos que se seguiram, felizmente, deram sequência a essas iniciativas acadêmicas, mas não sem percalços.

O deslanche da pesquisa e o dogmatismo teórico

Muita coisa havia mudado quando se iniciou a segunda década, inclusive as condições de trabalho, especialmente os salários, já que acessamos o regime de Dedicção Exclusiva, o que permitiu a profissionalização do corpo docente e uma melhoria na formação dos professores. Por conta da reforma universitária que instituiu um ano

básico comum à área de Humanidades, o Departamento assumiu a tarefa de ministrar diversas *Introduções* e viu seu corpo docente crescer com diversos concursos para professores de Sociologia, Antropologia, História, Ciência Política, Psicologia e Filosofia. Talvez se possa dizer que o Departamento inchou atarefado com o ensino de diversas *Introduções*.

Ao lado dessa dispersão em diversos cursos de graduação da área de Humanidades, essa década viu professores de Sociologia, Antropologia e Ciência Política, sobretudo, centrar seus esforços sobre o Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, a pesquisa e a publicação científica. Ainda eram poucos os docentes com formação acadêmica suficiente para enfrentar as exigências da CAPES para cursos de Mestrado. A chegada de novos docentes e de professores visitantes veio preencher o vazio e, aos poucos, tornou-se viável não somente imprimir qualidade ao curso como almejar a abertura de um curso de Doutorado.

Para tanto, era obrigação desenvolver pesquisas e publicações científicas, o que não era tarefa fácil por absoluta falta de recursos materiais e financeiros. Num outro movimento ousado, foram criados dois Núcleos (precursores de diversos Laboratórios instalados nos anos 2000) que permitiram um intercâmbio com outros centros nacionais e forneceram meios financeiros para a participação de pesquisadores em eventos nacionais, como ANPOCS e outros. O primeiro núcleo criado foi o NEPS (Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais), que visava reunir pesquisadores em torno de diversos projetos e pesquisas coletivas financiados por órgãos nacionais de fomento à pesquisa. O segundo foi o NUDOC (Núcleo de Documentação Cultural) voltado principalmente à História Oral, em colaboração com o CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro. NUDOC objetivava

principalmente gerar um banco de dados sobre a história do Ceará, entrevistando pessoas que tivessem tido ações relevantes, como Parcival Barroso, Martins Filho, Virgílio Távora e outros.

A dificuldade maior, porém, era a publicação, o que levou o Departamento, via NEPS e NUDOC, a lançar os *Cadernos de Ciências Sociais* e a *Coleção Pesquisa Social*, mimeografados a duras penas para divulgar as pesquisas e promover a produção científica dos docentes. Esse esforço “doméstico” alavancou estudos sociais e serviu para alimentar a revista do Departamento, assim como outros periódicos que estavam surgindo aqui e acolá.

A década de 1980 se destacou também por um dogmatismo e um fundamentalismo marxista no ensino tanto na graduação como no mestrado, mas sobretudo no mestrado, onde os alunos e alguns poucos professores recusavam todo e qualquer estudo que não fosse marxista. Ensinar Marx e o marxismo em um curso de Sociologia é preciso; mas não um marxismo ortodoxo de feitura marxista-stalinista, que obrigasse a desconsiderar outras correntes sociológicas como as de Max Weber, de Emile Durkheim e de tantos outros. Da mesma forma, a estatística e a pesquisa quantitativa chegaram a ser demonizadas, além de que o ambiente em sala de aula tornou-se desagradável e, sobretudo, estéril. Tudo isso é compreensível; estávamos a viver os últimos anos do Regime Militar e o marxismo estava em alta nacional e internacionalmente. A década de 80, apelidada de Década Perdida, foi na realidade, no Brasil, a década dos movimentos sociais, que levaram ao fim dos Governos Militares, à anistia, à proclamação de uma nova Constituição e à redemocratização da política. O Departamento, alunos e professores, eram fortemente engajados nesses movimentos.

A fragmentação e o doutorado

A década de 1990 foi bem mais tranquila, tanto no Departamento, quanto nos cursos de graduação e de mestrado. No Brasil, a democracia estava de volta e, com ela, a nova Constituição. No cenário internacional, a queda da União Soviética tornava o marxismo ortodoxo sem charme, embora uma vertente cearense desse marxismo fundamentalista perdure até hoje, apesar de sua pouca significância numérica. Dessa forma, foi possível retomar nas aulas o estudo indispensável do pensamento de Marx e dos marxismos. Mas a onda marxista tinha passado abrindo passagem a Max Weber, Norbert Elias, Michel Foucault, Pierre Bourdieu, Clifford Geertz, que reinavam tanto na sala de aula como nos projetos de pesquisa. Pouco a pouco, a Sociologia do Desenvolvimento e suas temáticas estruturais cedem lugar a teorias a pesquisas mais interpretativas, baseadas em estudos de casos. Isso se torna evidente com a criação de um Programa de Doutorado, coroamento de uma constante ascensão na qualidade dos estudos no Departamento e na formação dos professores; não se fala em Doutorado em Sociologia do Desenvolvimento, mas em um Programa de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Sociologia.

Vale destacar, ainda, a progressiva departamentalização das Ciências Sociais, que procuraram formar seus próprios departamentos, cursos de graduação e de pós-graduação. Assim, ao longo de três décadas, os docentes de Psicologia, de História e de Filosofia se desligaram do grupo de Sociologia, de Antropologia e de Ciência Política para formarem seus próprios departamentos em um processo de fragmentação das Ciências Humanas, imitando universidades americanas e nacionais. Esvaziava-se, então, a possibilidade de reunir os professores de diferentes Ciências Sociais em algo como uma Faculdade de

Ciências Sociais e Filosofia, o que poderia favorecer o entrosamento de pesquisadores de diversas áreas do estudo do homem no seu meio ambiente e social. A departamentalização excessiva, por razões administrativas, de poder e de vaidade individuais, empobrece o estudo das Ciências Humanas, que na realidade formam uma unidade temática. Como separar História, Filosofia, Antropologia e Sociologia, para ficar somente num exemplo? A convivência entre alunos, professores e pesquisadores de cada uma das Ciências Humanas traria grandes vantagens pedagógicas e epistemológicas. Ainda existe a tentação de dar continuidade à fragmentação, criando departamentos e cursos de Antropologia e de Ciência Política ao lado dos de Sociologia, ficando assim cada vertente do estudo social do homem no seu quadrado.

Mesmo assim, os anos 90 devolveram a seriedade ao ensino e à aprendizagem que o curso de graduação desfrutou no seu primeiro decênio. A abertura do Doutorado e do Laboratório de Estudos da Violência, ambos em 1994, contribuíram muito para isso, bem como para um incremento ainda maior da pesquisa. Merece destaque ainda a qualidade dos alunos de nossos cursos tanto de graduação como de pós-graduação, o que é comprovado pelas notas obtidas em sucessivas avaliações nacionais.

A consolidação normatizada da CAPES

Assim chegamos aos anos do novo milênio, à maturidade tanto do Departamento como dos cursos de graduação e de pós-graduação, completando uma evolução que pode ser considerada fecunda e feliz, embora não sem perigos nem limitações. Com a abertura do Doutorado, precisava-se mais do que nunca manter viva a pesquisa tanto dos professores como dos alunos. Criaram-se, então, vários novos

Laboratórios e um Grupo de Estudos que reuniram docentes e alunos em torno de diversos projetos de pesquisa de acordo com determinadas temáticas: Laboratório de Estudos de Política e Cultura (LEPEC), Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia (LEPEM), Laboratório de Estudos da Cidade (LEC), Laboratório de Estudos da Oralidade (LEO), Grupo de Estudos e Pesquisas Étnicas (GEPE), cada um desses laboratórios e grupo vinculando-se a entidades congêneres nacionais, o que também facilitou os contatos com editoras e deu um impulso à publicação científica. O desafio passava a ser a manutenção e a regularidade tanto na pesquisa quanto nas publicações.

Vale acrescentar, todavia, que a consolidação da qualidade dos trabalhos do departamento e de seus cursos passou a ser dependente de critérios e de normas ditadas e editadas pela CAPES, o que não ocorria e continua não ocorrendo sem tensões nem dificuldades. Chegava-se a uma maturidade do Departamento tutelada e fiscalizada pelas normas da CAPES e do CNPq no que concerne às bolsas atribuídas aos alunos de pós-graduação, à avaliação qualitativa dos cursos e à possibilidade de financiamento e de bolsas de pesquisas a docentes. Muitas das normas desses órgãos de fomento, no entanto, foram concebidas ao longo dos anos mais em função dos trabalhos realizados em cursos de pós-graduação dos campos de ciência da natureza, saúde e tecnologia, do que tendo em vista as peculiaridades do modo de agir e de atuar nas Ciências Sociais e nas Humanidades, o que veio a sobrecarregar os docentes dessas duas áreas. O modo de executar pesquisas e de publicar seus resultados se constitui num bom exemplo. Enquanto nos três primeiros campos citados, a pesquisa e, conseqüentemente, as publicações são executadas de forma coletiva e em forma de artigos em revistas nacionais e internacionais; já nas ciências do homem, as pesquisas e as publicações são na sua grande maioria obra de um

único pesquisador e divulgadas em livro, o que, evidentemente, torna o empreendimento muito mais lento e custoso.

Apesar disso, o Programa de Pós-Graduação vem obtendo excelentes conceitos nas avaliações, mesmo enfrentando o estresse de uma pesada burocracia e de normas inadequadas. Essa talvez seja a razão principal de uma divisão entre os docentes do Departamento, havendo, de um lado, os que trabalham tão somente na graduação e, por outro, aqueles que labutam tanto na graduação quanto na pós. Os docentes que atuam na graduação e na pós-graduação somam tarefas de pesquisa, orientações, publicações e preenchimento de diversos relatórios, além de, eventualmente, dedicarem-se à administração. Se a carga de trabalho é pesada, ela provoca grandes tensões e pode fazer com que docentes desistam da pós. A preocupação e a responsabilidade de manter o alto conceito da pós, ano a após ano, e mesmo de elevá-lo são, ao mesmo tempo, estimulantes e extenuantes. Uma característica dos docentes do Departamento é que seus doutores nunca se negaram a ensinar na graduação, o que não ocorre em muitos departamentos da UFC.

O departamento enfrenta limitações no recrutamento de seus membros pelo fato de que poucos doutores brasileiros e estrangeiros se dispõem a vir para universidades nordestinas, as instituições do Sul e do Sudeste merecendo a preferência. Essa circunstância faz com que haja uma forte tendência de endogenia empobrecedora por não favorecer uma desejável diversidade de vivências acadêmicas, de metodologias e de línguas de trabalho. Isso significa que o Departamento renova ou realimenta seu quadro de professores basicamente com estudiosos cearenses; na maioria ex-alunos que cursaram todas as etapas de sua formação, da graduação ao doutorado, no próprio Departamento. Não somente não há uma desejada internacionalização do corpo do-

cente como tende a inexistir em intercâmbio nacional. A reprodução é interna e limitada, diferentemente do que ocorre nas grandes universidades estrangeiras que recebem professores do mundo inteiro numa verdadeira globalização de seu quadro docente.

Se os anos 1980 se caracterizaram pela predominância de um ensino marxista decadente e os anos 1990 permitiram o reencontro de muitos dos grandes sociólogos, as últimas duas décadas tomaram a direção da etnografia, deixando de lado as orientações dos clássicos da Sociologia. Predomina na graduação e especialmente na pós-graduação, talvez sob o impulso das dissertações de mestrado e das teses de doutorado, o estudo dos significados sobre as estruturas, dos estudos de casos sobre o estudo das grandes questões nacionais; a microsociologia sobre a macro, e a conjuntura sobre a estrutura. Os estudos se tornaram mais interpretativos do que explicativos e a “grande sociologia” (“grand theory”) tende a ceder o lugar à pesquisa qualitativa que reina eclipsando quase que totalmente as temáticas quantitativas. O local vence e elimina o global. Essa tendência afasta o Departamento do estudo de temas vibrantes na sociedade a seu redor; não se estuda a pobreza, a transformação do Estado, a desigualdade social, a previdência social, os partidos e reformas políticas e coisas semelhantes de maneira a poder sugerir políticas adequadas. Como foi dito anteriormente, abandonou-se as ideias de desenvolvimento, políticas públicas, planejamento, voltando-se sobre os significados e as definições que indivíduos e pequenos grupos dão às suas ações. É bem verdade que alguns professores remam contra a correnteza e que há um esforço bem-sucedido para estudar as estruturas da violência urbana, levantando políticas para debelá-la e que se iniciou estudos sobre o mundo da escola básica. É possível que o recém-criado Mestrado em Antropologia permita o retorno ao estudo das estruturas societárias.

Paradoxalmente, mas não surpreendentemente, a consolidação burocrática de acordo com os critérios e as normas da CAPES, a tensão constante para a manutenção e uma melhoria conceitual nas avaliações e a virada, não para a Antropologia, mas para a Etnografia e para uma Sociologia Interpretativa necessariamente centrada no individual se fizeram acompanhar de um duplo fenômeno: uma certa apatia política e uma politização partidária petista, fenômenos concomitantes, já que autores, entre os quais Francisco de Oliveira, Frei Betto, Ruy Braga e Carlos Nelson Coutinho, observaram que a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder teve por efeito uma desmobilização política dos trabalhadores e dos intelectuais. A participação do Departamento e de seus membros em atividades e movimentos sociais perdeu ímpeto e a análise sociológica societária e política tornou-se mais parcial. Mas, essa diminuição da presença do Departamento na vida da sociedade mais ampla pode ser, simplesmente, uma consequência de seu sucesso em ter cumprido um ciclo virtuoso ao longo dos cinquenta anos passados.

Talvez seja próprio a um departamento universitário desenvolver um interesse mais rigorosamente científico e técnico, afastando-se dos barulhos da sociedade, sobretudo num momento em que se acredita que as grandes narrativas, as classes sociais e as utopias tenham morrido ou desaparecido. Há, todavia, a possibilidade de que essas afirmações podem ser uma “astúcia da razão”, quando não há argumentos decisivos para pensar que a excelência acadêmica deva afastar-se das questões que atormentam a sociedade, sobretudo uma sociedade carente como a nossa. A excelência acadêmica requer, com certeza, uma ciência apartidária, autônoma, livre, crítica, metódica e verificável, mas não um trabalho alheio aos dramas e aos ensejos da sociedade. Ela é empírica e incansável na busca por soluções “em prol das classes

mais carentes”, como propunha Saint-Simon.

A influência do Departamento, no entanto, se faz sentir de forma decisiva e benéfica na oferta de profissionais graduados e, sobretudo, pós-graduados, mestres e doutores, para todas as atividades de Ciências Sociais e mais especificamente para o ensino em Universidades, Centros Universitários e Faculdades do Ceará. Basta percorrer a relação dos professores dessas diversas instituições de ensino e pesquisa para constatar a grande contribuição do Departamento ao fazer das Ciências Sociais, especialmente da Sociologia, da Antropologia e da Ciência Política.

Pode-se então concluir, feliz: cinquenta anos de vida, cinquenta anos de crescimento, cinquenta anos de serviços de qualidade prestados à UFC, ao Ceará e ao Brasil. Cinquenta anos de luta do bom combate.

Resumo:

O Departamento de Ciências Sociais teve, ao longo de seus movimentados cinquenta anos, o desenvolvimento esperado de uma instituição universitária, chegando firme e forte à oferta de uma graduação e de um programa de pós-graduação consolidados e reconhecidos com ensino e pesquisa de qualidade. Em rápidas pinceladas, gostaria de retratar o percurso desse departamento no que me parece de mais sintomático e valioso relembrar criticamente. Assim, destaco quatro etapas de sua carreira institucional: os audaciosos primórdios; o deslanche da pesquisa e o dogmatismo teórico; a fragmentação e o doutorado; a consolidação normatizada da CAPES.

Palavras-chave: formação; pesquisa científica; teoria sociológica; sociologia no Brasil.

Abstract:

In the form of a testimony, the text notes that the UFC Department of Social Sciences has had, over its busy fifty years, the expected development of a university institution, arriving firm and strong to offer a degree and a program of consolidated and recognized postgraduate courses with quality teaching and research. In quick strokes, I would like to portray the course of this department in what seems to me most symptomatic and valuable to recall critically. Thus, I highlight four stages of his institutional career: the daring beginnings; the rise of research and theoretical dogmatism; fragmentation and doctorate; the normalized consolidation of CAPES.

Keywords: academic training; scientific research; sociological theory; sociology in Brazil

Recebido para publicação em 08/01/2019.

Aceito em 28/02/2019.

De amadores e diletantes eruditos a pesquisadores de ofício nos 50 anos de estudos das Ciências Sociais na Universidade Federal do Ceará

Paulo Elpídio de Menezes Neto

Universidade Federal do Ceará, Brasil

pedmn@globocom

“O diploma é e sempre foi o hímen social de universitários sem função. E irrelevância funcional, porém nunca foi sinônimo de ineficácia, e o bailado simbólico das fórmulas acadêmicas [...] dá lugar, ao fim e ao cabo, a algum ordenamento de camadas de pessoas e afazeres, a que está associada uma escala de recompensas de prestígio e renda”. Wanderley Guilherme dos Santos (1999, p. 9).

Nunca é demais, tampouco fora de tempo, para a renovação de registros esquecidos pelo descuido das pessoas. É como reiterar a celebração de votos beirando a caducidade, à maneira das pessoas de fé, assediados pela dúvida e pelas tentações do esquecimento.

Volto a assinar um texto na *Revista de Ciências Sociais* da UFC, quarenta anos da publicação da última colaboração. É que a vida e

os caprichos do destino nos apontam caminhos inesperados, e as novas revelações abrem espaço entre velhas afinidades engolidas pelo tempo.

Que não se vejam nesse contraponto tardio laivos de vaidade ou reclamação penitente pelos privilégios ou precedências perdidos. Não se trata de despertar, com esses exercícios recolhidos de memória, solidariedades cúmplices, mas de um esforço para refrescar lembranças adormecidas.

A “Revista” nasceu de um projeto alimentado a dois, unindo o talento de Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, brilho persistente de minha geração, às minhas curiosidades intelectuais e à experiência acumulada com as artes da tipografia, que, por esse tempo, imprimir livros, folhetos, revistas e panfletos era técnica quase gutenberguiana. A cumplicidade cultivada ganhou outros espaços e fortaleceu-se mutuamente com amizade nascida na infância, entre laços ralos de parentescos entre Bezerras e Menezes, fundados lá pelas serras carririenses, entre jagunços e gente branca, de discutível progênie, *mélange étnica* que constitui, pelo menos de minha parte, orgulho mestiço de muitas raízes.

Recuperando a memória e os lapsos ocasionais

Nestes 50 anos transcorridos, os laços de cumplicidade intelectual se ampliaram em iniciativas que, vistas à distância, tanto tempo decorrido, nos parecem hoje irrealizáveis à época em que foram jovialmente cometidas, uma mistura ingênua de coragem e irresponsabilidade, irrefletidamente apascentadas. Meio século, esse foi o tempo consumido para que hoje pudéssemos recuperar memória e lapsos, ocasionais ou intencionais que a História dos homens se faz por um

contínuo “deslembamento” de fatos e circunstâncias – fria contabilidade de perdas e ganhos, ameaças e iniciativas lançadas em despojos indigentes.

Pois bem, por aqueles tempos, Fortaleza guardava ainda as cores de um lugar mal-saído das dobras de um provincianismo bucólico que lhe emprestava certa sedução e ao recolhimento pelas coisas menores, vividas com a dissimulação dos simples. Era uma cidade com poucas almas, dotadas de algumas instituições que enchiam de orgulho as famílias bem nascidas e de pasmo e submissão a periferia social que ocupava os vazios deixados pelos homens (e mulheres) de abastança e de “boa origem” celebradas, a burguesia que lia os almanaques de publicidade dos magazines parisienses e de lá fazia vir roupa, jóias, sapatos, adereços – e até livros. Já não era a Fortaleza retratada por Pedro Nava, em “Baú de Ossos”, certamente. Conservava, entretanto, os modos de uma velha senhora saudosa de seu passado, vaidosa do que lhe restara, e embaraçada com as vicissitudes de um futuro anunciado pelas notícias que lhe chegavam de longe, da Metrópole que já fora sede do reino e continuava, em sucessivas tentativas republicanas, entreposto das novidades da civilização.

A primeira universidade nascera, no Ceará, na década de 1950. A vida intelectual guardava íntima associação com os fastos sociais; o mecenato privado enfiara-se pelas dobras da máquina do Estado, a imprensa, com filiação política ou confissão religiosa mal dissimulada, ensaiava os primeiros passos na modernidade pressentida.

As oligarquias ganhavam ares metropolitanos, urbanizavam-se, os filhos substituíam os pais: entravam pela boca de cena, antes ocupada pelos ancestrais, graças aos cabedais de herança dos bens de raiz ou pela prosaica imposição do DNA cartorial. Dissimulavam-se os velhos bacamartes dos potentados sertanejos escondidos pelos propósi-

tos amansados pela conveniência -- e buscavam-se o poder em relações notórias dos interesses compartilhados. A propriedade da terra assumira o papel de um cheque ao portador, cedera a vez à acumulação dos negócios prestamistas e às novas dinâmicas do Capital. A propriedade da terra, já por esse tempo, preservava o valor afetivo e o orgulho de uma nobreza ancestral. O comércio, sim, que por aqueles tempos o negociante era cidadão respeitado pelos seus haveres; mas não era, ainda, na acepção que lhe emprestamos hoje, o “empresário”, visto na perspectiva de quem gera empregos, à custa – desvelada prática -- de seus dividendos, socialmente compartilhados...

Discutia-se, entre sociólogos desocupados, tão poucos eram assim os sociólogos naqueles tempos, a propósito de uma tese provocativa, vista com confessada suspeita e desdém pelos homens práticos. A muitos parecia que, no Ceará, desde tempos imemoriais, todo trabalho produtivo ou não terminava por converter-se em comércio, na atividade tão cara aos fenícios, da “mercancia”. Tudo, por aqui, conduzia ao comércio. Assim frutificavam novos empreendimentos e vitoriosas ocupações econômicas e sociais. Comerciantes eram, por sua natureza, “comerciantes”, o que poderia parecer um pleonasma, não vivêssemos entre cearenses; fazendeiros, prestamistas e políticos. Os primeiros industriais das antigas manufaturas, e as gerações imediatas, livreiros, advogados, merceeiros, médicos, contratantes de obras públicas -- eram, por índole, comerciantes, como o eram os vendedores de livros no Oriente: tornavam-se mercadores de livros e não livreiros... Os mais céticos concluía, entretanto, que nada, deveras, mudara, até mesmo o setor terciário moderno e os serviços seguiam vocação ancestral para a mercancia. Esse panorama mudou, não há porque duvidar, ainda que persistam velhos nichos de mercancia, nos pequenos negócios de secos e molhados e nos “grupos” de largos ca-

pitais e empresas mínimas de uma frágil economia “submarina”... Como sempre fomos atraídos pelo progresso, pelos seus aspectos formais, exteriores, incorremos no risco de pormos os pés nos degraus da modernidade, presos ao passado das nossas origens. De sermos “industriais” sem termos deixado de ser “negociantes”...

As profissões “imperais” e o que delas restava: as Ciências Sociais são, de fato, uma profissão?

Os bachareis mandavam e dispunham da autoridade e ocupavam as funções mais relevantes, na política e na magistratura. Naquela Fortaleza apagada da memória e dos vestígios urbanos, médicos moravam na Aldeota, como convinha a pessoas de distinta linhagem, e exercitavam seus vastos conhecimentos na arte de Hipócrates, como se dizia com ênfase retórica, em “casas de saúde” privadas, e compunham a renda familiar nos ambulatórios do IPASE e do INPS... Os engenheiros eram a face moderna que se contrapunha ao bacharelismo dominante. Eram construtores e ladrilhadores inventivos, e respondiam, reação temerária, brandindo com altivez – os saberes da matemática! A fé e as artes da guerra, representadas nas profissões conventuais e castrenses inspiravam as famílias e a formação de seus filhos. As meninas estudavam no Rio de Janeiro, no Sacré-Coeur ou no Sion, preferência das famílias de raiz – e por lá, entre freiras estrangeiras e abluções de catequese, aprendiam francês e inglês e os bons modos que deviam ornar as virtudes de uma moça educada. A burguesia “arranjada” ficava por aqui mesmo, entre colégios confessionais e as escolas públicas. O Seminário Arquidiocesano e o Liceu do Ceará dividiam as glórias dos bens da Fé e das benesses do Estado. A Marinha apresava marujos para os lados do Pirambu, na velha Escola

de Aprendizes; o Exército, recolhia cadetes daqui e de outros estados. E para quem faltavam meios, mas sobravam vocação e espírito ordeiro restava, sempre, a sedução das armas de pré dos quartéis ou da carreira policial.

Era o tempo quando se formavam jovens estudantes em faculdades e escolas, algumas já acolhidas pela universidade federal, outras, indulgentes na distribuição dos canudos almejados, por obra da iniciativa privada. De lá saíam, em pequenas e comedidas levas, cirurgiões-dentistas, bacharéis em direito, farmacêuticos, agrônomos, os primeiros médicos, economistas, contadores, licenciados em línguas antigas e modernas, em filosofia e história e geografia, engenheiros, mais recentemente – e os primeiros arquitetos.

A Reforma Universitária confere direitos de cidadania às Ciências Sociais na UFC: “profissão liberal” ou “liberal arts”?

Já não eram poucas as profissões de nível superior “reconhecidas” e “regulamentadas”, entre elas, as que se designavam “profissões liberais”. Mas não se formavam bacharéis ou licenciados em Ciências Sociais. A Sociologia, Antropologia, Ciência Política eram patrimônio comum, saíam da “roda dos expostos” qual criança abandonada, sem paternidade definida. Constituíam veleidades de poucos curiosos, pretensos eruditos, que buscaram inspiração nos rodapés das leituras de textos jurídicos ou filosóficos, no refúgio da dogmática teológica – ou por obra dos rigores da militância, que já existia e lia e citava Marx e Engels aos quatro ventos para uma platéia deslumbrada que se extasiava com tamanha erudição... Ademais, essas douradas e singulares disciplinas não eram levadas muito a sério. Esses misterio-

sos domínios assemelhavam-se a “terra sem dono”, ao grande “salão dos passos perdidos”, assimilados a alguns simplórios exercícios de folclore ou tímidas incursões pela crônica histórica. Sequer eras associadas às “profissões liberais” por faltar-lhes precisamente os elementos essenciais que as caracterizavam historicamente (SANTOS, 1999, p. 10): exerciam-nas “o indivíduo que, ademais de Liberdade política, gozava de boa situação material, o que lhe permitia dedicar horas de lazer ao estudo ou, mais precisamente, às artes liberais...”. Para muitos, eram tidas como práticas ilustrativas, mero apêndice da literatura, repositório de palavras adequadas a citações de roda-pé de página, um mimo de erudição, mais valiosas se transcritas em latim, alemão ou francês. Houve tempo, entretanto, em que chegaram a ser consideradas como práticas suspeitas, exercícios nada obsequiosos, heréticos para alguns, segundo os dogmas da fé; ou subversivos e insurgentes, segundo os códigos da ordem e da segurança do Estado.

O primeiro antropólogo, ligado aos ensaios de Boas pela origem de sua formação de engenheiro, foi Thomaz Pompeu Sobrinho, diligente estudioso e propagador, entre nós, da Antropologia Física. Não lhe faltou fôlego, todavia, para ensaiar os primeiros passos pela sua vertente cultural. Criou, com Martins Filho, reitor, o Instituto de Antropologia da UFC, por volta de 1956, formou uma vasta biblioteca especializada nesse campo, incorporou a coleção Artur Ramos de peças e máscaras africanas e as rendas de bilro colecionadas por sua esposa, Luiza Ramos. Os primeiros sociólogos, como registrei em livro recente, migram de outras greis acadêmicas; e os cientistas políticos se fizeram entre bacharéis e estudiosos de Direito Constitucional, Teoria Geral do Estado e disciplinas correlatas. Eram professores que desenvolviam programas poucos inovadores, repetiam velhas sebentas gastas. Exceções distinguidas foram, entretanto, guardadas em

nossas lembranças: Paulo Bonavides, Alcântara Nogueira... Outros haveriam de seguir os seus passos em seus domínios de especialidade.

O regimento interno da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da já UFC incluía o currículo do Curso de Bacharelado em Ciências Sociais. O projeto se tornou oficial e foi desenvolvido com a primeira turma de alunos em Ciências Sociais, cujo ingresso se daria naquele ano. Coube a Florestan Fernandes a organização do currículo, ainda em 1963, antes da instalação dos governos militares, em 1964.

Estávamos pelos anos 1968, quando a Reforma Universitária foi implantada nas universidades federais. O princípio central do projeto levado a termo proibia “a duplicação de meios para o mesmo fim”, e criava o sistema acadêmico departamental, estrutura comum às principais universidades do mundo. As atribuições associadas diretamente ao ensino e à pesquisa passavam a ser, a partir de então, da inteira competência do “departamento”. Acima dessa instância, fora criado o “conselho departamental” ao qual se reportavam os departamentos, segundo uma linha hierárquica notadamente acadêmica.

A nova estrutura desenhada com a reforma impunha a unificação de áreas diversas de conhecimento em um mesmo departamento, guardadas as suas afinidades e íntimas correlações. Evitar-se-ia, como ocorreu, a duplicação de meios materiais e humanos para o cumprimento de tarefas idênticas. Na área das Ciências Exatas e Médicas, a medida demonstrou resultados indiscutíveis. De quatro ou cinco laboratórios e grupos de docentes em Química e Física, por exemplo, foi possível reduzi-los a uma única unidade. Os laboratórios foram ampliados, diversificados, em termos de equipamentos e insumos, além de docentes e pesquisadores, de modo a que pudessem atender às atividades de pesquisa básica e aplicada e às demandas de disciplinas por numerosos cursos.

Marcando território e influências ameaçadas

Na área das Ciências Humanas aconteceria o mesmo. Não sem uma árdua e quase invencível oposição dos docentes responsáveis pelas disciplinas “aplicadas”. Professores com exercício nas disciplinas de Ciências Sociais oferecidas a numerosas unidades escolares, no curso básico e entre disciplinas profissionalizantes, insurgiram-se contra a medida. Recusavam-se a desligar-se de seus grupos de convivência para serem “lotados” anonimamente em um Departamento de Ciências Sociais, cuja heterodoxia intelectual alimentava, na universidade, receios e graves perplexidades. Buscavam-se argumentos convincentes com amparo nas razões didáticas e das suas aplicações, e na amplitude e nos conteúdos de suas disciplinas. A discussão mergulharia, por muito tempo, em uma ampla disputa e beirou ingentes controvérsias provinda da origem dos tempos, para os lados da Grécia e dos enciclopedistas do Iluminismo: a divisão das ciências e de sua rica metodologia... Na verdade, o argumento central era omitido, por indeclinável: cada um dos insurgentes pretendia guardar os seus direitos de precedência e o seu poder no círculo da sua grei acadêmica de origem. Ademais, admita-se, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, filósofos e historiadores, para não nos alongarmos nessa cansativa enumeração de campos, disciplinas e saberes por demais suspeitos do conhecimento humano, não eram aceitos como profissionais e provavelmente ainda não constituem o que vulgarmente se poderia nomear de “profissão”. Insinua, a propósito, Wanderley Guilherme dos Santos (1999, p. 20): “...nossas elites, vá lá, macaqueavam o que ia então pelo mundo, das polainas ao anel de grau. A busca do singular, discreto, personalizado está em toda parte, no século XX: na nascente antropologia, na teoria da história...”.

Como é de nossa cultura jamais confrontar interesses, antes, conciliamo-los e justificamos as razões que os explicam, sociólogos e cientistas políticos “aplicados”, como economistas e outros docentes permaneceram, à sombra de uma reforma longamente administrada, em seus domínios de origem, no acendrado exercício de uma Sociologia para alunos de Direito e “cientistas políticos” afinados com as propriedades específicas dos caprichos da constitucionalidade... O que não foi mal, admitamos com respeitosa contrição.

A constituição do Departamento de Ciências sociais e Filosofia pôde, assim, seguir a convergência natural da atração de talentos vocacionados para as suas áreas de especialidade, circunstância que levaria naturalmente à fixação de seu trabalho acadêmico em áreas restritas da Sociologia, da Antropologia e da Ciências Política, com investidas pelo campo da Filosofia e da História. Fixação não seria, certamente, a palavra adequada, uma vez que os campos de estudos, com inspiração interdisciplinar cada vez mais ampla, ofereciam a oportunidade de novas e aprofundadas incursões teóricas e práticas, a partir da pesquisa de campo, do cerco diligente às fontes primárias e do ensaio de hipóteses aplicadas a questões regionais.

Descrevi essa evolução como a passagem, a translação de um certo diletantismo erudito para a prática regular das aplicações teóricas e a situações objeto da observação científica nos diversos campos de estudos das Ciências Sociais.

O Curso de Ciências Sociais, em sua opção inicial de Licenciatura, não aliviou o Departamento por ele responsável de numerosas atribuições docentes, decorrentes de demandas que se produziam em numerosos outros cursos de graduação da UFC e do Ciclo Básico. Nessa instância inicial por ocasião do ingresso na universidade, após a seleção operada à época pelo vestibular, eram oferecidas várias disci-

plinas, entre elas, Sociologia, História e Filosofia, dentre outras que compunham o amplo leque de matérias a cargo do Departamento.

Ao primeiro grupo de docentes, recrutados entre técnicos do Instituto de Antropologia juntaram-se docentes do Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. No livro já referido, recentemente publicado, menciono (MENEZES NETO, 2018) nominalmente os primeiros integrantes do Departamento de Ciências Sociais. Outros, de proveniência variada, foram sendo incorporados, muitos portadores de certificados de cursos de especialização e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) realizados no Sul do País e em outros países.

O Programa de Aperfeiçoamento de Pesquisadores Sociais do Nordeste – PRAPSON, criado em 1968, sob a coordenação do professor Hélio Barros e, em seguida, pela professora Teresa Frota Haguette, assinala o ingresso do Departamento no plano de estudos avançados, em nível de pós-graduação. De início, em nível de *lato sensu*, embrião dos Programas de Mestrado e Doutorado, criados a partir de 1982.

A *Revista de Ciências Sociais* é marco significativo do crescimento da produção científica do Departamento, cuja publicação se faz ininterruptamente desde a sua fundação, em 1970. Fundada por Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes e Paulo Elpídio de Menezes Neto, seus editores durante largo período.

A criação do Departamento de Ciências Sociais, nos idos de 1968, com a migração dos professores das disciplinas de Ciências Sociais, antes lotados no Departamento de Educação, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFC, foi encorajada, no âmbito da universidade, pela contribuição inestimável da UNESCO. Atendendo à solicitação formulada individualmente pelos professores Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes e Paulo Elpídio de Menezes Neto, o embaixador

Carlos Chagas, delegado permanente do Brasil naquele órgão internacional, autorizou a constituição de uma “Missão Técnica” enviada ao Brasil, à qual coube realizar a avaliação das condições acadêmicas do Departamento e a massa crítica em formação de sua força docente. Dessa visita resultaria a aprovação de amplo projeto de fomento e financiamento que se estenderia por alguns anos, e garantiria a vinda de professores visitantes, bolsas de estudos para docentes brasileiros, ampla cooperação no desenvolvimento de estudos de interesse comum e a doação de livros e periódicos para a biblioteca.

Esses aportes e muito do esforço desenvolvido com a participação do grupo de origem do Departamento e dos que se foram a ele associando não teriam, entretanto, gerado os resultados produzidos sem a presença e a capacidade de liderança do professor Luiz Fernando Raposo Fontenelle.

Pesquisador do Museu Nacional do Rio de Janeiro e da Fundação SESP, o antropólogo Luiz Fernando Raposo Fontenelle promoveu importante mobilização científica à frente do grupo que se foi formando sob a sua orientação na UFC. Exerceu as funções de diretor do Instituto de Antropologia e do Departamento de Ciências Sociais e orientador de pesquisas. Treinou numerosos alunos e docentes em atividades de campo e publicou vários livros sobre as suas experiências de antropólogo no Ceará, entre eles, estudos de grande abrangência no campo da Antropologia Cultural na região da Ibiapaba. Fontenelle permaneceria na UFC até a sua aposentadoria, quando regressou ao Rio de Janeiro, circunstância que não o afastaria, até o seu desaparecimento, das suas tarefas como professor e orientador de alunos de mestrado e doutorado nas áreas de sua especialização. Fontenelle foi professor visitante da Universidade de Wisconsin, nos Estados Unidos e da Universidade François-Rabelais, de Tours, França, e titular

de um Doctorat d'État.

Tampouco se poderia omitir a colaboração permanente e dedicada de sociólogos e antropólogos estrangeiros e brasileiros que exerceram atividades de pesquisa e magistério no Departamento e na Faculdade que lhe deu continuidade: Jean Duvignaud, Georges Balandier, Jean Ziégler, Edgar Morin, Irène Morin, Belden Paulson, Sidney Greenfield, Glaucio Dillon Soares, Vamireh Chacon, Neuma Aguiar Walker, Roberto Da Mata, Roberto Cardoso de Oliveira, José Pastore, entre muitos outros.

Os 50 anos das Ciências Sociais na UFC, assim genericamente designados, comemorados neste ano de 2018, falam bem do esforço de seus fundadores e dos que se foram incorporando ao trabalho coletivo, às vicissitudes compartilhadas, às conquistas de jovens talentos bem realizados, aos anos de duro plantio e à colheita de tão bons resultados que, hoje, comemoramos.

Das vicissitudes e amargas vigílias, nos anos perdidos de inquisição ideológica, que a todos alcançou e frustrou em suas fantasias generosas ou hesitações confessadas, abster-me de as exibir, aqui. Não as omiti, entretanto, relatei-as com o sabor de coisas envelhecidas, nas páginas dos vertiginosos relatos reunidos nos “Exercícios indisciplinados sobre propósitos imprudentes e temerárias intenções: a UFC em tempos de riscos anunciados e prováveis incertezas” (MENEZES NETO, 2018) que livro não é, memória, quase poderia ser; depoimento, provavelmente, embora sem os contraditórios bem comportados. Enfim, há de ser um texto razoavelmente inclassificável se a tanto chegarem a coragem e o desprendimento para o sacrifício da leitura...

Referências

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Prefácio. In: COELHO, Edmundo Campos. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

MENEZES NETO, Paulo Elpídio. *O Ceará e suas universidades*. Fortaleza: Oficina da Palavra, 2011.

_____. *A universidade possível*. Fortaleza: Oficina da Palavra, 2011.

_____. *Exercícios indisciplinados sobre propósitos imprudentes e temerárias intenções: A UFC em tempos de riscos anunciados e prováveis incertezas*. Fortaleza: Oficina da Palavra, 2018.

Resumo:

Texto-depoimento e narrativa de fatos e circunstâncias que cercaram a criação do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, ligado ao Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará e a sua transformação na Faculdade de Ciências Sociais e Filosofia. A narrativa recupera o cenário sócio-cultural de Fortaleza, nos longínquos anos de 1950, as circunstâncias assinaladas, personagens e atores destacados da vida intelectual, as instituições que lhe deram vida e cor, os fatores políticos condicionantes, enfim, que motivaram o advento da primeira universidade cearense. Registra aspectos de relevo da implantação da Reforma Universitária de 1968, inspirada em modelo norte-mericano, e a sua repercussão institucional na UFC, com alteração substancial de sua estrutura organizacional e a adaptação das funções acadêmicas e de pesquisa a uma nova matriz ordenadora, legal, conforme regras e definições estatutárias adotadas a partir de então. Em decorrência, reuniram-se as disciplinas e campos de conhecimento das ciências sociais em unidade orgânica específica, pela associação de atividades docentes paralelas, antes disseminada por várias escolas e faculdades na UFC. Registra-se com destaque a rica colaboração dispensada pela UNESCO, mediante bolsas de estudo para especialização de docentes, insumos bibliográficos e a realização de missões de especialistas franceses das áreas de estudo e pesquisa correspondentes. O texto opera síntese de um largo percurso, e envolve as atividades desenvolvidas em duas décadas, período durante qual o autor exerceu funções docentes e de pesquisa, associadas a encargos administrativos, no exercício das funções de Diretor de Faculdade, chefe de departamento, pró-reitor de pesquisa e pós-graduação e reitor da UFC.

Palavras-chave: Fortaleza; reforma universitária; departamento; faculdade; UFC; ensino; pesquisa.

Abstract:

Testimonial text and narrative of facts and circumstances that surrounded the creation of the Department of Social Sciences and Philosophy, under the Humanities Center of the Federal University of Ceará and its subsequent transformation into the Faculty of Social Sciences and Philosophy. The narrative recaptures not only the socio-cultural scene of Fortaleza in the distant years of the 1950s, as well as the important events, characters and outstanding actors of the intellectual life, the institutions that gave it life and color, the prevailing political factors that in short led to the advent of the first university of Ceará. The text registers important aspects related to adoption of the University Reform of 1968, inspired by a North American model, and its institutional repercussion in the UFC, with a substantial change in its organizational structure and adaptation of academic and research functions to a new legal, ordering matrix, according to rules and statutory definitions followed from then on. As a result, disciplines and fields of knowledge of social sciences were united in a specific organic unit, by association of parallel teaching activities, previously disseminated by several schools and colleges in the UFC. The rich collaboration provided by UNESCO is highlighted, through scholarships for the specialization of teachers, bibliographical materials and the accomplishment of missions of French specialists in the corresponding fields of study and research. The text works a synthesis of a long journey, and involves the activities developed in two decades, during which the author exercised teaching and research functions, associated with administrative duties, in the exercise of the functions of faculty director, department head, deputy to rector in charge of research and post-graduation and rector of the UFC.

Keywords: Fortaleza; university reform; department; faculty; UFC; teaching; research.

Recebido para publicação em 08/01/2019.

Aceito em 24/02/2019.

Praticar a etnografia no Ceará “descobrimdo o Brasil” nos anos noventa: ensaio de memória reflexiva

Agnès Clerc-Renaud

Université de Strasbourg, França

agnes.clerc-renaud@misha.fr

Em um belo texto publicado pela primeira vez em 1980, Marlyse Meyer, uma brasileira, filha de imigrantes franceses oriundos da região da Alsácia, aonde hoje vive e ensina a Antropologia Social e Cultural na sua capital, Estrasburgo, constata “um eterno retorno: as descobertas do Brasil”. O texto questiona como este tema recorrente da literatura influenciou o imaginário cultural das camadas sociais letradas e cultas brasileiras, desde as crônicas portuguesas do “descobrimento” até as “descobertas” da primeira geração de antropólogos, passando pelos “redescobrimientos do Brasil” dos anos 1930-1940.

Meu encontro com o Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará participa da minha própria “descoberta do Brasil” e das minhas primeiras pesquisas, que são indissociáveis.

Gostaria então de aproveitar da honra de participar deste número comemorativo do aniversário do curso para fazer um exercício de memória reflexiva sobre o quanto minha formação deve à instituição e

como esta contribuiu a orientar e instruir minha trajetória científica.¹ “Proponho-me — escreve Marlyse Meyer — rastrear algumas de suas ocorrências no fluir do tempo, enfatizar o que e quem se descobre; interrogar-me sobre os efeitos destas descobertas.” (M. Meyer, [1980] 1993, p. 19).

Guardando todas as proporções, são os rastros dessas ocorrências decisivas, dos encontros com os professores, pesquisadores e alunos em Ciências Sociais da UFC — pois as instituições são também (primeiramente?) mulheres e homens — que contribuíram a fabricar a antropóloga que sou hoje e que pretendo examinar a seguir. Farei isso dialogando com um artigo² sobre a construção dos saberes antropológicos contemporâneos e suas trajetórias históricas no Brasil, no qual Alicia Gonçalves e Lea Rodrigues, ambas pesquisadoras do Curso de Ciências Sociais da UFC, questionam “[...] a especificidade do conhecimento etnográfico que foi produzido no passado e que é produzido hoje no Brasil [...]”³ (Gonçalves e Rodrigues, 2007, p. 100).

As autoras observam que durante os anos 1980 e 1990:

Os antropólogos dos países que detém uma posição dominante na construção do pensamento antropológico (Estados-Unidos, Inglaterra, França) em torno do qual gira a produção, os diálogos e debates realizados por outras antropologias, constatam que o antropólogo não se confronta mais com membros de culturas isoladas ou semi-isoladas, mas com cidadãos de nações do Terceiro Mundo, que estão se relacionando, por caminhos culturais e políticos complexos,

1. Agradeço a Claudia Girola para sua leitura crítica de uma versão anterior deste texto e a Sarah Maillieux pela revisão do português. Fico naturalmente responsável dos limites e falhas do artigo.

2. Quando tenho que satisfazer a curiosidade dos estudantes de Estrasburgo sobre a produção da Antropologia brasileira e sua história, recomendo a leitura deste artigo, um dos poucos propondo uma síntese sobre o tema em Francês. Agradeço a Lea Rodrigues pelo presente.

3. As traduções das citações oriundas de textos em francês ou inglês da bibliografia são minhas.

com a nação de origem do antropólogo.⁴ (GONÇALVES e RODRIGUES, 2007, p. 100-101).

De fato, este tipo de observação reforçou no passado minha vontade de debruçar-me sobre o “encontro” turístico e suas implicações sociais e culturais em Jericoacoara, delineando lá meu primeiro campo de pesquisa. No entanto, dentro da multiplicidade dos caminhos culturais e políticos, no âmbito deste artigo limitar-me-ei a situar apenas alguns marcos universitários.

No decorrer desta análise reflexiva, tentarei uma espécie de “objetivação participante” (BOURDIEU, 2003), situando estes encontros no contexto acadêmico que prevalecia no momento em que ocorreram, principalmente nos anos 1990. Para tal, evocarei várias das atividades efetuadas pelos antropólogos no processo de produção de conhecimentos: a prática da observação participante, elaboração dos dados e divulgação dos resultados. Abordarei em seguida a escolha do trabalho de campo da minha tese de doutorado, a relação com os interlocutores que encontrei no trabalho de campo, e finalmente aqueles que encontrei para dialogar sobre o trabalho de campo.

Itinerários, viradas, complexidades

Foi mais precisamente na virada dos anos 1980 e 1990 que encontrei pela primeira vez os professores⁵ do Curso de Ciências Sociais da

4. “Les anthropologues des pays qui détiennent une position dominante dans la construction de la pensée anthropologique (États-Unis, Angleterre, France), autour de laquelle gravitent la production, les dialogues et les débats entrepris par d’autres anthropologies, constatent que l’anthropologue ne se confronte plus aux membres des cultures isolées ou semi-isolées, mais aux citoyens de nations du tiers-monde qui sont en relation, par des chemins culturels et politiques complexes, avec la nation dont est originaire l’anthropologue.” (Gonçalves et Rodrigues, 2007: 100-101)

5. Parece-me que ocorreu no final dos anos 1980 ou no começo dos anos 1990. Que César Barreira, Irllys Barreira e Ismael Pordeus perdoem-me de não lembrar

UFC na Universidade Lyon 2 através de conferências dadas nas aulas de François Laplantine, que dirigia o Departamento de Etnologia aonde eu estudava. Dentre os “cidadãos de nações do terceiro mundo” em relação com a antropóloga em formação que eu era, achavam-se outros atores. Entre meus colegas de graduação e pós-graduação constava Domingos Sávio Abreu, futuro professor do Curso de Ciências Sociais da UFC, a quem devo minha volta aos estudos. Pois foi ele quem me explicou os mistérios das equivalências entre as disciplinas de Ciências Sociais e do Curso de Filosofia que eu tinha abandonado anos atrás.

Meu retorno aos estudos, numa idade na qual a norma francesa da época (que não mudou, ou pouco mudou) queria que eu tivesse concluído o curso, me transformou em uma aluna atípica, numa atitude bastante defensiva ou talvez hiper crítica em relação ao saber emitido na universidade, num período no qual a universidade francesa passava por um processo de massificação. De antemão, eu tinha tido a oportunidade de “descobrir o Brasil”, viajando no país várias vezes durante a década de 1980. Jovem francesa oriunda das camadas médias urbanas, eu tinha me chocado pela miséria, até então desconhecida para mim, e que era visível nos numerosos retirantes da seca de 1979-1985, cujo ápice coincidiu com minha primeira estadia em 1981. Apesar da aprendizagem da língua, começada a partir da “descoberta”, eu ainda tinha uma visão maniqueísta de uma sociedade brasileira desigual (o que obviamente era e ainda é) composta de ricos e pobres.

Neste período do fim da Ditadura, durante o qual a institucionalização das Ciências Sociais tinha permitido a ocupação do palco político pelos universitários, a minha visão de senso comum tinha dificuldades em considerar os intelectuais de outra forma que como militantes

quem foi o primeiro orador das conferências que assisti.

e — será que devo reconhecê-lo? — ainda mais no caso de intelectuais cearenses pertencendo a um dos estados mais pobres do Brasil. É desnecessário dizer que estas pré-noções excluíaam toda a complexidade social que minha aprendizagem posterior no campo e na teoria antropológica desvendariam gradativamente.

Meu vínculo institucional com o Curso de Ciências Sociais da UFC foi estabelecido em 1994, quando fui convidada por César Barreira, então diretor da pós-graduação. Passei um ano do meu doutorado como bolsista Lavoisier, um financiamento concedido pelo Ministério de Relações Internacionais francês. Eu tinha acabado de integrar um laboratório de pesquisa comparativa da École des Hautes Études en Sciences Sociales em Paris. O projeto apresentado tinha como objetivo estudar o apadrinhamento e o compadrio com base no batismo católico, cuja vitalidade, eu tinha notado em estadias prévias em Jericoacoara. A minha intenção era de descrever as modificações e adaptações da instituição em relação ao fenômeno turístico florescendo neste momento. Dada a fraca importância da instituição do casamento, minha hipótese era de que a aliança do compadrio tendia a suplantar a aliança matrimonial ou, pelo menos, que esses dois tipos de aliança detinham uma forma de complementaridade. A proposta era de examinar tal postulado reconstituindo uma parte significativa das redes de aliança por um lado, das de compadrio por outro, nas duas últimas gerações. Além disso, comparando a área de escolha dos cônjuges e a área de escolha dos compadres, eu esperava conseguir medir a orientação dessas mudanças entre a geração contemporânea do fenômeno turístico e a geração precedente. Retrospectivamente, percebo que este projeto foi muito marcado em sua formulação pelo estruturalismo então predominante na França e explicitava a compreensão das mudanças sociais que me importavam na época.

No trabalho de campo, os milhares de obstáculos com que me deparei para finalizar um projeto tão precisamente delineado me levaram a reformular minhas questões de pesquisa numa perspectiva mais ampla e menos ambiciosa. Daniel de Coppet, que orientou minha tese até seu falecimento, me conduziu à perspectiva monográfica, pela qual terminei optando. Ele era profundamente a favor das contribuições desse exercício tanto para a Antropologia em geral, como para formação dos jovens pesquisadores em particular. De minha parte, eu estava convencida que tal abordagem — no fundo muita maussiana: “o estudo do concreto, que é do completo” (MAUSS, [1923-1924], 1985, p. 276) — relacionando vários campos do social e iluminando-os de maneira entrecruzada, me abriria à uma melhor compreensão das mudanças sociais que eu visava conhecer e restituir “de dentro”.

Percebe-se assim que nesta época, o modelo da “matriz disciplinar” que era supostamente a minha, conforme a tipologia elaborada por Cardoso de Oliveira (1988, p. 17), ou seja, aquela da “Escola francesa de sociologia, com um paradigma racionalista e uma tradição intelectual e sincrônica que abstrai o tempo do seu horizonte disciplinar” (GONÇALVES e RODRIGUES, 2007, p. 102, nota 6) já era matizada por uma socialização científica plural. Tornou-se mais complexa ainda com os encontros que o Curso de Ciências Sociais da UFC favoreceu.

Tornar explícita a “comparação implícita”: no trabalho de campo

A dinâmica do trabalho de campo me conduziu a debruçar-me sobre as dimensões religiosas do catolicismo rural, cuja importância eu havia subestimado no projeto. Devida à proximidade aparente das prá-

ticas católicas brasileiras e francesas, tive que questionar as “evidências” levantadas pela familiaridade da minha experiência no assunto. Em seguida, precisei questionar o registro em que se expressava as minhas próprias categorias do chamado catolicismo popular que frequentava de longe na França como resultado da minha socialização infantil e que foi seguido de uma ruptura de distância crítica na minha adolescência. Investigar um grupo social cristão acrescentava à dificuldade inerente a qualquer trabalho de análise antropológica, exigindo do pesquisador de “desligar-se de suas categorias”. Ora, se a ordem das palavras enunciadas durante uma missa rezada segundo o ritual prescrito pelo concílio Vaticano II está idêntica nas línguas brasileira e francesa, como traduzir o hiato cultural e social encoberto pela “empresa universalizadora” da igreja católica? Tive que comparar, não somente apontando as variações, atividade cognitiva que todo antropólogo é treinado a praticar no campo, mas igualmente questionar as condições permitindo tal comparação, tornando explícitos os termos implícitos.

Superei esta dificuldade, prestando uma atenção constante aos atos, aos gestos e, sobretudo, às palavras dos meus interlocutores na expressão de sua religiosidade. De fato, era necessária uma vigilância especial para evitar as armadilhas da evidência, que consistiam na proximidade lexical do português que tem sua origem no latim. Assim, por exemplo, a palavra “alma” pode ser traduzida em francês por “âme”, mas o que é compreendido pelos antigos habitantes de Jericoacoara nesta palavra é diferente do que eu mesma, ou um outro francês, ou ainda um brasileiro de outro grupo social compreenderia espontaneamente da mesma palavra. Isto me levou a uma análise sistemática das semelhanças e diferenças entre termos, dos seus contrastes, inversões e homologias, ou seja, a uma análise estrutural.

Posteriormente, na elaboração dos dados, a atenção crítica às categorias lingüísticas dos meus interlocutores me levou a uma vigilância de outro tipo no campo da linguagem. Tratou-se de evitar o vocabulário de conotação teológica, que muitas vezes sem mesmo percebermos, permeia nossa cultura de origem e até mesmo nosso vocabulário científico. Um termo como “aliança”, por exemplo, possui uma forte carga semântica tanto no campo da Antropologia quanto no campo da teologia. Estou pensando também na expressão “parentesco espiritual” que descarto, o tanto quanto possível, a favor de “parentesco ritual”. Tornando explícitas tais implicações, consegui, creio eu, me livrar da “viscosidade conceitual” (MONNERIE, 2012, p. 34) de um “comparatismo implícito” (p. 33) que todo etnógrafo carrega consigo desde sua socialização primária.

Abrir os olhos: o teste da biblioteca

Nessa altura, o leitor terá compreendido que passei boa parte desta estadia de um ano (de outubro de 1994 até agosto de 1995) a “descobrir o Brasil” no campo, com a exceção de três circunstâncias principais. A primeira consistiu em três semanas de leituras assíduas na Biblioteca de Sociologia e Ciências Humanas (BSCH) ou, como era chamada na “Biblioteca de Letras”. Lá tive acesso aos trabalhos produzidos durante um período do qual “observa-se que, antes que a antropologia se institucionalizou no Brasil, os estudos sobre a região Norte e Nordeste eram realizados por pesquisadores destas regiões.” (GONÇALVES e RODRIGUES, 2007, p. 117). Apesar do consistente viés que os estudiosos locais e folcloristas tinham de muitas vezes apresentar os trabalhos numa forma de catálogos de “esquisitices” expostos fora do contexto social e pontuados de julgamentos de va-

lores, certas descrições pormenorizadas e precisas⁶ tiveram o mérito de chamar a minha atenção sobre certas práticas as quais eu não teria reparado no trabalho de campo sem tais leituras. Estes textos, na maioria antigos, apresentavam estas práticas corriqueiras como obsoletas. No entanto, eu ainda podia as observar tanto nas pessoas que eu frequentava no trabalho de campo quanto nas pessoas que eu visitava em bairros diversos de Fortaleza (e nem sempre dos bairros ditos “populares”).

Graças as indicações de César Barreira, tive também acesso às dissertações de mestrado que ali eram arquivadas. Posteriormente, o conteúdo de qualidade de certas fotocópias, hoje amareladas, me ajudaram na fase de elaboração dos dados.

Finalmente, o tempo passado na biblioteca me familiarizou com a fértil produção das Ciências Sociais brasileira das décadas anteriores sobre o mundo rural. Dentre as revistas, havia não somente a coleção da *Revista de Ciências Sociais* produzida no Ceará, mas também constavam numerosos periódicos oriundos de universidades e centros de pesquisa de outros estados brasileiros. Ao voltar para a França, eu descobriria que (na era pré-internet) era mais fácil acessar certas publicações de outras regiões brasileiras em Paris do que em Fortaleza, o que muito me chocou. Foi assim que compreendi concretamente a dupla desigualdade que afetava o acesso ao conhecimento antropológico de nossos predecessores como de nossos contemporâneos. A primeira desigualdade consistia (e ainda consiste) na região “periférica” na qual se inscreve o Ceará *versus* as regiões centrais do Brasil. A segunda desigualdade se referia à questão de ser um país “periférico” *versus* um país “central” retomando o vocabulário vigente na

6. Estou pensando, por exemplo, em Gustavo Barroso, José Carvalho, Eduardo Campos e em certos textos da *Revista do Instituto do Ceará*.

época, antes que a noção de globalização o modifique.

Dos silêncios

No decorrer daquele ano, as duas outras circunstâncias das quais eu me distanciei da observação etnográfica foram os encontros mensais com meu tutor na universidade e uma palestra no seminário doutoral. Mais uma vez, é desnecessário dizer que a importância desses momentos só percebi bem mais tarde. O meu entusiasmo desenfreado pelo trabalho de campo e o tempo contado da minha bolsa tornavam estes momentos obrigações que eu sentia que precisava me livrar rapidamente para voltar à minha pesquisa.

Em média, uma vez por mês, César Barreira me recebia no *campus* do Benfica numa salinha simples e sem decoração sob um ventilador. Lá, munido de uma paciência incansável, meu tutor escutava, na maior parte das vezes em silêncio, a veemente torrente verbal dos meus avanços, das minhas dúvidas e hesitações, na forma de um “relatório” que eu mal conseguia estruturar, a não ser como mero relato de minha experiência etnográfica imediata.

Além disso, integrei como bolsista a primeira turma do seminário doutoral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, coordenado em conjunto pelos professores Daniel Lins e César Barreira, aonde, apesar da minha fraca assiduidade, fui convidada a apresentar meu trabalho em novembro de 1994. Nesta circunstância também, minha leitura um tanto hesitante da tradução do meu projeto de pesquisa, cuja reestruturação eu ainda estava gaguejando após um mês de trabalho de campo, foi acolhida pelo silêncio dos meus colegas de turma. Tenho hoje várias hipóteses sobre as causas deste silêncio, que me intimidou e que não consegui interpretar na hora.

De acordo com minhas anotações da época, as orientações temáticas dos doutorandos eram variadas, passando pelo estudo das vocações políticas dos radialistas locais rurais às trajetórias de reintegração dos ex-exilados políticos, ou ainda passando pela análise das políticas de assistência social dos últimos vinte anos. O silêncio teria sido porque, como observam Alicia Gonçalves e Lea Rodrigues (2007, p. 120) o intuito que era meu de uma etnologia descritiva era pouco familiar a eles? Seria porque “um dos temas clássicos da antropologia, o campesinato não se apresenta(va) mais como central”? (GONÇALVES e RODRIGUES, 2007, p. 120.) Seria porque, apesar do interesse e da atenção dada à Antropologia pelos professores Lins e Barreira que coordenavam o seminário, meu *habitus* de antropóloga fugia da matriz disciplinar sociológica predominante? Seria porque os códigos de compostura relativos ao meu estatuto (assimétrico) de hóspede estrangeira inibiram a fala dos outros doutorandos? Provavelmente um pouco de todos esses fatores.

Sobre terceiros, os graus de alteridade e, ainda, a comparação

Como vimos, a convivência com os professores e estudantes do curso representou, ao longo dos anos, a minha porta de entrada à abundante produção brasileira em Ciências Sociais, mas abriu também outros caminhos. Pois estou hoje convencida de que a experiência dos primeiros encontros descrita acima por mais silenciosos que fossem, me pouparam uma ladeira escorregadia na qual eu poderia ter caído como doutoranda estrangeira trabalhando naquela época numa perspectiva monográfica numa sociedade distante da de origem.

Em primeiro lugar, porque no caminho intelectual e científico que

eu começava, eles tornaram mais complexa minha “descoberta” do Brasil, que até então era bastante binária. Os *alter ego* que eram os meus colegas do curso, me evitaram de sobrestimar a alteridade que encontrava no campo, e de torná-la absoluta. No encontro etnográfico com meus interlocutores privilegiados, pescadores ou ex-pescadores de uma localidade litoral, eles me introduziram à consciência de que outros “outros” brasileiros existiam, terceiros de certa forma, induzindo assim uma complexidade feita por graus de alteridade. Assim como eu, os doutorandos cearenses eram também protagonistas das mudanças sociais que eu visava descrever e eles analisavam outros aspectos da mesma sociedade. Os silêncios dos primeiros tempos me convenceram, mais tarde, da necessidade de dialogar, criando um amplo espaço à produção das Ciências Sociais brasileiras no meu trabalho. Um diálogo que alimenta meu trabalho desde então e até hoje, neste texto inclusive.

Tão decisivos quanto os silêncios de outrora foram certos intercâmbios pontuais ou de maneira contínua forjados com colegas, informalmente em Fortaleza, Paris ou Lisboa, ou formalmente por ocasião de colóquios, congressos e publicações⁷. Penso, particularmente, em um debate empolgante em novembro de 2009 sobre a noção de “respeito”, que ocorreu no final de uma mesa redonda⁸, marcada pela crítica aguda da insubstituível Beatriz Herédia. Além da publicação de um capítulo no volume coletivo após esse evento (CLERC-RENAUD, 2012), este debate marcou uma etapa importante da minha reflexão sobre as modalidades da comparação na Antropologia que Talal Asad

7. Estou pensando em Domingos Abreu, Irllys Barreira, Lea Rodrigues e Sulamita Vieira, entre muitos outros colegas que me perdoarão por não os mencionar todos.

8. No Colóquio Internacional “França e Brasil: olhares cruzados sobre imaginários e práticas culturais” organizado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e coordenado por Alexandre Câmara Vale, no âmbito das manifestações do ano da França no Brasil.

chama de “modernas”:

O que é distintivo na antropologia moderna é a comparação de conceitos embutidos (representações) entre sociedades situadas em diferentes tempos ou espaços. A coisa importante nesta análise comparativa não é sua origem (ocidental ou não ocidental), mas a forma de vida que os articula, os poderes que liberam ou desabilitam.⁹ (ASAD, 2003, p. 17).

Anos depois, na hora de publicar uma parte dos resultados da minha tese (CLERC-RENAUD, 2016), a reflexão ali iniciada resultou no acréscimo de um capítulo comparativo no intuito de mostrar a diversidade das formas locais escondidas sob a enganosa designação de “catolicismo popular”.

Conclusão: a complexidade

Para concluir o presente exercício de memória reflexiva, a melhor escolha que poderia fazer é de citar Marlyse Meyer, que descreve de modo preciso a maneira pela qual a experiência etnográfica leva o pesquisador a mudar seu ponto de vista sobre sua própria sociedade pela descoberta “do outro em si mesmo” durante um processo de “deflagração da memória” (MEYER, [1980] 1993, p. 43):

Permitam-me retornar, por um instante, a este terreno de onde parti [o da “cultura popular”], para fechar esse inventário de descobrimentos [...] Revela, creio eu, outra forma de descobrimento. Um descobrimento de um outro que é si mesmo. A escuta de um ‘si’ profundo que talvez favoreça, por extensão, a melhor escuta e aproximação da-

9. “What is distinctive about modern anthropology is the comparison of embedded concepts (representations) between societies differently located in time or space. The important thing in this comparative analysis is not their origin (Western or non-Western), but the form of life that articulates them, the powers they release or disable.” (Asad, 2003: 17).

quele outro que ‘não é que nem eu’ e produz sua cultura que nem eu. E eu quem sou? [...] (MEYER, 1993, p. 43).

Quem sou eu então no campo universitário? Vista do Brasil de antigamente, a doutoranda formada na região “central” de um país ele mesmo “central” praticando a etnografia numa região “periférica” de um país ele mesmo “periférico”? Ou ainda, vista da França de hoje, a professora-pesquisadora pertencendo a uma região “periférica” em relação ao “centro” que representa Paris?

Vê-se nisto que as noções de “periferia” e “centro”, este último definido por Roberto Cardoso de Oliveira como: “aqueles países onde a antropologia enquanto disciplina científica e acadêmica havia originariamente surgido e consolidado” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 144) são úteis no contexto de uma primeira aproximação para significar as relações assimétricas e desigualitárias experimentadas pelo autor nos anos 1960. No entanto, é importante não absolutizá-los e os manter numa dimensão relacional. Porém, a análise de caminhos concretos requer outras ferramentas e uma abordagem situacional para dar conta da complexidade dos processos, influências e encontros que marcam uma trajetória. Pois, vista da França, oriunda de uma região “periférica” e após ter participado durante um período ao “centro” parisiense nos anos 1990, minha contratação ulterior na Universidade de Estrasburgo operou *de facto* uma nova passagem para a “periferia”. Existem contrastes fortes entre as configurações entre o Brasil e a França a este respeito. Do lado brasileiro a clivagem se realiza em torno de um “centro” multi-focalizado em vários locais do Sudeste-Sul-Centro-Oeste *versus* a “periferia” do Norte e Nordeste; enquanto do lado francês há um hiper-centralismo parisiense *versus* vários focos regionais periféricos. Mantendo as devidas proporções, minha própria passagem de Paris a Estrasburgo me colocou em uma situ-

ação semelhante àquela experimentada por Alicia Gonçalves e Lea Rodrigues, a respeito da qual observam os efeitos em sua afiliação universitária localizada:

Cursemos nossa graduação e pós-graduação na região sul-sudeste na Universidade de Campinas e atualmente desenvolvemos nossas atividades de pesquisa e ensino na Universidade Federal do Ceará, na região Nordeste do país. [...] Esse deslocamento nos permitiu entender que o que acreditávamos ser a antropologia brasileira é apenas uma percepção parcial do conhecimento que foi produzido e ainda é produzido hoje no Brasil.¹⁰ (GONÇALVES e RODRIGUES, 2007, p. 124).

Do mesmo modo que a experiência no trabalho de campo para a qual o descentramento do pesquisador do seu meio de socialização inicial cria uma ruptura no tempo e no espaço, facilitando a apreensão e a análise da multiplicidade (sempre parcial) dos pontos de vista dos atores, este outro tipo de descentramento abre a possibilidade de uma reflexão sobre os locais da produção do conhecimento antropológico contemporâneo. No entanto, a coabitação e a coexistência duradoura de todos estes centros, frequentemente antagônicos em suas tentativas de assegurar certa hegemonia (sempre relativa), questionam a relevância da própria noção de “centro” para explicar a complexidade das trajetórias e dos caminhos, mesmo acadêmicos. Foi isso que me ajudou a entender esses “outros dos outros” que foram os professores e doutorandos do Curso de Ciências Sociais do UFC nos anos noventa,

10. Nous avons réalisé nos études de deuxième et troisième cycle dans la région Sud-Sudeste, à l’université de Campinas et actuellement nous développons nos activités de recherche et d’enseignement à l’Universidade federal do Ceará dans la région Nordeste du pays. [...] Ce déplacement nous a permis de comprendre que ce que nous croyions être l’anthropologie brésilienne n’est qu’une perception partielle de la connaissance qui a été produite et est encore produite aujourd’hui au Brésil. (GONÇALVES et RODRIGUES, 2007, p. 124).

período da minha “descoberta do Brasil”, participando assim da “descoberta” dos muitos “outros” que enriquecem nossos caminhos. E nesse sentido, sinto-me *também* profundamente cearense.

Referências

ASAD, Talal. 2003. *Formations of the Secular: Christianity, Islam, Modernity*. Standford: Standford University Press.

BOURDIEU, Pierre. 2003. “L’objectivation participante”, *Actes de la recherche en sciences sociales* 150, p. 43-58.

CARDOSO de OLIVEIRA. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro / Brasília: CNPq, 1988.

CLERC-RENAUD, Agnès. 2012. Quem tem padrinho não morre pagão: figuras de respeito e evitamento do conflito. Um estudo de caso no Ceará. In: VALE, A. F. Câmara (ed.). *França e Brasil: olhares cruzados sobre imaginários e práticas culturais*. São Paulo: Annablume, p. 275-289.

CLERC-RENAUD, Agnès. *D’un monde à l’autre: fragments d’une cosmologie brésilienne*. Paris: Éditions de l’École des hautes études en sciences sociales (coll. “En temps & lieux” n° 66), 2016.

GONÇALVES, Alicia Ferreira; RODRIGUES, Lea Carvalho. 2007. Ethnographie, anthropologie et contemporanéité. Quelques questions sur le cas brésilien, *Journal des anthropologues* 110-111, p. 99-129.

MAUSS, Marcel. 1985. Essai sur le don : Forme et raison de l’échange dans les sociétés archaïques, [1923-1924] p. 143-279, in : *Sociologie et anthropologie*. Paris: Presses Universitaires de France. 482 p.

MEYER, Marlyse. *Caminhos do imaginário no Brasil*. 2a éd. São Paulo: Editora USP, 1993. 229 p.

MONNERIE, Denis. 2012. Nomination et organisation sociale: de la rencontre tardive de deux concepts anthropologiques, In: *Nomination et organisation sociale*. Paris: Armand Colin, p. 19-50.

Resumo:

O artigo diz respeito aos encontros da autora com os atores do Curso de Ciências sociais da Universidade Federal do Ceará, professores e doutorandos, principalmente na década dos anos 1990, situando-os no contexto geral assimétrico das interações acadêmicas que prevalecia no momento em que ocorreram. No decorrer de uma análise reflexiva, tenta de objetivar os aportes de tais encontros, que marcaram tanto a sua formação como sua prática científica posterior. A partir da memória da experiência etnográfica da sua na tese de doutorado, cujo trabalho de campo foi levado a cabo no Ceará, evoca várias das atividades efetuadas pelos antropólogos no processo de produção de conhecimentos: a prática da observação participante, elaboração dos dados e divulgação dos resultados.

Palavras-chave: etnografia; antropologia; comparatismo; “objetivação participante”; percurso acadêmico; produção de conhecimentos.

Abstract:

The article focuses on the author’s encounter with the actors of the Social Science Course of the Federal University of Ceará, professors, and PhD students, mainly during the 1990s, placing them in the asymmetrical general context of academic interactions that prevailed when they occurred. Through a reflexive analysis, she tries to objectify the contributions of these meetings, which marked not only her training, but also her subsequent scientific practice. Starting from the memory of the ethnographic experience of his doctoral thesis, whose fieldwork was conducted in Ceará, many of the activities carried out by anthropologists in the process of knowledge production are also mentioned: the practice of participant observation, data development, and disclosure of results.

Keywords: ethnography; anthropology; participative objectification; university studies; knowledge production.

Recebido para publicação em 13/02/2019.

Aceito em 24/02/2019.

Antropologia no Ceará: algumas notas sobre o porvir e o vigor de ter sido

Alexandre Fleming Câmara Vale

Universidade Federal do Ceará, Brasil

acamaravale@gmail.com

Teresinha Helena de Alencar Cunha

Universidade Federal do Ceará, Brasil

teresinhaAlencar@gmail.com

Vera Rodrigues

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil

vera.rodrigues@unilab.edu.br

Renascimento da antropologia

O momento de comemoração dos 50 anos do Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará não poderia ser mais propício para registrar, nesse número especial de nossa *Revista*, um novo momento da Antropologia mediante a criação do Programa Acadêmico de Pós-Graduação em Antropologia UFC-UNILAB (PPGA). A existência deste Programa deveu-se a uma profícua e, espera-se, dura-

doura, parceria da Universidade Federal do Ceará (UFC) com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). O PPGA nasceu de um trabalho comum, que ganhou contornos mais definidos, a partir da organização coletiva das IV Reunião Equatorial de Antropologia e XIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste¹ (REA-ABANNE). O esforço hercúleo de organização desse evento contou ainda com a parceria de duas outras universidades de nosso Estado, a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Universidade Regional do Cariri (URCA). Na ocasião, a Antropologia ensaiava uma “*communitas*”² no Ceará. Sediar este evento que teve a caução da Associação Brasileira de Antropologia, representava nosso “salto para a exterioridade”, ou melhor, o encontro com a “visibilidade almejada” que confirmaria para nossos(as) parceiros, o quão viável e necessário seria um Programa de Pós-Graduação em Antropologia no Estado do Ceará.

O traçado internacional da UFC e da UNILAB compõe uma das marcas distintivas desse nascente PPGA. Se por um lado a Universidade Federal do Ceará ao longo dos seus mais de 60 anos de existência, possibilitou um intenso intercâmbio com antropólogas e antro-

1. Fortaleza sediou, em agosto de 2013, a IV Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e XIII Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste (ABANNE). Várias atividades foram realizadas como pré-evento. Lembro que, em junho de 2013, solicitei o espaço do Dragão do Mar para a Mostra Livre de Filmes, Ensaios Fotográficos, Hipermídias e Etnografias Sonoras. A Mostra, realizada a partir da parceria do Laboratório de Estudos da Oralidade (LEO) e o Laboratório de Som e Imagem e Antropologia (LISA-USP) aconteceu nos dias 5 e 6 de agosto de 2013, das 18h30 às 21h, no auditório do Dragão do Mar. A Mostra de Ensaios Fotográficos também aconteceu nestes dias, das 09h às 12h, no Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará (MAUC).

2. O sentido de *communitas*, no trabalho do antropólogo Victor Turner, diz respeito aos momentos liminares e antiestruturais nas relações sociais, quando a sociedade é vista como *comitatus*, ou melhor, como comunhão de indivíduos, como camaradagem, rudimentarmente estruturada e relativamente indiferenciada.

pólogos de origem francesa, (Jean Duvingnaud, Georges Balandier, Edgar Morin, François Laplantine, Marion Aubrée, Ervan Dianteill, Marie-Elisabeth Handmann, David Le Breton e tantos outros), por outro lado, veio a fomentar recentemente, algo internacional da lusofonia. De fato, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, ao longo de quase uma década de existência, se orienta para o ensino e a produção de conhecimento voltado para um constante diálogo com os países africanos parceiros.

Esta universidade (UNILAB), instituída pela Lei n. 12.289, em 20 de julho de 2010, foi criada no contexto de reformulações da política externa brasileira que redefine, como uma de suas prioridades, a aproximação com a África, principalmente com os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) dali. Mediante o citado Programa Acadêmico de Pós-Graduação em Antropologia, a UNILAB foi inserida no projeto de expansão da Educação Superior brasileira, implantado pelo MEC em 2007. Este último implica a ação específica do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) implantado na cidade de Redenção, Ceará, distando apenas 63 quilômetros da capital. Todavia, não se trata apenas de atender às metas do REUNI: promover o desenvolvimento de instituições de educação superior em regiões ainda carentes, – este é o caso do Maciço do Baturité, no Estado do Ceará; esta iniciativa implica também o ensino e a formação de jovens brasileiros em interação com os estudantes oriundos de Países de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Fazem parte do corpo docente da UNILAB profissionais formados na UFC e em outras universidades do Estado; alguns provêm de outras regiões do Brasil e do exterior. Ao contrário da UFC, que não possui

um curso de Graduação em Antropologia, a UNILAB já o instituiu. Trata-se de uma universidade internacional que considera seriamente a inclusão social por meio das já conhecidas cotas em seus processos seletivos. Ambas as universidades citadas comungam com os princípios de reconhecimento e respeito à diversidade étnica, religiosa, cultural e de gênero.

O PPGA representa um ganho científico para a o Estado do Ceará e para todo o Nordeste. Isso se dá na medida em que, de acordo com Mota e Brandão (2004, p. 164), nesta região, a Antropologia não experimentou a expansão e a consolidação institucional, por meio da criação de programas de pós-graduação, – como ocorreu no fim da década de 1970 em algumas universidades do Centro-Sul do país. De fato, os ensino e pesquisa em Antropologia no Nordeste, estiveram, em grande parte e por um longo período, abrigados em programas de pós-graduação em Ciências Sociais e Sociologia. Tal redundou, ainda segundo os autores citados, na não visibilidade de uma produção que, embora fecunda, não podia figurar nos Relatórios de Coleta CAPES. Até 2004, por exemplo, ano em que Mota e Brandão escreveram sobre o Campo da Antropologia no Nordeste, a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) era a única em que se encontravam Mestrado e Doutorado em Antropologia.

A realidade das pós-graduações na região Nordeste tem se modificado desde então, com a criação de programas específicos de Antropologia em grande parte das capitais da região. A criação de novos programas de pós-graduação permite dar visibilidade a uma produção até então difusa, quando não fragmentada, de conhecimento antropológico. Nesse contexto, o Ceará aparecia como um dos poucos Estados do Nordeste em que ainda não se tinha uma pós-graduação em Antropologia,. Isso se dava apesar da rica trajetória que o Es-

tado estabeleceu com esse campo de saber e do amplo reservatório de pesquisas de cunho antropológico, especialmente, no Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, na Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Regional do Cariri (URCA) e a Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA).

A proposta de criação do Programa interinstitucional de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Ceará e da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira tem como objetivo oferecer formação em nível de Mestrado para alunos/as egressos(as) de cursos de graduação da UFC, UNILAB e de outras universidades locais, nacionais e internacionais. Sua constituição vem convenientemente atender ao que autores como Mota e Brandão, (2004) têm denominando de “transbordamento do campo disciplinar” da Antropologia, traduzido numa demanda cada vez mais crescente por profissionais da Antropologia em âmbito acadêmico e em espaços institucionais externos à academia. Tal demanda caminha não apenas em direção a outras áreas de conhecimento – Saúde Pública, Administração de Empresas, Direito, Psicologia, Desenvolvimento Urbano, Comunicação, etc. –, mas é também solicitada por institutos (públicos e privados) de pesquisas, organizações não governamentais e órgãos governamentais (IPHAN, INCRA, FUNAI, FUNASA, MP, MDS, Ministério da Saúde).

Voltado para o fortalecimento e a ampliação da eficácia e do alcance do conhecimento antropológico, para atender às demandas regionais relativas à distintas esferas do mundo social (saúde, educação, meio ambiente, mediação de conflitos étnicos, políticas sexuais, de gênero e de geração, patrimônio, imagem, memória e gestão de políticas públicas), o PPGA da UFC/UNILAB pretende capacitar profissionais capazes de responder, de forma ética e responsável, às problemáticas

do presente, alargando o horizonte teórico e prático da Antropologia no Estado e na região Nordeste.

O PPGA se propõe outrossim a cobrir campos clássicos e contemporâneos da Antropologia, com ênfase em duas linhas de pesquisas, a saber, “Narrativas, Memórias e Simbolismo” e, “Diferença, poder e epistemologias”. Essas linhas de pesquisa permitem contemplar uma demanda no Estado, concernente às esferas do ensino, pesquisa e extensão. Vale destacar, desde já, que o PPGA da UFC/UNILAB deverá atender ao grande contingente de alunos/as egressos(as) dos mais de 4 cursos de graduação em Ciências Sociais no Estado do Ceará. Nestes, pela falta de uma pós-graduação em Antropologia ou pela impossibilidade de deslocamento para outros Estados, os estudantes optam pelas pós-graduações em Sociologia ou cursos mistos. Segundo nossa percepção, tal gera algumas lacunas para aqueles com vocação antropológica: um prejuízo para sua experiência formativa e subsequente inserção profissional. O Estado do Ceará também apresenta uma grande carência quanto à atuação de antropólogos(as) nas questões vinculadas aos relatórios e laudos sobre comunidades e/ou grupos indígenas, quilombolas e de sexualidades ditas “dissidentes”. Trata-se de populações com as quais a Antropologia sempre manteve incontestável compromisso ético.

As afinidades eletivas entre a UFC, a UNILAB e a UECE puderam ser melhor circunscritas, conforme já destacado, no momento da organização coletiva da décima terceira edição da Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste e da quarta edição da Reunião Equatorial de Antropologia, realizada no Ceará, entre os dias 04 e 07 de agosto de 2013. A temática dos dois eventos conjuntos concerniu aos “Saberes locais e experiências transnacionais: interfaces do fazer antropológico”. Tal constituiu um momento particularmente importante para

que os/as colegas das três universidades afinassem ora interesses e afiliações mútuas entre seus diversos laboratórios e núcleos de pesquisa, ora buscassem possibilidades de parcerias em publicações nacionais e internacionais e também mobilizassem esforços para a organização coletiva de eventos empenhados na difusão do conhecimento antropológico.

Para a instituição do PPGA, a UFC e a UNILAB mobilizaram um intenso intercâmbio de antropólogos e antropólogas na constituição de bancas de mestrado e doutorado, bem como, conforme destacado, em parcerias para a produção coletiva e compartilhada de publicações e eventos, como aconteceu, por exemplo, na organização de atividades Pré-REA/ABANNE e o próprio evento, realizado a partir dessa parceria. A esse respeito ainda, destacamos a criação do Ciclo de Conferências Antropologia no Ceará³, promovido pelas UFC e UNILAB

3. O Ciclo teve como proposta compor o cenário de uma interlocução permanente e itinerante entre ambas as universidades, agregando conferencistas e debatedores/as da UFC, UNILAB e outras universidades. Suas atividades tiveram início em 19 de junho de 2015 e até o presente momento foram apresentadas as seguintes conferências: “Variações do Sentimento de Natureza: corpo, linguagem e desejo”, com o Prof. Dr. Romain Bragard (UFC), tendo como debatedor o Prof. Dr. Igor Monteiro (hoje da UNILAB) (19/06/2015); “A Capoeira e os Dilemas Existenciais de uma Arte Transnacional”, com o Prof. Dr. Ricardo Nascimento (UNILAB) e os debatedores Prof. Dr. Robson Cruz (UNILAB) e Prof. Dr. Igor Monteiro (UNILAB), (09/09/2015); Caminhos da Antropologia no Ceará, com a Profa. Dra. Sulamita Vieira (UFC) (15/03/2016); Canoa Quebrada e o Instituto de Antropologia, com o Prof. Dr. Hélio Barros (UFC), Profa. Ms. Teresinha Alencar (UFC) e as Prof. Dra. Marina Melo (UNILAB) e a Profa. Dra. Sulamita Vieira (UFC) como debatedoras, (14/03/2017); “Operação Canoa, o filme. Antropologia, cinema e sexualidade”, com o Prof. Dr. Alexandre Fleming Câmara Vale (UFC), (15/03/2016). Tivemos ainda: “Existências, insistências e travessias: sobre algumas políticas e poéticas do travestimento”, com o Prof. Dr. Vitor Grunvald (USP e Cásper Líbero) e as debatedoras Prof. Dra. Ilana Viana do Amaral (UFC) e Dora Fox (Mestranda em sociologia da UFC), (08/04/2016). O Ciclo seguiu com as seguintes conferências: “Pequenas narrativas, mitos e literatura: Guimarães Rosa e Antropologia”, com o Prof. Dr. Kleyton Rattes (UFC) e o Prof. Dr. Romain Bragard como debatedor e, por fim, “Umbanda e Jurema: transformações e transnacionalização de

com a coordenação do Laboratório de Estudos da Oralidade do Departamento de Ciências Sociais da UFC, com o intuito de intensificar as parcerias entre os laboratórios deste Departamento e compartilhar o conhecimento produzido com a comunidade acadêmica e local dos municípios de Fortaleza e da cidade de Redenção. Do ponto de vista de publicações compartilhadas, podemos citar, a coletânea, financiada pela ABA pós REA/ABANNE⁴, organizada por Carvalho e Braz ou ainda a parceria da UNILAB com a UFC na organização do Dossiê temático “O Trabalho em África”, na *Revista de Ciências Sociais da UFC* (Volume 46, n.º 2), organizado por Abrantes e Berthet.

A cerimônia de abertura do Mestrado Associado em Antropologia foi realizada no dia 17 de agosto, mas se estendeu ao longo daquele mês, tanto em Fortaleza quanto em Redenção. A programação contou com diversos tipos de atividades: mesa solene, mesa redonda, apresentação de docentes e discentes do PPGA, apresentação do Projeto Político Pedagógico do Curso, aulas magnas, rodas de conversas, encontro com professores/as indígenas e visita ao Museu dos Índios Kanindé.

A primeira mesa da aludida abertura ficou por conta das autoridades institucionais da UFC e da UNILAB que celebraram, alguns com ressalvas, a ação conjunta das duas universidades – a saber, o Vice-Reitor Prof. Dr. Custódio da Silva Almeida, representando o Magnífico Reitor da Universidade Federal do Ceará, o Prof. Dr. Henry de Holanda Campos; a Pró-reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da UNILAB, a Profa. Dra. Albanise Barbosa Marinho. Houve outrossim

um campo religioso”, com o Prof. Dr. Ismael Pordeus Jr, tendo como debatedor o Prof. Dr. Robson Cruz (UNILAB).

4. RODRIGUES, Lea Carvalho; SILVA, I. B. P. (Org.) Saberes locais, experiências transnacionais: interfaces do fazer antropológico. 1. ed. Brasília / Fortaleza: Aba Publicações / Expressão Gráfica, 2014. v. 1000. 330p .

as falas da coordenadora geral do PPGA, a Profa. Dra. Lea Carvalho Rodrigues e da então coordenadora interina da UNILAB, a Profa. Dra. Marina Pereira de Almeida Mello. A equipe do Laboratório de Estudos da Oralidade registrou, em som e imagem, essas falas inaugurais e também aquelas de nossos representantes discentes, a mestranda Pety Mama oriunda de Guiné Bissau e do mestrando George Feitosa Carvalho, de Fortaleza, convidados para aquele momento solene.

A mesa redonda “Antropologia no Ceará: o porvir e o vigor de ter sido”, uma das que compuseram o evento de abertura teve o objetivo de referenciar o passado de nossa disciplina no Estado do Ceará, a situação presente e as promessas de um tempo vindouro, essa mediante a instituição do novo PPGA. Foram convidadas, na ocasião, as Professoras Dra. Sulamita Vieira, da UFC, Dra. Vera Rodrigues, da UNILAB e o Prof. Dr. Alexandre Vale, também da UFC. O vigor de ter sido de nossa disciplina no Estado, mesmo que não institucionalizada, só foi possível graças ao esforço de todos(as) aqueles(as) que nos antecederam. Para a UFC pelo menos, era difícil pensar aquele momento sem a referência aos Professoras e Professores que fizeram e ainda fazem parte da história da Antropologia cearense.

A empreitada de situar nossa trajetória ficou por conta da Professora antropóloga Dra. Sulamita Vieira, autora do livro *Caminhos das Ciências Sociais na UFC*, que está em sua segunda edição⁵. Esta nos brindou com alguns de seus achados e reflexões. Falou sobre pontos fulcrais da institucionalização do ensino e da pesquisa das Ciências Sociais em nossa universidade, realizando um registro incontornável

5. Reflexão apurada e registro de valor incontestável, o livro de Sulamita Vieira é um marco na história das Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. A segunda edição, ainda no prelo, foi concebida especialmente para celebrar os 50 anos do Departamento de Ciências Sociais. *Caminhos das Ciências Sociais na UFC* é um livro preciso e generoso, especialmente no que tange à enorme quantidade e qualidade de dados coletados, verdadeira ogiva para pesquisas posteriores.

dos trabalhos produzidos e seus(suas) autores(as): verdadeiro caleidoscópio de enunciações da história de nosso curso, de nossa universidade e de nosso Estado. Um curso com uma trajetória singular, como destaca a autora citada, foi criado em plena ditadura militar, mas que soube contornar firmemente as arbitrariedades enfrentadas e construir-se como uma das maiores unidades de produção e difusão do saber das Ciências Sociais no Estado.

A apresentação da Professora Dra. Sulamita Vieira nos remetia ainda aos antecedentes institucionais do curso de graduação – com as empreitadas do Serviço de Antropologia que foi depois transformado em Instituto de Antropologia. Em 1969 deu-se a fundação propriamente dita do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, que passou a integrar a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Martins Filho, pode-se depreender nos escritos de Sulamita Vieira (2016), entendia a Antropologia como saber-matriz. Não porque se tratasse de um saber revolucionário por excelência, mas talvez porque se tratasse de um tipo de saber que enxergava a experiência humana em sua totalidade biológica, social e cultural, como escreveu Vale no *Prefácio* ao livro da antropóloga (VALE, 2016).

E, se havia uma necessidade de revolução então, era aquela que dizia respeito ao conhecimento do Nordeste para que algo pudesse ser feito pela população local, objetivos notórios do Instituto de Antropologia. Não cabe recontar uma história que poderá ser muito mais bem lida nas linhas de nossa autora (VIEIRA, 2016). O Serviço de Antropologia e, posteriormente, o Instituto de Antropologia, ambos geridos pelo engenheiro-antropólogo Thomaz Pompeu Sobrinho, duraram pouco mais de uma década, mas dessa empreitada colhemos frutos até hoje. Um deles, é o filme sobre “Teresinha Alencar, Canoa Quebrada e o Instituto de Antropologia”, que encerrou nossa mesa de

abertura.

Memória, imagem e etnografia

Em 2014, Alexandre Vale e Teresinha Cunha iniciaram uma pesquisa denominada “O Campo da Antropologia no Ceará: Memória, Experiências e Perspectivas”. Ela foi interrompida diversas vezes e renasceu como Antropologia Visual, em 2017, com o filme “Teresinha Alencar, Canoa Quebrada e o Instituto de Antropologia”. Naquela pesquisa, nós indagávamos pela maneira como “ciclos vitais” (GERTZ, 2000) da Antropologia local, poderiam ser traduzidos em linhagens que circunscrevessem a produção de um *corpus* empírico e teórico. Buscávamos, então, empreender uma etnografia do saber antropológico cearense, localizando na literatura antropológica dos(as) antropólogos/as do Instituto de Antropologia e seus “descendentes”, as linhas mestras de uma história antropológica periférica (RCO, 2006), ou “ex-centrica” (GROSSI, 2009).

Indagávamos ainda como, ao longo de sua trajetória, a Antropologia no Ceará incorporou o ensino e a pesquisa e reterritorializou, da matriz da disciplina, os intercâmbios teóricos que realizou com outros Estados e outros países. Mas então, perguntávamos, por que esse rico reservatório de conhecimento acumulado não havia redundado na criação de uma pós-graduação em Antropologia no Estado do Ceará? Não tínhamos “antropólogos puros” suficientes? Em que sentido isso articulava-se com as políticas de reconhecimento da Associação Brasileira de Antropologia ou com as definições do campo intelectual brasileiro e uma suposta hegemonia da Sociologia entre as Ciências Sociais? Como os boatos do varejo acadêmico e o “oco das vaidades” haviam impossibilitado a construção de um pertencimento capaz de

constituir o reconhecimento institucional de uma Antropologia local?

A pesquisa para a produção desse filme, por ocasião da abertura de nosso Mestrado em Antropologia, suscitou muitas possibilidades de investigação, muitas interpelações, que nos acompanham desde muito tempo. Outra via de investigação que empreendíamos ao pensar o filme “Teresinha Alencar, Canoa Quebrada e o Instituto de Antropologia” dizia respeito aos deslocamentos de pesquisadores e pesquisadoras para a realização de pós-graduação em outros lugares, seja para a região Sul do Brasil, seja ainda, para o exterior, o que, em nossa cabeça, se traduzia como um certo “processo de internacionalização” (FRY, 2003) da Antropologia local. Esta, foi motivada por quatro décadas de acordos internacionais (CAPES/COFECUB), desde os idos do Instituto de Antropologia, quando a Universidade Federal do Ceará fez um acordo com a UNESCO para a formação de profissionais locais na Universidade François Rabelais de Tours na França. Tal se deu sob a regência do Antropólogo Jean Duvignaud. Teresinha Alencar, como veremos adiante, era não apenas testemunha ocular desse processo, como atuou, ainda como datilógrafa, no trabalho de fundação do Instituto de Antropologia. Fez Mestrado no Museu Nacional do Rio de Janeiro e também participou do referido intercâmbio.

Teresinha Alencar graduou-se em História. Trabalhava no Instituto de Antropologia da Ceará como datilógrafa e iniciou lá sua formação como antropóloga. No projeto de pesquisa do Instituto de Antropologia, estudar o sertão e as áreas pesqueiras terminou sendo uma prioridade. Canoa Quebrada significou uma espécie de Ilhas Trobriand da experiência antropológica que então se queria realizar. Um verdadeiro “laboratório” para a formação de jovens pesquisadores(as) coordenados(as) pelo prof. Hélio Barros. Este trabalhou sobre os significados da atividade pesqueira da então paupérrima e isolada co-

munidade. Teresinha dedicava-se especialmente a um estudo sobre as mulheres de Canoa Quebrada, enfocando as representações da maternidade, da amamentação e do ofício de fazer a renda de labirinto, praticado pela maioria das mulheres da comunidade. Teresinha também registrou algumas narrativas míticas de Canoa, como a de El Rei Dom Sebastião, que, segundo as pessoas dali, saía de alto-mar em um cavalo branco em direção às dunas. Aí, ele tocava trombetas e tambores com sua cavalaria, sempre no dia 21 de janeiro, dia de São Sebastião que era o padroeiro de Canoa Quebrada. Aquela estudou ainda a mística dos enterros, as representações da morte e as técnicas de “afastamento das almas”.

As histórias de Canoa Quebrada são muitas. Algumas dessas narrativas foram citadas por Teresinha Alencar no filme que encerrou nossa mesa. Antes disso, ocorreu uma exposição da Professora Dra. Vera Rodrigues, que reproduziremos a seguir.

Antropologia no Ceará: o porvir e o vigor de ter sido

A trajetória até aqui exposta dá conta de como está sendo gestado um porvir da Antropologia no Ceará. Cada passo dado vislumbrou o dia 17 de agosto como o nosso “mito de origem”, que interliga desafios e debates postos anteriormente, mas também no hoje, de um fazer antropológico inserido em um contexto regional e internacional. O mesmo pode ser pensado em relação às aulas magnas que marcaram o início do nosso Mestrado. Na ocasião, diante de um público de jovens pesquisadores(as) que vinham a constituir a nossa primeira turma de mestrandos(as), ecoaram as falas dos professores João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional) e Neusa Gusmão (UNICAMP),

ambos veteranos com muito a dizer e a instigar na reflexão antropológica. O primeiro, versou sobre alguns princípios fundantes da nossa disciplina e sobre as fronteiras da produção de conhecimento para dialogar sobre “Alteridade e fronteiras: diálogos entre a Antropologia e a História”. Já a Professora Dra. Neusa Gusmão trouxe elementos para o debate do desafio que estava posto para a Antropologia que estávamos retomando, em certa medida, reinventando a partir da parceria UFC/UNILAB em um cenário de desvalorização da universidade pública. Tal era demonstrado nos cortes orçamentários e, mais recentemente nos ataques à produção de conhecimento, criticidade e ao próprio papel do intelectual na sociedade contemporânea. A sua fala intitulada “Ciências Sociais e Antropologia: vencendo barreiras” somada à exposição do professor João Pacheco de Oliveira permeou a interlocução que se seguiu entre estudantes e professores(as)⁶.

Como exemplo disso podemos citar a proposta da Professora Dra. Vera Rodrigues, egressa da UNILAB que constrói seu “lugar de fala” como docente e pesquisadora nesse programa de pós-graduação. Ela parte do *locus* social que “atravessa a reflexão, a ação política e cultural de mulheres negras” (RIBEIRO, 2017) e se dá especialmente no campo da Antropologia das Populações Afro-brasileiras. Nessa perspectiva, o dia 17 de agosto foi evidenciado como um horizonte possível para a Antropologia “entre nossas instituições, no Estado do Ceará e em nossas vidas comprometidas e pautadas nesse lugar que espero seja de fala, reflexão, ação e protagonismo: Programa de Mestrado em Antropologia UFC-UNILAB”. Assim, o pensar nesse porvir

6. Na ocasião da abertura de nosso PPGA tivemos também dois programas na Radio Universitária: o primeiro, com o Prof. Dr. João Pacheco de Oliveira (Museu Nacional), para discussão da questão indígena no Ceará, com a participação da Prof. Dra. Isabelle Braz e o do Prof. Dr. Luis Thomás Domingos; e o segundo, com a Prof. Dra. Neusa Gusmão, a Prof. Dra. Vera Rodrigues e o Prof. Dr. Kleyton Rattes.

da antropologia veio carregado dos frutos do trabalho de campo, do nosso fazer antropológico. Entendemos que é assim se faz Antropologia, ou seja, em um processo de interlocução.

Foi em um momento como esse, mais precisamente por ocasião da etnografia⁷ construída com sujeitos do movimento afrocolombiano que fizeram e fazem sentido as expressões “êmicas” “horizonte possible” e “entrelazamientos”. Por esse caminho, creio que estamos vivendo um porvir enquanto construção de horizontes dialógicos desde o primeiro momento em que este programa de Mestrado foi pensado até a sua concretização. Ele soma trajetórias oriundas de diferentes contextos que vão do Maciço do Baturité ao diálogo diaspórico com Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Angola e Timor Leste. O aludido programa perpassa o sertão, o litoral e as serras cearenses. Assim estamos entrelaçados. Mas só isso não vai bastar para construir nosso porvir. É preciso mais. É preciso fazer uma Antropologia engajada na realidade social desses territórios e de sua gente. São necessários uma atitude ética, compromisso teórico-metodológico e uma leitura constante dos desafios que nos cercam.

Esses desafios tem sido a tônica das últimas semanas – e, talvez dos próximos anos. Isso é algo que vejo como parte do trabalho do(a) antropólogo(a), empenhado(a) em “olhar, ouvir e escrever” com o Outro e não por sobre seus ombros, como já dizia Roberto Cardoso de Oliveira. Quais desafios tencionam nosso porvir? Anteriormente, participamos enquanto docente da UNILAB de uma audiência pública realizada na Comissão de Direitos humanos e Legislação Participativa no Senado Federal⁸. O tema daquela era a situação financeira

7. “Entre Quilombos e Palenques: um estudo Antropológico sobre políticas públicas de reconhecimento no Brasil e na Colômbia” (Tese de Doutorado, FFLCH/USP, 2012).

8. Ver: www.unilab.edu.br

da UNILAB, UNILA e de alguns Institutos Federais. Em outro momento, o desafio se deu por ocasião do Seminário: “Raça e Educação 30 anos depois: e agora do que mais precisamos falar?” promovido pela Fundação Carlos Chagas (SP) em parceria com a Fundação Ford (USA). Falar de educação, do futuro das nossas IFES e do pertencimento racial está nos fundamentos da nossa disciplina ou naquilo que retomando o já citado Roberto Cardoso de Oliveira, é o “outro lado da moeda no trabalho do antropólogo(a): a cidadania”. Esses desafios são também a construção do nosso porvir. Por isso é “preciso estar(mos) atentos, firmes e fortes”. Por isso podemos atentar para nossas linhas de pesquisa, já destacadas anteriormente: “Diferença, poder e Epistemologias” e “Narrativas, Simbolismos e Emoções”.

Sobre a questão da cidadania, lembramos aqui também do antropólogo Paul Rabinow (1999, p. 30) que, referindo-se a Foucault, certa vez destacou que envolver-se em lutas políticas é alterar relações de poder. Nesses tempos em que a ideia da técnica e da neutralidade têm sido tão reivindicadas em oposição à “ideologia”, vale lembrar algumas sugestões desse autor para abordar o funcionamento concreto das relações de poder nas sociedades ocidentais. Quais as tarefas políticas que a ciência antropológica pode mediar? Ora, criticar o funcionamento das instituições que, em nossa sociedade – hoje mais do que em outros tempos – aparentam ou se querem neutras e independentes constitui nossa verdadeira tarefa política. Criticar tais instituições, usando o aparato conceitual das Ciências Humanas, implica em desvelar e combater a violência política exercida obscuramente por meios de tais instituições. Esse, nos parece, é um dos motes para uma experiência formativa crítica e consciente, meta fundamental de nosso PPGA.

A guisa de conclusão

Em 7 de dezembro de 2016 o nosso PPGA foi aprovado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Esse momento, mais do que uma efeméride, é um marco do porvir que queremos celebrar daqui a 50 anos. Sim, em 2066 é provável que outros antropólogos(as) estejam escrevendo um artigo, – tal como o estamos fazendo agora – para traçar essa trajetória coletiva institucional que retomou os caminhos de uma Antropologia no Nordeste do Brasil, mais precisamente no Estado do Ceará. Supomos essa previsão, não como um exercício banal de futurologia, mas como o compromisso que estamos selando, conforme mencionado anteriormente.

O corpo docente e discente do PPGA tem a exata noção – ou ao menos não nos furtamos a tê-la – do desafio que isso compreende: seja o desafio de aliar interiorização com internacionalização; seja exercer com ética e qualidade o protagonismo do conhecimento resultante desse processo. Trata-se do desafio conhecido outrora: “ninguém solta a mão de ninguém” frente ao cenário sombrio que ameaça a pesquisa, a universidade pública e o acesso à educação como algo relevantíssimo e intrínseco aos Direitos Humanos. Aqui, nos somamos à recente manifestação da ABA – Associação Brasileira de Antropologia⁹ sobre o impacto social da Antropologia em tempo de: cortes de recursos, criminalização do fazer antropológico representado na produção de relatórios e laudos quilombolas e indígenas; afunilamento da inserção profissional do antropólogo(a); da redução do campo de estudos feministas à categoria de “ideologia” e/ou “doutrinação”.

Sim, os tempos podem ser sombrios, mas enxergar no escuro é uma arte. Para nosso PPGA tal vem da potencialidade que nos consti-

9. Ver: www.aba.abant.org.br

tuiu e que foi expressa no parecer da CAPES. O aludido parecer destaca não apenas a juventude de nosso corpo docente e reconhece como inovadora, para a área, o “que está sob a responsabilidade de duas Universidades Federais, sediadas no Estado do Ceará, o que atesta a existência de uma articulação interinstitucional para viabilizar o crescimento da área de Antropologia/Arqueologia na região Nordeste”. Destaca ainda o caráter “fortemente marcado (do) respeito às minorias e políticas de inclusão”, bem como o viés de internacionalização de ambas as universidades e sua importância para o desenvolvimento da Antropologia na região Nordeste.

Com esse porvir promissor, comprometido com uma formação de qualidade, só nos resta reproduzir os trechos finais de nossa colega Profa. Dra. Vera Rodrigues, que corou um momento particularmente importante e bonito de nossa cerimônia de abertura. Dirigindo-se a um auditório lotado, a antropóloga disse:

(...) Eu me dirijo a vocês futuros antropólogos e antropólogas para lhes dizer daquilo que desejo para o nosso porvir:

- Desejo que vejam esse Mestrado como a sua casa e, portanto, lugar de construção de afetos, compartilhamento de responsabilidades, cuidado, gentileza e abrigo;
- Desejo que vejam em seus professores e professoras interlocutores de confiança e comprometidos com uma produção de conhecimento crítica, criativa e reflexo de quem somos, de onde viemos e para onde vamos.
- Desejo, especialmente as jovens mulheres negras que adentram esse espaço que nos momentos difíceis em que o volume de trabalho será maior que o tempo para dar conta; em que a pessoa que diz lhes amar disser escolha “Ou eu ou esse Mestrado?” Quando alguém questionar sua capacidade intelectual lembrem-se: nossos passos vêm de longe e não caminhamos sós.

Devo lhes dizer que não vim aqui com a pretensão de quem se ar-

vora detentora de soluções mágicas, receitas prontas ou de algum pedestal distante dos seus pares, muito pelo contrário. Vim fazer um convite-desafio para que busquemos conjuntamente caminhos de fortalecimento. Também não vim aqui para chorar ou lamentar nenhum passo dado até aqui, mas para selar compromissos de trajetórias coletivas:

Que nos cortem as verbas, mas não a esperança;

Que reduzam as vagas e bolsas de pesquisa na graduação e na pós-graduação, mas não nossa firme decisão de seguir adiante em nome de quem somos e de onde viemos;

Que anulem os investimentos, em nome do desenvolvimento, mas não nossa capacidade crítica e disposição de passados décadas ainda estejamos aqui firmes e fortes, ou ao menos tenhamos conseguido passar o bastião adiante.

Vida longa ao programa de Mestrado de Antropologia UFC-UNILAB.

Referências

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília/ São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da Unesp, 1998.

GEERTZ, C. Como pensamos hoje: a caminho de uma Etnografia do Pensamento Moderno. In: _____. *O Saber Local: Novos ensaios em antropologia interpretativa*. 8ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

MARTIN, Jean-Baptiste. *Usages Sociaux de la Mémoire et de L'imaginaire au Brésil et em France*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 200.

PEIRANO, Mariza (2008). *The Anthropology of anthropology: the brasilian case*. Série Antropologia 110, Brasília, UNB: 174 p.

RIBEIRO, Djamila. *O que é Lugar de Fala?* Belo Horizonte: Editora Letramento, 2017.

RIBEIRO, G. L.; TRAJANO, W. Filho. (Org.). *O campo da Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/ Associação Brasileira de Antropologia, 2004.

VALE, Alexandre F.C. Prefácio. In: VIEIRA, Maria Sulamita de Almeida. *Caminho das Ciências Sociais na UFC*. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2016. v. 1. 286p.

VIEIRA, Maria Sulamita de Almeida. *Caminho das Ciências Sociais na UFC*. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2016. v. 1. 286p.

Resumo:

O dia 17 de agosto de 2017 constitui uma data especial para o ensino e a pesquisa antropológica no Estado do Ceará. A Antropologia cearense retoma então, em novas bases e com novas parcerias, uma história que fora interrompida. A data celebra a instituição de nosso Mestrado Acadêmico, uma parceria entre a Universidade Federal do Ceará (UFC) e a Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNI-LAB). Para nós da UFC, desde os idos do Instituto de Antropologia, fundado em 1953 e extinto em 1957, em nosso Estado, não se tem registro de um esforço sistemático e institucional consagrado ao ensino e formação, pesquisa e extensão em antropologia, com o reconhecimento da Capes e da ABA. O presente artigo tem portanto como objetivo registrar alguns dos passos da história aludida para, em seguida, refletir sobre o nosso passado antropológico, nosso presente e as possibilidades futuras no encontro dessas duas universidades.

Palavras-chave: história da Antropologia; Ceará; pós-graduação; ciências humanas.

Abstract:

August 17, 2017 is a special date for both teaching and researching on Anthropology in the State of Ceará, Brazil. One restarts then, by means of other bases and new partnerships our anthropological history by establishing an Academic Master's Degree. This is due to the collaboration between the Federal University of Ceará (UFC) and the University of International Integration of Afro-Brazilian Lusophony (UNILAB). Since the beginning of the Institute of Anthropology in Ceará, which was founded in 1953 and extincted in 1957, there had been no historical record concerning the recognition of CAPES and ABA about systematic and devoted to teaching, training and researching in Anthropology. This article aims both recording some of the steps of the above referred history and reflecting our anthropological past, our present and future possibilities in the meeting of these two universities.

Keywords: history of Anthropology; Ceará; postgraduate; humanities.

Recebido para publicação em 13/02/2019.

Aceito em 24/02/2019.

// **Especial**
O Amapá como desafio sociológico

Histórias vividas e narradas: os amapaenses no *Jornal Amapá*

Manoel Azevedo de Souza

Universidade Federal do Amapá, Brasil
mazevedo@unifap.br

César Barreira

Universidade Federal do Ceará, Brasil
cbarreira08@gmail.com

Introdução

A reflexão que ora propomos consiste em observar, a partir do periódico *Jornal Amapá* (1945-1968), os processos de construção das identidades amapaenses¹. Nesse caso, a identidade é vista, conforme Castells (2006, p. 22-23), como “a fonte de significado e experiência de um povo”, e reforça ainda, que “toda e qualquer identidade é construída”.

1. Artigo elaborado a partir da Tese de Doutorado *Imagens, memórias e discursos: a construção das identidades amapaenses no Jornal Amapá – 1945 a 1968* (SOUZA, 2016), defendida na UFC (Universidade Federal do Ceará), sob a orientação do Prof. Dr. César Barreira.

Nessa direção, o jornal é um campo privilegiado de estudos de uma comunidade, em torno dos costumes, dos espaços de sociabilização, das identidades advindas principalmente com o desenvolvimento urbano. É também um manancial dos mais férteis para o conhecimento do passado, pois possibilita ao pesquisador acompanhar e recuperar a trajetória dos homens ao longo dos tempos, ou seja: “os jornais oferecem vasto material para o estudo da vida cotidiana. Os costumes e práticas sociais, o folclore, enfim, todos os aspectos do dia-a-dia estão registrados em suas páginas” (CAPELATO, 1988, p. 34).

Desse modo, a memória tem significativa importância no processo de construção identitária dos grupos sociais, pois leva os referidos grupos a buscar, através dos discursos que os legitimem, a ideia de pertencimento, fazer-se conhecer e reconhecer ao longo de seu percurso histórico.

Fundado em 19 de março de 1945, o *Jornal Amapá* foi, durante o período de 1945 a 1968², a principal mídia impressa do Amapá de ampla circulação. Apesar de ser também um informativo do recém-criado Território Federal do Amapá³, e que de alguma forma refletia a orientação sociopolítica do governo, o referido jornal pode ser caracterizado também como um periódico de temática livre, com assuntos diversificados, apresentando conteúdos informativos, notícias, opiniões e análises, anúncios e propagandas, que estabeleciam um elo a comunidade amapaense.

Desde o primeiro número e na primeira página o jornal já anunciava ser um mecanismo não apenas de difusão dos programas do

2. O recorte temporal (1945-1968), refere-se ao primeiro período de circulação do *Jornal Amapá*, quando o então o recém-criado Território Federal do Amapá ganha certa autonomia política e administrativa, após sua separação do estado do Pará, e passa por um acelerado processo de desenvolvimento urbano.

3. Em 1943, o Amapá inicia sua “autonomia” administrativa e política ao ser desmembrado do estado do Pará e transformado em território federal.

primeiro governo do recém-criado Território Federal do Amapá, mas também um espaço de divulgação e afirmação das identidades amapaenses: "Este número do 'AMAPÁ' é o marco zero de uma longa marcha que encetamos em prol da divulgação e da expansão do porfioso combate que se trava pela completa integração do brasileiro em seus legítimos domínios (*JORNAL AMAPÁ*, 19 de março de 1945).

Nessa perspectiva, o referido jornal é aqui entendido como um "produto social", ou seja, como uma fonte histórica capaz de refletir, através das notícias veiculadas, representações das identidades amapaenses.

Quanto à organização do presente artigo, apresentamos através do *Jornal Amapá* alguns tópicos relacionados a diversas temáticas que refletiam o cotidiano da cidade de Macapá, nos primeiros anos de sua "autonomia" como a capital do Território Federal do Amapá. Concomitantemente são analisados os aspectos que possibilitam perceber, nessas temáticas, como a presença do negro nas manifestações culturais populares, importantes características que contribuíram para a construção das identidades amapaenses.

2 Representações do cotidiano de Macapá: memórias e identidades

2.1 Religiosidade: a festa de São José de Macapá

O padroeiro do cristão é escolhido de uma lista oficial dos santos reconhecidos pela Igreja católica, e assim também, regras canônicas que prescrevem o modo de cada fiel cumprir esse culto particular (DURKHEIM, 1989, p. 78).

A festa religiosa em homenagem a São José de Macapá ocorre uma

semana antes do dia 19 de março (dia de São José) e é promovida pela Igreja Católica com a adesão de diversas instituições oficiais e não oficiais. Na época, era uma das atividades que mais reunia pessoas no então Território Federal do Amapá. Pessoas de todos os níveis sociais se misturavam nesses momentos de devoção religiosa. Esse evento, por ocorrer todos os anos e pela sua dimensão, representava a tradição religiosa do Amapá de maior visibilidade, bem como a mais conhecida no cenário local e regional.

Festa de São José de Macapá, Padroeiro de Macapá

Tiveram início, dia 10 do mês em curso, sábado, nesta capital, os tradicionais festejos em homenagem ao padroeiro da cidade, o milagroso São José de Macapá, a quem a nossa população, todos os anos devota o culto de sua fé inabalável.

Este ano, como nos anos anteriores, estão decorrendo com grande animação, tanto os festejos profanos como os religiosos, tudo indicando que jamais fenecerá a religião católica, que alimenta a alma da maioria dos habitantes deste pedaço da Amazônia Brasileira. (*JORNAL AMAPÁ*, 15 de março de 1956)

Um dos pontos altos da festividade é a procissão em que, atendendo a uma tradição, a população realiza um trajeto, um percurso em caminhada por algumas ruas da cidade:

Hoje à tarde a procissão de São José: Emocionante o culto ao padroeiro de Macapá – A crença do nosso povo na Providência Divina

Como encerramento aos dias de consagrados a São José, será realizada à tarde grande procissão, momento em que a população católica de Macapá terá oportunidade de demonstrar a sua crença na Providência Divina, única força capaz de evitar as quedas da nossa alma. A procissão sem dúvida alguma, constituirá um emocionante espetáculo de fé cristã. (*JORNAL AMAPÁ*, 19 de março de 1955)

A procissão de São José de Macapá pode ser entendida como uma

caminhada de uma comunidade movida por um ato religioso comemorativo ou de reconhecimento de uma alteridade mítica a ocupar espaços vazios de suas individualidades. Nessa perspectiva, Durkheim (1989) comenta que:

As crenças propriamente religiosas são sempre comuns a determinada coletividade que faz profissão de aderir e de praticar os ritos ligados a elas. Elas não são apenas admitidas a título individual, por todos os membros dessa coletividade; são coisas do grupo e constituem a sua unidade. Os indivíduos que a compõem se sentem ligados uns aos outros pelo simples fato de terem uma fé comum. Uma sociedade cujos membros estão unidos pelo fato de conceber, da mesma maneira, o mundo sagrado e suas relações com o mundo profano. (DURKHEIM, 1989, p. 75)

A procissão revela-se pelo ritmo do sagrado, que pode responder por uma necessidade individual e/ou coletiva. Assim, durante os festejos a comunidade faz referência aos milagres a ele (o Santo) vinculados, a sua capacidade de intervir na história mudando seu rumo, alterando destinos, relativos desde a saúde (principalmente) e a moradia, até os aspectos da vida ligados às dificuldades decorrentes das condições socioeconômicas – são as graças alcançadas ou a serem alcançadas pelos fiéis: “É o Santo que nos ajuda a vencer, com a fé inabalável, os tropeços naturais da vida diária, não perecendo, deste modo, a crença que depositamos em Deus”. (*JORNAL AMAPÁ*, 13 de março de 1955).

As festividades de São José também eram um espaço privilegiado para as pessoas da comunidade manterem relações sociais, inclusive com as maiores autoridades do poder público (governador, prefeito, juiz de direito etc.) visto que, em seu cotidiano, isso era difícil de acontecer. Essa ocasião possibilitava que a comunidade interagisse com essas autoridades dentro de um ambiente comum que era deno-

minado como “Os noitários da Barraca de São José”, o qual durante uma semana se transformava em um espaço de diversão e socialização (a festa era no espaço da igreja). No local também havia uma concentração de atividade econômica, pois ocorriam ali as compras e vendas de diversas iguarias e bebidas, leilões, sorteios, sendo que o valor arrecadado normalmente era destinado para as obras da igreja católica, ou seja, o profano é dominado pelo sagrado, isto é, a manifestação da fé passa pelo controle institucional que a legítima.

Assim, esses detalhes apresentados nas descrições da referida festividade reforçam, conforme Delgado (2010), que a memória enquanto suporte da identidade, não é preservação, mas reorganização, reconstrução de lembranças.

2.2 Quebras de condutas (ocorrências policiais)

Os anos se escoam rápido e os padrões de conduta que herdamos de nossos pais não podem mais prevalecer em face as transformações econômicas do mundo de hoje (*Jornal Amapá*, editorial, 07 de fevereiro de 1953).

Em quase todas as edições do *Jornal Amapá* encontram-se referências sobre o movimento das quebras de condutas na cidade de Macapá. São relatadas então, de forma sintética, principalmente entradas de detentos, esclarecendo-se também os motivos sumários que levaram à captura. Nessa seção, as pessoas de baixa renda aparecem com grande regularidade, sendo que os comentários sucintos sobre as diversas formas de aprisionamento compõem um quadro que, de certa forma, movimentava o cotidiano de uma cidade em desenvolvimento, bem como “alimentava” de informações policiais, as rodas de conversas e as “fofocas”.

Nos primeiros anos de criação do Território Federal do Amapá

o número de quebras de condutas que pudemos observar no *Jornal Amapá*, indicam que o aprisionamento por “embriaguez e desordem” era uma prática bem corriqueira, sendo que as pessoas eram costumeiramente identificadas pelo nome (às vezes pelo apelido), naturalidade, estado civil, idade, profissão e em alguns casos, pelo local de moradia:

EMBRIAGUEZ E DESORDEM

Foram enxadrezados, por embriaguez e desordem: Orlando Estevão Pereira, maranhense, solteiro, de 24 anos, operário; Waldemar Ferreira da Silva, amazonense, solteiro, de 32 anos, pedreiro, residente no Barracão dos Operários; João Miranda Sidrim, paraense, de 26 anos, solteiro, trabalhador do Fomento Agrícola; Aristides José dos Santos, vulgo “Baiano”, de 42 anos, carpina; Manuel Porpino de Sena, paraense, solteiro, de 25 anos, motorista; Manuel Viana de Souza, amazonense de 35 anos, carpinteiro; Felipe Marques Pereira, amapaense, casado, pescador, residente no Igarapé Grande; por desordem, Cesar Soares, cearense, solteiro, de 32 anos, trabalhador no Hospital em Construção (*JORNAL AMAPÁ*, 9 de fevereiro de 1946, grifos nossos).

É interessante também destacar que, em outros momentos, a cor da pessoa era relatada logo após a sua naturalidade como se a intenção fosse demarcar pela raça a sua condição social:

EMBRIAGUEZ E DESORDEM

Passaram a figurar nessa galeria, os “inocentes”: Raimundo Ramos Filho, paraense, preto, braçal, com 26 anos; Raimundo Lino Picanço, paraense, preto, braçal; Sérgio dos Santos Araújo, vulgo “baiano”, pardo, braçal, com 38 anos; [...] (*JORNAL AMAPÁ*, 9 de fevereiro de 1946, grifos nossos).

Ou adjetivando o sujeito, para designá-lo pejorativamente pela sua naturalidade:

CRIA JUÍZO PEDRO

É rio-grandense do norte, é papa-jerimum o Pedro Norberto da Silva. Tem apenas 26 anos, é estivador, residente no bairro do Trem e gosta um bocado do parati. Outro dia o “Chico” subiu-lhe pra cabeça e o potiguar entendeu – eram 11 horas da noite, vejam só! – de invadir a casa de Candida Valente das Neves. Mas saiu-se mal, porque a porque a Candida é valente e o Pedro “comeu” 6 horas de xadrez. (*JORNAL AMAPÁ*, 14 de fevereiro de 1948, grifos nossos).

Outro aspecto relevante encontrado nas quebras de condutas refere-se aos relatos de outros motivos de prisão. Além de por “embriaguez e vagabundagem”, são recorrentes outras qualificações:

OFENSA MORAL

Manoel Barros, paraense, pedreiro, aqui residente, esteve preso porque, em trajes de Adão, bastante embriagado, flanava na praia da Fortaleza, sem respeito às famílias que ali se encontravam (*JORNAL AMAPÁ*, 26 de maio de 1945).

PERTURBAÇÃO DE SOSSEGO

Ana Pereira da Conceição, Merian Pereira da Conceição e Maria Júlia, apesar de avisadas pela polícia, persistiram em perturbar o sossego e a moral pública, do que resultou serem hospedadas no xadrez, para ver que conselho da polícia deve ser aceito (*JORNAL AMAPÁ*, 26 de maio de 1945).

INFRIGIU O TABELAMENTO

Por ter vendido carne de suíno a 6 cruzeiro o quilograma, foi preso Raimundo Cruz, paraense, de 35 anos, pedreiro residente nesta cidade (*JORNAL AMAPÁ*, 6 de outubro de 1945).

PEQUENOS FURTOS

O menor A.E. foi acusado de haver furtado um par de sapatos de Raimundo José Rodrigues, confessou o furto e devolveu o sapato (*JORNAL AMAPÁ*, 12 de maio de 1945).

IDÍLIO INTERROMPIDO

Ele chama-se Raimundo Lino Picanço, amapaense, 21 anos, casado, carroceiro; ela América Ferreira dos Santos conhecida pelo “sobriquet” de Maria Vadoca, paraense, solteira, 29 anos, residente no Iga-

rapé da Fortaleza. é da Fortaleza. Raimundo e Vadoca esqueceram-se, no calor do idílio, que estavam na praça Barão do Rio Branco excederam-se. Pôr isso foram detidos até às 6 horas, quando a autoridade lhes deu liberdade... e conselhos (JORNAL AMAPÁ, 10 de janeiro de 1948).

O primeiro homicídio de grande repercussão na cidade de Macapá vem quebrar a rotina das notícias sobre quebra de conduta, inclusive já trazendo indícios para uma “nova” forma de linguagem policial e de apresentação das referidas notícias.

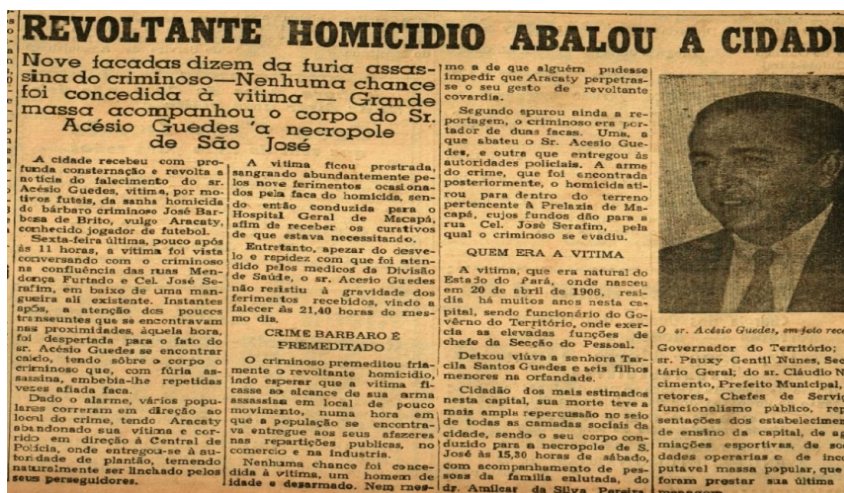


Figura 1: Primeiro crime que abalou a cidade

Fonte: *Jornal Amapá*, 30 de setembro de 1956.

Portanto, essa rotina das quebras de conduta presente no *Jornal Amapá* é relevante, já que parecia cumprir uma função determinada, pois enquanto outras seções de notícias pareciam destacar um espaço privilegiado (política, social, cultural) para as notícias apresentadas, a quebra de conduta aparentava manter uma maior relação com o cotidiano mais imediato da cidade de Macapá.

2.3 Carnaval: a expressão do humor popular

Estamos em pleno reinado de Momo. Uma vibração incomum se apodera de todos os que presentem as alegrias da vida (*Jornal Amapá*, editorial, 02 de fevereiro de 1946).

O espírito festivo do macapaense sempre se manifestou ao longo de sua história e no período do carnaval se acentuava ainda mais, pois a participação popular era mais efervescente. E o *Jornal Amapá* cuidava de destacar, em sua “seção carnavalesca”, criada especificamente nesse período, os locais, dias e horários dos desfiles de blocos e ranchos, as “batalhas de confetes”, os bailes de salões nos clubes e os concursos de fantasias. O carnaval é divulgado como uma das festividades mais aguardadas pela população amapaense: “Momo empolga a cidade, desde que se estabeleceu o reinado de folganças e diabruras ao que se convencionou denominar – Carnaval” (*JORNAL AMAPÁ*, 9 de fevereiro de 1946).

A história do carnaval amapaense começa em 1946 (nos primeiros anos de criação do Território Federal do Amapá). Nessa época, Macapá estava em franco desenvolvimento com a construção dos primeiros prédios públicos, para tanto fez-se necessário trazer mão de obra mais qualificada para o desenvolvimento dessas construções.

Dentre os que aportaram no Amapá, nessa época, o maior número de trabalhadores (principalmente pedreiros, ferreiros e carpinteiros) foi do estado do Pará, particularmente de Belém, onde o carnaval já estava consolidado. Desse modo, com esses trabalhadores chegavam também os primeiros carnavalescos (Mestre Bené, José Vagalume dos Santos, Mestre Hollywood, Picolé, Mestre Fabiano e Manoel de Souza⁴) que deram o tom aos carnavais de rua e ajudaram a fundar os

4. Operários da construção civil vindos principalmente de Belém-PA e fundado-

primeiros blocos carnavalescos populares intitulados “Os Bandoleiros da orgia”⁵ e “Os tricolores da folia” que mais tarde se transformariam nas duas mais tradicionais escolas de samba de Macapá: “Boêmios do Laguiño” e “Maracatu da Favela”.

Seção Carnavalesca

A mocidade que labuta nas construções e demais serviços operários, não se poderia retrair, compartilhando, pois, dos folguedos com os seus instrumentos típicos, em garboso e formidável desfile, conclamando os molemolentes a virem para as ruas nos momentos consagrados à Folia. [...] O rancho nº 1 da cidade está em plena forma e percorrerá hoje as nossas vias públicas, com seus belos uniformes em meio ao roncar de suas cuícas e soar dos tamborins “bamboleando” no delírio do frevo (*JORNAL AMAPÁ*, 9 de fevereiro de 1946).

Conforme o jornalista Aníbal Sérgio (2011), ao final da década de 1940, as agremiações cresceram e passaram a se organizar melhor, apresentando passistas, porta-estandarte e bateria, quesitos obrigatórios para os “ranchos” se apresentarem em público. A questão é que não havia um local adequado para a realização das apresentações. Foi quando surgiram os comerciantes que passaram a organizar os eventos carnavalescos nos bairros da cidade, aos sábados e principalmente aos domingos.

A concentração de pessoas durante esse período gerava consumo e lucros garantidos aos proprietários dos estabelecimentos comerciais que promoviam o carnaval. Também foi criada a “batalha de confete” (nome em homenagem à época carnavalesca) que era realizada na frente da cidade e do prédio do Macapá Hotel, principal ponto de encontro da sociedade local na época.

res do carnaval amapaense.

5. “Rancho” carnavalesco composto por operários que trabalhavam na construção do Hospital Geral de Macapá.



Figura 2: "Os Bandoleiros da Orgia" – primeiro bloco carnavalesco popular de Macapá

Fonte: Porta retrato – Ap.

O maior carnaval de Macapá

O Carnaval dominou totalmente a cidade, especialmente nestes últimos dias do reinado de Momo, quando o mais pacato cidadão deixou de lado as suas conveniências e veio dar, nas ruas ou nos salões de festas, a sua parcela de alegria à quadra momêsca. Blocos e ranchos e foliões de última hora deram um colorido diferente ao Carnaval de rua macapaense (*JORNAL AMAPÁ*, 13 de fevereiro de 1964).

Nesse sentido, observa Da Matta (1997) que:

A "rua", tomada em seu sentido mais genérico e categórico, e em oposição à "casa" (que representa o mundo privado e pessoal), é o local próprio do ritual. Assim, universo espacial próprio do carnaval são as praças, as avenidas e, sobretudo, o "centro da cidade" que, no período ritual, deixa de ser o local desumano das decisões impessoais para se tornar o ponto de encontro da população, do mesmo modo

que os salões são o espaço igualador de várias posições sociais (DA MATTA, 1997, p. 56).

Portanto, o carnaval macapaense era uma atividade popular de que todos podiam participar, inclusive com rompimento das normas sociais da época e, de acordo com a interpretação de Da Matta (1997), até mesmo a discriminação deveria desaparecer durante o período de carnaval. Para o referido autor, o carnaval contém uma essência “igualitária”, onde as relações de espontaneidade e afetividade vividas em “casa” extrapolam para a “rua”, o espaço da rua se transforma temporariamente no espaço de casa, como algo excepcional.

Bakhtin (1993) também reitera esse caráter extraordinário do carnaval, observando sobre a liberdade vivenciada na época dos festejos:

Os espectadores não assistem ao carnaval, eles o vivem, uma vez que o carnaval pela sua natureza existe para todo o povo. Enquanto dura o carnaval, não se conhece outra vida senão a do carnaval. Impossível escapar a ela, pois o carnaval não tem nenhuma fronteira espacial. Durante a realização da festa, só se pode viver de acordo com as suas leis, isto é, as leis da liberdade. O carnaval possui um caráter universal, é um estado peculiar do mundo: o seu renascimento e sua renovação, dos quais participa cada indivíduo. (BAKHTIN, 1993, p. 6).

Dessa maneira, o carnaval de rua macapaense com os seus blocos, ranchos, cordões, festas nos salões de clubes, com a efetiva participação popular constituem espaços democráticos onde as ideias de conagraçamento, de comunhão e de homogeneidade fazem mais sentido.

2.4 Literatura e memória: impressões da cidade pela expressão dos poetas

A fundação da Academia Amapaense de Letras dará ao Amapá, valor cultural e avanço definitivo na caminhada de valorização do ho-

mem amazônida (*Jornal Amapá*, editorial, 02, de julho de 1953).

O *Jornal Amapá* passa a veicular, a partir das edições do ano 1950, uma seção cultural onde divulgava as produções literárias amapaenses por iniciativa dos recém-chegados escritores, que vieram prestar serviços como servidores públicos no Território Federal do Amapá. No referido período, é uma das seções mais regulares do jornal e considerada vanguarda na divulgação das primeiras expressões literárias amapaenses, visto que, na época, era o principal e mais eficiente meio de divulgação da produção desses escritores. A seção normalmente se localizava na terceira página do jornal e era bastante apreciada, principalmente entre as pessoas com letramento.

As características do Amapá, o ufanismo, a memória e o cotidiano da cidade de Macapá são temas recorrentes nos textos literários publicados no *Jornal Amapá*. Confira-se, a seguir, alguns desses textos:

Macapá (Alexandre Vaz Tavares⁶)

Na esquerda margem selvosa / Do rio-mar, o Amazonas, / Pensativa e descuidosa / Como essas gastas madonas / Das noites de bacanal / Descansa da atividade / Dos anos. Da nova cidade / A minha cidade natal. / [...]. // Então que alegre não era / Ver-se o ledro rodopio / Em manhãs de primavera / Ou nas tardinhas do estio / De um povo em festa a folgar: / Moças com laços de cores / Raparigas com mil flores / Rapazes buscando amores... / Tudo era rir e brincar! / [...]. // Mas, hoje ei-la: descansa / Rememorando a pujança / Do fastígio, que a mudança / Dos tempos lhe arrebatou... // [...]. (*JORNAL AMAPÁ*, 20 de março de 1948).

O trecho transcrito nos mostra como principal temática a descrição

6. Amapaense nascido em 1858, formado em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro. Juntamente com as atividades profissionais desenvolvidas em Macapá e Belém, também percorreu os caminhos das “letras” sendo considerado o precursor da Literatura Amapaense. No seu poema “Macapá” registra a cidade iniciando uma fase de crescimento.

das lembranças da cidade de Macapá e revela um cenário que confronta o passado com uma inércia ao desenvolvimento e o presente, uma cidade que crescia dia a dia, era o “progresso” chegando. As lembranças do autor percorrem cenários com fortes relações afetivas, “a minha cidade natal”.

Nas reedificações de suas lembranças, ao recordar o passado, são as saudades que afloram do presente. Da Matta (1992), ao se referir a essa temática, afirma que:

Sendo, pois, a saudade categoria social, começamos a perceber que ela é a expressão de uma concepção específica de tempo. Entretanto, mais do que ser uma forma de estabelecer sulcos externos ou descontínuos que nos envolvem, como fazem os ponteiros de um relógio ou as folhas de um calendário, a saudade fala do tempo por dentro. Da temporalidade como experiência vivida e reversível que cristaliza uma dada qualidade. Assim, pela saudade, podemos invocar e dialogar com pedaços do tempo, fazendo trazer os tempos especiais e desejados de volta (DA MATTA, 1992, p. 4-5).

Dessa forma, fazer uma reflexão sobre a saudade, significa adentrar no campo da memória, porque esta é que fala do tempo interior e da temporalidade como vivido e mutável, visto que:

A especificidade do tempo da memória é a sua reversibilidade, que permite pinçar fragmentos do vivido. Então o que diferenciaria a memória da saudade seria que esta última traria somente os tempos desejados. Percebe-se assim, a existência de imbricação entre saudade e memória que fazem emergir a saudade (BERNARDO, 1998, p. 107).

É a saudade que o autor sente ao lembrar o passado. Assim, ao reconstituir a Macapá do passado com olhar no presente, percebe-a como uma cidade em desenvolvimento.

Ainda a esse respeito, Aracy Mont’Alverne⁷ escreveu o poema:

7. Professora e escritora nascida em 1913, na cidade de Colares, Belém do Pará.

Macapá Cinderela (Aracy Mont'Alverne)

Macapá já foi outrora / Uma menina do mato... / Tão pequenina e franzina, / Doentia, retraída, / E que vivia esquecida... / [...] // Hoje a menina está moça, / E ainda está crescendo, / Já é por todos notada / Está se desenvolvendo, / E quando ouve dizer / Com admiração, / Que é São Paulo ou Brasília, / Do Brasil o coração / Ela toda ufana diz: / “Eu também sou importante, / Sou a cabeça do País” / [...] // Cresceu muito, ficou forte, / É a Cinderela do Norte! / Tem saúde, tem escolas / Para se aperfeiçoar. / Tem ouro e joias bonitas... / Até não usa mais chita! // Vem gente lá de outras terras, / Aos grupos lhe visitar / É gentil, não é orgulhosa, / A todos sabe tratar. / [...] (JORNAL AMAPÁ, 20 de setembro de 1956).

Pelas memórias da autora, vê-se Macapá como uma “menina” interiorana que, com o passar do tempo, está se desenvolvendo. As imagens de novas ruas, casas em alvenaria, praças, escolas, hospital e o crescimento populacional significam a chegada da modernização, inevitável característica da urbanização de uma cidade.

Observa-se que as mudanças no perfil da cidade não são tomadas como perda, pelo contrário, as transformações ocorridas são apresentadas com forte afetividade pela autora: “Cresceu muito, ficou forte/ É a Cinderela do Norte!”.

Nesse sentido, Halbwachs (2009, p. 91) ressalta que a lembrança é, em larga medida, “uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados para outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada”.

Outra lembrança vai na mesma direção:

Chegou ao Amapá em 1942 e exerceu suas atividades principalmente na educação, sendo a primeira mulher a exercer o cargo de secretaria de educação do Território Federal do Amapá. Como poeta deixou várias obras literárias, inclusive algumas ainda não publicadas.



Figura 3: Contraste entre construções de Macapá no centro da cidade (1945)

Fonte: Acervo Histórico do Amapá. A figura apresenta um contraste entre as construções da Macapá antiga e moderna – do lado esquerdo nota-se uma residência simples e, do lado direito, residências modernas. Observa-se também que a rua começa a receber pavimentação.

O “Bandeirante” Janary Nunes (Isnard Lima⁸)

Faz anos, em 42, quando o “Senhor Destino” me atirou às terras do Amapá não esperava eu retornar neste hoje para revê-las cobertas de flores, tendo a engrinaldá-las esta Meca onde não estrugem lamentações, mas os mandamentos do trabalho.

Macapá, vi-a em pequenina... Novo Presépio a crescer na amplitude deste Amazonas que aprendi a amar e percorrer seu imenso estuário, ao fascinar-me à luz violeta de seus lagos, no rugir da pororoca à magia dos silfos e boiunas... [...]. No extremo do Brasil meus olhos não encontram aproveitamento de riqueza talqualmente o que vejo aqui, neste começo do abraço fraterno em que o Rio-Mar se irmana ao oceano tenebroso! Palmo a palmo perlustrei o território nacional e, mais incansavelmente, talvez, esta maior partícula da Pátria. Entre-

8. Isnard Brandão de Lima nasceu em Manaus e veio definitivamente para o Amapá, em 1949, acompanhando sua família. Poeta, advogado e boêmio, dedicou a maior parte de sua vida à Literatura.

tanto, ali ou acolá, nunca jamais presenciei tão rápido subir duma comunidade do que em Macapá. [...]. (*JORNAL AMAPÁ*, 05 de abril de 1952, grifo nosso).

A crônica apresenta, através das memórias do autor, o espaço amapaense em suas peculiaridades naturais abundantes e as formas exóticas que compõem essa natureza em todo o seu esplendor, desde o silêncio das matas, o “rugir” da pororoca⁹, até a magia da boiuna¹⁰, fazendo com que o encanto dessa natureza desperte um certo orgulho pela região. Esse sentimento ufanista transmite a percepção de duas realidades: uma tradicional, expressa num conjunto de valores culturais coletivos relativos ao meio ambiente (Rio Amazonas; pororoca; boiunas), os quais, mesmo diante das mudanças do mundo moderno, a comunidade procura resguardar esses valores adquiridos ao longo do tempo, visto que:

Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espacial da comunidade. Ela é uma maneira de lidar com o tempo e o espaço, que insere qualquer atividade ou experiência particular dentro da continuidade do passado, presente e futuro, sendo estes por sua vez estruturados por práticas sociais recorrentes (GIDDENS, 1991, p. 38).

A outra realidade apresentada é a visão do autor como um *flâneur* diante de uma cidade cuja transformação paisagística foi tão rápida, e passam pelos olhos novas imagens que se tornarão suportes para

9. Fenômeno natural que acontece quando as águas de maré crescente tentam invadir o estuário do rio, no momento em que a maré fluvial se opõe com grande intensidade.

10. Boiuna ou cobra grande é um mito amazônico de origem indígena, descrita como uma grande cobra escura capaz de virar as embarcações. Também pode imitar as formas das embarcações iluminadas, atraindo naufragos para o fundo do rio, ou assumir a forma de uma mulher.

novas memórias, (memória em movimento): “Entretanto, ali ou acolá, nunca jamais presenciei tão rápido subir duma comunidade do que em Macapá [...]”. E, nesse processo, é a dimensão do espaço/lugar que torna possível a consolidação e a estabilidade da memória, pois as imagens construídas no processo de memorização estão vinculadas ao espaço. A memória do autor, portanto, conforme Delgado (2010, p. 62) “traduz registros de espaços, tempos, experiências, imagens e representações” da cidade que ele vê e que por ela é visto.

Assim também o poeta Artur Nery Marinho¹¹ busca poetizar a cidade, através da praça da Matriz¹², também como um *flâneur*, na tentativa de retomar o passado pela crítica à modernidade, que obstrui a antiga paisagem macapaense, também criticando aqueles que anseiam tanto por uma cidade moderna sem preocupar-se com os valores já existentes na paisagem construída:

Praça Antiga

Velha praça, velha praça,/ Tenho saudade de ti./ Não da bonita que está/ Mas da que eu conheci:// A praça do Tio Joãozinho/ E do seu Naftali./ O primeiro era Picanço/ E o segundo Bemergui.// A praça do João Artur,/ Também a praça do Abraão/ A praça que foi outrora/ Da cidade o coração.// A praça que se jogava/ Todo dia o futebol,/ Esporte que só findava/ quando já dormia o sol.// Parece que isto foi ontem,/ Mas tanto tempo passou./ O que deixou de existir,/ Minha saudade gravou.// Vejo a barraca da Santa,/ Vejo ali o ABC./ há muito já não existem,/ Mas a minha saudade os vê.// Da igreja o velho coreto/ Eu avisto, neste ensejo./ Do Mestre Oscar vejo a Banda./ E lá na banda eu me vejo.// Eu considero um castigo! Não apagar da lembrança! O que me foi alegria/ E agora é desesperança. // Velha praça, velha praça, / Renovastes e linda estás. / Não tens, porém,

11. Artur Nery Marinho nasceu em Chaves (PA). Um dos principais poeta da vanguarda literária amapaense e um dos fundadores da Sociedade Artística de Macapá (SAM, 1951). Apresentou grande parte de sua obra literária através do *Jornal Amapá*.

12. Praça mais antiga de Macapá.

a poesia/ Do que ficou para trás. (Artur Nery Marinho, *JORNAL AMAPÁ*, 13 de setembro de 1954).



Figura 4 - Antiga praça da Matriz e o Coreto em frente à Igreja de São José de Macapá

Fonte: Acervo Histórico do Amapá.

A visão desse espaço oscila entre o saudosismo memorialista, o resgate das tradições e a visão ufanista do autor, todos convergindo para a ênfase nos lugares de memória e nas personagens históricas. Segundo Nora (1993, p. 9), “a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento.”

Essa praça representava o “coração”, a essência da cidade de Macapá e simbolizava, do ponto de vista coletivo, um bem indispensável para a comunidade. Observe-se que o ritmo narrativo do texto e a imagem da praça envolvem o leitor pelas lembranças do autor. Nessas lembranças descreve os cenários preservados pela memória, e por ela reedificados, ora apresentando a inexorável dinâmica do crescimento urbano de Macapá: “*Velha praça, velha praça,/ Tenho saudade de ti./ Não da bonita que está/ Mas da que eu conheci// [...]** /Parece que isto

foi ontem,/ Mas tanto tempo passou./ O que deixou de existir,/ Minha saudade gravou”; *ora ressaltando que esses espaços íntimos estão recobertos de importantes significações simbólicas, ou seja, fazem parte de um cenário que, suscitado metaforicamente, remete ao seu mundo interior habitado por reminiscências relacionadas à praça e à comunidade que, com o passar do tempo, vão se modificando:* “Velha praça, velha praça,/ Renovastes e linda estás./ Não tens, porém, a poesia/ Do que ficou para trás*”.

Desse modo, ao descrever e nomear cuidadosamente a primeira praça de Macapá, é como se o autor/personagem estivesse percorrendo-a e nela encontrando suas raízes, sua identidade, pelo recurso da memória, pois:

O relembrar é uma atividade mental que não exercitamos com frequência porque é desgastante ou embaraçosa. Mas é uma atividade salutar. Na rememoração reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante muitos anos transcorridos, os mil fatos vividos [...]. Se o futuro se abre para a imaginação, mas não nos pertence mais, o mundo passado é aquele no qual, recorreremos a nossas lembranças, podemos buscar refúgio dentro de nós mesmos, debruçar-nos sobre nós mesmos e nele reconstruir nossa identidade (BOBBIO, 1997, p. 30-31).

Essas lembranças sobre acontecimentos, lugares, pessoas, tudo isso integra a memória a partir do momento que são guardadas na mente do autor, formando uma espécie de arquivo: “Minha saudade gravou/ ... a minha saudade os vê”. Contudo se fossem simplesmente moldadas na mente em seu estado natural, ou seja, sem serem relacionadas e sistematizadas, sem a influência da peculiaridade de cada indivíduo, não teriam sentido, seriam apenas inúmeras imagens desvinculadas e sem relação para o que se denomina memória. Assim, conforme afirmação de Nora (1993, p. 13) “não há memória espontâ-

nea, é preciso criar arquivos”, pois os homens sentem a necessidade de alimentar a história com os vestígios do passado. Portanto, ao construir e manterem os lugares da memória, traduzem a busca do ser humano por uma eternidade temporal.

Assim, percebe-se que nas inúmeras publicações dos textos literários, no *Jornal Amapá*, muitos escritores trazem em suas memórias um reconhecimento do presente e a valorização do passado. Enxergam na cidade de Macapá dos “bons tempos” (o passado) especificidades que lhes são particulares, mas que se tornam coletivas, pela socialização de suas obras literárias e pelos sentimentos de identificação que têm com elas.

2.5 O Marabaixo: a presença negra no espaço de sagrado e profano

Compasso cantochão que se prolonga,
No misticismo roufenho de batuques;
Na dissonância de gritos e de vozes,
E em coros guturais que se repetem.
 (“Marabaixo”, Waldemiro Gomes –
JORNAL AMAPÁ, 09 de outubro de 1955)

O Marabaixo é considerado a maior manifestação cultural popular do Amapá, foi trazido pelos negros escravos que vieram para os trabalhos na lavoura e, principalmente, para a construção da Fortaleza de São José de Macapá. Tal manifestação pode rememorar a penosa travessia dos africanos: “Nasceu à cadência dos remos, no bôjo noturno das caravelas negreiras que conduziam, *mar-a-baixo*, os nossos irmãos africanos condenados ao trabalho servil nos termos ominosos da escravatura” (João Neves e Álvaro da Cunha, *JORNAL AMAPÁ*,

01 de novembro de 1952). Outra possibilidade dessa origem pode estar relacionada aos negros de influência mulçumana que vieram para Mazagão, servindo os brancos originários da África Ocidental:

O marabaixo é provavelmente oriundo dos primitivos escravos negros vindos de Mazagão d'África, em 1770, com as famílias marroquinas transmigradas por ordem de D. José I para as vilas de Mazagão Velho, Macapá e Madre de Deus, no rio Vila Nova. Em sua grande maioria, êsses escravos mazaganistas eram por sua vez procedentes das nações circunvizinhas de Mazagão (África) [...]. Essas premissas nos levam a conclusão de que o marabaixo, possivelmente, não é mais do que um resquício ou fragmento supérstite do ritual malê (yoruba, gêgê, haussá ou mina), do grande grupo étnico afro-sudanês, perdido no subconsciente folclorístico de um século em que o homem não mais admite outra seita ou religião, que a do culto do próprio corpo e suas paixões mais objetas (AURÉLIO BUARQUE, *JORNAL AMAPÁ*, 02 de setembro de 1956).

Assim, para além dos desdobramentos estabelecidos para a origem do Marabaixo, está o fato das tradições e marcas culturais de origem africana estarem presentes na resistência, na autoimagem e na autoestima das comunidades negras do Amapá, em torno da luta pela manutenção e preservação de suas manifestações culturais, mesmo que precisassem estabelecer vínculos com a religião católica dominante no Amapá, na época.

Nesse sentido, uma das principais características do Marabaixo está diretamente ligada ao aspecto religioso do catolicismo, ou seja, é uma relação híbrida entre o profano/religioso, como é o caso da referência feita ao Divino Espírito Santo e à Santíssima Trindade, durante as principais manifestações realizadas anualmente em Macapá, conhecida como o “Ciclo do Marabaixo”¹³.

13. Período festivo anual do Marabaixo em Macapá. Inicia-se no Domingo da Ressurreição (Páscoa) e vai até o Domingo do Senhor (nono domingo da Ressur-

Com a criação do território federal, a tradição do Marabaixo ganha mais espaço junto às comunidades negras amapaenses, principalmente pelo reconhecimento e apoio governamental, mesmo que esse apoio, na maioria das vezes, tivesse como objetivo principal, alcançar “dividendos” políticos.

Assim, para consolidar o Marabaixo como maior manifestação cultural popular do Amapá, busca-se uma divulgação também fora do espaço amapaense. Dentre os que participaram como colaboradores dessa divulgação, cabe um destaque para Luiz Gonzaga (na época já um nome consagrado na música popular brasileira) que, por diversas vezes, esteve no Amapá, presenciou a dança do Marabaixo e ajudou a divulgá-la nacionalmente:

Luiz Gonzaga lançou o Marabaixo na TV da Tupy

No programa de ontem à noite, de televisão da Tupy do Rio de Janeiro, foi lançado o Marabaixo, sob a orientação do consagrado ‘acordeon’, Luiz Gonzaga. O ‘rei do baião’ explicou a origem da música, declarando que foi busca-la em Macapá, capital do Território Federal do Amapá.

O popular artista do rádio brasileiro interpretou ‘AONDE TU VAIS RAPAZ’. Após prometeu lançar outras composições de Marabaixo e em outubro, depois de adquirir maiores ensinamentos sobre a dança ‘amapaense’, para o que visitará Macapá pessoalmente, fará o lançamento em todo Brasil do novo ritmo popular brasileiro (*JORNAL AMAPÁ*, 05 de julho de 1952).

Veja-se, a seguir, trechos da entrevista para o referido jornal: “Visitarei o bairro do Laguinho para assistir o ‘marabaixo’ e, depois, gravarei uma característica melodia a ser conhecida em todo o País. [...] Ainda este ano gravarei e lançarei o ‘marabaixo’, e os brasileiros irão apreciá-lo e dançá-lo” (*JORNAL AMAPÁ*, abril de 1952).

reição). Vale ressaltar que o Marabaixo também é festejado/dançado em outras localidades do Amapá como Mazagão, Curiaú, Igarapé do Lago dentre outras.



Figura 5: Luiz Gonzaga em entrevista ao *Jornal Amapá*

Fonte: *Jornal Amapá*, 19 de abril de 1952.

Uma das composições de Marabaixo gravada e divulgada por Luiz Gonzaga foi: “Aonde Tu Vais Rapaz”¹⁴:

Aonde tu vais rapaz? / Neste caminho sozinho / Eu vou fazer minha
morada / Lá nos campos do laguinho // As ruas do Macapá / Estão
ficando um primor / Tem hospitais, tem escolas / Pros fios do traba-
lhado / Mas as casas que são feitas / É só prá morar os doutô / [...].

14. A composição original é de Raimundo Ladislau e Julião Ramos, que foi modificada por Luiz Gonzaga. Tornou-se uma das composições mais cantadas por frequentadores e apreciadores do Marabaixo, pois ressalta a saída forçada dos negros da área onde moravam, na época centro da cidade, para o bairro do Laguinho, onde começaram a se reestruturar novamente e escrever novas páginas na sua história.

(Luiz Gonzaga, 1952)

Outra composição bastante divulgada nacionalmente por Luiz Gonzaga e que fazia referência a dança do Marabaixo foi a canção “Macapá”:

Macapá (Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira – 1950)

[...] / Eita, seu mano, oi que bom, ôi que bom / Que bom, de dança / Eita seu mano, oi que bom, ôi que bom / Que é o Macapá! / (Refrão) // O Macapá, Macapá, Macapá / Esta dança tão gostosa que vei lá do Amapá! Dança in qui a gente logo qué se espaiá, / Cum a venta no cangote da morena que topá.../ Refrão// O Macapá se resume in se rodar / Em redor da gente mesma, sem sair do lugá / E ter sustança, prô caboco sustenta / A cadência sacudida do passim do Macapá. (Grifos nossos para destacar, pelo olhar do compositor Luiz Gonzaga, a descrição da coreografia do Marabaixo).

Sobre esta canção, Araújo (2004, p. 41) comenta que, em 1949, Luiz Gonzaga veio a Macapá para uma apresentação no Cine Teatro Territorial, espaço dos grandes eventos na época, ocasião em que interpretou seus grandes sucessos. Após o show, o artista foi levado à casa de Julião Ramos, figura expressiva do folclore amapaense, na oportunidade presenciou o pessoal dançando o Marabaixo – “Vivíamos à época, a quadra desta importante manifestação folclórica e a mulherada envolveu o visitante na dança, mostrando-lhe como era a coreografia e o canto”. Luiz Gonzaga, “impressionado com a originalidade do evento folclórico, compôs, em ritmo de baião, com a parceria do advogado Humberto Teixeira, a música ‘Macapá’”.

É importante destacar que embora tenha tomado ciência de que o nome da dança era Marabaixo, Luiz Gonzaga preferiu identificá-la com o nome da capital do Território Federal do Amapá. Araújo (2004, p. 43) afirma ainda que Luiz Gonzaga em suas apresentações no Rio de Janeiro, “cantava o baião Macapá, frisando que era música dos

negros do Amapá”. E para registrar tal fato, os sujeitos brincantes do Marabaixo construíram o seguinte ladrão¹⁵: “Marabaixo de Macapá / Já teve muito cartaz / Já foi cantado no Rio / Aonde tu vai rapaiz”.



Figura 6: Dança do Marabaixo por pioneiros (1952)

Fonte: *Jornal Amapá*, 02 de setembro de 1952.

Desse modo, é possível afirmar que a tradição cultural dos festejos do Marabaixo representa um símbolo de resistência das comunidades negras do Amapá, que sustentaram ações, aparentemente mais simples (a festa do Divino Espírito Santo, e da Santíssima Trindade), até as mais complexas (a luta pelo direito de preservar suas ancestralidades). Essas ações foram passando por diferentes gerações e permanecem, até hoje, com a participação efetiva nos eventos relacionados às suas marcas identitárias.

15. Composição de versos que são usados nas cantigas de Marabaixo.

2.6 A *Belle Époque*¹⁶ em Macapá

Este jornal, que faz parte integrante da vida da cidade, também a sente em todas as suas pulsações, acompanhando-lhe a vida moderna e o ritmo de progresso que a domina (*JORNAL AMAPÁ*, 13 de setembro de 1953).

Lançar o olhar sobre a *belle époque* em Macapá é retomar os percursos da memória histórica, da memória coletiva e do próprio discurso da história. Nessa direção, o *Jornal Amapá* é um importante instrumento para a memória desse período, principalmente pelos caminhos da crônica e dos registros que factualizavam a sociabilidade urbana. Nas páginas do referido jornal, já com grande circulação na capital no início dos anos 1950, é possível flagrar os discursos da “modernidade”, do desenvolvimento urbano que chegava ao Território Federal do Amapá, mais especificamente em Macapá, que nesse período vive um grande processo de urbanização proporcionado principalmente pelo crescimento dos setores públicos e privados.

Em 1953, o *Jornal Amapá* em seu editorial publicava uma crônica denominada “Macapá Moderna”, em que ressalta esse desenvolvimento urbanístico. Nela, há uma comparação entre a cidade de poucas décadas atrás, com a “nova” Macapá que então emergia: se a de ontem era “recatada”, muita pequena e atrasada, uma “cidadezinha qualquer”, a atual mais parecia, metaforicamente, uma “fênix” renascida, cheia de mocidade e encantos, pois agora exibia:

Uma cidade traçada geometricamente, com ruas e avenidas largas, mostrando fisionomia agradável e moderna. Possuindo rede de es-

16. A expressão “*Belle époque*” é aqui tomada metaforicamente, para relacionar, em um período posterior, algumas características das transformações sociais, culturais e urbanas ocorridas no Amapá a partir do final da primeira metade do séc. XX, quando ocorre seu desmembramento do estado do Pará.

gotos, água encanada, energia elétrica permanente, piscina, ótimo hotel, cinema, bares, cafés, frigorífico, lojas, farmácias, armazéns etc., proporciona aos visitantes e moradores conforto, prazer e tranquilidade. Nada menos que seis aviões semanais pousam em seu aeroporto, sempre lotados de passageiros e carga. Como sala de visita do Território, Macapá está sendo preparada sob a técnica e figurino modernos. [...]. Vivemos todos estreitamente vinculados à própria alegria que dá novo colorido a esta Macapá que, como mulheres bonitas, também mostra sua vaidade frente do toucador onde realça a sua fisionomia simpática e a sua mocidade atraente. (Crônica do editorial, *JORNAL AMAPÁ*, 13 de setembro de 1953, grifos nossos).

Assim deslumbrado com aquelas coisas novas que em tão pouco tempo modificavam o perfil da capital, o artigo do jornal concluía que, de fato, a “civilização”¹⁷ chegara a Macapá: ”Tudo aqui dentro empolga a alma do povo e surpreende o visitante [...], já aparecendo aos olhos da atualidade como uma cidade nortista onde se instalou a civilização. (*JORNAL AMAPÁ*, 13 de setembro de 1953).

A crônica, desta forma, resume parte do conjunto de novos costumes e equipamentos tecnológicos que formaram o processo de modificação sociourbana de Macapá, iniciado a partir de 1950, indo até o final dos anos de 1960. Esse processo significou a inserção da capital amapaense numa espécie de “belle époque” em um contexto histórico próprio e guardadas as devidas proporções.

A introdução de um grande número de automóveis em Macapá, a partir dos anos de 1950, imprimiu maior velocidade ao trânsito, provocando atropelamentos e colisões, sendo necessário a abertura de novas ruas e avenidas, maior extensão de calçamentos/calçadas, a criação da guarda de trânsito, colocação de semáforos e uma reorientação dos pedestres e principalmente dos ciclistas (em expressivo número

17. O termo “civilização”, nesse período, para esse novo território federal, era sinônimo de progresso, modernização.



Figura 7: Rua Cândido Mendes (centro comercial de Macapá) após receber a primeira camada asfáltica (1960)

Fonte: Acervo histórico do Amapá.

na época) no uso da rua.

O “boom” desse desenvolvimento também possibilitou que viessem a Macapá importantes companhias teatrais e musicais. O *Jornal Amapá* na época comentava o desempenho dos artistas, a presença de autoridades, intelectuais e, em menor proporção, a participação da comunidade em geral, que prestigiavam esses eventos. E para melhor fomentar essas atividades artísticas, é criada, em 1951, a Sociedade Artística de Macapá (SAM), que tinha como uma de suas principais finalidades a de “patrocinar a vinda a este recanto verde do Brasil, de todos os expoentes das artes, principalmente no que diz respeito à música e ao canto, as que são evidentemente mais sensíveis ao povo” (*JORNAL AMAPÁ*, 13 de setembro de 1951).

Preocupado com a paisagem urbana, o poder público procurou aumentar as áreas verdes no centro da cidade, construiu novas praças, reaparelhou e embelezou as antigas praças. Estas, além do lugar de lazer, eram o lugar onde as pessoas iam para serem vistas e com o ves-

tuário já era possível se identificar a que classe cada uma pertencia, à burguesia ou à gente do povo.



Figura 8: Cantora Ângela Maria em Macapá (1955)

Fonte: Jornal Amapá, 22 de setembro de 1955.

Contudo, para imprimir essa “modernidade”, o poder público implementou na cidade uma “disciplinarização” do espaço, regulando o cotidiano da cidade que se tornou atribulado em função da intensificação dos fluxos urbanos, desencadeado pelo crescimento popu-

lacional (no ano de 1960 o número de habitantes de Macapá atinge aproximadamente 30 mil)¹⁸, pelo aumento na frota de automóveis e estabelecimentos comerciais no perímetro central da cidade.

Em razão desse volume urbano crescente, os conflitos foram inevitáveis, principalmente porque o poder público começa a se manifestar num sutil combate aos grupos populares (especialmente negros) e de baixa renda do centro da cidade, forçando-os a procurar os subúrbios da capital, como aconteceu com os negros que residiam em áreas na frente da cidade e foram desapropriados de suas casas para os bairros do Laguinho e da Favela. Daí a composição de uma canção de Marabaixo composto por um desses moradores, Raimundo Ladislau, externando sua tristeza pela desapropriação, para a construção de modernas moradias para o alto escalão da administração territorial: “*Aonde tu vai rapais? / Por estes caminhos sozinho/ Vou fazer minha morada/ Lá nos campos do Laguinho*”. Ainda como forma de protesto outros versos foram acrescentados: “*A avenida Getúlio Vargas/ Tá ficando que é um primô/ Tem hospital, tem escola/ Pros filhos dos trabalhado/ Mas as casas foram feitas/ Pra só morar os doutô*”. Conforme Araújo (2004), a reclamação da comunidade era geral, e não podia ser diferente pois, “aqueles modestos trabalhadores macapaenses, que viviam tranquilos nas terras conquistadas por seus pais, ficaram desfalcados de laranjeiras, coqueiros, bananeiras, cuieiras, abacateiros, limoeiros, etc.” (ARAÚJO, 2004, p. 33).

O centro da cidade de Macapá, portanto, já não era mais o mesmo, a tranquilidade, a ambiência de jogar o tempo fora, a vivência sem pressa, que contagiava as pessoas cedeu lugar às inexoráveis mudanças inerentes à modernidade do cenário urbano. Assim, o Amapá co-

18. Dados do VII Censo Nacional no ano de 1960, publicado no *Jornal Amapá*, em 9 de outubro de 1960.

nhecia a sua “bela época”.

3 Considerações finais

Como se vê, o *Jornal Amapá* é uma fonte capaz de reconstrução cotidiana do passado amapaense, um ponto de partida para buscar entender o presente a partir dos acontecimentos idos, pois como afirma Halbwachs (2009, p. 133) “é necessário procurar ajuda de testemunhos antigos, cujos vestígios subsistem em textos oficiais, jornais da época, memórias escritas por contemporâneos”. Na mesma direção, Hall (2003, p. 225) afirma que “as identidades são os nomes que damos às diferentes maneiras como estamos situados pelas narrativas do passado e como nós mesmos nos situamos dentro delas”.

Desse modo, é possível perceber que o referido jornal contribuiu de forma significativa para contar as histórias do povo amapaense, principalmente no período que iniciava sua “autonomia” administrativa e política, com a criação do território federal.

Assim, observou-se que as identidades amapaenses se apresentavam como novas no contexto de emancipação do Amapá, estas precisavam ser construídas e legitimadas, através de uma série de referências, que estabeleciam suas características e especificidades. E o *Jornal Amapá* atuou, também, na instalação dessas referências.

De fato, o *Jornal Amapá* testemunhou, acompanhou e registrou a memória e a história de Macapá e da sua população. Ao narrar e vivenciar essas histórias, ao reconstituir a paisagem da cidade, mediante fragmentos da memória de seu cotidiano, tornou-se uma testemunha da construção das identidades dos amapaenses, pois, conforme Delgado (2010, p. 09), “a construção de identidades tem na memória um de seus pilares fundamentais”. Enfim, esses diversos relatos regis-

trados pelo *Jornal Amapá* traduzem o que os amapaenses são, seus modos, suas histórias.

Referências

ARAÚJO, Nilson Montoril de. *Mar a Cima, Mar a baixo: de ladrão em ladrão, a saga de uma nação*. Macapá: Edições Macapaenses – Confraria Tucuju, 2004.

BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

BERNARDO, Teresinha. *Memória em Branco e Negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: UNESP, 1998.

BOBBIO, Norberto. *O tempo da memória*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CAPELATO, Maria Helena. *Imprensa e história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

_____. *Antropologia da saudade*. São Paulo: Acervo Folha de São Paulo – Caderno Mais (28/06), 1992.

DELGADO, Lucilia de A. Neves. *História oral: memória, tempo, identidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo, Edições Paulinas, 1989.

GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2009.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. São

Paulo: Projeto História, 1993.

Fonte consultada:

“*Jornal Amapá*” (1945-1968).

Resumo:

Este artigo objetiva mostrar a construção das identidades amapaenses a partir de olhares sobre suas representações veiculadas no *Jornal Amapá*, entre os anos de 1945 a 1968, período que marca um acelerado desenvolvimento do recém-criado Território Federal do Amapá. A primeira parte do texto descreve a trajetória inicial do referido jornal considerando a sua importância como uma testemunha da história e um agente participativo na configuração identitária amapaense. A segunda parte discorre sobre alguns temas apresentados no *Jornal Amapá* para demonstrar, através das memórias, o entrelaçamento entre as histórias vividas e narradas sobre os acontecimentos da vida da comunidade amapaense, as quais, de algum modo, trazem marcas significativas de sua base identitária.

Palavras-chave: memória; identidade; Jornal Amapá.

Abstract:

This article aims to show the construction of the Amapaense people identities, from the perspective of their representations as shown in the newspaper *Jornal Amapá* between the years of 1945 and 1968, which is a period that marks an accelerated development of the newly created Federal Territory of Amapá. The first part of the text describes the initial trajectory of this newspaper considering its importance as a witness of history and a participatory agent in the identity configuration of that local people. The second part discusses some of the themes presented in the *Jornal Amapá* to demonstrate, through the memories, the intertwining between the lived and narrated histories about the events of the life of the Amapaense community, which in some way bring significant marks of their identity base.

Keywords: memory; identity; Jornal Amapá.

Recebido para publicação em 04/12/2018.

Aceito em 19/02/2019.

Parteiras tradicionais da Amazônia amapaense: capacitação, incorporação de saber e resistência cultural

Iraci de Carvalho Barroso

Universidade Federal do Amapá, Brasil
iraci@unifap.br

Antonio Cristian Saraiva Paiva

Universidade Federal do Ceará, Brasil
cristianspaiva@gmail.com

Introdução

No presente estudo buscamos problematizar as capacitações de parteiras enquanto dispositivo biopolítico a partir do qual se pode evidenciar um cenário de confronto entre heterogêneas visões de mundo (sobretudo as concernentes à saúde, ao corpo da mulher, à higiene e à segurança no partejar), sistemas de conhecimento técnico e repertórios de ação, condensados na tipologia científico *versus* tradicional, que podem ajudar a entender a incorporação de outros saberes médicos pelas parteiras tradicionais do estado do Amapá. Essa tipologia possibilita uma visão que envolve as parteiras, as incorporações de saber, os jogos de linguagem, a relação de poder e formas de resistência

cultural. É nesse contexto das capacitações (termo empregado pelo Ministério da Saúde) que tencionamos, como objetivo geral, analisar como se dá a inserção da figura da parteira tradicional em programas de “capacitação”, tendo como o objeto empírico para o estudo a incorporação de saber médico e resistência cultural na prática de partejar. Este estudo é resultante da pesquisa realizada para a elaboração da tese de Barroso (2017).

Tomamos para estudo os relatos de parteiras amapaenses que, após a participação em cursos e treinamentos, vêm associando, em suas atividades, práticas “modernas” de instrumentalização e higienização (através, por exemplo, do uso do “kit parteiras”, sobre o qual falaremos à frente). Nessa dinâmica tentamos analisar que saberes foram incorporados por elas e como se dá a resistência cultural no partejar. E assim, compreender até que ponto essa dinâmica tem impactado a prática e o ritual tradicional das parteiras, ou, em que medida tem contribuído para propiciar arranjos híbridos, vez que as “práticas discretas”, que existiam de forma separada, se combinaram para gerar novas práticas. A ideia de híbrido nos reporta a um processo marcado por ambivalência e antagonismos, resultantes da negociação cultural (HALL, 2003). Negociações essas que têm como pano de fundo relações assimétricas de poder nas quais os atores envolvidos encontram-se em posições de legitimidade distintas.

Como questões ambivalentes e antagônicas, destacamos a preocupação com “partos higiênicos e seguros”, que fez com que as organizações OMS/FNUAP/UNICEF promovessem treinamentos para parteiras tradicionais, como forma alternativa de saúde para mulheres e crianças sem acesso a serviços modernos (ORGANIZACAO MUNDIAL DA SAUDE, 1992, p. 6). No estado do Amapá, a experiência e a prática de parteiras tradicionais vêm sendo reelaboradas através

de processos atuais de instrumentalização, ou seja, uma forma “inovadora de partejar”, trazendo em seu bojo os “cursos de capacitação”. Destacam-se dois fatos ditos “inovadores” pelo Ministério da Saúde. O primeiro remonta ao ano de 1996, quando a UNICEF reconheceu o trabalho das parteiras tradicionais do Amapá e o Governo do Estado firmou parceria com essa instituição, a fim de adquirir recursos para o programa “*bolsa parteira*” e *kit de material* para a realização de partos domiciliares. O segundo fato evocado data do ano de 2000, quando as parteiras tradicionais foram incluídas no Programa Família Cidadã, do Governo Estadual, a partir do qual quase a totalidade das parteiras do Amapá cadastradas vem participando das capacitações.

No Brasil, desde o final dos anos de 1980, destaca-se o trabalho e a intervenção de algumas associações do tipo não governamental (ONGs), entre as quais: *CAIS do parto* (promotora de cursos de capacitação), *Grupo Curumim-Gestação e parto*, *Amigas do Parto*, *Parto do Princípio* e redes de movimentos identificadas centralmente com a crítica ao modelo hegemônico médico de atenção ao parto e ao nascimento. Entre essas redes destaca-se a Rede de Humanização do Parto e do Nascimento (REHUNA) criada em 1993. Em linhas gerais, pode-se dizer que esse movimento de humanização propõe mudanças no modelo de atendimento ao parto hospitalar/medicalizado no Brasil, tendo como base consensual a proposta da Organização Mundial de Saúde (OMS) de 1985, e também a inclusão de parteiras leigas/tradicionais no sistema de saúde nas regiões nas quais a rede hospitalar não se faz presente. Assim, as parteiras ressurgem para esse sistema de saúde e principalmente para o modelo biomédico como práticas “alternativas”. Nesse contexto de participação efetiva em programas de capacitação, as parteiras são reconhecidas como as primeiras humanizadoras do parto e do nascimento.

O Ministério da Saúde (1990), embora com um discurso ambíguo, oficializou o Programa de Agentes Comunitários e criou o Programa Nacional de Parteiras, provendo o cadastramento, a capacitação e o pagamento dessas mulheres através do Sistema Único de Saúde (SUS). Esse programa repercutiu na região amazônica, obtendo adesão do governo do Amapá. Em decorrência da articulação desses programas e desses discursos, nasceu, entre as parteiras tradicionais, uma iniciativa de organização entre pares, através da criação de Associações de Parteiras, cuja articulação tem à frente a ONG de Pernambuco *Centro Ativo de Integração do Ser – CAIS do Parto* (1991), responsável por promover, além de cursos, encontros e seminários para as parteiras.

O *Programa Trabalhando com Parteiras* (BRASIL, 2012) está pautado num discurso em que o compartilhamento de saberes e a instrumentalização das parteiras no uso de objetos e tecnologias biomédicas é efetivado para apoiar as atividades de partejar. Percebe-se que isso se constitui como um modo de intervenção na assistência ao parto domiciliar e pode levar à incorporação de outros saberes médicos pelas parteiras tradicionais, associados aos modos tradicionais de cuidar de mulheres na gestação e no parto domiciliar.

Para analisar esse contexto, apoiamo-nos também em perspectivas epistemológicas críticas que problematizam as hierarquias e a hegemonia dos sistemas de conhecimento moderno-científicos, resultando naquilo que Santos (2006) denomina como “monocultura do saber”, a qual confere privilégios de conhecimento e de poder aos saberes científicos, em detrimento de outras formas de saberes. Também nos valem de posições críticas, sobretudo as que desvelam o processo de silenciamento imposto aos saberes e ao poder de agência engendrado pelas mulheres no caso específico, as parteiras tradicionais.

Pressupostos Teórico-Metodológicos

Como contribuição teórico-metodológica, destacamos algumas pesquisas acadêmicas que foram fundantes para nosso estudo: a pesquisa etnográfica de Fleischer (2007), a qual investiga as práticas de parteiras e seus encontros como o sistema formal de saúde, com as ONGs feministas, parturientes e, sobretudo, com as parteiras de Melgaço/PA, movido pelo ideário de humanização. *O não oficial* no atendimento obstétrico que qualifica o trabalho de parteiras, investigado pela autora, se articula com instituições e o Estado promovendo cursos e eventos para conferir legitimação ao trabalho de parteiras. O estudo dessa autora contribuiu para fundamentar o diálogo com nossas interlocutoras no trabalho de campo, no qual, através das entrevistas, pudemos visualizar o modo com que as parteiras tradicionais amapaenses adquiriram suas experiências e como os cursos e treinamentos vêm impactando suas práticas.

O estudo de Tornquist (2004), em sua tese *Parto e poder*, analisa as relações entre assistência ao parto e políticas de humanização desenvolvidas no Brasil que atendem às recomendações da OMS (Organização Mundial de Saúde). Também enfoca cursos de capacitação de parteiras tradicionais no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais.

Os estudos da historiadora Pinto (2010) são baseados em relatos orais e tratam tanto dos saberes e poderes mágicos, com os quais parteiras e curandeiras dominam técnicas de cura através de benzeduras e poções feitas de ervas, quanto das suas formas de conduzir manobras de partos. Em obra mais recente, a referida autora estuda a relação familiar, campos de atuação, vivências, resistências, lutas cotidianas, práticas, saberes e experiências de parteiras, curandeiras e benzedoras negras rurais na Região do Tocantins, no Pará. A realidade desse

estudo pode ser comparada à realidade do restante da Amazônia, pois as parteiras da Amazônia amapaense, em suas experiências cotidianas, desenvolvem práticas semelhantes.

No que concerne ao material que trazemos aqui, fundamentamos a análise numa abordagem qualitativa. A importância desta abordagem, segundo Martins (2004, p. 289), deve-se ao fato de que “[...] privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, caracterizado pela heterodoxia no momento da análise”. A autora mostra a necessidade do exercício da intuição e da imaginação do sociólogo, em um tipo de trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também – o que é muito importante – para a liberdade do intelectual.

Nesta pesquisa, o recorte temporal do trabalho de campo vai de 2013 a 2016¹, período correspondente aos novos incentivos ao *Projeto de Valorização de Parteiras Tradicionais do Amapá* e à realização de vários cursos e treinamentos de capacitação de parteiras em todos os municípios do estado do Amapá.

As parteiras do Amapá, interlocutoras do estudo, são conhecidas como “parteiras da floresta” ou “parteiras do meio do mundo”. São chamadas pelas comunidades de “aparadeiras”, por sua cultura de “aparar meninos”, ou também como “curiosas”. São mulheres cuja formação se deu através da experiência, na prática do dia a dia, estimulada pelo desejo de servir, pela curiosidade ou pela necessidade de ajudar ou acudir outras mulheres. As narrativas constituídas a partir da pesquisa de campo revelaram que o prestígio das parteiras advém

1. O projeto de pesquisa intitulado “Parteiras tradicionais do Amapá: do tradicional ao contemporâneo – o saber/fazer na prática de partejar”, cadastrado como CAAE n. 30920214.0.0000.0003, foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Amapá, no dia 14/07/2014.

de sua capacidade de atender bem os partos domiciliares.

A rede de colaboradoras e interlocutoras é composta por 25 (vinte e cinco) protagonistas, das quais quinze são parteiras remanescentes quilombolas, residentes na comunidade rural quilombola de Ilha Redonda/Macapá. A comunidade de Ilha Redonda, no Amapá, é composta por remanescente de quilombos, existe há aproximadamente 170 anos, fica localizada na BR 210, distante a 14 km de Macapá, capital do estado, e tem cerca 90 famílias morando na comunidade. Das outras parteiras que participaram da pesquisa, cinco iniciaram suas experiências em área rural e estão residindo em área periférica de Macapá e outras cinco são parteiras indígenas da aldeia do Manga/Oiapoque-AP. Essa aldeia, distante 600 km de Macapá, é habitada pelos índios Karipunas, localizada na terra indígena Uaçá. A aldeia do Manga serve de porto para embarcações que sobem e descem o rio Curipe e tem conexão com outras aldeias localizadas ao longo do vale, graças à localização e à pequena infraestrutura de que dispõe.

Também julgamos ser importante ouvir o depoimento de 10 profissionais da área biomédica, sendo uma gerente do Projeto de Valorização das Parteiras Tradicionais – Secretaria de Inclusão e Mobilização Social/ Governo do Estado do Amapá; dois médicos obstetras, cinco enfermeiras/os obstetras, uma destas atua no programa Rede Cegonha e duas técnicas de enfermagem da Secretaria da Saúde do Governo Estadual.

Todos recebem aqui nomes fictícios, as parteiras tradicionais receberam nomes de elementos da natureza, os médicos, técnicos e enfermeiras obstetras são referidos por meio de abreviações de nomes. As parteiras, interlocutoras e protagonistas de nosso estudo, são mulheres simples, com idade entre 25 e 80 anos, sendo a maioria delas não alfabetizadas. A cultura de partejar é herdada principalmente de

suas mães e avós, e assim mantêm a tradição que é repassada às novas gerações.

“Capacitar sem modificar o estilo tradicional de partejar”

No Amapá, o governo estadual, inserido na linha da Eco-92, lançou oficialmente, em agosto de 1995, o *Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (PDSA)*² com uma preocupação básica, “a inter-relação do desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Amapá com a utilização sustentável de seus recursos naturais e humanos”. Uma de suas linhas mestras são as comunidades locais como protagonistas políticas do processo de construção e consolidação da cidadania. Dentre setores significativos para realização do PDSA, encontra-se a saúde e as condições de trabalho. É justamente nessa discussão de sustentabilidade que surge a inserção de parteiras em programas sociais e reconhecimento profissional (BARROSO, 2001; RULLAN, 2000).

No discurso de sustentabilidade, a intenção seria articular os saberes tradicionais e o saber científico, em consonância com o Ministério da Saúde, considerando a riqueza cultural e a biodiversidade. Para a viabilização das ações do PDSA, foi criado um projeto sob o título de *Resgate e Valorização das Parteiras Tradicionais do Amapá* (1995), com intuito de fortalecer as tradições locais. No mesmo ano, o governo do Amapá viabilizou as ações do seu programa governamental, o que possibilitaria a implementação de projetos que tenham nascido no seio das próprias comunidades e cuja execução envolva baixos cus-

2. O PDSA foi criado pelo Decreto n. 2453 de 14 de agosto de 1995/GEA. The Institutionalization SDPA. Amapá: sustainable in the 21st Century. This document is produced by the Governor of Amapá, 1999, p. 14.

tos e soluções rápidas. Entre o conjunto de projetos criados estão os que mais impactaram a sociedade, aqueles voltados para a mulher, entre os quais: “Mulher Cidadã” e “Parteiras Tradicionais do Amapá”. Quanto a este último, o projeto “visa promover várias capacitações para as parteiras tradicionais e o fortalecimento da autoestima e do processo de organização das parteiras”. A prática de partejar tradicional no Amapá é associada, assim, a uma prática de orientação biomédica de técnicas e instrumentos obstétricos.

Essa articulação entre governo e sociedade civil viabilizou a efetivação de suas ações envolvendo as comunidades na execução de programas. Assim, as parteiras foram mobilizadas através desse projeto, cujo objetivo principal consistia no “reconhecimento e valorização das parteiras tradicionais, tirando-as do anonimato, profissionalizando-as e apoiando-as em seu trabalho”. Esse projeto enfatiza ainda a regulamentação da prática tradicional do parto, *sem modificar o estilo de fazer parto*, conforme o texto do projeto original (AMAPÁ, 1998). Sobre esse projeto, alerta Silva:

Sem dúvida, o *Programa Parteiras Tradicionais do Amapá* consubstancia uma dinâmica contraditória: por um lado reestrutura o perfil do segmento das parteiras, introduzindo alterações nas práticas tradicionais do partejar; e por outro, não viabiliza mudanças substantivas nas condições de trabalho, não efetivando direitos trabalhistas desse segmento. A rigor, o Programa propicia visibilidade e reconhecimento social às parteiras, mas não consegue afirmá-las como profissionais que exercem um trabalho peculiar e específico da saúde (SILVA, 2005, p. 110).

A diretriz central do referido projeto é resgatar, apoiar e valorizar a “arte de partejar” de parteiras em suas comunidades, com vistas à qualidade de assistência ao parto domiciliar, elevando assim, a qualidade de vida, a humanização do nascimento e da redução da mortalidade

materna e perinatal. Isso é, “através de capacitação, supervisão e avaliação do trabalho das parteiras e, ainda, possibilitando a sua organização em associações” (SILVA, 1999, p. 6-7). Com base nas diretrizes gerais do Ministério da Saúde, esse projeto pretende fazer o resgate das tradições culturais, tirando-as do anonimato, profissionalizando-as e regulamentando a prática tradicional de fazer parto, sem modificar seu estilo. Sobre esse anonimato, em que viveram as parteiras tradicionais, relata Sol, uma parteira tradicional de Macapá, 58 anos, que parteja há 30 anos e que participou de todos os cursos de capacitação desde 1996:

Nós vivemos muito tempo na clandestinidade, nós não era organizada porque nosso trabalho era mal visto, chamavam a gente de bruxa e nós tinha medo de ser presa. Quando veio o primeiro convite pra irmos no Palácio do Governo, muitas parteiras não vieram porque tinha policial: elas pensavam que iam ser presas. Nós que viemos pra primeira reunião, só deu 62 parteiras, e foi explicado pra gente não ter medo, porque iam ser feitos cursos de capacitação, pra resgatar nossa cultura, e usar material certo pra fazer parto e cuidar dos bebês. E a partir daí fomos criando uma perspectiva de vida, de melhorar nosso trabalho.

No relato da parteira aparece aqui muito fortemente a menção ao “resgate” da cultura tradicional. Recorremos, neste ponto, a Tornquist (2004), que alerta sobre a ideia de resgate: este teve continuidade com a criação do Programa Nacional de Parteiras Tradicionais, em 1991 e tem consonância com as recomendações da OMS, através da redução dos custos dos serviços de saúde e da supressão de direitos sociais. Salienta-se, ainda, a forte legitimação da hierarquia de funções nas recomendações da OMS, onde as parteiras populares são transferidas de uma posição de prestígio e reconhecimento nas comunidades para uma condição subalterna na equipe de saúde. No entanto, a figura da parteira ganha nova conotação no âmbito da humanização e

do Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais, de 2000, existindo uma forte tendência de *romantização* das mesmas, na qual se tornam símbolos anacrônicos “de um passado ao qual não se pretende retornar”, mas que ecoam na resistência à medicalização do parto, à mercantilização da saúde e à fragmentação do ser humano.

A proposta político-pedagógica que inspirou o projeto foi dar visibilidade às atividades da parteira, reconhecendo nela um aspecto da cultura local que deve ser valorizada, difundida e integrada ao sistema de Saúde do Estado, a fim de garantir um atendimento “eficaz” e “contínuo”. Os desafios iniciais eram grandes e exigiram um levantamento nos 16 municípios que o estado possui, para a realização de um censo geral de parteiras, levantando suas condições socioeconômicas e alguns detalhes sobre o trabalho que realizavam (SILVA, 1999, p. 4).

Outra estratégia do projeto foi a busca de reconhecimento nacional e internacional, pois o estado do Amapá sediou dois encontros internacionais. O primeiro aconteceu em julho de 1998: o governo do Amapá, em parceria com o CAIS do Parto, promove em Macapá o *I Encontro Internacional de Parteiras da Floresta*. Esse encontro teve como tema “Vamos dar à luz a nossa profissão”. Quatorze anos depois acontece o *II Encontro Internacional*, sediado novamente em Macapá, no período de 21 a 26 de maio de 2012. Esse encontro teve com tema “Memória, identidade e inclusão social”, com a capacitação de parteiras pela Secretaria de Saúde do Estado e pelo Ministério da Saúde, assim como a entrega de *kits parteira*, pelo Programa Rede Cegonha³.

3. A Rede Cegonha, instituída no âmbito do Sistema Único de Saúde, consiste numa rede de cuidados que visa a assegurar à mulher o direito ao planejamento reprodutivo e à atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério, bem como à criança o direito ao nascimento seguro e ao crescimento e ao desenvolvimento saudável. É a instituição responsável, desde 2012, pela entrega dos *kits parteiras* a cada curso de capacitação de parteiras.

Dentre as metas estabelecidas pelo Projeto Parteiras Tradicionais do Amapá, o governo do Amapá implementa a remuneração das parteiras tradicionais para os anos de 1995 a 2002. Tal meta dependia também do Ministério da Saúde, mediante a inclusão dessa categoria no Sistema Único de Saúde (SUS). Esta é tida como umas das estratégias políticas de recompensa financeira ao trabalho dessas mulheres que prestam serviços de saúde em comunidades interioranas.

Descrevendo os Cursos de Capacitação de Parteiras Tradicionais

Embora desde a década de 1940 já existisse curso para parteira no Brasil, é em 1990 que os cursos são retomados com mais força, como uma política pública do Ministério da Saúde e nela contida o *Programa Nacional de Parteiras Tradicionais* (PNPT). A preocupação com a escassez de parteiras profissionais, partos higiênicos e seguros faz com que a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Fundo de Populações das Nações Unidas (FNUAP) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) promovam treinamentos para parteiras leigas como forma alternativa de atenção à saúde de mulheres e crianças sem acesso a serviços modernos⁴.

Estima-se que, no Brasil, cerca de 20 a 30% são partos domiciliares feitos por parteiras tradicionais – aquelas de nível educacional insuficiente e com fortes normas culturais *bloqueadoras* dos treinamentos, segundo a visão da OMS (BRASIL, 2012). Embora a precariedade dos registros seja notável no âmbito de uma assistência tradicional, estas estimativas têm chamado a atenção de organismos como

4. Parteiras Leigas: uma declaração conjunta da OMS/FNUAP/UNICEF. Organização Mundial da Saúde, Genebra, 1992.

a UNICEF, copromotora dos programas de capacitação.

Sobre essa estimativa, mencionamos a afirmativa de Capiberibe:

O que sabemos é que o Amapá apresenta a menor taxa de mortalidade infantil das regiões Norte e Nordeste e que esta taxa situa-se, historicamente, alguns pontos abaixo da média brasileira, contribuindo, portanto, para a melhoria da taxa nacional (CAPIBERIBE, 2002, p. 8).

Tornquist (2004) diz que a visão da OMS refere-se às parteiras como figuras associadas à tradição, às sociedades rurais, excluídas dos modernos serviços de saúde; e ainda, que essas parteiras “leigas” são responsáveis por mais de 60% dos partos em países em desenvolvimento, segundo o que reconhece a própria OMS em seus documentos. Também forçosamente reconhece que nessa atuação constante em muitas áreas rurais – nas quais o serviço de saúde é precário ou mesmo inexistente – elas precisam receber um treinamento adequado. É assim que estas parteiras são vistas e descritas pela OMS, e é partir desta concepção – em que as parteiras encarnam “saberes” não modernos – “é defendida a necessidade de oferta de cursos de capacitação para parteiras leigas ou tradicionais” (TORNQUIST, 2004, p. 224).

Ainda sobre essa visão da OMS, reflete Tornquist,

Na história social da assistência ao parto, vimos o lugar a que foram sendo confinadas as parteiras, na medida em que avançava a medicalização e, com ela, os conflitos e tensões que se desdobraram nos mais diversos atritos entre profissões. Somente assim é possível entender como, na visão da OMS, a parteira é reconhecida – enquanto prestadora de serviços de saúde e mesmo capaz de realizar intervenções salvadoras – como elemento a mais (talvez remanescente de tempo antigo) em um complexo sistema de atenção ao parto que deve ser alvo de treinamentos e de formação específica. Cabe destacar, nos documentos citados, o fato de as normas culturais e tradicionais serem vistas entre bloqueadoras de seu treinamento e provavelmente ineficazes, em uma clara associação entre um determinado

nível cultural que essas parteiras teriam e o resultado que alcançam (TORNQUIST, 2004, p. 224).

O Ministério da Saúde divulga as principais atividades do PNPT e, na maioria das vezes, entra com o respaldo político, parte da logística material (os livros, a alimentação e a hospedagem durante o evento) e os recursos humanos. As secretarias estaduais financiam as bolsas de material obstétrico e os municípios, além de convidar as participantes e autoridades sanitárias locais, devem disponibilizar o local e o transporte até os cursos e, depois dos mesmos, garantir a reposição do material dos kits. “A ONG Partejar está a cargo da organização da ementa didática do curso e da definição da mão de obra técnica. Quer dizer, para a realização das ações do projeto é necessária uma articulação governamental em três níveis, regional, estadual e federal, e uma parceria com as ONGs e movimentos sociais locais” (TORNQUIST, 2004, p. 221).

Acrescenta Tornquist:

O Ministério da Saúde é bastante claro quanto aos critérios de participação do programa: ser reconhecida pela comunidade como parteira. O crescente interesse pela participação parece indicar a importância que os cursos levados ao interior conferem ao ofício, no sentido de seu reconhecimento social e sua legitimidade governamental, ou até mesmo, como reinvenção de uma tradição, como sugerem as expectativas pelo curso e a sensação de “empoderamento” que a identidade de parteira parece vir adquirindo nas regiões onde o programa tem se institucionalizado, como o caso do Amapá e do Pará. (TORNQUIST, 2004. p. 234).

No Amapá, o primeiro momento rumo à efetivação dos cursos foi a realização do *I Seminário Estadual de Parteiras Tradicionais*, conforme já referimos, realizado no período de 29 a 30 de abril de 1996, promovido pelo governo do Amapá em parceria com o CAIS do Parto.

Esse seminário teve por objetivo geral “articular a rede local de parteiras com a rede nacional”. A intenção do evento foi fortalecer o movimento de parteiras por melhores condições de trabalho e, ainda, promover um intercâmbio cultural entre as parteiras de todo o país.

Nas capacitações, empregou-se metodologia participativa nos cursos: as próprias parteiras descrevem o modo como realizam os partos e, a partir destas informações, são desenvolvidas atividades complementares para otimizar o conhecimento e associá-lo ao conhecimento científico. Além de temas diretamente relacionados às atividades das parteiras, refletem sobre a profissão e o movimento organizacional delas e sobre o movimento político do estado e do país. A leitura dos documentos do Ministério da Saúde sugere que as parteiras se tornem agentes legitimados pelo Estado para suprir algumas de suas lacunas, embora poucas alternativas sejam encontradas e discutidas para o vínculo formal ou empregatício com serviços de saúde (BRASIL, 2012).

As parteiras que participaram desse primeiro curso, assim relatam:

Eu fiquei maravilhada com esse curso, conheci outras parteiras e essas mulheres lindas que vieram conversar com a gente e pudemos trocar experiências dos nossos conhecimentos. Aprendi muita coisa nesse curso e quero que o governo possa realizar muitos curso pra nós. A gente sabe muito, mas precisa melhorar (Riacho, parteira tradicional/Macapá).

Eu pedi silêncio mesmo, pra gente que não tem leitura, poder ouvir e gravar tudo o que foi dito, pra nós podermos fazer tudo que foi ensinado. Pois este curso é muito importante pra todas. Precisamos de silêncio e obediência pra poder aprender (Furacão, Parteira Tradicional/Macapá).

Essas parteiras ficaram motivadas com as novidades que lhes foram passadas através das instrutoras. No entanto, houve também aquelas parteiras que durante o curso falaram do descontentamento pelo aumento das responsabilidades que chegam a elas e ainda sobre o valor do parto pago pelo SUS, que é um valor muito irrisório. Relata uma

parteira:

É pouco demais esse valor! A gente precisa desse dinheiro, pra melhor nossa condição e poder ajudar mais nossas barrigudas, que também são necessitadas. Muitas vezes a gente vai com fome atender o chamado, porque em casa não tem nada pra comer. Mas a gente não pode se negar a ir (Nuvem/ Ilha Redonda/AP).

As parteiras têm buscado garantir seus direitos e lutam por um salário justo pelas atividades que desenvolvem em suas comunidades, e que pertencem ao serviço de saúde, portanto, é merecida uma remuneração justa.

Nos anos subseqüentes, os cursos de capacitação tiveram continuidade e passaram a acontecer por Municípios divididos em zonas. Em 1997, acontece o II Curso de Capacitação por zonas abrangendo os 16 municípios do Estado do Amapá. Os temas discutidos foram: *saúde*, *sexualidade* e *autoestima*. Uma parteira indígena do Manga/Oiapoque-AP participou desse curso e relata:

Foi difícil pra mim, índia, entender o que as mulher branca falava. Mas como elas usam muitos gestos e riscam papel, mostram no quadro. Eu consegui com ajuda das outras parteiras, consegui entender o curso. Ganho o material de parto. Uso e também uso o que aprendi aqui na aldeia (Areia, Aldeia do Manga/Oiapoque-AP).

Pelo relato acima, e também pelos relatos de outras interlocutoras, pudemos perceber que a oferta dos cursos de capacitação para parteiras indígenas e não indígenas induz mudanças e ressignificações nas suas formas tradicionais de atuação e, na medida em que os cursos acontecem, elas passam a ter mais contato como as práticas biomédicas. Práticas estas que se impõem às suas práticas tradicionais.

Na continuidade dos cursos, de 18 a 22 de outubro de 1999, acontece o III Curso de Capacitação de Parteiras. Analisamos um relatório sobre uma oficina que ocorreu em dezembro de 1999. Esta oficina

teve por objetivo fazer gravação de uma rádio novela com as parteiras tradicionais do Amapá, a qual faz parte do Programa Amigas do Peito e do Parto, da Rádio Nacional de Brasília, com participação de 20 parteiras índias e não índias. A partir de 2000, os Cursos de Capacitação passaram a adotar o *Livro da Parteira Tradicional*, lançado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2000; 2012). No Amapá, o IV Curso, realizado em agosto do mesmo ano, teve parceria com o Ministério da Saúde e o Grupo Curumim, cujo objetivo foi formar multiplicadores para trabalhar com parteiras, assim como apresentar o material didático elaborado pela ONG Curumim para ser usado no trabalho com as parteiras tradicionais. Desse modo, a programação do Curso de Capacitação de Parteiras tradicionais no Amapá foi elaborada de acordo com o conteúdo veiculado pelo *Livro da Parteira Tradicional*.

O Livro contém conhecimentos baseados no saber biomédico acerca dos processos fisiológicos e anatômicos relacionados à gestação e ao parto, bem como veicula mensagens sobre procedimentos higiênicos a serem observados pelas parteiras ao assistir os partos e ensina como os materiais do *kit*-parteira devem ser manipulados. A perspectiva transmitida pelo *Livro da Parteira* parte da premissa de que as parteiras tradicionais possuem um conhecimento sobre o corpo feminino que precisa ser melhorado. Assim, ao intercalar desenhos e texto, descreve os órgãos externos e internos do aparelho reprodutor feminino – útero, trompas, ovário, vagina –, bem como o processo de desenvolvimento do feto durante a gestação. Sobre os cursos de capacitação, narra uma parteira:

[...] depois do curso de capacitação que a gente fez, nós fomos aprendendo que tinha que ser mais higiene tratar esse material com mais higiene, saber esterilizar bem esterilizado, porque nos cursos de capacitação, um dos materiais muito importante é a luva e a panela de pressão que vem no kit né? Que a panela de pressão é jus-

tamente pra esterilizar a tesoura depois que cortava o umbigo da criança, pra guardar direitinho pra não usar aquela tesoura pra outras coisas é por isso que vem duas tesouras no *kit*, uma pra cortar pano, cortar papel, cortar ate mesmo fio que era amarrado o umbigo e a outra a inox é só mesmo pra aquele corte do umbigo, ai a partir desses cursos de capacitações a gente fomos é criando assim uma expectativa de vida melhor. [...] e até hoje muitas delas recebem esse meio salário-mínimo pra, como gratificação pelo seu trabalho (Sol, Macapá-Amapá).

Na narrativa acima, observa-se que a parteira reflete sobre vários momentos e várias discussões nos cursos de capacitação, que vão desde a formação de grupo nos seminários, treinamentos, ao fornecimento de *kits* parteiras e pagamento de bolsa parteira, que ela intitula como “gratificação”. Esta parteira, por sua participação ativa nos cursos, foi incentivada pelos idealizadores do projeto a estudar e, assim, Sol concluiu o ensino médio. Atualmente é funcionária do Estado e, por isso, não recebe mais a bolsa parteira. Entretanto, se considera parteira tradicional, porque faz parto domiciliar e tem um vasto conhecimento sobre ervas e plantas medicinais, herdado de sua avó e sua mãe. Ela possui certificado de todos os cursos de capacitação já realizados.

Durante o período de 2003 a 2011, os cursos de capacitação foram esquecidos, devido a questões políticas entre o governo do período e os idealizadores do projeto, ficando evidente a conotação político-partidária impregnada no projeto. As parteiras ficaram à mercê dos incentivos como a bolsa parteira e o *kit* parteira, entre outros.

Relata uma parteira:

Durante oito anos ficamos de novo no anonimato, e o governo não olhou pra gente, porque era de outro partido. Agora, voltamos de novo, e a gente quer ficar e lutar pra garantir nosso direito de parteira tradicional. Durante esse tempo, ficamo só com a nossa prática. Em

2012, nossa deputada olhou pra nós e fomo reconhecida de novo (Terra, Ilha Redonda-AP).

Vejamos, a seguir, o relato de uma enfermeira sobre os cursos de capacitação de parteiras:

Já acompanhei um treinamento e vejo na linguagem simples como elas são conhecedoras do que acontece com as mulheres naquele momento sublime que é ser mãe, porque elas são mães. Essa iniciativa do MS, com a UNICEF, OPAS e as ONGs é louvável. Essas parteiras tradicionais são merecedoras, elas precisam acompanhar as mudanças e se aperfeiçoar o aprendizado delas. Sou favorável às iniciativas de capacitação para parteiras tradicionais! Por que não seria? (L.P.R., Enfermeira).

Nos relatos dos profissionais da saúde entrevistados é notória essa posição de serem favoráveis à capacitação de parteiras, mas também é visível a posição de que o saber médico deve orientar as parteiras, pois só assim, é possível instrumentalizá-las.

Em 2012, o projeto foi retomado e os cursos voltaram a ter continuidade em parceria com Ministério da Saúde através do Programa Rede da Cegonha (Secretaria Estadual de Saúde – SESA). Nessa segunda etapa, foram reunidas as parteiras da Região Rural da Capital Macapá, incluindo os Distritos de Macapá. No período de 10 a 14 de setembro daquele ano, acontece o curso de Capacitação das Parteiras, com o tema: “Cuidando de quem recebe a vida”. Marca uma nova etapa do projeto, silenciado, como vimos, por oito anos.

Nessa nova etapa, as parteiras foram orientadas a acompanhar o estado de saúde da mulher e do bebê; encaminhar casos urgentes para o serviço de saúde; além de orientar as mulheres a tomar os medicamentos alopáticos e a fazer uma alimentação sem restrição. Algumas parteiras que participam desses cursos contestam em parte o uso de medicamentos alopáticos, assim como essa não restrição alimentar,

visto que, na tradição, faz-se restrição a certos tipos de alimentos que, para as parteiras, são prejudiciais à saúde da mulher. Além disso, elas afirmaram a eficiência das ervas para curar a mulher e o bebê. Como se observa na narrativa de nossa interlocutora:

Sou cadastrada no curso de parteira e desde o primeiro curso eu faço, fico escutando o chamado pelo rádio, faço todos os cursos que eles convocam. Mas eu prefiro ficar com a minha técnica, que aprendi da minha mãe, eu faço os cursos, mas não copio o jeito deles, faço do jeito que eu aprendi a fazer, no tradicional. Mas não posso negar que eles falam bonito e os cursos me deu uma nova visão, porque a gente tem conhecimento, mas agora, temo o conhecimento das doenças transmitidas, e já podemos orientar nossas mulher. A minha visão era outra, minha mente ficou mais aberta, a gente fazia as coisas um pouco errada, mas na nossa visão táva certo. É verdade que nessas palestras têm várias informações, mas não é para extinguir as coisas que a gente usa, é pra abrir mais a mente da gente. Eu gosto das oficinas, é lá que eu aprendi muitas coisas, como medição e escutar com o aparelho. Eles ensinam que, quando a criança tá torta, é pra gente não forçar a criança; e quando a criança tá de pé é levar pro hospital. Eles pedem pra gente ter muito cuidado quando a criança vai nascer, mas nós só “apara”, é a natureza de nascer, a gente só ajuda (Sol, parteira tradicional/ Macapá).

Essa interlocutora, como já destacamos, demonstra motivação para participar de todos os cursos de capacitação. Dona Sol vem participando desde o primeiro curso e de todos os treinamentos e oficinas. Escutar o rádio todos os dias é o meio de comunicação mais viável e, para tal, as parteiras escutam o rádio todos os dias, na espera de um chamado a qualquer momento. Percebemos nesta narrativa uma grande vontade de interagir com outras parteiras no sentido de troca de experiências formando uma rede comunitária de saberes compartilhados, vez que essa interlocutora faz parte da Associação de Parteiras “Tia Vava” com sede em Macapá. Nesta associação, as parteiras discutem direitos e suas experiências cotidianas no cuidar do parto e nasci-

mento. Também em sua fala os cursos de capacitação parecem não ter efeito de mudar sua prática, e sim de acrescentar conhecimento que se soma à sua experiência. Isso fica patente quando expressa “os cursos de capacitação mudaram minha visão”, “mas eu prefiro ficar com a minha técnica”. Embora essa parteira apresente certa resistência cultural, deixa escapar seu entusiasmo com o que esses cursos podem oferecer como orientação e discussões sobre suas práticas.

Na segunda etapa do projeto, acontecem as oficinas com apoio da Secretaria de Saúde do Estado e Rede Cegonha, no Município de Santana e em Macapá. Nessas oficinas são utilizadas “metodologias participativas”, organizadas em forma de palestras, aulas expositivas, dinâmicas de apresentação, simulação de parto, higienização, etc., enfatizando a interação entre o saber empírico das parteiras e o conhecimento técnico obstétrico. Essas atividades são executadas por médicos, enfermeiras e psicólogos, com o intuito de tornar mais técnico o atendimento das parteiras à mulher rural. Nesses cursos segue-se um ritual utilizando o *livro da parteira*, mostrando cada situação do processo do parto, apresentando-se mais figuras e fotos do que texto escrito, vez que a maioria das participantes dos cursos não consegue acompanhar as leituras por não serem alfabetizadas. Essa metodologia facilita o acompanhamento pelas parteiras. Nesse ritual, encontra-se o trabalho de higienização do corpo da mulher (BRASIL, 2012).

Nessa etapa, a primeira *Oficina Troca de Saberes* foi realizada em 09 de setembro de 2014, com parteiras tradicionais de Santana (município da zona metropolitana) e da zona rural. Nessa oficina foi apresentada a Rede Cegonha e a Coordenadora estadual da Rede em Macapá, que passou a ser responsável pela distribuição dos *kits* parteiras. Essa coordenação passou a explicar as atribuições da rede e as atribuições delegadas pelo Ministério da Saúde. Também apresentou um

discurso de aproximação entre médicos e parteiras e a necessidade das parteiras aconselharem as grávidas a procurar o hospital para fazer o pré-natal e elas poderem acompanhar a gestante em suas localidades. Um discurso que apresentou muitas contradições na relação entre saber médico e saber de parteira. Ficou evidenciado que, analisando esse discurso à luz do pensamento de Boaventura Santos (2006), os saberes e práticas da parteira na racionalidade científica constituem formas de ausências, porque escapam à lógica racional moderna.

Em 12 de setembro de 2014 acontece uma oficina em Macapá com um número significativo de parteiras de Macapá e zona rural. São parteiras receptivas e participativas, que compartilham seus saberes e suas experiências umas com as outras. Nessa oficina, as palestras discutiram sobre a tentativa de articular o trabalho das parteiras tradicionais com o SUS para garantir um parto domiciliar seguro (tema visto como essencial pelas nossas interlocutoras), assim como sobre os seguintes temas: alimentação da grávida, riscos durante a gravidez, higiene no parto, cuidados com o recém-nascido e algumas medidas de prevenção de doenças, além da importância do papel da parteira na comunidade. O procedimento de transposição de conhecimentos levado a termo pelas capacitações parece-nos criar tensões na relação natureza e cultura, e já pode indicar uma predisposição à *mudança no estilo tradicional* de partejar.

O certificado de participação na oficina é mais um fato que nos chamou a atenção, pois as parteiras com quem pudemos conversar afirmaram que não sabiam ler e nem escrever. Perguntamos o que significava o certificado e qual benefício traria para elas; como resposta ouvimos que seria útil para receber benefício. Percebemos que muito se falou sobre a “articulação de conhecimento científico com o saber tradicional” e que “as parteiras estão sendo valorizadas”, por-

que é garantido a elas o direito de se expressarem e mostrarem suas experiências nas oficinas. No final da oficina, as parteiras receberam os certificados, que exibem como se fosse um troféu.

Sobre os cursos de capacitação, Jordan (1989) realizou uma etnografia dos cursos de parteiras no interior do México. Para a autora, os treinamentos da biomedicina são um espaço privilegiado em que a obstetrícia biomédica e cosmopolita é apresentada como um *authoritative knowledge*, quer dizer, “o conhecimento que, em um contexto particular, é visto como importante, relevante e conseqüente para a tomada de decisões” (JORDAN, 1989, p. 925). Para ela, esses treinamentos têm intuito, apropriações e desdobramentos muito mais simbólicos e políticos do que técnicos, tanto para quem desenha e implementa quanto para quem recebe e reproduz os cursos.

Fleischer (2006), em seus dados etnográficos, pretendeu mostrar como as parteiras de Melgaço/PA, “aprendem” muito mais do que identificar um parto “arriscado” ou esterilizar uma tesoura. Referente aos cursos diz a autora:

Nos cursos, elas angariavam uma *expertise* do que, como, com quem e quando falar sobre partos. *Falar e circular* pareciam ser as principais estratégias de um empoderamento específico, talvez muito mais individual e familiar do que as expectativas feministas e coletivistas do Instituto Partejar; talvez muito mais políticas do que o investimento técnico-obstétrico feito pelo Ministério da Saúde e pelas agências internacionais (FLEISCHER, 2006, p. 242).

Semelhanças entre as parteiras foram encontradas por Jordan no interior do México e Fleischer em Melgaço, ao “reproduzirem os cursos exatamente da mesma forma como estes lhes foram apresentados, sendo de uma forma discursiva peculiar delas”. Embora o prestígio conferido pelos cursos também servisse na relação das parteiras com suas parturientes, “o que as parteiras aprendem de forma mais efici-

ente é como se apresentar ao sistema de saúde oficial e como se legitimarem pelo uso dessa linguagem” (FLEISCHER, 2006, p. 242). Semelhanças como estas também foram observadas nas parteiras de Ilha Redonda e Aldeia do Manga, no Amapá.

Pelo que já observamos, as parteiras passam a associar os saberes médicos aos seus saberes, o que por um lado, produz certa forma de esquecimento do saber adquirido pela oralidade. Isso nos leva a refletir sobre sua não existência/ausência (SANTOS, 2006), quando assume a forma de ignorância ou forma inculta de saber. Nesse sentido, o saber da parteira se caracteriza com ignorante, restos arqueológicos de um saber assentado fora da construção da ciência moderna em nome do desenvolvimento.

Percebemos que nessas “capacitações” existe uma diferença de concepções e percepções, tanto dos profissionais que ministram esses cursos e palestras, quanto das parteiras, demarcando assim, diferenças entre seus universos culturais e simbólicos. Esses cursos de capacitação de parteiras, como já destacamos, são ancorados no Programa de Parteiras Tradicionais e se desenvolvem em diferentes eixos que vão desde as informações sobre o corpo e a saúde reprodutiva até a organização de parteiras em associações e redes.

Sobre as percepções das parteiras participantes das capacitações, destacamos, primeiro, a expressão do sentimento de medo, depois de autoestima, mas também um pouco de frustração, como vemos no relato de uma parteira:

Quando fomo chamadas, muitas parteiras não vieram, porque muitas delas tinham medo, porque nunca tinha sido chamada pro Palácio [do Governo], e como elas viam que tinham uns policiais lá, elas pensavam que era pra prender elas, né? Então, muitas delas não se compareceram na primeira reunião por esse motivo, com medo até, porque a profissão de parteira era uma profissão que não era reconhe-

cida e elas tinham medo; e a partir daquele momento, a gente, nós que viemos pra primeira reunião, deu sessenta parteiras. [...] Eu me sinto valorizada nosso trabalho, principalmente com esse curso, mas esse certificado não me dá direito de entrar no hospital pra acompanhar a mulher que vai ganhar nenê. Fiquei triste, porque não é verdade o que falam pra gente sobre a nossa entrada no hospital (Raio, parteira tradicional).

Durante o tempo de convivência entrevistando as parteiras, pudemos perceber como se redefinem a autopercepção e a autoestima das parteiras nesses cursos, quando exibem seus certificados de participação em cursos e quando mostram suas carteiras de parteiras, como nova identidade. Depois do primeiro curso veio o encanto, vislumbrando-se a possibilidade de que pudessem acompanhar os partos na maternidade pública de Macapá, possibilidade que se mostrou rapidamente ilusória, uma vez que o acompanhamento de parteiras tradicionais na maternidade se configurou como instância proibida para elas, que pertencem à tradição. Assim, acompanhado desse entusiasmo, logo veio o desencanto de algumas parteiras quando foram proibidas de entrar na maternidade para acompanhar as parturientes. Essa proibição se deve à posição dos profissionais da saúde (médicos/as e enfermeiras/os), contra a atuação de parteiras tradicionais em maternidades. Diz uma enfermeira, “lugar de parteira é na comunidade e não no hospital”. O ritual da parteira é diferente dos hospitais que mantêm um esforço rotineiro, enquanto que a parteira é livre para acompanhar as grávidas e o parto. Para entender tal situação, recorreremos a Santos (2006) para dizer que, nessa relação, a incompletude de diferentes modos de cuidar revela-se, para alguns profissionais da saúde, como descredibilização dos saberes das parteiras.

Abreu (2005) afirma que é fato que as parteiras tradicionais possuem limitados “conhecimentos técnico-científicos”, principalmente

por seu trabalho encontrar-se isolado do serviço de saúde local, realizando-se em meio a muitas dificuldades. É igualmente notório que, em sua grande maioria, as parteiras possuem muitas habilidades, que lhes auxiliam na resolução de partos difíceis, e muitos recursos, principalmente no campo relacional, fundamentais para um cuidado baseado no respeito e no empoderamento da mulher para vivenciar o seu parto. Acrescenta ainda a autora que as parteiras preocupam-se com o bem-estar e o conforto da mulher que assistem. Diferente do parto em hospital, elas assumem as tarefas domésticas, prestam, em geral, uma assistência marcada pelo afeto, pelo calor humano, companheirismo, infundindo confiança e segurança que contribuem para potencializar a força da mulher para conduzir o seu parto, criando um ambiente que favorece uma evolução positiva do trabalho de parto e uma recepção acolhedora para o recém-nascido.

Para a autora, os termos “conhecimento técnico limitado”, “falta de higiene” e “ignorância” têm levado o Ministério da Saúde, em parceria com os estados da federação, à promoção de cursos de “capacitação” de parteiras, mas estes cursos não têm ampliado o saber tradicional, uma vez que são inseridos nessas capacitações apenas os conhecimentos da biomedicina, por considerarem o saber da parteira “inferior”. Nos cursos são enfatizados os processos de higienização do parto e nascimento domiciliar, adotando a concepção moderna do partejar. O *Manual de guia prático da OMS* diz:

Onde quer que ocorram o trabalho de parto e o parto, a higiene é um requisito básico e importantíssimo. Não há necessidade do tipo de esterilização comumente utilizado num bloco cirúrgico, mas as unhas devem ser não apenas limpas como também curtas, e as mãos devem ser cuidadosamente lavadas com água e sabão. Deve-se dar atenção à higiene pessoal da parturiente e das pessoas que realizam o parto, bem como à higiene do ambiente e de todos os materiais

utilizados durante o parto (OMS, 2006, p. 39).

A OMS estabeleceu o conteúdo de um *kit* de parto e as condições para seu uso correto e eficaz (OMS, 1996). Os programas já implantados advogando o efeito positivo do uso das “três áreas limpas” (mãos, períneo, cordão umbilical) devem ser mantidos ou expandidos. Conforme o texto da OMS, esse *kit* simples, porém eficaz, pode até ser montado em casa, e inclui uma lâmina nova e estéril para cortar o cordão umbilical. O próprio *kit* de parto e seu conteúdo devem ser limpos, mas não precisa ser esterilizado. Os materiais descartáveis do *kit* não devem ser reutilizados.

Os instrumentos destinados a serem reutilizados devem ser adequadamente descontaminados, segundo as diretrizes fornecidas pela OMS (1995). Equipamentos que entram em contato com a pele intacta podem ser lavados meticulosamente, instrumentos que entram em contato com mucosas ou pele não intacta (com solução de continuidade) devem ser sempre esterilizados, fervidos ou desinfetados quimicamente, e instrumentos que penetram na pele devem ser esterilizados. Esses métodos servem para impedir a contaminação de mulheres e prestadores de serviços. Alerta a OMS que é importante reduzir o potencial de infecção, limitando as técnicas invasivas, como a episiotomia⁵, aos casos estritamente necessários e tendo cuidados adicionais com o uso e descarte de instrumentos afiados (OMS, 2006, p. 40).

O apoio da Organização Mundial de Saúde (OMS), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Fundo de Populações das Nações Unidas (FNUAP) se faz presente nos países onde parteiras “leigas/tradicionais” fazem um número significativo de partos e seu

5. O uso liberal da episiotomia está associado a maiores taxas de traumatismo do períneo e a menores taxas de mulheres com um períneo intacto (OMS, 2006, p. 59).

ofício é consistente com as políticas de saúde em vigor. Dentre os objetivos empreendidos, destacam-se:

Apoiar o treinamento de parteiras leigas sempre que ela puder ter um efeito significativo sobre a saúde da mulher e da criança; colaborar no desenvolvimento de programas de treinamento de parteiras complementares às estratégias de treinamento adequadas à situação nacional; fornecer “kits simples” e descartáveis para o uso em partos, para garantir partos higiênicos. As metas desses programas são: a redução da mortalidade e morbidade materna e infantil e melhorar a saúde reprodutiva. (OMS/FNUAP/UNICEF, 1992 p. 25).

Em 1996, o Estado do Amapá firma parceria com essas organizações propiciando recursos financeiros para treinamento e aquisição de *kits* de material de trabalho para parteiras. Os *kits* são oferecidos às parteiras cadastradas e capacitadas pelo programa. Os *Kits* Parteira são utilizados como forma de ajudar no parto domiciliar e na assistência da saúde da mulher e do bebê e auxiliará a prática principalmente em áreas rurais e ribeirinhas. Os *kits* contêm vários itens como: *capa de chuva, toalha, estetoscópio de pinard, tesoura, material para curativo, guarda-chuva, lanterna, material de higiene e limpeza, bacia* e outros instrumentos.

Argila, uma parteira indígena da Aldeia do Manga, experiente em “pegar menino”, diz que, depois de ter feito o curso, passou a usar a tesoura para cortar o cordão umbilical, deixando de fazê-lo com faca feita de taboca ou bambu com era o costume de antigamente. Outra afirma que, depois do curso, deixou de “pegar menino” da forma tradicional e passou a usar luvas e esterilizar a tesoura como fazem os brancos. Nem sempre, entretanto, o destino de alguns dos materiais do *kit* é o mesmo preconizado durante os cursos de parteiras. Entretanto, diz outra parteira, “esse material caba e nem sempre tem como eles repor, aí a gente continua como de costume, mas até estranho não

usar a luva”.

Parteiras, cuidados com a gestação, parto e pós-parto como resistência cultural

O saber das parteiras está relacionado culturalmente aos cuidados com a mulher, especialmente a grávida, o parir e o resguardo (pós-parto), para que esta tenha um corpo saudável, em sua experiência de dar à luz. Assim, a preocupação em acompanhar essas mulheres em um momento nobre na vida delas é prioridade na atividade das parteiras tradicionais. Nesse sentido, os *banhos e puxações* (BARROSO, 2001; FLEISCHER, 2007), feitas com óleos extraídos diretamente da natureza, contribuem segundo elas, para deixar a mulher preparada para enfrentar a vida cotidiana e a vida sexual. Acompanhar esse processo é ver o corpo da parturiente ganhar mais expressão e saúde. O contato e aproximação entre parteira e parturiente se constituem em gesto de solidariedade e amizade. O tocar, apalpar e sentir o corpo se contrapõe à assistência hospitalar que, ao intervir, utiliza a mediação instrumental e proporciona maior distanciamento social entre médico e parturiente.

Esse tipo de cuidado é permeado de rituais como a utilização de plantas, ervas e folhas medicinais, colhidas na maioria das vezes nas hortas cultivadas pelas próprias parteiras da Amazônia, além das rezas (BARROSO, 2001; PINTO, 2010). Essas misturas também envolvem um ritual de prescrições, muitas vezes não seguidos à risca pelas parturientes. Porém, não há dúvida da credibilidade no poder desses remédios caseiros pela comunidade local. A parteira Estrela, da comunidade de Ilha Redonda/AP, narra a tradição dos remédios caseiros e diz que “hoje em dia, embora as mulheres utilizem os remédios ca-

seiros, seguem mais a prescrição de remédios alopáticos receitados pelos médicos”, com algumas exceções. O quadro abaixo mostra o conhecimento das parteiras sobre uma infinidade de plantas e ervas medicinais para fabricação de chás, utilizadas em vários momentos, da gravidez ao pós-parto.

Quadro 1: Plantas e Ervas usadas nos chás para gravidez, parto e pós-parto

Raízes, Ervas e folhas	Utilidade
Alecrim+ sálvia+alfazema	Cólicas no pós-parto
Anador+periquitinho+raiz de alfavaca	Cólica no pós-parto
Alfavaca grande+capim de galinha	Dor torta (dor pós-parto)
Arruda+chicória+alho+cominho	Para dificuldade de parir
Mamona+erva cidreira (purgante)	Para limpar a barriga da mulher
Alfazema+alecrim+sálvia+mamona	Para limpar a barriga da mulher
Folha de jiboia grande	Para hemorragia
Sumo da folha de pimenta malagueta	Para regular a menstruação
Sumo de algodão+paxiúba+cominho	Para a mulher sem dilatação no parto
Folha do vindica e rinchão	Para albumina
Gengibre adoçado	Para aumentar as dores e parir mais rápido
Folha amarela do abacate+casca do coco +capim santo +erva cidreira+folha da graviola	Para a grávida com sinal de aborto

Fonte: parteiras tradicionais – pesquisa de campo.

Segundo a parteira Estrela, “no hospital os médicos não deixam puxar a mulher, porque eles dizem que faz mal”. E assim ela se expressa: “Mas é lá que, sem necessidade, eles cortam a mulher pro bebê sair. Nós não corta, a gente deixa ele vim ao mundo sem prejudicar a mãe, a gente apara a criança, por isso chamam a gente de aparadeira”.

Neste relato, o corte a que a parteira se refere é a episiotomia praticada em hospital. Para confrontar o que diz a parteira, busquei, na

entrevista com um médico, saber se essa prática é comum na maternidade, ele assim relatou:

Eu, particularmente, faço em alguns casos que realmente precisa, né? Porque a episiotomia, que é como a gente chama o corte no canal vaginal, ela aumenta o canal de parto, então, isso facilita o desprendimento da criança. Às vezes, a criança já passou por todo o trajeto do canal de parto e a bacia é parte mais difícil. Às vezes, ela vai sofrer no desprendimento, uma criança que muitas vezes já tá praticamente na mão, então, é válido fazer a episiotomia e não submeter essa criança a um sofrimento desnecessário (J.A., médico obstetra).

As *puxações* feitas pelas parteiras têm sido alvo de crítica e interdição pelos profissionais da saúde. Essa prática condenada pelos médicos é supostamente causa do deslocamento da placenta que pode provocar o aborto ou nascimento prematuro da criança. No entanto, apesar de algumas parteiras absorverem esse conhecimento e gradativamente vão abandonando essa prática, outras parteiras mais antigas contestam e dizem: “já fiz centenas de partos e isso que os médicos dizem nunca aconteceu”.

Quanto à tradição da prática de *puxação*, Fleischer (2007) revela que o trabalho da parteira vai muito além do ato obstétrico do parto:

Enfocar a prática de *puxação* revela que ao longo da gravidez, durante o parto e mesmo depois do parto a atuação da parteira, opera uma lenta e metódica construção de significados, conferindo um sentido à experiência da *buchuda*. É dessa forma, numa perspectiva global/holístico que o partejar não oficial é frequentemente ignorado por enfoques dominados pela biomedicina que tende a privilegiar, sobretudo, um momento do processo, isto é o parto. (FLEISCHER, 2007, p. 99).

Corroboramos com Fleischer (2007), quando narra sobre as *puxações* das parteiras de Melgaço e diz que este conhecimento é ignorado pela biomedicina, pois o que interessa ao médico é somente o

momento do parto. As *puxações* com *azeite de andiroba* e *óleo de copaíba* são práticas que as parteiras rurais e remanescentes quilombolas usam em grávidas a partir de cinco meses, para sentir o bebê, ver se está na posição correta. Segundo as parteiras, a *puxação* é fundamental para uma boa gestação e, conseqüentemente, um bom parto. Esta é uma prática muito comum entre as parteiras do Amapá, é um procedimento que ocorre aproximadamente oito dias consecutivos. O saber da parteira sobre os óleos extraídos da natureza sofre influências externas de um saber já estruturado e divulgado pela ordem dominante e institucionalizada. Esses óleos são fabricados e comercializados em farmácias por toda a Amazônia.

A experiência de Neblina sobre o modo de cuidar no resguardo (pós-parto) sofre influência dos cursos de capacitação. Ela conta que no conhecimento das índias elas sabem quando a criança estava mal posicionada, as mulheres mais experientes sabiam colocá-la na posição adequada. As indígenas cortavam o umbigo do bebê com tala feita de árvore “taboca” afiada com faca, porém, esse corte do cordão e o tratamento do umbigo eram objetos de cuidados. Hoje, com o processo da higienização dos cursos de capacitação, a assepsia é usar álcool antes de cortar o umbigo. Depois de cortado, o umbigo era amarrado com um cordão de algodão e tratado com óleos vegetais (azeite de andiroba, copaíba e outros), pó de cascas vegetais ou sarro de tabaco. Nos dias posteriores ao parto, a parteira visitava a parturiente e o nenê para prestar alguma assistência. Os cuidados com o umbigo continuam sendo realizados de forma tradicional, isto é, quando não tem material do *kit* parteira. Mesmo aquelas mulheres que parem nos hospitais, na medida em que voltam para sua aldeia, são cuidadas por suas mães e avós que são parteiras e tomam conta do recém-nascido. Os costumes indígenas estão muito presentes, mesmo recebendo ca-

pacitação. Diante dos relatos das indígenas, mesmo preservando a tradição, é possível perceber a influência das práticas da medicina ocidental no universo da mulher indígena.

Eu ouvi muita coisa nos cursos: os brancos falavam do conhecimento branco e do conhecimento tradicional, aqui, nós já tinha conhecimento da cultura do branco, mas muitas parteira não tinham escutado o trabalho dos brancos sobre o modo fazer um parto. Antes, às vezes, a parteira quando pegava neném, não lavava nem as mãos. De primeiro a gente não tinha tesoura. Não tinha nada, só as mão pra ajudar, né? Dante quando a mulher ganhava neném, cortava com a tala de taboca, que não era esterilizada: cortava e guardava. Aí, quando nascia outro menino, com a mesma tala cortava de novo. Mas depois dos cursos que nós parteira tivemos, do conhecimento pra ter higiene, eu percebi que melhorou bastante (Neblina, Aldeia do Manga).

As práticas referentes ao processo de gravidez, parto e pós-parto entre as indígenas aqui estudadas estão estreitamente ligadas ao sistema médico indígena, no entanto, muitos conhecimentos dos brancos já foram apreendidos por eles. É comum que as mulheres que fazem partos sejam, também, rezadoras ou ervateiras e utilizem esses conhecimentos para prevenir ou tratar afecções próprias das grávidas e parturientes.

Em contraste com o período de gravidez, durante o pós-parto, as mães devem fazer o resguardo para preservar sua saúde e a do recém-nascido. Entre os cuidados a serem observados, os principais são: o repouso absoluto de três a cinco dias depois do parto; os cuidados com o asseio; as regras alimentares; evitar a exposição ao sol, ao vento e ao sereno; e não pegar peso.

Durante os primeiros dias após o parto, a parturiente deve ficar acamada e só se levantar para fazer o asseio corporal. Nos primeiros quinze dias após o parto, pode tomar banho de assento, lavando-se

unicamente da cintura para baixo. Deve evitar, sobretudo, molhar a cabeça para que “o sangue não suba” provocando dores de cabeça. Durante um mês não deverá realizar esforços físicos. Comparando-se com as mulheres que dão à luz no hospital, as enfermeiras insistem para que elas lavem o corpo por inteiro. Esta recomendação é contrária à prática do resguardo indígena. O banho de assento feito com plantas medicinais não é apenas usado no pós-parto, mas também para tratar outras afecções genitais.

Parteiras e a incorporação de práticas médicas

Na incorporação de saberes e práticas médicas encontramos arranjos híbridos. Dessa forma, vimos nos cursos para parteiras os meios para que combinassem as suas práticas a outras práticas, no sentido de gerar “um novo modo de partejar” que, nos termos da alteridade, permita a hibridização⁶ do saber.

Em Canclini (2011), o hibridismo é visto de um prisma positivo que se fundamenta, sobretudo, no multiculturalismo como um espaço que possibilita o diálogo entre as culturas, um fator novo que resulta do embate entre duas culturas diferentes. Nesse sentido, o hibridismo para o autor, abriria espaço também a uma espécie de tolerância, respeito e valorização das diferenças culturais. É nesse sentido que tomo o conceito desse autor, para analisar esse contexto da incorporação de saber, em que as práticas das parteiras agora são vistas num novo

6. Utilizamos o termo hibridismo para falar do modo pelo qual as parteiras se separam de parte dos modos de seus contextos de origem e se recombinaem com outros modos ou partes deles de outra origem, configurando-os como novas práticas. A articulação de saberes (cultura médica x cultura de parteiras) faz com que as parteiras associem os seus saberes tradicionais e, em parte, o saber médico. Como exemplo, vemos o processo de instrumentalização de parteiras, o recebimento dos *kits* parteira, e por outro lado, o uso da lâmina (gilete) ou faca, material fervido que persiste na prática tradicional da parteira.

prisma, não mais como cultura separada, mas associado a instrumentos e à linguagem médica que se entrelaçam no seu conhecimento. Importante ressaltar que essa forma de hibridação não aparece sem contradição, mas, sim, que pode ajudar a dar conta de formas particulares de conflito geradas na interculturalidade.

Quando o Estado se apropria de saberes, bens ou práticas produzidos pelos grupos subordinados e os transformam em símbolos da cultura nacional, não considera a função e o significado que tais bens ou práticas possuíam em seu contexto de origem. Existe um mecanismo de descontextualização das peças/utensílios/objetos pertencentes a culturas dos povos indígenas. (CANCLINI, 2011, p. 187).

A adoção do termo práticas integrativas do tradicional com o científico, assim como a inserção de parteiras pelo SUS, apresenta-se como uma estratégia discursiva que sorrateiramente parece negar ou subjugar os saberes tradicionais. Apesar de o Estado propalar práticas integrativas no campo da saúde com a inclusão de parteiras, isso ainda não se concretizou, pois o Programa de Parteiras ainda não integrou as políticas de saúde, porque ainda não chegou a constituir objeto de planejamento integrado e organizado nessa área. Esse processo de descontextualização das práticas tradicionais para integrá-las ao SUS permite a subordinação destas no interior do sistema oficial de saúde.

Para tanto, nessa proposta do Ministério da Saúde implementada no estado do Amapá, há um aspecto que contrasta com o objetivo do *Projeto de resgate e valorização de parteiras do Amapá* em relação ao estilo de partejar tradicional. Esse projeto prevê “não mudar o estilo tradicional de partejar”, o que tem levantado questionamentos a respeito desse “resgate e valorização”, pois até que ponto seria possível não haver mudança, quando se introduzem novos saberes e práticas numa cultura local, sem que haja absorção desse novo saber? Vez que são introduzidas formas de partejar modernas e instrumentalizadas.

O quadro abaixo é um demonstrativo de algumas incorporações na prática de partejar (*kit* parteira).

Quadro 2: Uso de material para o Partejar tradicional, médico/científico

Tradicional / uso nativo	Médico/científico
Cabeça amarrada com lenço de pano	Uso de touca (descartável)
Unha cortada e limpa	Uso de luva (descartável)
Roupa simples	Uso de avental
Tesoura, faca ou lâmina (uso coletivo, fervida)	Uso de tesoura (uso pessoal, esterilizada)
Fio para amarrar o cordão umbilical do bebê	Uso de linha esterilizada
Esteira de palha ou assoalho de madeira	Uso do forro de plástico
Auscultar com o próprio ouvido	Uso do estetoscópio de pinard

Fonte: Pesquisa de campo/2014.

Vejamos, a propósito, o relato de uma parteira:

Antes, eu não usava avental; sempre aparava as unhas pra não ferir a mulher nem o nenê; mas não usava luva; nem aparelho pra escutar o nenê: meu ouvido era afiado pra escutar a barriga da mulher. Também não tinha álcool. Agora, sou obrigada a fazer o que os doctores dizem, né? Eles têm razão, tem que ser tudo higiênico. Se falta esse material, mas a gente ferve tudo bem fervido, a tesoura principalmente (Nuvem, Ilha Redonda/Macapá).

Pelo relato de Nuvem, percebe-se que as mudanças mais destacadas estão relacionadas à melhoria nos níveis de higienização dos procedimentos. A utilização das luvas, o uso das tesouras de aço inoxidável, a introdução do álcool iodado, são destacados como mudanças positivas que contribuem para a saúde das mulheres e das crianças assistidas. Assim como dona Nuvem, outras parteiras reconhecem que tais materiais não são acessíveis a todas em todos os momentos como estão para os médicos nos hospitais.

No processo de “encontro de saberes”, promovido pelo Estado com a implantação do Programa Parteiras Tradicionais, “o saber médico assume uma posição hierárquica que lhe atribui a função de reorientar a prática das parteiras e ampliar os seus conhecimentos” (SILVA, 2005). Essa reorientação, a nosso ver, significa manter a subordinação do saber da parteira ao saber hegemônico da biomedicina.

Para Hall, o hibridismo não pode ser contrastado como “tradicional” e “moderno” porque:

O hibridismo *não* se refere a indivíduos híbridos, que podem ser contrastados com os “tradicionais” e “modernos” como sujeitos plenamente formados. Trata-se de um processo de tradução cultural, agonístico uma vez que nunca se completa, mas que permanece em sua indecidibilidade. (HALL, 2000, p. 74).

Nesse contexto de análise, o hibridismo não é um processo que traz ao sujeito a sensação de completude ao dialogar com outras culturas, pelo contrário, seria o momento onde o sujeito percebe que sua identidade está sempre sendo reformulada, ressignificada e reconstruída, num jogo constante de assimilação e diferenciação para com o “outro”, permanecendo sua indecisão sobre qual matriz cultural o mais representa. As parteiras vivem essa indecidibilidade.

Nos cursos de capacitação, a higienização é ponto de destaque em todos os treinamentos. Embora isso não signifique um processo de hibridização, existe um processo contraditório, pois na tradição, para as parteiras antigas, é inconcebível a parida tomar banho logo após o parto, porém a criança é imediatamente banhada. Nos cursos, esse processo foi invertido, os conhecimentos transmitidos orientam as mulheres a tomar banho imediato após o parto e não somente asseio comumente utilizado pelas parteiras, assim como a criança deve ser banhada só no dia seguinte para não perder a proteção natural da pele.

As proibições dos usos e costumes são recorrentemente relatadas nas falas das parteiras. Em determinados casos, elas fazem referências positivas a tais mudanças. As mudanças mais destacadas como positivas pelas parteiras estão relacionadas à melhoria nos níveis de higienização dos procedimentos. A utilização das luvas, o uso das tesouras de aço inoxidável, a introdução do álcool iodado, são destacados como mudanças positivas que contribuem para a saúde das mulheres e das crianças assistidas. De fato, as políticas públicas promovidas pelo Estado têm veiculado os saberes tradicionais, por sua vez, também tem contribuído para a produção das relações de poder quando articulam os diferentes saberes em uma ordem hierárquica, isto é, um saber colonizado.

Essa incorporação de saber também se dá pelo uso da linguagem médica. As parteiras começam a agregar uma linguagem biomédica distante de sua cultura, mas próxima da vida urbana. Na tradição, usualmente elas chamam “mulher buchuda ou barriguda”, atualmente a maiorias das parteiras treinadas passam a chamar “mulher grávida”. Outras ficam entusiasmadas com a ideia que é repassada nos treinamentos, de que elas também fazem consulta em suas comunidades e indagam: “a gente faz consulta igual ao médico”? Parece que a linguagem e o conhecimento médico surgem como que por encanto para as parteiras e elas vão absorvendo, de forma gradativa, várias terminologias médicas. O relato a seguir, atesta esse entusiasmo da parteira:

Acho muito bonito o jeito deles falarem, umas palavras difícil, mas que quer dizer a mesma coisa que nós usa. Quando eles mostram os desenhos pra gente, aí a gente comenta, isso nós já sabe. Mas tem muita coisa nova, também. Agora, a gente tá deixando de chamar “barriguda” pras “grávidas”! (Furacão, Macapá-AP).

Nesse fragmento do relato de Furacão, vimos algumas nomeações

que fazem parte do repertório já incorporado nas narrativas das parteiras tradicionais, após a participação em cursos de capacitação. Entretanto, observamos que ora usam a linguagem tradicional, ora a linguagem médica. O quadro abaixo apresenta algumas das linguagens tradicionais e as de uso médicos adotadas nos cursos e absorvidas pelas parteiras:

Quadro 3: Uso de linguagem tradicional
Versus linguagem médica

Uso Tradicional	Uso Médico/Científico
Buchuda, barriguda	Grávida
Mulher parida ou de resguardo	Pós-parto ou puerpério
Aparadeira, curiosa	Leiga, Parteira Tradicional
Caridade, solidariedade	Consulta
Cuidar da barriguda	Pré-natal
Puxar barriga	Examinar, apalpar
Pegar menino	Fazer o parto
Desmentidura	Contusão

Fonte: Pesquisa de campo/2014.

Apesar da orientação do livro da parteira e do manual na condução dos treinamentos, observamos que, contrariando essa orientação, os formadores têm utilizado uma linguagem técnica que misturam à linguagem “cabocla indígena” e, em muitos momentos, não é observada a linguagem nativa, comum entre as populações rurais da Amazônia brasileira e que faz parte da cultural local e regional. As palavras que mais circulam nos cursos são grávida, pós-parto ou puerpério, pré-natal, consulta, parteira tradicional. Ao dialogar com algumas parteiras, percebi que são essas palavras que elas têm apropriado com mais rapidez, com exceção de “pós-parto ou puerpério”, que para elas, “resguardo” soa mais natural. Entre estas, encontrei o termo gravidez como o mais empregado entre algumas parteiras, porém, “buchuda ou

barriguda” ainda são comuns entre elas.

No geral, percebe-se que essa mudança já vem impactando a cultura local. Nesse novo contato que a parteira rural ou indígena passa a ter com a biomedicina, seria inevitável não incorporar novas terminologias e, sobretudo, ao receberem certos instrumentos que até então, por volta de quinze anos atrás, eram desconhecidos por elas. Não estamos nos posicionando contra essas mudanças, seria retroceder na história.

No treinamento para parteiras é utilizada uma linguagem técnica, como “consulta, parturiente”, “examinar”, “gestantes”, “pré-natal” e o uso de remédios alopáticos, entre outros, até então desconhecidos por elas. Assim, as parteiras são envolvidas com o uso dessa nova linguagem que não faz parte de sua cultura. Ao entrevistar Riacho, 60 anos, uma dessas parteiras atuantes em oficinas, relatou, “a doutora lá curso disse que nós faz consulta e pré-natal, como eles, então é por isso que nós ganha o *kit*, né?” Fica evidente que as parteiras não desqualificam seus saberes, porém, absorvem o que lhe é imposto e de forma gradativa vão incorporando novas linguagens médicas, técnicas e práticas no partejar em seu cotidiano, principalmente, na forma de cuidado no parto e nascimento.

A oferta de cursos de capacitação para parteiras tradicionais acarreta certos antagonismos, já que o atendimento do parto passa a ser prerrogativa de pessoas especializadas, e nesse sentido, como as parteiras “fazem atendimento onde os médicos não estão”, na visão do Ministério da Saúde, elas precisam ser modernizadas, porém, isso pode suplantar as práticas tradicionais de partejar, pelas práticas biomédicas.

Desafios de reconhecimento: algumas considerações finais

Em meio aos circuitos da avançada ciência médica, persiste na Amazônia a prática tradicional do partejar. Especificamente no Amapá, o ofício de “aparar menino”, na linguagem das parteiras, afirma-se como prática reconhecida no âmbito da cultura do senso comum, particularmente no interior das comunidades rurais e indígenas, num ritual do partejar que se ancora em um saber que sofre alterações em consonância com os padrões vigentes de sociabilidade. Entre as alterações que se dão via proibições, destacamos as orientações médicas. Isso nos chamou atenção no decorrer das falas e que se repetiam, são elas: *não se deve puxar a barriga da mulher; não se deve curar o umbigo do bebê com cinza; agora se deve usar álcool iodado*. São novos significados, necessários às atribuições de partejar e do nascimento.

As parteiras protagonistas deste estudo são herdeiras de um saber histórico-cultural, adquirido oralmente. Durante as conversas relataram sobre seus saberes e as práticas do cuidado com a gestação, parto e pós-parto. Esses cuidados tradicionais têm sido confrontados na contemporaneidade pelo saber hegemônico que instituiu novos saberes sobre o corpo, o parto e o nascimento, ora legitimados pela cientificidade. Por essa razão, o confronto gerou resistência das parteiras para preservar seus cuidados como forma de perpetuá-los.

Encontramos saberes tradicionais que persistem e que vão da sintonia da natureza com o corpo feminino à variedade do conhecimento de plantas medicinais e às formas de cuidados com o parto e nascimento, permeados de rituais com uma forte conotação mágico-religiosa. Os remédios caseiros à base de ervas, cascas de pau e folhas permanecem vivos na trajetória de cada parteira. Elas utilizam os elementos bioló-

gicos e culturais para as suas práticas cotidianas e, por conseguinte, mantêm uma relação integradora com as parturientes e seus familiares e por fim, com a comunidade.

Nesse sentido, há uma resistência por parte das parteiras a certos remédios farmacêuticos que, para elas, “fazem bem pra umas coisas e prejudicam outras”. Assim, o uso de medicamentos industrializados no parto e pós-parto contrasta com os remédios caseiros utilizados pelas parteiras tradicionais. Na construção de um referencial simbólico sintetizador, há uma experiência ambígua no encontro de saberes: de um lado, está a ideologia da conformidade e o uso de medicamentos industrializados no *kit* parteira; e de outro, a tradição de recursos extraídos da natureza, da cultura local e regional, a valorização da ecologia e a necessidade de conservar a natureza por meio de uma linguagem simples, acessível à comunidade. No entanto, percebe-se que as parteiras, apesar de reagirem à alopatia, vêm incorporando este saber às suas práticas tradicionais, ou seja, por imposição da modernidade.

Esses componentes nos possibilitaram lançar um olhar analítico sobre o exercício do ofício de partejar de mulheres remanescentes quilombolas de Macapá e Aldeia do Manga do Oiapoque, todas elas inseridas em Programas institucionais tanto pelo Ministério da Saúde como em Programas no estado do Amapá. A materialização, por meio de cursos de capacitação, favoreceu o aprimoramento das práticas existentes através da introdução de novos conhecimentos e procedimentos ao exercício tradicional do partejar que resultaram em arranjos híbridos. Sem dúvida, as inovações introduzidas pelo Programa têm no *kit parteira* seu mais relevante símbolo. Junto com os *kits*, vem o processo de higienização das parteiras para o uso apropriado de componentes como avental, luvas e toucas para partejar. Essa instru-

mentalização moderna, certamente tende a alterar o estilo tradicional de partejar.

Para uma melhor compreensão sobre as capacitações de parteiras da Amazônia contemporânea, lançamos um olhar sobre o *Projeto de Resgate e Valorização de Parteiras Tradicionais do Amapá* e identificamos, a partir das narrativas das interlocutoras, um processo permeado por tensões e resistências que se configura na forma tradicional/médica/científica de cuidados com o parto e o nascimento. Esse encontro de saberes das parteiras tradicionais com os conhecimentos da biomedicina moderna vem representando arranjos híbridos de saberes e dos cuidados com o parto e pós-parto, que podem implicar num esvaziamento gradativo da base tradicional do ofício do partejar. A articulação de saberes promovido pelo Estado ocorre de forma hierarquizada, tendo os conhecimentos da biomedicina moderna uma posição primordial de reorientar o saber das parteiras. É nesta definição hierarquizada de poder que se impõem condições de “o que deve e pode ser feito”, descartando o que não é considerado científico nos cuidados com a saúde da mulher e da criança.

As parteiras do Amapá vivenciam por um lado conquistas e reconhecimento. Nessa relação, tem-se como conquistas o fato da parteira ser cadastrada em programa estadual; participar dos cursos e treinamentos; receber o diploma, o “*kit* parteira” e ser incluída no sistema de pagamento da bolsa – elementos de reafirmação identitária e de reconhecimento da legitimidade da parteira, além de tecerem redes compartilhadas de troca de experiência entre mulheres que partejam. Por outro lado, as contradições se expressam nas tensões entre a ampliação da função social da parteira, que, após a capacitação, é chamada a intervir em diferentes esferas da promoção da saúde comunitária, porém sem reconhecimento profissional como trabalhadora da saúde,

sendo, em alguns casos, explicitamente impedidas de prestarem seu serviço. Mas isso não deve enfraquecer a luta pela regulamentação da profissão.

Não há dúvida que a inclusão de parteiras em um programa do governo do Amapá, ao mesmo tempo em que amplia, legitima, também modifica as bases de seu ofício, pois são condicionadas pela pertença a esse programa e pela utilização de seus instrumentos de identificação da parteira, particularmente, o crachá e o diploma. Esses dois elementos identificadores são acionados para demarcar sua “*identidade*” e seu “*novo lugar social*” de parteira. A identidade da parteira está relacionada à sua inserção no programa governamental. Ser cadastrada no projeto; participar dos cursos de capacitação, receber o diploma, o crachá, o *kit* e ser incluída no sistema de pagamento da bolsa parteira são, portanto, elementos que atestam a legitimidade da parteira, ampliando o respeito e a valorização pela sociedade, que anteriormente não a reconhecia.

No processo de “articulação de saberes” tradicionais e científicos discutido aqui a partir de experiências de capacitação de parteiras tradicionais, circunscritas ao estado do Amapá, o saber médico assume uma posição de controle que lhe atribuía função de reorientar a prática das parteiras. Embora a parteira não absorva o saber médico de forma imediata, vai interiorizando esse conhecimento de forma gradativa, sem, entretanto, desqualificar os seus saberes.

Referências

ABREU, Isa Paula Hamouche. *Trabalhando com parteiras tradicionais: a experiência do Ministério da Saúde no período de 2000 a 2004*. (Pós-graduação em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde) - Faculdade de Ciências Médicas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

AMAPÁ. *Projeto resgate e valorização das parteiras tradicionais do estado do Amapá*. Secretaria Estadual de Saúde. Macapá, 1998.

_____. *The institucionalizacion SDPA. Amapá: sustainable in the 21^a century document is produced by the governor of Amapá*. Macapá, 1999.

BARROSO, Iraci de C. “*Capacitação*” de parteiras tradicionais do Amapá: tensões entre incorporação de saber médico e resistência cultural na prática de partejar. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

_____. *Saberes e prática das parteiras tradicionais do Amapá: histórias e memórias*. 2001. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Campinas, 2001.

BRASIL. *Parto e nascimento domiciliar assistidos por parteiras tradicionais: o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e experiências exemplares*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, DF, 2012.

_____. *Livro da parteira tradicional*. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Brasília, DF, 2a edição, 2012. (1a. edição: 2000).

CAPIBERIBE, Janete. Os anjos da floresta. In: JUCA, L.; MOULIN, N. *Parindo um mundo novo* – Janete Capiberibe e as parteiras do Amapá. São Paulo: Cortez, 2002.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: UNESP, 2011.

FLEISCHER, Soraya Resende. *Parteiras, buchudas e aperreios: uma etnografia do atendimento obstétrico não oficial na cidade de Melgaço, Pará*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____. Treinamentos de Deus e treinamentos da terra: parteiras e cursos de capacitação em Melgaço, Pará. *Revista Mediações*, Londrina, v. 11, n. 2, p. 225- 246, jul./dez. 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

JORDAN, Brigitte. Cosmopolitical obstetrics: some insights from the training of traditional midwives. *Soc. Sci. Med.*, London, v. 28, p. 925-944, 1989.

MARTINS, Heloísa H. T. de S. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). *Parteiras leigas: uma declaração conjunta*. Genebra, 1992.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Parteiras leigas: uma declaração conjunta*. OMS/FNUAP/UNICEF. Genebra, 1995.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. *Assistência ao parto normal: um guia prático*. Relatório de um grupo técnico. Genebra, 1996. Disponível em abcdoparto.com.br. Acesso em: 6 abril, 2014.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Maternidade segura - Higiene in: Assistência ao parto normal: um guia prático*. Genebra, 2006. Disponível em abcdoparto.com.br. Acesso em: 4 set. 2014.

PINTO, Maria Celeste. *Filhas da Mata: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina*. Belém: Açai, 2010.

RULLAN, F. *O desenvolvimento sustentável no Amapá*. Centro de Documentação do Terceiro Mundo, Amapá, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora, 2006, p. 93-135.

_____. Uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *Conhecimento prudente para uma vida decente: 'um discurso sobre as ciências' revisado*. São Paulo: Cortez, 2006b, p. 777-814.

SILVA, Alzira Nogueira da. *Pegando vidas nas mãos: um olhar etnográfico sobre os saberes e as práticas das parteiras tradicionais do Amapá*. 2005. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

SILVA, Ivanete Amaral. Parteiras tradicionais do Amapá. In: FUJIWARA, L. M.; ALESSIO, N. L. N.; FARAH, M. F. S. (Org.). *20 Experiências de gestão pública e cidadania*. São Paulo: Programa Gestão Pública e Cidadania,

1999, p. 3-12.

TORNQUIST, C. S. *Parto e poder: o movimento pela humanização do parto no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004, p. 263.

Resumo:

O presente artigo é uma análise socioantropológica que problematiza a questão da capacitação de parteiras tradicionais, discutindo as incorporações de saber médico e resistência cultural na prática de partejar. O estudo compõe-se de uma abordagem qualitativa, com narrativas de 25 parteiras tradicionais, periféricas, remanescentes quilombolas e indígenas, que se configuram como interlocutoras deste estudo e entrevistas com 10 profissionais da área biomédica. As conclusões apontam para as contradições, as conquistas e problematiza o reconhecimento das parteiras tradicionais. Nessa relação, tem-se como conquistas o fato da parteira ser cadastrada em programa estadual; participar dos cursos e treinamentos; receber o diploma, o “kit parteira” e ser incluída no sistema de pagamento da bolsa – elementos de reafirmação identitária e de reconhecimento da legitimidade da parteira. Por outro lado, as contradições se expressam nas tensões entre a ampliação da função social da parteira, que, após a capacitação, é chamada a intervir na promoção da saúde da mulher, porém sem reconhecimento como trabalhadora da saúde.

Palavras-chave: parteiras tradicionais; capacitação; incorporação de saber; resistência cultural.

Abstract:

This article is a socioanthropological analysis that questions the qualification of traditional midwives, discussing the incorporation of medical knowledge and cultural resistance in the practice of midwifery. The study consists of a qualitative approach, with narratives of 25 traditional midwives, peripheral, remaining quilombola and indigenous midwives, who are the interlocutors of this study and interviews with 10 biomedical professionals. The conclusions point to the contradictions, the achievements and the recognition concerning the traditional midwives. In this relation, one has like achievements the fact of the midwife being registered in state program; Participate in courses and trainings; Receive the diploma, the “midwife kit” and be included in the scholarship payment system – elements of identity reaffirmation and recognition of the midwife’s legitimacy. On the other hand, the contradictions are expressed in the tensions between the expansion of the social function of the midwife, who after training is called to intervene in the promotion of women’s health, but without recognition as a health worker.

Keywords: traditional midwives; training; incorporation of knowledge; cultural resistance.

Recebido para publicação em 04/12/2018.

Aceito em 19/02/2019.

// Artigos

Repertórios de confronto em movimentos sociais urbanos: os casos da “Resistência Vila Vicentina” e do “Quem Dera Ser um Peixe”, em Fortaleza-CE

Linda M. P. Gondim

Universidade Federal do Ceará, Brasil.

lindagondim@uol.com.br

Aline M. M. Rocha

Universidade de Fortaleza, Brasil

alinemmatos@gmail.com

Introdução

Este artigo visa a compreender movimentos sociais urbanos articulados pela luta em prol do direito à cidade, a partir da discussão das estratégias de ação utilizadas para enfrentar opositores e conquistar apoiadores. Lutar pelo direito à cidade não é apenas buscar a garantia de acesso a bens relativos a necessidades materiais, políticas, sociais e culturais. Trata-se de um direito coletivo, que requer permanente mobilização para o seu reconhecimento.

Ainda que os direitos humanos, em sua evolução histórica, tenham alargado seu escopo – incorporando, além da esfera civil, as dimensões políticas e sociais (MARSHALL, 1967) – não deixaram de se limitar pela perspectiva liberal, essencialmente individualista. Os direitos civis são mais claramente centrados no indivíduo, incluindo a liberdade de culto, de opinião e de iniciativa econômica. É verdade que o exercício dos direitos políticos, como a liberdade de associação e de participação no governo, necessita que várias pessoas ajam em concerto, filiando-se a um partido, aderindo a uma greve ou elegendo representantes, por exemplo; ainda assim, trata-se de “direitos individuais exercidos coletivamente” (LAFER, 1988, p. 127). Os direitos sociais – direito ao trabalho, à saúde, à educação, à previdência social e outros¹ – envolvem prestação de serviços pelo Estado, mas os titulares desses direitos são os indivíduos.

Quanto ao direito à cidade, concebido por Henri Lefebvre na década de 1960, não se trata apenas de garantir o acesso a bens e serviços essenciais à vida nas cidades – habitação, transporte, trabalho, educação, saúde, lazer². Subjacente à ideia desse direito, está uma concepção que não reduz o urbano à condição de lugar de atendimento a carências de produtos, mas concebe a urbe como palco para o exercício da criatividade, para o atendimento das “[...] necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas” (LEFEBVRE, 2001, p. 104).

1. Para uma apresentação completa dos direitos humanos, ver ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2009 [1948]). Formulações posteriores no âmbito internacional incluíram direitos cujos titulares são povos, nações e a própria humanidade: direito à autodeterminação, ao desenvolvimento, à paz e ao meio ambiente saudável. (LAFER, 1988; BOBBIO, 1992). Neste caso, a titularidade extrapola o âmbito nacional.

2. Ver relação completa dos componentes do direito à cidade na CARTA MUNDIAL DO DIREITO À CIDADE. 2006. Disponível em: www.polis.org.br.

O núcleo do direito à cidade é sua dimensão coletiva e transformadora: “é o direito de mudarmos a nós mesmos mudando a cidade. [...] Ele é, além disso, um direito comum e não individual, na medida em que essa transformação inevitavelmente depende do exercício de um poder coletivo de remoldar os processos de urbanização”. (HARVEY, 2008, p. 23, tradução das autoras).

Essa perspectiva está presente nos dois movimentos aqui analisados, os quais têm a cidade como *locus* e objeto: a Resistência Vila Vicentina, que busca garantir a permanência de um conjunto de casas ocupadas por moradores de baixa renda, em área cobiçada pelo mercado imobiliário; e o Quem Dera Ser um Peixe, cujo foco é a oposição à construção, pelo governo estadual, de um oceanógrafo no bairro histórico Praia de Iracema³. Mesmo sendo casos com dimensão local, seu estudo pode contribuir para melhor compreender como se articulam protestos urbanos em diferentes contextos sociais, inclusive no nível transnacional. Nesse sentido, a análise dos repertórios de confronto utilizados acrescenta importante dimensão empírica à literatura sobre movimentos sociais, na medida em que destaca o recurso à patrimonialização como estratégia contra a expulsão de moradores de baixa renda. Igualmente merecedor de atenção, ainda que seja um tema mais explorado pelos estudiosos, é o uso das mídias digitais, que torna potencialmente mais visíveis as questões urbanas, as quais passam a interpelar diferentes atores em diferentes lugares, fornecendo pautas para a articulação de movimentos que canalizam demandas so-

3. O movimento Resistência Vila Vicentina é objeto de pesquisa, em andamento, para a tese de doutorado de uma das coautoras; já a pesquisa sobre o movimento Quem Dera Ser um Peixe, concluída em 2016, foi realizada pela outra coautora, com o apoio do CNPq. Tais pesquisas utilizaram metodologia qualitativa e se desenvolveram por meio de observação participante, entrevistas semiestruturadas, análise de documentos, acompanhamento de informações e interações mediadas pelas redes sociais digitais.

ciais, novas e antigas.

Historicamente, contestações coletivas que envolvem a cidade existem desde o início dos tempos modernos, uma vez que a produção e a reprodução do espaço urbano abrigam conflitos latentes ou manifestos, fruto de disputas econômicas e sociais. O que torna peculiar o espaço dos movimentos sociais contemporâneos é seu caráter híbrido, decorrente da relação entre as redes sociais da Internet e o espaço urbano ocupado (CASTELLS, 2013; GOHN; BRINGEL, 2014). Essa relação híbrida tem otimizado as possibilidades de divulgação dos movimentos e dissemina ideias em uma nova escala, o que pode contribuir para a maior visibilidade dos mais variados problemas do cotidiano urbano: escassez de habitação digna, privatização ou gentrificação do espaço público, insuficiência e falta de equidade de políticas públicas e outros.

Em Fortaleza, a capacidade de mobilização das redes virtuais em favor de causas relativas ao direito à cidade pode ser vista em vários casos, a exemplo dos movimentos em defesa do Parque do Cocó, em 2013, e da Praça Portugal, em 2014, ambos envolvendo áreas de grande valorização imobiliária. No primeiro caso, tratava-se de oposição à construção de um viaduto no cruzamento das avenidas Engenheiro Santana Júnior e Antônio Sales, no bairro do Cocó, nas imediações do parque de mesmo nome. A obra previa a derrubada de 94 árvores, o que incomodou ambientalistas e provocou um debate sobre intervenções urbanas inadequadas, do ponto de vista da democratização da mobilidade urbana. O movimento incluiu uma ocupação na área do Parque do Cocó, durante quase três meses. O ato, apesar de sua intensa repercussão, não conseguiu impedir a realização da obra (ATO PROTESTA POR..., 2013; JUSTIÇA AUTORIZA..., 2013).

No caso da Praça Portugal, situada na Aldeota, a Prefeitura preten-

dia, em março de 2014, eliminar a praça, situada numa rotatória, em favor da implantação de um novo cruzamento, prevendo a retirada de cerca de 200 árvores da avenida Dom Luís. Diversos grupos pró Praça Portugal foram criados em redes sociais como o Facebook, tendo os manifestantes organizado ações de ocupação do lugar por meio de atividades recreativas, feiras de artesanato e comidas típicas etc. Face à repercussão negativa, a prefeitura recuou da demolição e uma contraproposta foi executada, mantendo a praça, mas com sua área reduzida, e implantando-se um binário para favorecer a fluidez do trânsito. As árvores foram retiradas, com promessa de replantio (GRUPO PROTESTA CONTRA..., 2014; PREFEITO RECUA..., 2015).

Os movimentos Resistência Vila Vicentina (RVV) e Quem Dera Ser um Peixe (QDSP) apresentam estratégias de ação semelhante, sobretudo no que diz respeito ao uso de redes virtuais. O primeiro movimento lança mão de uma página no Facebook, iniciada em outubro de 2016, com publicações sobre a história do local e denúncias sobre a ameaça de remoção sofrida, além de vídeos e imagens das atividades em que os integrantes do movimento participam, tais como audiências públicas e reuniões, dentre outras ações.

Por seu turno, no QDSP, a estratégia de recorrer a órgãos do Poder Executivo, do Judiciário e dos Ministérios Públicos, combinada com o uso do humor e de redes sociais digitais proporcionou visibilidade e pressões sobre o Governo do Estado, acarretando empecilhos para a continuidade da construção do oceanógrafo. Assim, tanto na RVV como no QDSP, faz-se presente um repertório de confronto⁴ inovador, que surge com as mudanças tecnológicas do século XXI: o uso da comunicação mediada pela Internet. Entretanto, a RVV diferencia-

4. O conceito de repertório de confronto será apresentado na subseção *Repertórios de confronto no estudo dos movimentos sociais*.

se pelo recurso à patrimonialização como estratégia para garantir seu alvo principal, ou seja, recorreu-se ao tombamento municipal do conjunto de casas, o que garantiu provisoriamente sua permanência e a consequente vitória parcial do movimento.

Este texto está dividido em duas seções, além desta *Introdução* e da *Conclusão*. Na seção *Movimentos sociais: o que são, como atuam*, apresentamos considerações sobre o estudo dos movimentos sociais na teoria sociológica, destacando o conceito de repertório de confronto como instrumento heurístico para entender o *modus operandi* dos protestos. Na segunda seção, descrevemos as especificidades dos casos analisados, tendo como fio condutor seus repertórios de confronto.

Movimentos sociais: o que são, como atuam

Identidade e cultura no estudo dos movimentos sociais

Os movimentos sociais constituem um objeto de estudo clássico na sociologia, a qual tem tematizado a formação da ação coletiva e seus desdobramentos, em diferentes contextos sócio-históricos e espaciais, mediante aportes teórico-metodológicos diversificados. Entendemos os movimentos sociais como formas de ação coletiva, orientados tanto pela conquista de interesses, como pela defesa de valores e visões de mundo. Ainda que seja necessário demarcá-los conceitualmente, é preciso cautela para não percebê-los como unidade empírica, destituída de heterogeneidade, o que tornaria o estudo do objeto afeito a epistemologias ingênuas. Muitas vezes, os movimentos sociais são tomados por reificações em que a “dimensão coletiva do agir social” é interpretada como algo dado (MELUCCI, 2001, p. 30). Contudo, é preciso interrogar o que surge como “dado”, como obviedade, para

desvendar como o fenômeno é produzido. A desnaturalização do caráter coletivo das ações permite

[...] fazer emergir a pluralidade de orientações, significados, relações que convergem para o mesmo fenômeno. Colocar o problema da formação de um ator coletivo significa reconhecer que aquilo que, empiricamente, se chama “movimento” e ao qual, por comodidade de observação e de linguagem, se atribui uma unidade essencial, é, na realidade, a resultante de processos heterogêneos (MELUCCI, 2001, p. 32).

Sem negar que os movimentos sociais constituem certa unidade – uma vez que possuem objetivos comuns e podem compartilhar repertórios de ação – há que salientar seus traços heterogêneos, a começar pela situação dos integrantes, que podem, inclusive, não se vincular diretamente aos problemas enfrentados – como é o caso de apoiadores externos e assessores. Além disso, a heterogeneidade pode advir da diversidade de reivindicações que se vinculam, de forma direta ou indireta, ao uso do espaço urbano, tais como: movimentos cicloativistas, socioambientais, feministas, artísticos e culturais, dentre outros.

Em análise da trajetória de estudos sobre os movimentos sociais, Alonso (2009) avalia que o “pêndulo explicativo” do fenômeno deslocase, nos anos 1990, da dimensão estrutural para a cultural. Desde o início do século XXI, o eixo analítico dos movimentos vem se assentando em teorias preocupadas com processos de construção de identidades, ancoradas a pertencimentos territoriais, étnicos e de gênero, dentre outros (GOHN, 2014). Tais processos, por sua vez, vinculam-se à construção de sentidos e produção de significados em torno de ações e formas de atuação coletivas.

O estudo desses aspectos vem apoiado no reconhecimento gradual da cultura como chave explicativa para a análise dos movimentos sociais. A Teoria do Processo Político, protagonizada por Charles Tilly

(1978) e Sidney Tarrow (2009); e a teoria dos Novos Movimentos Sociais (Touraine, 1989; Habermas, 1981; Melucci, 2001) reconheceram, ou passaram a reconhecer, que elementos culturais e identitários, assim como elementos políticos, aliam-se na explicação da emergência e continuidade da ação coletiva (ALONSO, 2009).

Segundo Alonso (2009, p. 65), a Teoria dos Novos Movimentos Sociais entende o ator coletivo como “portador de um projeto cultural”. Com efeito, essa perspectiva é válida para a compreensão dos movimentos atuais, na medida em que considera que os atores constroem a ação coletiva conforme se comunicam, “produzem e negociam significados, avaliam e reconhecem o que têm em comum, tomam decisões” (ALONSO, 2009, p. 65).

Repertórios de confronto no estudo dos movimentos sociais

Os movimentos sociais, além de dependerem da formação de uma identidade coletiva, só existem quando conjuntos de atores reivindicam recursos valorizados por outro conjunto de atores, configurando um confronto político (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009). Esse termo vem ao encontro da noção de conflito, entendida por Melucci (2001) como condição central expressa pelos movimentos sociais:

os atores de um conflito se enfrentam, no interior de um campo comum, para o controle dos mesmos recursos. Para que exista um conflito é preciso poder definir os atores a partir de um sistema comum de referência e é necessário que exista uma aposta em jogo à qual ambos os adversários se referem implícita ou explicitamente (MELUCCI, 2001, p. 33-34).

Nos casos objeto deste artigo, os atores em conflito têm na disputa pelo espaço urbano um sistema de referência comum, o qual es-

barra na contestação de formas hegemônicas de produção e reprodução desse espaço, por parte do setor imobiliário e de políticas públicas excludentes.

Um dos conceitos basilares para o entendimento dos movimentos sociais é o *repertório de confronto*, criado, em 1977, por Charles Tilly para designar o conjunto de ações disponíveis para protestos em diferentes períodos históricos (BRINGEL, 2012). O repertório de confronto expressa a “interação histórica e atual” entre os participantes de um movimento social e seus opositores; não é fruto de escolhas individuais (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 24), sendo influenciado pelo contexto societário mais amplo.

O repertório tem demarcação temporal ampla (Tilly identificou repertórios na perspectiva da *longue durée*, da Escola dos Anais da historiografia francesa) e tipologia restrita (os atores escolhem, mas o fazem dentro de alternativas política, social e historicamente determinadas); não se trata, porém, de um conceito rígido. O termo remete à metáfora do improviso em uma banda de jazz, onde os músicos seguem fórmulas, mas também as alteram, de acordo com as circunstâncias (ALONSO, 2009). Assim, os repertórios de confronto são contingentes, podendo sofrer variações de acordo com a criatividade dos grupos e as condições de seu uso em diferentes lugares e momentos históricos. Formas mais tradicionais de manifestação são a ocupação de ruas, a obstrução de vias, as paralisações, as passeatas e os piquetes. Ao longo da história, práticas como a destruição de máquinas e os sequestros têm se tornado residuais, enquanto outras, como greves e manifestações de rua, persistem, variando, porém, em suas formas (BRINGEL, 2012).

Atualmente, cabe destacar as estratégias de criação de espaços para troca de informações, publicização de ações e articulações. Tais

estratégias passam pelo uso de espaços virtuais, os quais fazem parte de um repertório em comum: são onipresentes a criação de páginas na Internet, blogs e perfis no Facebook, contas no Twitter, postagens no Instagram, divulgação de vídeos no YouTube e formação de grupos no WhatsApp⁵.

Recursos de comunicação e interação digitais adquirem a característica de repertório de confronto na medida em que são usados como estratégia de enfrentamento por integrantes e aliados dos movimentos contra seus opositores. A comunicação virtual assume papel estratégico quanto à visibilidade e exposição de reivindicações, ao colocar em destaque os atores de um conflito (ALCÂNTARA, 2016), mediante um instrumento de grande acessibilidade⁶.

O uso de recursos da Internet corresponde a um repertório de confronto recente, em termos da história dos movimentos sociais. Esse novo repertório tem potencializado articulações políticas em escala global desde os anos 2000, facilitando não só a divulgação como a

5. Dentre os recursos comumente utilizados pelos movimentos atuais estão as redes sociais digitais, em que é possível criar perfis ou páginas públicas, as quais são de fácil manuseio e de baixo custo. O Facebook permite a criação de perfis e páginas com espaço para publicação de textos, imagens e vídeos que podem ser compartilhados entre contatos que fazem uso da rede. Já o Instagram e o Twitter são, respectivamente, destinados à publicização de imagens com breves legendas e uma rede de microblogs para divulgação de textos com 140 caracteres. Acrescenta-se o YouTube, utilizado para publicação de vídeos, e o aplicativo para conversas instantâneas WhatsApp, recurso disponível para telefones celulares com acesso à Internet.

6. É necessário relativizar a ideia de que a maioria das pessoas tem facilidade de conexão *online*. De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2016), realizada pelo IBGE e divulgados em novembro de 2017, o Ceará é, proporcionalmente, o quarto pior Estado do país em quantidade de domicílios que possuem acesso à Internet. Enquanto a média nacional de domicílios com conexão à Internet é de 64% – o que também não é um dado satisfatório frente à média de outros países – e a média da região Nordeste é de 50%, no Ceará o índice não ultrapassa 48%, estando à frente apenas dos Estados de Alagoas, Piauí e Maranhão (SENA, 2017).

difusão internacional de movimentos de protesto. Vale ressaltar que a Internet não eliminou repertórios de confronto convencionais, como greves e manifestações de rua: antes, criou condições para disseminá-las e ampliar o número de participantes. Em anos recentes, assiste-se a ocupações de espaços públicos urbanos, que alavancaram e deram visibilidade aos movimentos sociais para além das telas e teclados, como foi o caso do *Occupy Wall Street*, em Nova Iorque, do *Indignados*, em Barcelona, Madrid e outras cidades espanholas, e das Jornadas de Junho de 2013, no Brasil.

Largamente divulgada pela mídia nacional e internacional, a chamada Primavera Árabe inaugurou as discussões sobre o potencial da Internet em alavancar mobilizações de ordem política e social (VI-EIRA, 2013). A onda de manifestações e protestos iniciados em 2010 na Tunísia e no Egito foi promovida por jovens mobilizados a partir da Internet, contra regimes ditatoriais (MOVIMENTO ANTI..., 2011; BABO, 2013). A repercussão mundial desses protestos e a forma de organização e comunicação utilizadas convocaram discussões sobre o potencial das redes digitais na articulação dos eventos de confronto.

Na esteira do simbolismo e efetividade dos movimentos de ocupação internacionais, o movimento Ocupe Estelita, no Recife, sobressai na luta contra modelos de urbanização excludentes e segregadores, promovendo inúmeras ações de mobilização e ocupações na área do cais José Estelita, no centro da cidade. Lá, o Projeto Novo Recife ameaça destinar cerca de 10 hectares a grandes empreiteiras, para a construção de 12 torres de edifícios com 40 andares. O movimento promoveu atividades na área, oferecendo resistência, que persiste há vários anos, conforme publicações na página que mantém ativa no Facebook⁷. No caso dos movimentos sociais em Fortaleza, vale lembrar

7. Página disponível em: www.facebook.com. Acesso em: 24 nov. 2017.

as ocupações realizadas pelo movimento contra o viaduto do Cocó, fartamente disseminadas pela Internet.

O uso dos recursos disponíveis na Internet pelos movimentos sociais pode contribuir para fortalecer e criar “conexões entre diferentes grupos sociais, incluir populações marginalizadas e recuperar a natureza pública de certos assuntos” (SUZINA; PLEYERS, 2016, tradução das autoras). No caso de um dos movimentos sociais objeto do presente texto, foi importante a articulação entre redes existentes, que potencializaram o envolvimento de pessoas que já participavam de protestos associados ao direito à cidade:

[...] uma coisa que parece clara para todo mundo que participa do movimento [Quem Dera Ser um Peixe] é que não se trata de criar uma nova rede nem de qualificar pessoas e nem de preparar pessoas. Mas se trata de criar articulações com redes já existentes; fazer com que pessoas que já pensam a cidade, que já têm ações com a cidade, [que] elas possam reagir pela cidade. (profissional de áudio visual, entrevistado em 22/03/2013).

Por outro lado, como alertam Suzina e Pleyers (2016), é preciso considerar que os instrumentos e recursos da Internet também podem produzir fragmentações e divisões no espaço público. Essa ponderação tem em vista análises reducionistas, as quais fetichizam a Internet como disseminadora de usos necessariamente emancipatórios. Uma análise satisfatória de fenômenos dessa natureza deve considerar que o uso das mídias não supera as assimetrias existentes. Estas decorrem da situação de desigualdade de recursos, em termos econômicos, políticos e culturais, entre os atores sociais situados num dado contexto e, sobretudo, envolvidos em situações de confronto. A atenção a esses fatores implica considerar que o uso dos recursos digitais disponíveis contribui para processos de visibilidade, inegavelmente, mas os termos de seu alcance e penetrabilidade podem conflitar com a mídia

tradicional, cuja centralidade na produção e difusão de informação é maior (SUZINA; PLEYERS, 2016).

O recurso à Internet para mobilizar ações e reivindicações coletivas também pode ser associado a comodismo, sendo identificado, por vezes, a um “ativismo de sofá”. Um exemplo dessa crítica ocorreu em uma assembleia de representantes de assentamentos populares, realizada na Vila Vicentina, em junho de 2017, com o intuito de discutir questões relacionadas ao direito à cidade. Um dos participantes ressaltou a importância da “conscientização das bases” e das populações de bairros ameaçados por remoções relacionadas a obras governamentais. Em suas palavras: “trabalho de base não é Facebook, não é Instagram, é estar na base, é agir junto à base!”⁸. O participante, morador de um assentamento precário de Fortaleza, evidencia o contexto de assimetrias em que atuam os atores de um movimento, uma vez que o acesso e o manuseio de recursos da Internet são restritos a uma parcela ainda minoritária da população. Assim, a mobilização para as causas vinculadas ao direito à cidade deve lançar mão de estratégias que não se restrinjam à Internet.

Mobilizações pelo direito à cidade nos casos da Vila Vicentina e do movimento contra o Acquário Ceará

A Resistência Vila Vicentina

Em outubro de 2016, veicula-se a notícia de que uma vila de 45 casas, ocupadas por famílias de baixa renda, localizada em bairro de classe média-alta, estaria sendo disputada pelo setor imobiliário. A

8. As duas autoras estiveram presentes a essa Assembleia.

construção da vila foi iniciada em 1938, em terreno doado a uma instituição religiosa, a Sociedade São Vicente de Paulo. As 45 unidades residenciais erguidas foram destinadas a abrigar viúvas e migrantes de outras regiões do Estado. Os descendentes destas famílias constituem a maior parte dos moradores atuais; outros tiveram acesso à Vila mediante inscrição em um cadastro organizado pelo Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo, que exigia comprovação de baixa renda e carência de moradia.

A Vila Vicentina tem uma arquitetura peculiar: 45 casas e uma capela, dispostas em redor de um quarteirão, delimitado por ruas de tráfego intenso (Figura 1). Os quintais das residências dão para uma grande área compartilhada (Figura 2), dotada de arborização e espaços livres. Na entrada da capela há uma área que é utilizada como estacionamento pelos visitantes.



Figura 1: Vista aérea da Vila Vicentina em destaque

Fonte: Duarte Jr., 2017



Figura 2: Quintal compartilhado

Fonte: Duarte Jr., 2017

Com o passar do tempo, o bairro, que em 1967 foi denominado Dionísio Torres, foi ocupado por comércio, serviços e habitações de classe média e alta, tornando-se um dos mais valorizados no mercado imobiliário: o preço do metro quadrado dos terrenos foi avaliado em cinco mil reais (PREÇO DO M²..., 2016). Nesse contexto, agentes imobiliários passaram a se interessar pelo terreno ocupado pela Vila Vicentina.

Em 2016, alguns moradores aceitaram uma proposta de compra de seus imóveis, que previa o pagamento de 50 mil reais ou um apartamento situado no município de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza. A fim de garantir a entrega dos imóveis negociados e

evitar a ocupação dos mesmos por terceiros, o comprador⁹ emprestou os a pessoas de sua confiança para ali morarem temporariamente. A presença desses estranhos assustou muitos moradores, a maioria dos quais idosos, que se sentiram intimidados ao ouvi-los falar em voz alta ao telefone celular, afirmando estarem “vigiando umas casas na Aldeota”. A desconfiança deu origem a um conflito que culminou com o registro de um Boletim de Ocorrência pelos ocupantes, o qual justificou uma ação de reintegração de posse iniciada pelo comprador, em 28 de outubro de 2016.

Durante a ação de reintegração, três das nove casas negociadas foram totalmente demolidas; e cinco outras sofreram demolição parcial. As demolições comprometeram a estrutura das casas vizinhas, que ficaram expostas a infiltrações, deixando os moradores apreensivos quanto à sua segurança e com a saúde emocional abalada, diante da situação de incerteza e a constante ameaça de saída do lugar. O ato repercutiu fortemente nas redes sociais e em grupos do aplicativo WhatsApp. Um dos vídeos com imagens da demolição e destelhamento das casas foi publicado na página do movimento, criada na rede social Facebook, e obteve mais de 21 mil visualizações em um curto espaço de tempo. A página também passou a ter mais de mil seguidores, estando atualmente com cerca de 1.893. A divulgação atraiu um grande número de pessoas ao local, entre advogados vinculados a causas populares, estudantes e professores universitários, moradores do entorno, artistas e outros cidadãos. Moradores entrevistados¹⁰ afirmaram que a transmissão de imagens e vídeos via Facebook e WhatsApp

9. A identidade do comprador não foi revelada; as tratativas foram conduzidas por uma corretora de imóveis.

10. Entrevista coletiva realizada com seis membros da Resistência, em 10 de janeiro de 2017. Os nomes desses e de outros entrevistados foram suprimidos a fim de lhes resguardar o anonimato.

teve papel importante para fortalecer o movimento: “a gente pegou uma força... Uma força, rapaz. Veio gente de todo canto. Amigas minhas que eu não via há muitos anos, era tudo conversando comigo... perguntando o que tava acontecendo”.

Ressalte-se que nem todos os moradores apoiam a Resistência, integrada por 15 famílias. Entre os demais residentes, nove já negociaram sua saída dos imóveis e os restantes aceitam negociar as moradias, não participando de nenhuma ação relacionada à RVV. Para alguns integrantes do movimento, parte dos que querem negociar estão “em cima do muro”, aguardando que a situação seja mais bem definida. Para uma apoiadora do movimento, os moradores reticentes não seriam opositores ativos à Resistência; tratar-se-ia de uma atitude decorrente de maior vulnerabilidade ante as pressões dos compradores¹¹:

[...] eu acho que [os moradores que não compõem a Resistência] estão com o discernimento deles viciado, entendeu? Por conta do terrorismo que foi feito, do assédio, de toda a questão ali [...] que tem por trás disso... que eles, há muito tempo, vinham recebendo essas ameaças... então, é muito difícil você dizer assim: “olha, você vai ficar sem casa. Você vai ficar sem uma coisa nem outra”. Então a pessoa acaba ficando com o discernimento viciado, e tem as questões também de vizinho, às vezes você não gosta do seu vizinho que é da Resistência, você é contra ele, né?

Essa divisão entre os moradores da Vila Vicentina aponta para a complexidade de definir uma identidade para os participantes de um movimento, que não podem ser identificados apenas como polos opostos. Convém lembrar que mesmo entre os apoiadores da causa, há diferentes identidades e papéis: grosso modo, têm-se os moradores-

11. Entrevista com advogada do Escritório Frei Tito, realizada em 22 de maio de 2017.

resistentes e os não resistentes; e os não moradores que provêm assessoria técnica ou simples apoio, manifesto por meio da divulgação de atos presenciais e pelo comparecimento aos mesmos.

A repercussão do caso da Vila nas redes sociais digitais potencializou-se com o evento truculento das demolições. Ressalte-se que no mesmo dia, o juiz que assinou a ordem de reintegração de posse mandou suspendê-la, julgando a demolição “precipitada e imprudente” (SENA, 2016). O Escritório Frei Tito de Advocacia (EFTA), da Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, passou a assessorar o caso, apontando ilegalidades envolvendo a ação. Dentre elas, incongruências no título de propriedade¹² do local, o que inviabilizaria sua negociação por parte do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo, que se reivindica proprietário do terreno em que as casas estão situadas.

O Laboratório de Estudos da Habitação (Lehab), da Universidade Federal do Ceará – UFC, também passou a acompanhar o caso, dando esclarecimentos aos moradores quanto ao direito de permanência no local e mediando atividades como rodas de conversa e aulas públicas. Uma destas tratou da história das vilas em Fortaleza, ministrada por professores do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFC¹³. O movimento feminista cicloativista Ciclanas também esteve presente ao local para exibir vídeos documentários e conduzir debates sobre direito à cidade. Artistas, artesãos e educadores também participaram com oficinas de bordado, cestaria e *fanzines*. Tais ações contribuíram para dar visibilidade ao movimento e ampliar sua rede de apoiadores,

12. O registro da certidão do terreno em que se situa a Vila Vicentina foi lavrado com o nome de uma pessoa jurídica inexistente. A instituição que se reivindica proprietária é o Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo de Fortaleza, que entrou com um processo judicial para retificação do registro público da escritura em 2015.

13. Sobre as vilas de Fortaleza, ver Andrade (1990).

além de trazer diversidade aos repertórios de confronto.

De um modo geral, estudantes e pesquisadores de diversas faculdades e universidades fizeram-se presentes no movimento Resistência Vila Vicentina. Com o suporte desses e de outros apoiadores externos e o alcance do movimento nas redes sociais digitais, aquelas e aqueles que não querem sair da Vila ganham fôlego para prosseguir a resistência, a despeito da ausência de unanimidade entre os moradores, já mencionada.

Esse campo de tensão é parte do conjunto de disposições, situações e recursos que dotam o objeto “movimentos sociais” de uma carga prolixa de elementos a analisar. As estratégias utilizadas para dar suporte ao movimento são um desses elementos. Além do cibertivismo, uma estratégia comum a movimentos pelo direito à habitação é acionar a legislação relativa à função social da cidade e da propriedade urbana que, no Brasil, advém principalmente da Constituição Federal promulgada em 1988 e do Estatuto da Cidade (Lei 10.257, de julho de 2001). Um instrumento relevante são as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), sobretudo as de Tipo 1, definidas como áreas “compostas por assentamentos irregulares com ocupação desordenada, em áreas públicas ou particulares, constituídos por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional, destinados à regularização fundiária, urbanística e ambiental” (FORTALEZA, 2009). A Vila Vicentina, apesar de ser uma ocupação ordenada e contar com acesso a serviços básicos, foi incluída como ZEIS porque carece de ampliação da oferta de infraestrutura urbana e, sobretudo, de regularização fundiária, para que seus moradores tenham segurança quanto à permanência no local que ocupam há décadas.

Ainda que as ZEIS sejam, em princípio, importante instrumento para garantir a função social da cidade e da propriedade urbana (GON-

DIM; GOMES, 2012), seus objetivos ficam comprometidos pela falta de regulamentação. Uma das vitórias parciais do movimento RVV advém da recente inclusão da ZEIS Dionísio Torres, em que se situa a Vila Vicentina, entre aquelas definidas como “prioritárias” pela Prefeitura Municipal para fins de regulamentação¹⁴.

De um modo geral, o acesso à moradia na cidade de Fortaleza não apresenta números favoráveis. O enfrentamento da questão, por parte do Poder Público, tem sido marcado por ações de remoção, feitas sem diálogo com as populações atingidas. Estudo do Lehab/UFC aponta que mais de 20 mil famílias foram alvo de remoção nos últimos oito anos em Fortaleza. E mais: existem cerca de 840 assentamentos em situação de precariedade e informalidade urbana, o que poderá contribuir para o aumento das remoções e violações de direitos (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2017).

No caso da não remoção da Vila Vicentina, além do atendimento à função social da cidade – argumento embasado pelo reconhecimento da área como ZEIS –, outro recurso foi acionado pelos apoiadores do movimento: o tombamento. Esse recurso foi iniciado em outubro de 2016, mediante pedido do arquiteto Romeu Duarte Júnior. Tal pedido, noticiado nos jornais locais e circulado nas redes digitais, trouxe a dimensão patrimonial e seu valor simbólico-afetivo ao discurso de permanência dos moradores na Vila, reforçando um repertório de confronto que vem garantindo a integridade dos imóveis.

14. Os trabalhos de regulamentação das nove ZEIS definidas como “prioritárias” pela Prefeitura Municipal iniciaram-se em 2016, conduzidos pelo IPLANFOR, com a participação de representantes das áreas demarcadas no Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDP-For). Somente em 2017, uma representante da Vila Vicentina foi incluída na comissão de regulamentação, cujos trabalhos foram entregues à prefeitura em setembro de 2017. Em 21 de maio de 2018, a Prefeitura Municipal publicou o decreto 14.211, dando início ao processo de regulamentação das ZEIS, o qual estava em andamento na época da elaboração deste artigo.

Sabe-se que o patrimônio é uma dimensão da memória, definida por Candau (2016, p. 18) como “identidade em ação”. O mesmo autor reconhece que as identidades

não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de “traços culturais” [...] mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações socioambientais – situações, contexto, circunstâncias – de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de “visões de mundo” identitárias ou étnicas (CANDAU, 2016, p. 27).

Ao chamar atenção para as interações socioambientais, Candau (2016) destaca as sutilezas e elementos circunstanciais aos quais está vinculada a construção de identidades, o que é compatível com o conceito de repertório de confronto. Tais interações também estão apoiadas em contextos, de onde surgem sentimentos de pertença e “geradores de diferença”. Em sentido semelhante, Ana Fani Carlos (2007) entende o espaço geográfico como um produto histórico e social, meio em que as relações sociais concretas estão ancoradas. Assim, compreendemos que as relações cotidiano-lugar e tempo-espaço constituem elementos decisivos para a formação da identidade habitante-lugar. Ter em mente esses processos identitários é crucial para entender a RVV, já que o movimento passa a acionar, como “gerador de diferença”, o cotidiano e o espaço vivido, tomados como memória e modo de vida a ser preservado.

Apesar de serem imóveis singelos, de pouca visibilidade para quem contempla a Vila a partir das ruas limítrofes, procurou-se destacar o valor do conjunto residencial em termos históricos, arquitetônicos e urbanísticos, associados à memória afetiva dos moradores. Estes retomam modos de convivência urbana perdidos, numa região da cidade ocupada por grandes edifícios de apartamentos e cortada por avenidas com intensos fluxos de veículos. Assim, essa “sociabilidade

perdida” é apontada como patrimônio imaterial, sendo um dos elementos que fundamentam o estudo de tombamento (DUARTE JR., 2017).

Dessa forma, os apoiadores do movimento passaram a reivindicar a permanência da Vila Vicentina não só em atendimento à função social da propriedade, mas também por seu valor patrimonial. Destaque-se sua tipologia arquitetônica e a presença do verde em área de uso comum, em contraste com a verticalização do bairro, contribuindo para a “amenização ambiental” (DUARTE JR., 2017, p. 50).

O local teve tombamento provisório deferido em novembro de 2016, devendo passar por um estudo que fundamentará a votação no Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural de Fortaleza (Comphic)¹⁵. O tombamento, mesmo provisório, garante que o bem em estudo não sofra qualquer dano ou interferência; dessa forma, o movimento obteve uma vitória, ainda que não definitiva (ARAÚJO, 2016).

Vale destacar que, em outros casos, o mercado imobiliário prevaleceu sobre tentativas de tombamento fundamentado em valores que não a notoriedade do bem em termos históricos, arquitetônicos ou urbanísticos. Dois casos exemplares ocorreram em Recife: o edifício Caiçara e o edifício Oceania. No começo da demolição do primeiro, em setembro de 2013, iniciou-se um conflito envolvendo movimentos sociais, Ministério Público Estadual, Prefeitura de Recife, órgãos ligados à preservação do patrimônio, entidades de classe, imprensa,

15. O arquiteto Romeu Duarte Jr. (2017) coordenou um estudo, realizado entre março e maio de 2017, para subsidiar a elaboração da instrução de tombamento, o qual foi encaminhado à Secretaria de Cultura de Fortaleza (Secultfor). Esse relatório serviria como material complementar aos estudos que serão conduzidos por membros da Secretaria e deve ser submetido para votação definitiva no Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Histórico-Cultural de Fortaleza – o que não ocorreu até dezembro de 2017.

academia etc. Os argumentos contra a demolição destacavam “a necessidade de preservar uma tipologia remanescente de um tempo da cidade em que o culto à praia iniciou o processo de modernização no contexto local” (GHIONE, 2016, p. 2-3). Os partidários da demolição argumentavam que o edifício não teria “valores destacados” que justificassem seu tombamento (GHIONE, 2016, p. 2-3). Prevaleceu a decisão de demolir, com o voto de minerva do Secretário de Mobilidade e Controle Urbano do município.

O edifício Oceania, também objeto de interesse do mercado imobiliário (em 2003), serviu de inspiração para o filme “Aquarius”, lançado em 2016, dirigido por Kleber Mendonça e protagonizado por Sonia Braga. Diferente da ficção e semelhante à realidade da Vila Vicentina, a demolição do Oceania foi evitada porque o edifício teve seu tombamento, solicitado pelo arquiteto Milton Botler, acatado pelo Presidente da Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), já em 2003. Como no caso da Vila Vicentina, porém, a proteção patrimonial do edifício recifense permaneceu dúbia, pois o Oceania não foi transformado em Imóvel Especial de Preservação, carecendo, assim, de reais garantias para a sua preservação¹⁶.

A ficção nomeada “Acquarius”, ainda que focada na resistência individual da protagonista, abre espaço para uma reflexão sobre a cidade que considere a memória e a sociabilidade como patrimônio. Nesse sentido, é necessário manter certas construções ou conjuntos de construções que sejam testemunhas da convivência perdida devido às transformações que são fruto da lógica do mercado imobiliário. Tal lógica, movida pelo lucro, faz prevalecer “o edifício excludente e de-

16. Informações veiculadas pela *Gazeta do Povo*, Recife, 12 set. 2016. Disponível em: www.gazetadopovo.com.br. Acesso em: 21 nov. 2017.

fensivo, a configuração da rua com muros fechados, a mobilidade em automóvel, a desvalorização do espaço público, a degradação de calçadas e mobiliário urbano, o consumo em shoppings” (GHIONE, 2016, p. 3/2; 3/3).

O ambiente urbano, concebido como lugar de encontro e exercício de sociabilidade, tem sido hostilizado em favor de modelos de moradia segregadores e espaços de convivência e lazer privatizados. Os condomínios fechados passam a ser modelos de moradia ideal para as classes média e alta; ruas e espaços públicos se tornam esvaziados e destituídos de seus usos tradicionais (SOUZA, 2008; CALDEIRA, 2000). Assim, a produção excludente do espaço urbano atinge o meio ambiente, a sociabilidade e a qualidade do espaço público, dentre outros valores pertinentes a uma vida saudável para os cidadãos. Subjacente a essas questões está um modelo de gestão autoritário, incapaz de submeter aos cidadãos as políticas públicas em geral, e as intervenções urbanas, em particular. Dessa forma, o direito à cidade passa a ser negado ao conjunto dos habitantes, e não apenas às populações com carências.

É nesse contexto que se situa o movimento “Quem dera ser um peixe”, objeto da próxima subseção.

Uma foto no Facebook, uma paródia musical, o ciberativismo e as ações institucionais: o movimento Quem Dera Ser um Peixe

O movimento “Quem dera ser um peixe” articulou-se em 2012, com o objetivo de contestar a construção do oceanógrafo Acuario Ceará, na Praia de Iracema. Trata-se de um projeto do governo estadual, que se insere no processo de requalificação da Praia de Iracema, destinado a potencializar a atratividade turística de Fortaleza. A re-

qualificação daquele bairro histórico iniciou-se na década de 1990, com a construção de um calçadão ao longo da orla e a reforma da Ponte dos Ingleses. Em 1998, foi construído o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (GONDIM, 2007; BEZERRA, 2009).

O Acquario Ceará (ver Figura 3), anunciado em 2008, seria o maior oceanógrafo da América Latina, com área ocupada de 21,5 mil m², distribuídos em quatro pavimentos e volume total de 15 milhões de litros de água. Além dos animais marinhos e de água doce, as atrações incluiriam: túneis de observação submersos, navio naufragado, simuladores de submarino, cinemas e outras. Em uma área contígua ao edifício, de 4.252 m², haveria uma fonte temática, esculturas, quiosque de alimentação e posto de informações turísticas. O custo total do empreendimento seria de 250 milhões de reais.



Figura 3: Maquete do Acquário Ceará

Fonte: Rodrigues, 2013.

A construção do Acquário, desde o seu anúncio, provocou questionamentos, especialmente quanto ao investimento de milhões de reais em um equipamento turístico, quando o estado apresentava carências em áreas prioritárias como educação e saúde, e atravessava um pe-

ríodo de seca prolongada. Outro questionamento dizia respeito à imprecisão das informações sobre o retorno econômico do projeto. As previsões relativas a emprego e renda eram baseadas na expectativa – sem fundamentação explícita – de que “a oportunidade de visitar o equipamento” contribuiria para aumentar em mais um dia a permanência do turista no Ceará e para incrementar em 10% a demanda turística (IPECE, 2012, p. 8).

Por parte dos opositores, havia a preocupação quanto aos efeitos sobre a fauna marinha e a possível erosão na costa oeste da Região Metropolitana (Caucaia). Questionavam-se também os efeitos, para a mobilidade urbana, da localização de um grande equipamento em uma área já congestionada como a Praia de Iracema. Contribuiu para acirrar as críticas a demora na divulgação do Estudo de Impacto Ambiental e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA), apresentados somente em setembro de 2011, e considerados insatisfatórios (GONDIM, 2016).

Na vizinhança do terreno onde seria construído o Acquário, existe uma localidade de baixa renda, o Poço da Draga, onde residem, há décadas, cerca de 1.200 pessoas¹⁷. Ainda que sua remoção não esteja prevista no projeto do oceanógrafo, a valorização da área poderia acarretar um processo de gentrificação, ameaçando a permanência das moradias populares.

O início da construção do oceanógrafo pegou de surpresa os opositores, cuja reação, por sua vez, também surpreendeu: algumas pessoas, sem vínculo direto com associações formalizadas, organizaram,

17. Estimativa da população baseada em censo realizado em 2016, sob a coordenação do geógrafo Sérgio Rocha, morador do Poço da Draga. O trabalho contou com a participação de outros moradores e de professores e alunos da Unifor e da UFC. Os resultados foram apresentados em no Seminário URBFAVELAS (BRASIL et al., 2016).

a partir de redes sociais virtuais, um movimento que conseguiu a paralisação das obras por 80 dias, investigações do Ministério Público e do Tribunal de Contas do Estado e mobilização da opinião pública contra o oceanógrafo, como será visto.

Até o início de 2012, a oposição ao oceanógrafo ainda não se transformara em um movimento de protesto, uma vez que entre os oponentes parecia prevalecer um consenso negativo, ou seja, a descrença na realização do projeto, haja vista a demora do Executivo em captar recursos para viabilizar o investimento. A ruptura desse consenso, provocada pelo início das obras em 2012, foi condição necessária – mas não suficiente – para o início dos protestos.

A criação de um movimento social depende da capacidade de criar um espaço no qual os manifestantes expressem e justifiquem suas pautas e construam identidades, que estabelecem um senso de “nós” e definem com certa clareza os interesses e ideais que reivindicam e defendem (GONDIM, 2016). Sem querer reificar o conceito de movimento social, é preciso distinguir entre o comportamento dos indivíduos, de um lado, e, de outro, as ações resultantes de interações sociais – o comportamento coletivo. É nessa perspectiva que se deve considerar a cadeia de eventos que confere inteligibilidade à gênese dos movimentos sociais, começando pelo “evento mobilizador”, ou seja, o fato material específico que desencadeia a ação coletiva (SANTOS, 1981).

Se no caso da Resistência Vila Vicentina esse evento teve um caráter dramático – a demolição das casas – no caso do Acquário o evento mobilizador foi mais discreto: uma foto do início da construção do oceanógrafo. Durante uma caminhada ocasional pela Praia de Iracema, um opositor observou que o terreno onde se localizaria o Acquário estava terraplanado; fotografou o local e postou a imagem

no Facebook, com uma pergunta provocativa: “E aí, a gente vai deixar [...] que essa obra de R\$ 250 milhões de reais seja construída sem um debate mais sério?”¹⁸ A repercussão foi surpreendente, pois dois anos antes, segundo o entrevistado, uma postagem com teor semelhante chamara pouca atenção. Isto indica que um evento só assume o caráter de mobilizador quando existe um grupo com predisposição a se manifestar a respeito (CEFAÏ, 2009).

Para a repercussão da imagem postada no início de 2012, foi crucial o recurso às redes sociais digitais, pois permitiram potencializar, a baixo custo e em tempo rápido, a divulgação de ideias e informações, bem como mobilizar e agregar pessoas interessadas pela causa. Entretanto, a importância da comunicação virtual para a articulação de movimentos sociais não deve ser superestimada. Para além do acesso limitado à Internet, já assinalado anteriormente, a comunicação virtual, ainda que possa ser um repertório de confronto efetivo, não têm o efeito de um *Deus ex machina*. Nesse sentido, convém destacar o encadeamento entre contatos virtuais e reais, o que, tanto no caso da oposição ao Acquário como no RVV, aconteceu desde o início.

Boa parte dos que responderam à “provocação” postada no Facebook já se conheciam previamente e participavam de movimentos com interesses comuns, como os Comitês Populares da Copa – situação semelhante à que ocorreu no caso da Vila Vicentina, no que tange aos apoiadores externos. Pelas redes sociais, um dos opositores do Acquário convidou outros para uma reunião do Comitê Popular da Copa de Fortaleza, com a participação de ONGs, assessorias e movimentos contrários a projetos voltados para a Copa das Confederações (2013) e a Copa do Mundo (2014), muitos dos quais acarretando a

18. Entrevista com participante do movimento, realizada em 22 de março de 2013.

expulsão de moradores de baixa renda.

A formação da identidade dos participantes do movimento contra o oceanógrafo acionou elementos simbólicos lúdicos, como o personagem “peixuxa”¹⁹, que designa um perfil num blog (Figura 4). O uso de memes e paródias divulgados em meio digital (inclusive filmes no Youtube) foi um meio efetivo para caracterizar os proponentes ou defensores do Acquário, principalmente o Governo Estadual, com foco no Secretário de Turismo Bismark Maia. Outro componente do polo em confronto situava-se na chamada grande imprensa, onde um jornalista fazia sistematicamente críticas ao QDSP. Entre os profissionais de comunicação, porém, não havia unanimidade, fato reconhecido pelo movimento, que acionou contatos favoráveis na imprensa.



Figura 4: Perfil social do movimento QDSP no Facebook
Fonte: Rodrigues, 2013.

19. Personagem de música de Raul Seixas e Marcelo Motta “Peixuxa (o amiguinho dos peixes)”.

O movimento contra o Acquário fez sua primeira manifestação nas ruas durante o carnaval de 2012, no bloco “Quem Dera Ser um Peixe”. Este nome foi retirado da música “Borbulhas de amor”, de autoria de José Luis Guerra, com letra do poeta brasileiro Ferreira Gullar, gravada por Fagner. A frase romântica “quem dera ser um peixe / pra no teu límpido aquário mergulhar” foi ressignificada para indicar que o governo estaria preterindo a população em favor dos peixes, destinando vultosos recursos ao oceanógrafo e preterindo áreas importantes como saúde e educação.

A entrada e a saída de membros ocorreram mediante contatos virtuais ou presenciais com outros integrantes. O Quem Dera Ser um Peixe (QDSP) foi constituído, sobretudo, por pessoas de classe média, com perfil profissional heterogêneo: artistas, profissionais de audiovisual, produtores culturais, advogados e jornalistas; professores e estudantes, em geral universitários; e algumas lideranças do Poço da Draga. Eram apoiados por voluntários, grupos e organizações não governamentais (ONGs), vários dos quais se faziam presentes na Resistência Vila Vicentina, como, por exemplo, Rede Nacional de Advogados Populares (RENAP) e o Escritório Frei Tito de Advocacia (EFTA), além de membros do LEHAB/UFC.

Os integrantes do QDSP compartilhavam o mesmo ideário: democratização da informação e da cultura, garantia do direito à habitação e ao meio ambiente saudável, respeito à diversidade, participação popular, transparência e equidade social nas ações da administração pública. Participavam de atividades de comum interesse, como a regularização do Poço da Draga como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) e a mobilização contra a construção, pela Prefeitura, de um viaduto que destruiu parte de uma área de preservação ambiental, o

Parque do Cocó²⁰. Apesar da presença de membros de partidos políticos de esquerda, os pronunciamentos e as práticas do movimento enfatizavam seu caráter suprapartidário, sem negar o caráter político de suas ações.

Diferente da Resistência Vila Vicentina, na qual o recurso à comunicação via Internet teve menor centralidade, o QDSP pode ser considerado uma expressão de ciberativismo, definido como “[...] uma nova configuração comunicativa dos movimentos sociais, caracterizada pela reestruturação das práticas cotidianas de comunicação, por interações mediadas pelas NTIC [novas tecnologias de informação e comunicação] e pela conexão digital entre indivíduos, grupos e sociedade” (ALCÂNTARA, 2016, p. 332).

O formato em rede facilitava a manutenção de uma organização horizontal, sem um centro de comando e sem divisão rígida de responsabilidades, ainda que se possa identificar a participação mais intensa de um grupo de aproximadamente 20 pessoas (GONDIM, 2016). Segundo uma entrevistada,

Assim, sempre em movimentos tem uns que, às vezes, fazem as coisas e ficam cobrando. “Ai, porque eu fiz isso”. Não. É por sua conta e risco. Você tem a iniciativa, quer criar alguma coisa, crie. Agora, faça acontecer. Não tem essa de “era bom que alguém fizesse assim”. Não! Faça! Tem pé pra fazer, tem perna? Conta com a ajuda de pessoas? Pois vamos fazer. Mas, quem propõe, faz. Então, não tem esse negócio de só um faz ou só uma proposta é aprovada. Não teve isso, e é muito tranquilo isso pra gente, mesmo. É um respeito mútuo que se tem no grupo mesmo [...] (Entrevista com participante do movimento, realizada em 23/02/2013).

Ressalte-se que o formato em rede não garante, em si, a horizontalidade e a descentralização; estas dependem de relações sociais, inse-

20. Sobre esse movimento, ver a Introdução do presente artigo.

ridas em contextos sociais, políticos e tecnológicos (ALCÂNTARA, 2016). No caso do QDSP, a horizontalidade e a descentralização eram valores políticos e organizacionais defendidos pelos participantes do movimento, que instrumentalizavam as redes sociais (GONDIM, 2016).

A mobilização contra o Acquário lançou mão de um repertório de confronto inovador, ao adotar a linguagem do humor e o apelo ao lúdico, a começar pela denominação do movimento. As manifestações presenciais, denominadas “inundações” e realizadas na Praia de Iracema, incluíam, de forma similar ao que viria a ocorrer na RVV, aulas públicas, rodas de conversa, apresentações de música e capoeira, oficinas de artes visuais etc. Como já mencionado, o recurso a redes sociais, *blogs*, *sites* e outras ferramentas digitais foi uma constante, beneficiando-se da experiência de alguns militantes no ciberativismo.

Interessante notar que apesar das críticas aos meios de comunicação de massa, considerados parciais e manipuladores, os participantes do QDSP não os negligenciavam: concediam entrevistas, participavam de reportagens e programas de televisão e acionavam jornalistas conhecidos para divulgar suas denúncias. Essa estratégia vai ao encontro da análise de Alcântara (2016) sobre o ciberativismo, na qual destaca a aprendizagem dos ativistas com os meios de comunicação convencionais. É também consistente com o alerta de Suzani e Meyers sobre a centralidade desses meios, como já foi dito.

Outro ponto do repertório do QDSP foram as estratégias institucionais, assim entendidas aquelas que lançam mão de recursos de poder, incluindo o envio de documentos a órgãos públicos e privados. Particularmente relevantes foram as denúncias apresentadas ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público de Contas do Ceará. Em

todos esses casos, o QDSP mostrou ter o domínio da linguagem técnica, que, em si, é um recurso de poder (BOURDIEU, 1989). Nesse sentido, a utilização de recursos institucionais é um repertório de confronto que demanda o suporte de apoiadores competentes no uso da linguagem oficial – especialmente a jurídica, o que confere, tanto no QDSP como no RVV, papel de relevo a ONGs e profissionais atuantes nas áreas do direito, do urbanismo, do patrimônio e do meio ambiente, entre outras.

No caso do movimento contra o Acquário, uma vitória significativa, ainda que parcial, foi o embargo das obras do oceanógrafo por 80 dias, em meados de 2012, motivado por denúncia do movimento, que constatou a falta, no EIA/RIMA, de prospecção arqueológica da área, contrariando a legislação federal de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico. Embora a construção tenha sido retomada após a realização daquele trabalho e sua aprovação pelo Instituto Nacional do Patrimônio histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a medida retardou o andamento das obras e atraiu considerável atenção da mídia para o movimento.

Outra ação que repercutiu bastante foi a denúncia a um vereador, que, por sua vez, encaminhou um requerimento ao Ministério Público Estadual, dando origem a uma Ação Civil Pública concernente à inexistência de licitação para a construção do oceanógrafo. Trata-se de uma irregularidade, já que, ao contrário do que afirmava o governo, existiam outras empresas especializadas nesse tipo de projeto. Havia a suspeita de que a escolha recaía em uma empresa americana por exigência do *Ex-Im Bank*, instituição norte-americana que financiaria, em parte, o oceanógrafo. O resultado dessa investigação foi um relatório de inspeção que veio a público em março de 2013, com sérias acusações ao governo estadual. O QDSP recorreu à sua rede de

contatos na imprensa convencional e nas mídias digitais, conseguindo grande divulgação do fato, inclusive na mídia nacional.

No Ministério Público Estadual, a tramitação da ação civil pública denunciando improbidade administrativa no contrato de construção do oceanógrafo sofreu vicissitudes, decorrentes de divergências entre os membros daquela Corte. Mesmo assim, a ação foi levada adiante, ainda que com lenta tramitação²¹.

Evidenciando as variações no repertório de confronto do QDSP, foram intensificadas ações presenciais em junho e julho de 2013, em meio à onda de protestos realizados em Fortaleza durante a Copa das Confederações, que ecoaram os protestos nacionais. Foi realizada uma ocupação na Praia de Iracema, que incluiu um acampamento durante as noites de 13 e 14 de julho de 2013, nas proximidades do Poço da Draga e do canteiro de obras do oceanógrafo. Diversos participantes e simpatizantes revezaram-se em rodas de conversa, oficinas de histórias em quadrinhos, visitas guiadas ao Poço da Draga, apresentações musicais e de capoeira e exposição de livros, entre outras.

Hoje, o QDSP encontra-se em fogo morto, por assim dizer. Graças à articulação por meio de redes virtuais, seus participantes têm continuado em contato, mesmo após a paralisação da construção do Acquário em 2015, determinada pelo governador eleito no ano anterior²². Esporadicamente, acontecem trocas de informações sobre

21. Uma ação foi protocolada pelo MP-CE em setembro de 2017, pedindo o bloqueio dos bens e o afastamento do cargo de prefeito do Aracati, de Bismark Maia, ex-Secretário de Turismo do Estado do Ceará e como tal ordenador de despesas relativas ao Acquário, consideradas irregulares. Não foram divulgadas notícias sobre o desfecho dessa ação.

22. No segundo semestre de 2017, o governador Camilo Santana e o Secretário de Turismo Arialdo Pinho reuniram-se em diferentes ocasiões com empresários espanhóis e chineses, a fim de tratar de uma possível concessão do oceanógrafo, mediante transferência ou parceria público-privada. Até julho de 2018, contudo, não havia sido tomada decisão a respeito (CAFARDO, 2017; VARELA, 2017).

o oceanógrafo pelas redes sociais Facebook, Twitter e Messenger; a reunião presencial mais recente, da qual uma das autoras participou, ocorreu em fevereiro de 2017, com o objetivo de discutir as possibilidades de registro e divulgação da experiência do QDSP. Contudo, as iniciativas propostas não tiveram continuidade.

Conclusão

Este artigo discutiu, do ponto de vista teórico e empírico, movimentos sociais que têm como foco o direito à cidade. A partir de uma discussão conceitual fundamentada na trajetória dos estudos sobre movimentos sociais, escolhemos o conceito de repertório de confronto como categoria heurística para a análise de dois casos concretos: a Resistência Vila Vicentina (RVV) e o movimento Quem Dera Ser um Peixe (QDSP), ambos em Fortaleza-Ceará. Ainda que se tratem de casos localizados, os resultados apresentados podem contribuir para a compreender como se dá a articulação de protestos urbanos em contextos sociais diferenciados, e em escalas mais amplas.

No caso da RVV, o objetivo central era a luta pelo direito à habitação, configurada na resistência à remoção dos moradores de 45 casas situadas em um bairro de alta valorização imobiliária. A divulgação, pelas redes sociais, da demolição das primeiras casas fortaleceu o movimento, que atraiu o apoio de assessorias técnicas jurídicas e urbanísticas, bem como de profissionais, estudantes e professores. A partir daí, outras estratégias foram acionadas, como a inclusão da Vila Vicentina na lista das ZEIS que serão alvo de regulamentação prioritária pela Prefeitura, o que pode garantir a permanência dos moradores; o processo, porém, corre lentamente. Mais efetiva foi a estratégia de solicitar o tombamento provisório da Vila, o que foi obtido, significando

que, por hora, as casas não podem ser demolidas.

No QDSP, o ciberativismo foi central. Note-se o caráter inovador do movimento, que cultivava o humor – desde a escolha do nome, uma paródia de uma música romântica – e lançava mão da linguagem técnica para fazer denúncias ao IPHAN e aos Ministérios Públicos.

Nos dois casos aqui analisados, repertórios de confronto convencionais como marchas e ocupações praticamente não foram acionados – exceto no caso das ocupações da Praia de Iracema pelo QDSP, que tiveram a peculiaridade de utilizar atividades lúdicas e não provocar conflito aberto. De forma similar, a agenda de atividades realizadas na Vila Vicentina incluiu práticas culturais não fomentadoras de conflitos abertos, como oficinas de artesanato, exibição de documentários, aulas públicas e rodas de conversa. Observa-se, assim, que os repertórios dos movimentos aqui considerados serviam ao confronto com os oponentes, mas nem sempre tinham, em si, caráter conflituoso.

De um modo geral, os movimentos sociais são coletivos heterogêneos, como ilustram os casos discutidos neste artigo. Na RVV, nem todos os moradores apoiam o movimento, e nem todos os apoiadores moram na Vila. O “outro lado” constitui-se pelo mercado imobiliário, diretamente, e indiretamente, pela prefeitura. Participantes que na RVV eram “externos”, no QDSP, na verdade, constituíam o próprio movimento. A identidade, nesse caso, adivinha do confronto, aberto ou potencial, com os partidários do Acquário: o governo do Estado, representantes da Secretaria de Turismo do Estado e setores da mídia.

Os achados das pesquisas sobre os dois movimentos sociais apontam para o caráter frutífero de abordá-los sob a ótica de seus repertórios de confronto. Estes lançam luz não apenas sobre a formação e desenvolvimento da ação coletiva, mas também sobre as identidades heterogêneas de participantes e sobre o contexto sócio-histórico em

que se verificam suas práticas, voltadas à defesa do direito à cidade.

Referências

ALCÂNTARA, L. M. Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: repertórios, organização e difusão. *Política & Sociedade*. v. 15, n. 34, p. 315-338, 2016. Disponível em: periodicos.ufsc.br. Acesso em: 20 ago. 2017.

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, v. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 21 fev. 2016.

ANDRADE, Margarida Julia Farias de Salles. *Onde moram os operários... vilas operárias em Fortaleza 1920-1945*. Dissertação de Mestrado. Curso de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, 1990.

ARAÚJO, Adriana. Vila na Aldeota é alvo de disputa. *Jornal O Povo*. Fortaleza, 20 out. 2016. Disponível em: mobile.opovo.com.br. Acesso em: 25 jan. 2017.

_____. Pedido de tombamento da Vila Vicentina é admitido pela Secultfor. *Jornal O Povo*. Fortaleza, 08 nov. 2016. Disponível em: www.opovo.com.br. Acesso em: 25 jan. 2017.

ATO protesta por obras de "mobilidade urbana democrática... *G1*. Fortaleza, CE, 15 ago. 2013. Disponível em: g1.globo.com. Acesso em 16 jun. 2017.

BABO, Isabel. As manifestações na Tunísia e no Egito em 2010-2011: a semântica dos acontecimentos nos media e o papel das redes digitais. 2013. *Análise Social*, 209, xlviii, 4.0, p. 792-809.

BEZERRA, Roselane. *O bairro Praia de Iracema entre o "adeus" e a "boemia"*: usos e abusos num espaço urbano. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2009.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL, Armíria B. et al. Conhecendo o Poço da Draga: uma proposta conjunta de levantamento de informações sobre a comunidade. *Seminário URB-FAVELAS*, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: www.sisgeenco.com.br. Acesso em: 25 jul. 2018.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 43-67, jun. 2012. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 19 jan. 2018.

_____. A busca de uma nova agenda de pesquisa sobre os movimentos sociais e o confronto político: diálogos com Sidney Tarrow. *Política e Sociedade*, v. 10, n. 18, p. 51-73, abr. 2011.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CAFARDO, Thiago. Governador apresenta Acquario a investidores chineses. Portal do Governo do Estado do Ceará. 20 set. 2017. Disponível em: www.ceara.gov.br. Acesso em: 12 out. 2017.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

CANDAU, Joël. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2016.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE. Disponível em: www.polis.org.br. Acesso em: 23 jul. 2018.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas*, v. 4, n. 2, p.11-47, 2009.

DUARTE JR., Romeu. (Coord.) *Contribuição Técnica ao Tombamento Municipal da Vila Vicentina da Estância, em Fortaleza-CE*. Fortaleza, 2017.

FORTALEZA. Prefeitura Municipal. Lei Complementar n. 062, de 02 de fevereiro de 2009. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza e dá outras providências. *Diário Oficial do Município*, Fortaleza, CE, Ano LVI, n. 14.020, 13 mar. 2009.

GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. (Orgs.) *Movimentos sociais na era global*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos movimentos sociais na contemporaneidade. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno. (Orgs.) *Movimentos*

sociais na era global. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p.19-36.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. v. 16. n. 47. maio-ago, p. 333-513, 2011.

GONDIM, Linda Maria de Pontes; GOMES, Marília Passos Apoliano. O direito à cidade em disputa: o caso da Zeis do Lagamar (Fortaleza-CE). *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 507-527, 2012.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. *Habitação e meio ambiente em disputa: novas configurações dos conflitos socioambientais em Fortaleza-CE (o caso do movimento Quem Dera Ser um Peixe)*. Relatório final de pesquisa apoiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq, Fortaleza-CE, abril de 2016, mimeo.

_____. *O Dragão do Mar e a Fortaleza pós-moderna: cultura, patrimônio e imagem da cidade*. São Paulo: Annablume, 2007.

GHIONE, Roberto. Patrimônio além da arquitetura. O edifício Caiçara, os movimentos sociais e o direito à cidade. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 17, n. 195.04, *Vitruvius*, out. 2016. Disponível em: www.vitruvius.com.br.

GRUPO PROTESTA CONTRA DEMOLIÇÃO DA PRAÇA PORTUGAL E REMOÇÃO DE ÁRVORES. *G1*. Fortaleza, CE, 09 mar. 2014. Disponível em: g1.globo.com. Acesso em: 16 jun. 2017.

HABERMAS, J. New social movements. *Telos*, New York, n. 49, 1981.

HARVEY, David. The right to the city. *New Left Review*, n. 53, p.23-40, set.-out. 2008. Disponível em: www.mom.arq.ufmg.br Acesso em: 23 jul. 2018.

IPECE. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Os impactos econômicos do Acquário Ceará e sua viabilidade. In: *IPECE Informe*, Fortaleza: Governo do Estado do Ceará/ IPECE, 2012.

JUSTIÇA AUTORIZA DESOCUPAÇÃO... Fortaleza, CE, 26 set. 2013. Disponível em: g1.globo.com. Acesso em 16 jun. 2017.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

MARSHALL, T. H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, São Paulo, n. 76, p. 11-48, 2009. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 15 jan. 2017.

MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOVIMENTO ANTI-MUBARAK TEVE INÍCIO NA INTERNET. *Folha de São Paulo*, 28 Jan. 2011. Disponível em: www1.folha.uol.com.br. Acesso em: 21 Set. 2015.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. *Observatório das remoções de Fortaleza: conflitos fundiários urbanos e a luta por moradia*. 23 mar. 2017. Disponível em: observatoriodasmetrosoles.net.br. Acesso em: 20 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Rio de Janeiro, 2009 [1948]. Disponível em: nacoesunidas.org. Acesso em: 23 jul. 2018.

PREÇO DO M²... *Diário do Nordeste*. Negócios. Fortaleza, 10 Nov. 2016. Disponível em: diariodonordeste.verdesmares.com.br. Acesso em: 12 Fev. 2017.

PREFEITO RECUA E A PRAÇA... *G1*. Fortaleza, CE, 26 out. 2015. Disponível em: g1.globo.com. Acesso em: 16 jun. 2017.

RODRIGUES, Neivania Silva. *O movimento dos peixes: do Acquário às ruas*. Monografia de Graduação em Ciências Sociais. Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, 2013.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira. *Movimentos Urbanos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SENA, João Marcelo. Juiz suspende reintegração de posse após demolição de casas em vila. *Jornal O Povo*. Fortaleza, 29 out. 2016. Disponível em: www20.opovo.com.br. Acesso em: 12 fev. 2017.

_____. Apenas 48% dos domicílios do Ceará têm acesso à Internet. *Jornal O Povo*. Fortaleza, 25 nov. 2017. Disponível em: www.opovo.com.br. Acesso em: 21 nov. 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SUZINA, Ana Cristina; PLEYERS, Geoffrey. Media practices and the chal-

lenge of political asymmetries. Lisboa, v. 10, n. Especial, p. 01-10, jun. 2016. Disponível em www.scielo.mec.pt. Acessos em: 12 jul. 2018.

TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis: Vozes, 2009.

TOURAINÉ, Alain. Os novos conflitos sociais para evitar mal-entendidos. *Lua Nova*, São Paulo, n. 17, p. 05-18, jun. 1989. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 18 jan. 2018.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Newberry Award Records, 1978.

VARELA, Átila. Ceará. Vende-se um Aquário. *O Povo on line*, 05 nov. 2017. Disponível em: www.opovo.com.br. Acesso em: 10 nov. 2017.

VIEIRA, Vivian Patricia Peron. O papel da comunicação digital na arena internacional: mobilização política online e a Primavera Árabe. In: *Boletim Meridiano* 47. vol. 14, n. 139, set.-out. 2013, p. 24-30.

Resumo:

Analisam-se, teórica e empiricamente, movimentos sociais que têm a cidade como lócus e como objeto. Escolhemos o conceito de repertório de confronto como categoria heurística para a análise da Resistência Vila Vicentina (RVV) e do movimento Quem Dera Ser um Peixe (QDSP) em Fortaleza. Tal análise baseia-se em pesquisas qualitativas, incluindo observação participante, entrevistas semiestruturadas e acompanhamento de ações de web-ativismo. Ainda que se trate de casos com dimensão local, seu estudo pode contribuir para melhor compreender como se articulam protestos urbanos em diferentes contextos sociais. A análise dos repertórios de confronto da RVV e do QDSP acrescenta importante dimensão empírica à literatura sobre movimentos sociais, destacando o recurso à patrimonialização e o uso das mídias digitais, que torna potencialmente mais visíveis as questões urbanas.

Palavras-chave: movimentos sociais urbanos; repertórios de confronto; Resistência Vila Vicentina; Acquário Ceará; Quem Dera Ser um Peixe.

Abstract:

This paper analyzes, theoretically and empirically, social movements that have the city as locus and object. We chose the concept of contentious repertoire as a heuristic category for the analysis of the Resistência Vila Vicentina (RVV) and the Quem Dera Ser um Peixe (QDSP) movements in Fortaleza. This analysis is based on qualitative research, including participant observation, semi-structured interviews and follow-up of web-activism actions. Although it is a case of local dimension, its study can contribute to a better understanding of how urban protests are articulated in different social contexts. The analysis of the RVV and QDSP confrontation repertoires adds an important empirical dimension to the literature on social movements, highlighting the use of patrimonialisation and the use of digital media, which makes urban issues potentially more visible.

Keywords: urban social movements; contentious repertoires; Resistência Vila Vicentina; Acquário Ceará; Quem Dera Ser um Peixe

Recebido para publicação em 22/01/2018.

Aceito em 05/08/2018.

Reforma Urbana Pereira Passos: resistências de uma população excluída

Mayara Grazielle Consentino Ferreira da Silva

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil.

MayaraGrazielle@yahoo.com.br

Introdução

O presente trabalho tem como tema principal a resistência da população ocorrida durante a chamada Reforma Urbana Pereira Passos, que aconteceu entre 1902 e 1906, na cidade do Rio de Janeiro, durante a gestão do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos. Vale mencionar que esse trabalho se constitui em uma das diversas interpretações possíveis sobre o tema e está longe de ter se esgotado.

Tal como De Decca (1994), reconheço que existem modos de exclusão e de silenciamento de certos agentes históricos, e que estes foram oprimidos não apenas pelos vencedores da história como também pelos intelectuais. A história dos vencedores foi tomada como um fato histórico e não como umas das possíveis versões deste. O discurso acadêmico se tornou um canal de expressão encontrado pela classe operária, desse modo, os intelectuais acabaram falando em nome

desse grupo, e, conseqüentemente, foi ocultado o lugar de sua produção, não havendo uma reflexão crítica sobre isso. Minha intenção é resgatar a dívida dos oprimidos, diferentemente do autor, que afirma: “[...] posso assegurar que meu livro não pretendeu realizar o resgate dos vencidos e dos oprimidos da história.” (DE DECCA, 1994, p. 16).

Para resgatar essa dívida, reconheço que a população resistiu, abordando para isso quatro manifestações de resistência: a favela, a comunidade da Pequena África, a Revolta da Vacina e as disputas judiciais. De algum modo, os vencidos desse processo histórico escreveram sua história, em suas músicas, por exemplo, mesmo que sua versão não faça parte da história oficial. A comunidade da Pequena África era o reduto de muitos músicos que frequentemente compunham e cantavam sobre temas do seu cotidiano.

Uma contribuição teórica é trazer para discussão o tema da resistência, em geral os trabalhos não abordam a temática da resistência dentro do contexto do plano urbanístico-sanitário, não raro nem cogitam a possibilidade de ter havido alguma manifestação de resistência, isso quando não a negam. Outro objetivo foi ampliar a forma como a resistência é vista, há uma tendência de entender a resistência quase como sinônimo de revolta, como foi o caso da Revolta da Vacina. Todavia, resistência são as diversas estratégias encontradas pela população dentro do seu campo de possibilidades para lutar contra situações injustas, e, portanto, a população está longe da passividade que lhe foi atribuída. Resistência são ações realizadas na vida cotidiana, não tomam somente a forma de grandes revoluções e não dependem necessariamente de grandes mobilizações.

A contribuição social do trabalho reside no fato de tentar resgatar a dívida com os vencidos, ao buscar retratar a história a partir da posição de quem detinha uma condição subalternizada, os intelectuais acaba-

ram por representar a população de uma forma inerte, como ficou marcado na obra *Os bestializados* de José Murilo de Carvalho. Ou ainda em *A Revolta da Vacina*, de Nicolau Sevcenko, como demonstrado no trecho abaixo: “A capital federal e a sua população foram submetidas, sem nenhuma consulta ou esclarecimento a uma lei de exceção. E não havia recursos com que reagir: era submeter-se incondicionalmente à vontade dos mandatários” (SEVCENKO, 2010, p. 71). E no trecho: “Gesto oficial, autoritário e inelutável, que se fazia, como já vimos, ao abrigo de leis de exceção e bloqueavam quaisquer direitos ou garantias das pessoas atingidas” (SEVCENKO, 2010, p. 82).

A favela

Os antigos combatentes da Guerra de Canudos se instalaram no Morro da Providência, que a partir daí foi chamado de Morro da Favella. O nome teria duas razões: a planta favela, presente na Bahia, que também era encontrada no Morro da Providência; e a resistência dos combatentes na Guerra de Canudos, entrincheirados no Morro da Favella baiano (VALLADARES, 2000). É quase certo que o termo favela teve origem baiana, introduzido, no fim do século XIX, com a chegada dos baianos combatentes da Campanha de Canudos (ROCHA, 1995).

O livro *Os sertões*, de Euclides da Cunha, é de 1902, posterior ao batismo do Morro da Favella, que aconteceu em 1897, todavia, o livro foi importante para reforçar esse mito de origem. O livro foi fundamental para se entender e interpretar a favela, em virtude do arraial de Canudos ter sido usado como um modelo para se pensar a população da favela, suas características e seu comportamento (VALLADARES, 2000). O mito de origem é justamente que a favela surgiu a partir da

ocupação do até então Morro da Providência por soldados baianos retornados da Guerra de Canudos. Logo, a primeira favela da história do Rio de Janeiro teria sido o Morro da Favella, por isso, essa forma de habitação ganhou o nome de favela.

Segundo Valladares (2000), a ocupação do Morro da Favella é datada de 1897. Já para Abreu (1994), há indícios de que sua ocupação tenha ocorrido um pouco antes, com a construção de barracões no Morro por volta de 1893/1894. Ainda de acordo com Valladares (2000), o Morro da Favella não foi o primeiro morro ocupado, outros morros datam seu povoamento por volta de 1881. Provavelmente seus habitantes não vinham do mundo rural brasileiro, e sim se tratavam de imigrantes portugueses, espanhóis e italianos. Tudo indica que o estabelecimento nessas áreas foi autorizado, não sendo resultado de uma ocupação ilegal. Conforme Abreu (1994), em 1865 e 1881, foi verificada a presença de barracões em morros, mesmo ainda os cortiços sendo a forma de habitação popular mais utilizada.

Dois focos de tensões que afetaram a capital no fim do século XIX contribuíram para o desenvolvimento da favela: a crise habitacional e a crise política advinda com a República, na qual se destacam a Revolta da Armada (1893/1894) e a Campanha Militar de Canudos (1896/1897). Desde a Revolta da Armada, o governo já vinha enfrentando o problema de alojamento de soldados do Rio de Janeiro (ABREU, 1994).

Cabe ressaltar que mesmo que no Morro da Providência os primeiros casebres tenham sido construídos por militares, anos depois, estes já eram minoria entre seus moradores. Provavelmente os soldados não deram origem à favela, já que há evidências de que esta tenha surgido antes, como apontam os autores acima, embora a presença deles devido à Revolta da Armada e à Campanha de Canudos tenha con-

tribuído com o desenvolvimento da favela. De qualquer forma, foi a partir do Morro da Favella que o termo foi incorporado para retratar um fenômeno que já estava acontecendo, mas que a partir dos eventos citados tomaram outras proporções.

É certo que no início do século XX já existiam “favelas”. Mesmo a favela não surgindo a partir do Morro da Favella, foi a partir de sua ocupação que o termo passou a definir essa nova forma de habitação, da qual se tornou uma solução para o problema habitacional da população pobre (ROCHA, 1995). Foi na segunda década do século XX que favela se tornou um termo genérico que não se referia apenas ao Morro da Favella, como também às aglomerações pobres, de ocupação ilegal e irregular, localizadas, em geral, em encostas (ABREU, 1994). Desde o início do século XX, existe uma associação entre favela e morro no Rio de Janeiro (VALLADARES, 2000).

É essencial abordar outra forma de habitação popular muito comum na época que antecedeu a favela: o cortiço. Na verdade, o cortiço era um termo utilizado genericamente, quase como sinônimo de habitação coletiva anti-higiênica, quando, na verdade, era somente uma das diversas formas de habitação coletiva, tais como estalagens, casas de cômodos, avenidas, vilas operárias, sótãos, porões, entre outras.

No século XIX, o cortiço era o *locus* da pobreza, local de moradia da chamada “classe perigosa”, ele era tido como um lugar propício às epidemias, ao crime e à vagabundagem, ameaçando, assim, a ordem moral e social. Nesse momento, conhecimento e ação eram inseparáveis, o conhecimento tinha como fim propor soluções, melhor administrar e gerir a pobreza e os pobres. No fim do século XIX, houve uma verdadeira guerra aos cortiços, terminando com a destruição do maior deles, o Cabeça de Porco, realizada pelo prefeito Barata Ribeiro

(VALLADARES, 2000, p. 6-7). A guerra às habitações coletivas agravou o déficit habitacional, o que contribuiu para o crescimento das favelas (SANTANA; SOARES, 2009).

Com a guerra contra os cortiços, o cortiço perdeu espaço para a favela, em consequência, o discurso e a intervenção mudaram de foco. O meio continuou sendo um condicionante para o comportamento humano, com o pobre sendo responsabilizado pelas mazelas da cidade (VALLADARES, 2000). Há uma relação direta entre a erradicação das habitações populares e a ocupação ilegal dos morros, que ganhou força na virada do século XIX para o século XX. Por exemplo, a demolição do Cabeça de Porco, situado na rua Barão de São Félix, próximo ao Morro da Providência, contribuiu para o crescimento deste. Segundo L. Vaz, após a destruição do Cabeça de Porco, um dos proprietários do cortiço, que também possuía terrenos no Morro, autorizou a ocupação deste, cobrando dos antigos inquilinos o direito de construir casebres ali. Dessa maneira, o cortiço era uma espécie de germe da favela (ABREU, 1994). Nem sempre as favelas surgem da invasão, muitas surgiram em terrenos particulares com a autorização e auxílio dos proprietários, como uma maneira dos proprietários não pagarem impostos e obterem renda através do aluguel, e também surgiram em áreas públicas (VALLADARES, 2000).

A separação de classes pretendida pelas transformações urbanas se deu de maneira tendencial, ela não ocorreu de forma absoluta. Nem todo mundo que habitava a área central foi afetado pela transformação ou se transferiu para o subúrbio, a Reforma do Rio de Janeiro não foi tão totalizadora quanto a Reforma de Paris. Dada a necessidade de residir na área central, para muitos a solução foi morar em bairros periféricos ao centro que não foram demolidos com as obras, como a Cidade Nova, mesmo pagando aluguéis mais caros, ou morar em um

novo *habitat*, a favela. Morar no centro ou em suas proximidades era condição indispensável para a própria sobrevivência, para muitas pessoas o trabalho deveria ser procurado diariamente, grande parte dos trabalhadores eram vendedores ambulantes ou prestadores dos mais variados serviços, dependendo de uma demanda que acontecia quase que exclusivamente no centro (ABREU, 2003). Lembrando que as obras não afetaram somente as residências do proletariado como também suas fontes de emprego.

Houve uma tentativa de segregar e regular o espaço urbano carioca, porém, essa tentativa não saiu como esperada. O plano urbanístico estava associado à produção do espaço, que demanda um conjunto de regras e normas com respeito ao uso do espaço urbano (OLIVEIRA, 2015). Com as intervenções na cidade, um novo espaço urbano é criado no Rio de Janeiro, esse espaço acaba escapando, parcialmente, do seu objetivo segregador. A cidade, agora reformada e moderna, continua sendo marcada pela diferença. O espaço não foi moldado de maneira definitiva pelos urbanistas, visto que a leitura dos espaços feita pelos usuários não é a mesma que a realizada por seus criadores, nem os usuários do espaço o percebem de maneira igual. Os espaços criados pelas reformas foram feitos principalmente para o usufruto da classe mais rica, se bem que os pobres também se apropriaram deles. A Avenida Central foi projetada para o uso das classes altas e médias e para representar um Rio de Janeiro civilizado, mesmo que os pobres também a tenham utilizado através do comércio ambulante, das festividades e das manifestações. A grande avenida é exemplo de um espaço reapropriado pelos pobres, apesar da intenção segregadora inicial. A rua acabou não sendo um espaço onde se pudesse praticar o exercício da segregação, boa parte da fruição da cidade do Rio de Janeiro é gratuita e democrática, mesmo diante de todo o esforço por

uma exclusão das camadas populares (PEREIRA, 1992).

As reformas, urbana e sanitária, foram conduzidas de forma autoritária, não obstante, isso tudo não foi suficiente para moldar a capital tal como os artífices da transformação buscavam, os setores populares conseguiram com algum sucesso reorientar o curso das reformas. Se a população não conseguiu desfazer a característica eminentemente elitista, ao menos, conseguiu evitar que alguns aspectos antipopulares fossem implementados (PECHMAN; FRITSCH, 1985). Ainda segundo os autores:

Espremidos entre uma elite governamental partidária de um intervencionismo arbitrário e uma elite burguesa que não desejava tê-los a seu lado como verdadeiros cidadãos, os pobres, por meio de motim, da desobediência às leis, do proselitismo de seus valores, revelavam à sociedade o seu inconformismo diante da tentativa de excluí-los do novo Rio que se estava construindo. Às reformas elitistas, respondiam com o seu avesso, habitando um espaço que não lhes tinha sido destinado, exercendo ofícios expressamente proibidos, praticando cultos que se queria desonrosos, permitindo-se a expansões de alegria que se tinha como indesejáveis. (PECHMAN; FRITSCH, 1985, p. 187).

Além disso, de meados de 1880 até a Reforma Urbana Pereira Passos, o subúrbio era uma opção relativamente barata para quem pudesse arcar com os gastos do transporte, porque a construção era livre e realizada por meio da autoconstrução ou por terceiros. Com Pereira Passos na prefeitura, além do ataque aos cortiços das freguesias centrais, por meio do Decreto 391, de 10 de fevereiro de 1903, foi instituída uma série de exigências em relação à construção. Exigências como a regulação da construção, reconstrução, acréscimos e consertos de prédios, regulação de fachadas, dos materiais que eram permitidos na construção, a exigência de plantas e construtores legalmente habilitados, entre outras exigências (ABREU, 2003).

O resultado disso foi o fim da liberdade de construção no subúrbio, por consequência, sua inviabilidade como local de moradia para uma parcela significativa dos trabalhadores, sendo que o subúrbio era tido como um local ideologicamente destinado para eles. A forma urbana desejada pelo prefeito, o subúrbio, se revelou contraditório porque os subúrbios eram tidos como a solução para o problema habitacional dos trabalhadores, ao mesmo tempo, essa solução foi inviabilizada e desenvolveu o seu contraponto, a favela, que, por sua informalidade e falta de controle, simbolizava tudo o que se pretendia erradicar na cidade (ABREU, 2003).

Em geral, a população que se dirigiu aos subúrbios foram os segmentos de classe média com empregos estáveis, tal como os militares (BENCHIMOL, 1992). Ou pessoas que trabalhavam em fábricas instaladas lá, e não necessariamente as pessoas que foram despejadas das habitações coletivas (QUEIROZ, 2008). Enquanto que as pessoas que permaneceram no centro eram os mais pobres que viviam do mercado de trabalho informal.

Portanto, o plano urbanístico-sanitário contribuiu para a expansão das favelas, mesmo com tentativas de se acabar com elas, seja removendo sua população ou o próprio morro (ABREU, 1994). Diante das dificuldades de moradia, se tornou comum a autoconstrução de barracos nas encostas dos morros no entorno do centro da cidade, geralmente elas eram feitas de madeiras e chapas de zinco, materiais descartados das construções ou produto das demolições (SANTANA; SOARES, 2009). A população pobre encontrou nas favelas uma forma de manutenção da vida na cidade (ASSUMPÇÃO; SCHRAMM, 2012). A permanência e a difusão das favelas devem ser entendidas como a materialização da luta dos mais pobres pelo direito à cidade (ABREU, 1994). Em síntese, a favela surge como uma forma de resistência

(SANTANA; SOARES, 2009).

Vale lembrar que, no Rio de Janeiro colonial, não havia tanta hierarquia social do espaço urbano, a diferença se dava mais pela forma e aparência da moradia do que por sua localização. O usufruto de espaços públicos, e até privados, não significava o uso democrático da cidade, apenas demonstrava que, numa sociedade explicitamente diferenciada por classes, não existia tanta necessidade de segregação espacial, os espaços eram compartilhados porque cada um sabia o seu lugar. Quando a sociedade brasileira passa a ter estatutos legais igualitários, pelo menos teoricamente, o espaço urbano passa a ser diferenciado, separando, na prática, uma sociedade que permanecia hierarquizada em classes (PEREIRA, 1992).

A ocupação do solo urbano passou a ser orientada pelas exigências do capital, isso significou uma diferenciação territorial da população, uma vez que houve um privilegiamento de certas áreas (SANTANA; SOARES, 2009). Apesar do privilegiamento de algumas áreas em detrimento de outras por parte do capital e do Estado, a classe trabalhadora foi habitar a Zona Sul, mesmo que nos morros, e permaneceu na área central, mesmo com a guerra às habitações coletivas. A população mais pobre utilizou estratégias para burlar a tentativa de segregação socioespacial.

Por volta da última década do século XIX, a crise habitacional já havia começado a se agravar, houve um aumento populacional e a produção de moradia não conseguiu acompanhar o mesmo crescimento. O descompasso entre o crescimento da população e da construção de novas moradias gerou um adensamento populacional. Um fator que contribuiu para o crescimento da população da cidade do Rio de Janeiro foi o fluxo migratório interno e externo (ABREU; VAZ, 1991). Com tudo isso, as possibilidades e condições de moradias, que já não

eram boas, pioraram.

A *Tabela 1* mostra a distribuição da população da cidade do Rio de Janeiro nos anos de 1890 e 1906. O objetivo é demonstrar o impacto que as reformas geraram no local de moradia da população.

Tabela 1: Distribuição da população na cidade do Rio de Janeiro em 1890 e 1906

	1890	%	1906	%
Freguesias urbanas centrais	229.376	44,26	241.197	29,95
Freguesias urbanas periféricas	196.010	37,82	378.451	46,99
Freguesias suburbanas	92.906	17,92	185.687	23,06
Total	518.292	100	805.335	100

Fonte: Recenseamento de 1906, adaptado pela autora.

A partir do decreto 1.030, de 14 de novembro de 1890, o Rio de Janeiro, agora Distrito Federal, passou a ser dividido em 21 Pretorias. As freguesias urbanas centrais: Sacramento, Candelária, São José, Santa Rita, Santana e Santo Antônio. As freguesias urbanas periféricas: Glória, Espírito Santo, Engenho Velho, Lagoa, São Cristóvão, Gávea e Engenho Novo. E as freguesias suburbanas: Irajá, Jacarepaguá, Inhaúma, Guaratiba, Campo Grande, Santa Cruz, Ilha do Governador e Ilha de Paquetá.

A *Tabela 1* demonstra como as reformas urbana e sanitária impactaram na vida da população. Se, antes, 44,26 % da população residia na área central, após as reformas, 46,99 % da população morava nas freguesias urbanas periféricas. Ainda que, em termos absolutos, tenha havido um aumento populacional na área central de 11.821 habitantes, ele foi pequeno se comparado com as demais freguesias, passando a abrigar 29,95 % da população em 1906. As freguesias suburbanas tiveram um aumento de 92.781 habitantes, a população praticamente dobrou nessa região. Mesmo assim, sua população não chegava a $\frac{1}{4}$ da população total, abrigando 17,92 % da população em 1890 e,

23,05 % em 1906. Em termos absolutos, as freguesias urbanas periféricas obtiveram o maior aumento populacional, de 182.441 habitantes, abrigando, em 1906, o maior contingente populacional da cidade, que antes era de 37,82 %. As intervenções urbanísticas impactaram diretamente nas freguesias centrais, nem por isso parte significativa da população deixou de permanecer no centro, nem todo mundo que morava na área central foi afetado pelas obras. Mesmo com parte da população tendo se deslocado para o subúrbio, é ainda mais significativo o deslocamento para as áreas urbanas periféricas.

De fato, um dos objetivos foi expulsar o excedente humano dispensável, o que não significa que ele tenha dado certo, pelo menos não totalmente. As mudanças na cidade causaram um deslocamento da população, ainda assim, a população não foi habitar os subúrbios, não da forma como era esperada. Ela permaneceu no centro ou em suas proximidades, seja habitando a Zona Sul ou mesmo bairros centrais como a Cidade Nova, seja morando nas favelas ou se apertando nas moradias coletivas restantes, a população acabou por criar estratégias para assegurar seu direito à cidade.

A comunidade da Pequena África

A freguesia de Santana foi criada em 1814 a partir do desmembramento da freguesia de Santa Rita, constituindo-se em uma freguesia urbana localizada na área central. A freguesia de Santana era conhecida como a Pequena África e tinha como capital a Praça Onze. Inicialmente, a preferência pela área do porto se deu por este constituir-se em um local de trabalho, contudo, com as transformações urbanas, a região portuária foi afetada, então houve um deslocamento para as proximidades da Praça Onze (SILVA, L. 2015).

Em 1890, a freguesia de Santana concentrava o maior contingente populacional de todas as freguesias da cidade do Rio de Janeiro e, em 1906, o segundo maior, de acordo com o recenseamento de 1906, mesmo a área central tendo sido o objeto privilegiado da intervenção urbana. Segundo Pereira (1992), essa freguesia escapou em parte da picareta municipal, tendo as outras freguesias sofrido mais com as mudanças ocorridas na cidade, mesmo abrigando uma grande concentração de habitações coletivas e uma população pobre, ambas indesejadas e perseguidas, porque outros fatores também se faziam relevantes. A escolha do local submetida à intervenção dependia de dois fatores: a necessidade de circulação e a escolha de um novo centro voltado para a área sul.

No início do século XIX, com a chegada da família real em São Cristóvão, a área que recebeu o nome de Cidade Nova se valorizou, se tornando um local de moradia da aristocracia. Por se tratar de um local de passagem entre o centro e o bairro aristocrático, até então era uma região praticamente desabitada. Na segunda metade do século XIX, esse cenário se modificou com a expansão do sistema de transporte, a alta burguesia se voltou para a região sul, local que começou a receber consideráveis investimentos do Estado (SILVA, B. 2015).

No fim do século XIX com a abolição, os negros, principalmente do interior do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia, foram habitar a região que já vinha recebendo migrantes estrangeiros e nacionais (SILVA, B. 2015). A freguesia deixou de ser uma região de pequenas chácaras para se tornar uma área repleta de habitações populares (SILVA, L. 2015). Por conta disso, era um lugar com relativa oferta habitacional, o que tornava os aluguéis mais baratos, e se localizava na área central, próximo ao mercado de trabalho, como o porto.

Nesse contexto do pós-abolição, o fluxo migratório que se desta-

cou foi o dos baianos, dando início à diáspora baiana na capital, formando a comunidade da Pequena África. É necessário deixar claro que mesmo a freguesia de Santana abrigando uma população negra em sua maioria, diferentes grupos conviveram e construíram suas próprias táticas de sobrevivência, se bem que o aparato de repressão do Estado foi pensado preferencialmente para os negros. Três conceitos são indispensáveis ao se falar em Pequena África: território, etnicidade e cultura (SILVA, L. 2015, p. 271-278).

Cada grupo imprime as marcas de sua cultura na cidade, e isso pode ser entendido como formas de luta pela preservação de suas tradições ou mesmo por espaços na cidade. A Pequena África ganhou significado por meio da prática sociocultural e das experiências cotidianas dos negros que ali se estabeleceram, eles criaram modos de vida próprios, estratégias e práticas de sobrevivência na cidade (RIBEIRO, 2009). A ideia de território está vinculada à de identidade, nessa direção, brigar pelo espaço significa brigar pelo reconhecimento de sua própria existência. O pertencimento ao espaço se dava não através de um vínculo à propriedade, pelo contrário, se dava devido uma rede de relações que faz parte da própria identidade do indivíduo (VELLOSO, 1990). Segundo Lucia Silva (2015, p. 264): “[...] os territórios só ganham inteligibilidade por meio da prática da população que ali vive”.

A Europa era um modelo para as mudanças na cidade, só que essa Europa era idealizada, ela passava por problemas econômicos, políticos e sociais (SILVA, B. 2015). Nesse sentido, se pretendia uma europeização do Rio de Janeiro e se lutava para impor padrões de conduta e valores culturais tidos como universais. A África era um ponto de referência para esse grupo, era uma forma de marcar sua identidade, mesmo sendo uma lembrança distante ou construída no imaginário, em virtude disso, seu modo de vida estava distante do

pretendido pelas classes dominantes. Na Pequena África era comum o uso de dialetos africanos, especialmente os de origem nagô. Os negros da Pequena África criaram hábitos, valores e costumes que influenciaram a cultura no restante da cidade e que contrastavam com a cultura propagada pelo processo de modernização. Por exemplo, o termo favela foi introduzido pelos baianos por meio dos combatentes da Campanha de Canudos, esse fato demonstra a influência dos baianos na cidade, por mais que de maneira subterrânea (VELLOSO, 1990). Como bem cita Velloso (1990, p. 208): “A ‘Pequena África’ decididamente não tem lugar na maquete da cidade idealizada pelo prefeito Pereira Passos”.

Como ressalta Lucia Silva (2015), as características culturais podem ser pensadas como táticas de sobrevivência. Os negros mantinham um padrão de vida distante dos valores capitalistas, o que os tornava indesejáveis. Velloso (1990) cita um exemplo disso, nos padrões burgueses, o espaço possuía um valor imobiliário, já para os negros o espaço ganhava valor pela energia participativa, o espaço constituía-se em energia móvel (axé) que pode ser transportada de um lugar ao outro. Justamente o deslocamento geográfico (Salvador, área portuária, Cidade Nova) também exprime uma transposição simbólica, o mais forte não era a territorialidade física e sim a energia que dela emana capaz de unir os membros. “Esse é um recurso para garantir o espaço de uma cultura constantemente ameaçada” (VELLOSO, 1990, p. 225).

Uma importante personagem da Pequena África era Hilária Batista de Almeida, mais conhecida como Tia Ciata (SILVA, B. 2015). Na grande família, baseada em laços étnicos, as tias baianas assumem o papel de matriarcas: elas estão a par de tudo, preocupando-se com todos, são elas que decidem, providenciam e batalham no dia a dia.

As mulheres davam conselhos, mediavam conflitos, administravam os poucos recursos, organizavam as festas, conheciam as rezas e o poder das ervas medicinais. A cultura negra, o samba, o carnaval e a culinária foram ganhando espaço na sociedade, os códigos culturais começaram a se entrecruzar, ainda que de forma precária. A casa da tia Ciata atraía muitos músicos, intelectuais e pessoas da classe média carioca, como Pixinguinha, Heitor dos Prazeres, João da Baiana, João do Rio e Mário de Andrade (VELLOSO, 1990). A alta sociedade passou a se interessar pela consulta com os “feiticeiros” africanos, como eram chamados aqueles ligados aos cultos afro-brasileiros, da mesma forma que se interessavam em assistir a um pagode na casa da Tia Ciata (MOURA, 1995). Os brancos eram aceitos nas festas, mesmo os membros da elite não eram malvistas ou responsabilizados pela escravidão, fato ainda recente na época (SILVA, B. 2015). É na Praça Onze, precisamente na casa da Tia Ciata, que, em 1916, surge o samba, cuja primeira música se chama *Pelo telefone*, fruto de uma composição coletiva.

A Pequena África não existe mais fisicamente, hoje ela é somente um espaço de memória das experiências vividas para os grupos que ali residiram, isso porque, na década de 1940, a Praça Onze foi parcialmente demolida para a construção da Avenida Presidente Vargas e, posteriormente, em 1980, devido à chegada do metrô. A região que compreendia a Praça Onze hoje não tem mais o seu traçado original. No espaço onde se localizava a Pequena África foi construído o Monumento ao Zumbi, a escola municipal Tia Ciata, o sambódromo e o terreirão do samba, isso pode ser entendido como uma forma de luta pela significação e preservação do espaço. A demolição da Praça Onze foi marcada por protestos por parte da comunidade negra. No carnaval de 1941, a marcha *Praça Onze*, de Herivelto Martins e Grande Otelo, foi

composta como forma de protesto contra sua demolição, outras composições também foram escritas para o mesmo fim (SILVA, B. 2015, p. 57-88). Segue abaixo um trecho da música *Praça Onze*:

Adeus, minha Praça Onze, adeus
Já sabemos que vais desaparecer
Leva contigo a nossa recordação
Mas ficarás eternamente em nosso coração

O que parece não ter ocorrido com os judeus, posto que, ao que tudo indica, saíram sem reclamar, muitos na verdade já haviam deixado a Praça Onze (SILVA, B. 2015, p. 87-88). Os judeus também expressam suas experiências vividas na região, não da mesma forma que os negros, visto que os judeus não frequentam a Praça Onze e não há indícios de sua cultura no local. Conquanto, um grupo de judeus se reúne todo ano num clube judaico da Zona Sul, no chamado almoço da Praça Onze, para relembra-rem os velhos tempos. Dessa forma, a Praça Onze continua viva na memória dos grupos que ali moraram e de seus descendentes. Através das memórias, negros e judeus atribuem e mantêm significado ao lugar (RIBEIRO, 2009).

A comunidade negra é caracterizada pela resistência subterrânea, não sendo comum um confronto direto com o poder, é através das brechas que se colocam na sociedade, sendo incansáveis na luta do cotidiano (VELLOSO, 1990). Durante as transformações na capital, a cidade passou não só por uma transformação física, como também simbólica. A comunidade da Pequena África é um exemplo de uma comunidade que resistiu à tentativa de europeização e aburguesamento da cultura, pois ela vivia de uma maneira diferente do restante da cidade. Distante dos padrões desejados pela elite e pela classe dirigente, os negros estavam voltados para a África, mesmo essa África sendo

distante ou construída no imaginário.

A Revolta da Vacina

O Rio de Janeiro, no início do século XX, passava por graves problemas urbanos: precário sistema de água e esgoto, lixo na rua, habitações populares insalubres e superpovoadas, um ambiente ideal para a proliferação de doenças como a febre amarela, a peste bubônica e a varíola (Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006). Reformar o porto, realizar a reforma urbana e sanitária eram os três principais objetivos do governo federal comandado por Rodrigues Alves. Como bem salienta Sevcenko (2010, p. 65): “De que adiantaria reformar o porto e replanejar a cidade, se ninguém quisesse atracar no primeiro nem adentrar na segunda?”

No dia 28 de junho de 1904, o anteprojeto da vacinação obrigatória contra a varíola foi mandado ao Congresso, ocorreram debates no Congresso e na Imprensa, envolvendo positivistas, oficiais do Exército e líderes operários. A oposição tentou impedir o seu andamento, o que não deu certo, e, em 31 de outubro de 1904, foi aprovada a lei da vacina obrigatória antivariólica em todo país (BENCHIMOL, 1992). Com a aprovação da lei, coube ao Departamento de Saúde Pública, chefiado por Oswaldo Cruz, determinar os procedimentos por meio de um decreto, definindo normas, métodos e recursos para sua aplicação (SEVCENKO, 2010).

No dia 9 de novembro de 1904, o jornal *A Notícia* publicou um plano de regulamentação da vacina obrigatória contra a varíola elaborado por Oswaldo Cruz. Foi esse fato que gerou uma reação contra o decreto por parte da população, da imprensa e da oposição parlamentar, culminando na Revolta da Vacina. Os termos eram rígidos, abran-

giam desde recém-nascidos até idosos, impunha vacinação, exames e reexames, sendo necessário a obediência incondicional, o objetivo era uma campanha rápida (SEVCENKO, 2010).

No dia 10 de novembro, ocorreram os primeiros choques entre a população e a polícia, que reprimia com vigor os distúrbios (PEREIRA, 1992). A população foi às ruas protestar contra a medida, enfrentando a Polícia, o Exército, a Marinha e o Corpo de Bombeiros, visto que somente a força policial não conseguia dar conta do motim. A revolta se deu em grande parte na área central da cidade, sobretudo nos bairros da Gamboa e da Saúde. A Revolta da Vacina não durou muito. No dia 16 de novembro de 1904, a obrigatoriedade da vacina foi revogada, permanecendo, entretanto, conflitos isolados. O resultado do conflito não se sabe com precisão, certamente saíram muitos mortos e feridos, foram cerca de 1.000 presos, sendo metade deportados para o Acre, território recém-conquistado da Bolívia, e estrangeiros foram banidos do país. Os militares foram presos, a Escola da Praia Vermelha foi fechada, os cadetes desligados do Exército e exilados para regiões de fronteira (Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006).

O projeto de lei da obrigatoriedade da vacina continha cláusulas rigorosas, como multas aos refratários e exigência de atestado para matrículas em escolas, acesso a empregos públicos, casamentos e viagens. A campanha de vacinação envolvia violência praticada pelas autoridades de Saúde Pública e pelos vacinadores, as Brigadas Sanitárias entravam nas casas das pessoas e as vacinavam à força, recorrendo, caso necessário, ao uso da força policial (Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006, p. 19-33). O método de vacinação era considerado violento, a vacina e seus aplicadores pouco confiáveis. Em geral, os opositores da campanha de vacinação contra a varíola

reconheciam a utilidade da vacina, apesar de não concordarem com a caráter compulsório e com suas formas de aplicação (SEVCENKO, 2010).

A população desconhecia os efeitos da vacina e os temia, somado a isso, jornais de oposição noticiavam casos de efeitos colaterais que possivelmente foram causados pela vacina. Além disso tudo, existia a exposição e manipulação de partes íntimas do corpo feita por estranhos, numa época em que certas partes do corpo não eram sequer mostradas em público (SEVCENKO, 2010). De fato, a vacinação era considerada um atentado ao pudor das mulheres, que teriam que desnudar os braços ou se despirm diante dos vacinadores, ainda por cima, jornais de oposição noticiavam que a vacina seria aplicada nas nádegas (Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006).

Como ficará demonstrado, a lei catalisou a fusão de forças sociais díspares contra o governo, culminando em duas revoltas superpostas, mas de naturezas diferentes, na qual a historiografia chamou de Revolta da Vacina. Para Bóris Fausto, a Revolta da Vacina é um exemplo de protesto policlassista (BENCHIMOL, 1992).

O pretexto imediato da Revolta da Vacina foi a campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, porém, por um longo tempo, setores de oposição política já vinham articulando um golpe contra o governo. Essa oposição era composta por dois grupos: pelos republicanos, os jacobinos (referindo-se aos civis) e florianistas (referindo-se aos militares); e pelos monarquistas. O plano de tomar o poder era dos republicanos e foi financiado pelos monarquistas como Afonso Celso, Candido de Oliveira, Andrade Figueira e Visconde de Ouro Preto (SEVCENKO, 2010). Isso significa que a rejeição à obrigatoriedade da vacina também teve por trás um objetivo político, tomar o poder, planejado pelos republicanos que não viam o país como a

República ideal, e foi financiado pelos monarquistas, afastados do poder desde a Proclamação da República. Para os republicanos tomar o poder significava refundar a República, e para os monarquistas significava retomar o poder que haviam perdido. Esses segmentos tentaram se aproveitar do descontentamento da população em prol de um projeto político próprio, ajudando a desencadear a revolta através de discursos acalorados e da própria imprensa, buscando liderar os rebeldes, só que o movimento popular tomou seu próprio rumo.

O golpe estava previsto para o dia 15 de novembro por duas razões: posto que o objetivo era refundar a República baseada nos ideais dos fundadores, principalmente Benjamin Constant e de seus discípulos da Escola Militar da Praia Vermelha, a data da Proclamação da República era ideal. Eles retornariam o verdadeiro espírito republicano perdido com os governos civis de Prudente Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves, acusados de privilegiar os fazendeiros e cafeicultores paulistas. O segundo motivo era que nessa data haveria o desfile militar para comemorar a data cívica, o general Silvestre Travassos, um dos líderes do golpe, comandaria as tropas em parada e incitaria a revolta. O que eles não contavam era que as reações populares afetariam seus planos, uma vez que por conta disso, o desfile foi cancelado (SEVCENKO, 2010, p. 43). Isso de acordo com a história oficial, é possível que o plano já tivesse sido descoberto pelo governo.

No dia 14 de novembro, os militares se reuniram para decidir o que fazer diante das novas circunstâncias, decidiram então marchar rumo ao Catete junto com os alunos das escolas militares, depor o presidente e estabelecer um novo regime, segundo o modelo positivista. O governo ficou sabendo do plano e reforçou sua sede administrativa, o golpe acabou não dando certo. Em síntese: houve tanto um motim popular quanto uma sedição militar (SEVCENKO, 2010, p. 43-46). Em

parte, o motim popular obteve sucesso, a obrigatoriedade da vacinação antivariólica foi revogada e a população demonstrou que é capaz de se rebelar, já os militares não obtiveram êxito no plano de tomar o poder.

Se, por um lado, a revolta da população foi incitada pelos republicanos, monarquistas, parlamentares, militares e positivistas que queriam tomar o poder e já vinham articulando um plano, evidenciando que essa manifestação de resistência não foi totalmente espontânea e, em alguma medida, foi manipulada por esses grupos. Por outro lado, a população acabou por fugir parcialmente da tentativa de controle e direcionamento de suas ações. Mesmo que os grupos já citados tenham convocado um movimento de contestação em prol de um projeto político, o movimento tomou seu próprio rumo, inclusive afetando o plano inicial, que era de tomar o poder durante o desfile cívico de 15 de novembro de 1904. Ainda que a população tenha sido manipulada para dar início a uma revolta, isso não significa que seus interesses não estivessem alinhados em alguma medida com as reivindicações do movimento, que oficialmente era contra a lei de vacinação obrigatória antivariólica, mas, que, na verdade, catalisava um descontentamento com todas as transformações que estavam acontecendo na cidade e na vida da população.

Um fator de ordem cultural contribui para a rejeição à vacina, os negros, que representavam grande parte da população do Rio de Janeiro, recorriam às práticas tradicionais de curandeiros e suspeitavam da medicina dos brancos. Outrossim, a população negra descendente dos povos bantos e iorubás acreditavam que as epidemias de varíola eram um castigo do orixá Omolu ou Obaluaiê, considerando a doença até uma forma de purificação pelos pecados cometidos. Pelos motivos já apontados, os seguidores do candomblé não tinham muita

confiança na vacina e acreditavam ser necessário se opor a ela (Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006). Vale mencionar que a revolta não se deu apenas como uma reação à campanha de vacina obrigatória, esta foi somente a gota d'água de um descontentamento muito maior, que abrangia as reformas urbana e sanitária em curso na capital, dirigidas por Pereira Passos, Oswaldo Cruz e Rodrigues Alves. Enfim, devido a um conjunto de fatores que não só agravavam as condições de vida da população como colocavam em questão a sua própria maneira de viver.

A maior parte dos participantes da Revolta da Vacina eram baianos. O bairro da Saúde, local principal de moradia da “baianada”, foi um dos pontos da cidade em que a revolta tinha mais força (VELLOSO, 1990). Não é à toa que o personagem mais marcante da história de resistência da Revolta da Vacina foi o estivador e capoeirista José Horácio da Silva, mais conhecido como Prata Preta. Ele lutou até os últimos dias na Revolta da Vacina, segundo a imprensa, foram necessários cinco homens para prendê-lo, não se sabe ao certo que destino ele teve (SEVCENKO, 2010).

Perante tudo exposto, fica demonstrado que a recusa à vacinação se dava por motivos de várias ordens: cultural, moral, político e por uma rejeição ao projeto de modernização imposto e baseado em valores burgueses e europeus, valores estes que nada tinham a ver com uma população heterogênea, da qual grande parte detinha valores voltados para a África.

Durante a Revolta da Vacina, foi utilizada com grande intensidade e amplitude a violência policial, não direcionada somente às pessoas que realmente participaram da revolta, e sim de uma forma geral aos pobres, os sem moradia, sem emprego e sem documento. O que importava não era definir os culpados, investigar os suspeitos e nem jul-

gar os acusados, mas remover da cidade o excedente humano com potencial turbulento, algo que preocupava as classes governantes e a elite. As autoridades buscavam difamar os participantes do movimento com o fim de justificar sua ação violenta: de um lado, havia os representantes da ordem e, do outro, do caos. Os suspeitos detidos e aprisionados durante a Revolta da Vacina sofreram violência física, cujo objetivo era colocar medo entre as vítimas das violências, facilitando a investigação e o controle dos presos, com isso, durante o processo, inevitavelmente, marcavam os corpos dos acusados (SEVCENKO, 2010, p. 98-107). Nas palavras de Sevcenko (2010, p. 107): “Era como uma ficha criminal gravada no próprio corpo dos detidos, que poderia ser consultada para identificá-los a qualquer momento, bastando para isso desnudá-los”.

As pessoas foram deportadas para o Acre sob o pretexto da necessidade de suprir mão de obra da produção de borracha. Numa época em que o governo incentivava a imigração estrangeira europeia, deportar essas pessoas para o Acre se mostrou contraditório. Isso aconteceu porque tratava-se de pessoas dispensáveis, incontrolláveis e incômodas (SEVCENKO, 2010, p. 103-105). Cabe lembrar que parte dos deportados morreu durante a viagem ou na floresta amazônica. Os desterrados não tinham sequer uma condenação judicial ou até mesmo participação na revolta. Essas pessoas não se adequavam ao *status quo* dos governantes e da elite por conta de seu emprego informal, por residir em cortiços, por seu potencial de revolta e pela prática de atividades ilegais como capoeira, roubos, furtos, jogo do bicho e prostituição.

O processo de modernização ocorrido no Rio de Janeiro no início do século XX teve enormes custos sociais, humanos e econômicos que recaíram sobre as classes populares. A Revolta da Vacina foi o

maior motim da história do Rio de Janeiro (Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006). Nas palavras de Sevcenko (2010, p. 93): “A revolta não visava o poder, não pretendia vencer, não podia ganhar nada. Era somente um grito, uma convulsão de dor, uma vertigem de horror e indignação”.

As disputas judiciais

A disputa judicial é uma manifestação de resistência que se deu no âmbito institucional-legal, demonstrando que resistência não acontece apenas de uma maneira subterrânea, a resistência contra o Estado também acontece dentro dele. Muitos trabalhos não reconheceram a possibilidade de resistência e muito menos de resistência institucional-legal. Na contramão a tudo isso, os processos judiciais apontam para a Justiça como um possível espaço de luta por direitos em meio às transformações urbanas. Cabe lembrar que os processos aos quais o presente trabalho se refere são encontrados no Acervo Arquivístico da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, onde estão os processos da Justiça Federal, e no Arquivo Nacional, onde estão os processos da Justiça Sanitária, incluindo processos criminais e cíveis.

O Juízo dos Feitos da Saúde Pública, nome oficial da Justiça Sanitária, foi criado em 1904 como uma instância própria do Judiciário para deliberar e julgar as questões sanitárias no Distrito Federal. A Justiça Sanitária compreendia ações cíveis e criminais: nas ações criminais, a Diretoria Geral de Saúde Pública move os processos contra os infratores do Regulamento Sanitário; nas ações cíveis, é a população que recorre à Justiça Sanitária contra a Saúde Pública ou contra a própria Justiça Sanitária para contestar ações das autoridades sanitárias, dessa maneira, é autora dos processos e não ré deles (QUEIROZ,

2008).

Tabela 2: Distribuição dos processos criminais e cíveis da Justiça Sanitária por anos e tipos de ganhos para os acusados

Período	Número de processos criminais	Número de processos cíveis	Número total de processos	Percentual de ações criminais com algum tipo de ganho
1904 a 1906	742	17	759	36,8
1906 a 1907	748	2	750	54,4
1907 a 1908	744	12	756	51
1908 a 1909	441	6	447	55
1909 a 1911	717	33	750	58
1911 a 1912	251	19	270	37
Total	3.643	89	3.732	49,7

Fonte: QUEIROZ, 2008, adaptado pela autora.

Por meio da *Tabela 2*, é possível observar que o número de processos em que a população foi ré na Justiça Sanitária é muito maior. Por outro lado, é bem significativo o número de ações criminais em que a população obteve algum ganho, que vai desde absolvições até reduções de multa. Isso demonstra que um alto percentual de ações em que a população era ré no processo não impossibilitou que ela conseguisse algum ganho com eles. Tal como Queiroz (2008), defendo que tanto as ações cíveis como as ações criminais foram um canal de resistência e luta utilizados pela população, embora à primeira vista pareça que apenas nos processos cíveis existia essa possibilidade.

A Justiça Sanitária foi criada para julgar as pessoas que infringissem o Regulamento Sanitário na cidade do Rio de Janeiro. O Regulamento Sanitário, por exemplo, regulava as ações da polícia sanitária nos domicílios e as funções de notificações, isolamento, desinfecção e vigilância médica do serviço de profilaxia geral de doenças infecciosas. Ademais, podia interditar e desocupar prédios para realizar ex-

purgos, desinfecções e melhoramentos considerados necessários, em casos de contágio, más condições de higiene e aglomerações de moradores (CANTISANO, 2015).

A Justiça Sanitária foi criada para agilizar as transformações empreendidas na capital, e não como uma instância que tinha por finalidade ser um canal de defesa da população. Mesmo essa instância tendo sido criada para um determinado fim, não impossibilitou que a população se apropriasse dela de outro modo. Como demonstrado na *Tabela 2*, quase metade das ações criminais nessa instância tiveram um parecer favorável à população, mesmo que não tenham resultado numa absolvição, e, por mais que a população fosse ré no processo, isso significa que o objetivo de sua criação, em parte, falhou.

Muitas ações cíveis são respostas às ações criminais movidas na Justiça Sanitária. Na maioria dos casos, as ações criminais se referem às infrações sanitárias cujo réu entra com uma ação cível para provar que não cometeu uma infração sanitária e garantir seus direitos. Os processos cíveis representam uma pequena parcela dentro do total de processos na Justiça Sanitária. Dentre as ações cíveis, é a população mais abastada que, em geral, entra com o processo, isso se explica possivelmente pelo fato dos mais pobres não terem condições de arcar com as custas judiciais e advogados. Cabe lembrar que somente parte dos processos estavam disponíveis, impossibilitando uma análise mais precisa. Diferente dos processos cíveis, os réus dos processos criminais da Justiça Sanitária são compostos de pessoas de condições sociais e financeiras diversificadas (QUEIROZ, 2008). Evidenciando que os mais pobres foram levados até a Justiça Sanitária como réus nos processos criminais, entretanto, se aproveitaram dessa instância para lutar por seus direitos.

Duas estratégias de defesa nos processos criminais chamam a aten-

ção: a fuga do réu e a alegação de analfabetismo. Provavelmente, a fuga do réu foi uma forma dele não pagar a multa e nem de ir preso, de não se submeter às condições do Regulamento Sanitário ou de se opor às reformas urbana e sanitária. Algumas pessoas usavam essa estratégia de defesa peculiar que era fugir dos olhos das autoridades sanitárias, judiciais e policiais, assim, as punições das ações não tinham como ser aplicadas. Isso ocorria porque nem sempre se acreditava que os resultados seriam favoráveis ou se tinha dinheiro para contratar advogados e bancar as custas judiciais. O desaparecimento do réu pode ser considerado um tipo de ganho, visto que ele acabava não pagando a multa, não sendo preso e talvez até o processo era prescrito. Outra estratégia de defesa utilizada foi se recusar a assinar intimações de obras, comparecimento em juízo e outros documentos dos inspetores sanitários ou da Justiça Sanitária. Muitas vezes, a justificativa do réu para tal atitude era a alegação de analfabetismo (QUEIROZ, 2008, p. 132-133).

Na época, o índice de analfabetismo na capital era de 40% da população. De fato, não se sabe se essa alegação era uma mentira estratégica ou uma verdade que por vezes era conveniente de ser usada. Planejada ou não, houve casos em que essa estratégia deu certo e o processo acabou sendo prescrito. Nesse sentido, a alegação de analfabetismo também pode ser considerada um tipo de ganho (QUEIROZ, 2008, p. 134).

Mesmo a Justiça Sanitária sendo uma instância própria para julgar as questões sanitárias, as pessoas também recorriam à Justiça Federal. Isso acontecia porque as pessoas não queriam ficar à mercê dos agentes administrativos da Saúde Pública ou porque perderam suas ações na Justiça Sanitária e recorreram à Justiça Federal. Na Justiça Federal, os *habeas corpus* compreendem a maioria dos processos, são

inúmeros os processos contrários ao próprio Regulamento Sanitário sob alegação de inconstitucionalidade. A alegação estava fundamentada no fato do Regulamento Sanitário ter sido elaborado pelo poder Executivo. Além disso, havia a alegação de que o Regulamento fere a Constituição de 1891 sobre o direito à propriedade e à liberdade individual (QUEIROZ, 2008, p. 82-110). Os juristas argumentavam que a delegação de poderes legislativos ao Poder Executivo violava a separação de poderes (CANTISANO, 2015).

Edward Thompson (1997) fala de ambiguidade das leis, a mesma lei serviria para impor regras definidas por poucos para uma maioria, perseguindo e até criminalizando certos grupos ou atitudes, como também serviria para a população recorrer e conquistar vitórias. Thompson ainda fala do Direito como um instrumento, um espaço de mediação entre as classes, uma arena de lutas e de expressão de conflitos. A lei não deixa de ser uma tentativa de canalizar os conflitos da sociedade civil para o espaço do Estado.

Na visão marxista, as leis são procedimentos institucionalizados da classe dominante, Thompson não descarta essa possibilidade de se entender as leis, mas também não se limita a ela. Por conseguinte, o Direito seria um espaço de luta do qual podem surgir resultados imprevistos, possibilitando às pessoas das classes mais desfavorecidas conseguirem seus direitos por via legal. As pessoas recorriam ao Judiciário como um espaço de luta, pois, pelo menos teoricamente, todos eram iguais perante a lei. Se as leis foram criadas por representantes da classe dominante, pessoas das classes desfavorecidas poderiam usar as mesmas leis e instâncias decisórias ou ainda usar a mesma lei por meio de diferentes interpretações, entrando mais uma vez no paradoxo da lei. Por exemplo, as pessoas tanto recorriam à Constituição contra o Regulamento Sanitário quanto usavam o próprio Regula-

mento para defender seus direitos (THOMPSON, 1997 *apud* QUEIROZ, 2008).

Conforme Cantisano (2015), o Direito foi uma linguagem de resistência que se deu não só dentro dos tribunais como fora deles também. O uso da linguagem jurídica fora dos tribunais pelos mais pobres acabou por ampliar suas chances de resistência, porque não se pode negar que o Direito era um campo limitado como canal de resistência para a classe trabalhadora, nem todos podiam arcar com as custas judiciais e com advogados, isso em relação às ações cíveis. Mesmo o Direito sendo um campo limitado de atuação para a população mais pobre, ainda sim é uma possibilidade, nesse caso, principalmente nos processos criminais e fora dos tribunais.

Nas ações criminais a população poderia se defender e lutar por seus direitos, e ela fez isso por meio das mais variadas estratégias, como a fuga e a alegação de analfabetismo. O uso da linguagem jurídica significa que mesmo não recorrendo à Justiça, a população se utilizava de uma linguagem jurídica para evocar seus direitos constitucionais, mostrando que a população tinha uma consciência jurídica, por mais que limitada. Quando a população recorria à Justiça, nas ações criminais e cíveis, tinha que ter sua argumentação pautada no que era constitucional ou não, afinal estavam lutando por meio da via legal, se tornando necessário o uso da linguagem jurídica.

Parte da população desenvolveu uma consciência jurídica baseada na linguagem constitucional da inviolabilidade do lar através da cobertura jornalística dos casos (CANTISANO, 2015). Mesmo parte significativa da população sendo analfabeta, os casos ganhavam uma certa repercussão. Para José Murilo de Carvalho (2011), a intervenção estatal desagradou a elite que se baseava em conceitos liberais de direitos individuais, então, a elite liderou uma campanha moralizante

no Congresso e em jornais de oposição que visavam a adesão dos mais pobres contra a vacinação obrigatória. A elite difundiu a ideia de que os agentes sanitários invadiam as casas das pessoas para, nas palavras do romancista José Vieira, “inocular o veneno sacrílego nas nádegas das esposas e das filhas” (CARVALHO, 2011, p. 132 *apud* CANTISANO, 2015, p. 302). Isso demonstra que, em alguma medida, as manifestações de resistência da população, dentro e fora dos tribunais, foi direcionada pela elite e pela classe governante. Mesmo a elite tinha a possibilidade de ter um direito constitucional infringido.

Aparentemente, recorrer à Justiça é uma forma conservadora, dado que o uso da lei está em oposição a uma ação drástica como uma revolução, e constitui-se no uso da negociação, todavia, seu conteúdo continua rebelde, ou seja, de resistência. Para quem acredita que a revolução é uma meta para os trabalhadores, de fato isso parece um retrocesso, por outro lado, representa um ganho, ainda que pequeno (QUEIROZ, 2008). Vale ressaltar que a Revolta da Vacina ocorreu meses depois da instituição do Regulamento Sanitário e da Justiça Sanitária, isso significa que a lei e a Justiça não impediram que se tivesse um motim, outra forma de luta vista como revolucionária, mais legítima e adequada para a classe trabalhadora.

O Direito e o planejamento urbano estão intimamente relacionados, ambos representam ideias sobre como as coisas devem ser e se baseiam na crença de que sociedades e cidades podem ser ordenadas. Os planos urbanos também são implementados através de leis e decretos, em virtude disso, o Direito é um instrumento do planejamento urbano. Os planos urbanos não são capazes de determinar totalmente a realidade que se pretende modificar, existe uma assimetria entre o planejamento e a implementação que ocorre pelos mais variados motivos: devido à falta de recursos, negociações, atos de resistência e até

grandes revoltas, revelando o descontentamento da população com o ideal de cidade planejada. De forma similar, isso também acontece com a lei, existindo uma distância entre ela e sua realização, nessa distância existem procedimentos e costumes que limitam sua eficácia (CANTISANO, 2016).

O Direito, que era um instrumento para a realização do plano urbano, foi transformado em um canal de resistência e adaptação inserido entre o plano e a realidade. O Direito e a cidade se modificaram mutuamente. De um lado, a cidade foi moldada por conceitos, práticas e instituições jurídicas, estas abriram caminho e impuseram limites ao plano urbano. Os processos judiciais, por exemplo, impactaram na geografia urbana da cidade, posto que prédios condenados à demolição permaneceram de pé. Por outro lado, a cidade mudou o Direito, uma vez que os conflitos que surgiram do processo de transformação urbana deixaram marcas na conceituação e prática do Direito. Isso porque a história do Direito não se resume às leis e decretos, pelo contrário, práticas, instituições e conceitos jurídicos são dinâmicos (CANTISANO, 2016).

Considerações finais

Diante de tudo apresentado, como bem aponta Sevcenko (2010), fica claro para quem o programa de modernização implementado na capital era destinado e às custas de quais sacrifícios e sacrificados.

Diferente da visão maniqueísta e funcionalista da historiografia, não se trata de uma visão binária dos fatos, de um lado, o capital e o Estado e, do outro, a população excluída, tendo o Estado e o capital conseguido implementar o projeto urbanístico-sanitário e saído vencedores na história. A história da Reforma Urbana Pereira Passos

é composta por uma trama múltipla de relações e não dual, diversos interesses estavam em conflito durante as transformações na capital. Na verdade, houve um campo de disputas mais complexo do que a dualidade apresentada pela historiografia, que se deu em diferentes níveis, com derrotas e vitórias para ambos os lados, é claro que havia uma assimetria na detenção de poder, e que, portanto, a luta foi desigual. Como demonstrado, as reformas não impediram que a população excluída e mais destituída de poder lutasse e obtivesse vitórias significativas.

Para que a nova imagem pretendida para a capital ganhasse legitimidade e eficácia, outra imagem de cidade deveria ser extirpada e negada. O que estava em questão era uma tentativa de europeização, e conseqüentemente a negação de uma brasilidade que representava a diversidade cultural e étnica. Como bem tratado por Freire-Medeiros (1993), a elite e a classe dirigente que buscava pôr fim ao Brasil colonial e atrasado não pôs fim às velhas estruturas do poder. Uma elite que procurava se identificar com a modernidade, a civilização e o progresso, defendendo valores igualitários e liberais, não pôs fim às hierarquias e aos privilégios. Adotou uma política não dialógica para realizar as reformas urbana e sanitária que, a seu ver, se faziam necessárias.

A Revolta da Vacina é considerada uma manifestação de resistência clássica, no entanto, está longe de ser a única manifestação de resistência e a forma mais legítima dela, outras manifestações de resistência contra Rodrigues Alves, Pereira Passos e Oswaldo Cruz se fizeram presentes, manifestações menos visíveis, e não, por isso, menos legítimas e eficazes. Como evidenciado, o motim não foi a única forma de manifestação e a rua não foi o único lugar, a população se manifestou e se opôs contra o projeto urbanístico-sanitário através dos

tribunais, por meio de sua cultura e de um novo *habitat* que surgia na cidade: a favela.

O objetivo do presente trabalho foi resgatar a dívida com a população excluída que não participou da construção oficial da história da qual fez parte, não relatando sua versão dos fatos, uma história de luta e resistência, silenciada primeiro pelos vencedores da história e posteriormente pelos intelectuais. Os primeiros os silenciaram por excluírem-nos da construção da história, prevalecendo a sua versão; os segundos por tentarem relatar uma versão dos subalternizados, mas uma versão que os apresentou como inertes. Desse modo, resgatar a dívida significa demonstrar que a população não foi passiva. Outro objetivo foi ampliar a percepção de como a resistência é entendida, reiterando, mais uma vez, que a resistência não deve ser pensada apenas como sinônimo de revolução. Resistência são as diversas formas que a população encontra para lutar contra aquilo que lhe oprime, essas manifestações de resistência se dão em pequenas ações da vida cotidiana, não depende somente de grandes revoltas e mobilizações. A população criou uma série de estratégias de reação contra esse regime, ainda que, em parte, algumas dessas estratégias de reação fossem incitadas e dirigidas pela classe governante e pela elite e não tivessem sido totalmente planejadas pela população.

Embora haja uma grande literatura sobre o tema tratado, ainda há muitos campos que precisam ser explorados, espero que esse trabalho tenha contribuído nesse sentido, de apresentar novos caminhos e possibilidades.

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas do Rio de Janeiro. *Espaço & debates*, São Paulo, n. 37, v. 14, p. 34-46, 1994.

_____. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. *Revista Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 161-177, 2003.

ABREU, Maurício de Almeida; VAZ, Lilian Fessler. Sobre as origens da favela. In: IV Encontro Nacional da ANPUR, 1991, Salvador. *Anais do IV Encontro Nacional da ANPUR - Novas e Velhas Legitimidades na Reestruturação do Território*. Salvador, 1991.

ASSUMPÇÃO, Erick Araujo; SCHRAMM, Fermin Roland. Uma batalha urbana: poder e resistência na cidade do Rio de Janeiro. *Inquietude*, Goiânia, n. 2, v. 3, p. 122-143, 2012.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussmann tropical*. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Rio de Janeiro (Distrito Federal)* realizado em 20 de setembro de 1906. Rio de Janeiro: Oficina de Estatística, 1907.

CANTISANO, Pedro Jimenez. Lares, tribunais e ruas: a inviolabilidade de domicílio e a Revolta da Vacina. *Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, n. 11, v. 6, p. 294-325, 2015.

_____. Direito, propriedade e reformas urbanas: Rio de Janeiro, 1903-1906. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 58, v. 29, p. 401-420, maio/ago. 2016.

DE DECCA, Edgar Salvadori. A produção do silêncio e a supressão do novo. In: _____. *1930 – O silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 31-70.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca. O sonho de ser Paris: Rio de Janeiro e Buenos Aires na virada do século. In: XII Congresso Anual da Associação Nacional de Estudos Urbanos e Regionais, 1993, Belo Horizonte. *Anais do*

XII Congresso Anual da Associação Nacional de Estudos Urbanos e Regionais. Belo Horizonte, 1993.

MOURA, Roberto. *Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de. Cidadania e reformas urbanísticas no Rio de Janeiro: a Reforma Pereira Passos (1902-1906). In: XI Encontro Nacional da ANPEGE, 2015, Presidente Prudente. *Anais do XI Encontro Nacional da ANPEGE – A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação*. Presidente Prudente, 2015.

PECHMAN, Sérgio; FRITSCH, Lilian. A reforma urbana e o seu avesso: algumas considerações a propósito da modernização do Distrito Federal na virada do século. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 8/9, v. 5, p. 139- 195, set.1984/abr.1985.

PEREIRA, Sônia Gomes. *A reforma urbana de Pereira Passos e a construção da identidade carioca*. Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 1992.

QUEIROZ, Eneida Quadros. *Justiça sanitária: cidadãos e judiciário nas reformas urbana e sanitária – Rio de Janeiro (1904–1914)*. 2008. 136f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

RIBEIRO, Gladys Sabina. Cidadania e luta por direitos na Primeira República: analisando processos da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal. *Tempo*, Revista do Departamento de História da UFF, v. 22, p. 101-117, 2009.

ROCHA, Oswaldo Porto. *A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro, 1870-1920*; CARVALHO, Lia de Aquino. *Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro, 1886-1906*. 2 ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1995.

SANTANA, Fabio Tadeu de Macedo; SOARES, Marcus Rosa. Reformas Passos: cem anos de uma intervenção excludente. In: XII Encuentro de geógrafos de América Latina, 2009, Montevideu. *Anais do XII Encuentro de Geógrafos de América Latina – Caminado por una América Latina en Transformación*. Montevideu, 2009.

Secretaria Especial de Comunicação Social. Prefeitura do Rio de Janeiro.

1904 – *Revolta da Vacina: a maior batalha do Rio*. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2006. (Cadernos da Comunicação – Série Memória).

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SILVA, Beatriz Coelho. *Negros e judeus na Praça Onze: a história que não ficou na memória*. Rio de Janeiro: Bookstart, 2015.

SILVA, Lucia. Freguesia de Santana na cidade do Rio de Janeiro. Territórios e etnia no último quartel do século XIX. *Revista eletrônica do centro interdisciplinar de estudos sobre a cidade*, Campinas, n. 10, v. 7, p. 262-281, jan./ago., 2015.

VALLADARES, Lícia do Prado. A gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 44, v. 15, p. 5-34, out./2000.

VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 6, v. 3, p. 207-228, 1990.

Resumo:

A Reforma Urbana Pereira Passos aconteceu entre 1902 e 1906 durante a gestão do presidente Rodrigues Alves e do prefeito Pereira Passos, e representou a primeira grande intervenção no espaço urbano do Rio de Janeiro. O presente estudo, que consiste em uma pesquisa bibliográfica, tem como tema principal abordar diversas manifestações de resistência que ocorreram durante a transformação na capital. O objetivo é demonstrar que diferente do retratado pela historiografia, a população não assistiu às mudanças que ocorreram na cidade e em suas vidas bestializados. A população lutou por meio de diversas estratégias dentro de seu campo de possibilidades para barrar o projeto urbanístico-sanitário em curso. Nesse sentido que resistência deve ser percebida, as manifestações de resistência acontecem na vida cotidiana, elas não dependem somente de grandes mobilizações.

Palavras-chave: Reforma Urbana Pereira Passos; Rio de Janeiro; resistências.

Abstract:

The Pereira Passos Urban Reform happened between 1902 and 1906 during the management of president Rodrigues Alves and of mayor Pereira Passos, and represented the first major intervention in the urban space of Rio de Janeiro. The present study, that consists in a bibliographical research, has as main theme to approach several manifestations of resistance that occurred during the transformation in the capital. The objective is to demonstrate that unlike of the portrayed by historiography, the population didn't see the changes that happened in the city and in their lives, "bestializados" stunned. The population fought by means of various strategies within its field of possibilities to bar the Urban-Sanitary Project underway. In that sense that resistance should be perceived, manifestations of resistance happen in everyday life, they do not depend only on large mobilizations.

Keywords: Pereira Passos Urban Reform; Rio de Janeiro; resistances.

Recebido para publicação em 15/08/2017.

Aceito em 15/08/2018.

O impeachment de Dilma Rousseff na Câmara dos Deputados

Maurício Michel Rebello

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil
mmrebello@yahoo.com.br

Gustavo Giora

Universidade Federal da Fronteira Sul, Brasil
gustavo.giora@uffs.edu.br

Cláudio Júnior Damin

Universidade Federal do Pampa
superdamin@terra.com.br

Introdução¹

Em 2016, o Brasil viveu a sua maior crise política desde a redemocratização. Já no início do segundo mandato de Dilma Rousseff, seu governo perdeu a popularidade que a elegeu em outubro de 2014. A avaliação negativa (ruim/péssimo), segundo o Datafolha, em fevereiro de 2015, estava em 42%, mantendo uma média de 62% desde

1. Agradecemos imensamente às contribuições dos pareceristas, que foram de fundamental importância na melhora do artigo.

então².

Depois de 13 anos no comando da Presidência da República, o Partido dos Trabalhadores (PT) entrou em atrito com várias forças políticas que outrora estavam, se não associadas, resignadas com a sua posição política. Assim, algumas camadas sociais foram às ruas, em várias partes do país, pedir o impeachment da presidente. Algumas instituições, tais como segmentos do Judiciário, Ministério Público Federal, Polícia Federal, Meios de Comunicação entraram em disputa com o governo federal, principalmente por meio da Operação Lava-Jato. Além destas organizações, outros atores sociais como o empresariado, os sindicatos, a OAB, também tiveram parte neste processo. Mesmo ressaltando a participação destes atores, o intuito deste artigo não recai sobre eles, e sim, sobre os partidos políticos e a Câmara de Deputados.

A relação do PT com outros partidos e atores políticos sempre foi alvo de muito debate na ciência política brasileira (Lamounier e Meneguello, 1986; Meneguello, 1989; Kinzo, 1993; Samuels, 2008; Ribeiro, 2009; Amaral, 2011). Até meados da década de 1990, o PT era avesso a coligações com outros partidos além do campo da esquerda (Krause e Godoi, 2010). A partir de 1997, no entanto, sua massificação foi aumentando, cujo ápice foi a eleição presidencial de 2002, na qual José Alencar, do PL, veio a ser o vice-presidente da chapa que elegeu Lula.

O debate interno dos possíveis ônus e bônus de uma ligação com partidos de centro e de direita ficou no passado, principalmente quando o PMDB, no final de 2003, veio a compor uma aliança vitoriosa até 2015. Evidentemente, houve atritos neste período entre as duas maiores legendas brasileiras, mas ainda assim ela foi a base de sustentação

2. datafolha.folha.uol.com.br, acesso em 13/05/2016.

da coalizão nos governos petistas.

A partir de 2015, com a queda da popularidade presidencial, o desgaste entre PMDB e PT ficou cada vez mais explícito, culminando com a saída do PMDB do governo em Convenção realizada em março de 2016. Tal rompimento foi fundamental para o prosseguimento da abertura do processo de impeachment, iniciado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB). A partir de abril, os movimentos políticos, muito rápidos, reorganizaram o sistema partidário brasileiro, culminando com a aceitação pelo Plenário da Câmara do parecer da Comissão Especial do Impeachment em 17 de abril de 2016, e por um placar francamente desfavorável à presidente da República³.

O artigo busca encontrar, a partir de uma regressão logística, as variáveis capazes de prever o resultado da votação no Plenário e que teve como consequência a autorização para a instauração de impeachment contra a petista Dilma Rousseff.

As questões que seguem são: quais os fatores que levaram os deputados federais a aprovar o parecer? Como, em um período tão curto, partidos que eram base de sustentação no Congresso – inclusive com Ministérios – foram para a oposição? Quais as variáveis que ajudam a explicar tal comportamento? Será que os partidos políticos formaram forças suficientes para ser o único elemento explicativo? O que explica as defecções e os votos contrários da orientação da liderança? Tais perguntas serão o guia deste artigo.

3. O parecer que culmina com o impeachment da presidente foi alvo de longo debate jurídico no Brasil. Em resumo, segundo o relatório aprovado em plenário, a presidente teria realizado créditos suplementares no orçamento público sem a devida autorização do Legislativo. Além disso, o próprio Tribunal de Contas da União (TCU) se disse contrário a algumas operações financeiras realizadas pelo governo Dilma Rousseff. Apesar do grande debate acerca do crime de responsabilidade cometido ou não pela Presidência da República, não é nosso objetivo discutir o processo aqui.

O artigo está dividido em três partes: primeiramente, realizamos uma discussão acerca do sistema partidário e sua relação com o governo federal, mostrando como o institucionalismo possui um amplo leque explicativo de como se comportam os partidos e os deputados. Depois, a partir da votação do dia 17/04, realizaremos uma análise dos votos dos deputados por meio de uma análise quantitativa: o que explica o voto sim ao impeachment? Por fim, tecemos algumas conclusões.

Partidos, governos e ideologias no Brasil

Há diversas interpretações do chamado presidencialismo de coalizão (Abranches, 1988). Em sentido clássico, nossa estrutura social heterogênea incentiva a uma fragmentação de partidos políticos (SANTOS, 2007), gerando uma necessidade de articulação que envolve a formação de governos a partir de gabinetes ministeriais. Tais gabinetes envolvem tanto a questão partidária como a regional (ABRANCHES, 1988). Do ponto de vista ministerial, todos os partidos políticos, desde a redemocratização, realizaram governos de coalizões (AMORIM NETO, 2007; MENGUELLO, 1998). Até mesmo Collor realizou um governo de coalizão, ainda que minoritário (SALLUM JR, 2015).

A heterogeneidade dos partidos políticos também ocorre em nível ideológico. O debate sobre ideologias partidárias abrange um conjunto amplo de estudos na ciência política, desde aqueles mais vinculados à sociologia política àqueles mais vinculados à escolha racional (LIPSET; ROKKAN, 1967; DUVERGER, 1970; BARTOLINI, 2000; DOWNS, 1999). Nas últimas décadas, tornou-se comum analisar os partidos sobre outra ótica, já que a sua presença ideológica,

em diversos campos (políticas públicas, eleições, recrutamento, bases sociais, recursos financeiros, coligações, coalizões) se tornou mais tênue, criando um universo de significados na literatura internacional – *catch-all*, profissionais-eleitorais, democracia do público, cartéis, entre outros (KIRCHHEIMER, 1966; MANIN, 1995; KATZ E MAIR, 1997; MAIR, 2003; GUNTHER E DIAMOND, 2003; PANE-BIANCO, 2005).

No caso brasileiro, apesar de toda a consideração sobre a atenuação ideológica partidária na literatura internacional, existem bastante indícios de que os partidos políticos ainda preservam algum conteúdo programático. Com diferentes metodologias, desde a redemocratização, mostraram-se linhas ideológicas distintas entre os partidos políticos (SINGER, 2000; MAINWARING, MENEGUELLO e POWER, 2000; MARTINS RODRIGUES, 2002; KINZO, 2005; CARREIRÃO, 2007; AVELAR e WALTER, 2008; AMARAL, 2011). Além disso, a classificação ideológica das legendas tem sido coerente, como mostra Tarouco e Madeira (2015) com a aplicação de *surveys* entre especialistas.

É imperioso perceber a diferença entre partidos políticos e coalizões de governo em relação à ideologia. No Brasil, devido à fragmentação partidária, é quase impossível a existência de governos unipartidários. Em geral, as coalizões são bem extensas. Assim, em uma escala ideológica, alguns governos com partidos mais próximos da esquerda ou da direita precisam formar coalizões com partidos mais ao centro, alterando a própria percepção ideológica do partido que comanda o Executivo. No caso dos governos petistas, segundo alguns *surveys* aplicados no país, isto se tornou claro (PAIVA, BRAGA, PIMENTEL JR, 2007; VEIGA, 2007; RANULFO E NUNES, 2009; REBELLO, 2012).

Além da questão ideológica, o sucesso ou insucesso de um governo no quesito governabilidade tem várias “causas” segundo a literatura. De maneira genérica, temos dois eixos no qual a literatura se debruça: concentração/dispersão do poder decisório e governabilidade/ingovernabilidade (PALERMO, 2000). Não obstante existir bastante oscilação quanto ao apoio obtido pelos governos, é inegável que na grande maioria dos anos, desde 1985, houve governabilidade.

Grande parte deste sucesso se deve à herança institucional do regime militar que ampliou bastante as prerrogativas do Executivo – como mostram os pesquisadores que interpretam existir uma visível concentração de poder decisório no país. Assim, inúmeros autores se debruçaram sobre o efeito de medidas provisórias, vetos parciais, regime de urgência, comissões, Colégio de Líderes, emendas orçamentárias, controle orçamentário, nomeação ministerial e de administração indireta para explicar como o presidente da República negociava com o Legislativo (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999; MAINWARING, 2001; AMES, 2003, CARVALHO, 2003; SANTOS, 2006; PEREIRA e MUELLER, 2003; DINIZ, 2005; AMORIM NETO, 2007). Quando reunidas todas as iniciativas do Executivo e Legislativo entre 1995 e 2006, 85,5% foram oriundas do Executivo e apenas 14,5% do Legislativo (MOISÉS, 2011).

As taxas de governismo, isto é, aqueles deputados que seguem a orientação do líder do governo, são consideravelmente altas para os partidos de coalizão (86,6%) entre 1995 e 2006. Já no caso de deputados da oposição, 45,9% seguem a orientação do líder do governo na Câmara (Moisés, 2011). Ao utilizar dados do Basômetro, Peres (2014) mostra a alta taxa de governismo ao longo dos governos petistas (77%) na Câmara dos Deputados⁴. Quando consideramos so-

4. Os dados vão até 2012.

mente os partidos que formavam a base de sustentação (na maior parte do tempo) ao longo dos governos petistas, como PT, PC do B, PSB, PDT, PMDB, PTB e PP a taxa é sempre superior a 84%, sendo PT e PC do B os mais fiéis, com valores acima de 94% (CARVALHO e FIGUEIREDO FILHO, 2014).

Não obstante o governismo, existem críticas metodológicas que devem ser observadas quando se analisam votações nominais na Câmara. A primeira crítica é a de Ames (2003), na qual afirma que muitas das proposições do Executivo não vão à votação em plenário por não existir consenso prévio entre as lideranças partidárias. Além disso, dentro do universo das votações nominais consideradas, devem ser excluídas aquelas quase consensuais (com mais de 90% de votos), algo que não é feito pelo Basômetro. Ainda assim, a interpretação corrente da ciência política é que continua sendo difícil o governo ser derrotado nas votações nominais do Congresso Nacional (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999; MOISÉS, 2011).

Analisando os dados do Basômetro⁵, a taxa de governismo no segundo mandato do governo Dilma (de 01/2015 até 04/2016) apresenta oscilações entre os principais partidos da base aliada (PMDB, PTB, PDT, PRB, PP, PSD, PR). Todavia, comparativamente ao primeiro mandato, no segundo, a taxa de apoio caiu, indo para 66% em toda a Câmara. No caso de partidos aliados, este número sobe para 78%. Contudo, como mencionamos anteriormente, a interpretação sobre a votação nominal na Câmara dos Deputados depende de uma série de discussões metodológicas. No ano de 2016, apesar dos dados não indicarem com tanta nitidez, houve perda de apoio da presidente em algumas votações. Sendo que o debate sobre a paralisia decisória do governo tomava o país.

5. estadaodados.com acesso em 16/05/2016.

Possivelmente, a perda de apoio do governo pode ser medida, paradoxalmente, pelo aumento do apoio nominal médio, que atinge 73% em 2016 contra 63% em 2015 segundo o Basômetro. Há um visível aumento de votos com o governo por parte de DEM e PSDB. Como explicar tal fenômeno? A falta de inclusão do critério metodológico que retira da votação políticas consensuais (mais de 90% dos parlamentares votando em conjunto) prejudica a análise das votações nominais (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999). Desta forma, analisando os dados do Basômetro em 2015, houve 214 votações, nas quais 84 deputados votaram com o governo em 90% ou mais das votações, do lado contrário, 466 deputados votaram em menos de 90% com o Executivo⁶. Já em 2016, houve apenas 31 votações até o final de abril, sendo que 168 deputados votaram com o governo em 90% das votações ou mais e 362 menos de 90%. Isto demonstra uma clara perda de apoio nominal na Câmara, já que as poucas votações efetuadas tiveram pouco teor de conflito.

A questão que se coloca na seguinte seção é: os partidos políticos realmente fizeram a diferença na votação do impedimento da presidente? Se os partidos políticos não forem os únicos preditores, quais seriam as variáveis a serem consideradas? Como as diferentes regiões do país se posicionaram em relação ao parecer? Será que os blocos ideológicos funcionaram como filtros ao processo de impedimento, com um claro viés de centro-direita no afastamento da presidente?

Justificativa do modelo

Optamos, em nosso modelo, por utilizar uma Regressão Logística com uma variável de saída categórica dicotômica (dependente) e va-

6. Há a inclusão de suplentes, por isso, a votação excede 513 deputados.

riáveis preditivas (independentes) contínuas ou categóricas. Quando a variável dependente é dicotômica (como sim/não), não se admite o uso de regressão linear. Optamos, por isso, por uma transformação logarítmica e procedemos – RLog – para analisar o grau preditivo das variáveis independentes.

Em nossa regressão logística, a variável dependente está disposta em categorias (SIM e NÃO). A resposta, na regressão logística, é expressa através de uma probabilidade de ocorrência. A análise dos dados tem como objetivo estabelecer relações entre o voto dos deputados federais na votação em Plenário do parecer de impedimento da Presidente da República (medido pelo voto “sim” em que 1 indica “voto favorável ao parecer” e 0 indica “voto contrário ao parecer”) e uma série de variáveis agrupadas em: eleitorais relativas a 2014, político-eleitorais e geográficas.

Nesse contexto, vamos investigar os dados para tentar dar resposta à seguinte questão de investigação:

Quais variáveis independentes são preditivas/explicativas do resultado favorável à admissibilidade da denúncia de impeachment contra a Presidente da República na Câmara dos Deputados?

Buscamos encontrar as variáveis independentes que incidiram sobre o resultado favorável à admissibilidade da denúncia de impeachment contra a presidente na Câmara dos Deputados. Ou seja, quais fatores contribuíram para que o quórum de dois terços tenha sido alcançado.

Nesse sentido, os 511 deputados que votaram na sessão da Câmara foram classificados em uma variável de tipo binária em que “1” remete a um voto favorável ao impeachment (voto SIM) enquanto que “0” representa tanto um voto contrário à admissão da denúncia quanto à abstenção declarada pelo parlamentar (voto NÃO). Ressalte-

se aqui que a abstenção funcionava como um voto contra o impeachment, posto que operaria como redutor para que o mínimo de votos necessários fosse alcançado (342 votos) – ou seja, o comportamento absenteísta configuraria, na prática, um voto NÃO.

Para operacionalizar nosso modelo de regressão logística, foram construídas algumas variáveis independentes. Essas variáveis, que totalizam sete, foram classificadas e agrupadas em três tipos: eleitorais relativas a 2014, político-eleitorais e geográficas. Essas variáveis, que presumimos possuir algum grau de predição/explicação sobre o voto a favor do impeachment são as seguintes:

Variáveis eleitorais

- Governador aliado – Durante o processo de impeachment da presidente da República, alguns poucos governadores estaduais exibiram um comportamento militante a favor de Dilma Rousseff. Este grupo restringiu-se basicamente a estados da região Nordeste do país como Bahia, Ceará, Maranhão e Piauí e a Minas Gerais. Estas unidades federativas eram governadas por PT, PDT e PCdoB, partidos que permaneceram alinhados contra a abertura do processo de impeachment. Nos momentos anteriores à votação em Plenário, esses governadores publicamente faziam campanha contra a abertura do processo. Assim, procura-se saber se os governadores exerceram influência sobre as bancadas federais de seus estados, no sentido de barrar o impedimento da presidente, incidindo sobre o resultado da votação. Esta variável vai ao encontro da ideia de que os governos estaduais possuem capacidade de influenciar bancadas de deputados federais (ABRUCIO, 1998).
- Partido coligado – Nesta variável, os partidos políticos com representação na Câmara dos Deputados foram classificados

como pertencentes ou não à coligação da candidata Dilma Rousseff nas eleições de 2014. A petista conseguiu reunir, ao todo, o apoio de nove agremiações – PT, PMDB, PDT, PC do B, PP, PR, PSD, PROS e PRB. Nosso modelo de regressão busca saber se o fato de um deputado pertencer a um partido da coligação eleitoral da presidente impactou para o voto favorável ou contrário ao impeachment.

Variáveis político-partidárias

- Orientação do líder – Esta variável é um dos preditores de voto parlamentar mais bem aceitas na literatura internacional. Geralmente, é a partir dela que se identifica partidos mais ou menos disciplinados. No caso brasileiro, existem visões distintas, mas a interpretação majoritária continua sendo de que os partidos políticos são disciplinados (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999). No caso deste artigo, observou-se se o líder partidário indicava “sim ou não” ao voto da admissibilidade pelo impeachment.
- Posição ideológica – Os parlamentares que compõem a Câmara foram classificados segundo o posicionamento ideológico de suas legendas em três grupos, a saber: a) partidos de esquerda (PT, PDT, PPS, PCdoB, PV, PSOL e REDE); b) partidos de centro (PMDB e PSDB); c) partidos de direita (PP, PSD, PR, PTB, PRB, SD, PSC, PHS, PTN, PEN, PSL, DEM e PTdoB). Pressupõe-se que o pertencimento de um deputado ao bloco que não o da esquerda (direita ou centro) influenciará em sua decisão sobre o impeachment. Esta variável vai ao encontro de algumas análises que mostram a importância da ideologia para os partidos políticos (TAROUCO e MADEIRA, 2015).

- Bancada evangélica – Composta por 198 deputados federais das mais diversas denominações, a bancada evangélica é um dos grupos mais influentes dentro da Câmara dos Deputados. Seu perfil é notavelmente conservador em termos morais, e seus membros pertencem a partidos, muitas vezes, ideologicamente distintos. Espera-se que o pertencimento de um parlamentar à bancada influencie em seu voto na abertura do impeachment de Dilma Rousseff em função da natureza conservadora, ou dita de direita, do grupo.

Variáveis geográficas

- Parlamentar do Sudeste – A região composta por quatro estados compreende uma bancada de 179 parlamentares, o que perfaz 35% do total da composição da Câmara dos Deputados. Ao longo dos anos do PT na Presidência, criou-se um debate acerca de quais regiões seriam mais difíceis para o partido obter apoio popular. Algumas análises indicam que a região Sudeste, por ter unidades da federação com maior desenvolvimento econômico e com maior urbanização, poderia implicar uma dificuldade maior ao PT. Isto foi ainda mais salientado em função dos governos do PSDB, seu maior opositor, terem dominado boa parte das eleições aos governos estaduais nos últimos 20 anos em Minas Gerais e, principalmente, em São Paulo.
- Parlamentar do Nordeste – De todas as regiões brasileiras, a região nordestina é aquela com a imagem de maior apoiadora dos governos petistas na Presidência. Em média, a região sempre apoiou mais o voto no PT do que em qualquer outro partido para o cargo de presidente.

Quadro 1. Resumo das variáveis do modelo

Eleitorais de 2014	Político-partidárias	Geográficas
(1) Governador aliado	(3) Orientação do líder	(6) Parlamentar do Sudeste
(2) Partido coligado	(4) Posicionamento ideológico: não pertencer ao bloco ideológico da esquerda	(7) Parlamentar do Nordeste
	(5) Bancada evangélica	

Análise dos dados aplicados ao modelo

Tabela 1: Regressão Logística do Modelo

	B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Step 1 ^a						
Frente evangélica	,986	,334	8,741	1	,003	2,681
Sudeste	,572	,398	2,070	1	,150	1,772
Nordeste	-1,286	,411	9,778	1	,002	,276
Orientação sim do líder	2,667	,391	46,607	1	,000	14,399
Coligação Dilma	-1,194	,372	10,299	1	,001	,303
Governador Aliado	-1,190	,349	11,605	1	,001	,304
Não Esquerda	1,835	,365	25,237	1	,000	6,263
Constante	-,692	,435	2,531	1	,112	,501

Fonte: dados elaborados pelos autores.

Operado o modelo de regressão logística (em anexo), os resultados indicam que a hipótese nula foi rejeitada, tanto pelo Teste de Wald, como pelo Teste da Verossimilhança. Ao listar a pontuação dos testes para as variáveis ainda não incluídas no modelo (supracitadas) apresenta que o voto SIM ao parecer está significativamente relacionado com a orientação pelo SIM do líder (Score do teste: $X^2(1) = 209,79$ $p < 0,01$).

Ainda, a estatística qui-quadrado dos resíduos com 266,41, é significativa a ($p < 0,01$), informando que os coeficientes para as variáveis que não estão no modelo são expressivamente diferentes de zero, ou seja, que a adição de uma ou mais destas variáveis ao modelo irá afetar substancialmente o seu modelo de previsão⁷.

De seu turno, o teste "Omnibus" do modelo do coeficiente contém o teste da razão de verossimilhança (LR) para avaliar o efeito dos fatores na variável dependente. Observa-se um efeito significativo dos fatores (teste LR: $X^2(1) = 300,13$; $p < 0,01$). Por sua vez, a tabela de classificação mostra que a introdução dos fatores aumenta o percentual de classificação da variável dependente em 86,7%.

Em verificação preliminar, temos que a regressão logística do modelo proposto, ao fornecer os resultados do teste de Wald para todas as variáveis incluídas no modelo, informa-nos que o coeficiente B para um dado fator difere significativamente de zero para quase todas as variáveis introduzidas (exceção feita à variável "Deputados da Região Sudeste"). Assim, podemos dizer que as demais variáveis independentes contribuem de modo significativo para a previsão da variável dependente. Temos, também, que o modelo proposto parece, salvo melhor juízo, explicar o resultado favorável à admissibilidade da denúncia de impeachment contra a Presidente da República, na Câmara dos Deputados, com aproximadamente 64% de certeza estatística.

Sem sombra de dúvida, a variável com maior importância estatística dentro do modelo proposto foi a orientação do líder partidário a favor do impeachment. Esse indicativo apresenta a maior contribuição ao modelo (Wald de 46,607), mostrando, ainda, que essa diretriz (voto SIM), partindo da liderança do partido na Câmara dos Deputa-

7. De outro lado, se o p fosse superior a 0,05, isto indicaria que nenhuma das variáveis excluídas do modelo contribuiria, de forma significativa, para o poder preditivo do modelo e, assim, a análise estaria condenada.

dos, aumenta muito expressivamente as chances do deputado também votar SIM. Entendemos que, dessa forma, fica evidente a coordenação e a disciplina partidária na votação do parecer do impedimento. Ou seja, os liderados seguiram suas lideranças. Ainda que seja somente uma única votação, quando a orientação da liderança foi pelo sim, 90% dos deputados seguiram a indicação. Do lado contrário, quando a indicação da liderança foi não, 76% o fizeram. Deste modo, a orientação da liderança, ainda que não seja um preditor perfeito, ainda é uma variável importante para compreender o comportamento parlamentar (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999).

Com score de Wald de 25,237, o pertencimento de determinado parlamentar aos partidos que não compõe a esquerda ideológica avança consideravelmente a chance de o voto ser favorável ao parecer do impeachment. No mesmo sentido, está a verificação de que a variável “membro da bancada evangélica” apresenta uma contribuição relevante (Wald de 8,741). Pertencer ao grupo organizado mais conservador da Câmara aumenta razoavelmente a chance de um deputado votar SIM ao parecer do pedido de admissibilidade do impeachment.

As considerações quanto ao bloco de centro e ao bloco da direita (“não esquerda”, em nossa estatística) e à bancada evangélica deixam transparecer algo muito mais profundo quanto aos governos de coalizão no Brasil. Desde que assumiu o poder, em 2003, o PT sempre debateu as vantagens e desvantagens de realizar uma coalizão heterogênea do ponto de vista ideológico. Boa parte da legenda sempre analisou sua “parceria” com o PMDB com muita cautela dado a distância ideológica e a falta de uma tradição de aliança com esta agremiação. Ainda assim, tal aliança, que começa no final de 2003, e termina em 2016, teve momentos com grande capacidade de diálogo e um efeito positivo sobre o nosso presidencialismo de coalizão (Santos, 2006).

No caso de parlamentares de partidos mais conservadores que o PMDB, a aliança era mais difícil ainda. Nitidamente, o PT é a legenda mais progressista em algumas dimensões e a bancada evangélica, ainda que difusa, encontra-se do outro lado neste espectro. Assim, em casos como direitos reprodutivos e homoafetivos, os parlamentares do PT e da bancada evangélica tenderão a se colocar em lados opostos. Todavia, os votos na Câmara dos Deputados não se destinam, exclusivamente, pela escala liberalismo/conservadorismo. Destarte, partidos como PP, PR e PTB quase sempre estiveram com o governo do PT ao longo da última década.

A interpretação dos custos e benefícios de se ter uma coalizão tão heterogênea do ponto de vista ideológico ainda não está fechada. No caso deste artigo, mostrou-se que aliados do PT à Presidência da República não tiveram dúvidas quanto ao “desembarque” do governo quando enfrentaram uma grande crise política. No caso específico do PMDB, 89% dos deputados votaram pelo impeachment.

Do outro lado do espectro decisório, entre aqueles que votaram não, o modelo nos permitiu uma boa verificação das variáveis independentes que afetam negativamente a variável dependente (probabilidade do voto SIM ao parecer de admissibilidade do impeachment). Com contribuição bastante significativa ao modelo (Wald de 9,778), percebeu-se que parlamentares eleitos pela região Nordeste tiveram reduzidas suas chances de votar SIM. Apresentando contribuição próxima ao modelo, observamos que o fato de um estado da federação contar com um governador aliado à Presidência (PT, PDT ou PCdoB) impunha uma diminuição de deputados desses estados federativos que votaram a favor do impeachment. Ou seja, tais governadores exerceram influência sobre os votos das bancadas dos estados na Câmara (Wald 11,605).

Outro fator importante na explicação da variável dependente, pelo lado da adesão negativa, está nos deputados de partidos coligados na chapa presidencial de 2014 que reduziram suas chances de votar a favor do impeachment. Ocorreu, portanto, certa resistência ao impeachment entre os partidos que venceram a eleição com Dilma, mesmo com a inclusão do PMDB neste rol, o que vem bem marcado no modelo com um score de Wald de 10, 299.

É interessante notar como ser um parlamentar de esquerda não representou, necessariamente, um fator de ajuda ao governo Dilma. Com exceção do PC do B, PT e do PSOL, que votaram integralmente pelo não, PDT, com 68% e PSB, com somente 10%, votaram pelo não. Olhando-se retrospectivamente, caso o PSB tivesse adotado a mesma postura do PC do B, sua bancada de 32 deputados poderia ter feito muita diferença quanto ao resultado, já que o voto sim obteve 25 votos a mais do que os 342 votos necessários. Dado que a centro-direita votou em peso pelo processo de impedimento, uma atenção maior ao PSB e PDT, desde 2015, poderia ser sido fundamental à homogeneidade do bloco de esquerda, dificultando a derrota da presidente.

Considerações finais

Este artigo teve o objetivo de tão somente analisar o processo de impedimento da presidente na Câmara dos Deputados. Segundo a ciência política, algumas dimensões são extremamente relevantes para predizer como os nossos deputados se comportam em plenários. Procuramos, a partir de um breve diálogo com esta literatura, indicar como tais dimensões atuaram na votação do impeachment na Câmara. Deste modo, realizamos um modelo de explicação e utilizamos uma regressão logística. Assim sendo, chegamos a algumas conclusões.

Primeiramente, a variável orientação da liderança teve o maior efeito preditivo entre todas. Ainda que seja uma única votação, a variável mais importante foi o partido político. Com exceção de poucos casos, parece que quando a organização partidária “fechou” questão quanto à admissibilidade do impedimento, foram poucas as vozes discordantes dos parlamentares. Em alguns casos, como PT, PC do B, PSDB e DEM, houve total disciplina.

Outro ponto merecedor de destaque foi o fator ideologia. Ainda que pertencer a uma agremiação de esquerda não tenha sido um elemento definidor, pertencer a um partido de centro-direita foi uma variável explicativa chave para compreender o processo de impedimento. Talvez o receio do governo Dilma de implementar por completo uma agenda mais liberal (como as reformas da Previdência e políticas de austeridade) tenha influenciado neste processo. Contudo, por outro lado, algumas políticas públicas e acenos a uma agenda de não esquerda, como a votação que alterou as regras para o seguro-desemprego e a nomeação de Joaquim Levy para o Ministério da Fazenda, podem ter causado certo desconforto em partidos como o PSB.

Uma afirmação que tem sido corrente na literatura de ciência política deve ser vista à luz do impeachment. Concluir que o Poder Executivo possui ampla preponderância sobre o processo político requer maiores cuidados. A bibliografia brasileira estava sendo cada vez mais enfática ao “desconstruir” as críticas dos “brasilianistas” quanto à imaturidade das instituições democráticas brasileiras. Insistimos, por exemplo, que o presidencialismo é muito similar ao parlamentarismo, mesmo sabendo que em momentos de crise política, o parlamentarismo tem se mostrado mais duradouro (CHEIBUB; PRZEWORSKI; SAIEG, 2002). Em outro diapasão, a crítica a um multipartidarismo combinado com presidencialismo (MAINWARING, 1993)

também foi deixada de lado. O fato é que hoje nenhum cientista político ou analista consegue responder satisfatoriamente se a democracia está consolidada no país. Mister reencontramos instituições políticas mais sólidas capazes de dar conta de elites erráticas, que ameaçam o jogo democrático para satisfazer suas necessidades de poder.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. *Dados*, n. 31, 1988, p. 5-34.

ABRUCIO, Fernando. *Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: USP, 1998.

AMARAL, Oswaldo. Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade. *Opinião Pública*, v. 17, n. 1, 2011, p. 1-44.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

AMORIM NETO, Octávio. O Poder Executivo: centro de gravidade do sistema político brasileiro. In: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio. *Sistema Político Brasileiro: uma introdução*. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo, UNESP, 2007.

AVELAR, Lúcia; WALTER, Maria Inez. Lentas mudanças: o voto e a política tradicional. *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 1, 2008, p. 96-122.

BARTOLINI, Stefano. *The political mobilization of the european left, 1860-1980: the class cleavage*. Cambridge University Press, 2000.

CARVALHO, Ernani; FIGUEIREDO FILHO, D. Entre Hermes e Themis: a oposição e suas estratégias no presidencialismo de coalizão. In: DANTAS, Humberto; ROBERTO DE TOLEDO, José; TEIXEIRA, Marco Antonio. (Orgs.). *Análise Política e Jornalismo de Dados: ensaios a partir do Basômetro*. São Paulo: FGV, 2014, v. 01, p. 97-122.

CARVALHO, Nelson. *E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

CARREIRÃO, Yan. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição pre-

sidencial de 2006, *Opinião Pública*, Campinas, v. 13, n. 2, 2007, p. 307-339.

CHEIBUB, José Antonio; PRZEWORSKI, Adam; SAIEGH, Sebastian. Governos de Coalizão nas Democracias Presidencialistas e Parlamentaristas. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, 2002, p. 187-218.

DINIZ, Simone. Interações Entre os Poderes Executivo e Legislativo no Processo Decisório: Avaliando Sucesso e Fracasso Presidencial. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, 2005, p. 333-369.

DOWNS, Anthony. *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo: Editora da USP, 1999 [1956].

DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

GUNTHER, Richard; DIAMOND, Larry. Species of Political Parties: a New Typology. *Party Politics*, v. 9, n. 2, 2003, p. 167-199.

KATZ, Richard; MAIR, Peter. Party Organization, Party Democracy, and the Emergence of the Cartel Party. In: MAIR, Peter. *Party System Change*. Clarendon Press Oxford, 1997.

KINZO, Maria. Os Partidos no eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, 2005, p. 65 -81.

KINZO, Maria. *Radiografia do quadro partidário brasileiro*. São Paulo: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, 1993.

KIRCHHEIMER, Otto. The Transformation of the Western European Party Systems. In: LAPALOMBARA, Joseph; WEINER, Myron. *Political Parties and Political Development*. New Jersey: Princeton University Press, 1966.

KRAUSE, Silvana; GODOI, Paulo. Coligações eleitorais para os executivos estaduais (1986-2006): padrões e tendências. In: KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe. *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. São Paulo, editora da UNESP, 2010.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense,

1986.

LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. Cleavage structures, party systems, and voter alignments: an introduction. In: LIPSET, Seymour; ROKKAN, Stein. *Party Systems and voter alignments: cross-national perspectives*. New York: Free Press, 1967.

MAINWARING, Scott. *Sistemas Partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MAINWARING, Scott; MENEGUELLO, Rachel; POWER, Timothy. *Partidos conservadores no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

MAINWARING, Scott. Presidentialism, Multipartidarism, and Democracy: the difficult combination. *Comparative Political Studies*, Thousand Oaks, v. 26, n. 2, 1993, p. 198-228.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 29, 1995, p. 5-34.

MAIR, Peter. Os partidos políticos e a democracia. *Análise Social*, v. 28, n. 167, 2003, p. 277-293.

MARTINS RODRIGUES, Leôncio. *Partidos, Ideologia e Composição Social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido*. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MENEGUELLO, Rachel. *Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MOISÉS, José Álvaro. O Desempenho do Congresso Nacional no Presidencialismo de Coalizão (1995/2006). In: MOISÉS, José Álvaro. (Org.). *O Papel do Congresso Nacional no Presidencialismo de Coalizão*. São Paulo e Rio de Janeiro: Núcleo de Pesquisa de Políticas Públicas/USP e Fundação Konrad Adenauer, 2011, v. 1, p. 7-28.

PAIVA, Denise; BRAGA, Maria. PIMENTEL JR., Jairo. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. *Opinião Pública*, v. 14, n. 2, 2007, p. 388-408.

PALERMO, Vicente. Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo. *Dados*, v. 43, n. 3, 2000, p. 521-557.

PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de partido: organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa no Brasil: Conexão Eleitoral no Brasil. *Dados*, v. 45, 2003, p. 265-302.

PERES, Paulo. O Governismo na Política Brasileira. In: Humberto Dantas; José Roberto de Toledo; Marco Antônio Carvalho Teixeira. (Org.). *Análise Política e Jornalismo de Dados: ensaios a partir do Basômetro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, v., p. 37-56.

RANULFO, Carlos; NUNES, Felipe. Ideologia e distância de preferências: uma comparação dos governos Lagos e Nunes. In: RENNÓ, Lúcio; INACIO, Magna (Orgs.). *Legislativo brasileiro em perspectiva comparada*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

REBELLO, Maurício. Ideologias partidárias no governo Lula: a percepção do eleitor. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 12, n. 2, 2012, p. 298-320.

RIBEIRO, Pedro. Robert Michels e a oligarquia do Partido dos Trabalhadores. *Teoria & Pesquisa*, v. 18, 2009, p. 119-150.

SALLUM Jr, Brasílio. *O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise*. São Paulo: editora 34, 2015.

SAMUELS, David. A Evolução do Petismo. *Opinião Pública*, v. 14, 2008, p. 302.

SANTOS, Fabiano. Em defesa do presidencialismo de coalizão. In: SOARES, Gláucio; RENNÓ, Lúcio. (Orgs.). *Reforma política: lições da história recente*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

SANTOS, Wanderley. *Governabilidade e democracia natural*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

SINGER, André. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro*. São Paulo: Edusp, 2000.

TAROUCO, Gabriela; MADEIRA, Rafael M. Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. *Civitas: Revista de Ciências Sociais* (Impresso), v. 15, p. 24-39, 2015.

VEIGA, Luciana. Os partidos políticos na perspectiva dos eleitores: mudan-

ças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. *Opinião Pública*, v. 13, 2007, p. 340-365.

Resumo:

O presente artigo se propõe a analisar a votação da Câmara dos Deputados que autorizou o processo de abertura de impeachment da presidente Dilma em abril de 2016. A partir de um conjunto de variáveis, realizamos um modelo de regressão logística para averiguar quais delas tiveram efeito para que os deputados votassem sim pelo processo de impedimento. Os resultados indicam que o fator partido político por meio da orientação da liderança, pertencer ao campo da centro-direita e pertencer à bancada evangélica explicam em grande parte a adesão do voto sim. Pelo lado contrário, ser de um estado cujo governador era aliado da presidente e ser de um partido que esteve na coligação presidencial vitoriosa em 2014 estiveram associados negativamente ao voto pelo impedimento. Deste modo, conclui-se que algumas instituições importaram de maneira decisiva ao determinar o fim do mandato da presidente Dilma.

Palavras-chave: impeachment; relação executivo e legislativo; disciplina partidária; Governo Dilma

Abstract:

The present article proposes to analyze the vote of the Chamber of Deputies that authorized the process of opening impeachment of President Dilma in April 2016. From a set of variables, we performed a logistic regression model to find out which of them had effect so that the deputies voted yes by the process of impediment. The results indicate that the political party factor through the orientation of the leadership, belonging to the center-right field and belonging to the evangelical group explain in large part the adhesion of the yes vote. On the other hand, being of a state whose governor was ally of the president and being of a party that was in the victorious presidential coalition in 2014 were negatively associated to the vote by the impediment. Thus, it is concluded that some institutions imported decisively in determining the end of President Dilma's term.

Keywords: impeachment; executive and legislative relations; party discipline; Dilma administration

Recebido para publicação em 18/09/2017.

Aceito em 19/08/2018.

Antagonismo e propaganda eleitoral: os discursos de PSDB e PT na eleição de 2002

Felipe Corral de Freitas

Universidade Federal de Pelotas, Brasil
felipecorrall@gmail.com

Introdução

A relação política/institucional entre os integrantes do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e do Partido dos Trabalhadores (PT) teve início antes mesmo do PSDB ser fundado em 1988, quando seus integrantes ainda eram ligados ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No período do processo de “redemocratização” e durante a Assembleia Nacional Constituinte (ANC), que originaria a Constituição de 1988, os integrantes de ambos os partidos tiveram posições semelhantes em relação às questões que permeavam ambos os momentos políticos. Entre os diversos pontos que eclodiram nesses contextos relacionados, discordavam da forma como a transição vinha sendo conduzida pela elite política brasileira, e do tempo de permanência do chefe do executivo em seu cargo – defendiam o mandato de quatro anos. Em 1989, durante as eleições daquele ano,

as figuras de Luz Inácio Lula da Silva (doravante Lula) (PT) e de Fernando Henrique Cardoso (doravante FHC) (PSDB) “apareceram lado-a-lado”, quando FHC declarou apoio a Lula no segundo turno da eleição presidencial de 1989. Então, até esse contexto – das eleições de 1989 – existia certa aproximação política/ideológica entre os integrantes do PSDB e do PT¹.

Com o afastamento de Fernando Collor de Melo (PRN)², em 1992, e com a posse de Itamar Franco (PMDB) após o *impeachment* do então Presidente afastado, em 1993, Lula (e o PT) e FHC (e o PSDB) foram convidados a compor o “novo” governo que tomava posse. Apenas FHC (e, com isso, o PSDB) aceitou o convite, assumindo, primeiramente, em 1993, o Ministério das Relações Internacionais, e, em 1994, o Ministério da Fazenda.

Com isso, a relação antagônica entre PSDB e PT teve início nas eleições de 1994 (FREITAS, 2018) e se estendeu para todos os níveis da política institucional. Esse primeiro antagonismo, como identificado por Freitas, ficou evidenciado durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE). A mesma relação antagônica ocorreu na eleição de 1998. Por mais que alguns trabalhos questionem a importância do HGPE em suas diversas dimensões, como, por exemplo, não sendo uma fonte “privilegiada” de informação ou como sendo “colonizado” pela vontade da grande mídia (MIGUEL, 1999, 2000, 2002, 2003, 2004a, 2004b; BIROLI, MIGUEL, 2013), entendemos que a relação criada nesse espaço entre os candidatos, os partidos e as candidaturas em si, desempenham um papel no sentido de disputa política antagônica possibilitando um maior acesso informativo para

1. Como o objetivo neste texto não é o de fazer uma exegese sobre as origens do PSDB e do PT, ver Roma (2002) e Guiot (2006), para o PSDB, e Amaral (2003) e Garcia (2012), para o PT.

2. Partido da Renovação Nacional (PRN).

o eleitor³, tendo em vista a relação de construção e de desconstrução de informações transmitidas por cada candidatura⁴.

Neste sentido, entendemos que a teoria do discurso desenvolvida por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015 [1985]), e sobremaneira a estrutura conceitual que envolve a noção e o próprio conceito de antagonismo, desenvolvido pelos autores e incrementado por Laclau em outros trabalhos (2000 [1990]; 2011 [1996]; 2013 [2005]; 2014 [2014]), possibilita um renovado olhar tanto teórico como metodológico em casos empíricos que abordem o HGPE. Em se tratando de um tempo passado, como a eleição presidencial de 2002, uma leitura a partir da teoria do discurso de modo geral, e de modo específico do conceito de antagonismo, evidencia, além dos aspectos apontados por Freitas (2018) – que pouca ou nenhuma atenção foi dada pelos estudos que envolvem o HGPE à dimensão antagonica em eleições majoritárias e que estudos que abordam o HGPE por essa perspectiva iluminam mais um dos aspectos referentes à tomada de decisão do voto por parte do eleitor, visto seu caráter desconstrutivista –, a importância da dimensão do conflito político e do antagonismo para estudos que tratem de instituições democráticas. Dito de outra forma,

3. Os dados atuais sobre o acesso e a utilização de mídia no Brasil podem ser encontrados na página da “Pesquisa de Mídia”. Lá pode ser verificado que a televisão ainda é o meio midiático mais citada em se tratando de informação. Disponível em: pesquisademidia.gov.br. Acesso: 05 de set/2018. Em se tratando da importância do HGPE e de sua relevância e audiência, ver Albuquerque (1995), Machado (2009) e Dias (2013).

4. No caso brasileiro podemos identificar os estudos de Lourenço (2009) e Borba (2015) abordando a construção negativa das candidaturas como sendo um dos caminhos de comunicação direta entre e de desconstrução entre as candidaturas. Além disso, os estudos de Machado (2009) e Dias (2013) indicam a capacidade de um candidato, partido e candidatura romperem com a tentativa de colonização dos grandes meios de comunicação e intervirem de forma direta numa eleição. Para mais e outras informações, ver Rubim (1993), Lattman-Weltman, Carneiro e Ramos (1994), Albuquerque (1996), Arugete (2005), Cervi, Massuchin e Tavares (2012), apenas para citar alguns.

o conflito emergente dentro de instituições democráticas (ou que compõem o sistema democrático, como é o caso do HGPE) indicam um caminho mais profícuo sobre o que se entende por democracia e suas instituições, enaltece relações conflituosas e antagônicas ao invés de consensos de base.

O objetivo deste artigo, então, consiste em identificar as formações dos discursos produzidos pelas candidaturas de PSDB e PT realizados durante o HGPE veiculados pela televisão na eleição presidencial de 2002, a partir das disputas de sentidos e de sua construção antagônica. A dimensão do antagonismo identificada nesse espaço de conflito permite aos eleitores um maior acesso informativo sobre as candidaturas em disputa pela Presidência da República, visto seu caráter desconstrutivista. Por isso, um renovado retorno ao passado para esse estudo se justifica, além dos motivos destacados por Freitas (2018) e apontados no parágrafo acima, pelo fato de o conflito político e antagônico ser um dos principais elementos democráticos e de suas instituições⁵.

Para isso, o artigo está dividido em três seções mais as conclusões. Na primeira seção serão apresentados os conceitos de discurso e antagonismo, desenvolvidos por Laclau e Mouffe. Na segunda seção serão apresentados os sentidos antagonicamente construídos pela candidatura do PSDB nas eleições de 2002. Na terceira seção serão apresentados os sentidos antagonicamente construídos pela candidatura do PT nas eleições de 2002. E, por fim, nas conclusões, será realizando um fechamento com base nos resultados encontrados.

5. Sobre conflito político, no sentido que indicamos aqui, ver Vitullo (2007), Miguel (2014) e Freitas (2019 – no prelo).

Elementos teóricos e metodológicos da análise

Um discurso, no sentido abordado por Laclau e Mouffe (2015 [1985], p. 182) é uma prática significativa que constitui e organiza relações sociais. Portanto, basta que certas regularidades estabeleçam posições diferentes para que possamos falar de uma formação discursiva. Uma formação discursiva é composta por uma heterogeneidade de discursos formados por uma gama de sentidos; são formados por uma relação de sobredeterminação em que não há apenas uma forma de sua constituição e de sua explicação, mas envolvem uma multiplicidade de sentidos que lhe confere uma diversidade de abordagens. É este o entendimento de práticas discursivas e de formação de sentidos.

Toda produção de sentidos depende de uma estrutura discursiva. Portanto, discurso é a ligação entre palavras e ações que formam totalidades significativas. Além do mais, o linguístico não pode ser visto separado do social, rechaçando toda e qualquer separação entre práticas discursivas e práticas não discursivas, pois o discurso não possui um caráter meramente mental, mas sim material (LACLAU, MOUFFE, 2015 [1985], p. 180-181).

Mendonça (2007, p. 250) esclarece que o espaço social é um espaço discursivo e que um discurso é uma prática social formada de significações que articulam fala e ação que se constituem dentro do campo da discursividade. Existe uma relação entre a fala (o linguístico) e o que ela significa (a materialidade do discurso – seu significado) formando uma totalidade significativa. Neste sentido, o discurso é mais do que a união entre gesto e fala, ele é uma relação de significação. Toda configuração social é uma configuração significativa, pois são atribuídos aos eventos sociais diferentes significados.

Além do mais, um discurso só poderá ser percebido em seu tempo

e, portanto, sempre será precário, contingente e limitada ao seu corte antagônico. Todos os sentidos de um discurso devem ser entendidos em seus contextos e a partir de suas condições de emergência. Portanto, é devido a esses aspectos, antagonismo, precariedade e contingência, que nenhum discurso poderá garantir que determinadas explicações sejam capazes de se universalizar para todo o sempre.

A ordenação desse discurso será condensada em torno de diferentes demandas e em torno de um discurso privilegiado/representativo de todos os elementos em articulação, isto é, um ponto nodal. Um discurso se forma sempre na tentativa de dominar o campo da discursividade, buscando, deste modo, se constituir como um ponto nodal, um ponto privilegiado, um ponto hegemônico (LACLAU, MOUFFE, 2015 [1985], p. 187). Todo discurso busca se hegemônizar, ou seja, uma identidade tenta impor sua particularidade sobre a outra, mesmo que seu sentido nunca seja plenamente constituído; e é disso que decorre a impossibilidade de totalização, a impossibilidade da formação de um discurso pleno.

Todo instante hegemônico necessita de uma relação antagônica, pois, o momento em que uma identidade particular atinge a hegemonia é precedido por algum discurso que o antagonizava ou ainda se mantém como antagônico. Por outro lado, mesmo que haja uma hegemonia, o social ainda se mantém fragmentado por diversas lutas antagônicas, o que poderá ameaçar a hegemonia “dominante” a partir de outros pontos hegemônicos.

Assim sendo, todo ponto nodal se constitui em uma luta por hegemonia e, neste sentido, quando uma determinada identidade se hegemôniza, esvaziando sua particularidade inicial, se torna, necessariamente, um significante vazio. A hegemonia, assim, é um lugar vazio. Para atingir a posição hegemônica uma determinada identidade ne-

cessita esvaziar suas particularidades na busca de representar outras tantas identidades; universalizar seus sentidos.

Segundo Laclau, “um significante vazio é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado” (LACLAU, 2011 [1996], p. 67). Um determinado discurso, um ponto nodal, abarca tantos significados de vários momentos que se articularam em torno desse ponto nodal que ele acaba esvaziando suas particularidades e representando outras particularidades dessas identidades articuladas com ele. Para Laclau (*Idem*, p. 75), o significante pode estar vinculado a distintos significados. Isto significa que demandas diferentes, com sentidos diferentes, se articulam em torno de um ponto nodal, um ponto que teve a sua particularidade universalizada, portanto, tornou-se um significante vazio. Assim, o significante vazio também “representa” a impossibilidade de uma objetivação de um objeto qualquer, ou seja, de um fundamento último. O lugar vazio do significante é a possibilidade de formação de identidades a partir de relações de identificação, pois a não existência desse fundamento último é o que possibilita fundamentar verdades parciais, contingentes e precárias.

Nesse contexto teórico, antagonismo é definido a partir de uma relação de exclusão entre duas formações discursivas. De forma simplificada, podemos afirmar que “A” é o que “B” não é. No entanto, antagonismo também é compreendido como constituidor dos discursos. Entendemos então que “A” só é “A” pela negação de “B”. Há aqui duas evidências claras: posições antagônicas não compartilham conteúdos comuns e, por isso, não produzem sentidos iguais (disputam esses sentidos), e ambos dependem uma da outra para se constituir. Portanto, há aqui uma relação paradoxal (MENDONÇA, 2003, p. 137).

Laclau e Mouffe (2015 [1985], p. 199-200) descartam a relação

antagônica como uma oposição real ou como uma contradição, como desenvolvida por Lucio Colletti (1975) a partir de sua interpretação de Kant. O choque entre dois objetos não elimina sua existência física e a oposição real ocorrida entre eles. Além disso, muitas relações contraditórias emergem do social sem, necessariamente, constituir uma relação antagônica. Portanto, o antagonismo é um conceito específico que não mantém relação direta e necessária com a ideia de oposição real e de contradição. No terreno da teoria do discurso dos autores aqui tratados, o antagonismo constitui determinadas identidades a partir de articulações discursivas marcadas pela negação de sua expansão dentro de um jogo simbólico de significados e sentidos. Ou seja, antagonismo requer disputa por sentidos. Enquanto oposição real e contradição se originam do entendimento de que suas identidades já são plenas e constituidoras de uma totalidade (mesmo no caso físico, para oposição), a noção de antagonismo parte da impossibilidade dessa totalização tendo em vista a presença do “outro”. A presença do discurso antagonizado impossibilita essa totalização, ou seja, o antagonismo é o limite de toda objetividade de um dado discurso (*Idem*, p. 201-202).

A noção de antagonismo parte da impossibilidade da objetivação de qualquer identidade, não havendo, assim, uma relação entre identidades plenas (LACLAU, 2014 [2014], p. 138-139). É neste sentido que se entende a impossibilidade de um fechamento completo ou da plenitude de um discurso qualquer, por isso a precariedade de toda identidade que, por consequência, só existe no âmbito da identificação política constituída por diferenças. É a condição ontológica do antagonismo que explica as relações conflituosas que constituem processos de identificações e a fragmentação do espaço do social. Ou seja, as relações políticas/sociais constituídas na dimensão ôntica (que

onde ocorrem) são resultantes da incompletude identitária e da impossibilidade de fundamentação última marcada pelo antagonismo (ontológico). Ontologicamente o ser não tem fundamento, e o antagonismo abre caminhos para processos de fundamentação/identificação na formação de identidades em relações constituídas na dimensão ôntica.

O social pode ser percebido a partir de vários antagonismos e, ainda, quanto mais um sistema não responde de forma satisfatória às demandas sociais, quanto menos ele é capaz de conciliar as diferenças, maiores serão os pontos de antagonismos (LACLAU, MOUFFE, 2015 [1985], p. 209). Assim, não há identidades prontas e antagonismos já preestabelecidos, mas suas constituições se dão nessa multidimensionalidade de relações (LACLAU, 2000 [1990], p. 34). Desta maneira, o discurso – como prática – se constitui em oposição a outro discurso, ao seu “negativo”, ao seu concorrente, de forma a negar toda substância antagonizada a partir da produção de sentidos opostos “[...] o antagonismo e a exclusão são constitutivos de toda identidade” (LACLAU, 2011 [1996], p. 88). Com isso, todo discurso é mais do que aquilo que ele abarca. É, também, aquilo que ele exclui. O antagonismo não tem um sentido objetivo, ele é a própria impossibilidade de sua construção. Um discurso nunca vai articular características de seu antagônico, pois assim ele estaria negando a si mesmo. Portanto, discursos antagônicos não possuem conteúdos comuns; logo, toda formação discursiva tem bloqueada sua expansão de sentidos pela presença de seu corte antagônico.

É nesse processo que descrevemos até este momento que está o conflito (o conflito político). O conflito, assim como entendido pela teoria do discurso, é do ser; as rupturas e as desestabilizações do social advêm desse caráter conflitivo – ontológico. É neste sentido que a realidade social não pode ser simplesmente descrita por relações

preestabelecidas, mas sua complexidade aparece no instante em que tais relações se mostram sempre precárias e contingentes. Não existe uma essência que define uma identidade, pelo contrário, é a impossibilidade de se chegar a essa essência (marcada pelo seu caráter deslocado e pela impossibilidade de objetivação imposta pelo corte antagônico) que constitui e configura as identificações resultantes dessa luta antagônica; desse conflito. Por isso, mesmo havendo certa sedimentação do social, a formação de identificações políticas parte de uma disputa política que é marcada por uma fronteira que a delimita, o que impõe um não fundamento, ou seja, a disputa política é fruto de conflitos que constituem identificações políticas que jamais serão finitas, fechadas, mas que constituem identidades enquanto articuladas em torno de um ponto nodal.

No caso do estudo que propomos nesse artigo, os sentidos constituidores dos momentos, que por sua vez são constituidores dos discursos, são oriundos da diversidade de elementos dispersos na própria disputa política que emerge no campo da discursividade (aqui representada pelo HGPE). Deste modo, a partir do campo da discursividade, composto pela luta política imersa nos programas eleitorais veiculados durante o HGPE, foi possível verificar a relação antagônica entre as candidaturas do PSDB e do PT quando se referiam ao plano econômico e seu reflexo na geração de emprego e na política de desenvolvimento, que representam o ponto nodal desse conflito e, por consequência, dessa disputa por sentidos.

O plano econômico segundo o discurso da candidatura do PSDB

O “ponto privilegiado” na relação antagônica estabelecida entre as candidaturas de PSDB e PT na eleição à Presidência da República de 2002 foi concentrado em torno da “política econômica” e do “plano econômico”, o que serviu de subsídio para se pensar a geração de emprego e uma política de desenvolvimento econômico. Isso não quer dizer que outros temas não apareceram ligados ao entendimento do modelo econômico que cada candidatura defendia; quando tais temas eram significados nos pronunciamentos das candidaturas aqui estudadas, seus sentidos remetiam à disputa pelo entendimento do plano econômico defendido. Outros temas também foram enunciados pelas candidaturas, no entanto não constituíram disputas pelos seus sentidos; não constituíram relação antagônica.

Isto posto, o objetivo desta seção consiste em apresentar a estruturação do discurso antagônico da candidatura à Presidência da República do PSDB, representada pelo candidato José Serra, na campanha eleitoral à Presidência da República de 2002 a partir dos programas veiculados durante o HGPE. Para isso, foram transcritos ao todo 50 programas apresentados no HGPE, que representa o universo total dos programas não repetidos. Desse total, 32 são do primeiro turno e 18 do segundo. Dos 32 programas transcritos do primeiro turno, 8 se referiam ao realinhamento do plano econômico, visando à política de geração de emprego e desenvolvimento, o que representa 25% do total dos programas veiculados no primeiro turno. No segundo turno, dos 18 programas 5 abordaram o tema do realinhamento do plano econômico, o que corresponde a 27,7% do total dos programas transcritos do segundo turno. Temos, então, que dos 50 programas de 2002, 13

abordaram o tema antagonicamente constituído (um total de 26%).

Momento 1: Mudanças Positivas e Propostas de Avanço

O momento “mudanças positivas e proposta de avanço” apresenta sentidos que indicam a importância das medidas adotadas durante o governo FHC e indica a necessidade de determinadas mudanças e avanços.

LOCUTOR: Eu acho que o Fernando Henrique, com o Real, derrubou a inflação e deu uma arrumada na economia. E eu vejo, com José Serra, uma nova etapa. Com ele o Brasil vai dar um grande salto social. E se fizer pelo emprego o que ele fez como Ministro da Saúde, eu tenho certeza que a vida dos brasileiros vai melhorar muito. Porque é graças ao programa de combate à AIDS que o José Serra fez, que eu tô aqui, vivo, feliz pra ver tudo isso (Programa Eleitoral Serra/PSDB, HGPE, 20/08/2002).

Tanto FHC como Serra representam o projeto político/econômico do PSDB, por isso a ideia de continuidade aparece; mesmo que, em alguns momentos, possa indicar algumas mudanças. Os fatos positivos dos governos FHC, enunciados pelo locutor a partir do excerto acima, representam uma primeira etapa no projeto de governo proposto pelo partido. A continuidade do governo, com Serra, seria a segunda etapa, caracterizada por cuidar do social, aumentar o emprego e melhorar a vida dos brasileiros. Mesmo identificado como continuidade de governo peessedebista, pode ser percebido que nos programas eleitorais de Serra foram proferidos sentidos que indicavam diferenças entre Serra e FHC.

SERRA: Muita gente tem me perguntado qual seria a diferença de um governo meu em relação ao governo do Presidente Fernando Henrique. Para ser bem objetivo, a resposta é simples. Há duas áreas onde o meu governo vai ser totalmente diferente do atual governo. Essas áreas são: o papel do governo no combate ao desemprego, e o papel do Governo Federal no combate à violência. No governo

Fernando Henrique, quem se ocupa com a questão do emprego é o Ministério do Trabalho. No meu governo, além do Ministério do Trabalho, todos os ministérios vão estar voltados pra essa questão, que para mim é a questão central de um governante neste momento da vida brasileira. (...). Na questão da violência, eu quero dizer que nós vamos mudar a constituição se for necessário. E vamos mudar não é apenas porque eu queira não, é porque o país quer. E aí, o combate à violência, que hoje é obrigação dos governos estaduais, vai ser também de responsabilidade do governo federal. E por isso, nós teremos o Ministério da Segurança Pública, que eu vou criar. Esses dois grandes exemplos de diferenças entre o meu governo e do governo atual. Governo em que eu servi em duas ocasiões como ministro, governo o qual (sic) eu me orgulho muito pelas conquistas que teve, colocando 98% das crianças na escola, eliminando doenças importantes e, sobretudo, pela estabilidade da nossa moeda, o Real (Programa Eleitoral Serra/PSDB, HGPE, 20/08/2002).

Ainda neste sentido, Serra declara o seguinte em seu programa eleitoral:

SERRA: A economia tá com conceito melhor hoje, porque ela tem fundamentos bem razoáveis: responsabilidade fiscal, a inflação baixa; para alguns produtos pode ser alta, mas na média, se pegar tudo, continua sendo uma inflação baixa. Isso traz mais respeitabilidade lá fora. Também o fato de que o Fernando Henrique apareceu como alguém muito preparado e muito competente, cumprindo regras, cumprindo contratos, porque se você quebrar uma regra aqui, outra acolá, no momento seguinte ninguém acredita em você. No mundo de hoje não dá pra fazer isso (Programa Eleitoral Serra/PSDB, HGPE, 20/08/2002).

Conforme Serra, a responsabilidade fiscal e a inflação baixa melhoraram a economia, e tal melhora se deu por causa de FHC, pois o então Presidente da República cumpriu regras e contratos, o que garantiu a confiabilidade no Brasil (preparado, competente e responsável).

SERRA: Eu fiz parte do governo Fernando Henrique, e olhem, me orgulho de ter cumprido minha missão. O atual governo teve erros, como qualquer governo, mas quem não erra não faz, e este governo fez muitas coisas importantes por este país que não devem ser interrompidas, devem ser valorizadas. A estabilidade, o controle da inflação, a responsabilidade fiscal, os programas sociais que tem que ser ampliados, como o Bolsa Escola, o Programa Alvorada de Saneamento Básico, o Programa de Saúde da Família, o Bolsa Alimentação, a erradicação do trabalho infantil, o Vale Gás. São programas que beneficiam diretamente hoje a milhões de pessoas. Mas o meu governo, ao contrário do que o PT tenta fazer você acreditar, não será o terceiro mandato do Presidente Fernando Henrique, será o meu governo, com os meus desafios, os meus acertos e até os meus possíveis erros (Programa Eleitoral Serra/PSDB, HGPE, 14/10/2002/ST).

O excerto acima esclarece que Serra, se eleito, não será o terceiro mandato de FHC, fazendo uma crítica direta ao PT. Mesmo não sendo um terceiro mandato de FHC, Serra representa o mesmo partido e, por isso, seu programa eleitoral faz referência a determinadas continuidades, enaltecendo sua importância para dar continuidade ao que está dando certo.

Enfatizada a importância do governo FHC, a principal mudança na condução do governo, segundo os programas eleitorais de Serra, seria em relação à geração de emprego.

LOCUTOR: Para gerar os oito milhões de empregos que o Brasil precisa, o homem que fez os Programas dos Genéricos, fez o Programa Saúde da Família, o Programa Saúde da Mulher, vai realizar, se eleito presidente, o Projeto Segunda-Feira, que como você vai poder ver e poder comparar no decorrer dessa campanha, é a mais completa e a mais detalhada proposta para gerar empregos (Programa Eleitoral Serra/PSDB, HGPE, 20/08/2002).

O locutor do programa eleitoral faz menção às atitudes políticas tomadas por Serra durante o governo de FHC, indicando sua capacidade

para gerar emprego a partir do Projeto Segunda-Feira⁶.

A relação entre os elementos identificados até este momento indica sentidos que destacam as mudanças positivas propiciadas pelo governo de FHC, construindo um entendimento de que “pequenos” ajustes na economia – um “realinhamento” – seriam suficientes para a geração de emprego e desenvolvimento. A *Figura 1*, que segue, apresenta o início da estruturação do discurso da candidatura peessedebista.

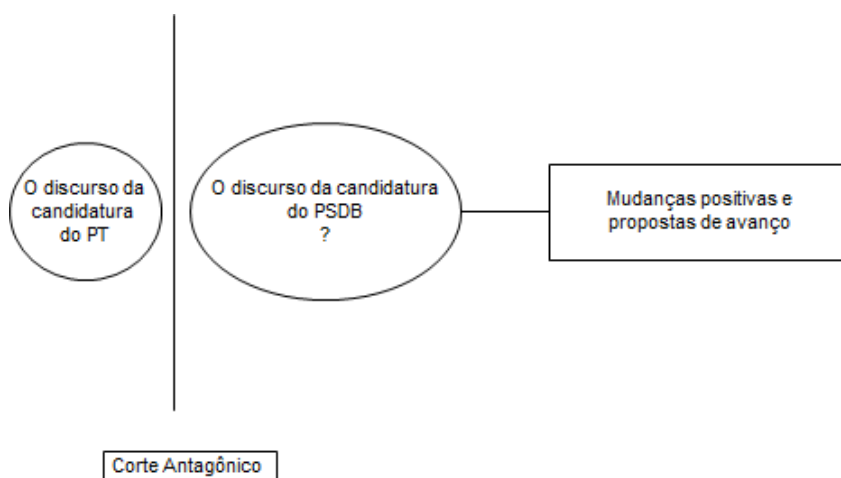


Figura 1: Formação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 2002 – momento “mudanças positivas e propostas de avanço”

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002).

Momento 2: Mudanças Negativas no PT (Lula)

6. O Projeto Segunda-Feira trata especificamente da geração de emprego. Nele é apresentada a proposta de gerar 8 milhões de empregos em 4 anos, indicando as áreas em que o governo Serra, se eleito, irá atuar. Conforme o Projeto, todos os Ministérios e Ministros de seu possível governo iriam trabalhar juntos para gerar os 8 milhões de empregos que seu Plano de Governo propunha. Disponível em <http://www.psdb.org.br>. Acesso em 02 de dezembro de 2016.

A partir dos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura do PSDB nas eleições de 2002, foi possível identificar elementos que geravam sentidos em relação às mudanças ocorridas no PT enquanto oposição, bem como com a atual candidatura. A comparação entre os candidatos peessedebista e petista, com o intuito de expor o despreparo político de Lula e enaltecer a preparação do candidato Serra (PSDB), foi um dos primeiros elementos antagônicos a emergir a partir desse conflito.

LOCUTORA: Quando foi secretário de planejamento de Montoro, José Serra saneou as finanças de São Paulo. Ele tem, portanto, um preparo acadêmico e uma experiência a nível estadual que Lula não tem. Serra conhece a vida parlamentar a fundo, sabe como conseguir recurso para tirar as ideias do papel. Foi deputado federal 2 vezes, tendo sido considerado pelo IBOPE o deputado mais atuante do Brasil. Já Lula desistiu de ser deputado. Enquanto Lula, de lá pra cá, concorreu várias vezes querendo ser presidente, Serra se preparou para ser presidente. Enquanto Lula, em 92, não exercia nenhum cargo público, após ter perdido a eleição para Collor, Serra, em seu segundo mandato como deputado teve um papel de extrema importância no impeachment de Collor. Em 94, enquanto Lula, mais uma vez, querendo ser presidente, disputava a eleição com Fernando Henrique, Serra era eleito o Senador mais votado do país. Enquanto Lula, na sua campanha era contra o Plano Real, Serra lutou para que o Real desse certo. Em 98, enquanto Lula, mais uma vez, querendo ser presidente, concorria com Fernando Henrique, Serra assumia o Ministério da Saúde. E graças ao seu preparo e à sua experiência fez um trabalho que mudou a vida de milhões de pessoas. Por isso, foi eleito em 2001, pelo Fórum Mundial, o melhor Ministro da Saúde do mundo (...). É essa a história que faz diferença entre os dois candidatos, diferença que acaba refletida em seus programas de governo (...). Vamos ver um exemplo claro disso no programa de governo de Lula. Lula sempre falou em criar 10 milhões de empregos, no site do PT está escrito, no Jornal da Tarde também. E no site do Jornal o Globo, Lula não só confirmou como corrigiu um internauta. Mas quando Serra apresentou sua proposta de 8 milhões de empregos,

Lula recuou e começou a negar seu compromisso de 10 milhões de empregos. Jornal o Globo, Lula nega ter meta de 10 milhões de empregos (...). Agora fica a pergunta: porque Lula está voltando atrás? Diante disso, a população deve ou não acreditar em suas propostas? As propostas foram feitas por ele, ou por sua equipe? E mais, em 98 Lula prometia 15 milhões de empregos (...). Se Lula diz que o desemprego aumentou, por que a proposta diminuiu? Lula, ou ele esconde o que pensa, ou não sabe o que diz (Programa Eleitoral Serra/PSDB, HGPE, 14/09/2002).

Nesta passagem fica evidenciada a preparação de Serra como ponto importante para um candidato à Presidência da República e o despreparo de Lula como elemento impactante para uma “boa governabilidade”. Tratado do Plano Real, a candidatura peessedebista informa que Lula era contra o Plano nas eleições passadas (1998).

LOCUTORA: O PT nesta campanha tem se apresentado de uma maneira bem diferente do que ele sempre foi. Agora ele é paz e amor. Mas a imprensa brasileira tem mostrado seguidamente que o Lula que você vê na TV não é o Lula do PT, é um Lula para ganhar as eleições (...). O PT diz que Lula mudou, tudo bem, todo mundo tem direito de mudar. Eles dizem que Lula não é mais o radical de anos atrás. Mas nós não estamos falando de um Lula ou de um PT lá de trás, estamos falando de um PT de agora, de 2000, 2001. E olhando esse PT e esse Lula, eles não se parecem com o PT que vocês veem na TV. (...) Alguém pode dizer que nós estamos mostrando tudo isso só porque este é o programa do Serra que disputa a eleição com Lula. Mas veja o que diz o editorial da Folha de São Paulo de 18 de setembro de 2002. O editorial diz que Lula com sua tática eleitoral de lulinha paz e amor diz a cada auditório aquilo que ele quer ouvir. No caso do Lula 2002, diz a Folha: Sua trajetória de campanha contém promessas que se contradizem umas com as outras. Compromete-se, por exemplo, com o duro ajuste fiscal acertado pelo atual governo com o Fundo Monetário internacional, mas, ao mesmo tempo, acena com a revisão de cortes de gastos públicos e com a recuperação salarial do funcionalismo. É evidente que essa estratégia serve como uma luva aos interesses eleitorais imediatos do

PT. Mas ela deliberadamente esconde da sociedade o que pretende fazer (Programa Eleitoral Serra/PSDB, HGPE, 19/09/2002).

Neste mesmo sentido:

LOCUTOR: Tão estranho quanto ver o Serra cantando a música do Lula, é ver o Lula defender coisas que o PT é contra até hoje. Essa música não é do Serra. Essa conversa nova do Lula, não é do Lula. (Programa Eleitoral Serra/PSDB, HGPE, 18/10/2002/ST).

Conforme os sentidos atribuídos a Lula e ao PT pelo programa eleitoral de Serra, o candidato petista estaria escondendo sua posição da sociedade, defendendo propostas contraditórias, pois fala coisas diferentes conforme o público. Neste mesmo sentido:

SERRA: Eu tenho sido claro na minha apresentação, tenho dito o que vou fazer, como eu vou fazer para que você saiba exatamente o que eu penso. Mas eu não vejo essa clareza nas propostas do meu adversário. A campanha do PT tem sido de encantar e cantar, sem se aprofundar nas discussões sobre as mudanças que propõe, tentando se aproveitar das insatisfações de um país que tem 170 milhões de pessoas com suas necessidades, seus problemas. Mas agora vale a pena prestar atenção nas incoerências e nas dubiedades do discurso do candidato do PT. Olhe, para o povo, o Lula diz que vai mudar a política econômica, sem dizer o que e como vai mudar. Já para os empresários ele tem garantido que não vai fazer nenhuma mudança importante na economia. Para o povo, promete mágicos aumentos do salário mínimo, grandes aumentos para o funcionalismo público, mas para o FMI diz que vai manter a responsabilidade fiscal. Para o povo, o Lula diz que vai manter a inflação baixa, mas ao longo da campanha assumiu tal número de compromissos que para serem cumpridos terão como consequência inevitável a volta da superinflação. Para o povo, o Lula diz que vem pra renovar a política brasileira, para mudar o Brasil, mas fez alianças com os políticos mais comprometidos com o atraso, aqueles que sempre impediram as mudanças neste país. Olhem, discursos diferentes, para públicos diferentes, parecem promover a união, mas na prática, só produzem

frustração. Se o Lula fosse eleito, estaríamos diante de 2 possibilidades: ou cumpriria seus compromissos recentemente assumidos com os empresários, e estaríamos, assim, diante do maior estelionato eleitoral depois da eleição de Collor, ou, se tentasse cumprir suas promessas mágicas com a população, levaria o Brasil à ruína. Eu digo isso com toda responsabilidade, não apenas como candidato, mas também como cidadão (Programa Eleitoral Serra/PSDB, HGPE, 19/10/2002/ST).

Conforme o excerto acima, o PT e Lula constroem dois “discursos”, mentindo para o povo a partir de uma campanha eleitoral oportunista. Ainda, Lula e o PT, a partir dessa estratégia de falar o que cada público quer ouvir, ou estariam cometendo estelionato eleitoral ou levariam o Brasil para ruína.

Na sequência, a *Figura 2* apresenta a articulação entre os dois primeiros momentos identificados na formação discursiva da candidatura peessedebista.

Momento 3: Política do Medo na Mudança

O próximo momento desse discurso, “política do medo na mudança”, apresenta novos elementos que geram sentidos em relação à candidatura de Lula em 2002. A ideia de política do medo se desenvolve, basicamente, tendo como base a posição adotada pelo PT e por Lula em suas trajetórias política e eleitoral, enfatizando, como podemos perceber no excerto que segue, a falta de qualificação de Lula e sua inexperiência.

LOCUTOR: Antes de votar no dia 6, pense nisso. O PT quer vencer o país que vai vencer no primeiro turno, e está fazendo de tudo para evitar o debate, sobretudo este debate sobre emprego. Eles querem um cheque em branco, mas o povo brasileiro, cuja vida é decidida a cada eleição, quer saber quem é o mais preparado, e quem tem o plano mais viável e mais consistente para gerar empregos. E quando falamos em preparo e experiência, não é para desqualificar o Lula. Todo jovem deseja ter experiência para ter acesso a um bom

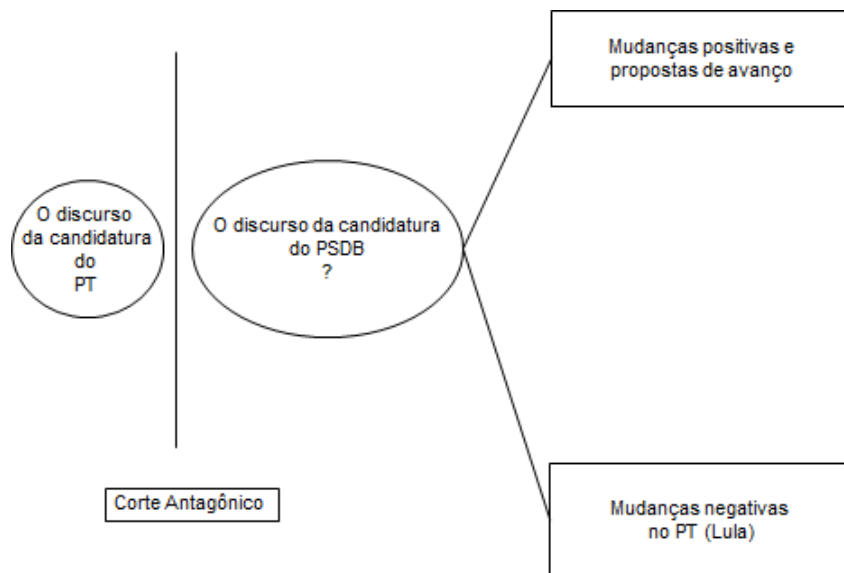


Figura 2: Formação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 2002 – momentos “mudanças positivas e propostas de avanço” e “mudanças negativas no PT (Lula)”
 Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002).

emprego. Se Lula nunca desejou ter experiência administrativa, é um problema dele. Agora, alguém querer que sua primeira experiência seja logo a Presidência da República, isso é um problema nosso (Programa Eleitoral Serra/PSDB, HGPE, 14/09/2002).

Deste modo, tanto a falta de qualificação como a falta de experiência administrativa de Lula se mostram um problema sério para política brasileira. Como ocorreu na estruturação dos momentos anteriores, alguns elementos reaparecem, mas indicando sentidos diferentes, porém não contrários. Aqui, os elementos que indicam a falta de qualificação e experiência de Lula sinalizam o “medo” de ter Lula como Presidente da República.

Complementando esse entendimento sobre a candidatura de Lula do PT, o excerto a seguir apresenta um novo elemento:

LOCUTOR: Faltam 4 dias para a eleição, e o passo que o Brasil vai dar neste domingo deve ser um passo à frente, e não um passo em falso. O Brasil deve escolher o seu futuro, e não deixar pra ver aonde a sorte vai nos levar. 20 dias de campanha no segundo turno, com 2 ou 3 debates, podem evitar 4 anos de interrogações. Todos nós brasileiros queremos mudanças, e vamos mudar. Mas é bom ficar claro, pelos nossos filhos, pelas nossas famílias, para onde estamos mudando, para onde estamos indo (Programa Eleitoral Serra/PSDB, HGPE, 03/10/2002).

Conforme o programa eleitoral de Serra, Lula e o governo do PT são uma interrogação para o Brasil. Ainda segundo o programa do candidato peessedebista, a escolha por Lula poderia jogar o país à própria sorte, o que chama de “um passo em falso”. Em se tratando das mudanças necessárias, o que já foi apresentado no momento discursivo “mudanças positivas e proposta de avanço”, a candidatura de Serra chama a atenção para a interrogação que seria um governo comandado pelo PT e por Lula.

De forma mais aprofundada, a “política do medo”, construída a partir dos pronunciamentos proferidos durante a campanha eleitoral dos candidatos à Presidência da República do PSDB durante o HGPE, ganhou novos sentidos a partir da fala da atriz Regina Duarte, convidada do programa eleitoral de Serra. Podemos perceber seus sentidos no excerto que segue:

REGINA DUARTE: Tô com medo, faz tempo que eu não tinha esse sentimento. Porque eu sinto que o Brasil nesta eleição corre o risco de perder toda estabilidade que já foi conquistada. Eu sei que muita coisa ainda precisa ser feita, mas também tem muita coisa boa que já foi realizada. Não dá pra ir tudo pra lata do lixo. Nós temos 2 candidatos à presidência um eu conheço, é o Serra. É o homem dos genéricos, do combate à AIDS. O outro, eu achava que conhecia, mas hoje eu não reconheço mais. Tudo que ele dizia mudou muito, isso dá medo na gente. Outra coisa que dá medo é a volta da inflação desenfreada, lembra, 80% ao mês. O futuro presidente vai ter que

enfrentar a pressão da política nacional e internacional, e vem muita pressão por aí. É por isso que eu vou votar no Serra, porque ele me dá segurança. Porque dele eu sei o que esperar. Por isso eu voto 45, voto Serra. E voto sem medo (Programa Eleitoral Serra/PSDB, HGPE, 14/10/2002;/ST).

A atriz começa sua fala enfatizando seu medo, para logo indicar que teme perder a estabilidade conquistada durante o governo FHC. Além disso, a atriz afirma ter medo de Lula, ter medo da volta da inflação com seu governo. Fazendo uma comparação rápida entre os candidatos, a atriz declara que conhece Serra e suas políticas, diferentemente de Lula, que mudou muito nesses últimos anos e, principalmente na eleição em questão – 2002. Outro ponto enaltecido pela atriz está relacionado à capacidade de governar, indicando sua confiança em Serra e seu medo da insegurança que Lula transmite.

Ainda tratando sobre este contexto, Rita Camata (PMDB), vice de Serra, afirma o seguinte:

RITA CAMATA: Um dia Regina Duarte disse que estava com medo dessas eleições, disse ainda que votava no Serra e não no Lula, porque o Serra ela conhece, e o Lula está muito diferente, é outra pessoa. Pois foi só ela dar a sua opinião, como qualquer um de nós pode fazer, para ser acusada pelo PT e pela CUT de estar fazendo terrorismo. Isso é que assusta. A gente não pode falar o que pensa? O que dá medo a muita gente, não apenas a Regina, é que voltem coisas antigas como a censura, patrulhamento, instabilidade, inflação desenfreada. Porque o Brasil, meus amigos, quer mudar sim, mas mudar pra melhor. Nós não podemos voltar para o passado, onde os artistas, os intelectuais, os políticos eram censurados pelo que pensavam e pelo que falavam. O Brasil tem que avançar, e não apenas andar pra trás (Programa Eleitoral Serra/PSDB, HGPE, 16/10/2002/ST).

Se referindo à fala de Regina Duarte e sua repercussão na campanha de Lula, Rita Camata afirma que seu medo está relacionado, também, à possível censura, ao patrulhamento feito pelo PT e seu

candidato e pela possível volta da instabilidade e da inflação; medo do retrocesso. Apresentado por Camata, o medo à censura aparece no pronunciamento de outra atriz, Beatriz Segall, também convidada a dar sua declaração no programa eleitoral de Serra.

BEATRIZ SEGALL: Eu tenho medo. Como Regina Duarte eu também estou com medo, medo de não poder dizer que estou com medo. De ser ameaçada de processo pelo simples fato de discordar, e de não poder falar o que eu bem entender. Tenho medo de alguém que recorre às ofensas pessoais e profissionais, porque estas são o último reduto da falta de argumento. Mas não tenho medo das atrizes mais jovens, ao contrário, procuro incentivá-las nas suas carreiras. E por fim, quero continuar vivendo numa democracia, sem pressões e falar o que eu bem entender e não ter medo disso (Programa Eleitoral Serra/PSDB, HGPE, 18/10/2002/ST).

Referindo-se ao apoio dos empresários e investidores, o programa de Serra afirma o seguinte:

LOCUTORA: É por esta firmeza de José Serra que, como mostra a pesquisa do Jornal Folha de São Paulo, 82% dos empresários entrevistados consideram José Serra o homem mais preparado para enfrentar a crise econômica. Apenas 12% dos empresários acham que é Lula (Programa Eleitoral Serra/PSDB, HGPE, 17/10/2002/ST).

Assim, Serra seria o preferido dos empresários, mostrando a falta de apoio de Lula.

A *Figura 3*, que segue, apresenta a estruturação e a articulação dos três momentos discursivos capturados nos pronunciamentos da candidatura do PSDB.

Emprego e Desenvolvimento: O Realinhamento do Plano Econômico

A partir da dispersão de elementos que constituíram os pronunciamentos contidos nos programas eleitorais da candidatura do PSDB

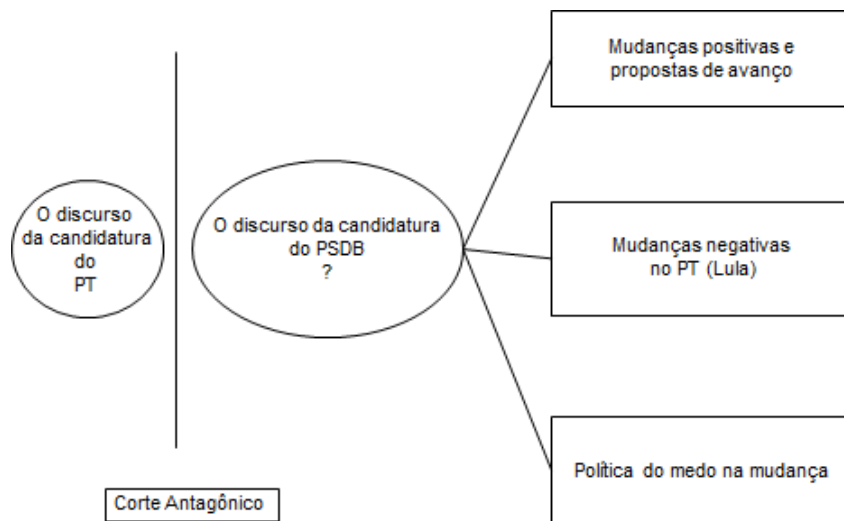


Figura 3: Formação do discurso da candidatura do PSDB nas eleições de 2002 – momentos “mudanças positivas e propostas de avanço”, “mudanças negativas no PT (Lula)” e “política do medo na mudança”

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002).

nas eleições de 2002 (Serra) e tendo em vista a relação antagônica com a candidatura petista, foi identificada a emergência de diversos sentidos que significavam de formas diferentes a condução da economia e a necessidade de se pensar alguns ajustes, bem como a retomada de determinadas diretrizes aplicadas durante o mandato de FHC do PSDB como Presidente do país – 1995 a 2002. Com base na regularidade desses elementos e dos sentidos gerados nesse processo de regularidade, ficou evidenciada a “defesa” do modelo econômico adotado durante o governo de FHC do PSDB, sendo necessário apenas “pequenos” ajustes para que fosse possível a geração de mais empregos e que o país fosse recolocado no “trilho do desenvolvimento”. A candidatura tucana buscou defender e apresentar caminhos ligados à política econômica de seu antecessor e companheiro partidário, enfatizando a

importância das conquistas alcançadas durante o governo de FHC no que se refere à estabilidade da economia e à construção de um cenário propício para investir mais na área social, dando importância para a necessidade de gerar emprego.

Compreendida a estruturação dos momentos e seus sentidos, foi identificada nos pronunciamentos da candidatura tucana nas eleições de 2002 argumentos que giravam em torno da política econômica e seu reflexo na política de geração de emprego e desenvolvimento que, organizados a partir dos momentos “mudanças positivas e proposta de avanço”, “mudanças negativas no PT (Lula)” e “política do medo na mudança”, constituiu o ponto nodal “emprego e desenvolvimento: o realinhamento do plano econômico”, como apresentado na figura 4.



Figura 4: Discurso da candidatura de Serra do PSDB em 2002.
Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002).

O plano econômico segundo a candidatura do PT

O objetivo desta seção é o de apresentar a estruturação antagônica do discurso da candidatura do PT na campanha eleitoral à Presidência da República de 2002 a partir dos programas veiculados durante o HGPE. O ponto nodal da articulação que constitui a relação antagônica, agora no caso do PT, também estava ligado à ideia do plano econômico e seu impacto no que diz respeito à política de geração de emprego e desenvolvimento. Por mais que a candidatura petista nessas eleições tenha abordado outros temas, foi o entendimento sobre o plano econômico e seu reflexo na geração de emprego e desenvolvimento que apresentavam elementos que disputavam antagonicamente os sentidos em relação à aplicação dessa política.

Para a elaboração dessa seção foram transcritos ao todo 56 programas eleitorais veiculados no HGPE. Deste total, 38 são do primeiro turno e 18 do segundo. Do primeiro turno, 11 (ou 28,4% dos programas transcritos) faziam referência a um novo plano econômico visando à política de geração emprego e desenvolvimento; do total de programas do segundo turno, 3 (ou 16,66% do total) abordaram esse tema. Assim, dos 54 programas de 2002, 14 abordaram o tema antagonicamente constituído, o que representa 25,9%.

Momento 1: Crise Econômica e Abandono do Social

Logo no início da campanha eleitoral de 2002, Lula afirma que o modelo econômico aplicado ao longo dos governos de FHC do PSDB está esgotado, que o país está endividado e menos produtivo, levando à falta de emprego e à diminuição da renda e do consumo. Tais elementos geram sentidos e começam a formar um entendimento em relação à existência de uma crise econômica e um descaso com o social por parte do governo de FHC.

LULA: A crise que o nosso país atravessa não deixa dúvida, o atual modelo econômico está esgotado. Somos um país cada vez mais endividado, e cada vez menos produtivo. Ou seremos capazes de produzir mais, de fazer crescer a renda do povo, fortalecendo a nossa economia, ou continuaremos andando para trás. E porque isso acontece? Veja, se o povo não tem trabalho, sua renda cai e ele não compra. Se ele não compra, a loja não vende. Se a loja não vende, a indústria não produz. Se a indústria não produz, não emprega. E tudo isso paralisa a economia do país. E como se faz pra sair dessa situação? Veja as minhas principais propostas. LOCUTOR: (crescimento econômico e geração de emprego e renda) Estabelecer novo contrato social entre Governo, empresários e trabalhadores, visando à retomada do crescimento econômico, geração de empregos e melhor distribuição de renda. Aumento das exportações. Redução da taxa de juros. Reforma tributária justa que desonere a produção. Incentivo à construção de casas populares. Estímulo ao turismo, à agroindústria, à agricultura familiar e à reforma agrária. Garantir crédito para microempresas e para pessoas que trabalham por conta própria. Apoio aos projetos sociais e a todos os programas de geração de emprego (Programa Eleitoral Lula/PT, HGPE, 20/08/2002).

Em contraposição ao momento vivido pelo país, o candidato petista sinaliza com a necessidade de uma proposta de um novo modelo, um novo “contrato social” (governo, empresários e trabalhadores). Neste mesmo sentido:

LULA: Para sair da crise, o Brasil precisa equilibrar sua balança de pagamentos. Quantas vezes você ouviu isso nesses últimos tempos. Trocando em miúdos, isso significa que temos que exportar mais e importar menos, ou seja, trazer mais dólares pra cá e mandar menos dólares pra lá. Mas enquanto o Brasil precisa fazer esse grande esforço, a Petrobras parece ignorar que ela é uma empresa brasileira, faz concorrência para a construção de 3 plataformas marítimas no valor de 1 bilhão e meio de dólares. E apesar da gente ter estaleiros capazes de produzir estas plataformas aqui no Brasil, ela já contratou a construção da primeira delas em Cingapura, na Ásia. Está praticamente certo que o destino das outras duas será o mesmo. Mais uma coisa. Se estas plataformas fossem construídas no Brasil, gera-

ria cerca de 25 mil novos empregos por um período de 3 anos, isto é, além de mandar 1 bilhão e meio de dólares pra fora, deixamos de criar milhares e milhares de empregos aqui dentro. Achei essa história tão absurda que vim em Angra dos Reis conferir [imagem de Lula na entrada do estaleiro de Angra dos Reis]. E é a mais pura verdade. O Presidente do estaleiro Fels Setal confirmou tudo. De fato, as plataformas podem ser feitas aqui. A Petrobrás é que, inexplicavelmente, resolveu fazer lá fora (Programa Eleitoral Lula/PT, HGPE, 29/08/2002).

Nesse mesmo sentido:

LULA: Como toda empresa estatal, a Petrobras é subordinada ao Presidente da República. E num momento como este, o Presidente tinha que chamar a direção da Petrobras e dizer: é no Brasil que essas plataformas têm de ser feitas, não em Cingapura. Ponto final. Tenha certeza, se eu for eleito presidente tudo que puder ser feito no Brasil, será feito no Brasil, porque nós precisamos gerar riquezas, empregos e renda aqui, no nosso País (Programa Eleitoral Lula/PT, HGPE, 29/08/2002).

Apresentando um novo ponto em relação à política econômica adotada durante o governo FHC e se referindo a novos investimentos, Lula afirma o seguinte;

LULA: Não dá para entender. É verdade que os 12 caças FX não podem ser totalmente feitos no Brasil, mas podem ser montados, integrados e testados aqui, pois existem empresas brasileiras que estão prontas pra isso. Além do mais, tratando-se de um avião militar, a questão fundamental é a independência de sua operação, que só pode ser alcançada com domínio tecnológico. E é exatamente o domínio dessa tecnologia que vai influenciar uma nova geração de aviões brasileiros, com um grande futuro no mercado internacional. Isso significa mais dólares e mais empregos gerados aqui. É isso que falta à gente, planejamento de longo prazo. Num momento como esse o Presidente tem que ter firmeza pra dizer: os interesses estratégicos do Brasil estão em primeiro lugar e ponto final. A nossa independência tem que ser conquistada sim, pois a concorrência é

cada vez mais rápida e mais agressiva, o Brasil tem que ser mais ágil e mais forte. Enfim, um novo Brasil, um ritmo bem diferente (Programa Eleitoral Lula/PT, HGPE, 07/09/2002).

Conforme a crítica proferida por Lula, o governo brasileiro, com essa política e esse modelo econômico adotado pelo governo peessedebista, abre mão do domínio tecnológico e deixa de atrair dólares e gerar empregos, indicando uma falta de planejamento em longo prazo; não defende os interesses do Brasil. A relação entre os elementos apresentados até este instante, geram sentidos críticos sobre a política econômica adotada pelo governo de FHC do PSDB e seu impacto negativo na geração de emprego.

Apresentando uma ampliação de elementos referentes à questão econômica, os excertos que seguem demonstram sentidos no que diz respeito à ideia de crise econômica e abandono do social. Comentando a situação enfrentada pela fábrica da Volkswagen, que vem reduzindo as vendas, Lula, como veremos no próximo trecho, afirma que a crise econômica que se instaura no país afeta a produção e a geração de emprego, causando a queda do poder aquisitivo do cidadão e levando-o à insegurança.

LULA: Hoje é sexta-feira, são 10 horas da manhã. E é muito triste ver a fábrica da Volkswagen assim parada num dia normal. Já houve um tempo em que essa fábrica funcionava 7 dias por semana, dia e noite, e não dava conta de tudo que precisava produzir. Hoje ela é obrigada a dar férias coletivas a seus trabalhadores e a funcionar apenas 4 dias por semana. O que está acontecendo aqui dentro é um reflexo do que está acontecendo lá fora. São 15 mil carros prontos no pátio à espera de compradores. Isso é o retrato da crise econômica brasileira. A queda do poder aquisitivo, a insegurança causada pelo desemprego são as principais responsáveis pela redução das vendas. Afinal, do jeito que as coisas andam, o empregado de hoje pode ser o desempregado de amanhã (Programa Eleitoral Lula/PT, HGPE, 10/09/2002).

Neste mesmo sentido.

LULA: Tem uma coisa que o povo brasileiro já entendeu, pra sair da crise o Brasil precisa mudar seu rumo. Continuar na mesma direção, seria enfraquecer ainda mais o país e aumentar o sofrimento do povo. Como tenho dito e repetido, é preciso crescer, desenvolver e exportar mais. Quanto mais rápido conseguirmos fazer isso, mais rápido sairemos dessa crise. Pra isso, temos de gerar desenvolvimento em todas as áreas: na agricultura, na indústria, no comércio, enfim, em todos os setores e para todas as camadas sociais (Programa Eleitoral Lula/PT, HGPE, 17/09/2002).

Conforme o candidato petista, para sair da crise é preciso mudar de rumo, é preciso crescer, desenvolver e exportar, pois o atual modelo prejudica o país e aumenta o sofrimento do povo. Assim, Lula defende sua candidatura e uma renovada forma de governar. Na *Figura 5* podemos verificar o início da formação discursiva da candidatura do PT.

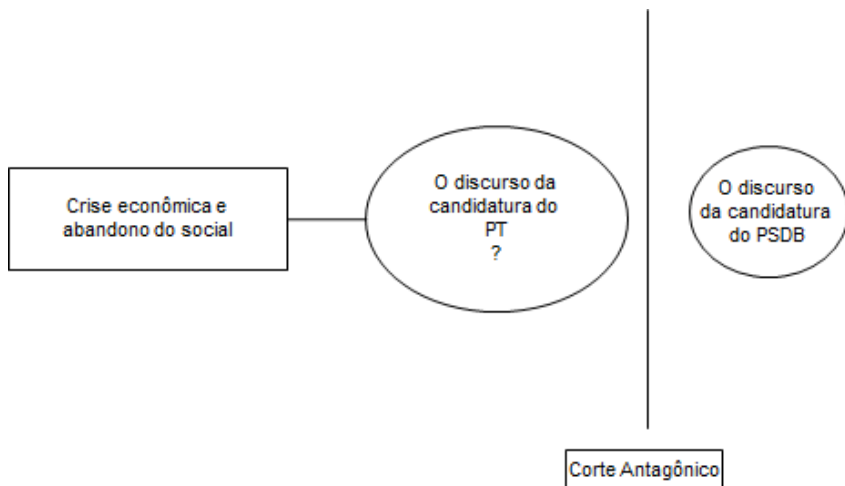


Figura 5: Formação do discurso da candidatura do PT nas eleições de 2002 – momento “crise econômica e abandono do social”

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002).

Momento 2: Solidificação da Economia e Desenvolvimento Social

As afirmações contidas nos programas da candidatura petista buscavam apresentar propostas que possibilitavam a relação entre o econômico e o social; buscar solidificar a economia com desenvolvimento social. Lula, logo no início da campanha eleitoral de 2002, apresenta sua perspectiva sobre a geração de emprego. Vejamos:

LULA: Poucas coisas causam tanta aflição a um pai e a uma mãe como assistir o sofrimento de seu filho ou de sua filha em busca de seu primeiro emprego. Tenho 5 filhos e sei quanto eu e Marisa sofremos durante essa nossa etapa de vida. O primeiro problema é a falta de experiência. Agora, como ter experiência se ninguém dá o primeiro emprego? Essa é exatamente a grande contradição. Cheguei a uma conclusão: a única forma de motivar as empresas a contratar (sic) um jovem sem experiência é dar a elas algum incentivo pra isso. É exatamente o que vou fazer. Entretanto, é importante ressaltar que o problema do desemprego no Brasil só será resolvido com a retomada do crescimento econômico. Engana você, quem lhe disser o contrário. Dentro desse contexto, o meu projeto para o primeiro emprego deve ser visto não como uma solução definitiva, mas como uma boa alternativa para evitar o agravamento da crise entre os jovens que buscam a sua primeira oportunidade. Com isso, ganham as empresas. Ganham os jovens que adquirem sua primeira experiência profissional. Ganha o Brasil, que abre um grande mercado de trabalho para milhões de jovens. E ainda, ganham os pais dos jovens, que poderão dormir em paz, livres desse grande sofrimento. Quero deixar claro que esse projeto precisará ser muito discutido com os sindicatos e com os empresários, e que somente com um grande pacto, um grande acordo, ele poderá ser feito. Mas acredito que todos estão maduros para essa discussão, sobretudo diante do alto índice de desemprego que tomou conta do nosso país (Programa Eleitoral Lula/PT, HGPE, 12/09/2002).

Lula indica que a retomada do crescimento econômico é um fator essencial para gerar emprego, e que uma política que aborde o “primeiro emprego” (experiência), gerando incentivos para as empresas contratarem, seria uma boa alternativa para não agravar a crise. Sendo assim, conforme Lula, todos ganham com esse projeto (empresa e jovem trabalhador), um projeto que, segundo a candidatura petista, envolve um grande pacto. A dispersão sobre o entendimento da necessidade de se fazer um “novo e grande pacto social” agora indica novos sentidos que, neste cenário específico, se relacionam com a proposta de um novo modelo econômico que leva em consideração a questão social. Assim, tratando sobre a ideia de um novo pacto, o excerto a seguir apresenta o “diálogo” da construção dessa nova relação – de certa forma, a aproximação entre o PT e os empresários era um dos pontos criticados no discurso dos candidatos peessedebistas.

IVO ROSSET (Presidente da Valisère): Para ser sincero, até hoje nunca votei no Lula. Mas sem dúvida, seu projeto para o primeiro emprego sinaliza o começo de uma nova relação entre governo, empresários e trabalhadores, onde todos vão ganhar. É assim que se combate o desemprego, com criatividade e eficiência (Programa Eleitoral Lula/PT, HGPE, 12/09/2002).

Numa observação mais “crua” sobre a história do PT e seus pronunciamentos em campanhas eleitorais, a relação com os empresários a partir de 2002 indica uma mudança substantiva em seu entendimento sobre as estruturas políticas que constroem as relações sociais. Por outro lado, tal relação é significada pela candidatura do PT, representada pela fala de Ivo Rosset, como o começo de uma nova relação entre governo, empresários e trabalhadores. Deste modo, as bases de negociação entre esses grupos se dariam de forma diferente da que era elaborada até o ano de 2002; todos ganham com essa nova proposta, atuando no combate ao desemprego com criatividade e eficiência.

Ainda sobre o combate ao desemprego:

LOCUTOR: Combate ao desemprego.

LULA: Essa será a maior prioridade. O desemprego está intimamente ligado ao desaquecimento da nossa economia. E vamos provar que temos como resolver esse problema. Pra isso, a primeira coisa a fazer é estimular a produção, aumentar as exportações e retomar o crescimento econômico, que é o que o atual governo já deveria ter feito há muito tempo. Sem produção, não há emprego. Temos que fazer também um grande pacto social, colocando em volta da mesa trabalhadores, empresários, sindicato e governo, em busca de alternativas. Temos que ter novas leis trabalhistas, novos estímulos à produção, incentivos fiscais, linhas de crédito, financiamentos e redução de impostos. Os grandes problemas brasileiros estão todos interligados. Não é à toa que o aumento do desemprego trouxe como consequência, também, o aumento da violência em todo país. Nos lugares onde o desemprego é menor, a violência também é menor. Temos que ter uma polícia firme, bem equipada, bem remunerada. Temos que combater a corrupção policial. Temos que investir muito numa polícia mais investigativa, como existem em outros lugares do mundo com excelentes resultados. Mas temos também que estar presentes nas favelas e nos bairros periféricos, onde a violência é maior, levando cultura, esporte, emprego para os jovens. Enfim, criando novas oportunidades e melhores condições de vida para as pessoas. Essa é a melhor maneira de afastar os jovens das drogas e do crime (Programa Eleitoral Lula/PT, HGPE, 22/10/2002/ST).

O começo da solidificação da economia e de sua retomada de crescimento passa pelo estímulo à produção, pois, conforme o programa eleitoral de Lula do PT, sem produção não há emprego. Neste sentido, um novo pacto social e uma legislação com novas leis trabalhistas, além de criar incentivos fiscais, reduzir impostos, ampliar as linhas de crédito e financiamento, são atitudes que configuram um novo modelo político e social. Com relação a esses pontos, o locutor da campanha eleitoral do PT estabelece uma conexão entre o aumento do desemprego e o aumento da violência, indicando a necessidade de

implementação de novas ações – um novo modelo. Portanto, o novo plano passa pela reestruturação da economia (sua solidificação) e pelo desenvolvimento social.

Tratando sobre desenvolvimento social, mais diretamente sobre o combate à fome, o locutor da campanha eleitoral do PT afirma o seguinte:

LOCUTOR: Ao fazer um programa específico de combate à fome, Lula define claramente a cara de seu governo. Um governo que olha para cima, para o futuro, para o desenvolvimento da nação. Mas que não esquece também de olhar para baixo, para os fracos, para os pequenos, para os famintos que significam mais de 40 milhões de brasileiros (Programa Eleitoral Lula/PT, HGPE, 31/08/2002).

A política de combate à fome, segundo o discurso da candidatura petista, apresenta “a cara do governo”, um governo que pensa em quem passa fome e, ao mesmo tempo, se preocupa com o desenvolvimento da nação. Assim, são atribuídos sentidos que indicam a busca pela solidificação da economia com a necessidade de propiciar desenvolvimento social. Deste modo, as regularidades desses elementos apresentam sentidos que relacionam aspectos econômicos e sociais, apresentando um “novo projeto”, contrapondo o entendimento de “mudanças negativas” desenvolvidas pelo discurso da candidatura tucana.

Na sequência, a *Figura 6*, de forma esquemática, apresenta a articulação dos dois primeiros momentos do discurso da candidatura petista até aqui expostos.

Momento 3: Política da Esperança no Novo Modelo

O momento “política da esperança no novo modelo” se configura em resposta aos “ataques” feitos pelos candidatos do PSDB nas eleições de 2002. No decorrer da campanha eleitoral de 2002, uma das estratégias da candidatura do PT e de Lula foi a de trabalhar a ideia de

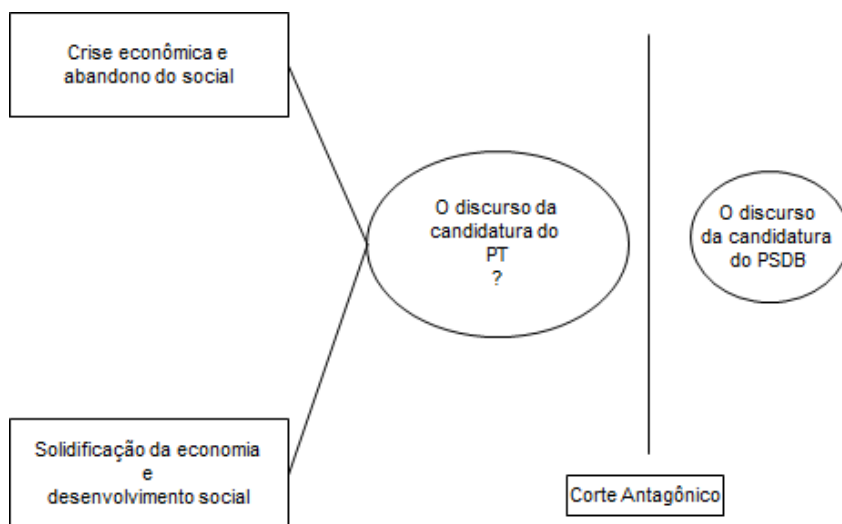


Figura 6: Formação do discurso da candidatura do PT nas eleições de 2002 – momentos “crise econômica e abandono do social” e “solidificação da economia e desenvolvimento social”.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002).

pacto social, buscando, com isso, desconstruir sua imagem de radical. A regularidade em torno do “pacto social”, como apresentada na seção anterior, produziu sentidos referentes à solidificação da economia e desenvolvimento social, agora, neste momento, apresenta novos sentidos que buscam apresentar a candidatura petista como responsável e que manterá diálogo com todos os setores da sociedade, inclusive com empresários – isso pode ser verificado pela indicação de José Alencar (Partido Liberal – PL) como vice. Assim, a regularidade de elementos referentes ao pacto social ganha novos sentidos, o que caracteriza um novo momento constituidor do discurso da candidatura do PT. Podemos perceber isso nas palavras de seu candidato a vice:

JOSÉ ALENCAR: Meus amigos, meu nome é José Alencar. Sou empresário do setor têxtil e senador da república por Minas Gerais.

Com muita honra sou candidato à vice-presidência da república na chapa do Lula. Tenho viajado por todo o Brasil e fico impressionado em ver o carinho e entusiasmo com que o nome de Lula é recebido em todos os estados. Todos querem que o Brasil volte a crescer, recupere o sentimento nacional e tenha na Presidência da República um brasileiro que possua sensibilidade social. Há grande afinidade entre mim e o Lula. Nossa aliança representa pacto social importantíssimo. É a valorização do trabalho e da produção, visando o crescimento da economia com geração de empregos e mais justa distribuição da renda nacional (Programa Eleitoral Lula/PT, HGPE, 28/09/2002).

Neste mesmo sentido:

LULA: Quero aproveitar para dizer também aos empresários que o Brasil precisa muito deles para esse grande desafio de voltar a crescer, gerar empregos e exportar. E que eles terão, da minha parte, todos os incentivos necessários. Mas quero dizer também claramente que esse será o país da produção, e não o país da especulação. O país do trabalho sério, do lucro justo, e não o país dos aproveitadores, dos sonegadores, dos agiotas que sugam o nosso povo e nossa economia. Talvez por isso eu tenha tanta admiração pelo Senador mineiro José Alencar, meu vice. Um dos maiores e mais sérios empresários do Brasil, que lutou e venceu de forma independente e que hoje exporta 50% de sua produção, trazendo divisas e gerando nas suas fábricas mais de 16 mil empregos diretos. É importante que você pense bem nisso, pois o futuro que você quer para o nosso país passa neste momento pela coragem de mudar. Quero que todo homem e toda mulher, ao me dar oportunidade para a qual tanto me preparei, tenham clareza de que estarão dando a si próprios a chance de fazer valer, finalmente neste país, as palavras justiça e oportunidade (Programa Eleitoral Lula/PT, HGPE, 20/08/2002).

No trecho a seguir, Lula apresenta sua posição em relação à estrutura política e às decisões tomadas pelo governo anterior, indicando uma posição mais amena em relação as suas campanhas eleitorais anteriores. Nesta passagem, mais uma vez fica evidenciada a posição

de resposta às afirmações críticas feitas no programa eleitoral do candidato peessedebista. Vejamos:

LULA: Em primeiro lugar, quero garantir a todo povo brasileiro, se eleito presidente, o meu governo será um governo de paz, responsabilidade e diálogo, como nunca se viu antes nesse país. Sempre acreditei que tudo fica mais fácil de ser resolvido quando as pessoas sentam em volta de uma mesa dispostas a encontrar soluções de maneira franca e, sobretudo, sincera e leal. Sei fazer isso como poucos, porque fiz isso a vida inteira. Quero fazer um governo de união nacional, sem mágoas e sem rancores. Tenho muito orgulho do PT, partido que criei com inesquecíveis companheiros, há 22 anos. Mas tenho clareza de que se eleito, serei o presidente de todos os brasileiros. E quero governar com todas as forças políticas da sociedade que querem ajudar a construir um Brasil decente e mais feliz. Quero ser o presidente que vai ser duro e firme nos momentos necessários. Mas quero ser, sobretudo, um presidente compreensivo, generoso e justo. Como tenho afirmado durante toda essa campanha, vamos honrar todos os compromissos assumidos pelo governo brasileiro. Vamos manter a inflação sob controle, e as metas do superávit primário que forem necessárias. Mas temos que mudar essa política econômica perversa que paralisou nossa economia, aumentou nossa dependência externa, fragilizou as nossas empresas causando o maior desemprego da nossa história, e a menor taxa de crescimento dos últimos 50 anos. Precisamos fazer uma reforma tributária justa, cobrando menos impostos de quem trabalha e produz. Temos que retomar o crescimento econômico. Reduzir as taxas de juros. E nesse momento de crise, concentrar o máximo de esforços para aumentar as exportações. Vamos ter que lutar muito, mas vamos tirar o país dessa crise, tenha certeza disso (Programa Eleitoral Lula/PT, HGPE, 22/10/2002/ST).

No excerto transcrito, Lula apresenta diversos sentidos em relação ao momento “política da esperança no novo modelo”, passando pela ideia de governo da paz, responsável e de união nacional, chegando à afirmação de que se eleito será um presidente de todos os brasileiros. Isso colocado, o candidato petista afirma categoricamente que

se eleito irá cumprir os compromissos assumidos pelo governo brasileiro (durante o governo de FHC), irá controlar a inflação e manter as metas de *superávit*. No entanto, mesmo que isso seja uma resposta ao “mercado investidor”, indicando sua posição, Lula volta a apresentar a necessidade de mudar a política econômica, caracterizada em sua fala como um modelo que “paralisou nossa economia”. Além disso, referindo-se às estruturas econômicas, o candidato do PT afirma que irá realizar uma reforma tributária e irá aumentar a exportação.

Relacionado a isso está a resposta à “política do medo”, um sentido construído pela candidatura do PSDB em torno de Lula. Vejamos o excerto a seguir:

LOCUTOR: Pois é, os ataques do Serra ao Lula desagradaram a tanta gente, que até um dos maiores empresários desse país resolveu mudar o seu voto. Estamos falando de Eugênio Staub, o dono da Gradiente.

EUGÊNIO STAUB: Até recentemente eu acreditava que era um candidato mais técnico o que nós precisávamos, hoje eu tenho certeza que nós precisamos de um político. De alguém capaz de unir o país, capaz de estabelecer planejamento, propostas, juntar todo mundo em torno da realização delas. Esse candidato é o Lula (Programa Eleitoral Lula/PT, HGPE, 21/09/2002).

A passagem apresentando a fala do empresário Eugênio Staub indica duas coisas. Primeiramente, pois se trata de um empresário, a representação do apoio desse grupo à candidatura petista. Um segundo ponto é a afirmação de que Lula se apresenta como mais capacitado para governar o país. Sem medo de votar em Lula é a mensagem deixada pelo empresário Antônio Russo Neto.

ANTÔNIO RUSSO NETO (Vice-Presidente da Associação Brasileira de Indústrias Exportadoras de Carne): No princípio Lula, Lula, Lula. Eu nunca votei no Lula, então, mas agora, eu achei que não

dá medo não, não dá não. Eu estou confiante que será uma nova descoberta para o país. O país vai se surpreender. A agropecuária vai se surpreender com o Lula. (Programa Eleitoral Lula/PT, HGPE, 21/09/2002).

Respondendo à “política do medo”, a atriz Paloma Duarte afirma o seguinte:

PALOMA DUARTE: Eu estava ontem à noite em casa, com meu Marido Marcos, e a gente estava assistindo o programa eleitoral do José Serra. Há muito tempo eu não me sentia tão revoltada. Eu me senti desrespeitada. Eu me senti violentada como cidadã brasileira, como eleitora. Veja bem, eu não estou aqui pra falar mal de ninguém. Eu vim aqui registrar o meu protesto. Eu procurei o pessoal do Lula e pedi pra vir aqui fazer este depoimento. Pra dizer o quanto eu estou chocada com o uso do terrorismo, com o uso do medo numa campanha para presidente da república do meu país. Será que já não basta o medo que o Brasil vive no seu dia-dia. O medo de você sair na rua e ser assaltado. O medo de milhões de brasileiros desempregados que não sabem como sustentar suas famílias. O medo de você morrer doente na fila de um hospital público. A eleição vai passar, o Brasil continua. E eu quero dizer que um candidato que precisa aterrorizar a população brasileira ao invés de se calcar nas suas próprias virtudes pra tentar se eleger, não merece o meu respeito, não merece a minha confiança. E, no meu entender, não mereceria jamais ser presidente da república (Programa Eleitoral Lula/PT, HGPE, 18/10/2002/ST).

O sentido “contra o terrorismo eleitoral” apresentado na fala de Paloma Duarte, aliado ao sentido de não ter medo de votar em Lula, identificado na fala de Antônio Russo Neto, sistematizam parte do momento “política da esperança no novo modelo”, sem deixar de levar em conta a ideia de um novo projeto.

Na *Figura 7* podemos verificar a sistematização e a articulação entre os momentos discursivos identificados na candidatura petista.

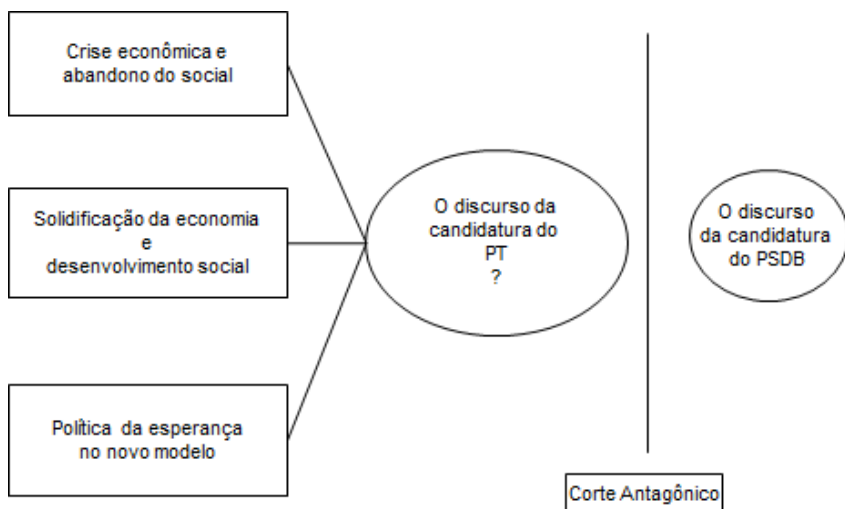


Figura 7: Formação do discurso da candidatura do PT nas eleições de 2002 – momentos “crise econômica e abandono do social”, “solidificação da economia e desenvolvimento social” e “política da esperança no novo modelo”

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002).

Emprego e Desenvolvimento: Um Novo Plano Econômico

Os sentidos sobre emprego e desenvolvimento relacionados com um novo plano econômico permearam grande parte dos programas eleitorais da candidatura do PT na eleição de 2002, e formaram o ponto nodal do discurso antagônico ao da candidatura do PSDB. Ficou evidenciada nessas duas seções a relação antagônica entre os partidos que se instituiu a partir das disputas de sentidos em torno do plano econômico e de desenvolvimento. A relação entre os sentidos que constituíram os momentos “crise econômica e abandono do social”, “solidificação da economia e abandono do social” e “política da esperança no novo modelo” condensaram o discurso “emprego e

desenvolvimento: um novo plano econômico”, como pode ser visto na *Figura 8*.

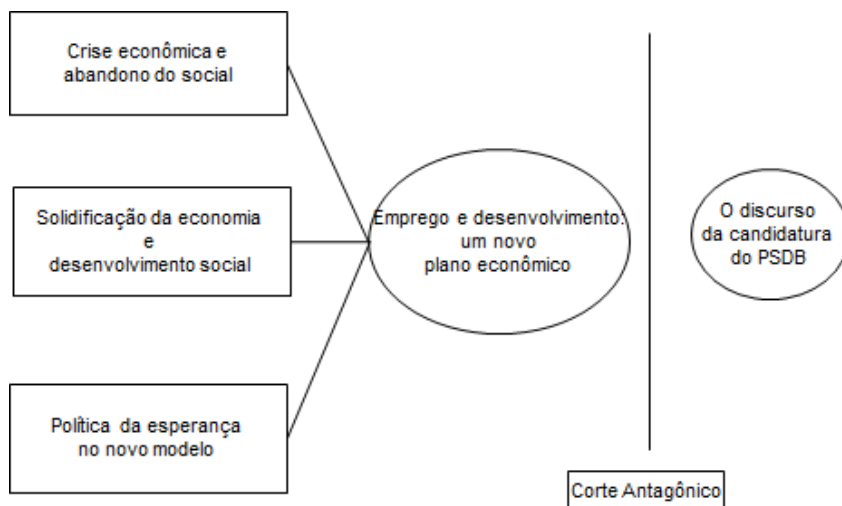


Figura 8: Discurso da candidatura de Lula do PT em 2002.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002).

Conclusões

A teoria política contemporânea em geral, e em particular as teorias da democracia que se colocam numa perspectiva crítica, atualmente tem buscado resgatar a dimensão do conflito político como inerente às relações que constituem os espaços da sociedade – os espaços do social, como preferem alguns laclauianos. No entanto, muitas vezes esbarram em elementos normativos e não avançam em questões que envolvam as desigualdades que são reproduzidas em modelos democráticos, nem mesmo questionando tais problemas, como é o caso de Chantal Mouffe (1999 [1993], 2003 [2000], 2005, 2013, 2015

[2005])⁷. Em virtude disso, o conceito de antagonismo, desenvolvido por Laclau e pela própria Mouffe, ilumina novas possibilidades em se tratando de conflitos políticos emergentes em modelos democráticos e permeando sua normatividade e institucionalidade.

No que se refere ao HGPE, o conceito de antagonismo dos autores tratados nesse artigo possibilita um renovado olhar sobre a disputa política contida nesse espaço e entre as candidaturas concorrentes a cargos majoritários. Sua relevância nessa área pode ser evidenciada pelo caráter desconstrutivista entre as candidaturas aqui tratadas, o que pode ser mais uma variável explicativa do voto por parte do eleitor.

De fato, existem outras variáveis, tão ou mais objetivas, que buscam explicar a tomada de decisão do eleitor; seu voto. No entanto, acreditamos e defendemos que os aspectos apontados nesse artigo, bem como a amostra dos discursos antagonicamente instituídos, servem tanto de reflexão sobre o papel do HGPE no que se refere à formação da vontade por parte do eleitorado, como sua importância para o pleito eleitoral e as estratégias de desconstrução usadas pelas candidaturas.

Quadro 1 – Os sentidos discursivos de 2002 comparados.

OS DISCURSOS ANTAGÔNICOS EM 2002	
PT	PSDB
Emprego e Desenvolvimento: um novo plano econômico	Emprego e Desenvolvimento: o realinhamento do plano econômico

7. Além da autora, ver Mendonça (2003; 2010), Miguel (2014) e Freitas (2019 – no prelo).

<p>1) Crise econômica e o abandono do social: Atual modelo econômico esgotado; país endividado e menos produtivo; falta de trabalho fez cair a renda e o consumo; falta de produção leva ao desemprego; economia paralisada; proposta de um novo modelo; novo contrato social (governo, empresários e trabalhadores).</p>	<p>1) Mudanças positivas e proposta de avanço: FHC derrubou a inflação e arrumou a economia; Serra vai cuidar do social; Serra vai cuidar do emprego (Projeto Segunda-Feira); a mudança é emprego e desenvolvimento; incentivo para exportação; exportação gera mais emprego e traz mais dólares; o emprego é a maior mudança e é a maior medida social e contra a crise.</p>
<p>2) Solidificação da economia e desenvolvimento social: Retomada do crescimento econômico; primeiro emprego (experiência); incentivo para as empresas contratarem; grande pacto social (começo de uma nova relação entre governo, empresários e trabalhadores); estimular e aumentar a produção; novas leis trabalhistas; incentivos fiscais; linha de crédito e financiamento; redução de impostos; política de combate à fome.</p>	<p>2) Mudanças negativas no PT (Lula) e no governo petista: Preparo de Serra e despreparo de Lula; Lula era contra o Plano Real; Lula não tem proposta clara para geração de emprego; lulinha paz e amor para ganhar as eleições; PT radical; retórica e campanha oportunista e eleitoreira; esconde sua posição da sociedade; dois discursos do PT e de Lula; o PT e o Lula mentem para o povo; estelionato eleitoral ou ruína.</p>

<p>3) Política da esperança do novo modelo: Grande pacto social (governo, empresários e trabalhadores); governo da paz, responsável e de união nacional; cumprir os compromissos assumidos pelo governo anterior; controlar a inflação; manter as metas de superávit; mudar a política econômica que paralisou a economia; fazer uma reforma tributária; aumentar a exportação; incentivo e aliança com os empresários; aumentar a produção e diminuir a especulação; conversas com empresários e sindicalistas; aproximar empresários e trabalhadores; mudar o atual modelo econômico; crítica à criação de ambiente de terror em relação à eleição; apoio de empresários; sem medo de votar em Lula; contra o terrorismo eleitoral.</p>	<p>3) Política do medo na mudança e na continuidade: Falta de qualificação de Lula; Lula não tem experiência administrativa; Lula e o PT são uma interrogação; promessas contraditórias; incertezas de um governo petista; medo de perder a estabilidade; medo de Lula; medo da volta da inflação; medo da censura, do patrulhamento, da instabilidade e da inflação; medo do retrocesso; instabilidade e desemprego; falta de apoio dos empresários.</p>
---	---

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002; 2006).

Buscamos evidenciar neste artigo que o conflito emergente dentro de instituições democráticas (ou que compõem o sistema democrático, como é o caso do HGPE) indica um caminho mais profícuo sobre o que se entende por democracia e suas instituições. Partindo do entendimento de antagonismo como constituidor da relação política, e com base nos pronunciamentos contidos nos programas eleitorais das candidaturas do PSDB e do PT na eleição de 2002 veiculados no HGPE, foram identificadas regularidades de elementos que indicavam dispu-

tas por sentidos e geravam sentidos antagônicos em relação ao plano econômico e seu reflexo na geração de emprego e desenvolvimento, como sistematizados no quadro 1.

Portanto, a articulação dos momentos em torno do discurso “emprego e desenvolvimento: um novo modelo econômico” apresentou sentidos antagonicamente constituídos em relação ao discurso da candidatura peessedebista, “emprego e desenvolvimento: o realinhamento do plano econômico”, como podemos verificar na *Figura 9*.

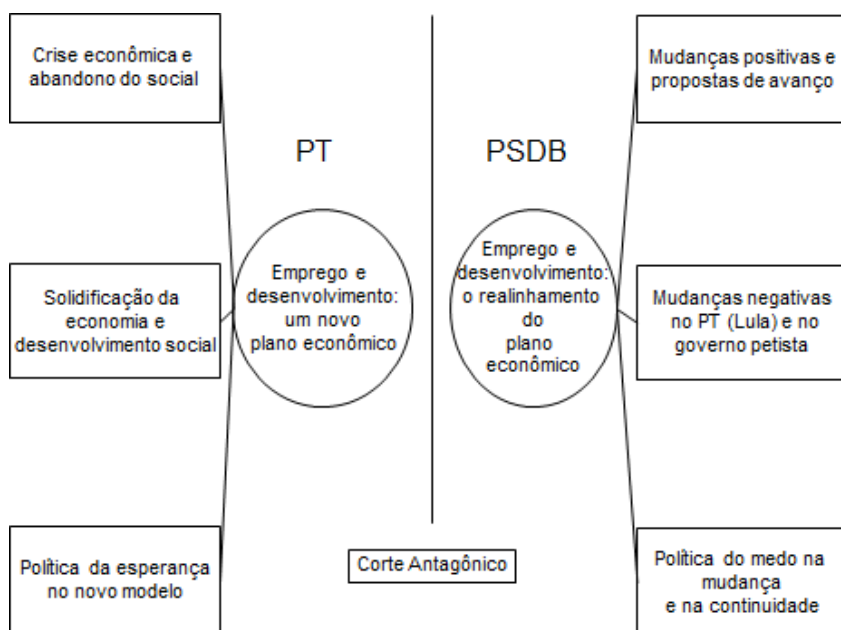


Figura 9: Discursos antagônicos em 2002.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos programas veiculados no HGPE (2002).

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso. Política versus televisão: o horário gratuito na campanha presidencial de 1994. *Comunicação e Política*, Rio de Janeiro, n.

3, p. 49-54, abr./jun. 1995.

_____. *A Batalha pela Presidência: O Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral na Campanha de 1989*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

AMARAL, Oswaldo. *A estrela não é mais vermelha: as mudanças no programa petista nos anos 90*. São Paulo: Garçon, 2003.

ARUGUETE, Natália. Los medios de comunicación y la formación de la agenda pública, *Verso e Reverso*, São Leopoldo, n. 41, p. 73-98, abr. 2005.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Meios de Comunicação, Voto e Conflito Político no Brasil, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 81, p. 77-95, fev. 2013.

BORBA, Felipe. Propaganda negativa nas eleições presidenciais brasileiras, *Opinião Pública*, Campinas, n. 2, p. 268-295, ago, 2015.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social. Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. – Brasília: Secom, 2016.

CERVI, Emerson; MASSUCHIN, Michele; TAVARES, Camila. Agenda da mídia, dos políticos e do público na campanha eleitoral de 2010. *Revista Debates*, Porto Alegre, n. 1, p. 237-261, abr. 2012.

COLLETTI, Lúcio. Marxism and the dialectic. *New Left Review*, London, n. 93, p. 3-29, set./out. 1975.

DIAS, Márcia. Nas brumas do HGPE: a imagem partidária nas campanhas presidenciais brasileiras (1989 a 2010). *Opinião Pública*, Campinas, n. 1, p. 198-219, abr. 2013.

FREITAS, Felipe Corral. O Primeiro grande antagonismo entre PSDB e PT. *Revista Opinião Pública*, Campinas, n. 3, p. 547-595, set/dez. 2018.

_____. As perspectivas do conflito na teoria do discurso de Laclau e Mouffe In: MENDONÇA, D.; RODRIGUES, L.; LINHARES, B. (org.). *A teoria do discurso de Ernesto Laclau* (Título Provisório). São Paulo: Intermeios, 2019 – no prelo.

GARCIA, Ciro. *PT: de oposição à sustentação da ordem*. 2. Ed. Rio de Janeiro: achiamé, 2012.

GUIOT, André. *Um “moderno Príncipe” para a burguesia brasileira: o*

PSDB (1988 – 2002). Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2006.

LACLAU, Ernesto. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*. 2ª ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2000 [1990].

_____. *Emancipação e Diferença*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011 [1996].

_____, Ernesto. *A Razão Populista*. São Paulo, Três Estrelas, 2013 [2005].

_____, Ernesto. *Los Fundamentos Retóricos de la Sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014 [2014].

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq. 2015 [1985].

LATTMAN-WELTMAN, Fernando *et al.* *A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda de Fernando Collor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LOURENÇO, Cláudio. Propaganda negativa: ataque *versus* votos nas eleições presidenciais de 2002, *Opinião Pública*, Campinas, n. 1, p. 133-158, abr. 2009.

MACHADO, Mônica. A retórica da reeleição: mapeando os discursos dos Programas Eleitorais (HGPE) em 1998 e 2006. *Opinião Pública*, Campinas, n. 1, p. 159-189, abr. 2009.

MENDONÇA, Daniel. A noção de antagonismo na ciência política contemporânea: uma análise a partir da perspectiva da teoria do discurso. *Revista Sociologia e Política*, Curitiba, n. 1, p. 135-145, jun. 2003.

_____. A teoria da hegemonia de Ernesto Laclau e a análise política brasileira. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, Porto Alegre, n. 3, p. 249-258, set/dez. 2007.

_____. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, n. 3, p. 479-497, dez. 2010.

MIGUEL, Luis Felipe. Mídia e manipulação política no Brasil: a Rede Globo e as eleições presidenciais de 1989 a 1998. *Comunicação & Política*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 119-38, ago, 1999.

_____. *Mito e discurso político: uma análise a partir da campanha eleitoral brasileira de 1994*. Campinas: Editora da Unicamp, Imprensa Oficial, 2000.

_____. Os meios de comunicação e a prática política. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 55-56, p. 155-184, dez, 2002.

_____. Eleições, opinião pública e mídia: reflexões a partir das eleições brasileiras de 2002. *Política & Sociedade*, Florianópolis, n 2, p. 41-66, abr. 2003.

_____. Discursos Cruzados: telenoticiário, HGPE e a construção da agenda eleitoral. *Sociologias*. Porto Alegre, n. 11, p. 238-258, juh. 2004a.

_____. Mídia e vínculo eleitoral: a literatura internacional e o caso brasileiro. *Opinião Pública*. Campinas, n. 1, p. 91-111, mai. 2004b.

_____. Consenso e conflito na teoria democrática: para além do “agonismo”. *Revista Lua Nova*, São Paulo, n. 92, p. 13-43, dez, 2014.

MOUFFE, Chantal. *El retorno de lo político*. Brcelona: Paidós, 1999 [1993].

_____. *La paradoja democrática*. Gedisa, Barcelona, 2003 [2000].

_____. Por um modelo agonístico de democracia. *Revista Sociologia Política*, Curitiba n. 25, p. 11-23, nov. 2005.

_____. *Agonistics: thinking the world politically*. London: Verso, 2013.

_____. *Sobre o político*. São Paulo: Martins Fontes, 2015 [2005].

PROGRAMA DO PSDB. Programa Partidário do Partido da Social Democracia Brasileira. [online]. <http://www.psdb.org.br>. Acesso em 02 de dezembro de 2016, 2002.

ROMA, Celso. A institucionalização do PSDB entre 1988 e 1999. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 49, p. 71-92, jun. 2002.

RUBIM, Antonio. Política em Tempos de Mídia: impressões de crises In: PEREIRA, C. A. M.; FAUSTO NETO, A. (org.). *Comunicação e Cultura Contemporânea*. Rio de Janeiro: Notrya, 1993, p. 149-168.

VITULLO, Gabriel. O lugar do conflito na teoria democrática contemporânea. *Tomo*, São Cristóvão, n. 10, p. 59-83, jun. 2007.

Resumo:

A teoria política contemporânea crítica tem buscado, por caminhos diferentes, resgatar a dimensão do conflito. No entanto, tais evidências do conflito em estudos empíricos ainda se mostram tímidas. Nesse sentido, o conceito de antagonismo desenvolvido por Laclau e Mouffe se mostra como alternativa renovada para isso. No que se refere aos estudos que abordam o HGPE, tirando poucos trabalhos atuais, ainda é dada pouca atenção a esse tipo de relação, que entendemos ser mais um elemento relevante no processo eleitoral, visto seu caráter desconstrutivista. Assim, o objetivo desse artigo consiste em demonstrar a construção antagonônica entre os discursos produzidos pelas candidaturas de PSDB e PT realizados durante o HGPE veiculados pela televisão na eleição presidencial de 2002, que acabou colocando o plano econômico como o ponto nodal desse conflito. Para isso, serão utilizados os aspectos teóricos e metodológicos da teoria do discurso de Laclau e Mouffe.

Palavras-chave: antagonismo; conflito; HGPE; PSDB; PT.

Abstract:

Critical contemporary political theory has sought, through different paths, to rescue the dimension of conflict. However, such evidence of conflict in empirical studies is still timid. In this sense, the concept of antagonism developed by Laclau and Mouffe appears as a renewed alternative for this. Regarding the studies that approach the HGPE, taking few current works, little attention is paid to this type of relationship, which we consider to be a more relevant element in the electoral process, given its deconstructive character. Thus, the objective of this article is to demonstrate the antagonistic construction between the speeches produced by the PSDB and PT candidacies made during the HGPE broadcast by the television in the presidential election of 2002, which ended up putting the Economic Plan as the nodal point of this conflict. For this, the theoretical and methodological aspects of Laclau and Mouffe's discourse theory will be used.

Keywords: antagonism; conflict; HGPE; PSDB; PT.

Recebido para publicação em 20/08/2018.

Aceito em 25/09/2018.

// Resenhas

RESENHA

Durkheim hoje

CONSOLIM, Marcia; WEISS, Raquel; OLIVEIRA, Márcio de (Org.). *O Individualismo e os intelectuais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp). Coleção Biblioteca Durkheimiana, 2016.

Denizar Amorim Azevedo

Universidade Estadual de Campinas, Brasil
denizar.azevedo.09@gmail.com

Publicado pela Editora da Universidade de São Paulo, numa edição bilíngue, e com apresentação de Sergio Miceli, a presente obra apresenta ao público o artigo *O Individualismo e os intelectuais* (*L'individualisme et les intellectuels*) de Émile Durkheim (1858-1917), que também leva o mesmo nome da obra aqui resenhada, publicado durante o período da Terceira República Francesa.

Na nossa leitura, o livro contribui para a discussão sobre o papel dos intelectuais nas sociedades modernas. O Durkheim apresentado é um cientista social que atua politicamente em defesa da liberdade de expressão, do livre pensar e da dignidade humana, ou seja, um revolucionário no sentido clássico do termo: é um cidadão contra as injustiças sociais.

Segundo Reisner (1922), a derrota da França na guerra contra a Prússia produziu um ditado popular no interior da sociedade francesa segundo o qual a guerra tinha sido ganha pelos professores prussianos. Entendendo essa perspectiva histórica mais ampla, podemos compreender a fala dos apresentadores da obra *O Individualismo e os intelectuais* quando salientam que, na França, existia a crença de que a guerra foi perdida devido ao “‘atraso’ da universidade francesa (em relação à alemã) [como] o grande fator de derrota” (CONSOLIM *et al.*, 2016, p. 24). Será nesses ares políticos que os “estudantes universitários, entre eles Durkheim, viajaram para a Alemanha com bolsa do governo republicano; estavam em busca de formação, [e informação sobre] a organização da universidade alemã”. (CONSOLIM *et al.*, 2016, p. 24).

Mas não havia um consenso na sociedade francesa sobre o real motivo que levara à perda da guerra contra a Prússia e à derrocada do império francês. No interior da sociedade francesa, havia também grupos que, ligados à Igreja Católica, ao Exército francês, à monarquia e à aristocracia francesa, eram contrários aos intercâmbios com a Alemanha. Esses grupos conservadores elaboraram outras narrativas sobre a perda da guerra: uma delas elege os judeus como o grupo social que supostamente estava levando a França para a decadência. Não nos esqueçamos de que esses grupos conservadores participavam intensamente da vida política francesa e que, nos idos de 1848 e 1851, convergiram, junto com Louis Bonaparte III (1808-1873), para o Golpe de Estado na Segunda República Francesa (MARX, 1975). O antissemitismo presente na Europa como um todo ganha força social na França. O ponto mais alto do antissemitismo francês foi o Caso Dreyfus, talvez um preâmbulo dos tempos sombrios que estavam por nascer na Europa, com o Partido Nazista na Alemanha e o Governo de Vichy

na França (ARON, 1983).

Alfred Dreyfus (1859-1935) era judeu e ocupava um alto posto no exército francês. No ano de 1894, ele foi acusado de traição sob a alegação de entregar à Alemanha informações secretas do Exército francês. Declarado culpado pelo Exército francês, Dreyfus foi deportado para Guiana Francesa. A moldura desse evento era o antissemitismo. Se no início eram apenas suspeitas de que havia perseguições políticas dissimuladas contra os judeus, elas ficaram nítidas e contundentes com a revelação de que a espionagem tinha sido realizada, na verdade, por outro militar francês. Dreyfus era inocente. No entanto, o Exército francês não revoga a prisão de Dreyfus e, numa atitude perversa, pune o militar Georges Picquart (1854-1914), que não apenas revelou o erro investigativo do Exército francês, mas expôs, de forma aberta, as motivações antisemitas da cúpula militar francesa. A ousadia era tamanha que, contra Dreyfus, “o alto escalão do exército produziu provas falsas, com a intenção de demonstrar a culpa do réu de forma inquestionável” (CONSOLIM *et al.*, 2016, p. 27).

Com a marcha dos acontecimentos, ficavam mais evidentes as justificativas reais que motivaram o Exército francês e os demais grupos conservadores da sociedade francesa: a origem judaica de Dreyfus. Na percepção desses grupos conservadores, a condição judaica de Dreyfus o colocava como réu. Para esse grupo social, o Exército francês agia legitimamente, pois nada fizera de equivocados ao prender alguém cujo pressuposto de inocência era inexistente. Assim, nas margens do Rio Sena proclamava-se que “são os judeus que devem ser questionados, e não o exército” (PINTO, 2016, p. 72).

O debate da opinião pública ficou agitado em torno de Dreyfus. No inverno de 1898, Émile Zola (1840-1902), um literato de renome na sociedade francesa, escreve um artigo no jornal *Eu acuso* (*J'Accu-*

se) onde se posiciona em defesa de Dreyfus. Com o título, propositalmente, Zola fazia severas críticas ao presidente francês Félix Faure (1841-1899), exigindo a libertação imediata de Dreyfus. Com esse artigo, Paris fica sitiada pelo debate sobre Dreyfus. Nas sombras do Arco do Triunfo se formará o palco de duas forças sociais: os *dreyfusards* – defensores de Dreyfus; e os *antidreyfusards* – os que alegavam a condição de réu de Dreyfus.

O Manifesto dos Intelectuais (*Manifeste des Intellectuels*) e a Liga dos Direitos do Homem (*Ligue des droits de l’homme*) surgem, em 1898, como respostas à crescente hostilidade dos *antidreyfusards* para com Dreyfus. Os *dreyfusards* eram compostos por inúmeros intelectuais ligados às mais diversas atividades, sejam universitárias ou não. Será entre os *dreyfusards* que Durkheim se filiara na grande roda viva parisiense.

Ainda no sombrio inverno de 1898, um destacado membro dos *antidreyfusards* Ferdinand Brunetière (1849-1906) ingressa no debate político com o artigo *Após o Processo (Après le procès)*. Será sob o manto da Monarquia, da Igreja Católica e do Exército francês que os *antidreyfusards* se agruparão para tentar construir um repertório legítimo na opinião pública sobre a suposta condição de réu do Dreyfus. Uma das estratégias era a de preterir as iniciativas que contestavam o veredito dos militares sobre o Caso Dreyfus. Desonrar as críticas dos *dreyfusards* contra os militares era, muito provavelmente, o último elemento para a consolidação da barbárie na Terceira República Francesa. Contra as posições dos *dreyfusards*, escreve Brunetière:

[...] poderiam também acrescentar que, em democracia, a aristocracia intelectual é, de todas as formas de aristocracias, a mais inaceitável, dado que é mais difícil de comprovar. Se concebo perfeitamente o que é a superioridade do nascimento e da riqueza, não vejo o que um professor de tibetano possui, além dos títulos, para poder gover-

nar seus semelhantes, nem por que só o conhecimento das propriedades do quinina ou da cinchonina confere direitos a obediências e ao respeito por parte de outros homens (BRUNETIÈRE, 2016, p. 167).

O debate atingia novas dimensões. E o inverno rigoroso de 1898 abre fendas na Terceira República Francesa. Agora, os *antidreyfusards* estavam investindo contra os cientistas que, em sua maioria, obtiveram seus diplomas na Alemanha. Na tentativa de promover-lhes a censura, os *antidreyfusards* faziam, a *grosso modo*, o seguinte questionamento à sociedade francesa e, principalmente, aos *dreyfusards*: quem são aqueles que querem interpelar o veredito do grupo social com a maior distinção social na sociedade francesa? Uns simples portadores de diplomas cujas origens sociais não derivam das camadas dominantes?

As críticas dos *antidreyfusards* se dirigiam também aos princípios da modernidade na sociedade francesa, como a meritocracia e a primazia do saber impessoal desvinculado da origem social. E isso não é pouco. Pois o reconhecimento do saber impessoal nas instituições francesas representava também a separação entre a Igreja e o Estado e o declínio dos princípios do *Ancien Régime*, como do nascimento e da origem social. Com a edificação da Terceira República, muitos franceses, entre eles, de origem judaica, “tiveram a oportunidade de ocupar os postos mais altos da vida política e do Estado, considerando-se a retração dos grupos conservadores católicos” (CONSOLIM *et al.*, 2016, p. 26).

No verão de 1898, Durkheim publica *O individualismo e os intelectuais*. Em seu artigo, Durkheim não titubeia em relação às camadas dominantes da sociedade francesa. Com o argumento intrépido, Durkheim salienta que a razão humana não deve se constranger na presença das autoridades. Ao defender os *dreyfusards*, Durkheim diz

que,

Se eles se recusam obstinadamente a “submeter seu entendimento às palavras de um general do exército”, tal ocorre porque evidentemente se arrogam o direito de julgar a questão por si mesmo, ou seja, é porque colocam sua razão acima da autoridade, e os direitos dos indivíduos lhes parecem imprescritíveis. (DURKHEIM, 2016, p. 39).

Durkheim dissipa as ilusões segundo as quais os cientistas, assim como os demais cidadãos, devem ficar sob o jugo da autoridade política. A tentativa de censurar os *dreyfusards* era incongruente, pois o conhecimento científico estimula os cientistas a suspenderem as suas opiniões. Então, “até que se sintam esclarecidos, é natural que não cedam facilmente aos impulsos da multidão e ao prestígio da autoridade” (DURKHEIM, 2016, p. 51-53). Com essa postura, Durkheim interpreta com naturalidade a intervenção dos cientistas nos assuntos que ultrapassam as fronteiras das universidades.

O individualismo compõe outra preocupação teórica e política de Durkheim. O individualismo é definido como o respeito à dignidade dos indivíduos, visto que “não há razão de Estado que possa desculpar um atentado contra a pessoa quando os direitos da pessoa estão acima do Estado” (DURKHEIM, 2016, p. 45). O respeito à dignidade humana é o horizonte a ser alcançado. Defender Dreyfus contra a tirania do Estado é um imperativo civilizatório, nos quais todos os cidadãos devem se engajar: “a simpatia por tudo o que é humano, uma maior piedade por todas as dores e por todas as misérias humanas, bem como uma necessidade ardente de combatê-las e de atenuá-las e, enfim, uma maior sede de justiça” (DURKHEIM, 2016, p. 49). Se, no palco da Terceira República, Durkheim combatia, junto com os *dreyfusards*, o conservadorismo das camadas dominantes na sociedade francesa, aqui, no Brasil, os cientistas sociais influenciados pela

Sociologia americana o classificavam como conservador.

Um artigo que compõe o dossiê da segunda parte do livro é *Durkheim, um “intelectual” em Defesa do “ideal Humano”*, da socióloga Raquel Weiss. O artigo tem o mérito de apontar uma das razões da classificação, no Brasil, do pensamento de Durkheim como conservador e reacionário. Segundo Weiss, a recepção do pensamento de Durkheim no Brasil foi realizada mediante a leitura e interpretação de Talcott Parsons (1902-1979). Na leitura de Parsons, continua Weiss, o indivíduo para Durkheim “seria uma entidade passiva, não dotada de vontade ou de ação, uma marionete cujos movimentos são controlados por uma entidade obscura chamada sociedade” (WEISS, 2016, p. 96). O sociólogo Robert Nisbet (1913-1996) é outro autor que, nas palavras de Weiss (2016), contribui para a classificação de Durkheim como conservador. Se, na leitura de Parsons, o pensamento de Durkheim estava “comprometido com a ordem, em manter as coisas como estavam” (WEISS, 2016, p. 97); no entender de Nisbet, Durkheim teria “uma afinidade eletiva entre o seu pensamento e o movimento que ficou conhecido como ‘conservadorismo francês’ ” (WEISS, 2016, p. 96). Weiss conclui que essa influência na interpretação da obra e vida de Durkheim ainda “continua a figurar em muitos manuais e, muito possivelmente, ainda é ensinada nas salas de aula e reproduzida no imaginário sociológico” (WEISS, 2016, p. 97). Cabe dizer que a autora contribuiria ainda mais se também tivesse apontado os principais cientistas sociais brasileiros que apresentaram Durkheim no campo das ciências sociais no Brasil à luz da sociologia americana. Mas isso não tira o brilho do seu artigo, tampouco ofusca o dossiê, cuja qualidade é inquestionável.

Ademais, concordamos com Weiss, o pensamento de Durkheim precisa ser retomado e lido hoje tanto porque as suas preocupações

políticas são substanciais para entender as dinâmicas do poder político quanto para a reflexão sobre o papel dos intelectuais na justificação ou na crítica às estruturas sociais.

Referências

ARON, Raymond. *Mémoires*. Paris: Gallimard, 1983.

BRUNETIÈRE, Ferdinand. Após o processo. In: CONSOLIM, Marcia; WEISS, Raquel; OLIVEIRA, Márcio de (Org.). *O Individualismo e os intelectuais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2016, p. 135-168.

CONSOLIM, Marcia; WEISS, Raquel; OLIVEIRA, Márcio de (Org.). *O Individualismo e os intelectuais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2016. (Coleção Biblioteca Durkheimiana).

DURKHEIM, Émile. A elite intelectual e a democracia. In: CONSOLIM, Marcia; WEISS, Raquel; OLIVEIRA, Márcio de (Org.). *O Individualismo e os intelectuais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2016, p. 169-172.

MARX, Karl. *Le 18 Brumaire de Louis Bonaparte*. Paris, Editions Sociales, 1975.

PINTO, Louis. Durkheim, o intelectual como mandatário do universal. In: CONSOLIM, Marcia; WEISS, Raquel; OLIVEIRA, Márcio de (Org.). *O Individualismo e os intelectuais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2016, p. 69-74.

WEISS, Raquel. Durkheim, um “intelectual” em defesa do “ideal humano”. In: CONSOLIM, Marcia; WEISS, Raquel; OLIVEIRA, Márcio de (Org.). *O Individualismo e os intelectuais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2016, p. 95-106.

Resumo:

Resenha de CONSOLIM, Marcia; WEISS, Raquel; OLIVEIRA, Márcio de (Org.). O Individualismo e os intelectuais. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp). Coleção Biblioteca Durkheimiana, 2016.

Palavras-chave: sociologia francesa; intelectuais; Émile Durkheim.

Abstract:

Book review from CONSOLIM, Marcia; WEISS, Raquel; OLIVEIRA, Márcio de (Org.). O Individualismo e os intelectuais. Editora da Universidade de São Paulo (Edusp). Coleção Biblioteca Durkheimiana, 2016.

Keywords: French sociology; intellectuals; Emile Durkheim.

Recebido para publicação em 23/08/2017.

Aceito em 23/08/2017.

RESENHA

Recensão crítica do livro *Domestic Violence: Interdisciplinary Perspectives on Protection, Prevention and Intervention*

Hilder, Sarah; Bettinson, Vanessa (eds.), (2016), *Domestic Violence: Interdisciplinary Perspectives on Protection, Prevention and Intervention*. Londres: Palgrave Macmillan.

Pedro Saraiva

Universidade de Coimbra, Portugal.
pdgs@outlook.pt

Vários têm sido os livros publicados sobre a temática da Violência Doméstica, tanto em Portugal, como no resto do Mundo. Tanto em Língua Portuguesa, como em Língua Inglesa, Língua Espanhola, entre outros exemplos. Todos estes livros apresentam o fenómeno da violência doméstica como um problema social existente nas nossas Sociedades. No entanto, não são todos os livros sobre este tema que apresentam uma visão interdisciplinar sobre a violência doméstica.

O livro que aqui será apresentado tem a proeza de não identificar este tema como sendo um livro apenas de determinada disciplina, mas de várias disciplinas, como o Direito, a Sociologia, a Psicologia, entre outros. É esse o grande objetivo das autoras Sarah Hilder e Vanessa Bettinson, que editaram o livro analisado, escrito em Língua Inglesa, com o seguinte título: “Domestic Violence: Interdisciplinary Perspectives on Protection, Prevention and Intervention”.

Pelo título aqui descrito, salienta-se logo o propósito de identificar várias perspectivas sobre o tema da violência doméstica, focando questões como a proteção, a prevenção e intervenção neste problema. É preciso salientar ainda que apesar de ser um livro que se foque sobretudo no caso do Reino Unido, nalguns desses capítulos, são apresentadas questões que vão além-fronteiras.

No capítulo 1, intitulado “Introdução”, as editoras do livro previamente referidas defendem que a violência doméstica é um tema que deve ser discutido a uma escala global (Hilder *et al.*, 2016: 1), tendo como argumento principal a união das várias disciplinas que estudam este tema, mesmo que as conclusões atingidas por cada uma das disciplinas não sejam compatíveis. Este é o seu objetivo.

O capítulo 2, tem o título “Domestic Violence: Applying a Human Rights Discourse”, com a contribuição de Ronagh McQuigg, da área do Direito. O leitor tem uma percepção da contribuição do Direito, nomeadamente no que concerne aos Direitos Humanos, para a prevenção da violência doméstica. No entanto, o Estado ainda não está preparado para intervir em casos desta natureza, não conseguindo responder às necessidades das vítimas, persistindo falhas na aplicação da legislação relativamente a este problema. Falhas essas, que incluem também uma linguagem ambígua, que por vezes inclui igualmente vítimas masculinas, e outras vezes, não os inclui (Hilder *et al.*, 2016:

27).

De seguida, é apresentado o capítulo 3, com o título “A Fresh Approach to Policing Domestic Violence”, da autoria de Mandy Burton, no qual apresenta a sua perspetiva de atuação da Polícia em casos de violência doméstica. Num estudo levado a cabo pela autora, aponta claramente para falta de preparação da Polícia para agir em crimes deste tipo. Contudo, foram identificadas algumas melhorias na sua forma de atuação (Hilder *et al.*, 2016: 45) como a possibilidade de instaurar ordens de restrição para os agressores, o que não impede que apenas seja afastado da vítima por uns dias, sendo por isso, necessário mais modificações.

No capítulo 4, com o título “Domestic Violence: The Limitations of a Legal Response”, por Charlotte Bishop, existem evidências de que as vítimas deste tipo de crime são sobretudo mulheres em vez de homens, sofrendo discursos de discriminação por parte do Sistema Judicial, sem a sua situação ser levada a sério, quando não existe violência física (Hilder *et al.*, 2016: 60). A violência psicológica sofrida pela vítima é continuamente desvalorizada para a condenação do agressor, revelando-se uma hierarquia sobre a importância de violência sofrida pela vítima e que serve para ser usada em julgamento (Hilder *et al.*, 2016: 67).

No capítulo 5, com o título “Surviving Times of Austerity: Preserving the Specialist Domestic Violence Court Provision”, da autoria de Vanessa Bettinson, o leitor é confrontado com o papel de organizações que apoiam as vítimas a depor em tribunal, mas também com as suas limitações, nomeadamente as medidas de austeridade que levaram ao fecho de tribunais e de algumas destas organizações. (Hilder *et al.*, 2016: 95). Embora deem todo o apoio necessário às vítimas para testemunhar em tribunal, aia não estão inseridas no contexto judicial,

sofrendo limitações na sua atuação.

No capítulo 6, com o título “Victim Support Services and the World of Commissioning”, de Di Turgoose, é apresentada uma visão das organizações que têm apoiado as vítimas de violência doméstica. Estas surgem nos Anos 70 como um “porto de abrigo” para todas as mulheres que queriam sair de casa e não tinham onde ficar, surgindo dessa forma as primeiras casas-abrigo. Outras abriram mais tarde para receber homens, mas face às medidas de austeridade, muitas têm vindo a fechar portas (Hilder *et al.*, 2016: 117). No entanto, mesmo com dificuldades, a realização destes serviços continua a estar assegurada.

No capítulo 7, intitulado “Children and Domestic Violence: What Do Family Intervention Workers Have to Offer?”, da autoria de Jo Little e Fae Garland, o leitor pode entender como um contexto de violência doméstica tem consequências nefastas nas crianças que estão inseridas em contextos de violência. As principais consequências apontadas pelas autoras no estudo realizado são as mudanças de comportamento das crianças, tornando-se mais agressivas (Hilder *et al.*, 2016: 135). Em jeito de conclusão, as autoras apontam para a importância das organizações que têm no apoio às vítimas (sobretudo femininas) e suas crianças.

No capítulo seguinte, o capítulo 8, da autoria de Christopher Crowther-Dowey, Terry Gillespie e Kristan Hopkins, e com o título, “Building Healthy Relationships for Young People and the Prevention of Domestic Abuse”, são retratados os casos de violência em relações entre os adolescentes de 16 e 17 anos de idade, nos mesmos moldes que em relações de casais mais velhos. No caso das mulheres, estas incorporam a ideia de que é normal serem oprimidas pelos companheiros, tendo que aceitar essa opressão (Hilder *et al.*, 2016: 162). Em conclusão, os autores apontam para a necessidade de educar as crianças,

desde cedo para comportamentos acertados e não para as expectativas anteriormente referidas.

No capítulo 9, da autoria de Luke Martin e com o título “Debates of Difference: Male Victims of Domestic Violence and Abuse”, o autor pretende fazer uma discussão sobre a violência doméstica, não quando a vítima é feminina, mas sim quando é do sexo masculino. Devido aos papéis que cada sexo desempenha, é difícil de relatar casos de violência doméstica, sobretudo quando a vítima é do sexo masculino (Hilder *et al.*, 2016: 182). O próprio Direito, adotando uma postura de neutralidade de género, descarta a necessidade de reforçar a ideia de que todos os géneros têm direito a apoio. Em conclusão, o autor aponta que houve consideráveis avanços no apoio a este tipo de vítimas, mas, no entanto, existem muitas barreiras a serem ultrapassadas.

No décimo capítulo deste livro, com o título “The Relationship Between Spiritual Abuse and Domestic Violence and Abuse in Faith-Based Communities”, com a autoria de Lisa Oakley e Kathryn Kinmond, falam sobre a violência em comunidades religiosas, mostrando que os agressores estão convencidos de que as suas ações servem para servir Deus e que o seu comportamento é justificado ou necessário usando mesmo os textos sagrados, fora do seu contexto, para legitimar essa agressão. No entanto, estas comunidades podem-se mesmo revelar como salvação para este tipo de vítimas, apoiando-se na religião como forma de ultrapassagem e superação do trauma causado pela relação violenta onde estiveram inseridas.

No capítulo 11, intitulado “Housing: More Than Just Bricks and Mortar. Domestic Abuse Interventions Within the Housing Sector”, de Gudrun Burnet, é apresentado ao leitor uma perspetiva atual sobre as casas-abrigo. Embora com o passar dos anos, o número de casas-abrigo tenha aumentado e tenha começado a receber, inclusive,

vítimas do sexo masculino, não está imune a desafios. Esses desafios têm surgido sobretudo devido às medidas de austeridade impostas nos últimos anos, levando a que o número de casas-abrigo tenha vindo mesmo a diminuir. Em jeito de conclusão, a autora aponta para a necessidade de encontrar constantemente novas formas de melhorar a vida das vítimas, quer sejam do sexo feminino, quer sejam do sexo masculino.

No capítulo 12, com o título “Independent Advocacy and Multi-Agency Responses to Domestic Violence”, da autoria de Amanda Robinson e Joanne Payton, as autoras apresentam as chamadas “multi-agências”. Consistindo apenas em reunir as várias agências que prestam apoio às vítimas de violência doméstica como um todo, respondendo dessa forma às necessidades das vítimas (Hilder *et al.*, 2016: 254). Para as autoras, é fulcral que estas agências trabalhem coordenadas, a longo prazo, de forma a dar todo o apoio necessário às vítimas (Hilder *et al.*, 2016: 265).

No 13º capítulo, com o título “Working with Perpetrators of Domestic Violence and Abuse: The Potencial for Change”, de autoria de Sarah Hilder e Caroline Freeman, o leitor tem a oportunidade de perceber como é que se trabalha com agressores de violência doméstica. Estudos comprovam que depois de pararem as agressões, os agressores não têm um comportamento contínuo para a agressão, sendo a altura ideal de trabalhar com eles. Atualmente, surgem vários desafios, uma vez que estes programas são de curta duração e poderão não atingir os resultados esperados. Em conclusão, para as autoras e apesar dos desafios inerentes a este tipo de programas, demonstram ser importantes para evitar casos de violência doméstica no futuro das suas relações.

Por fim, no capítulo 14, com o título “Developing Interventions for

Abusive Partners in Lesbian, Gay, Bisexual and/or Transgender Relationships”, de autoria de Rebecca Barnes e Catherine Donovan, o leitor pode ter uma visão sobre a violência doméstica em relações LGBT, com estudos a surgirem nos Anos 80. Aliás, existem estereótipos que são aplicadas nestas relações em que a vítima é feminina e fraca e que o agressor é masculino e forte, o que não corresponde à verdade. As autoras consideram que sem uma aproximação à comunidade LGBT, os conhecimentos sobre estes permaneceriam baixos, sendo por isso necessária uma aproximação a esta mesma comunidade, de forma a melhorar o apoio a estas vítimas por parte dos serviços.

Analizada toda esta obra e ao fim de 14 capítulos, percebe-se o porquê da escrita e publicação deste livro. Este é um livro que sintetiza em cerca de 341 páginas, o que é a violência doméstica, como se pode manifestar, quem são as vítimas, quem são os agressores, como o Direito atua para proteger vítimas e punir agressores, como as polícias veem este crime e atuam e por fim, como é que atuam as organizações privadas e públicas de apoio às vítimas e de reabilitação de agressores, no caso em concreto do Reino Unido.

No entanto, há que destacar o seguinte facto: Apesar de ser um livro que aponta claramente para a dicotomia “vítima feminina/agressor masculino” (uma vez que esta é a tendência geral no que concerne à problemática da Violência Doméstica e isso é indiscutível), apresenta alguns capítulos que se desviam desta tendência. Sem tirar a atenção para a gravidade desta problemática, estes capítulos apresentam visões diferentes sobre o mesmo problema. Alguns desses capítulos, pelo seu contributo para visões diferentes do mesmo problema e através de diferentes áreas disciplinares, merecem ser destacados.

Um desses capítulos é o capítulo 2 (“Domestic Violence: Applying a Human Rights Discourse”). Neste capítulo e através do Direito, o

autor consegue desconstruir a legislação que existe, sobretudo a nível internacional, mostrando claramente que existem falhas ao não considerar que as vítimas masculinas podem, e aliás, devem ser consideradas igualmente como vítimas, com direitos iguais, às vítimas femininas, o que demonstra uma inovação na interpretação na legislação existente que serve “supostamente” para combater este flagelo.

Outro capítulo a ser destacado é o capítulo 9 (“Debates of Difference: Male Victims of Domestic Violence and Abuse”). Através do contributo do Direito e da Sociologia, o autor demonstra claramente e de forma crítica como os homens são considerados “não-vítimas”, ou seja, uma vez que são vistos como agressores, logo a ideia de vítima masculina não existe. Acrescenta-se ainda o facto de que é demonstrado novamente como o Direito não prevê a sua existência através de uma linguagem ambígua, que pressupõe uma neutralidade de género.

Por fim, destaque para o último capítulo do livro, o capítulo 14 (“Developing Interventions for Abusive Partners in Lesbian, Gay, Bisexual and/or Transgender Relationships”). Cruzando as áreas da Psicologia e da Sociologia, é dada visibilidade à violência doméstica em relações Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgender. Tal como as vítimas masculinas e pressupondo a pouca visibilidade dada a este tipo de vítimas, também estas são consideradas como “não-vítimas”, sem serviços de apoio próprios para as atender.

Com estes 3 capítulos que aqui foram destacados (poder-se-ia apontar outros igualmente importantes, mas em termos de novas visões, são claramente os que mais se destacam), este livro consegue se destacar da vasta panóplia de obras publicadas sobre esta problemática. Com visões diferentes, mas igualmente relevantes, este livro é diferente porque permite trazer novos contributos para um tema tão discutido, desde há algumas décadas. Talvez por isso, se possa dizer

que este livro é um livro, que além de ser diferente, é único e original no seu conteúdo sobre este tema.

Resumo:

Resenha de Hilder, Sarah; Bettinson, Vanessa (eds.), (2016), *Domestic Violence: Interdisciplinary Perspectives on Protection, Prevention and Intervention*. Londres: Palgrave Macmillan.

Palavras-chave: sociologia de gênero; interdisciplinariedade; violência doméstica.

Abstract:

Review of Hilder, Sarah; Bettinson, Vanessa (eds.), (2016), *Domestic Violence: Interdisciplinary Perspectives on Protection, Prevention and Intervention*. Londres: Palgrave Macmillan.

Keywords: sociology of gender; interdisciplinary; domestic violence.

Recebido para publicação em 20/03/2018.

Aceito em 22/11/2018.